MEUS ARTIGOS NA REVISTA DA DEFESA NACIONAL DURANTE MEU SERVIÇO NA ATIVA ATÉ 1990

Volume 1 – 380 páginas

Cel Eng QEMA Cláudio Moreira Bento

Livro Digital

Editado por Camila K. C. S. Renê

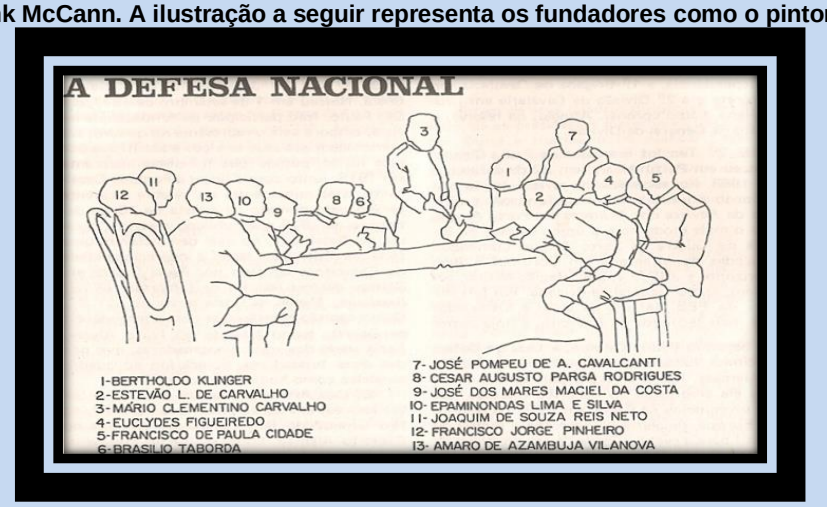
Nota do autor: De 1983 a 1990 servindo no Rio de Janeiro como chefe da 2ª Seção de EM/1ºRM e, de 1985-1990 como Diretor do Arquivo Histórico do Exército e sendo Diretor da BIBLIEx e da Revista A Defesa Nacional, o saudoso Cel Inf Aldílio Sarmento Xavier, muito atuamos em conjunto. E eu como membro do Conselho Editorial da Revista A Defesa Nacioal bem como Presidente da Comissão de História da Defesa Nacional. Período em que atuou com muito destaque como Redator Executivo da Revista A Defesa Nacional o saudoso Cel Eng Virgílio da Veiga. Cel Bento.

SUMÁRIO

O Centenário da Reunião no Clube Militar em 20 de Setembro de 1913, para a Fundação da Revista da Defesa Nacional 3
Evocação da Guerra do Paraguai 23
O Exército Nacional no Desenvolvimento do Nordeste 37
Bagé e o Legendário Lanchão Farroupilha «Seival» 38
A Guarnição Federal do Recife há 100 Anos e seu Comandante 41
Contribuição aos festejos do Centenário do Município de Dom Pedrito 43
Centenário do Libertador Do Acre 49
Bicentenário da Conquista do Forte São Martinho no Rio Grande do Sul 55
Caxias e o Uso Militar de Aeróstatos 58
Bicentenário da Guerra da Restauração do Rio Grande (1763-1776) 59
Estudo Militar dos fatores da decisão em Passo do Rosário 77
Marchas estratégicas do Exército para a Batalha do Passo do Rosário 123
General Osório – Pensamento Militar 142
Paula Cidade, um soldado e escritor a serviço do progresso do Exército 150
Centenário do General Bertoldo Klinger..... 168
Imperialistas ou Sub-imperialistas 177
Uma reunião histórica no Clube Militar 181
Poder nacional e estudo crítico da História Militar 187
Travessia Militar de Brechas e cursos d'água no Brasil 192
Revolução Farroupilha – Desenvolvimento Estratégico e ação pacificadora de Caxias 223
Marechal José Caetano de Faria 237
O brasileiro que foi General de Simon Bolívar — Traços de seu Perfil Militar 262
A Batalha de Boyaca na qual Abreu e Lima lutou 284
A Batalha de Carabobo na qual Abreu e Lima foi ferido - Situação Geral 288
Batalha de Ayacucho em que Abreu E Lima lutou Como Coronel - Antecedentes 293
Sesquicentenário do Combate do Seival, o Berço da República Brasileira 295
Pedro Calmon e a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) 332
Serviço Militar Obrigatório no Brasil 334
Marechal Odylio Denys - Uma Vida Inimitável 352
160º Aniversário do Marechal Deodoro da Fonseca 354
O Exercito e a Abolição (Pensamento e Ação) 357
Sesquicentenário do Combate do Rio Pardo 364
General-de-Divisão Augusto Tasso Fragoso (1867-1945) 375

O CENTENÁRIO DA REUNIÃO NO CLUBE MILITAR EM 20 DE SETEMBRO DE 1913, PARA A FUNDAÇÃO DA REVISTA DA DEFESA NACIONAL

Óleo em tela, de Álvaro Martins, com apoio em nossa pesquisa e orientação, representa a reunião de fundação, em 20 de Setembro de 1913, no Clube Militar, da revista A Defesa Nacional. O original decora o Gabinete do Comandante do Exército. Este óleo figura em preto e branco em nosso artigo Reunião no Clube Militar para a fundação da revista A Defesa Nacional em seu nº 715 e, a cores, na capa da revista nº 750, mas com data de fundação errada, como sendo em 10 de outubro de 1913. Ela ilustra a capa do livro Soldados da Pátria - História do Exército Brasileiro 1889-1937 do historiador Frank McCann. A ilustração a seguir representa os fundadores como o pintor representou.



Identificação da posição no óleo da página anterior em que o pintor colocou os 13 oficiais fundadores da revista A Defesa Nacional (Fonte: Artigo do autor sobre esta reunião de fundação na revista nº 715 à página 165)

Foto de painel na sede da Revista a Defesa Nacional, no Palácio Duque de Caxias no Rio de Janeiro, dos 12 fundadores e mantedores da revista e mais um mantenedor que ingressou no grupo pouco depois. Eles são descritos no texto a seguir, de 1 a 13, e na seguinte ordem: de cima para baixo, da esquerda para a direita: Klinger, Leitão de Carvalho, Mário Clementino, Euclydes Figueiredo, Paula Cidade, Taborda, Parga Rodrigues, Mares Maciel, Epaminondas Lima e Silva, Souza Reis, Jorge Pinheiro, e Amaro Azambuja Vilanova (Fonte: Capa A Defesa Nacional nº 709 set/out 1983).

Por CEL CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Veterano Cel Eng QEMA Claudio Moreira Bento (x)

Historiador Militar, Memorialista e Jornalista

UMA REUNIÃO HISTÓRICA NO CLUBE MILITAR, EM 20 SETEMBRO DE 1913

A pintura o óleo focalizada e hoje no Gabinete do Comandante do Exército é de autoria do pintor Álvaro Martins e foi elaborada com apoio em nossas pesquisas e orientação, como Presidente da Comissão de Pesquisa de História Básica da revista A Defesa Nacional, criada em 10 de outubro de 1983, pela Cooperativa Militar Editora e Cultura Intelectual, a pedido de seu Diretor o Cel Inf QEMA Aldílio Sarmento Xavier também Diretor da BIBLIEx.

O óleo procurou perenizar a histórica reunião em que ficou decidida a criação de **A Defesa Nacional**, em 20 de setembro de 1913, em dependência do Clube Militar, por 12 jovens oficiais idealistas, fundadores e mantenedores da mesma, apelidados à época de "jovens turcos" e designados em sociedade de "patentes novas" do Exército, segundo Pedro Calmon. A Reunião foi documentada em Ata nº1, adiante publicada.

Somente 20 dias depois, em 10 de outubro de 1913, da data que o grupo consagrou como a fundação da revista, é que teve lugar a reunião na Papelaria Macedo, à Rua da Quitanda 74, onde os fundadores receberam o primeiro número editado, o nº 1, com a data daquele dia. Nessa Reunião, segundo Francisco de Paula Cidade, os 12 fundadores presentes "adotaram a filhinha recém-nascida".

O grupo fundador era constituído de seis capitães, cinco 1º tenentes e um 2º tenente. Pertenciam às seguintes armas: cinco de Infantaria, seis de Artilharia e somente um de Cavalaria. A Engenharia não se fez representar, pois, criada em 1908, estava em fase de estruturação.

Do grupo inicial, onze eram egressos da Escola Militar da Praia Vermelha, sendo que nove com curso no Exército Alemão de 1910-1912. Somente Paula Cidade era egresso da Escola de Guerra de Porto Alegre, que substituiu a Escola Militar da Praia Vermelha, fechada em 1904 e extinta em 1905. As idades variavam de 29 a 42 anos. Cinco se situavam entre 29-32 anos, quatro entre 31-37 e três entre 40-42.

O grupo era originário dos seguintes Estados: quatro do Rio Grande do Sul, um do Paraná, quatro do Rio de Janeiro, um de Alagoas, um do Ceará e um do Maranhão. Pouco mais tarde, juntou-se ao grupo fundador e mantenedor inicial, como mantenedor, o 2º Tenente de Infantaria José dos Mares Maciel da Costa, de São Paulo, passando o grupo ao número de 13 mantenedores, dos quais só 12 fundadores.

Os "jovens turcos" identificaram-se em torno dos objetivos de fundação de uma revista de assuntos militares, em aulas de jogo de guerra, patrocinadas na 9ª Região de Inspeção Permanente (atual 1ª Região Militar) por seu comandante, General-de-Divisão Antônio A. de Souza Aguiar.

Explicação do quadro da fundação da Defesa Nacional

Sentados, de forma paritária e informal, a alegoria mostra, com o auxílio da ilustração de silhuetas numeradas, como o artista concebeu os 13 mantenedores, com apoio em fotos dos mesmos existentes na sede da revista, no Palácio Duque de Caxias.

São os seguintes os 13 sócios mantenedores, cuja memória hoje é cultuada com muito respeito e admiração por todos quantos no Brasil, em especial no Exército, têm se devotado a problemas relacionados com a Defesa Nacional e ao desenvolvimento de nossas Forças Armadas, à altura do destino de grandeza que o povo brasileiro vem lutando para construir:

1) **1º Ten Art Bertoldo Klinger**. Nasceu em Rio Grande, RS, em 1º de janeiro de 1884. Foi um dos três idealizadores da revista, em viagem marítima de retorno ao Brasil de Curso no Exército Alemão, e um dos três primeiros redatores. Era o mais moço do grupo. Foi eleito, por unanimidade, Presidente de Honra e redator-chefe. Representava a tropa, servindo no 1º Regimento de Artilharia. Foi o recordista em colaborações à revista nos mais variados assuntos. Atingiu o posto de General-de-Brigada, na Ativa (7 de maio de 1931). Sobre ele, já esquecido, escrevemos o artigo Centenário do General Bertoldo Klinger, co-fundador da revista **A Defesa Nacional** em seu nº 711,1984, jan/fev, p.5/16. Com seu depoimento foi possível em grande parte produzirmos o livro **Escolas Militares de Rio Pardo 1859-1911**. Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS/Gênesis, 2005, em parceria com o Cel Inf EM Luiz Ernani Caminha Giorgis, presidente da AHIMTB/RS, Academia Gen Rinaldo Pereira da Câmara.

2) **1º Ten Inf Estevão Leitão de Carvalho**. Nasceu em Alagoas, em 6 de abril de 1881. Foi o lançador da idéia da revista em viagem marítima, de retorno ao Brasil, de curso no Exército Alemão, e um dos seus três primeiros redatores. Escreveu sobre assuntos ligados à Infantaria. Foi chefe de escól. Comandou a 3ª Região Militar, com papel destacado nas manobras de Saican, RS, durante a 2ª Guerra Mundial. Foi representante do Brasil, nos EUA, na Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA que ajudou a concretizar a cooperação do Brasil no esforço de guerra aliado, através em especial da FEB. Atingiu o posto de General-de-Divisão na Ativa (24 de maio de 1940). Foi historiador destacado do IGHMB e do IHGB. Sintetizou sua vida e obra o acadêmico e vice-presidente da AHIMTB, coronel Arivaldo Silveira Fontes, ao inaugurar cadeira da hoje FAHIMTB, em homenagem ao General Estevão de Carvalho. Cadeira que teve como ocupante o Gen Ex Paulo César de Castro, ex-Cmt da ECEME e hoje tem por titular o Cel Antonio Augusto Vianna de Souza, ex-comandante do CMPA. A Oração do Cel Arivaldo está publicada na seguinte obra por ele organizada **AHIMTB - posses de acadêmicos 1996-**

1997. Brasilia: SENAI, 1998. p. 51/60. Ao historiador militar Estevão Leitão de Carvalho muito está a dever o IHGB em relação à sua moderna sede, por haver intermediado um empréstimo da CEF entre o seu presidente no IHGB, Dr. Pedro Calmon, e o seu ex-instruendo e, depois Presidente da República General Emílio Garrastazu Médici. Seu precioso arquivo pessoal foi doado pela família ao acadêmico General Médico Alberto Martins da Silva, em Brasília. O General Leitão de Carvalho doou seus livros à Biblioteca da AMAN e presidiu por 20 anos a Fundação Osório, dedicada à educação de órfãs de militares das Forças Armadas.

3) **Cap Inf Mario Clementino de Carvalho**. Nasceu no Rio de Janeiro, em 7 de maio de 1876. Formou-se na Escola Militar da Praia Vermelha. Era Secretário do Clube Militar na época. Autor da idéia do nome da revista, como síntese dos objetivos da mesma. Foi o redator dos dois primeiros editoriais e, por largo tempo, professor da Escola Militar do Realengo.. Era muito estimado por seus alunos no Realengo. É patrono de cadeira na FAHIMTB. Desenvolvemos seu currículo ao final, como homenagem da FAHIMTB.

4) **1º Ten Cav Euclydes de Oliveira Figueiredo**. Nasceu no Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 1883. Foi aluno interno do Colégio Militar do Rio de Janeiro, 1896-1901. Cursou Cavalaria no Exército Alemão em 1911-12, sendo o único representante da nobre Arma no grupo e no 1º Regimento de Cavalaria (hoje Dragões de Brasília). Atuou no Contestado, e mais tarde chefiou o Curso de Cavalaria da histórica Missão Indígena da Escola Militar do Realengo. Colaborou em assuntos ligados à Cavalaria. Comandou o 1º RC, atual Dragões da Independência, que foi levado para Brasília por seu filho Cel João Baptista de Oliveira Figueiredo. E também a 1ª Brigada de Cavalaria, em Alegrete e a 2ª Divisão de Cavalaria em Uruguaiana, como coronel. Comando mais tarde exercido por seus filhos generais Euclides e Diogo de Oliveira Figueiredo. Abordamos a sua vida militar na obra, em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, **2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada - Brigada Charrua**. Porto Alegre: Metrópole/AHIMTB/IHTRGS, 2007. p. 123/125. Atingiu, na reserva, o posto de General-de-Divisão.

5) **2º Ten Inf Francisco de Paula Cidade**. Nasceu em Porto Alegre, em 22 de dezembro de 1883. Foi secretário da revista. Havia participado em 1910 da fundação e direção da **Revista dos Militares1910/1922**, em Porto Alegre. Era o mais moderno e o único egresso da Escola de Guerra de Porto Alegre. Comandou unidades de Infantaria em Corumbá e Belo Horizonte, a ID/9 e a 8ª Região Militar, em Belém, como General-de-Brigada. Foi juiz militar da FEB. Infante de escol, historiador e geógrafo militar dos mais fecundos do Exército, é hoje patrono de cadeira no IGHMB, que foi por nós ocupada, e da FAHIMTB. Sobre sua vida e obra escrevemos artigo na revista em seu nº 709, set/out 1983 às p.13 /35 intitulado “Paula Cidade, um soldado a serviço do progresso do Exército”, no qual levantamos toda a sua obra literária. Sua biblioteca foi entregue à Biblioteca da AMAN. Foi o introdutor no Realengo, por decisão de seu comandante Cel José Pessoa, do ensino de Geografia Militar, tendo produzido a valiosa obra **Notas de Geografia Militar sul-americana**. Rio de Janeiro: Escola de Realengo, 1934 1ª ed e pela BIBLIEx em 1942, 2ª ed. Obra que abordava o Terreno, um dos fatores da decisão militar a nível de América do Sul e que foi muito,apreciado pelos exércitos de países irmãos.

6) **1º Ten Art Brasílio Taborda**. Nasceu em 20 de maio de 1877, no Paraná. Foi colaborador da revista da qual mais tarde se tornou redator-chefe.

Chegou a ser mobilizado durante dois meses no período da I Guerra para lutar na Europa. Atingiu o generalato na Ativa, tendo comandado a 8a Região Militar, em Belém. Foi um dos três oficiais que idealizaram a revista em viagem marítima de retorno ao Brasil, de curso no Exército Alemão.

7) **1º Ten Art José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti**. Nasceu em 11 de março de 1879, no Ceará. Foi destacado colaborador em assuntos relacionados com tiro de Artilharia. Também representava a tropa, o 1º Regimento de Artilharia. Comandou a 9ª Região Militar em Mato Grosso. Depois atingiu o generalato. Ligou-se sentimentalmente à **A Defesa Nacional**.

8) **Cap Art Cezar Augusto Parga Rodrigues**. Nasceu em 1 de dezembro de 1871. Foi colaborador assíduo da revista, de capitão a general, sobre assuntos de Artilharia, virtudes militares, remonta e profissionalismo militar. Atingiu o posto de General-de-Divisão, tendo comandado o 1º Distrito de Artilharia de Costa, a 1ª Brigada de Artilharia Anti-Aérea e a 3ª Região Militar.

9) **2º Ten Inf José dos Mares Maciel da Costa**. Nasceu em 1 de setembro de 1877, em São Paulo. Não participou da fundação da revista, embora esta o represente no quadro, em homenagem aos seus serviços e sacrifícios por suas idéias, punido que foi disciplinarmente em 1915, junto com Klinger e Pompeu Cavalcanti, estes reincidentes, no célebre incidente gerado pelo número da revista de 10 de dezembro de 1915 que publicou o artigo "Exame do Batalhão", no qual denunciavam uma farsa na instrução, lesiva à operacionalidade do Exército e contado por Paula Cidade em **Síntese de três Séculos de Literatura Militar Brasileira**. Maciel da Costa servia no 52º BC. Como capitão transferiu-se para a Intendência de Guerra, tendo falecido em Porto Alegre. Fazia parte dos treze mantenedores, mas não dos doze fundadores. E incluído no quadro alegórico como homenagem da revista.

10) **Cap Epaminondas de Lima e Silva** . Nasceu em 26 de novembro de 1872 no Rio Grande do Sul. Cursou Artilharia no Exército Alemão. Como major, foi presidente e redator-chefe da revista. Atingiu o posto de coronel, tendo comandado o 1º Grupo de Artilharia de Montanha e a 9a Região Militar. Era ligado por laços de parentesco ao Duque de Caxias - Patrono do Exército e da FAHIMTB e AHIMTB filiadas. Foi chefe do Curso de Artilharia da "Missão Indígena" da Escola Militar do Realengo.

11) **Cap Int Joaquim de Souza Reis**. Nasceu em 2 de novembro de 1881, no Rio de Janeiro. Cursou a Infantaria no Exército Alemão. Foi um dos três primeiros redatores da revista. Integrou o 58º Regimento de Caçadores de Niterói, no Contestado. Faleceu como major, em 7 de agosto de 1924, deixando duas filhas de seu consórcio com a alemã Vali Van der Kilen. Foi punido no incidente de crítica ao "Exame de Batalhão", quando foi substituído por Maciel da Costa na redação, por ter sido transferido para o Sul, sem nenhuma ligação com o incidente.

12) **Cap Art Francisco Jorge Pinheiro**. Nasceu em 25 de março de 1873. Cursou a Artilharia no Exército Alemão. Foi redator da revista. Comandou a 4ª Região Militar em Juiz de Fora de 1930-32, sendo transferido para a reserva como General-de-Divisão, em 25 de novembro de 1933. Segundo o General Lyra Tavares, Jorge Pinheiro é o autor da letra da Canção da Artilharia, colocada sobre a música da Canção da Infantaria da Alemanha, com ritmo ou cadência lenta.

13) **Cap Inf Amaro de Azambuja Vilanova**. Nasceu em 18 de abril

de 1879 no Rio Grande do Sul. Cursou a Artilharia no Exército Alemão. Colaborou com diversos assuntos e entre eles "Um combate aéreo na Frente Sul no início da Revolução Paulista de 32. Atingiu o posto de General-de-Brigada, tendo comandado a 7ª Brigada de Infantaria do seu tempo.

PROJEÇÃO HISTÓRICA DA REVISTA

A revista A Defesa Nacional foi criada no contexto da Reforma Militar 1898-45 e, na Presidência da República do Marechal Hermes da Fonseca — o seu grande artífice e dínamo de 1904-1914, como comandante da Escola de Aplicação do Realengo e do 4º Distrito Militar, atual 1ª Região Militar, Ministro da Guerra e Presidente da República.

Das múltiplas e significativas projeções históricas da revista registre-se:

- A relevante contribuição para a consolidação da revolução cultural do Exército, desencadeada pelo **Regulamento de Ensino de 1905**, ponto de inflexão do bacharelismo que vigorava desde 1874, para o profissionalismo militar que até hoje vigora.

- Haver cristalizado e suportado a corrente do pensamento militar brasileiro que contribuiu para orientar as preocupações do Exército para a sua operacionalidade, atualização e modernização, circunstâncias que ajudaram a arrancar o Exército dos ultrapassados padrões operacionais revelados em Canudos, no sertão da Bahia, em 1897, inferiores aos da Guerra do Paraguai, aos notáveis revelados pela FEB, na Itália, em 1944-45.

- Haver contribuído para produzir uma geração de escritores militares que se tornaram notáveis nos mais variados setores da problemática relacionada com a Defesa Nacional, em todos os seus níveis.

Constatar isto é obra de simples verificação dos índices de autores e assuntos de cada número em 100 anos de existência. Na falta de um índice geral da mesma que facilitaria sobremodo esta verificação. Pois por suas páginas, desde 1913, desfilou expressiva parcela de inteligência nacional, civil e militar, com contribuições as mais diversas, abordando os problemas nacionais mais relevantes, muitos, inclusive, em caráter pioneiro. Abordagens hoje sepultadas em números das revistas por falta de um indice geral de autores e assuntos e mesmo por falta de uma colocação digitalizada da revista à diposição, na Internet, dos alunos de nossas escolas militares para a elaboração de suas monografias, dos historiadores, pensadores e planejadores do Exército e em especial de seus chefes. Enfim um precioso tesouro a ser desenterrado por traduzir a evolução do pendamento militar brasileiro em um século.

Foram de seus quadros dirigentes, no passado, os ex-presidentes marechais Eurico Gaspar Dutra e Humberto de Alencar Castello Branco e o General-de-Exército João Batista de Oliveira Figueiredo, filho de um dos fundadores e o Presidente que levou o Brasil à Antártida, um dos grandes sonhos da revista.

Por tudo, os 13 "jovens turcos" ou "patentes novas" que tiveram a feliz inspiração de fundar, manter, vivificar e projetar nacionalmente a revista, se tornaram credores da admiração nacional. Constituem-se hoje como um exemplo digno de ser imitado por todos quantos neste imenso Brasil, no mar, na terra e no ar, dedicaram o melhor de si, num trabalho anônimo, para dotarem o Brasil de Forças Armadas à altura de sua atual expressiva projeção economica e mundial. Tarefa grandiosa, cuja responsabilidade maior é dos poderes Executivo e Legislativo que representam o Povo Brasileiro que os

elegeram para o representar e o defender.

Os "jovens turcos" e todos os colaboradores de **“A Defesa Nacional**" 1913-1944, contribuíram com seus escritos, para a organização da Força Expedicionária Brasileira, que representou o povo brasileiro de modo condigno, ao lutar, lado a lado ou contra frações expressivas dos melhores exércitos do mundo presentes na Europa na 2a Guerra Mundial.

"Não cora o sabre de ombrear com o livro, nem cora o livro de chamá-lo irmão"

Esta parece ser a grande lição, reafirmada diversas vezes pela História, a extrair hoje dos fundadores de **A Defesa Nacional**, patriotas, escritores de circunstância e profissionais militares de escól ao serviço da grandeza das Forças Armadas do Brasil. Ação meritória que o Tribunal da História julgou e consagrou como fato nacional relevante, com sentença transitado em julgado que o óleo da fundação da revista hoje no Gabinete do Comandante do Exército consagrou para a posteridade.

Ata de fundação de ‘A Defesa Nacional’

No dia vinte de Setembro de mil novecentos e treze, numa das salas do Clube Militar, na Capital Federal, presentes os abaixo assinados, realizou-se a primeira reunião dos interessados na publicação de uma revista que refletisse as idéias do novo Exército e fosse, por consequência, um órgão de combate e um instrumento de trabalho.

Aberta a sessão, às 4 horas da tarde, tomou a palavra o 1o tenente Leitão de Carvalho, que expoz os fins da reunião e os trabalhos realizados até aquella data, por ele orador, pelo capitão Mario Clementino de Carvalho e pelos 1º tenentes B. Klinger e Souza Reis. Se cogitando dos meios e fins da revista, de antemão denominava-se "A Defesa Nacional", ficou resolvido que, salvos os casos expressos de responsabilidade que cada qual assume pelas idéias e juizos que publica, houvesse sempre a mais perfeita solidariedade em todos os sentidos, especialmente quanto ao onus-pecuniário a que por ventura venha a dar lugar a manutenção da revista.

E como nem todos os associados estivessem presentes, ficou também resolvido que esta Ata fosse lida e assignada por todos.

Por proposta do 1º tenente Taborda foram aclamados para dirigir a revista os tenentes Klinger, Leitão e Souza Reis, ficando o primeiro como chefe da redação; tratando-se da escolha de um secretário, foi, ainda por proposta do tenente Taborda, aclamado o 2º tenente Cidade.

No que diz respeito à impressão da revista, nada ficou resolvido, deixando-se, no entanto, os diretores encarregados de a contratar com quem mais vantagens oferecer. E como o fim principal deste livro de atas seja facilitar futuramente o estudo das condições em que surgiu e viveu esta revista, reclamada pelo momento histórico e pelas condições atuais do Exército, que vamos combater atrasadas e perigosas práticas, cumpre nos declarar que coube aqui toda a iniciativa ao 1º tenente Leitão de Carvalho, tendo como auxiliares imediatos o capitão Mario Clementino, os 1ºs tenentes Klinger e Souza Reis. E como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a sessão e marcada outra para o dia que fosse escolher pela diretoria.

F. de Paula Cidade, Secretário Confere: Bertoldo Klinger Io Tenente, Estevão Leitão de Carvalho 1º Tenente Joaquim de Souza Reis Netto, Brasílio Tarborda E. de Lima e Silva Parga Rodrigues

Scientes: Mario Clementino Cap,. Jorge Pinheiro José Pompeu de

Albuquerque Cavalcan Euclydes de Oliveira Figueiredo, Amaro de Azambuja Villanova

Editorial do nº 1 da revista A Defesa Nacional elaborado pelo Capitão Mário Clementino de Carvalho
(preservada a grafia da época)

A DEFESA NACIONAL, que inicia com este numero a sua carreira na literatura militar do pais, tem o seu programa contido na fórmula que lhe serve de epigrafe. Como e fácil de ver, o escopo dos seus fundadores não é outro senão colaborar, na medida de suas forças, para o soerguimento das nossas instituições militares, sobre as quais repousa a defesa do vasto patrimônio territorial que os nossos antepassados nos legaram, e da enorme soma de interesses que sobre ele se acumulam.

De resto, os interesses militares se acham hoje em dia e em todos os países do mundo, de tal forma entrelaçados aos interesses nacionais, que trabalhar pelo progresso dos meios de defesa de um povo e, senão o melhor, pelo menos um dos melhores meios de servir aos interesses gerais desse povo.

O caso do nosso pais apresenta, além disso, algumas características particulares. Se nos grandes povos, inteiramente constituídos, a missão do Exército não sai geralmente do quadro das suas funções puramente militares, nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo - o Exercito - única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente — vai ás vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação politica ou de estabilisação social.

A nossa pequena historia, bem como a de outros povos sul-americanos, está cheia de exemplos demonstrativos dessa afirmação.

E' debalde que os espiritos liberais, numa justificada ânsia de futurismo, se insurgem contra as intervenções militares na evolução social dos povos: é um facto histórico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem á sua formação e desenvolvimento, e que só num grau já elevado de civilisação elas conseguem emancipar-se da tutela da força, que assim se recolhe e se limita à sua verdadeira função.

Sem desejar, pois, de forma alguma, a incursão injustificada dos elementos militares nos negócios internos do pais, o Exército precisa entretanto estar aparelhado para a sua função conservadora e estabilisante dos elementos sociaes em marcha - e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam.

No que diz respeito ao exterior, o problema que o nosso Exercito tem a resolver não é menos complexo. Vasto pais, opulento e formoso, com 1.200 léguas de costa, abertas ás incursões do lado do mar; com extensas linhas fronteiriças terrestres, do outro lado das quais se agitam e progridem muitos povos também em formação — não seria absurdo admitir a hipótese de que o Brasil viesse um dia a encontrar um sério obstáculo às suas naturais aspirações de um desenvolvimento integral.

E nesse dia, que pode estar próximo ou remoto, e sem saber de que lado virá o perigo, que pode vir do Norte como do Sul, do Oriente como do Ocidente — o Brasil não poderá verdadeiramente contar senão com as suas

próprias forças, isto é, com a sua organização militar.

Mas a questão tem ainda um terceiro aspecto: O Exército, num pais como o Brasil, não é somente o primeiro factor de transformação politico-social, nem o principal elemento de defesa exterior: ele tem igualmente uma função educativa e organisadora a exercer na massa geral dos cidadãos.

Um bom Exército é uma escola de disciplina hierárquica, que prepara para a disciplina social, e é, ao mesmo tempo, uma escola de trabalho, de sacrificio e de patriotismo.

Um Exército bem organisado é uma das criações mais perfeitas do espirito humano, porque nele se exige e se obtém o abandono dos mesquinhos interesses individuais, em nome dos grandes interesses coletivos nele se exige e se obtém que a entidade homem, de ordinário tão pessoal e tão egoista, se transfigure na abstração **dever**; nele se exige e se obtém o sacrificio do primeiro e do maior de todos os bens que é a vida, em nome do principio superior de **pátria**.

Compreende-se facilmente que uma instituição dessa natureza, que destaca, e põe em relevo, e fortalece aquilo que ha de nobre e de heróico, e de sublime no barro comum — tem que exercer forçosamente uma influência salutar sobre o desenvolvimento dos individuos e das sociedades.

Se essa influência, que sempre se fez sentir nas sociedades cultas da Europa, trabalhadas por dois mil anos de civilisação, é, nas velhas sociedades já formadas, um meio valioso de aperfeiçoamento, que os filósofos reconhecem e assinalam — num pais como o Brasil ela será, com mais forte razão, um fator poderoso de formação e de transformação de uma sociedade retardada e informe.

A necessidade, pois, de construirmos um Exército que corresponda às nossas legítimas aspirações de desenvolvimento e de progresso, está acima de qualquer discussão.

Num momento histórico, como o que atravessamos, em que a capacidade social de um povo se mede e se avalia pela sua organização militar - o Brasil, que é um dos mais opulentos países da terra, não pode cruzar os braços indiferente aos rumores de luta, que nos chegam dos quatro pontos cardiais e confiar a defesa do seu patrimônio aos azares do destino.

Há na história da nossa pátria a memória de algumas tentativas, que temos feito, no sentido de organizar um Exército regular — tentativas que infelizmente ate hoje têm encontrado apenas um sucesso parcial ou relativo.

Para não levarmos a nossa análise muito longe, basta relembrar os esforços destes 24 anos de administração republicana. É um fato evidente que o pais inteiro compreendeu a necessidade, que temos, de um sólido instrumento de guerra, e que sempre se mostrou nas melhores disposições para fazer sacrifícios de toda a sorte, em nome da defesa nacional.

Essa convicção geral repercutiu no seio do Exército, e nós começamos a trabalhar, de 1889 para cá.

Temos gasto nesse período um milhão e quinhentos mil contos de réis aproximadamente; fizemos duas reorganizações gerais e algumas parciais: o **Regulamento das Escolas Militares** foi reformado 4 vezes: 2 vezes no sentido de dar ao ensino teórico uma importância maior que ao ensino prático e 2 vezes no sentido contrário.

Alteramos várias vezes o plano de Uniformes e os regulamentos das Armas. O da arma de Infantaria foi transformado 4 vezes; e ha soldados de 20

anos de praça, porque há so os que sabem as quatro instruções dessa arma.

Enfim, para não alongar muito esta enumeração basta dizer que nós temos trabalhado. E entretanto é hoje uma convicção generalizada, tanto no mundo militar como no mundo civil, que o Exército atual não corresponde absolutamente ás nossas necessidades, e que o pais está completamente indefeso.

Ora ai esta o nosso verdadeiro ponto de partida, queremos dizer o da nossa revista A Defesa Nacional, que inicia com este número a sua carreira nas letras militares do pais. Nós estamos profundamente convencidos que só se corrige o que se critica: de que criticar é um dever; e de que o progresso é obra de dissidentes.

Esta revista A Defesa Nacional foi fundada, por conseguinte, para exercer o direito, que todos temos, de julgar as coisas que nos afetam, segundo o nosso modo de ver, e de darmos a nossa opinião a respeito.

Mas nós também não perderemos de vista que tudo neste mundo é relativo, e que "...quand on comprend tout, on pardonne tout...".

Nunca esqueceremos, nestas páginas, de fazer a mais rigorosa justiça daquele que nos precederam nesta senda, e que hoje, embranquecidos e trôpegos, os pés sangrando das durezas do caminho, se vão afundando, nas glórias fúnebres do poente...

Em todas as coisas desta vida é preciso não esquecer nunca a época em que elas foram feitas e o espirito que as ditou.

Muito do que hoje nos parece deslocado e anacrônico, foi racional e acceitavel a seu tempo, assim como o que hoje nos parece excelente, será criticável amanhã.

Profundamente compenetrados dessas verdades eternas, nós desejamos que um largo espirito de tolerância e camaradagem estenda sobre as páginas desta revista **A Defesa Nacional** duas grandes asas brancas...

Não queremos ser absolutamente, no seio da nossa classe, uma horda de insurretos dispostos a endireitar o mundo a ferro e fogo — mas um bando de **Cavaleiros da Idéia**, que saiu a campo, armado, não de uma clava, mas de um argumento; não para cruzar ferros mas para raciocinar; não para confundir, mas para convencer.

Foi com estas ideias que resolvemos fundar esta revista. Nela exerceremos necessariamente o direito da critica: — ás idéias, não aos indivíduos. Mas, tanto quanto nos for possível, dentro da fabilidade das coisas humanas, procuraremos manter sempre uma nobreza de atitude — digna daqueles para quem escrevemos.

Não nos move de forma alguma a preocupacão pretensiosa de sermos os mentores dos nossos chefes nem dos nossos camaradas; entramos na liça apenas com um pouco de mocidade, um pouco de estudo e a maior boa vontade, e dos nossos chefes e camaradas ambicionamos tão somente ser prestimosos auxiliares e dedicados colaboradores.

Grupo Fundador:

Estevão Leitão de Carvalho, Mario Clementino de Carvalho, Joaquim de Souza Reis Bertholdo Klinger, Francisco de Paula Cidade , Brasílio Taborda, Epaminondas de Lima e Silva, Cesar Augusto Parga Rodrigues, Euclides de Oliveira Figueiredo. José Pompeo Cavalcanti de Albuquerque, Jorge Pinheiro e Amaro de Azambuja Villa Nova.

Segundo o Marechal Odylio Denys em **Ciclo Revolucionário Brasileiro**, (Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1980, p. 104), o presidente do

Clube Militar na época era o General Pedro Tito Escobar, também comandante da Brigada Mista de Caçadores. Esse chefe deu apoio ao grupo fundador, acolhendo na sede do Clube várias palestras proferidas por Klinger, Souza Reis, Euclydes Figueiredo e Leitão de Carvalho, antes da fundação.

Segundo Pedro Calmon, a Liga de Defesa Nacional, fundada por Miguel Calmon Du Pin e Almeida, ligava-se à revista pela solidariedade que ela emprestou ao histórico discurso que ele pronunciou na Bahia, em 1915, de retorno da Europa, de alerta ao despreparo militar do Brasil para a eventualidade de seu envolvimento na1ª Guerra Mundial

A projeção de **A Defesa Nacional**" na instrução do Exército é focalizada com riqueza de detalhes pelo Marechal Odylio Denys, na obra citada, no anexo sob o título "Renovação do Exército — Missão Indígena".

Merecem destaque as palavras de incentivo do Ministro da Guerra, General Caetano de Farias:

"A Defesa Nacional nunca se afastou do terreno profissional. Seus leitores encontraram em suas páginas o estudo de questões de organização militar, de regulamentações táticas, do modo de executar serviços, mas nunca tiveram de distrair a atenção dos soldados, para ltas cogitações filosóficas ou outros assuntos alheios à profissão".

A revista **A Defesa Nacional** traduz a evolução do pensamento militar brasileiro de 1913 até o presente, bem como a evolução do Exército, o que é expressivo para nosso Exército razão da importância da elaboração como Instrumento de Trabalho dos profissionais e historiadores do Exército de uma publicação com um índice de autores e assuntos da revista **A Defesa Nacional**, como procedeu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao atingir o seu nº 400 em jul/set 1998. Antes recorríamos ao índice de nosso professor na 2ª serie ginasial no Ginásio Gonzaga professor Planella e por ele elaborado quando professor de História da PUC/Porto Alegre, do qual doamos uma cópia ao IHGB e foi muito usada por seus membros e até copiadas por muitos.

Quando na Direção do Arquivo Histórico do Exército elaboramos os seguintes instrumentos de Trabalho: o do desempenho escolar dos alunos que estudaram na Academia Real Militar e o do livro registro de Engenheiros Militares, e outros. E nos foi confiado pelo Cel Francisco Ruas Santos o Índice da **Revista da AMAN**, e ele conseguiu publicar pela BIBLIEx o livro **Coleção Bibliográfica Militar**, em 1960, com índices de publicações como **O Boletim Estado- Maior do Exército, e Revista Nação Armada**. E elaborou índice de autores e assuntos da A Defesa Nacional de 1913 à 1960 de cerca de 551 números do qual possuímos exemplares hoje à disposição na sala da FAHIMTB e AHIMTB/Resende - Marechal Mario Travassos, em sala ao fundo da Biblioteca no andar do Gabinete do Comandante da AMAN e ali acolhidas por seu comandantes Gen Div Edson Leal Pujol e Júlio César Arruda, hoje acadêmicos da FAHIMTB .

E argumentava o Cel Ruas que uma revista sem o índice de assuntos e autores é uma sepultura do pensamento militar, com o que concordo, e que cada historiador ao tratar de um assunto sempre inicia seu trabalho sem considerar, por desconhecer outros trabalhos sobre o tema e por via de consequência não avança. E sempre recomeça sem aprofundamentos ou avanços. O que nos leva a lembrar uma definição de História de Honoré de Balzac de que **"a História é doida se repete, se**

repete, se repete".

E assim ocorre no caso de nossas revistas e jornais militares sem índice, os historiadores e profissionais militares se repetem, se repetem, se repetem, por não integrarem ao seu trabalho os já produzidos sobre assunto, por os desconhecerem.

Basta se imaginar como teriam sido mais desenvolvidas as monografias produzidas por alunos de nossas escolas militares e trabalhos profissionais militares se tivessem os autores ao seu dispor, por exemplo, de índice de revista A Defesa Nacional e acesso as suas coleções, que creio existir raras completas. E caso se possa refazer uma coleção completa seria relevante a digitalizar e a colocar disponível em um site na Internet.

Aqui fica a sugestão reiterada da FAHIMTB sobre comemorar-se o centenário de **A Defesa Nacional**, com índice de assuntos e autores e toda a sua coleção que deve contar hoje com cerca de 825 números.

A FAHIMTB pode contribuir com o concurso do índice de assuntos e autores de sua coleção em sua sede na AMAN elaborada pelo patrono de cadeira na FAHIMB Cel Francisco Ruas Santos.

Aliás, historiador militar ao qual o Exército esta a dever a '**Teoria de História do Exército Brasileiro'** para cuja elaboração concorremos como seu adjunto e que foi traduzida pelo EME na publicação **Sistema de Classificação de Assuntos das Forças Terrestres Brasileiras.** Teoria que procuramos simplificar, abordando os casos de emprego de forças terrestres do Brasil que figuram em nosso manual **Como estudar e pesquisar a História do Exercito Brasileiro**, no Capitulo V, com o título 'Temas históricos sobre o emprego das Forças Terrestres Brasileiras para a pesquisa e estudo militar crítico com vistas a formação de seus combatentes e ao desenvolvimento da Doutrina' 1ª ed 1978, 2ª ed 1999, distribuídos a AMAN, EsAO e à AHIMTB a última edição.

Lista de artigos publicados pelo autor na A Defesa Nacional
Artigos do autor na revista A Defesa Nacional Revista

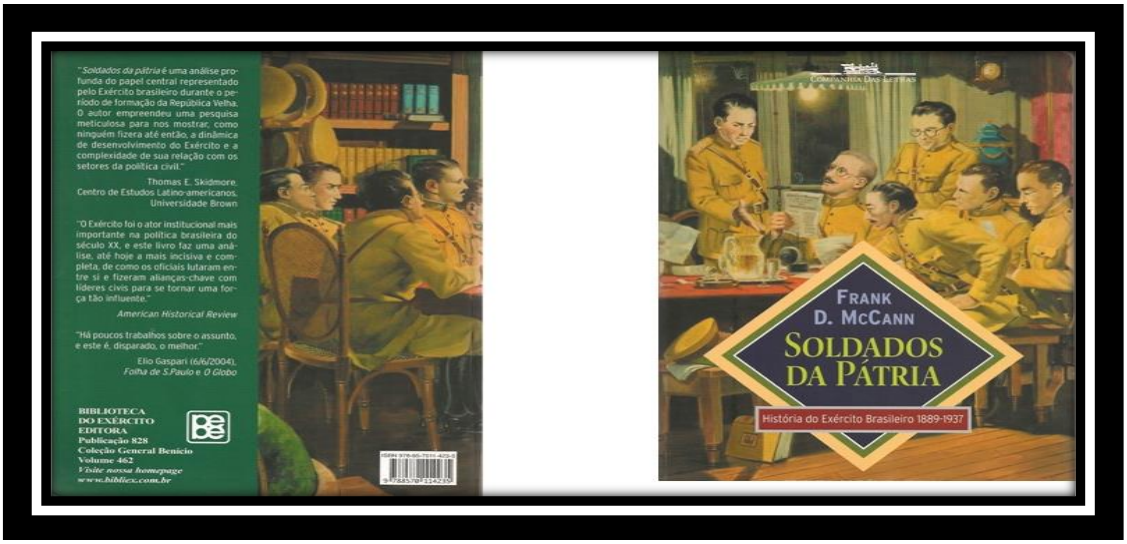
Convenção para recuperação: Nº de ordem, título do artigo, nº da Revista, ano, meses e páginas

1 – Evocação da Guerra do Paraguai 632 1970 jul/ago 33-49
2 - O Exército no desenvolvimento do Nordeste 633, 1970 set/out 91-92
3 - Um sertanejo que foi um dos maiores generais do Brasil (Brigadeiro Antonio de Sampaio) 637 1971 jul/ago 83-90
4 – A guarnição federal do Recife há cem anos e o seu comandante (Mal. Emílio Luiz Mallet) 641 1972 jan/ fev. 135
5 – Bagé e o lanchão farroupilha "Seival" 636 1972 mar/abr. 119-122
6 – Hipólito da Costa – fundador do jornalismo Brasileiro . 643 1972 mar/abr 59-68
7 – Contribuição aos festejos do centenário de D. Pedrito (RS) 647 1973 jan/fev 19-26
8 – Centenário do Libertador do Acre (Plácido) 652 1973 nov/dez 19-26
9 - Mallet – o artilheiro símbolo do Brasil 663 1975 set/out 124/132
10 – Bicentenário da conquista Forte de São Martinho 663 1975 set/out 71/76
11- Bicentenário da Restauração do Rio Grande (Sul) aos espanhóis 666 1976 mar/abr. 9-20
12 – Caxias e o uso militar de aeróstatos 666 1976 mar/abr 195-197

13 – Estudo militar dos fatores da decisão na Batalha de Passo do Rosário Passo. 672 1977 62-107
14 – Marchas estratégicas dos Exércitos para a Batalha do Passo do Rosário 680 1978 nov./dez 71-88
15 – General Osório – pensamento militar 684 1979 jul./ago.
16 – Paula Cidade – um soldado a serviço do progresso do Exército 709 1983 set/out. 13- 35 (Foi um dos fundadores da A Defesa Nacional)
17 – Centenário de nascimento do Gen Bertoldo Klinger co-fundador de A Defesa Nacional 711 1984 jan./fev. 5-16
18 – Reunião no Clube Militar para a fundação de A Defesa Nacional 715 1984 set./out. 168/169
19– Apresentação a artigo de Artur César Ferreira Reis, Imperialistas ou sub. Imperialistas. 715 1984 set/out 133. (A pedido de Pedro Calmon)
20 – O Poder Nacional e o estudo militar crítico da História Militar. 717 1985 jan/fev. 75-81
21 – Registros Arquivo do Exército tem novo Diretor 717 1985 jan fev 166
22 – Travessia Militar de Brechas e Cursos D'água no Brasil (1645-1986)722 1985 nov./dez. 90/106 (Ilustrado)
23 – Revolução Farroupilha – Desenvolvimento Estratégico e ação pacificadora de Caxias 723 1986 jan/fev. 90/106
24 – Mal José Caetano de Farias – Projeção como Chefe do EME e Ministro da Guerra na Reforma Militar 724 1986 mar/abr 93/124
25 – O brasileiro que foi general de Bolívar 725 1986 mai/jun
26 – Sesquicentenário do Combate do Seival o berço da República Brasileira 726 1986 jul/ago 44-85
27 – Pedro Calmon e a AMAN 727 1986 set/out. 31/33
28 – Os 70 anos do 1º Sorteio Militar 727 1987 jun/fev 120-130
29 – Marechal Denys uma vida inimitável 729 1987 jul/ago 132-135(Comentário de livro com sua biografia)
30 – O aniversário do Mal Deodoro 732 1987 mai/jun 149-153
31 – O Exército e a Abolição pensamento e ação. Trabalho premiado em 1º lugar e concurso promovido pela BIBLIEx 738 1988 jul/ago 7/37
32 – Centenário do Colégio Militar do Rio de Janeiro 743 1989 mai/jun 104
33 – Marechal Deodoro - saúde, pensamento e ação em 15 de novembro de 1889 744 1989 jul/ago 7-26 (Pesquisa histórica básica)
34 – Libertação de Angola pelo Rio de Janeiro 744 1989 jul/ago 150-153
35 – Os radicais da República 744 1989 jul/ago 155-156
36 – Sesquicentenário do Marechal Floriano 744 1989 jul/ago 157-158
37 – Cinquentenário da Visita do Gen George Marshall ao Brasil 746 1980 nov./dez. 155-157
38 – Ensino Militar-Cultura Geral x Profissional 746 1980 nov/dez 157
39 – Sesquicentenário do Combate do Rio Pardo 740 1988 nov/dez. 41-52
40 –100 anos do Gen Aurélio de Góes Monteiro 747 1988 jan/mai 164-165
41-- Enfoques sobre a Proclamação da República 749 1990 jul/set -----
42 – Gen Div A. Tasso Fragoso (biografia) 750 1990 out/dez 105-130
43 – Capa óleo – Fundação de Defesa Nacional feita pelo pintor Álvaro Martins, com base em pesquisa e orientação nossa a pedido da BIBLEX 750 1990 out/dez capa (ver detalhes inicio este artigo)
44 – Ensino Militar – Cultura Geral e Profissional 746 1989 nov./dez 155

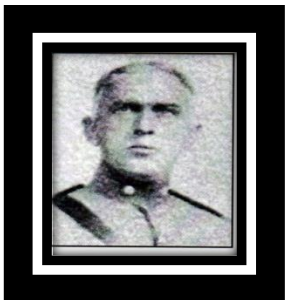
45 – Cinquentenário da visita do Gen. George Marshall 746 idem idem 156
46- Controvérsias - Proclamação da República 749 1990 ju/set 750 1990 out/dez 17/37
47 – O ilustrador da História Militar do Brasil (Miranda Jr.)752 1991abr/jun 148
48 – A Revolta da Vacina Obrigatória 1904 752 1991 abr/jun 149
49– A Fortaleza de Santa Cruz vista por um Alte. Inglês 752 1991 abr/jun 149
50 – O Exército na 1ª Guerra Mundial 752 1991 abr/jun 145 (Importante)
51 – Caxias e a ponte do Passo Geral da Jacuí 852 1991 abr/jun 146
52 – Barão do Rio Branco um diplomata da escola com alma de soldado 754 1991 out/dez 139
53– Bicentenário da mais antiga academia militar das Américas 754 1991 out/dez 141
54 – Um Capelão do Exército o 1° bispo do RGS 754 1991 out/dez 143
55 – As duas faces da Glória 755 1992 jan./nov. 59-62 Resposta a livro sob este título com abordagens sobre a FEB e abordagens inéditas sobre o inimigo na frente da FEB.
56 – Vultos do Ensino Militar 755 1992 jan/nov 133 (Comentário livro do Cel Arivaldo Silveira Fontes presidente da Fundação Osório)
57 – Centenário do Marechal Odylio Denys .756 1992 abr/jun 131
58 – O combate da Vila Amapá 756 1992 abr/jun 132
59 – Sesquicentenário da pacificação de SP e MG 757 1992 jul/set 144
60 - Figuras e fatos de Sergipe 758 1992 out/dez 159 (Comentário livro do Cel Arivaldo Silveira Fontes presidente da Fundação Osório)
61 – Um jornal do Exército na Guerra do Paraguai 758 1992 out/dez 166
62 – O Pioneirismo do Exército no Movimento Tradicionalista Gaucho 759 1993 jan/mar 155
63 – Bicentenário do Ensino Militar Acadêmico nas Américas e do Ensino Superior Civil 759 1993 jan/mar 156
64 – Sistema Luiz Jacome de doma e a Cavalaria Brasileira 759 1993 jan/mar 156 (Um picadeiro do CMRJ leva seu nome)
65 – A Revolução Paulista de 1932 – Operações Militares 760 1992 abr/jun 101/102 (Foi palestra em Cruzeiro –SP no 60º aniversário desta Revolução a convite do Instituto de Estudo Valeparaibanos).
66 – Formação de Oficiais do Exército no RGS 1853-1911 761 1993 jul/set 181 (Mais tarde produzimos Escolas Militares de Rio Pardo 1855/1911)´em parceria com o historiador Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis.
67 – Etimologia das graduações e posto dos Exército (1500-1553) 761 1993 jul/set 183/185
68 – O centenário da Revolta na Armada (Esquadra) 762 1993 out/dez 25/58 (Pesquisa histórica básica)
69 – A Heurística aplicada a seleção de fontes históricas confiáveis 765 1994 jul/set 121/126
70 – Revista da Escola Militar da Praia Vermelha 765 1994 jul/set 147
71 – Centenário do sítio federalista de Bagé 764 1994 jan/mar 151/163
72 – Cercos de Bagé e da Lapa – duas resistências épicas da História Militar do Brasil 767 1995 jan/mar 103ss.
73 – Centenário da inauguração do 1° QG do Exército no RGS 767 1995 jan/mar 147 (Na cidade de Rio Grande próximo da Biblioteca da cidade)
74 – As repercussões do combate do Cerro do Ouro em São Gabriel na invasão do Paraná 766 1994 out/dez

75 – Uma possível explicação a violência na Guerra Civil na região Sul 1893/1895 768 1995 abr /jun p. 141
76 – Contribuição Paulista ao Combate a Guerra Civil 1893-95 769 1995 jul/set p. 119-140 (Pesquisa Histórica básica)
77 – Troféus de combate do Gen. Tasso Fragoso no Museu AMAN 769 1995 jul /set 162/163
78 – Marechal Floriano Peixoto – centenário morte 771 1996 1 trim. 111-120
79 – Pacificação da Revolução de 93 (Guerra Civil no Sul 1893/95) 1 trim/
80 – Campo de Concentração de Prisioneiros de Guerra da Marinha alemã em Pouso Alegre –MG na 2ª Guerra Mundial 770 1995 4 trim
81- Canabarro, filho adotivo de Santana 773 1996
82 – Caserna de Bravos Comentário livro de Osório Santana Figuei-redo sobre o quartel de Mallet em São Gabriel RS 774 1996 4 trim
83 – Operações da Aviação do Exército em Resende, na Revolução de 1932 775 1997 jan/mar 115 /120 (Pesquisa histórica básica)
84 – O Duque de Caxias Ministro da Guerra. 1998 jul/set. 25/58
85- O uso militar de jangadas no Brasil em 1º Abril 1776. O uso militar de jangadas no Brasil em 1º Abril 1776 779 139
87 - Um significado de Canudos para as FTB 778 1997 out/dez
88 – Interpretação da Batalha de Passo do Rosário pelo Duque de Caxias – 777 – 1997, 154/157;
89 – As Guerras Holandesas – Evocação no 350° Aniversário da 1ª Batalha dos Guararapes – 780 – 1998, 5/26;
90 – Caminhos Históricos e estratégicos de penetração no Vale do Alto Paraíba- 784, 1999, jan/ago – 113/130
91 – Caxias e a doutrina militar terrestre brasileira – 788 – 2000, set/dez, 150/153;
92 – Influências estrangeiras na Doutrina Militar Terrestre Brasileira – 789 – 2000. jan./abr – 143/146
93 – Caxias vítima da manipulação da História – 792 – 2002, jan./abr. 2000
94 – A necessidade de uma História Militar da Amazônia – 790, mai./ago. 133/138 (Em 2004 escrevemos a 1 ed Amazônia Brasileira Conquista. Consolidação. Manutenção História Militar Terrestre da Amazônia 1616-2004. Porto Alegre:AHIMTB, e a 2ed, em 2017.2004) 96 – A necessidade de uma História Militar da Amazônia – 790, mai./ago. 133/138
95 – Bicentenário da Guerra de 1801 no Rio Grande do Sul (conquista dos Sete Povos) 791, 2001, set/dez, 5/9;
96 – Getúlio Vargas e a evolução da Doutrina do Exército. 802 2005, mai./ago – 51/57 (Pesquisa histórica básica)
97 – O Exército e a Revolução Farroupilha, uma releitura (A Revolução foi feita pela Guarnição do Exército e a Guarda Nacional), 803 – 2005, set./dez. 54/56



Consagração dos fundadores de A Defesa Nacional na capa do livro **Soldados da Pátria –História do Exército Brasileiro 1889/1937** de Frank D. Mc Cann, publicado pela BIBLIEx. Quanto poderia ter avançado mais Mc Cann, se tivesse tido ao seu alcance um índice de autores de A Defesa Nacional para desenvolver ainda mais o seu notável trabalho, incorporando trabalhos de oficiais brasileiros que produziram sobre o assunto, mas com seus trabalhos sepultados por falta de Indice Geral da Revista, que traduz a evolução do pensamento militar brasileiro sepultado nesta preciosa coleção por falta de um índice.

Votos de que em 1913, centenário de **A Defesa Nacional**, ele possa ser perenizado com um índice de autores e assuntos e mais do que isto com uma coleção de A Defesa Nacional digitalizada acessível pela Internet aos alunos de nossas escolas militares, aos instrutores de história, aos chefes, aos pensadores e planejadores militares de nosso Exército, hoje de um país com expressiva projeção econômica e social crescentes, mas ao que nos parece, salvo melhor juízo, contraria esta lição da História da Humanidade "País rico deve ser forte militarmente". Tarefa de responsabilidade dos poderes Executivo e Legislativo, assessorados pelas carreiras de Estado, os militares e diplomatas. Creio que a responsabilidade da Defesa Nacional é dos poderes Executivo e Legislativo eleitos pelos brasileiros para os representar e o defender, não por seu braço armados as suas Forças Armadas, se não forem colocados a sua disposição os meios necessários para que desenvolvam Poder Militar Defensivo dissuasório compatível.



Cel Inf Mário Clementino de Carvalho - a homenagem da FAHIMTB a um pensador militar brasileiro esquecido

Integrou o grupo dos 12 fundadores da **Revista Nacional**, o Capitão de Infantaria Mário Clementino de Carvalho. Ele foi o autor do historico e

contundente Editorial do nº 1 de **A Defesa Nacional** que transcrevemos neste trabalho, para a meditação dos profissionais militares brasileiros de hoje e do amanhã.

Ele era até pouco tempo um desconhecido no tocante a sua vida e obra e pensamento militar.

E este esclarecimento inicial foi feito pelo acadêmico e presidente da AHIMTB/ Rio de Janeiro - Marechal João Batista de Mattos - o Eng Ten R/2 Art Israel Blajberg, depois de mergulhar em sua Fé de Oficio sob a guarda no Arquivo Histórico do Exército.

Instituição esta de que nos orgulhamos de a haver dirigido de 1985-1990. E foi com o auxílio do acadêmico emérito Gen Ex Jonas de Moraes Correa Neto, então Secretário do Exército e com a aprovação do Ministro do Exército Gen Ex Leônidas Pires Gonçalves tivemos aprovada nossa proposta de mudar a sua denominação de Arquivo do Exército, repartição então voltada para basicamente para o fornecimento de certidões, para a de Arquivo Histórico do Exército. E a partir daí voltado para a preservação de fontes da História do Exército e de seus integrantes do passado, com a nobre missão de Casa de Memória Histórica do Exército.

Missão traduzida em placa de bronze, que colocamos com em sua entrada, com a permissão do citado Secretário do Exército, ao qual o Arquivo estava subordinado o Arquivo.

O acadêmico Israel selecionou da obra de Mário Clementino estas preciosas lições de Arte Militar, extraídas de sua obra **Lições de História Militar – Notas de Aula**, Rio de Janeiro. Estado-Maior do Exército, 1931.

Lições preciosas que aprendemos na ECEME (1967/69) e que as utilizamos desde 1971 ao produzirmos nosso trabalho **As Batalhas dos Guararapes – análise e descrição militar**. Recife: UFPE,1971.

Obra em que Mário Clementino condenou o bacharelismo que se implantou no ensino do Exército de 1994-1905. Bacharelismo também condenado por seu colega de **A Defesa Nacional**, o Marechal Estevão Leitão de Carvalho que viria a chefiar a Missão Militar Brasil-EUA, bem como outros expressivos chefes de nosso Exército como o Marechais João Batista Mascarenhas de Morais, o comandante da FEB, e Odylio Denys entre outros chefes. E condenava os bacharéis que julgavam que podiam fazer uma campanha com régua e compasso como quem faz Geometria. E assim descrevia a relevância da Arte Militar.

"A Arte da Guerra exclui qualquer esquematismo. E não há maior perigo do que se pretender querer conduzir uma campanha com régua e compasso, como quem faz geometria..."

Exemplificando o pensamento do Marechal Ferdinand Foch professor de História Militar da Escola Superior de Guerra da França e que dali saiu para comandar a vitória aliada na 1ª Guerra Mundial. Mário Clementino escreveu em suas aulas de História há 81 anos.

"Durante os períodos de paz mais ou menos longos, é do estudo meditado da História Militar que os comandos dos exércitos se preparam para as eventuais campanhas futuras.

Esse estudo é de tal forma proveitoso que se têm visto exércitos que durante largo tempo só estudaram a guerra nos livros, baterem em campanhas recentes exércitos aguerridos, porém que deram mostras de menosprezo ao estudo teórico dos princípios da Arte da Guerra.

De 1815-1866 o Exército da Prússia não tinha ido à guerra.

Entretanto venceu com notável maestria em 1866 o Exército da Áustria que vinha de realizar campanha de 1859.

O Exército do Japão só aprendeu a Arte da Guerra com a experiência alheia, adquirida de missões militares alemã e francesa. E na Manchúria revelou conhecimento completo da Arte da Guerra e fez campanha notável sob todos os pontos de vista.

Não se deve concluir disto que a mera acumulação na memória dos fatos da História Militar (História Militar Descritiva) confira a capacidade para comandar exércitos. Se assim fosse seria fácil ser um general cabo de guerra. Mas não é isto!

A Guerra é produto de um conjunto de circunstâncias múltiplas e várias, e o que se pode afirmar é que nenhuma campanha se reproduz da mesma forma no espaço e no tempo, de modo que possa ser copiada ou rigorosamente imitada de campanhas recentes.

O que interessa no estudo da História Militar (Crítica), no mais alto nível, é a capacidade de discernir, destacar e isolar os princípios da Arte da Guerra que regem o fenômeno, da massa enorme de fatos que deles se depreendem, como uma emanação espiritual (é o que nosso Presidente Cel Bento classifica como História Militar Crítica).

E mesmo depois que se fez isso, depois que os Princípios da Arte da Guerra foram isolados,destacados e compreendidos,aqueles que aspiram as culminâncias da Arte Militar tem de ir um pouco além.

Tem que penetrar-lhes (Princípios da Arte da Guerra) em seu senso filosófico e por vezes esotérico, sua extrema elasticidade diante das circunstâncias, o seu relativismo inflexível,os seus conflitos mútuo-aparentes ou reais,os paradoxos a que eles por vezes conduzem e, ao lado disso, o seu caráter imutável e eterno, a sua incoercibilidade irredutível em determinadas emergências, a implacabilidade de seus decretos, as consequências desastrosas que às vezes acompanham as suas mais elementares infrações.

Tudo isto deve o general discernir com a ajuda de seu Estado-Maior e compreender em meio do tumulto e do entrechoque dos motivos, os mais diversos, que entram no fenômeno da guerra: motivos/psicológicos, biológicos, industriais, geográficos, topográficos, climatéricos, místicos, políticos e outros....”

A vida deste notável soldado que aqui resgatamos para conhecimento mais amplo com a pesquisa do acadêmico Israel Blajberg, sua oração de posse na AHIMTB onde foi recebido pelo hoje acadêmico emérito e ex Ministro do Exército e a seguir Comandante do Exército Gen. Ex. Gleuber Vieira em 30 de novembro de 2006, no Museu Conde de Linhares.

Sessão preservada no Volume 39 de posses da AHIMTB, p. 73/305, hoje depositada no interior da AMAN, no acervo da FAHIMTB/AHIMTB/Resende – Marechal Mário Travassos.

Mário Clementino nasceu no Rio em 7 de maio de 1976, um ano antes da Revolta de Canudos. Com 12 anos frequentou na Fortaleza São João a Escola de Aprendizes de Artilharia.

Matriculado na Escola Militar do Ceará. Por ocasião da Revolta na Armada 1893/94 embarcou no Cruzador Niterói da Esquadra Legal, formada pelo Presidente Marechal Floriano Peixoto. Revolta que abordamos em artigo: Centenário da Revolta da Armada **A Defesa Nacional** nº 762, out/dez 1993.p.18/49.

Em 3 de nov. 1895 foi promovido ao posto de Alferes de Infantaria, por serviços prestados à consolidação da República.

Prosseguiu seus estudos na Escola Militar da Praia Vermelha, sendo em 1900 graduado Bacharel em Matemática e Ciências Físicas.

A seguir trabalhou na Construção do Sanatório de São Paulo no alto da serra da Mantiqueira, a esquerda da rodovia Pique te – Itajubá. E depois trabalhou na Comissão de Linhas Telegráficas do Paraná.

Retornando ao Rio em 1904 foi auxiliar da Comissão de Engenharia sendo cumulativamente como professor de ensino teórico na Praia Vermelha no ano da revolta desta escola que passou a História como a Revolta da Vacina Obrigatória titulo de nosso pequeno artigo na **A Defesa Nacional**: nº 762 out/dez 1993.p.25/28.

Em 1905, ainda Alferes, serviu novamente na Esquadra Legal em operações no litoral brasileiro.

Foi classificado no 3º BI em Rio Grande, no histórico quartel do grupo de Artilharia Marques de Tamandaré, onde foi instrutor geral. De retorno ao Rio, fez viagem de estudos aos EUA em 1908.

Em 1910, como 1º Tenente ao retornar de viagem de curso de Infantaria no Exército Alemão foi nomeado auxiliar do Estado-Maior do Exército(EME) .

Em 1912, na época da fundação da A Defesa Nacional foi promovido a Capitão e nomeado professor de inglês na Escola de Artilharia e Engenharia no Realengo, local onde neste ano funcionou a Escola de Guerra transferida de Porto Alegre e que foi denominada em 1913, Escola Militar do Realengo com nova orientação.

Serviu na Companhia Regional do Alto Acre em Rio Branco e no 53º no Batalhão de Caçadores em Lorena, São Paulo. E depois foi nomeado, em 1916, internamente, professor de 2º ano da atual ECEME.

Retornou a tropa ao 15º Batalhão do 5° RI em Florianópolis e a seguir no comando em Itajaí-SC do 14º Batalhão do 5º RI. Já com Revolta do Contestado pacificada pelo Gen Bda Fernando Setembrino de Carvalho. Em 1918 no Rio ficou adido a Escola Militar do Realengo e assumiu a regência das aulas de inglês.

Em 1919 foi reformado a seu pedido no posto de major, por pressões resultantes de sua atuação na **A Defesa Nacional**.

Em 1931 reverteu ao serviço ativo em decorrência da Revolução de 30, sendo promovido a Tenente Coronel a contar de 1928 e a coronel a partir de 1930, devendo figurar no Almanaque acima do Cel. Estevão Leitão de Carvalho.

Em 1932 recebeu o seguinte elogio de seu comandante o General Arthur Sílio Portela.

“Louvo o esforço e dedicação que dispensou com a preocupação de bem servir o Exército no preparo de seus oficiais. As lições que professava eram eloqüentes atestados de um grau de cultura que muito honrou o corpo de docentes militares”.

Em 1934 foi louvado pelo Cel Francisco José Pinto ao deixar o comando das Escolas Técnicas do Exército e Militar Provisória , para assumir a chefia do Gabinete de Ministro da Guerra Gen Div Pedro Aurélio Góes Monteiro.

“Peço neste instante permissão ao Sr. Cel. Mário Clementino, muito digno professor da 5ª aula de História Militar do 3º ano, para testemunhar-lhe a minha profunda admiração pelo cabal desempenho e inexcedível competência com que rege a referida aula de História Militar

Esses predicados que ornam o Sr. Cel. Mário Clementino não constitui para mim novidade. Desde o seu ingresso no oficialato do Exército brasileiro, que me habituei a o ver muito justamente pela sua vasta cultura intelectual e profissional e pela inteireza de seu diamantino caráter, como um dos mais brilhantes ornamentos do quadro de professores militares".

Em 1934 integrou a Comissão Examinadora de História Militar da Escola Militar Provisória. Em 1936 aos 60 anos foi transferido para a Reserva, por haver atingido a idade limite.

Este foi o pensador militar esquecido e professor de História da Escola Militar, autor do notável, contundente e corajoso Editorial do n° 1 de **A Defesa Nacional**. Revelação, justa e oportuna graças a notável pesquisa do acadêmico Eng. Ten. R/2 Israel Blajberg, presidente da AHIMTB/RJ Marechal João Batista de Matos.

E muito ainda precisa ser resgatado da vida e obra de Mário Clementino, o que será possível quando se dispuser de um índice de autores e assuntos da revista e **A Defesa Nacional** e de uma coleção digitalizada da mesma e de um aprofundamento de sua Fé de Ofício (Alterações no Arquivo História do Exército).

DEDICATÓRIA

A Federação de Academias de Historia Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) e suas 4 academias de Historia Militar Terrestre do Brasil(AHIMTB) em Resende, no Distrito Federal, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, dedica este trabalhos como justa homenagem a todos os autores que em 100 anos contribuíram com seus artigos na Revista **A Defesa Nacional** para construir o precioso tesouro que ela registra em especial a **Evolução do Pensamento Militar Brasileiro**, durante um século. Tesouro que necessita ser resgatado através de um índice de assuntos e de autores em uma coleção digitalizada a disposição da Inteligência Nacional com responsabilidades pela Defesa Nacional e em especial dos alunos das Escolas de nossas Forcas Armadas para a elaboração de monografias curriculares, cada vez mais aprofundadas incorporando idéias de autores que já abordaram os assuntos objeto de sua monografia.

Cláudio Moreira Bento, Cel

Presidente da FAHIMTB, do IHTRGS e da Academia Canguçuense de Historia

Nota: O Cel Francisco Ruas Santos produziu um indice de assuntos e de autores da Revista a Defesa Nacional de 1913 a 1957 e constituido de 5 volumes dos quais 3 encadernados e 2 em pastas do qual nos doou exemplar que mantennho em meu Apto a Rua Alfredo Whately 365 Bloco B Apto 603 em Resende, cujo destino final sera a Biblioteca da AMAN.

O Gen Ex Enzo Martins Peri quando comandandante do Exército determinou a Biblioteca do Exército que fizesse um indice da Revista a Defesa Nacional e o colocasse na Internet a disposição de interessados o indice de seu conteudo e o conteúdo da mesma. Determinação relevante que não sabemos se foi realizada.

(X) **Veterano Coronel Eng, QEMA Claudio Moreira Bento** nascido em Canguçu em 19 out 1931. Turma Asp Mega Eng AMAN 1955. Historiador e Pensador Militar, Memorialista e Jornalista. Sócio Benemérito do IGHMB, emérito do IHGB, acadêmico correspondente da Academia Portuguesa da História e sócio correspondente das academias Real de História da Espanha,da Argentina e equivalentes do Uruguai e Paraguai e Presidente de Honra e acadêmico da Academia Duque de Caxias na Republica Argentina. Integrou como adjunto do

Presidente a Comissão de História do Exercito do Estado – Maior do Exército 1971/1974, na qual, como historiador convidado pelo Chefe do Estado-Maior do Exercito escreveu o artigo As Guerras Holandesas, da **História do Exercito perfil Militar de um Povo.** Foi instrutor de História Militar na AMAN 1978/1980, Academia sobre a qual escreveu 5 livros sobre sua História, alem de diversos artigos Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985/1980. E autor demais 107 obras (Álbuns livros e plaquetas) disponíveis para serem baixados no site www.ahimtb.org.br, alem de centenas de artigos na imprensa civil e militar, em grande parte disponíveis ou relacionados no citado site.Seu último livro foi sobre O Marechal José Pessoa. Foi o executor do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul constante de 24 livros do quais 21 em 1ed e 3 em 2ed tendo como principal parceiro o historiador militar Cel Luiz Ernani Caminha Girogis, Comandou o 4º BE Cmb em Itajubá 1982-1982. E dirigiu o Arquivo Histórico do Exercito por 5 anos e onde encerrou sua carreira no Serviço Ativo .Atualmente esta produzindo em parceria com o historiador Luis Fagundes a obra AMAN História e Almanaque dos Aspirantes dela egressos 1945-2021, para ser lançado no Bicentenário da Independência. E Comendador do Mérito Militar , da Ordem João Simões por lei da Câmara de Vereadores de Pelotas- RS e do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil. Acaba de ser agraciado pelo Comandante do Exército com a Medalha Tributo a Força Expedicionária Brasileira ,tendo em 1983, Centenário do Marechal Mascarenhas de Moraes, sido o orador. em homenagem que lhe Foi prestada pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Foi o coordenador em 1970-71 do Projeto, Construção e Inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes onde lançou seu primeiro livro **As Batalhas dos Guararapes descrição e analise militar obra em sua 3ª edição,** Presidiu a Comissão de História da Revista Nacional na direção da BIBLIEX de seu dinâmico e empreendedor Diretor Cel Aldilio Sarmento Xavier, como o fora no passado o General Umberto Peregrino.

EVOCAÇÃO DA GUERRA DO PARAGUAI, POR OCASIÃO DO CENTENÁRIO DE SEU TÉRMINO EM 1.° DE MARCO DE 1870

CLÁUDIO MOREIRA BENTO
Major QG IV Ex

INTRODUÇÃO

CUMPRIMENTOS:

Convidado pelo Sr. Coronel Carlindo Rodrigues Simão, para cooperar em parte da palestra a seu cargo, acedi prazerosamente tratar da parte referente à Guerra do Paraguai, na qualidade de estudioso dos problemas históricos de nossas fronteiras meridionais e como descendente de alguns participantes desta guerra, cujos exemplos e memória muito respeito e venero.

Minha participação não tem por fim reavivar velhas feridas com o Paraguai, com quem mantemos as melhores relações diplomáticas e de amizade, e atualmente, nosso destacado aliado, no combate à subversão no continente, honrando suas tradições de ser o berço do sentimento nativista sul-americano.

Num esforço de síntese, no curto espaço de tempo de que dis- ponho, procurarei, através de uma palestra apresentada de maneira um pouco diferente, atingir, entre outros, os seguintes objetivos:

1 *— Recordação de preciosos ensinamentos colhidos nesta guerra, ainda de grande atualidade, em que pêse haver decorrido 100 anos de seu término, conforme referiu o Sr. Cel Carlindo.*

2 *— Ressaltar as grandes dificuldades encontradas pelo Brasil, ao conduzir esta guerra longe de seu Centro do Poder.*

3 *— Evocação dos feitos de nossos maiores líderes nesta guerra, bem como exemplos imortais de amor à pátria dados, por diversos brasileiros, tudo isto, formando e informando um conjunto de tradições, que vem alicerçando e*

inspirando o passado de nosso Exército.

4 *— Evocar, homenagear e reverenciar, a memória de nossos mortos nesta guerra, bem como a de todos quantos, dela participaram, atendendo o chamamento da pátria ultrajada.*

5 *— Como integrantes do IV Ex — referir a participação do NE.*

6 *— Referir a participação pernambucana, através dos célebres VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, os quais, naquela época, guardadas as devidas proporções, desempenharam papéis semelhantes aos que vos destina a pátria/Srs alunos do CPOR de RECIFE.*

7 *— Agradecer a PERNAMBUCO, na pessoa do professor JORDÃO EMERENCIANO, o fato de ter comemorado patrioticamente todo o CENTENÁRIO da Guerra do Paraguai, atendendo a sugestão do saudoso Marechal Arthur da Costa e Silva.*

1ª FASE DA GUERRA (Duração 10 meses)

Caracterizada pela efêmera ofensiva estratégica de López aproveitando-se da surpresa, tendo o seu epílogo na Batalha Naval do Riachuelo.

INVASÃO DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

Hordas guaranis conquistadoras!

Em quatro colunas devastadoras!

Levam a morte e destruição a indefesa Mato Grosso.

Reação heróica do Forte de Coimbra!

Participação épica da esposa militar brasileira.

— preparando munições —

— para aumentar o número de bravos nos bastiões.

F o Cel Porto Carrero à frente!

Dourados — Heroísmo de Antônio João!
E seu patriótico protesto imortal!

"Sei que morro — mas o meu sangue e o de meus companheiros servirão de protesto solene — contra a invasão do solo da minha Pátria!

Cumpriu com glória — o seu juramento de Soldado.

E com o supremo sacrifício — o da própria vida!

Rosário de atrocidades inimigas!

Atuação desassombrada de Oliveira Melo!

Mato Grosso resiste bravamente!

Mas é obrigado a ceder.

A desproporção é muito grande!

E por fim... a evacuação para Cuiabá

— para a posição defensiva de Melgaço

Retirada da Laguna — a Dunquerque brasileira.

Página épica de nossa história!

Forja de heróis — Guia Lopes — Camisão e tantos outros.
Rosário de sofrimentos e privações.
Marchas e contramarchas intermináveis!
Incêndios nos cerrados — Cólera — Fome
— e para completar — um inimigo impiedoso!
Sucessão de marcos humanos — aqui e acolá.
— perdidos nos cerrados mato-grossenses.
Gloriosas testemunhas — de bravos brasileiros — que tudo — mas tudo fizeram!
— para responderem a um ultraje nacional.
Exulta o tirano com a invasão!

A humilhação do gigante brasileiro
— serviu-lhe para exaltar o Moral de seus soldados.
Ocupou território brasileiro em litígio
— tomou 80.000 cabeças de gado como presa de guerra.
Mas isto não lhe era bastante!
E a destruição de seu povo— segue a sua fatídica fortuna Invade Corrientes na Argentina.
E sua grande — e amarga decepção.
Correntes e Entre-Rios — não Adesão!
Reação Argentina!
l.° de Maio de 1865 — Tratado da Tríplice Aliança
Brasil — Argentina e Uruguai
Decidem fazer guerra contra López.
— mas nunca contra o Paraguai.
Em suas principais cláusulas — assim ficaria acordado:
Arrasamento definitivo de Humaitá.
Livre navegação na Bacia do Prata.
Estabelecimento definitivo de limites.
É o que é muito edificante!
Atentem os prezados ouvintes.

Proteção da integridade e soberania do Paraguai.
E prossegue — a reação argentina!
Fôrça de cobertura — Paunero à frente!
E era retardada a avalancha guarani.
Invasão do Rio Grande do Sul!
Pela coluna de Estigarrabia.
Iniciativa heróica do l.° de Voluntários da Pátria Cel Manoel Mena Barreto à frente!

“Que fez tudo — mas tudo quanto podia — sua fraca — mas obstinada tropa — para impedir o desembarque do invasor — em solo brasileiro”
Prosseguem os paraguaios — com fraca reação — deixando a sua esteira — a morte e a devastação!

E a reação por que não veio?
Eis a explicação!

Descasos pelo nosso preparo militar.
Ausência de planos de Segurança Nacional.
Questões pessoais entre comandantes.
— sobrepondo-se aos supremos interesses nacionais E acima de tudo — ausência de informações!

E qual o resultado a esperar?
A confusão — a indecisão — a improvisação — a humilhação nacional.
Tomada de Uruguaiana
Após uma série de indecisões O clamor do bravo povo gaúcho! — acorda a corte de seu profundo sonho.
A presença do Imperador no Teatro de Guerra — catalisa a reação.
Atuação inspirada do Ten Floriano Peixoto! "O improvisado Almirante" Que embarcando a sua artilharia numa flotilha
Impede a ligação — no Rio Uruguai — de duas colunas paraguaias levando a destruição aos seus bogavantes. Cerco de Uruguaiana Rendição de Estigarribia Pedro II à frente!
Estava lavada a honra nacional.
Exulta o povo brasileiro!
11 de junho de 1865 Batalha do Riachuelo!
A maior batalha naval da América do Sul. Almirante Barroso — à frente!
Histórica mensagem do líder
Hasteada na fragata Amazonas — ao ter início a ação.

JANEIRO A MARÇO DE 1871

"O Brasil espera que cada um cumpra com o seu dever" Mensagem inspiradora de feitos épicos e romanescos. Atuação heróica de — Greehhalgh — Marcílio Dias e tantos outros. A fragata capitânia foi usada como ARÍETE — colocando três barcos inimigos fora de combate — decidindo a BATALHA
Seria frustrado — para sempre — o sonho ofensivo Del Supremo — e teria inicio a sua débâcle —
É dominado o rio Paraná — a chave para a invasão.
Nossa marinha — salvou a causa da Aliança.
Cumpriu o seu dever!
E brindou o Brasil — com uma eterna glória.

2.ª FASE DA GUERRA (Duração 4 anos)

Caracterizada pela ofensiva aliada, em que a guerra é quase toda conduzida em território inimigo.

Marcha para Corrientes!

Concentração para a invasão do Paraguai.
Enormes sacrifícios — mas Osório à frente!
Ausência de Comunicações!
Inexistente infra-estrutura de transportes!
Deficiências logísticas e de apoio de Engenharia!
Improvisação generalizada!
Estação invernosa -— dificuldades sem fim!
O minuano — castigando — ferindo — matando.
Retardos nas travessias dos rios transbordantes.
Bivaques ao invés de acampamentos.
Alimentação da tropa — churrasco e chimarrão!
— e pasto para a cavalhada.
E o resultado?
14.000 cavalos imprestáveis — por fraqueza.
E por fim a esperada Mercedes.
455 quilômetros — em cinco longos e sofridos meses.
E o indômito Osório — sempre à frente!

INVASÃO DO PARAGUAI

Planejamentos difíceis!
Ausência de cartas — esboços e de informações.

Dificuldades à vista — pois iríamos enfrentar os dois maiores generais paraguaios:

O general Terreno! — Difícil por natureza!
E mais agora — agravado por fortificações.

O general Distância!
Centro do Poder do Brasil — ao Teatro de Guerra.
— somente ligados — por via aquática! por milhares de quilômetros de separação.

Se não dispuséssemos da marinha?
Como seria — a Invasão!

Três longos meses de preparo da operação.

Planejamento combinado,
— da maior Operação Anfíbia da América.
E Tamandaré na liderança.
Longos e detalhados reconhecimentos
Período da Guerra das Chatas.

E por fim — o local de Desembarque.
— Barranca do Atajo!
Ação preliminar na ilha da Redenção
Entrechoque violento — desembarque — reação.

Batalhão de Engenheiros!
Voluntários e Provisórios!

Voluntários do nordeste também.

Ê até morrer heroicamente!
— quando redigia a parte da vitória.
O bravo Vilagran Cabrita à frente!

Desembarque no Paraguai.
Osório — o primeiro a pisar em solo inimigo.

Justifica sua liderança — e sua célebre proclamação — da véspera da invasão.

É fácil "a missão de comandar homens livres — basta mostrar-lhes o caminho do dever —" Camaradas! vosso caminho está ali na frente!

E todos os soldados brasileiros — acharam o caminho — que seu intrépido líder — lhes mostrara.

Alargamento da Cabeça de Ponte.
Tomada de Itapiru
Ocupação do Passo da Pátria
López contra-ataca em Estero Belaco

E os paraguaios! Levados de roldão!
Estava concretizada a Invasão.

Estacionamento em Tuiuti.
Outro terrível general inimigo.
O rio Paraná!
Separando nossas tropas — da base de operações.

Em plena ofensiva estratégica!
Adotamos a defensiva no campo tático.

Era impositivo planejar
— a ação contra Humaitá.
O penúltimo triunfo estratégico de López.
E qual a situação de López?
Frustrada sua ofensiva estratégica
— adota-a no campo tático.
Combinando-a com defensiva estratégica — apoiada em intransponíveis fortificações.

24 de maio de 1866!
Batalha de Tuiuti!
Maior batalha campal da América Latina 1

Batalha dos Patronos!
Artilharia revólver de Mallet!
É suas célebres palavras.

"Por aqui eles não passam!
Era um obstinado — cumpriu O que afirmou.

Divisão couraçada de Sampaio. "O Bravo dos Bravos"
Um fator decisivo em Tuiuti.

Mortas quatro de suas montarias
Continuou lutando de pé!
Até ser ferido gravemente pela terceira vez.

Morte e glória de um bravo!
Com justa razão — da "Rainha das Armas"

O PATRONO

Batalha de Osório!
Osório é Tuiuti e Tuiuti é Osório" "Mais uma carga camaradas!"

E foram dadas — tantas quantas o líder pediu.
Anulado o duplo envolvimento
— Armadilhado por López.

Epílogo de sua capacidade ofensiva tática.

E o Brasil — colhe mais uma eterna glória!

Grandes perdas aliadas.
Dificuldades logísticas.

Cavalaria quase desmontada.
Artilharia sem reboque!

Crise de suprimentos!
É adiada a ofensiva.

E uma nova feição teria a guerra — até agora Lentidão. A de longa Estabilidade da Frente.

Surgem mais dois grandes generais paraguaios.
— a Cólera e o Tifo — 10.000 baixas.

Rosário de sofrimentos e de privações.
E para completar — trabalhos de fortificações.

Crises de comando na Aliança.
—- e entre brasileiros também!

Tamandaré — Porto Alegre — Polidoro Três comandos distintos!

Processo decisório
Complexo — retardado e inoportuno.

E eis — um grande ensinamento:
Ferido — o Principio de Guerra
— da Unidade de Comando.

Desembarque na Guarda do Palmar!
Queda de Curuzu — Gen Porto Alegre à frente!
E o inimigo bate em retirada.

Indignado o tirano!
Volta-se contra seus próprios bravos
Mandando fuzilar no seu 10.° Batalhão!
Os soldados sorteados com o número 10.

Foi a sua reação constante na guerra.

Punir o seu bravo e sofrido povo. — pelos seus próprios fracassos.

Fintas de López em Curupaiti.
Apela à parlamentação!
— visando ganhar tempo —

Desconfianças na Aliança.
Mitre é autorizado por seu pais A paz — em separado negociar.

Mas, a aliança não é desfeita — e segue a sua fortuna —

Ataque a Curupaiti!
Ataque impetuoso e avassalador!

Cai a primeira linha de trincheiras!
Os aliados sob mortífero fogo.

E o espaço até a segunda?
O próprio inferno terrestre!

Abatizes — Bocas de Lobo I
Mar de lama e fogo!
Tempestade de chumbo!
E um fosso intransponível!

E por fim — nosso recuo

Eis os preciosos ensinamentos de Curupaiti Pagos com pesado tributo — 4.000 baixas!

Ataque frontal — a posição fortificada.
— Sem proceder-se completos reconhecimentos.

Descoordenação dos ataques De flanco — fixação e frontal.

E por fim — falta de Unidade de Comando

Curupaiti repercute na Corte, Ê impositivo o Comando único — Exército — Marinha!

Caxias é nomeado para a função E convida Osório a retornar.

E duas grandes esperanças!
Passariam a embalar — os corações dos soldados brasileiros

Formado por fim o Binômio!
Fulminante e avassalador!

Caxias! 'O Invencível!"
''O Pacificador!"
"A Espada do Império".

O estrategista — o tático
O administrador — o diplomata.
O planejador emérito
Em fim — o arquiteto da vitória!

E Osório?
Nome que é legenda, que é glória.
Líder sem igual no combate.
"A estréia guia em negros horizontes
— no caminho da luta e da vitória" —

Formado na Academia Militar das coxilhas — na fronteira de vaivém!

Nos constantes — combates

Refregas — escaramuças — entreveros.

Entre "para tatás" de centauros —
Pontaços de lanças —
Tlim-Tlins de armas brancas —
Troar de canhões —
Quadrados de Infantaria —
E cargas de Cavalaria!

Na belicosa sinfonia!
Da arte militar do Pampa.

Caxias — alicerça suas vitórias
Reorganiza — disciplina e instrui o Exército.

Melhora a instrução — e a assistência médica.
Preocupa-se com a Logística e com o Mofai.

Restaura a disciplina e a hierarquia — e introduz o serviço de Estado-Maior.

E por fim...
Arranca o Exército da passividade!
E como comentaria um gaúcho:
O nosso Exército virou gente!
— foi "peleando" como gente!
— num nunca findar de vencer e vencer.

Retira-se Mitre do Teatro de Guerra.
Caxias no Comando único!

Reconhecimentos racionais.
Utilização de balões — dirigidos por oficiais
E por fim o Plano de Campanha — a célebre
"Flanquear Humaitá e atacá-la pela retaguarda'
Esquadra força Curupaiti — Inhaúma à frente I

Queda de Humaitá — pela manobra de flanco
López retrai intato — para a posição de Piquiciri.

São cortadas as correntes que barravam o rio
Humaitá "a Sebastopol" americana.
— é arrasada para sempre — pelo Batalhão de Ponton

Dois longos e sofridos anos!
Entre Tuiuti e Humaitá!
A chave para Assunção!

MANOBRA DO PIQUICIRI OU DEZEMBRADA

Manobra genial de Caxias — — em concepção e execução.

"De características napoleônicas!
Previsão e provisão.
Audácia aliada à Segurança"
Como diria o ilustre historiador Gen Tasso Fragoso

Sinfonia dos Princípios de Guerra!
Objetivo — Massa.
Manobra — Surpresa.
E Segurança pelas informações
E na coluna principal?
Caxias à frente!
Executando o que planejou

“Sinal evidente e essencial — de um grande chefe"
No dizer do saudoso Marechal Castelo Branco.

Estrada construída sobre o Chaco
Consumindo 30.000 palmeiras como estiva.
Argôlo — à frente!

A escrever — páginas épicas!
— de nossa Engenharia Militar.

A história ainda não justiçou este bravo baiano!

Desembarque em Santo Antônio
É obtida a Surpresa Estratégica!

Encontro de Itororó!
Impasse — grande resistência de Cabalero.

Tomadas e retomadas da ponte Atraso de Osório — periga a Vitória.

Ação de “Líder de Combate” de Caxias.

E suas palavras e atitudes imortais.

“Sigam-me os que forem brasileiros” E todo o Exército o seguiu.
Ponte conquistada a viva fôrça.
Pesados sacrifícios — 400 baixas.
Comandantes mortos:
Gurjão — Souza Guedes — Machado de Souza — Emiliano Fonseca — Lopes de Barros — Fernando Machado

Comandantes feridos:

Argôlo — Hermes da Fonseca — Deodoro da Fonseca.
Barreto Leite— Ribeiro Lima e Enéias Galvão.

Batalha do Aval!
Batalha decisiva — Caxias à frente!

Destruição estratégica do inimigo.
López foge ao cerco — Cabalero resiste.

Batalha da Cavalaria!

Osório — gravemente ferido!
E em final de combate — ainda ordena! “Coragem camaradas — acabem com este resto. Épicas cargas de Cavalaria!
Ao comando de seus maiores mestres.
Osório — Andrade Neves “O Vanguardeiro”

E o Cel Câmara — mais novo e destacado astro.

Dia 21 — Lomas Valentinas
Caxias ainda à frente!
Renhidos e cruentos combates — prolongam-se noite adentro!

Loma Acosta e Loma Ita Ivate!
Dois baluartes de López.

Pesado tributo em sangue!

Participação maiúscula dos filhos do Nordeste. — uma constante desta guerra!

Dias 22 e 23 — Loma Ita Ivate.

Em recruzados vaivéns!
Caxias passa a noite montado em seu corcel.
Animando — prestigiando — prevendo e provendo.
- .....
Machado Bittencourt — o Leão de Loma Acosta!
Repele violentos contra-ataques inimigos.

Queda da linha de Piquiciri!
Junção com as forças de fixação.
Angostura — cai pela manobra — E sua única saída — A Rendição.

Parlamentação!
López intimado a render-se!
Prefere a destruição.

Embate violento e destruidor!
Desmantelado — o Exército inimigo.
López — evade-se para Cerro Leon
E por fim...
É aberto o caminho para Assunção.
Nosso objetivo estratégico final.
6 de janeiro de 1870!
Entrada triunfal — na arrasada capital.
E o Coronel Deodoro da Fonseca à frente!

CAMPANHA DA CORDILHEIRA

Agora o Conde D'Eu — à frente!
PERIBEBUÍ — a capital do desespero do tirano. Fase de reconhecimento e limpeza Era preciso — definir do inimigo a posição.
Manobra de Peribebuí
13.000 paraguaios — López à frente!

Manobra de ala — com envolvimento total. Êxito — completo — em terreno dificílimo!

Batalha de Campo Grande!
O inimigo é cercado!

Entre os arroios — Jejuí e Peribebuí

Velocidade de Vitorino — surpreende Cabalero!
O intrépido general paraguaio.
Comandante da retaguarda de López

"Fora obtida a surpresa tática!"
Combate cruento em campo aberto.
E o exército paraguaio — outrora Orgulho Del Supremo Seria reduzido a um bando.

E por fim a perseguição!
López entra no Brasil
Retorna ao Paraguai
E gen Câmara sempre em seu encalço.

Seis longos meses ele consegue esconder-se — -no bravio e inóspito sertão paraguaio.

1.° de março de 1870

Cêrco de López em Cêrro Corá!

Intimado a rendição.
Prefere morrer pela sua pátria.

Morre de espada em punho como um bravo
Coerente com o seu utópico ideal.

E com ele sua pátria "como se referiu no arquivo público estadual o Cel Carlindo Simões"!

E assim — tem seu fim esta cruenta guerra.

Guerra que não provocamos
Guerra para a qual não estávamos preparados.
Pois pacifistas, jamais alimentamos sonhos de conquistas.

Pesados sacrifícios para o Brasil e Paraguai — com negativos reflexos até o presente.

Para o Paraguai!
Destruição de quase toda a sua população masculina Condenação definitiva — como país mediterrâneo

Destino que o velho inimigo de ontem
— procura minorar
Através do livre trânsito até Paranaguá.

33.000 mortos brasileiros!
Hoje heróis anônimos — na maioria olvidados.
Heróis que orgulhosa e respeitosamente.

Evocamos e festejamos neste CENTENÁRIO
Apontando seus belos exemplos as atuais gerações.

Pelos heróicos e por vezes épicos
— exemplos de BRASILIDADE.

Pelo sangue generoso que derramaram
Nos longínquos e funéreos campos do Paraguai.

Longe da pátria estremecida!

— e do carinho dos seus entes queridos.

Em defesa do auriverde pendão.

— e integridade da pátria brasileira!

DEUS SABE O NOME DESTES BRAVOS!
Como integrantes do IV Exército
— não poderíamos deixar de evocar
— a participação nesta guerra
— dos bravos filhos do NORDESTE!

Que atendendo o chamamento da pátria ultrajada!
— embarcaram para o longínquo Paraguai.

Nas fileiras da Marinha — do Exército
— dos Voluntários da Pátria
— e da Guarda Nacional.

O cearense SAMPAIO — "O Leão de Tamboril"
— à frente de seus bravos conterrâneos
Formando couraçados — quadrados de infantaria — arrasadores da cavalaria inimiga.

Argôlo — o baiano
E sua épica estrada pelo Chaco
Flanqueando Piquiciri!

Deodoro e Floriano dois heróis alagoanos!

Cel Albuquerque Maranhão — o bravo paraibano
Que encontraria a morte em Lomas Valentina
À frente da 1ª Brigada de Infantaria.

E para finalizar:

Resgatando uma dívida com PERNAMBUCO
Que em gesto tão patriótico — evocou todo o CENTENÁRIO — JORDÃO EMERENCIANO à frente!

Atendendo a uma sugestão
Do Marechal Arthur da Costa e Silva
Então Ministro do Exército

Cumpre-nos referir a participação nesta Guerra
Dos filhos da CÉLULA-MATER de nossa nacionalidade "OS BRAVOS GAÚCHOS A PÊ"

Heróis anônimos!
Do 1.° — 4.° — 7.° — 42 e 53
Corpos de Voluntários da Pátria de PERNAMBUCO
4.158 ao todo — e seus bravos chefes
DANTAS BARRETO — LOBO LACERDA
FELICÍSSIMO AZEVEDO — PAULA MAFRA
MACHADO DIAS — FELIPE COELHO
BARROS ALBUQUERQUE — ALBUQUERQUE CAVALCANTI E BATISTA VASCONCELOS — "O General Cabeleira!"

Nossa eterna e imorredoura gratidão.
Por vossos inesquecíveis sacrifícios
— defendendo o AURIVERDE PENDÃO.

E que o vosso suor — vosso sangue!

E vosso heróico exemplo!

Continuem a inspirar e alicerçar
— O PRESENTE e o FUTURO
Do heróico PERNAMBUCO

Berço dos heróis nacionais.

JOAO FERNANDES VIEIRA — FELIPE CAMARAO
Henrique DIAS e de tantos outros bravos

Que inspiraram e alicerçaram no PASSADO — o nascimento deste GIGANTE sul-americano.

O nosso amado Brasil!

CAUSAS DO CONFLITO

Sonho utópico de Solano López, dirigente paraguaio, que, educado na Europa, aderiu à Teoria do Equilíbrio dos Estados e em aqui chegando, através de uma errônea avaliação da conjuntura sul-americana, pretendeu pela fôrça, concretizar velhas aspirações de sua pátria, consistentes numa saída para o mar e na de reconstituir, s0bre sua égide, o antigo Império Teocrático dos Jesuítas, abrangendo vastos territórios do Brasil e Argentina.

PRETEXTO DA GUERRA

Pretextando nossa interferência no Uruguai, López fez aprisionar em Assunção, o navio brasileiro "Marquês de Olinda", que transportava para a Província de Mato Grosso o seu presidente.

ESFORÇO CIVIL DO NORDESTE NA GUERRA DO PARAGUAI ATRAVÉS DOS VOLUNTÁRIOS DA PATRIA

Brasil — 37.928 voluntários — 100%
Nordeste — 19.569 — 52%

ESTADOS	CONTRIBUIÇÃO	OBSERVAÇÃO
Bahia	**7.764**	**A maior contribuição do Brasil**
Pernambuco	**4.158**	**A 3.ª contribuição após o Rio de Janeiro**
Maranhão	**1.509**	
Ceará	**1.412**	
Sergipe	**1.099**	**A maior contribuição relativa à Are* e População**
Alagoas	**1.141**	
Paraíba	**984**	

Piauí	**960**	
Rio G. Norte	**542**	

— VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA — Criados pelo Decreto Imperial número 3.371, de 7 de janeiro de 1865, composto de civis que se destinavam a reforçar o Exército Brasileiro no Paraguai.

— Os Voluntários da Pátria do NE, representaram 17% de todo o efetivo mobilizado pelo Império durante a Guerra do Paraguai.

O EXÉRCITO NACIONAL NO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Major CLÁUDIO MOREIRA BENTO,
do EM/TV Ex

Sensível à necessidade premente de um rápido desenvolvimento nordestino bem como à campanha de eliminação dos desníveis regionais brasileiros, o Exército, desde 1956, em convênios, principalmente com o Ministério dos Transportes, vem realizando, através do l.° Grupamento de Engenharia de Construção, com sede em João Pessoa — Paraíba, vultoso acervo de obras, no campo do desenvolvimento e bem-estar nordestino, sintetizado, sem analisar-se sua benéfica e profunda repercussão no campo econômico e social regional, o que o leitor interessado bem poderá avaliar.

Dentre os Oficiais-Generais que têm estado à frente do l.° Grupamento de Engenharia, ocorre assinalar os seguintes: Rodrigo Octávio, Matoso Maia, Albuquerque Lima, Augusto Fragoso, Candal Fonseca, Venitius Notare, Euler Bentes, Samuel Correia e Délio B. Leite, seu atual Comandante.

Resumo das construções do 1.° Gpt Eng:

Pavimentação de rodovias ..... 315 km

Revestimento primário de rodovias ..... 979 km

Construção de ferrovias (bitola de 1m) ... 428 km

Aguadas ..... 31 (unidades)

Açudes (com o total de 70 milhões de m^3 de acumulação) 3 (unidades)

Abastecimento de água (beneficiando um total de 100.000 habitantes) 5 ..... cidades

Casas em convênio como IPASE..... 3.060 (unidades)

Pontes ..... 6.137 (metros)

Poços artesianos ..... 163 (unidades)

Estas obras, o 1.° Gpt Eng as realiza, através dos seguintes Batalhões de

Engenharia de Construção de nosso Exército:

1 .° BE Cnst — Caicó — RN (o Batalhão do Seridó);

2 .° BE Cnst — Teresina — PI (o Batalhão Bandeirante);

3 .° BE Cnst — Natal — RN (os Soldados do Progresso);

4 .° BE Cnst — Crateús — CE (o Batalhão Sertanejo).

Dentre os oficiais-generais que têm estado à frente do l.° Grupamento de Engenharia, ocorre assinalar os seguintes: Rodrigo Otávio, Matoso Maia, Albuquerque Lima, Augusto Fragoso, Candal Fonseca, Vinitius Notari, Euler Bentes, Samuel Correia e Délio B. Leite, seu atual comandante.

Como o prezado leitor já deve ter concluído, esta grande unidade do Exército, através do abastecimento de água de cidades, de construção de açudes, aguadas e da perfuração de poços artesianos, vem contribuindo com determinação para a solução do crucial e histórico problema de falta de água do nordeste, problema este que somente a grande parcela de bravos nordestinos pode ajuizar de sua essencialidade.

BAGÉ E O LEGENDÁRIO LANCHÃO FARROUPILHA «SEIVAL»

Maj Eng QEMA
CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Em 10 de maio de 1970, por ocasião da “Grande Festa dos Lanceiros Brasileiros de Todos os Tempos”, foi inaugurado o primeiro parque histórico do Brasil em homenagem ao Mar Manoel Luiz Osório, “O Lanceiro Legendário”, Patrono da Arma de Cavalaria do Exército, e intimamente ligado a Bagé, profissional e sentimentalmente, como é de sobejo conhecido.

No interior deste parque foi introduzida, por desejo expresso do Exmo. Sr. Presidente Medice, uma réplica do lanchão farroupilha “Seival”, mensageiro na expedição a Laguna-SC, do ideal republicano rio-grandense de “35” e precursor no R. G. S. do ideal republicano brasileiro concretizado em 15/Nov/1889, com a Proclamação da República do Brasil que está próxima de completar um século.

Mas mergulhemos no passado 135 anos, para melhor compreensão do título deste artigo. Por Decreto Imperial de 15/Dez/1830, D. Pedro I criou a vila de Piratini nos seguintes termos: “A povoação da Freguesia de Piratini fica criada vila com a denominação de Piratini... Seu distrito compreende os limites da mesma freguesia, os de Canguçu, e da Capela do Cerrito, e a parte do distrito de Bagé até o Pirai...”

Com a eclosão da Revolução Farroupilha, o Dr. Marciano Ribeiro cria por Carta de 14/Out/ 1835, a Legião de Guardas Nacionais da Comarca de Piratini, composta de 1 (um) esquadrão e duas companhias, sediadas

respectivamente em Canguçu e Cerrito (hoje Pedro Osório) e outro esquadrão c duas companhias sediadas em Bagé (l.° e 2.° Distritos).

Todos estes elementos constituiriam um Corpo, com sede em Piratini, e ao comando do então Cel Antônio de Souza Neto (Registro de Doc n.° I e Ata n.° 2, da Câmara de Piratini).

Este corpo posteriormente adere à Revolução, e transforma-se na célebre l.ª Brigada de Cavalaria "Farrapa" do Gen Antônio Neto, que sob seu comando alcançou a memorável vitória sobre Silva Tavares em Seival, 10/Set/ 1836.

Esta batalha recebeu este nome, em razão de ter sido travada em terras hoje pertencentes a Bagé, e foi a que criou condições militares para que Antônio Neto proclamasse no outro dia a República Rio-grandense.

Nesta batalha travada em terras de Bagé, nasceu o Espírito Republicano Rio-grandense de "35", propagado na Guerra do Paraguai, concretizado em 15/Nov/1889, e consagrado pelos republicanos rio-grandenses históricos na Constituição Estadual de 1891, pela adoção como insígnia oficial do R. G. S. do Pavilhão Tricolor da República Rio-grandense de 1836 (Verde e Amarelo, e Vermelho da República Federada do Brasil que eles sonhavam igual que a quase centenária em que hoje vivemos).

Este espírito foi consagrado pela República do Brasil em 10/ Mai/1970, através da introdução no Parque Osório de uma réplica do lanchão "Seival", que leva o nome da memorável Batalha de Cavalaria travada em campos de Bagé, e em atendimento a desejo expresso do Exmo. Sr. Presidente Médici, coincidentemente ilustre filho desta cidade gaúcha "Rainha da Fronteira".

Por coincidência, Osório, "O Maior Lanceiro do Brasil" e Antônio Neto, "O Vencedor de Seival" eram ligados intimamente a Bagé, profissional e sentimentalmente, e unindo as duas cavalarias na Guerra do Paraguai, composta de civis e militares, irmanados, defenderam a Pátria estremecida, e juntos colheram uma eterna glória para o Brasil em Tuiuti.

Mas não ficaria aí a relação Bagé-Seival. Quando os farroupilhas decidiram enviar a Laguna- SC, o lanchão "Seival", nome sugerido por certo por Bernardo Pires "Mártir de Seival" e simbolista farroupilha, por ter seu nome ligado à autoria da Bandeira e Escudo da República Rio-grandense, Bagé não seguiria somente no nome do "Seival".

Por terra segue uma vanguarda destinada a apoiar o lendário barco, composta de muitos bravos bageenses, sobre os quais recaíra o maior esforço desta batalha.

Seguiram ao comando do Cel Joaquim Teixeira Nunes (o Cel Gavião), "O Bravo dos Bravos Farroupilhas", filho de Canguçu, e o primeiro a desfraldar a luz do sol rio-grandense ao Pavilhão Tricolor farroupilha (6/Nov/1836), que seria adotado como insígnia oficial do R.G.S., pelos republicanos rio-grandenses históricos na Constituição de 1891.

Este bravo conseguiu a memorável vitória de Santa Vitória no rio Pelotas-SC, e dirigiu após, estas memoráveis palavras aos vencidos: “Vós que sois casados, estais livres para cuidardes de vossas esposas e filhos”.

Este autêntico filho do Rio Grande Heróico, hoje envolto num “Cone de Sombra”, foi quem resistiu heròicamente na Surpresa de Porongos, segundo nos conta Tarcísio Taborda na Revista Militar Brasileira (Abr/Jun 70), e ao custo de 80 cadáveres de seus célebres e temíveis lanceiros negros. e assegurando condições militares, por evitar a “débâcle” total, para a negociação da Paz de Ponche Verde em termos honrosos.

A Teixeira Nunes coube comandar a última carga do ideal republicano no Decênio Heróico.

Tombou morto num entrevero no passo do Canuto no arroio Chasqueiro, vítima de um golpe de lança, arma em cujo manejo fora um mestre. (Sua morte foi sentidíssima — Dante de Laytano).

O Decênio Heróico no qual os rio-grandenses se levantaram contra uma minoria mercantilista portuguesa que dominava o Império em que pese o 7/Set/1822, te- ria seu epílogo na histórica Bagé, com a honrosa paz de Ponche Verde, em termos propugnados com veemência pelo Grande Duque de Caxias, “O Maior Soldado do Brasil” e por isto o Patrono do Exército Brasileiro.

Ao Caxias propugnar com veemência pelo termo de Pacificação, para os rio-grandenses honrosos, e ao recusar a celebração de um Te Deum em regozijo a vitória, mandando ao invés que fosse celebrada uma missa em sufrágio das almas de todos quantos haviam tombado nas coxilhas, em defesa do que idealisticamente julgavam ser as suas verdades, deve ter reconhecido dentro de sua clarividência, a procedência das razões que tinham levado os riograndenses ao 20/Set/1835.

O fato é que ele não havia provocado aquele incêndio e ali se encontrava para apagá-lo, em nome da Integridade do Brasil e da Paz da Família Brasileira.

E ele o apagou bem e, dentro do espírito acima, como já o fizera no Maranhão, São Paulo e Minas Gerais.

Caxias, ao reconhecer a justeza dos motivos da Revolução Farroupilha, deve ter tido em mente a figura de seu caríssimo tio e que fora como um irmão para ele pois haviam, juntos, assentado praça como cadetes, respectivamente, com três (seu tio) e cinco (Caxias) anos, no l.° Regimento de Infantaria ao comando de seus pai e avô respectivamente, Cel José Joaquim de Lima e Silva, com anuência de D. João VI.

Refiro-me ao Gen João Manoel de Lima e Silva, o primeiro a chegar a Piratini já proclamada a República Rio-grandense, e logo após juntos com Bento Gonçalves foram elevados à condição de primeiros generais da novel república.

Seu caríssimo tio foi um grande Mártir da República Rio-grandense, pois aprisionado na manhã de 18/Ago/1837, foi na mesma tarde fria bàrbaramente

assassinado no passo geral do Piratini, por soldados imperiais que o conduziam preso para Camaquã.

Tendo sido sepultado em Caçapava, seu túmulo foi profanado por imperiais, e seus ossos espalhados campo afora. O grande Duque não poderia esquecer-se disto.

O bárbaro e frio assassínio de João Manoel quando indefeso, seguido da profanação de seus restos mortais, era a negação do Espírito Rio-grandenses de “35”, de humanidade para com os vencidos, e traduzido pelos amores perfeitos que Bernardo Pires inscrevera no Escudo da República Rio-grandense, com o significado “Firmeza e Doçura” dos autênticos rio-grandenses de “35”.

Estas palavras foram traduzidas na prática pelo Cel Teixeira Nunes conforme referi no combate de Santa Vitória. Firmeza durante o combate, e Doçura após este, significam bem humanidade e respeito para com os vencidos.

Firmeza e Doçura é parte importante do espírito de “35”, no qual se baseia a mais autêntica tradição do R. G. S., esta, um dos grandes fundamentos do sentimento maior de “Brasilidade”.

A GUARNIÇÃO FEDERAL DO RECIFE HÁ 100 ANOS E SEU COMANDANTE

Maj Eng QEMA do EM/IV Exército
CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Há cerca de 100 anos, a guarnição federal do Recife vivia o período de pós-guerra da Tríplice Aliança, que teve seu epílogo em l.° de maio de 1870 em Cerro Corá.

Em outubro de 1871, assumia o Comando das Armas de Pernambuco, em sua segunda comissão de novel Oficial-General, o Brigadeiro Luiz Emílio Mallet — com 70 anos de idade.

Mallet, em Tuiuti, no comando da artilharia brasileira, a célebre “artilharia revólver” e na maior batalha campal da América do Sul, escreveria páginas épicas de nossa História Militar, ao lado do gaúcho Marechal Osório, comandante da Batalha e do “Leão de Tamboril”, o cearense Brigadeiro Antônio de Sampaio, este, comandando a 3.ª Divisão de Infantaria, que passaria à história com o nome de “Divisão Couraçada”.

Pelo excepcional destaque destes três bravos chefes nessa batalha que destruiu a capacidade ofensiva estratégica do adversário, seriam elevados, posteriormente, à condição de patronos de três armas do Exército Brasileiro. Osório, da Cavalaria, Sampaio da Infantaria e Mallet da Artilharia.

Ao chegar Mallet ao Recife, é recebido como herói nacional, na terra que seu amigo Conde da Boa Vista embelezara e modernizara — amizade estreitada quando Boa Vista fora comandante das Armas do Rio Grande do Sul no início da guerra. Chegaria Mallet para comandar no berço de outros amigos seus, do bravo Barão de São Borja, mais conhecido pelos gaúchos como Gen Vitorino e que comandara o Exército, após o Conde d’Eu, na Campanha da Cordilheira e berço, igualmente, do herói legendário da reação do Forte de Coimbra — o Coronel Pôrto Carrero.

Em Pernambuco, Mallet aplica-se na reconstrução, modernização e higienização dos quartéis, abandonados durante 5 anos, em favor do esforço de guerra no exterior.

A guarnição do Recife, a seu tempo, era constituída do Comando das Armas, Depósito de Recrutas e de Operários, 9.° Batalhão de Infantaria de Linha e Hospital Militar, todos aquartelados em instalações existentes no local onde situam-se, atualmente, os quartéis-generais do IV Exército e 7ª RM/7.ª Dl e o Hospital Militar.

O 2.° Batalhão de Infantaria de Linha ocupava o Forte de Cinco Pontas, o 4.° Batalhão de Artilharia a Pé, ao que parece, ocupava o Forte do Brum e, uma Companhia de Cavalaria aquartelava na Soledade.

Além destas existiam as guarnições dos fortes do Pau Amarelo, do Buraco e Itamaracá e o Presídio de Fernando de Noronha.

Mallet, segundo depreende-se de correspondência ao Presidente de Pernambuco, existente no Arquivo Público Estadual, e a mim cedida para consulta pelo Prof. Jordão Emerenciano, preocupa-se em recuperar os quartéis, aumentar a cavalaria e a transferir o Depósito de Recrutas para Olinda, onde existiam maiores facilidades e espaço para a instrução, e longe do mau exemplo dos soldados mais antigos, além de descongestionar as instalações junto ao Comando das Armas. Dentre as excepcionais qualidades dêste chefe militar, confirma-se no Recife, aquela já revelada no combate e na calma dos acampamentos — o chefe paternal e amigo — muito preocupado com o bem-estar moral e material de seus comandados. Ocupa-se com carinho e interesse na regularização da situação dos veteranos de guerra, na higienização dos quartéis e amparo aos inválidos da pátria.

Ao visitar o Hospital da Guarnição, fica chocado ao constatar que o necrotério ficava em sala contígua às enfermarias.

Determina providências drásticas, para que longe do corpo do Hospital, fosse construído edifício próprio para esta finalidade.

Após nove meses de profícua administração militar em Pernambuco, em 6 de julho de 1872, Mallet comunica ao Presidente da Província, Desembargador Francisco Faria Lemos, ter passado o comando ao Cmt do Forte do Buraco, Coronel do EM de 2ª classe, José Maria Ildefonso da Veiga Pessoa de Mello.

Mallet retorna a seu querido Rio Grande do Sul onde casara e se estabelecera como fazendeiro em Quebracho — Bajé, fazia 40 anos e que trocara por Dunquerque — França, seu berço natal.

Mallet integra-se por completo na vida, espírito, costumes e hábitos dos gaúchos e participa, irmanado com estes de suas aspirações, tendências, alegrias, sofrimentos e heroísmos — tornou-se um autêntico gaúcho. Mallet era festejado, venerado e acatado pelos gaúchos como herói nacional e como um dos mais destacados e constantes combatentes na consolidação e definição da “Fronteira do Vaivém” — no Rio Grande do Sul. O bravo Luiz Emílio Mallet que toda a artilharia do Exército reverencia como seu patrono, na oportunidade do seu 170.° aniversário de nascimento (10 Jun 1801) coincidente com o centenário de seu Comando das Armas da Província de Pernambuco, prestou à pátria brasileira 62 anos de assinalados e relevantes serviços militares. Dos 62 anos de serviço à pátria, 42 o foram no Exército e

20 como militar comissionado, pois, a Regência, dada sua condição de estrangeiro, dispensou seus serviços, em 1831, olvidando seus relevantes serviços prestados na luta pela Independência — na Cisplatina, uma das condições para permanência dos estrangeiros no Exército. Mallet, em 1851, foi reintegrado no Exército no posto de capitão, ao tempo que muitos de seus colegas de escola já eram generais. Mas não esmoreceu e aplica-se com todas as forças a recuperar o tempo perdido, vindo a atingir o generalato com 70 anos. Encerra sua brilhante carreira militar com 84 anos de idade no posto de Marechal-de-Exército, do Exército Brasileiro que tanto amara em que pese a grande injustiça que sofrerá durante 20 anos.

Mallet por sua excepcional dedicação ao serviço do Brasil e ao Exército, está a merecer, para o justo culto à sua memória, um Parque Histórico, à semelhança de Osório no Rio Grande do Sul, de Caxias em Caxias no Rio de Janeiro e a Sampaio no Ceará, cujas providências iniciais já foram tomadas. O local ideal parece ao autor ser o de sua estância no Quebracho — Bajé, onde casou, constituiu família e foi o refúgio encantado em seus raros momentos de folga, nas constantes lutas que envolveram o Rio Grande do Sul — Guerra Cisplatina — Revolução Farroupilha — Guerra Contra Rosas e Oribe — Guerra de 1865 — Guerra da Tríplice Aliança e as diversas "Califórnias" que envolveram a fronteira de Bajé e não assinaladas pela História do Brasil.

CONTRIBUIÇÃO AOS FESTEJOS DO CENTENÁRIO DO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO

Maj Eng QEMA
CLÁUDIO MOREIRA BENTO

O município de D. Pedrito acaba de comemorar o centenário de sua criação, por Lei n.° 815, de 30 de outubro de 1872, embora sua instalação se fizesse cinco meses após, em 2 de abril de 1873.

Tratado de Madri — 1750

Suas terras, ao norte do Santa Maria Chico e a leste do Santa Maria, passaram a pertencer a Portugal, por força do Tratado de Madri.

A linha divisória entre Espanha e Portugal corria, então, ao longo destes rios.

A leste do Santa Maria, faziam parte da enorme estância de São Miguel, pertencente ao povo do mesmo nome e capital dos Sete Povos das Missões.

A oeste do Santa Maria, integravam a estância de São Nicolau, pertencente ao povo do mesmo nome e conquistadas no período, 1809-1812, por ordem de D. Diogo de Souza, numa operação complementar à atuação do Exército Pacificador que, de Bagé, penetrou no atual Uruguai, em socorro do governador Élio que administrava o território em nome do Rei de Espanha, Fernando VII, irmão de D. Carlota Joaquina, Rainha de Portugal.

Posto ou Estância Santana

Os demarcadores do Tratado de Madri assinalaram, em 1756, no local onde

ergue-se a cidade de D. Pedrito, uma estância ou posto de estância jesuítica denominada Santana. (1)

Este núcleo populacional era constituído de dois a três ranchos de palha, um rancho capela tendo à frente um cruzeiro de madeira e uma mangueira para o gado, à semelhança de diversos núcleos idênticos que os exércitos demarcadores encontraram em seu itinerário, na guerra Guaranítica, de Santa Tecla até São Miguel nos Sete Povos das Missões.

Guerra Guaranítica

Nas terras da estância São Miguel, que abrangiam além de parte do município de D. Pedrito, os de Bagé, São Gabriel, Lavras do Sul, São Sepé, Formigueiro e Santa Maria, foi onde os índios missioneiros ofereceram maior resistência à penetração dos exércitos de Espanha e Portugal, encarregados de expulsá-los para a margem esquerda do rio Uruguai.

Na estância São Miguel, tombou morto, em 7 de fevereiro de 1756, após um langaço de um peão português, seguido de um tiro de pistola do governador de Montevidéu, o intrépido e legendário líder de combate de seu povo, o índio Sepé Tiaraju.

Em 10 de fevereiro travou-se o combate de Caiboaté que durou hora e meia, ao final do qual, 1.400 índios morreram sob armas sofisticadas dos exércitos de Portugal e Espanha, num protesto comovente contra a invasão de suas terras e ingratidão da Espanha que, nas lutas para a expulsão dos portugueses de Colônia do Sacramento, havia recorrido, sistematicamente, ao concurso militar dos índios missioneiros.

Eles julgavam-se traídos, pois tinham que abandonar suas terras cedidas pela Espanha ao inimigo comum de ontem.

Tratado de Santo Ildefonso
— 1777

Em 1761, com a anulação do Tratado de Madri, as terras de D. Pedrito que pertenciam a Portugal retornaram à Espanha e assim permaneceram com o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777.

A linha divisória passava a leste da ferrovia Bagé-São Gabriel e os limites oeste dos Campos Neutrais, eram mais ou menos balizados, pelo atual trecho ferroviário, Torquatzo Severo-Ibaré-Suspiro.

Reconhecimento do Território

De 1786-88, uma subdivisão portuguesa de demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, sob a chefia do Coronel de Engenheiros Dr. José Saldanha, reconheceu o território do município a leste do Santa Maria, junto com um contingente de dragões de Rio Pardo.

Em mapa original existente na Diretoria do Patrimônio do Exército, datado de 1792, aparece, assinalado no local onde ergue-se a cidade de D. Pedrito, um povoado .

A ele ia ter um caminho que partia da Fortaleza de Santa Tecla, reocupada na época pelos espanhóis.

Dele saía um caminho que atravessava o rio Taquarembó e fazia enorme volta ao norte do mesmo e retornava à origem.

Guerra de 1801

Na guerra de 1801, é presumível que os espanhóis tenham estabelecido uma guarda no local, abandonada às pressas, ao aproximar-se o Regimento de Dragões do Rio Pardo, ao comando do intrépido e legendário Tenente-Coronel Patrício Correia Câmara.

Nesta ocasião, Patrício e seus legendários dragões conquistaram, em definitivo, esta parte do Rio Grande, após expulsarem os espanhóis de São Gabriel do Batovi (erigido nos Campos Neutrais), de Santa Tecla e, eliminada a tentativa derradeira, ao final da guerra, de uma coluna espanhola enviada de Cerro Largo (atual Mello), em socorro aos Sete Povos, já conquistados, por dragões de Rio Pardo e gaúchos, liderados pelo furriel de dragões Gabriel Ribeiro, soldado dragão Borges do Canto e aventureiro Manoel dos Santos Pedroso.

Patrício, após oferecer resistência à coluna espanhola em São Gabriel (atual) e no passo do Rosário, obrigou-a a retroceder, selando o destino brasileiro das terras de D. Pedrito, a leste do Santa Maria, de São Gabriel, Bagé, Cacequi e parte de Rosário do Sul.

Povoamento

Em conseqüência da guerra de 1801 teve início o povoamento português, efetivo, das terras de D. Pedrito a leste do Santa Maria.

Seus primeiros povoadores foram os combatentes das guerras do período 1763-1801, que receberam terras no local, como prêmio, de assinalados serviços militares prestados na conquista e defesa do território.

Durante 8 anos, até que D. Diogo de Souza ordenasse a conquista do imenso e rico território entre os rios Santa Maria-Ibicuí-Uruguai-Quaraí, o rio Santa Maria foi fronteira entre Espanha e Portugal.

Neste período, por certo, fixou- se no local o contrabandista de origem espanhola Pedro Ensuategry, alcunhado D. Pedrito, por ser muito magro e alto, que emprestaria seu apelido à cidade e município de D. Pedrito.

Conquista do Território de Entre Rios

As terras de D. Pedrito a oeste do Santa Maria foram conquistadas no período 1809-1828. Passaram a pertencer em definitivo ao Brasil, com a independência da Província Cisplatina, embora portugueses nelas incursionassem a partir de 1801.

Progresso

A partir de 1812, o local começou a progredir a olhos vistos, dada sua importante situação geográfica como ponto de passagem obrigatório entre Alegrete e Bagé.

Nas guerras e revoluções do sul, no período 1812-1852, o passo do Santa Maria era ponto obrigatório de passagem de tropas, pois mais ao sul, o terreno dificultava o movimento, por ser cortado por uma série de arroios e banhados.

Após a Revolução Farroupilha a região conheceria grande progresso.

Demarcação da Vila

Em 2 de fevereiro de 1854 chegou à povoação para demarcar suas ruas e praças, o capitão Hermes Ernesto da Fonseca do 1° Regimento de Artilharia a cavalo, o (atual Regimento Mallet de Santa Maria), unidade que se celebrizara na Campanha contra Oribe e Rosas, onde adquirira o célebre apelido “Boi de Botas”.

Hermes Ernesto da Fonseca participou ao lado de Mallet da Batalha de Tuiuti.

Era irmão do proclamador e primeiro Presidente da República, Marechal Manuel Deodoro Hermes da Fonseca, nascido em São Gabriel, bem como irmão do Marechal Severiano da Fonseca, Patrono do Serviço de Saúde do Exército.

Paz de Ponche Verde

D. Pedrito abriga, em suas terras, dois sítios de imensa projeção histórica, dentro do Objetivo Nacional Permanente de Unidade Nacional: Campos de Carolina em Ponche Verde e Guarda Velha do Santa Maria, ou margem direita do Santa Maria.

Com a paz, incorporada à tradição como de Ponche Verde, que pôs fim a dez anos de luta fratricida entre brasileiros imperiais e republicanos, encerrou-se o mais perigoso ciclo revolucionário de nossa história, iniciado em 7 de abril de 1831, com a abdicação de D. Pedro I e que ameaçou tornar o Brasil num aglomerado de pequenas republiquetas.

Revoluções eclodiram em diversas partes do Brasil, incendiando o território de norte a sul.

A Paz de Ponche Velho foi epílogo do reencontro da família brasileira, em torno da Unidade física e espiritual da Pátria Brasileira, após 14 anos de lutas.

Se em Guararapes foram asseguradas a Integridade e Unidade do Brasil Colônia, com a Paz de Ponche Verde, nos campos de Carolina e da Guarda Velha do Santa Maria, foram asseguradas a Integridade e Unidade do Brasil Independente.

Caxias em Dom Pedrito

O Barão de Caxias durante a pacificação estava no município de D. Pedrito, não em Ponche Verde, e sim, na margem direita do Santa Maria, nos Campos de Alexandre Simões. Local também conhecido como Guarda Velha do Santa Maria. O local do Quartel-General do Barão de Caxias era, muito provavelmente, próximo à atual cidade de D. Pedrito, fato a ser pesquisado e confirmado, ou não, por historiadores de D. Pedrito.

O local precisa ser identificado. A verdade histórica é a seguinte: ao final das negociações de paz da Revolução Farroupilha, Caxias deslocou-se de Bagé para a Guarda Velha do Santa Maria.

Em 25 de fevereiro, Antônio Vicente da Fontoura conseguiu reunir em Ponche Verde os principais chefes farroupilhas. Eles assinaram a ata de paz, nas condições altamente honrosas oferecidas pelo Barão de Caxias.

Em 27 de fevereiro, Vicente da Fontoura levou a Caxias a ata de paz subscrita por todos os chefes farroupilhas e a proclamação de David Canabarro para ser lida no outro dia, em Ponche Verde.

No dia 28 de fevereiro, o incansável Vicente da Fontoura retornou a Ponche Verde com a proclamação de David Canabarro e a do Barão de Caxias, essa, com data de l.° de março.

Lidas em Ponche Verde as duas proclamações neste dia l.°, chegou a paz para os farroupilhas após 10 anos de lutas.

Guarda Velha do Santa Maria

Ainda em l.° de março, o Barão de Caxias mandou ler para sua tropa acampada na Guarda Velha do Santa Maria, ou margem direita do Santa Maria, nos Campos de Alexandre Simões, (próximo a D. Pedrito?) a sua proclamação e a de David Canabarro.

A confraternização entre farroupilhas e imperiais começou, efetivamente, a partir de l.° de março, após a leitura das proclamações na Guarda Velha do Santa Maria (próximo a D. Pedrito?).

Antes deste evento, as tropas imperiais e farroupilhas não tiveram contatos diretos.

Cada uma permaneceu em seus acampamentos. Serviu de elo negociador da paz, o republicano Antônio Vicente da Fontoura, que desempenhou um relevante papel.

Se comprovado que foi próximo do atual local da cidade de D. Pedrito que o Barão mandou ler as proclamações que puseram fim à revolução, o papel de D. Pedrito ficará mais realçado na pacificação da Revolução Farroupilha.

Dom Pedrito da Pacificação

A povoação de D. Pedrito teve início, em 1852, com a ereção da capela em invocação a N. S. do Patrocínio. Seu progresso local teve lugar após a Revolução Farroupilha.

Antes de D. Pedrito tornar-se município, suas terras faziam parte do terceiro e quarto distritos de Paz de Bagé, lembrando por certo, fatos históricos memoráveis que tiveram lugar nos mesmos, relacionados com Ponche Verde, acampamento farroupilha e Guarda Velha do Santa Maria, (muito provavelmente próximo a atual cidade de D. Pedrito).

Ao tornar-se município, D. Pedrito poderia ter-se chamado, com muita propriedade e orgulho cívico, de Paz, Pacificação ou, mesmo, Ponche Verde.

No entanto, foi-lhe dada uma denominação lembrando a figura simpática de um contrabandista estrangeiro que por ali vivera.

Para conciliar a tradição e evocar-se eternamente os fatos memoráveis que tiveram lugar em suas terras, o historiador submete à apreciação das autoridades e povo de D. Pedrito a mudança de denominação do município para; D. Pedrito da Paz ou Dom Pedrito da Pacificação.

Se acolhida a sugestão, teríamos mais um município de denominação composta, à semelhança de Santo Antonio da Patrulha.

Uma coisa, porém, é certa. Não podem ser separadas as projeções históricas de dois locais na pacificação da Revolução Farroupilha, Ponche Verde, QG e acampamento dos farroupilhas e, Guarda Velha do Santa Maria ou margem direita do Santa Maria, QG do Barão de Caxias e acampamento

de suas tropas.

Os dois locais são como irmãs siamesas que não podem ser separadas em projeção histórica quanto a pacificação da Revolução Farroupilha.

À vista destes fatos, tente o historiador ou intérprete de nosso processo histórico dar mais projeção a um ou a outro local, dentro do espírito do Objetivo Nacional Permanente de Unidade.

O General Osório e a Pacificação

No dia seguinte às proclamações de paz lidas em l.° de março em Ponche Verde e margem direita do Santa Maria, o primeiro imperial, a ir confraternizar com os farroupilhas, foi o tenente-coronel Manoel Luiz Osório, mais tarde Marquês do Herval ou, simplesmente General Osório para todo o povo brasileiro, para o qual tornou-se um símbolo.

Confraternizou com seus irmãos da forma mais comovente. Foi ao acampamento de Ponche Verde para recrutar, para seu legendário regimento, homens voluntários que haviam combatido como farroupilhas.

A grandeza de seu gesto diz bem do sentido de suas palavras a seu filho e biógrafo, Fernando Luiz Osório, ao passar anos mais tarde por Ponche Verde.

“Neste local, meu filho, foi onde os farroupilhas que se bateram com valor transigiram com dignidade e os imperiais que os combateram com pertinácia os receberam com amor”.

E, a Osório, entre tantos grandes papéis que iria desempenhar em nossa história, caberia a suprema ventura, na qualidade de brasileiro do Rio Grande do Sul, de representar a família brasileira, neste grande e simbólico abraço de amor, de harmonia e de esquecimento de águas passadas.

Anos após, em 1851-52 e 1865-70, estes bravos a quem Caxias e Osório estenderam os braços num abraço de irmãos, os seguiram nos campos de batalha da Argentina e Paraguai, em defesa da Soberania e Integridade do Brasil ameaçadas.

Documento Que Selou a Paz

Em l.° de março o Barão fez expedir, de seu Quartel-General no Campo do Alexandre Simões, o seguinte documento, acompanhado de sua proclamação da mesma data:

“Circular aos Comandantes das Guarnições da Província. Pela leitura da proclamação inclusa, ficará V. Mee. ciente de estar terminada a guerra civil nesta Província; e por isso ordeno que ponha em plena liberdade a todos os indivíduos que por motivo da revolução aí se acharem presos.

Muitos estritamente, recomendo a V. Mee. sob sua responsabilidade, o exato cumprimento de quanto é determinado no decreto a que se refere a mencionada proclamação, a qual deverá ser lida em voz alta à frente d p toda a tropa de seu comando, e publicada a toque de caixa, ou cornetas.

Deus guarde a V. Mee.

Quartel-General da Presidência e do Comandante-em-Chefe do Exército no Campo do Alexandre Simões, Costa de Santa Maria, l.° de março de 1845. (a) Barão de Caxias.”

Conforme demonstra o presente documento encontrava-se no município de D. Pedáto, me l.° de março, a sede do governo do Rio Grande e, QG do

Exército ao comando do Barão de Caxias.

Caxias deslocou-se para Bagé no dia 3 de março e, a 4, em ofício, autoriza a David Canabarro que o Exército Farroupilha de 1ª linha aguarde a desmobilização entre a Costa do Santa Maria e Passo D. Pedrito (atual cidade de mesmo nome).

FONTES CONSULTADAS

— Caxias, Barão de. Ofícios 1842-45 in: Primeira Exposição Geral do Exército, Rio, Imprensa Militar, 1950.

— ( ) Ordens do Dia 1842-45. Rio, Imp. Mil, 943.

— ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS. Município de D. Pedrito. Rio, 1958, v. 33, págs. 157-62.

— FONTOURA, Antônio Vicente da. Diário RIHGRGS, 1943, tri II e III.

— MAPOTEOA DA COMISSÃO DE HISTÓRIA DO EXÉRCITO.

Cópia de mapa do itinerário percorrido pelo Exército Português Demarcador do Tratado de Madrid de 1750 no Rio Grande do Sul, ano de 1756. Vila de RIO GRANDE — Forte SÃO GONÇALO — Fortaleza de SANTA TECLA- CAIBOATÉ-SÃO MARTINHO — CHUREBY (Rio Chuni) — SÃO MIGUEL Desenho do Coronel D. Miguel Ângelo Blasco, Quartel Mestre General-do-Exército Demarcador de Portugal.

— MAPOTECA DA DIRETORIA DO PATRIMÔNIO DO EXÉRCITO.

Carta RS 102. Trabalhos da Divisão Portuguesa de Demarcação no Rio Grande do Sul do Tratado de Santo Ildefonso de 1777, datada de 1792, assinada pelo Capitão General do Rio Grande de São Pedro, Sebastião da Veiga Cabral.

— RUAS SANTOS, Francisco, cel. Osório. RJ. Bibliex. 1967.

— SPALDING, Walter. A Epopéia Farroupilha. RJ, Bibliex, 1963. págs, 160-165.

CENTENÁRIO DO LIBERTADOR DO ACRE

Maj Eng QEMA

CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Em 12 de dezembro transcorre o centenário do coronel acreano Plácido de Castro. Foi um jovem gaúcho, líder militar nato, que o destino caprichoso impeliu ao Acre, para um grande encontro com nossa História, ao prestar serviço, sem igual neste século, à defesa e preservação da Integridade, Soberania e Unidade brasileiras.

Liderando bravos nortistas, desbravadores e povoadores da região, proclamou o Acre Estado Independente, em 6 de agosto de 1902, em Xapuri.

Consolidou-o pelas armas, em duros combates, em 171 dias de campanha. Libertou a região de séria ameaça potencial, representada por poderosos

grupos econômicos internacionais, interessados em dominar, inclusive com apoio militar, fontes de produção de borracha na Amazônia.

Evocamos sua vida e obra, apontando-as como exemplo e inspiração a brasileiros de hoje, que velam pela Soberania e Integridade do Brasil na Amazônia ou, que participam da grande cruzada patriótica de desenvolvê-la e integrá-la.

Da ação militar e política desse herói, combinada com a diplomática, “dinâmica-presente”, do grande patriota Barão do Rio Branco, resultou a incorporação ao Brasil, pelo Tratado de Petrópolis, 17 Nov 1903, do atual Estado do Acre.

DESCENDENTE DE GUERREIROS

Plácido de Castro nasceu em São Gabriel, RS, em 12 Dez 1873. Era filho, sobrinho, neto e bisneto de militares que lutaram em 1801-70, em defesa da Soberania e Integridade do Brasil, em nossa Fronteira Sul — A Fronteira do Vai e Vem.

A casa de seu pai tomou-se ponto de encontro de veteranos da Guerra do Paraguai. Nela, o assunto principal era a recordação de lances militares deste conflito. A mente infantil de Plácido foi povoada pelos feitos guerreiros de seus antepassados, durante 6 campanhas contra os espanhóis e seus descendentes.

ADOLESCÊNCIA DIFÍCIL

Com 9 anos começou a trabalhar. Com 12 perdeu o pai e passou a sustentar a mãe e 6 irmãos menores. À procura de maior salário, trabalhou em Bagé e São Francisco de Paula até atingir idade para realizar seu sonho, ingressar no Exército.

SOLDADO DO REGIMENTO MALLET

No mês seguinte à Proclamação da República, com 16 anos e 4 dias, ingressou no Exército como soldado. Escolheu, em São Gabriel, a unidade de maior tradição guerreira, o legendário 1º Regimento de Artilharia de Campanha, o atual Regimento Mallet de Santa Maria. Esta unidade escrevera páginas imortais de glória militar, nas guerras, contra Oribe e Rosas 1851-52 e do Paraguai 1864-70. Após 6 meses, Plácido era cadete.

CADETE EM RIO PARDO E PORTO ALEGRE

No 2.° Semestre de 1890, ingressou na Escola Tática e de Tiro do Rio Pardo, onde, após 2 anos e meio era 2.° sargento. Em 1893, passou a freqüentar a Escola Militar de Porto Alegre, último degrau para tornar-se oficial do Exército.

CARREIRA FRUSTRADA

Ao entrar para a Escola Militar, a política dividia a família brasileira. Ela

penetrou na Escola e dividiu seus alunos em florianistas e federalistas. Estourara no Rio Grande do Sul a Revolução de 93, caracterizada por uma violência inaudita e desrespeito a vida do adversário. Cadetes florianistas encabeçaram abaixo-assinado, pedindo o fechamento da Escola para lutarem contra a Revolução. Plácido, apolítico, segundo seus biógrafos, recusou-se a assinar o documento. Foi desligado da escola, declarado suspeito, preso e enviado a Bagé para servir no Batalhão de Transportes, além de privado do uso de arma de fogo.

Neste exato momento frustra-se, para sempre, seu sonho de ser oficial do Exército.

REVOLUCIONÁRIO FEDERALISTA

Na véspera do combate do Rio Negro, em Bagé, ele abraçou a causa da Revolução.

Apresentou-se aos chefes revolucionários e conseguiu a libertação de 2 companheiros do Exército, presos na véspera. Um deles seu inimigo. Dessa generosidade ele daria várias mostras na Revolução Acreana. Em 93, Plácido participou de quase 40 ações de combate.

Completou sua formação militar na Academia Militar das Coxilhas, “vendo, tratando e pelejando”. Com 21 anos incompletos, era major por bravura e disputado entre seus chefes. Jovem não se deixou envolver por práticas bárbaras introduzidas nesta revolução, entre as quais o degolamento de adversários inermes, costume abominável introduzido por caudilhos orientais, contrário à tradição de Firmeza e Doçura do gaúcho brasileiro. Tradição que encontrou no General Osório seu maior expoente.

A FORJA DO GUERREIRO

Os 3 anos e meio passados no Exército e os 2 de revolução seriam responsáveis por sua escolha como general e comandante do Exército do Acre, à frente do qual realizaria feitos militares retumbantes; dentro de critérios táticos e estratégicos de grande validade em Arte e Ciência Militar que ele soube adaptar à realidade Amazônica, diametralmente oposta a das coxilhas do Rio Grande do Sul a que se acostumara.

ADEUS AS ARMAS

Com a Paz de Pelotas, em 1895, que pôs fim à Revolução, Plácido não retornou ao Exército. Assistia-lhe, de direito, esta faculdade.

São desconhecidos os motivos do não retorno. Após breve período em São Gabriel, foi para o Rio de Janeiro onde tornou-se guarda e inspetor de alunos do Colégio Militar. Incidente com um oficial professor de geografia obrigou-o a demitir-se. Após, trabalhou nas Docas de Santos onde praticou o ofício de agrimensor, condição que o levou à Amazônia, contratado para demarcar seringais.

A Amazônia fervilhava com a Questão Acreana. Os limites entre o Brasil e Bolívia no Acre eram discutidos. As diplomacias dos dois países esforçavam-se por defini-los. A seca de 1877, no Nordeste, atraiu para o Acre milhares de nordestinos que terminaram por desbravar e povoar aquela região selvagem, ao custo de 100.000 vidas imoladas por uma ecologia adversa, paraíso de febres palustres. O Brasil reconheceu o domínio boliviano sobre parte da área

desbravada e povoada por nordestinos que já se consideravam acreanos. Eles argumentam: “se o Brasil não quer o Acre, os acreanos não desejam ser bolivianos”.

Em 14 jul 1899, em Empresa, o espanhol Luiz Galvez, após descobrir tratado, entre os governos da Bolívia e EEUU, lesivo aos interesses acreanos, proclamou o Acre estado independente. O Brasil interferiu e ajudou a Bolívia a restabelecer seu domínio sobre a área.

Jovens de Belém, inconformados, organizaram uma força para libertar o Acre. Esta força passou à História como Expedição dos Poetas.

Após alguns êxitos, fracassou por falta de um líder militar.

Plácido recusou comandá-la, obediente à decisão do governo brasileiro. Plácido atacado de febre palustre dedicava-se, como agrimensor, a demarcar seringais.

UM CAVALO DE TRÓIA AMEAÇA A AMAZÔNIA

O governo boliviano, visando lucros e a manter seu domínio sobre o Acre, recorreu a capitais privados norte-americanos e ingleses, sedentos de dominarem as fontes de produção de borracha na Amazônia.

Formou-se o Bolivian Syndicate. Este adquiriu o direito, por arrendamento, de administrar o Acre e ali manter uma força armada.

O arrendamento incluía área reconhecidamente brasileira, segundo constatação de Plácido de Castro.

Era um Cavalo de Tróia a ser introduzido na Amazônia, por poderosos capitais internacionais, com apoio oficioso dos EUA. Precedentes, na África e Asia, mostraram que grupos idênticos terminaram por colonizar e dominar importantes áreas de alguns países, onde penetraram com os mesmos propósitos. Era uma ameaça à soberania e Integridade do Brasil, Bolívia e Peru.

A OBRA RESERVADA AO JOVEM GAÚCHO

Eram imprevisíveis, a longo prazo, as conseqüências funestas para o Brasil e Bolívia, se concretizado o acordo do Bolivian Syndicate.

Teríamos hoje uma grande nação a dominar grande parte da Amazônia brasileira, boliviana e peruana? O Brasil exerceria soberania sobre a navegação no Amazonas e seus principais afluentes?

Quais os reflexos negativos sofridos pela geopolítica brasileira na Amazônia? Seria mantida a Integridade e Soberania do Brasil na área? Estas e outras perguntas assaltaram a mente do patriota e estudioso de Geografia — Plácido de Castro.

PROJEÇAO DA OBRA DE PLÁCIDO NO BRASIL

Neste contexto é que se insere a grande obra que irá realizar Plácido de Castro, sem rival neste século, na defesa e manutenção da Integridade, Unidade e Soberania do Brasil na Amazônia, área que somente agora os brasileiros tiveram condições, com grandes sacrifícios, de dar início à grande batalha para integrá-la e desenvolvê-la, para não entregá-la, sobre pressões imprevisíveis do futuro do mundo, em acelerada explosão demográfica.

Por outro lado, seriam abandonados à própria sorte milhares de brasileiros acreanos, desbravadores e povoadores da região, desde quase meio século.

No Acre encontravam-se sepultados milhares de nordestinos imolados na luta para dominar aquela região selvagem e remota.

ENCONTRO COM SEU DESTINO E COM A HISTÓRIA

Plácido encontrava-se na Amazônia desde 1898, com 25 anos de idade. Acompanha com simpatia a Questão Acreana, sem nela envolver-se.

Brasileiros e bolivianos da área chegaram a um acordo de convivência fraterna. Ao tomar conhecimento do teor do contrato, lesivo ao Acre, ao Brasil e também à Bolívia, decidiu impedir que se consumasse. Aderiu à revolução. Daí por diante foi o catalisador, organizador e pregador da Revolução, com vistas a impedir a invasão e controle da área por capitais alienígenas, interessados em controlar fontes de produção de borracha.

INDEPENDÊNCIA DO ACRE

Em 6 de agosto de 1902, conquistou Xapuri e proclamou a Independência do Acre. Fez com que todos os presentes assinassem a Ata de Independência, a fim de comprometerem-se no movimento. Durante mais de um mês percorreu a pé, a cavalo, em canoas, todos os recantos do Acre, no afã de mobilizar para reação militar que dentro em breve se faria sentir. Nos seus mais agudos momentos de febre palustre, fez-se transportar em rede. Decorrido cerca de um mês, conseguiu mobilizar, organizar, equipar e adestrar um pequeno exército de 66 homens e fortificar diversos seringais.

DURO INSUCESSO

Ao retornar para Xapuri, à frente de 66 homens, Plácido foi informado da chegada ao Acre de um batalhão boliviano. Para compensar seu pequeno efetivo, concebeu emboscar o adversário em Volta da Empresa (atual Rio Branco).

Este o antecipou no local guiado por um traidor. Sua tropa foi emboscada. Após uma hora de violento combate, acabada munição, foi obrigado a retirar-se com as seguintes baixas: 22 mortos, 8 feridos graves e 6 desertores. O adversário teve 18 baixas, 10 mortos e 6 feridos.

LIÇÃO APRENDIDA

Plácido analisou profundamente o revés e dele tirou valiosas lições de cunho tático e estratégico, adaptadas à realidade da selva Amazônica. Em pouco tempo Plácido organizou o Exército do Estado Independente do Acre, com efetivo de 850 homens, divididos em 4 batalhões:

O Novo Destino, Pelotas, Acreano e o Xapuri. Seus soldados estavam armados com rifles Whinchester 44 e armas de caça com 60 tiros por homem.

GENERAL PLÁCIDO

Em 2 de outubro de 1902 foi aclamado general e comandante do Exército do Acre. Em 171 dias de campanha, 5 de agosto de 1902 a 24 de janeiro de 1903, o pequeno Exército Acreano, liderado pelo bravo gaúcho, consolidou a Independência do Acre, após vencer em diversos combates, fortes e bem armados efetivos adversários; além de afastar da Amazônia a grande ameaça à Soberania, Integridade e Unidade do Brasil e Bolívia, representada pelo Bolivian Syndicate.

TENTATIVA DE SUBORNO

O Sindicato, face ao fracasso militar tentou subornar a população acreana, no que foi repelido. Financiou então, na Bolívia, poderosa expedição para esmagar os acreanos. O Brasil tomou posição para evitar o massacre. Entrou em cena o grande Barão do Rio Branco que negociou um “modus vivendi” realista com a Bolívia, para evitar que irmãos bolivianos e brasileiros, tradicionais amigos, fossem lançados à guerra em nome de interesses econômicos de grupos internacionais, contrários aos legítimos interesses de seus países.

TRATADO DE PETRÓPOLIS

A diplomacia brasileira através do Barão do Rio Branco como lidou o ideal de serem brasileiros, conquistado pelas armas pelo coronel Plácido de Castro e seus bravos soldados acreanos, com a celebração do Tratado de Petrópolis a 17 nov 1903.

Por ele, o Brasil definiu a situação do atual Estado do Acre em troca de compensações; territoriais, em dinheiro e obras civis de grande projeção econômica para a Bolívia.

IMPERATIVO CÍVICO

Plácido morreu em 11 de agosto de 1908, vítima de uma emboscada preparada por desafetos políticos, 2 dias antes. Teve o mesmo destino trágico de seu avô do qual herdou o nome, o major do Exército Plácido José de Castro.

Seus restos mortais repousam em Porto Alegre. Dia virá que o Acre os reclamará, para fazê-los repousar no cenário de suas glórias, na terra de seus intrépidos comandados acreanos que escreveram uma epopéia em defesa da Integridade e Soberania do Brasil.

Na terra daqueles heróis que submergiram, um após outro, sob balas inimigas, na tarefa de cortar uma corrente que barrava a navegação do rio Acre, defronte Puerto Acre.

Na terra da heroína Angelina Gonçalves de Souza que lutou a luta mais desigual com o inimigo, em protesto pelo trucidamento de seu marido.

Enfim, na terra de outros tantos heróis assinalados na luta pela libertação do Acre, muitos esquecidos, que somente Deus sabe seus nomes.

Seu retorno é um imperativo cívico, para a reverência eterna dos acreanos, aos quais ajudou a conquistar a liberdade e o direito de serem brasileiros e, para o respeito dos irmãos bolivianos ao adversário valoroso e generoso que lutava, não contra a Bolívia ou contra seus irmãos bolivianos, mas, contra o Bolivian Syndicate que ameaçava não só a Integração e Soberania do Brasil, como a da própria Bolívia e a liberdade de seu povo, comprometida, seriamente, a longo prazo.

FONTES

GOYCOCHEA, Castilhos — "Plácido de Castro o derradeiro bandeirante" RIHGRGS, Porto Alegre, 1940, l.o tri. p. 89-126.

HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO — “Campanha do Acre". Rio de Janeiro, EME, 1972, 2 v., p. 750-66.

LIMA, Cláudio de Araújo — Plácido de Castro um caudilho contra o imperialismo. Rio, Gráf. Brumar 1960, 2.ª ed.

BICENTENÁRIO DA CONQUISTA DO FORTE SÃO MARTINHO NO RIO GRANDE DO SUL

Ten Cel Eng QEMA
CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Faz 200 anos, cerca de 2/3 partes do atual território do Rio Grande do Sul, estavam em poder dos espanhóis. Isto, conseqüência das invasões empreendidas, a partir de Buenos Aires, em 1763 e 1773, respectivamente, pelos governadores daquela praça, generais D. Pedro Ceballos e Vertiz v Salcedo. A contra-ofensiva luso-brasileira, para a retomada do território rio-grandense ocupado, teve inicio com a conquista e arrasamento do Forte São Martinho, em 31 de outubro de 1775, próximo da atual cidade de Santa Maria. Comandou o ataque de conquista "a intrépida e legendária espada continentina" — Major Rafael Pinto Bandeira. Após ele seria o primeiro filho do Rio Grande do Sul a governá-lo, da Vila de Rio Grande e de sua estância do Pavão, em Pelotas atual. Deste local por cerca de 18 anos, Rafael exerceu o comando da Fronteira do Rio Grande, cuja área de jurisdição, coincide em princípio, com a da 81 Brigada de Infantaria Motorizada sediada em Pelotas. Por esta razão, historicamente, pode ser considerado o fundador e primeiro comandante dessa Grande Unidade de nosso Exército.

Situação militar do Rio Grande do Sul em 1775

Os luso-brasileiros, após ingentes esforços, concentraram no Rio Grande do Sul uma poderosa força de 6.717 homens. Dita força, denominada Exército do Sul, era constituída, na maior parte, de tropas enviadas de Portugal, Rio de Janeiro, de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina. Do Rio Grande computava-se, basicamente, o Regimento de Dragões de Rio Pardo e um punhado de bravos milicianos rio-grandenses. O Exército do Sul cuja concentração no RGS teve início em 1774, articulou-se nos seguintes locais: São José do Norte, Porto Alegre e Rio Pardo e, em diversos pontos entre os dois últimos locais, junto ao Jacui, o grosso do Exército estacionou em barracas de palha em JSão José do Norte, ao comando do Tenente-Coronel João Henrique Bõhn, representantes do Conde de Lippe no Brasil, para reformas contratadas por Portugal em nosso Exército Colonial e a mais alta patente militar na Colônia. Em Rio Pardo estacionou mais de um milhar de homens ao comando do Governador do Rio Grande — Brigadeiro José Marcelino de Figueiredo, já consagrado herói na luta contra os espanhóis. Na Campanha, com suas bases de guerrilhas nas serras dos Tapes (Município de Canguçu atual) e do Herval (Município de Encruzilhada atual), atuavam forças de guerrilhas. Constituídas de estancieiros e sua gente estabelecidos nessas áreas antes da invasão espanhola de 1763, eram enquadradas por alguns oficiais dos Dragões de Rio Pardo. No espaço compreendido entre o rio Camaquã ao N, rio Negro ao W e parte da Lagoa dos Patos, Canal São Gonçalo e Lagoa Mirim a E, sem limites para o Sul, atuavam as guerrilhas com bases no município de Canguçu atual, ao comando de Rafael Pinto Bandeira.

Ditas guerrilhas tinham as seguintes missões;

— Buscar informações militares para o Exército do Sul em Rio Grande e Rio Pardo, sobre os movimentos e intenções inimigas, até as imediações de Colônia do Sacramento, Montevidéu e Maldonado.

— Vigiar os principais passos do Canal São Gonçalo e dos rios Camaquã, Jacui e Piratini, para prevenir um ataque inimigo sobre Rio Pardo, proveniente das seguintes direções: Vila de Rio Grande, Forte de Santa Tecla e Forte de São Martinho, bases militares espanholas no território rio-grandense ocupado.

— Levar a efeito arreadas,para retirar dos tradicionais caminhos de invasão ao Rio Grande do Sul, gado vacum e cavalar selvagens ou chimarrões, passíveis de serem usados pelo invasor para alimentação e transporte de seu Exército. Ditas arreadas, operação tipicamente militar oficial, visavam também, desestimular o estabelecimento de estancieiros espanhóis no território rio-grandense ocupado, bem como hostilizar, de variadas formas, as estâncias e patrulhas espanholas em território inimigo. O produto das arreadas era dividido entre a tropa que a realizava e o Governo Português.

Os espanhóis possuíam contingentes militares na Vila de Rio Grande, no Forte de Santa Tecla (próximo a Bagé atual), no Forte São Martinho e junto ao canal São Gonçalo, defronte Pelotas atual. O Forte de São Martinho constituía séria ameaça de flanco ao Forte de Rio Pardo, como base de partida e apoio para uma invasão proveniente das Missões.

O Forte de São Martinho

O acesso luso-brasileiro ao Forte de São Martinho dependia de uma longa picada em aclive e serpenteante, aberta na mata densa e que não permitia o desdobramento de uma força atacante além de duas colunas a pé. Após a travessia da mata densa, a picada desembocava num campestre. Neste local os espanhóis erigiram São Martinho e uma bateria isolada artilhada com um pequeno canhão, colocada de molde a cruzar fogos com os do forte, sobre qualquer força atacante que desembocasse no campestre. Distante uma légua do forte, em ponto obrigatório de passagem na picada, existia uma guarda avançada com comandamento de vistas e fogos sobre grande extensão da picada para o sul. O judicioso aproveitamento militar do terreno pelos espanhóis, tornava suicida qualquer operação militar luso-brasileira que tentasse investir São Martinho frontalmente. O nome Santa Maria da Boca do Monte deve-se à entrada dessa picada na mata. Monte, em espanhol, significa mato e não uma elevação. Portanto, seria mais certo dizer-se — Santa Maria da Boca do Mato.

Abordagem pela retaguarda

Consciente da impossibilidade de um ataque frontal Pinto Bandeira decidiu pela abertura de uma extensa picada na mata que conduzisse suas trepas à retaguarda vulnerável de inimigo. Encarregou dessa dificílima missão, um alferes, um sargento e seis soldados consumados mateiros. De 23 a 31 de outubro, eles cumpriram a árdua missão, sem serem pressentidos pelo inimigo.

Ataque de surpresa

Na madrugada de 31 de dezembro de 1775, a força de Rafael Pinto Bandeira irrompeu na retaguarda de São Martinho, surpreendendo sua

guarnição em profundo e pesada sono, somente interrompido pelos gritos de guerra dos 205 atacantes.

Apesar da surpresa, o tenente Manoel Alvarez, comandante do forte, liderou uma reação à bala, durante 15 minutos. Após, rendeu-se junto com 19 dragões e 21 índios. Na confusão, mais de 100 índios conseguiram fugir, embrenhando-se na mata circundante.

Presas de guerra após o ataque

Dentre as presas de guerra efetuadas no ataque e envia das para Rio Pardo destacam-se: Armamento — 40 espingardas, 19 pistolas, 6 canhões pequenos, 1 morteiro, 39 lanças e 30 cartucheiras; Gado — 6.000 vacuns, 1.100 cavalos, 250 bois mansos, 200 éguas chucras e 150 mulas mansas.

Participantes da operação

Sob o comando de Rafael Pinto Bandeira, escolhido pelo Governador Marcelino de Figueiredo como o único oficial capaz de recorrer toda a campanha do Rio Grande, “com uma cuia de mate e uma ou duas malas de garupa”, participaram da operação São Martinho — as seguintes tropas:

— 150 guerrilheiros rio-grandenses vindos de suas bases de guerrilhas nos atuais municípios de Canguçu e Encruzilhada do Sul.

— 50 homens da recém-criada Companhia de Granadeiros do Regimento de Dragões de Rio Pardo. Entre estes, o então sargento Félix Pereira da Costa, já pai, fazia um ano e cinco meses, do agora considerado — “O gaúcho fundador da Imprensa Brasileira”, por haver editado em Londres (1808-22), o Correio Braziliense, de tão marcante influência na preparação da Independência do Brasil.

Rafael, instrumento de dilatação do Império

Após esta vitória, coube a Rafael comandar a conquista e arrasamento do Forte de Santa Tecla, em 27 de março de 1776. Esta operação, junto com a reconquista da Vila de Rio Grande, 5 dias após, em l.° de abril de 1776, selaram a reconquista e expulsão definitivas dos espanhóis do Rio Grande do Sul, cujo bicentenário comemora-se no ano próximo. Esta efeméride merece ser evocada e festejada, com especial relevo e com amplitude nacional, pelo Povo e Governo do Rio Grande do Sul, em razão de seu alto significado militar e geopolítico definição do destino brasileiro do Rio Grande do Sul, após acirrada disputa militar e diplomática entre Portugal e Espanha que se durou mais de 30 anos.

Os restos mortais do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira repousam numa urna exposta à visitação pública na Igreja de São Pedro em Rio Grande, construída em 1756, pelo Exército de Demarcação, segundo projeto do Coronel Fernandes Pinto Alpoym, também projetista dos Arcos de Santa Tereza, no Rio. Por uma estranha e feliz coincidência, o guerreiro Rafael e o templo que abriga seus restos mortais foram dois dos mais poderosos instrumentos no Sul, da política portuguesa — Dilatar a Fé Católica e o

Império Português, tão presente e viva nos Luzíadas de Camões — o imortal poeta e soldado.

“Julga-se um homem capaz de grandes coisas, pela atenção que presta às pequenas.

Considera tua honra como alguma coisa de mais peso que um juramento. Nunca mintas.”

SOLON

CAXIAS E O USO MILITAR DE AERÓSTATOS

Teu Cel Inf QEMA

CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Na Guerra da Tríplice Aliança 1865-70 — Campanha do Paraguai — o Exército Brasileiro defrontou-se com um grave problema decorrente da ausência de cartas, esboços e informações sobre o T O.

Lutando numa planície, o problema de dominância de vistas sobre o campo adversário tornou-se crucial para possibilitar localizar-se fortificações e acompanhar-se a movimentação, das tropas inimigas.

Para compensar esta deficiência recorreu-se aos mangrulhos, postos de observações artificiais.

Este processo servia para a observação aproximada e como medida de precaução contra um ataque de surpresa.

Os reconhecimentos mais profundos eram feitos à viva força pela Cavalaria.

Consistiam em verdadeiros ataques, com grandes perdas em vidas de parte da força de reconhecimentos. O ataque a Curupaiti foi um salto no desconhecido, de altíssimo preço em vidas humanas, em razão de se desconhecer o que existia entre a linha de partida e o objetivo.

O Marquês de Caxias, ao assumir o comando das operações, após Curupaiti, procurou sanar estes inconvenientes.

Mandou vir da Europa dois aeróstatos cativos a hidrogênio (charliérs).

Em 24 de junho de 1876, teve lugar a primeira ascensão.

Seguiram-se mais 12 ascensões: A 2.ª, 8 Jul; a 3.ª, 4.ª e 5ª em 12 Jul; a 6.ª, 13 Jul; a 7ª, 20 Jul; a 8ª, 21 Jul; a 9,ª 22 Jul; a 10.ª, 15 Ago; a 11ª, 16 Ago; a 12.ª e última em 25 Set.

A ascensão “record”, com guarnição, foi a 7.ª, na qual um aeróstato atingiu 140 metros de altura.

Destacaram-se nestas operações os seguintes oficiais do Corpo de Engenheiros: capitães Francisco Cesar da Silva Amaral, Cursino Amarante e Conrado Jacob Niemeyer.

As treze ascensões permitiram retificar-se cartas anteriormente levantadas, confirmar-se que a via de acesso Tuiuti-tuycuê era a melhor, descobrir-se linhas de trincheiras contínuas entre Tuiuti e Humaitá e as intenções de uma tropa de Cavalaria inimiga.

As últimas observações foram prejudicadas por esta contramedida adversária:

“Sempre que o balão aparecia, o inimigo fazia muita fumaça defronte, nas trincheiras, para ocultá-las. Com este intuito preparavam de antemão fogueiras de pasto.”

Dionízio Cerqueira, testemunha ocular de uma das últimas ascensões, assim a descreveu:

“O Marquês de Caxias, capitão experimentado e conhecedor da parte difícil de comandar, rodeou-se de oficiais inteligentes e instruídos.
Nada desprezava do que pudesse ser útil ao Exército.
Mandou vir um balão para se conhecer e observar o inimigo.
Que azáfama para enchê-lo!
Felizmente, não precisávamos poupar ácido sulfúrico, como na Republica Francesa no fim do século 18, e não recorremos como ela ao processo lento e difícil da decomposição da água, para a preparação do hidrogênio.

Foi um dia de festa em nossos arraiais.

Todos queriam ver o balão subir.

Subiu com efeito mantendo-se no ar preso por cabos.

Mas pouco se viu porque o inimigo enfumaçou o campo com fogueiras e tiros de canhão.

Nenhum serviço nos prestou.

Felizmente não nos faltaram os reconhecimentos de nossa brava Cavalaria e dos esforçados oficiais de Estado-Maior e de Engenheiros e o informes de desertores e espiões.

Este episódio dos aeróstatos, além de confirmar a sensibilidade de Caxias para o progresso tecnológico militar, evidencia seu pioneirismo nos primeiros passos da aviação no Brasil, seis anos antes do nascimento do outro grande brasileiro, Santos Dumont, inventor do avião e patrono de nossa Aeronáutica.

BICENTENÁRIO DA GUERRA DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1763-1776)

Ten Cel Eng QEMA

CLÁUDIO MOREIRA BENTO

De 1763-1777 o Rio Grande do Sul foi envolvido pela primeira vez numa guerra. Sofreu duas invasões. Elas chegaram a controlar cerca de 2/3 de seu atual território. Ao final houve forte e vitoriosa reação de Portugal. Ela acabou por restaurar a soberania portuguesa sobre a área e projetar-se como a definição do destino brasileiro do Rio Grande do Sul Para a restauração e definição do destino brasileiro da área, cujo bicentenário

coincide com o da Independência dos Estados Unidos, concorreram no esforço de guerra os atuais Estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina e Paraná. Destaque-se a contribuição militar de civis paulistas, enviados durante a guerra, num fluxo contínuo para a Fronteira do Rio Pardo. Unidos a um pugilo de civis rio-grandenses e lado a lado, ombro a ombro, com bravos do Regimento de Dragões do Rio Pardo, ajudaram a conduzir modelar guerra de guerrilhas contra o invasor, traduzidas pelas vitórias militares de Monte Grande — 1763, Reconquista de São José do Norte — 1767, Santa Bárbara e Tabatingai — 1774, São Martinho — 1775 e Santa Tecla — 1776. As guerrilhas, por 10 anos, mantiveram as invasões circunscritas. Criaram condições para o Exército do Sul, com o concurso de uma Esquadrilha Naval, completar a restauração com a reconquista da Vila de Rio Grande em 1 de abril de 1776, ação militar que contou com a decisiva participação do Rio de Janeiro, através do atual Regimento Sampaio, cujas gloriosas tradições remontam a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro. ANTECEDENTES

Bandeirantes rompem o Tordesilhas no Sul

Pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, o Rio Grande te- ria sido domínio de Espanha.

Durante a União das duas Coroas, 1580-1640, cinco bandeiras, de 1639-41, numa operação de varredura, percorreram, sucessivamente os vales dos rios Taquari, Jacuí, Ibicuí, Icamacuá e Ijuí. Destruíram as 18 reduções jesuíticas que constituíam a Província do Tape. Marcaram o início da pe- netração, reconhecimento e exploração portuguesa do Rio Grande.

Fundação de Colônia

Em 1680, Portugal fundou Colônia do Sacramento defronte Buenos Aires. Em tomo de sua posse, Portugal e Espanha lutaram, com denodo militar e diplomático, por 97 anos.

Da necessidade de aproximar o apoio militar do Rio de Janeiro à Colônia decorreu o progressivo processo de devassamento, exploração, povoamento e conquista portuguesa do Rio Grande. O Rio de Janeiro aproximaria este apoio via marítima e São Paulo via terrestre.

Paulistas fundam Laguna e inauguram o ciclo dos tropeiros

Dentro deste contexto, paulistas de São Vicente fundaram Laguna em Santa Catarina. Foi o primeiro centro populacional português da região Sul do Brasil e, por muitos anos, após, centro irradiador e base de apoio, para a exploração, povoamento e conquista do Rio Grande.

Em 1703, foi estabelecida a ligação terrestre Colônia- Laguna.

De 1705-15, Colônia caiu em poder de Espanha. Em consequência inaugurou-se o ciclo dos tropeiros. Ciclo caracterizado pela preia de manadas selvagens de cavalares e vacuns, das campanhas do atual Uruguai para Laguna, para onde eram transportadas inicialmente.

Isto através do litoral do Rio Grande.

Após 1715, a atividade de preia de gado chimarrão intensificou-se. Objetivo: suprir, com força animal e alimentação, a atividade de exploração de

ouro em Minas e Goiás. Para escoar a riqueza representada pelo gado do sul, foram abertos caminhos pela Serra Geral. Eles integraram o litoral do Rio Grande ao restante da Colônia, a partir de Sorocaba-SP.

Nesta fase destacou-se o grande tropeiro, e mais tarde Coronel de Ordenanças, Cristovão Pereira de Abreu. Prestaria relevantíssimos serviços, de grande projeção na integração do Rio Grande ao Brasil, nas fases de reconhecimento, exploração, conquista, fundação portuguesa e demarcação do Tratado de Madrid.

Em 1723 fracassou a tentativa portuguesa de fundar Montevidéu.

Os portugueses foram desalojados. O local foi ocupado, definitivamente, por creoulos espanhóis, fato que, segundo alguns historiadores, contribuiu para definir o destino uruguaio da região.

A Frota de João de Magalhães

Em 1727, partiu de Laguna uma pequena expedição terrestre. Ela passou à História como Frota de João de Magalhães. Acampou por cerca de 2 anos na região de São José do Norte. Passou a controlar todo o território litorâneo até Laguna e estabeleceu ligação com Colônia.

A Frota protegeu o sangradouro da Lagoa dos Patos, da interferência dos índios Tapes e espanhóis. Melhorou as condições, a proteção e os meios de travessia do sangradouro. Estabeleceu aliança com os índios minuanos que habitavam o litoral e cobrou impostos de passagem de gados, no registro que ali estabeleceu.

Governo de São Paulo incentiva o estabelecimento de estâncias

A partir de 1733, teve início, sob o incentivo do Governo de São Paulo, a fixação em torno da região, denominada genericamente de Viamão, das primeiras estâncias. A palavra Viamão seria a corruptela da expressão “Eu vi a mão", alusão a semelhança apresentada pelo rio Guaíba e seus formadores, como uma mão humana. O primeiro estanceiro foi o citado João de Magalhães. O segundo, Francisco Pinto Bandeira, pai de Rafael Pinto Bandeira, ambos com relevantes serviços militares prestados na guerra que iremos evocar.

Paulistas apoiam por terra a fundação do Rio Grande

Em 1735, os espanhóis submeteram a Colônia a rigoroso cerco.

Do Rio de Janeiro partiu, em seu socorro, uma expedição ao comando do Brigadeiro Silva Pais com três objetivos:

— Expulsar os espanhóis de Montevidéu.

— Livrar a Colônia do cerco espanhol.

— Fundar o Presídio Jesus-Maria-José em Rio Grande atual. Foi apoiada por terra, por estancieiros de Viamão e paulistas ao comando do Coronel Cristóvão de Abreu. Este tinha por missão:

— Ocupar e manter o local da cidade de Rio Grande atual.

— Estabelecer pontos de vigilância, à distância, nas regiões do Chuí e São Miguel.

— Preparar e enviar carne salgada para a expedição de Silva Pais em

operações no Prata.

Por fatores ecológicos e militares adversos, Silva Pais não desalojou os espanhóis de Montevidéu. Conseguiu fazer o inimigo levantar o cerco de Colônia. Após, retornou para cumprir seu terceiro objetivo.

Fundação de Rio Grande

Ao entardecer de 19 Fev 1737, Silva Pais desembarcou no local da atual cidade de Rio Grande, após encontrar a posição de Cristóvão de Abreu e 160 de seus bravos estanceiros viamonenses, tropeiros e aventureiros paulistas.

Conseguiu transpor a barra, somente com as galeras Bonita (Capitânea) e Santana e, o Bergatim Piedade. Eles transportavam 260 homens de sua expedição.

Ao desembarcar, com seu Estado-Maior e religiosos da Expedição, Silva Pais foi saudado com 36 disparos das armas de fogo, únicas disponíveis da tropa de Cristóvão de Abreu e, de 3 dos 4 pequenos canhões do fortim erigido no local — primeira fortificação portuguesa no Rio Grande.

Este fato é marco da fundação oficial portuguesa do atual Rio Grande. Contou com a decisiva cooperação de mineiros, paulistas e cariocas.

Presídio Jesus-Maria-José

A base militar fundada tomou o nome de Presídio Jesus-Maria-José. Seu fundador tratou de consolidá-la. Ergueu em terreno arenoso o Forte Jesus-Maria-José da (Praia).

A seguir empenhou-se na construção da Fortaleza Nossa Senhora do Estreito, cuja planta original, integra o acervo do Exército. Sua finalidade, era proteger o Presídio pela retaguarda. Posteriormente, junto a ela, localizou-se a guarnição militar.

Reforçou os seguintes redutos estabelecidos próximo do Presídio: do Arroio e da Mangueira e mais distantes, Taim e Albardão.

Expedição ao Chuí e fundação de São Miguel

Silva Pais explorou o Chuí de Set-Out 1737. Objetivos: ampliar a conquista e criar segurança a distância para o Presídio.

Seguiu por água, em acidentada viagem, que incluiu dois naufrágios da falua que mandou construir para navegar a Lagoa Mirim. Acompanhou-lhe um contingente de Infantaria. Por terra, a cavalo, seguiu Cristóvão Pereira junto com seus homens e 15 dragões de Minas.

Em São Miguel erigiu o forte do mesmo nome. Guarneceu-o com 30 soldados de Infantaria da Expedição, originários do Rio de Janeiro.

No arrolo Chuí estabeleceu uma guarda com 15 dragões de Minas de sua Expedição. A ambas guarnições mandou pagar soldo dobrado, além de deixá-las apoiadas por homens de Cristóvão Pereira, conhecedores da região e em grande número tropeiros paulistas.

Ao retornar do Chuí, Silva Pais conheceu o Armistício de 16 de março de 1737, entre Espanha e Portugal, que estabelecia (cláusula 4.ª): “As coisas na América ficarão como estão, ao lá chegarem as ordens de suspensão das hostilidades”.

Portugal passou a dominar toda a faixa litorânea do Rio Grande. Aproximou o apoio militai’ terrestre de Colônia do Sacramento. Os jesuítas, haviam retornado ao Rio Grande por volta de 1680 e fundaram os Sete Povos

das Missões.

Os Dragões do Rio Grande — Cellula mater do III Exército

Com Silva Pais teve início a formação do legendário Regimento de Dragões do Rio Grande, com uma companhia ao comando do 2.° estancieiro a fixar-se em Viamão, Francisco Pinto Bandeira. Fora o subcomandante da força de Cristóvão de Abreu. Foi feito Tenente de Dragões por Gomes Freire, “por sua destacada capacidade”, segundo Silva Pais. Em 1739 foi completada a organização desse Regimento, cuja História se confundirá com a do próprio Rio Grande nos próximos 95 anos.

Tratado de Madrid — obra de um paulista de Santos

Em 1750 foi celebrado o Tratado de Madrid, obra a que muito se deve ao paulista de Santos, Alexandre de Gusmão, como Secretário Real.

O Rio Grande, em razão de Portugal abrir mão de Colônia de Sacramento, seria acrescido dos Sete Povos das Missões, cujos índios aldeados pelos jesuítas deviam evacuá-los, com todos os seus pertences. Seriam substituídos por imigrantes portugueses dos Açores. Estes formariam núcleos populacionais com 60 casais jovens, com uma espingarda por casal, entre outros itens. Evidência da preocupação com a defesa do território, além de seu povoamento.

Estâncias e ervais jesuíticos no Rio Grande

Em cerca de 70 anos de trabalho, os jesuítas estabeleceram no Rio Grande os Sete Povos ou Missões de São Nicolau, São Luís, São Lourenço, São Borja, São Miguel, São João e Santo Ângelo. E 11 estâncias, além de 4 ervais explorados pelos Sete Povos. Outras estâncias eram exploradas pelos povos de mesmo nome do lado ocidental do rio Uruguai. A revolta causada pela perda desse trabalho, iria causar a Guerra Guaranítica (1754-56). Esta traduzida pela reação armada dos índios missionários, liderados pelos jesuítas, aos Exércitos demarcadores de Espanha e Portugal.

Paulistas e cariocas no Exército Demarcador

Sob o comando do general Gomes Freire de Andrade, Capitão General e Governador de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, atuou no Rio Grande, por 6 anos e meio, o Exército Demarcador. Era constituído, além do Regimento de Dragões local das seguinte unidades e num total de 1.600 homens:

— Regimento de Infantaria Velho do Rio de Janeiro (raiz histórica do Regimento Sampaio)
— Regimento de Infantaria Novo do Rio de Janeiro
— Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro
— Contingente de Infantaria de Santos
— 2 (duas) companhias de aventureiros paulistas, sendo uma ao comando do intrépido capitão Francisco Pinto Bandeira.

A reação guarani foi neutralizada nos combates de Caiboaté 10 Fev 1756 e Churieby 10 Mai 1756.

Gomes Freire ao retornar ao Rio em 1759, deixou plantadas no Rio

Grande as fortalezas de Santo Amaro e Rio Pardo no rio Jacuí e a de São Gonçalo no rio Piratini.

Como lembrança dessa permanência no Sul, do Exército Demarcador, existem 3 (três) cartas panorâmicas, desenhadas pelo Coronel Miguel Ângelo Blasco, seu subcomandante, e até hoje conservadas pelo Exército em seu acervo.

Tenho-as explorado largamente, como fontes primárias de alto valor, inclusive sobre os trajes civis usados pelas companhias de paulistas que integraram o Exército Demarcador.

A GUERRA DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

Paulistas reforçam o Rio Grande ameaçado de invasão

Eventos adversos culminaram com a invasão de Portugal em 1762, por Espanha e França. A presença do General Pedro Ceballos, como Governador de Buenos Aires e Demarcador do Tratado de Madrid e que tudo fez para torpedeá-lo, além de preparar-se militarmente, com tempo e de modo ostensivo, para conquistar Colônia e o Rio Grande, causou grande preocupação ao General Gomes Freire de Andrade.

Ameaçado todo o Brasil, para remediar o desamparo militar do Rio Grande, que estava impedido de socorrer, com as melhores tropas coloniais localizadas no Rio, aquele general conseguiu arregimentar no Rio Grande cerca de 800 homens (dragões, milicianos e aventureiros). Eles seriam reforçados com 200 aventureiros paulistas.

Os últimos, com assinalados serviços prestados na Fundação do Rio Grande e na Demarcação no Sul e Guerra Guaranítica.

Com base em sua experiência em 6 anos e meio no sul, Gomes Freire ordenou a seguinte articulação:

I.º — Deslocamento do grosso do Regimento dos Dragões do Rio Pardo, para o arroio Chuí.

Era a única tropa de linha do Rio Grande. Desde 1757 transferida de vila de Rio Grande para o Rio Pardo. No Chuí, ficaria em condições de avançar e construir uma fortaleza em Castilhos, no caso de um ataque à Colônia.

2.° — Deixar, em Rio Pardo, 100 Dragões mais experimentados e conhecedores da campanha rio-grandense e 200 paulistas a chegarem ao Sul.

Fundação de Santa Tereza

Após 12 dias de marcha forçada, por terra, de Rio Pardo ao Chuí, um contingente de Dragões, ao comando do Coronel Thomaz Luiz Osório, atingiu seu destino em 10 Set 1762, com 400 homens e 10 canhões pequenos.

Em 10 Out 1762, o Coronel Osório, ao saber que o General Cegallos havia cercado Colônia do Sacramento, deu início à construção de uma Fortaleza em Castilhos. A batizou, 5 dias após, com o nome de Santa Tereza, por consenso entre seus oficiais.

360 alquebrados dragões e 640 civis improvisados em militares, defendiam uma extensa faixa de fronteira com início em Rio Pardo e término em Santa Tereza.

Rendição de Colônia e morte de Gomes Freire

Ceballos atacou Colônia do Sacramento em l.° de outubro. Ela teve de render-se um mês após, apesar dos socorros enviados do Rio.

Em Portugal, o despreparo material e moral de seu Exército, esquecido das glórias passadas de Aljubarrota e índias, resultou numa marcha triunfal do invasor. Cerca de 50 fortalezas caíram em mãos do inimigo, sem resistência, apesar de dirigida a reação, pelo renomado técnico militar, Conde de Lippe, mandado pela Inglaterra em socorro a Portugal.

Morte de Gomes Freire

Em 1 de janeiro de 1762, morreu no Rio de Janeiro, Gomes Freire, por desgostos acumulados em conseqüência da perda de Colônia e pressões de comerciantes locais por aquele fato.

O General Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela e Governador e Capitão General do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, desde 1733, fora, por 29 anos, o arquiteto do processo da progressiva conquista portuguesa do Rio Grande. Local onde permaneceu quase 1/4 de seu governo.

Dragões e paulistas na vitória em Monte Grande

No dia da morte de Gomes Freire, sob o comando do Capitão Francisco Pinto Bandeira, tropas da fronteira do Rio Pardo, dragões e 200 paulistas, obtiveram retumbante e brilhante vitória em Monte Grande, nas proximidades de Santa Maria atual.

Para ela concorreram 200 bravos paulistas, muitos descendentes de bandeirantes e com experiência de lutas contra índios no Centro Oeste. Confirmaram seu valor provado na fundação do Rio Grande e Demarcação. Entre eles despontaria a intrépida e legendária figura do Capitão Cypriano Cardoso Barros Leme, que, junto com outros paulistas, prestara relevantes serviços na guerra de guerrilhas contra o invasor, decisiva para a Restauração.

Vice-Reino no Rio — Desamparo de Santa Tereza

Em 27 Jan foi criado o Vice-Reino do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. Deslocou-se o Centro do Poder da Colônia, para fazer face, inclusive, a ameaça sobre o sul.

A morte de Gomes Freire, menos de um mês antes, deixou a isolada trincheira de Santa Tereza, desamparada militar, moral, administrativa e economicamente. Sua guarnição dependia do Governador Eloy Madureira, na Vila de Rio Grande, inepto, segundo interpretações dominantes. Em Santa Tereza, o Coronel Osório e seus velhos e desmotivados dragões, com 32 meses de soldo em atraso, e um pugilo de improvisados militares, estavam cônscios da adversidade da situação e que pouco poderiam esperar de apoio, na conjuntura militar adversa, vivida por Portugal e seus domínios na América.

Cebalos invade o Rio Grande

Em sua marcha, Ceballos chegou a Santa Tereza. Seu comandante, por deficiência de informações e em função de ordens superiores, que classificou de “infernais”, perdeu a oportunidade ideal de retirar-se.

Decidida a resistência, 80% da guarnição de Santa Tereza desertou, em pânico, na noite de 18/19 de Abril. Em 19 de abril, a trincheira capitulou, com os 150 homens que permaneceram fiéis ao Coronel Osório.

Forte, com 3.000 homens, Caballos prosseguiu. Conquistou o forte de São Miguel. Em 24 de abril de 1763, ocupou a vila de Rio Grande, então abandonada. O Governador Eloy Madureira também fugiu, sem nem tentar fortificar-se em São José do Norte, conforme ordens recebidas da Junta Governativa que substituíra Gomes Freire. Ceballos atravessou o canal e estabeleceu base de partida para uma penetração mais profunda.

Esta invasão foi uma humilhação para o Rio Grande. Posteriormente, foi aberta uma Devassa para apurar as responsabilidades do Governador Madureira, já falecido e do Coronel Osório prisioneiro dos espanhóis.

A culpa pela perda da vila de Rio Grande

Até hoje historiadores divergem sobre a culpa ou não do Coronel Osório por este desastre.

Neste sentido, encaminhei comunicação ao Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande, solicitando, se possível, proporcionar ao Coronel Osório, um julgamento por um tribunal de História. Este, com todos os recursos da ciência histórica, buscará a verdade, não só como um dever de justiça, como um respeito a seus descendentes e parentes brasileiros, como seu sobrinho-bisneto, Marechal Manoel Luiz Osório, grande herói de nossa História Pátria e seus filho e neto, os historiadores Luiz Fernando Osório (pai e filho), que emprestaram o melhor de suas inteligências e esforços, para livrar seu ancestral da pecha de traidor e covarde, com que passou à História, segundo algumas interpretações dominantes, mas não aceitas pacificamente como essência da verdade histórica.

Vigorando o tratado de Paris, desde antes da invasão, Ceballos devolveu Colônia a Portugal. Recusou abrir mão de sua conquista no Rio Grande, além de impor ao Governador Eloy Madureira, que transferira seu governo para Viamão, uma Convenção de Suspensão de Armas e Limites.

Neste quadro tumultuado e confuso, passado o pânico inicial, foi desenvolvido grande esforço para fortificar a faixa entre o Viamão e Estreito, via de acesso a importantes regiões do Rio Grande.

Guerra de guerrilhas contra o invasor

Para enfrentar o poderoso inimigo com parcos meios, foi necessário atribuir missões aos nossos que tirassem o máximo partido do terreno rio-grandense. A solução foi a adoção da guerra de guerrilhas pela Junta Governativa aqui no Rio. Em 6 Jun 1763 ela baixou a seguinte ordem:

“A guerra contra o invasor será feita com pequenas patrulhas atuando dispersas, localizadas em matos e nos passos dos rios e arroios. Destes locais sairão ao encontro dos invasores para surpreendê-los, causar-lhes baixas, arruinar-lhes cavalhadas, gados e suprimentos e, ainda, trazer-lhes em contínua e persistente inquietação.” O papel relevante executado por estas guerrilhas, até agora era pouco conhecido em toda a sua projeção.

Suas bases localizavam-se em Encruzilhada do Duro (Município de Canguçu atual), na Serra dos Tapes, a cargo de Rafael Pinto Bandeira, e nas guardas da Encruzilhada (Encruzilhada do Sul atual) na Serra do Herval, inicialmente a cargo de Francisco Pinto Bandeira e, após a sua morte, a cargo do intrépido e heróico paulista, Cypria- no Cardoso de Barros Leme.

Fortes do Estreito e Taquari

Em Mar 1774, o Coronel José Custódio Faria assumiu em Viamão, o governo do Rio Grande. Imprimiu novo ritmo à guerra.

Em agosto concluiu o Forte São Caetano da Barranca do Estreito. Entregou seu comando ao Capitão Francisco Pinto Bandeira. O referido forte foi reforçado por 4 companhias de paulistas enviadas pelo Governo de São Paulo.

Em Taquari atual, erigiu o Forte do Tebiquari. Junto a ele aldeou deslocados da invasão. Com ele e o São Caetano cobriu as direções estratégicas, incidindo sobre Viamão: São José do Norte-Viamão e Rio Pardo — Viamão.

O Coronel José Custódio implementou as guerrilhas contra o invasor para a cobertura de Rio Pardo sobre as direções:

Missões — Rio Pardo, Bagé (atual) — Rio Pardo e Rio Grande — Rio Pardo. Para a liderança dessas guerrilhas foram destacados dois oficiais dos Dragões, já referidos, Capitão Francisco Pinto Bandeira e seu filho Rafael Pinto Bandeira.

Assalto frustrado à vila de Rio Grande

Na noite de 28/29 Mai 1766, sob a liderança do Tenente- Coronel Marcelino de Figueiredo proveniente de Portugal e que assumiu o comando do Forte São Caetano, fracassou o assalto à vila de Rio Grande. Ventos fortes e cerração dispersaram os barcos com as forças de assalto. Marcelino fora mandado para o Brasil com nome trocado em razão de haver morte em duelo um oficial inglês. Chamava-se Sepulveda.

Tentava-se aproveitar a situação favorável, resultante da atração, para o forte de São Gonçalo, Pelotas atual, por contingentes dos Dragões do Rio Pardo e de guerrilhas baseadas na Estância de Luiz Marques de Souza, em Canguçu atual, de forças espanholas da guarnição do Rio Grandef Localiza-mos as ruínas desta estância, pertencentes ao irmão de Manoel Marques de Souza, por sua vez, parente próximo e mais tarde padrinho de nosso Almirante Tamandaré e herói desta guerra como se verá.

Reconquista da Margem Norte — contribuição paulista

No dia do fracassado assalto a Rio Grande, os intrépidos capitães Marques de Souza, mencionado, e Cypriano Cardoso, atacaram a base espanhola em São José do Norte. Aprisionaram sua cavalhada e 19 soldados. Em 5 de maio, novo ataque comandado por Marcelino de Figueiredo. O inimigo retirou-se à noite. Na madrugada de 6, aniversário de D. José I, Portugal ficou senhor da margem Norte, há 3 anos em poder de Espanha. Paulistas que reforçaram São Caetano, tiveram destacada atuação nestas ações.

INVASÃO DE VERTIZ Y SALCEDO

Consequências dos ataques a Rio Grande e margem Norte

Estes dois eventos repercutiram negativamente em Portugal. Contrariaram esforços do Marquês de Pombal, junto à Espanha, no sentido de, unidos, pressionarem o Papa a extinguir os jesuítas. Estes responsabilizados, pelo fracasso da Demarcação no Sul e Guerra Guaranítica.

Em conseqüência, caiu o Vice-Rei, o Coronel José Custódio foi chamado a Lisboa para responder por seu "fogoso desatino", Marcelino foi afastado do Rio Grande. Felizmente, não cumpriu-se ordem de devolver-se São José do Norte.

A eficiência da guerra de guerrilhas

Passaram-se 7 anos. As guerrilhas neste período, causaram grandes prejuízos aos espanhóis. Em Jun 73, Marcelino reassumiu o Rio Grande e transferiu a sede do Governo para Porto Alegre. Os espanhóis ficaram insistentes e incisivos. Querem São José do Norte de volta e providências contra as guerrilhas. Começam a correr boatos de invasão. Em consequência, o Vice-Rei elevou a guarnição do Rio Grande, de 401 homens para 714, assim articulados: São José do Norte 424, Rio Pardo 263 e Porto Alegre 27.

Invasão do Rio Grande — fundação de Santa Tecla

Em Nov 73, o Governador de Buenos Aires, General Vertiz y Salcedo, invadiu o Rio Grande pela campanha. Fundou o forte de Santa Tecla. Ao seu encontro, das Missões, deslocou-se força com importantes recursos logísticos, destinados a manter a mobilidade de seu Exército, para executar o seguinte plano:

Conquistar, sucessivamente, Rio Pardo, Taquari, Porto Alegre e Viamão. A partir daí, atacar São José do Norte. Após, varrer as bases de guerrilhas nas serras dos Tapes e Herval. Enfim, expulsar os portugueses do Rio Grande.

Medidas defensivas adotadas pelo governo do Rio Grande

Em conseqüência, o Governador Marcelino decidiu:

— Vigiar os passos do São Gonçalo e rio Camacuã, na direção: vila Rio Grande — Rio Pardo.
— Vigiar passos do Jacui e afluentes do norte, na direção: Missões — Rio Pardo.
— Fortificar passos do Piquiri, Tabatingai e do Rio Pardo, defronte o Forte do mesmo nome, na direção: Santa Tecla — Rio Pardo.

EXPULSÃO DOS ESPANHÓIS DO RIO GRANDE

Reação à Invasão em Portugal

A invasão de Vertiz repercutiu em Portugal. O Marquês de Pombal decidiu em relação ao Rio Grande:

— Concentrar, na área, o Exército do Sul, ao comando do Tenente-General Henrique Bohn. Este desde Out 1767 no Brasil, como Inspetor Geral de nosso Exército Colonial, com a missão de organizá-lo, equipá-lo e adestrá-lo, segundo a doutrina do Conde de Lippe, que teve tarefa idêntica no Exército da Metrópole.
— Determinar a Bohn: Estudar o terreno no Rio Grande, ocupá-lo vantajosamente e manter a paz, se possível. Do contrário, atacar sem descanso, até não existir um castelhano no Rio Grande.

Do estudo do terreno, Bohn concluiu pela ofensiva.

Objetivos do esforço ofensiva do Exército do Sul

O esforço ofensivo deveria ser conduzido sobre três pontos fortes e nesta seqüência:

— Forte São Martinho, por barrar o acesso português às Missões e ameaçar o flanco de Rio Pardo.
— Forte Santa Tecla, por barrar o acesso português às campanhas de Maldonado, Montevidéu e Colônia, ameaçar Rio Pardo e possibilitar intercâmbio de reforços com as Missões.
— Vila de Rio Grande, por barrar o acesso português ao sul pelo litoral e, base de partida, para ataques sobre Porto Alegre e Laguna.

Bohn escolheu como posição mais vantajosa e principal São José do Norte, cujo comando passou a exercer pessoalmente.

Confiou o comando da Fronteira do Rio Pardo e da base logística em Porto Alegre, ao Governador do Rio Grande, Marcelino de Figueiredo.

O apoio das guerrilhas ao Exército do Sul

O Exército do Sul, após concluída sua concentração, atingiu o efetivo de 4.000 homens, assim distribuídos:

São José do Norte ..... 3.365 h (82%)
Porto Alegre 27h
Rio Pardo 710h

Destes últimos, 300 guerrilheiros nas bases de guerrilhas nos atuais municípios de Canguçu e Encruzilhada. Deviam cumprir as seguintes missões:

— Arreadas do gado cavalar e vacum sobre os prováveis caminhos de invasão, incidindo sobre Rio Pardo.
— Busca de informes militares sobre os movimentos do inimigo.
— Distração de efetivos inimigos da Vila de Rio Grande, para o corte do São Gonçalo.
— Cobertura das direções estratégicas, a partir de Rio Grande, Santa Tecla e São Martinho, incidindo sobre o Rio Pardo.

Constituição e concentração do Exército do Sul

A concentração teve início ao final de 1774, com o desembarque em Laguna, de tropas provenientes do Rio de Janeiro. Dali marcharam, por terra, pelo litoral, até São José do Norte.

O Rio contribuiu com 135 artilheiros e o Regimento de Infantaria, o Velho, o atual Sampaio, de gloriosas tradições desde a expulsão dos Franceses do Rio de Janeiro e com uma das duas companhias do Esquadrão de Guarda do Vice-Rei, onde serviria Tiradentes e raiz histórica dos Dragões de Brasília. Unidade que se cobriu de glórias e pagou o maior tributo em sangue, ao comando do Major João Calmon, na Batalha de Passo do Rosário, cujo sesquicentenário transcorre em 20 fevereiro próximo.

Portugal contribuiu com o RI de Bragança, que de lá partiu ao comando do avô do Duque de Caxias.

E mais os RI de Moura e Estremoz, aos quais estaria reservado grande papel na Restauração.

O Rio Grande, além dos Dragões de Rio Pardo, Cavalaria Ligeira e Caçadores índios, participou com um Batalhão de Infantaria e mais uma companhia de Artilharia, distribuída em Rio Pardo e São José do Norte. Uma companhia de Infantaria de Santa Catarina guarneceu Porto Alegre.

Apoio econômico de engenharia e naval ao Exército do Sul

Ao plano militar foi destinado todos os rendimentos das provedorias de São Paulo e Rio de Janeiro, subsídio voluntário e literário de Angola, 200.000 cruzados anuais e o equivalente ao soldo de dois regimentos enviados da Bahia.

Direta ou indiretamente, participaram com tropas e recursos do esforço de Restauração do Rio Grande: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina, Angola e Portugal.

O apoio de Engenharia consistiu na melhoria dos caminhos terrestres Laguna — Porto Alegre e Laguna — São José do Norte, com pontes e balsas e um roteiro dos mesmos, com indicação de recursos locais. Este apoio foi prestado pelo Marechal Funck e Francisco Róscio que mais tarde governaria o Rio Grande.

Em São José do Norte fundeou a Esquadrilha Naval de Hard-Castle com 6 unidades, das quais, a “Belona” e a “Invencível”, construídas em Porto Alegre. Concluída a concentração, teve início, ao final de 1775, a ofensiva para restaurar o Rio Grande.

Conquista de São Martinho

Em 31 Out 1775, o Forte São Martinho foi conquistado de surpresa e arrasado por 205 dragões e guerrilheiros do Rio Pardo, ao comando de Rafael Pinto Bandeira.

Na impossibilidade de um ataque frontal, durante 9 dias foi aberta uma picada na mata. Ela conduziu os atacantes à retaguarda de São Martinho. Foram feitos 40 prisioneiros e tomados preciosos recursos logísticos, dos quais, 7.100 cabeças de vacuns e cavalares.

Participou da ação, o pai de Hipólito da Costa (o fundador de nossa imprensa) como membro da Companhia de Granadeiros dos Dragões do Rio Pardo, que ali teve seu batismo de fogo.

Um insucesso naval — explicação

Em 19 Fev 1776, malogrou a tentativa do Capitão-de-mar-e-guerra Mac Douall de destruir, com sua esquadrilha naval de 9 unidades, a espanhola

com 7 unidades que defendia a vila de Rio Grande. Isto, para criar condições para assalto desta praça pelo Exército do Sul. O malogro de Mac Douall, após 5 horas de combate, é assim explicado:

— Faltou-lhe rapidez para abordar os barcos espanhóis e anular os fogos de 3 fortes inimigos, nos quais eles se apoiaram.

— Haver adotado dispositivo de combate, como se estivesse no mar, não levando em conta correnteza do canal e das marés.

— Não ter sido socorrido pela esquadrilha de Hard-Castle, impossibilitada de intervir, por sofrer ventos contrários.

— Disputa do comando do barco pernambucano "Graça", em pleno combate, vago por morte de seu comandante, em ação.

Apesar da perda de 3 unidades e de 45 baixas contra 39 espanholas, as duas esquadrilhas reuniram-se. Bohn passou a contar com 12 unidades navais que seriam decisivas para a vitória final.

Conquista de Santa Tecla

O passo seguinte seria Santa Tecla, próximo a Bagé. Fortaleza de torrão, defendida por 250 homens apoiados em 8 canhões com potência total de 30 libras, com destacamento de segurança externa, água e charque para resistir a cerco prolongado. Seu valor militar foi subestimado pelo Vive-Rei e General Bohn.

Para conquistá-lo de surpresa, foi atribuída a missão a Rafael Pinto Bandeira, auxiliado pelo Major Patrício Correia Câmara, recém chegado de um RI do Rio de Janeiro e que se tornaria um grande fronteiro rio-grandense, até o limiar de nossa Independência.

Marcelino de Figueiredo organizou uma força de 619 homens, dos quais 366 Dragões do Rio Pardo ao comando de Patrício, 193 guerrilheiros da Cavalaria Ligeira, com suas bases nos atuais municípios de Canguçu e Encruzilhada, e, uma Companhia de Infantaria de Caçadores índios organizada em Rio Pardo.

Rafael recebeu a ordem de atacar Santa Tecla, em sua base de Encruzilhada do Duro, na Serra dos Tapes.

Após atravessar o Camacuã e reunir-se nas Guardas de Encruzilhada, na serra do Herval, com Cypriano Cardoso, marchou para o Piquiri.

Momentos críticos no cerco de Santa Tecla

Do Piquiri, partiram Rafael e Correia Câmara, para surpreender Santa Tecla. A tentativa falhou. Santa Tecla foi submetida a cerco durante 26 dias. Em 25 Mar, capitulou sob condições. Em 26, seus defensores a evacuaram pelo portão dos fundos, rumo a Montevidéu.

Em 27, suas muralhas foram arrasadas pelos portugueses. Durante o cerco, a situação dos sitiantes ficou crítica. Isto, pelo desgaste da cavalhada, após um mês de operações, patrulhamento intenso e confinamento, em reduzidas e raspadas pastagens de verão. Ela teve, então, de alimentar-se de raízes e ervas. Isto foi informado ou interpretado pelo Marquês de Pombal, como sendo a tropa que alimentou-se de ervas e raízes, o que desgostou Marcelino de Figueiredo que havia fornecido, à coluna atacante, 4.000 vacuns para alimentação.

Expulsos os espanhóis de Santa Tecla e São Martinho, faltava a reconquista da vila de Rio Grande.

Ataque à Vila de Rio Grande

Para reconquistá-la, além de seus Fortes e esquadrilha, era preciso vencer, com meios descontínuos, a enorme distância entre São José do Norte e Rio Grande.

O ataque a Vila de Rio Grande foi decidido para as 0300 horas do dia l.° de abril de 1776. Dia seguinte ao aniversário da rainha, festejado ruidosamente, com salvas e embandeira- mentos, pelo Exército do Sul e Esquadrilha Naval. Tudo para iludir os espanhóis em Rio Grande.

Dispositivo espanhol e português

Dispositivo inimigo em Rio Grande:

— Efetivo estimado: 1.500 homens de terra, afora os de mar.

— Esquadrilha Naval com 8 unidades.

— Fortes: Da Barra, Mosquito, Novo, Trindade, Mangueira, Ladino, da Vila e do Arroio.

— Potência de fogo (esquadria e fortes): 674 libras.

Dispositivo: português em São José do Norte:

— Efetivo: 4.385 homens de terra e mar.

— Esquadrilha Naval — 12 unidades. Participaram das ações as fragatas “Graça” (de Pernambuco) e “Glória”, corvetas “Vitória”, “Invencível”, “Belona” e “Penha” e Sumaca “ Sacramento” (7 unidades). O QG do Exército do Sul estava no forte do PATRÃO- MOR.

— Potência de fogo da esquadrilha, cerca de 800 libras.

— Potência de fogo total (fortes+esquadrilha): 956 libras.

Destacamento de assalto

l.ªFase do ataque: Às 0300 horas da madrugada, dois destacamentos, da 1^ vaga de assalto, deixaram os Fortes da Barra e Patrão-Mor para a conquista de seus objetivos — Fortes espanhóis do Mosquito e Trindade.

Um terceiro destacamento ficou em condições de, mediante ordem, partir do Forte Guarda Norte e atacar a vila de Rio Grande. Objetivo: Fixar efetivos inimigos na Vila.

Ficaram em reserva, junto ao Forte do Patrão-Mor, cinco unidades navais.

O l.° Destacamento — Major Soares Coimbra, 200 granadeiros do l.° RI do Rio de Janeiro e RI de Extremoz, teve a seu cargo o ataque secundário. Usando lanchas de barcos mercantes, e jangadas, desembarcou sem reação. Às 0430 já havia conquistado o forte do Mosquito. Na reação os espanhóis tiveram 7 baixas.

Ataque principal

O 2.° Destacamento — Major Manoel Carneiro, 200 granadeiros dos RI de Bragança e de Moura, teve a seu cargo o Ataque Principal. A este foi guiado, pelo Tenente Manoel Marques de Souza, Ajudante de Ordens do General Bohn e, mais tarde, padrinho do Marquês de Tamandaré e avô do Conde de Porto Alegre.

Sua missão: Ultrapassar, a noite, sem ser pressentido, a esquadrilha

inimiga ancorada junto aos Fortes Trindade e Mangueira.

Após conquistá-los, ao amanhecer voltar os canhões dos mesmos contra a Esquadrilha Naval inimiga.

Este Destacamento deixou a base de partida embarcado em lanchas da Esquadrilha Naval e jangadas. Os ruídos produzidos, por algumas lanchas que encalharam, foram pressentidos pelo barco inimigo “Santa Mathilde” que abriu fogo contra elas. Isto obrigou seus ocupantes a desembarcarem com água pela cintura, com espada presa nos dentes e bornal de granadas na cabeça.

Duas cabeças de praia na margem sul

2.ª Fase do Ataque: O Forte de Trindade foi conquistado com auxílio dos canhões do Mosquito. Os retirantes de ambos incendiaram os barcos “Pastoriza” e “N. S. do Carmo”. Ao amanhecer, o General Bohn já havia atravessado o canal na 2ª vaga de assalto e conquistado 3 Fortes e, com eles, duas sólidas cabeças de praia.

Das 6 às 9 horas, os atacantes, com os canhões dos Fortes conquistados, bombardearam a esquadrilha inimiga. Esta, surpresa, levantou ferros e rumou na direção da barra, à procura de melhores ventos. Às 0800 horas, ela manobrou perigosamente, para escapar dos fogos do Forte de São Pedro da Barra. Perdeu, por encalhe, 3 unidades.

A esquadrilha de Hard Castle bombardeou os fortes do Ladino e Novo. O primeiro cedeu a pressão. O segundo ofereceu heróica resistência, particularmente, à agressiva e brava corveta pernambucana “GRAÇA”.

Capitulação e evacuação da Vila de Rio Grande

3.ª Fase do Ataque: Das 9 às 15 horas de l.° de abril registrou-se: Rendição dos fortes Novo (1800 horas) e Barra (2.100 horas). Ultimatum à Vila de Rio Grande, as 1.800 horas e resposta de capitulação às 21 horas. Partida da esquadrilha inimiga para o sul, com 3 unidades das 7 que possuía. Evacuação espanhola da Vila na madrugada de 2. Ocupação portuguesa da mesma no início da tarde.

E, assim, terminou, após 30 horas, a operação de reconquista da Vila de Rio Grande. Vitória maiúscula e feliz, na qual foi tirado o máximo partido dos princípios de guerra do Objetivo, Surpresa, Manobra e Segurança.

"Te Deum" em ação de graças pela reconquista

Em 7 de abril foi cantado um Te Deum, em ação de graças pela feliz reconquista da Vila de Rio Grande, após 13 anos sob domínio espanhol. Participaram da cerimônia o Exército do Sul e a Esquadrilha de Hard-Castle. O Te Deum teve lugar defronte à atual Catedral de São Pedro, projeto do Coronel Alpoym, local de batismo do futuro Almirante Tamandaré e abrigo dos restos mortais de Rafael Pinto Bandeira, grande legenda nessa guerra.

Espanhóis retiram-se para Santa Tereza

Foi levantada a planta da Vila de Rio Grande pelo Marechal Jaques Diogo Funk, auxiliar do General Bonh, em Engenharia e Artilharia, cuja obra estudo em: Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul.

Ele prestou assinalados serviços à restauração do Rio Grande. Foi o primeiro a sugerir a ligação, por águas interiores, de Torres — Porto Alegre — Rio Grande e a mapear e descrever o litoral rio-grandense, de Torres a São José do Norte.

Os espanhóis se retiraram para a Fortaleza de Santa Tereza, hoje tornada monumento histórico, graças ao trabalho de Miguel Arredondo, grande preservador da Memória do Uruguai.

Restaurado, o Rio Grande, as duas bases militares portuguesas voltaram a ser Rio Grande e Rio Pardo, ambas ligadas por um caminho terrestre balizado pelas atuais cidades de Pelotas, Canguçu e Encruzilhada.

Reação na Espanha à reconquista de Rio Grande

A reconquista repercutiu na Espanha. Ela criou o Vice-Reinado do Prata, para o qual designou o general Ceballos. Este partiu de Cadiz, forte de 9.000 homens de terra e mar, para cumprir o seguinte plano:

Conquistar sucessivamente: a Ilha de Santa Catarina, para isolar o Exército do Sul, a Vila do Rio Grande e Colônia do Sacramento. Ceballos conquistou Santa Catarina. Fracassou no ataque a Rio Grande, por ter sua esquadra dispersada por fortes ventos e conquistou definitivamente a Colônia do Sacramento.

Após, concebeu esmagar o Exército do Sul em Rio Grande, através de um movimento de pinça, por forças provenientes de Santa Catarina e Santa Tereza.

Dispositivo de expectativa do Exército do Sul

O Exército do Sul concentrou-se em Rio Grande. A Fronteira de Rio Pardo foi reforçada por uma Legião de Voluntários Reais de São Paulo e um RI de Santos.

A cobertura de Rio Grande ao norte foi feita em Torres, com a ereção do Forte São Diogo, segundo projeto do Marechal Diogo Funk. Foi guarnecido, pela companhia de granadeiros do RI de Santos. Ao Sul, no Albardão e Taim, pela Companhia de Cavalaria do Vice-Rei e Dragões do Rio Pardo.

Nesta ocasião o forte de Santa Tecla foi recuperado pelos espanhóis.

Rafael Pinto Bandeira, agora coronel de uma Legião Cavalaria Ligeira, estabeleceu a cobertura da Vila de Rio Grande, face a direção de Santa Tecla, na Serra dos Tapes, em Canguçu atual.

Nesta época, ali esteve quase à morte, tendo de ser transportado de maca. Mas, mesmo assim permaneceu atuante.

Ativou as arreadas, a busca de informações militares nas imediações de Santa Tereza, Maldonado, Montevidéu e Colônia e vigilância de Santa Tecla. Passou a usar, como via de acesso para suas operações, a direção atual — Canguçu, Piratini, Herval do Sul — Cerro Largo (atual Mello no Uruguai). Esta direção passaria a ser bloqueada, na guerra de 1801, com o forte do Cerro Largo.

Consequências da "Viradeira"

Quando Ceballos preparava se para atacar Rio Grande, teve lugar em

Portugal a “Viradeira”. Esta, em conseqüência da morte de D. José I, provocando a queda do Marquês de Pombal e a subida ao trono de D. Maria I, acompanhada de importantes reflexos para o Brasil e, particularmente para o Rio Grande.

O Tratado de Santo Ildefonso — fim da guerra

O Tratado de Santo Ildefonso, de l.° de outubro de 1777, pôs fim a esta guerra.

— Santa Catarina foi devolvida a Portugal.

— Colônia do Sacramento, após 97 anos de disputa, passou definitivamente à Espanha.

— No Rio Grande, foi estabelecida uma faixa neutra, entre os domínios das duas coroas. Ela, ao sul da vila de Rio Grande, abrangeu todo o atual município de Santa Vitória do Palmar.

Período de paz e progresso no Rio Grande

Seguiu-se um período de grande progresso no Rio Grande.

O trigo, introduzido para alimentar as tropas vindas de Portugal, se desenvolveu. As estâncias expandiram-se sobre os terrenos devassados e explorados pelas guerrilhas.

Em 1776, foram estabelecidas as charqueadas em Pelotas atual.

Em 1783, a Real Feitoria do Linho-Cânhamo no município de Canguçu atual, base de guerrilhas de Rafael na última guerra.

Todo este processo foi dirigido pelo General Veiga Cabral que governaria o Rio Grande de 1780-1801, até morrer, após bem planejar e conduzir, de seu leito de morte, em Rio Grande, a Guerra de 1801. Dela resultou a incorporação dos Sete Povos das Missões e ricos territórios entre o Piratini e Jaguarão. Veiga Cabral foi o comandante, como coronel, do destacamento que ocupou a Vila de Rio Grande em 2 de abril de 1776. Foi o sucessor do avô do futuro Duque de Caxias no comando do RI de Bragança, uma das raízes históricas do Regimento Sampaio.

O valor de um pensamento militar

Comparando o Tratado de Madrid com a configuração atual do Rio Grande, constatamos que ele compensou, com vantagem, entre o Quaraí e o Ibicuí, o que perdeu ao sul de Jaguarão, além de apoiar-se em acidentes naturais como o Quaraí, Jaguarão e Chuí e, não, numa linha seca onde pretendeu-se estabelecer a Fortaleza de Santa Tereza.

Configuração que muito se deve ao pensamento militar de nossos ancestrais, assim sintetizado por Paula Cidade:

Julgada a causa justa, buscar proteção divina e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade de meios.

Pensamento decorrente do político de Portugal na época, Dilatar a Fé e o Império, tão presente e vivo na obra Lusíadas de Camões, o imortal poeta e soldado. A este pensamento político, muito deve o Brasil suas dimensões continentais, particularmente em seus desdobramentos nos campos militar e diplomático.

BIBLIOGRAFIA

A presente interpretação é feita do estudo e análise das seguintes fontes que o autor pode dispor:

1 (----) ANTUNES, de Paranhos, Cel “Dragões do Rio Pardo”. Rio Bibliex, 1954.
2 (----) BENTO, Cláudio Moreira. Uma testemunha dos grandes momentos de nossa História. “Correio Braziliense”, 21 Abr 72. (Síntese histórica dos Dragões da Independência).
3 (----) Santa Vitória do Palmar na História Militar. “Revista Militar Brasileira”, n.° ----3 e 4, Jul/Dez 74. pp. 63-86.
4 ( ) Contribuição aos festejos do Centenário de D. Pedrito. “Defesa Nacional”, n.° 647, Jan/Fev 73, pp. 115-121.
5 (----) Bicentenário da Conquistado Forte de São Martinho.
“Correio do Povo”, 23 Nov 75. “Defesa Nacional”, Set/Out 75, pp. 19-26.
“Correio Braziliense”, Out/75. “Revista Militar Brasileira”, Jul/Dez 75, pp. 7-10.
“Diário de Noticias”. Porto Alegre, Out/75. Diário Popular”. Pelotas — RS, 28 Dez 75.
6 (——) Uma efeméride de grande significação geopolítica e militar. “Diário Popular”, Pelotas, 7 Set 75.
7 ( ) Bicentenário da Conquista de Santa Tecla. “Diário Popular”. Pelotas, 28 Mar 78. “Letras em Marcha” n.° 54-1976. “Correio do Sul”. Bagé-RS, 24 e 25 Mar 76. “Correio Braziliense”, Abr/76. “Correio do Povo”. Porto Alegre, Abr/76.
8--------( ) Bicentenário da Reconquista da Vila de Rio 'Grande. “Revista Militar Brasileira”, IV trim 75 e I trim 76. “Diário Popular”. Pelotas, 04 Abr 76, e “Rio Grande”, Rio Grande.
9--------( ) O Negro e descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul”. Porto Alegre, IEL, 1976.
10 (--) “Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS”, Porto Alegre, IEL, 1976.
11 (---) As charqueadas em Pelotas — Influência no povoamento do Sul — Projeção econômica e Social. Como foram vistas por Saint Hilaire, Debret e Herbert Smilti. “Diário Popular”, Pelotas, 1 e 8 Mar 70.
12 (--) História da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu. 1783-1788. “Diário Popular”, Pelotas 30 Ago e 7 Set 70.
13 (--) As 11 estâncias jesuíticas no RGS. “Diário Popular”, Pelotas, 22 Jul 70. “Diário de Notícias”, Porto Alegre, 2 Ago 70. Correio do Sul”, Bagé, Ago 70.
14 (--) Muares contribuições ao desenvolvimento do RGS. “A Razão”, Santa Maria, 23 Jul 70.
15 (--) Em defesa da Memória do Coronel de Dragões Thomaz Luiz Osório — Comunicação ao Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande — julho 1976 — IHGB.
16 (--) Síntese da História da FT Brasileiras na área da 3.ª RM. “Revista Militar Brasileira” — Jul/Dez, pp. 43-80.
17 CESAR, Guilhermino. “História do Rio Grande do Sul” — “Período Colonial”.
18 (--) “Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul” — 1605-1801. Porto Alegre — UFRGS 1965. Porto Alegre, Ed. Globo, 1970.
19 CIDADE, F. de Paula, Gen. “Síntese de três séculos de Literatura Militar Brasileira”. Rio, Bibliex, 1959.

20 (--) “Lutas no Sul contra os espanhóis e seus descendentes”. Pio, Bibliex, 1948.
21 CRUZ, Alcides. “Vida de Rafael Pinto Bandeira”. Porto Alegre, 1906.

22 DOCCA, Emílio F. de Souza, Gen. “História do Rio Grande do Sul”. Rio, Org. Simões, 1954.

23 FERREIRA FILHO, Arthur. “História Geral do Rio Grande do Sul”. Porto Alegre, Ed. Globo, 1960.

24 FRAGOSO, Augusto Tasso, Gen. “A Batalha do Passo do Rosário”. Rio, Bibliex, 1951 — 2& Ed.
25 FROTA, Guilherme Andréa. “Uma Visão Panorâmica da História do Brasil”, Rio, Emp. Gráf. Cruzeiro S/A. 1975 — Vi 1. (Livro texto adotado no Colégio Naval).

26 FORTES, João, Gen. “O Rio Grande de São Pedro”. Rio Bibliex, 1941. HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Rio, Estado-Maior do Exército, 1974, 3v.

27 MONTEIRO, Jonathas do Rego, Cel. Dominação Espanhola do Rio Grande do Sul. “Revista Militar Brasileira”, 1 a 4, ano 1935.

28 (----) Fortificações do Canal e Cidade do Rio Grande, “in: Anais do 2.° Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense” Porto Alegre, Ed. Globo, 1937. v.2, pp. 243-264.

29 OSÓRIO, Fernando Luiz. “Sangue e Alma do Rio Grande”. Porto Alegre, Ed. Globo, 1937.

30 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Quadro das Forças de mar e terra existentes nas capitanias do RJ e MG e Colônia do Sacramento para a defesa da Fronteira Sul. 21: 181, 189, 185, 18, 59.

31 SÃO LEOPOLDO, Visconde de. “Anais da Província de São Pedro”. Rio, INL, 1946.

32 SILVA. Riograndino da Costa e Silva, Gen. “Apontamentos da História” da 3ª RM, Porto Alegre, 3ª RM, 1971. 2ª ed.

33 SPALDING, Walter. O Forte de Santa Tecla, “in: Anais do 2.° Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense”. Porto Alegre. Ed. Globo, v.2, pp. 265-285 (Com planta do Forte desenhado por F. Corona).

34 VELLINHO, Moysés. “Capitania d’El Rey”. Porto Alegre, Ed. Globo, 1970. 2ª ed.

35 WIEDERSPHAN, Henrique Oscar, Ten Cel. Das guerras cisplatinas às guerras contra Rosas e o Paraguai. “Rio Grande Antigo”. Canoas, Ed. Regional, 1956.V.2, pp. 151-258.

36 (---) Segundo Centenário da Expulsão dos espanhóis do Rio Grande, Palestra em 3 abr 76 no IHGSP.

37 ( ) Invasões de Ceballos e Vertyz. “in:” RIHGRGS, Porto Alegre, IP trim. 1936, pp. 21-58.

ESTUDO MILITAR DOS FATORES DE DECISÃO NA BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO

Cláudio Moreira Bento (*)

(*) Ten. Cel. Eng. GEMA

(Membro: Comissão de História do Exército Brasileiro (1971-74). Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, Academia Brasileira de História e Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul).

INTRODUÇÃO

No dia 20 de fevereiro de 1977 transcorreu o sesquicentenário da Batalha do Passo do Rosário ou do Ituzaingó, a maior batalha campal travada no Brasil, envolvendo 17.000 homens. Ela teve lugar próximo a atual cidade de Rosário no Rio Grande do Sul, entre forças brasileiras integrantes do Exército do Sul, ao comando do Marquês de Barbacena, e argentinas e orientais (uruguaias) integrantes do Exército Republicano ao comando do brigadeiro-general Carlos Maria Alvear.

Passo do Rosário para os brasileiros, ou Ituzaingô para os argentinos e uruguaios, foi o mais expressivo evento militar inserido no contexto da guerra da atual República Oriental do Uruguai, para tornar-se independente do então Império do Brasil, a que fora incorporado, artificialmente em 1821, por Portugal, como Província Cisplatina.

Nos últimos 150 anos, veteranos de Passo do Rosário, autoridades e historiadores platinos e brasileiros têm deposto, opinado ou a interpretado. Alguns o tem feito, quanto a seus resultados e conseqüências, de modo mais passional do que racional, fruto, por vezes, de um justificável patriotismo.

A visão científica tem sido dificultada, seja pela carência de fontes primárias, principalmente argentinas, traduzidas por partes de combates emitidas logo após a batalha, seja por não possuir-se um levantamento topográfico preciso do terreno, como o agora disponível, realizado em 1956 pelo Serviço Geográfico do Exército e que iremos explorar pela primeira vez.

Distanciados 150 anos daqueles fatos, procuraremos no presente ensaio, com a maior isenção possível, analisar, com apoio em processo militar decorrente do método de Descartes, a real Situação dos dois exércitos em Passo do Rosário, através do Estudo dos Fatores da Decisão Militar (Missão, Terreno, Inimigo e Meios).

Esperamos com nosso ensaio inédito e de abordagem que acreditamos original, e que não pretende esgotar o assunto, um melhor entendimento da Batalha do Passo do Rosário, na oportunidade de seu sesquicentenário.

O TERRENO DA BATALHA

O estudo do fator da decisão-Terreno deve ser acompanhado pelo esboço sob o título - TERRENO DA BATALHA que integra o trabalho. Sua reconstituição apoiou-se nas folhas Estação Corte e Passo do Rosário da Carta RS — Escala 1:50.000 levantada em 1956 e desenhada e impressa, em 1959, pelo Serviço Geográfico do Exército.

O estudo do terreno será feito a partir das posições iniciais tomadas pelos exércitos, nas alturas a oeste (o de ALvear) e a leste (o de Barbacena), da Sanga do Barro Negro.

DESCRIÇÃO

O terreno é formado por um grupo de coxilhas situado no ângulo limitado pelo rio Santa Maria e o arroio Ituizangô que decresce de altitude à medida que se aproximam dos mesmos. Então, dá origem a várzeas, particularmente na direção do rio Santa Maria.

A sanga do Barro Negro separava as coxilhas que aqui passaremos a denominar de Olho de Água (a oeste cotas 144, 33 e 165 Cerro) e do Túmulo de Abreu (a leste cotas 135, 129 e 152).

Na época existiam dois caminhos atravessando a região, procurando o passo do Rosário. O primeiro vinha do passo do Cacequi e seria usado pelo Exército Republicano para atingir o passo do Rosário em 19 Fev. 27 e, pelo Exército do Sul, para a retirada, em 20 Fev., na direção do rio Jacui.

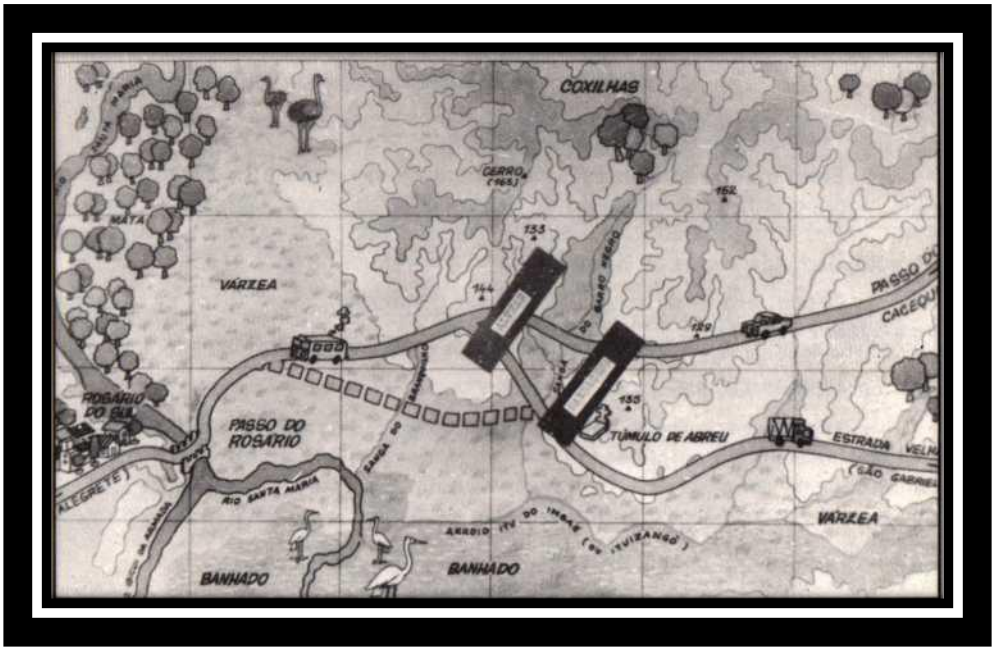
O segundo vinha de São Gabriel, através do banhado Inhatium, e foi usado pelo Exército do Sul para aproximar-se do Passo do Rosário em 19 e 20 Fev. 27 e, pelo Exército Republicano, para deixar o campo de batalha, em 21 Fev. 27, em direção a São Gabriel.

Ambos caminhos uniam-se, após atravessar a Sanga do Barro Negro, no topo da coxilha do Olho de Água,após a junção e travessia da sanga do Branquilho e várzea, atingia o passo.

Tasso Fragoso assim descreveu a região, ao estudá-la por volta de 1910. “Todo o terreno apresenta a feição geral da campanha do Rio Grande. Ondulações suaves se escalonam em todos os sentidos, tamisadas de relva, dando ao observador, que as contempla pela primeira vez, a sensação estranha, posta em destaque por um geógrafo distinto, de um mar de vagas gigantescas e roladas, que mãos poderosas houvessem de súbito, imobilizado, numa misteriosa solidificação".

Deixando a poesia de lado passemos ao processo de estudo do terreno, com apoio no método de Descartes, aplicado ao estudo de seus aspectos táticos.

TERRENO DA BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO OU DO ITUIZANGÔ (20 FEV 1827)
Estudo do Ten Cel tudo do Ten Cel Eng QEMA Cláudio Moreira Bento, com apoio na Carta RGS 1:50.000 folhas Corte e Passo do Rosário levantada em 1956 pelo Serviço Geográfico do Exército.



A - Observação e Campo de Tiro.
B — Cobertas e Abrigos.
C — Obstáculos.
D — Acidentes Capitais.
E — Vias de Acesso.

A ponte no passo do Rosário e a cidade de Rosário não existiam na época.

A - **Observação e Campos de Tiro**

1. **Para o Exército do Sul**

Bons,das alturas ao norte e ao sul da depressão da coxilha do Túmulo (passagem da estrada para Cacequi), sobre o anfiteatro em torno da sanga do Barro Negro.

Eram deficientes na depressão por onde passava a estrada, a partir da cota 129, para oeste.

Não existia observação, na depressão atrás da cota 133 da coxilha do Olho de Água e na depressão atrás desta, no vale da sanga do Branquilho.

A depressão no centro da coxilha do Túmulo, por onde passava a estrada, dissociava a posição quanto a campos de tiro e observação, além de ser dominada por fogos e vistas do contra -forte da coxilha do Olho de Água— cota 133.

Aqui parece residir a explicação do porque das divisões de Infantaria do Exército do Sul não terem podido apoiar-se mutuamente. Caso contrário, invariavelmente, uma delas teria de lutar na depressão. A procura de dominância sobre a Cavalaria irá obrigá-las a procurar alturas de um lado e outro da depressão da cota 129.

2. **Para o Exército Republicano**

Eram muitos bons os campos de observação e tiro da coxilha do Olho de

Água, sobre o anfiteatro em torno da Sanga do Barro Negro. Campos que penetravam fundo, na depressão da coxilha do Túmulo, por onde passava a estrada para Cacequi, particularmente da extremidade do contraforte da cota 133.

O contraforte da cota 144 possuia dominância sobre todos os caminhos para o passo do Rosário.

3. Comentário

Havia superioridade de observação e campos de tiro da posição do Exército Republicano e, continuidade desta, entre as cotas 144 e 165, com a vantagem de um saliente formado pelo contraforte da cota 133. Este assegurava excelente dominância de vistas e fogos, particularmente de Artilharia, sobre a rodovia do passo do Cacequi que flanqueava, logo a partir da travessia da sanga.

A posição do Exército do Sul era descontínua no centro.

A saliência dominante, no centro da posição do Exército Republicano, correspondia a uma depressão na do Exército do Sul.

A posição brasileira prestava-se mais à defensiva do que à ofensiva. Era superior no tocante á defensiva, a base de Infantaria, por situar-se mais próximo do corte da sanga do Barro Negro e, a depressão, no centro, favorecer o cruzamento de fogos sobre forças que nela penetrassem. Nesta situação tiraria o melhor proveito da Artilharia no centro.

A posição do Exército Republicano prestava-se a uma defensiva na base da Cavalaria, com apoio da Artilharia ao centro.

Existia espaço, entre as partes mais altas e extremas da posição, até a sanga do Barro Negro, para contra-ataques de Cavalaria, de cima para baixo, sobre os flancos de forças adversas progredindo ao longo das estradas, à procura da cota 144, da Coxilha Olho de Água.

A Artilharia, no Centro, poderia dominar, com seus fogos, força progredindo ao longo da estrada de Cacequi, a partir da sanga do Barro Negro.

Se o Exército do Sul tivesse ocupado posições na linha das cotas 125, ao norte da rodovia, e mais para o norte da 152, poderia tirar o máximo rendimento defensivo e mesmo ofensivo de sua Infantaria ao atacar, de cima para baixo, na direção balizada por COTA 152 - COXILHAS - CERRO (165).

B - **Cobertas e Abrigos**

1. Para o Exército do Sul

O terreno era coberto de gramíneas e vegetação arbustiva esparsas. A sanga do Barro Negro era dominada pelas vistas de ambos os exércitos. Portanto, não oferecia cobertas e abrigos aos dois contendores.

A posição do Exército Republicano oferecia melhores cobertas, seja atrás da coxilha do Olho de Água, vale da sanga do Branquilho, seja atrás do contraforte da cota 133.

A depressão existente no centro da posição do Exército do Sul a fazia inferior, do ponto de vista de cobertas e abrigos.

Junto ao Rio Santa Maria existia uma mata ciliar na qual o Exército Republicano encontrou considerável número de rio-grandenses acampados, após abandonarem suas estâncias, à sua aproximação, conforme menciona Acevedo Diaz.

Poderia servir para os trens do Exército Republicano buscar abrigo, em caso de ataque pelo do Sul.

Comentário

As depressões situadas atrás das cotas 144 e 133 conferiam superioridade à posição do Exército Republicano, pela possibilidade de nelas, mais junto a frente, se organizarem contra-ataques e ataques a base de Cavalaria, a coberto das vistas do Exército do Sul.

C - Obstáculos

Oferecia dificuldades de transposição, particularmente por tropas de Cavalaria em formação de ataque, a sanga do Barro Negro. Não pelo volume das águas, mas pelas rampas de suas bordas criadas pela erosão.

A sanga oferecia passagem franca para uma formação de ataque, inclusive com Artilharia, na passagem da estrada velha para São Gabriel e, menos franca e com grande dificuldade para Artilharia, na passagem da estrada para Cacequi e, acima da linha balizada pelas cotas 152 e 165 (CERRO).

O passo do Rosário, nesse dia e no anterior, estava a nado. Era obstáculo para a Infantaria e Trens. A Cavalaria podia atravessá-lo a nado e a Artilharia poderia ser rebocada pelas prolongas.

Alvear desistiu de atravessar o passo no dia anterior porque teria de deixar de um lado, a salvo, a Cavalaria e a Artilharia e, expostos, os Trens de-Guerra e a Infantaria.

A várzea entre o passo e as coxilhas oferecia dificuldades ao emprego da Cavalaria, embora a primeira vista se apresentasse como ideal. Mas na realidade, segundo Acevedo Diaz, "era um banhado de uma milha ou mais de largura, arenoso, coberto de macegas e de grande quantidade de montículos de terra que se constituíam outros tantos obstáculos para a manobra de Cavalaria".

Além disso não era plana, mas em rampa, embora suave,, na direção das coxilhas. A Cavalaria deveria carregar de cima para baixo se tivesse de defender o Exército Republicano apoiado no Santa Maria.

A linha ao norte das cotas 152 e 163, com características de serra, não era o ideal para o emprego da Cavalaria. Prestava- se mais a Infantaria.

Comentário

A sanga do Barro Negro não impedia, mas dificultava os movimentos de formações de combate que a atravessassem. Oferecia passagem franca na altura da estrada velha de São Gabriel, passagem restrita na altura da estrada para o passo CACEQUI e nas cabeceiras da sanga.

O passo do Rosário, em caso de retirada, seria obstáculo para os Trens e Infantaria do Exército Republicano e, possivelmente para a sua Artilharia, se

feita sob pressão.

O terreno mais ao norte, desbordando as cabeceiras da sanga do Barro Negro, dificultava o emprego da Cavalaria. Era mais propício à Infantaria.

A várzea nas proximidades do rio SANTA MARIA e do arroio Ituizangô dificultava o emprego da Cavalaria e, junto ao último, impedia o emprego.

Interpretação com apoio em: LIMA E SILVA. Anais p. 46. SEWELOH. Reminiscências, p. 63. CRUZ Alcides. O campo de Batalha p.. 165-175 e BROWN. Parte de Combate in: FRAGOSO. A batalha, p. 410 e 413. SOUZA JUNIOR. Caminhos, p. 70-75. DIAS, Leonel. Camparia, p. 80-81.

D - Vias de Acesso

No terreno distinguem-se 4 vias de acessos para ambos os contendores, condicionados aos locais de passagem mais favoráveis na sanga do Barro Negro, principalmente.

1. Via de acesso nº 1 (SUL) ou VA—1 Balizamento: Cota 135 — Túmulo — Passagem Sanga — Estrada antiga para S. Gabriel — cota 144.

2. Via de acesso nº 2, ou VA—2

Balizamento: Cotas 129 a 144, pela estrada antiga do passo do Cacequi.

3. Via de acesso nº 3, ou VA-3

Balizamento: Idem anterior até a sanga. Após, passagem Sanga Barro Negro — cota 133

4. Via de acesso nº 4 (NORTE), ou VA—4

Balizamento: Cota 152 — alturas 150 entre Coxilhas e árvores — cota CERRO (165) - cota 144

5. Comparação das Vias de Acesso (com vistas ao emprego da Infantaria).

FATORES DE COMPARAÇÃO	VA-1	VA-2	VA-3	VA-4
Segurança para progressão da Infantaria	3	1	2	5
Aproximação de meios	5	4	3	1
Orientação	3	5	4	2
Extensão	3	5	4	2
Espaço e liberdade de manobra Inf.	4	2	3	5
Dificuldade emprego Cavalaria adversária	1	2	4	5
Dominância de fogos e vistas	2	1	1	5
Deslocamento Art.	5	4	3	1
Dificuldades de flanqueamento pela Cavalaria adversária	3	2	3	5
Dificuldade ação Artilharia adversária	3	2	3	5
Avaliação em pontos	32	28	30	36

A melhor via de Acesso para um ataque, a base de Infantaria, seria a de nº 4, pelas seguintes razões:

- Dominância de fogos e vistas;
- Maior espaço e liberdade de manobra;
- Maior dificuldade de interferência da Cavalaria adversária;
- Maior dificuldade de ação da Artilharia adversária;
- Maior segurança e impulsão na progressão da Infantaria: (Inicialmente no plano e após de cima para baixo).

A via de acesso nº 2, embora a melhor quanto a orientação, extensão e aproximação de meios, deslocamento da Artilharia, é dominada, facilita o flanqueamento e a ação frontal da artilharia adversária sobre quem nela progrida.

6. Comparação das Vias de Acesso (quanto ao emprego da Cavalaria)

FATORES DE COMPARAÇÃO	VA-1	VA-2	VA-3	VA-4
Segurança para as cargas da Cavalaria	5	3	2	1
Possibilidades de desbordamentos	5	3	2	1
Aproximação de meios	5	3	2	1
Aproximação e apoio da Artilharia	5	3	2	1
Orientação	4	5	3	1
Extensão	4	5	3	1
Dificuldades emprego Infantaria adversária	3	5	4	2
Dificuldades emprego Artilharia adversária	4	2	3	5
Espaço e liberdade de manobra	5	3	4	1
Possibilidade de penetração e criação de flancos interiores	2	4	4	2
Avaliação em pontos	42	36	29	16

A melhor via de acesso para um ataque a base de Cavalaria seria a de n.° 1:

— Cargas da Cavalaria com maior impulsão e profundidade.
— Possibilidades de desbordamento de flanco.
— Melhor para a aproximação de meios e de apoio de Artilharia.
— Maior espaço e liberdade de manobra, além de bem orientada e não muito extensa.

A via de acesso n.° 2, embora a mais curta, melhor orientada é a mais contra-indicada para o emprego da Infantaria adversária e para a penetração na posição do Exército do Sul. Apresentava um ponto crítico na travessia da sanga da Barro Negro e dificuldade de ser apoiada por Artilharia. Podia ser flanqueada na depressão que dissociava a posição do Exército do Sul.

7. **Comentário**

A via de acesso n.° 1, combinada com a n.° 2 era a que melhor tiraria proveito da superioridade em Cavalaria do Exército Republicano.

A via de acesso n.° 4, combinada com a de n.° 3, era a que melhor tiraria proveito da superioridade, em Infantaria, do Exército do Sul.

E - Acidentes Capitais

No terreno podemos assinalar os seguintes acidentes capitais, cuja manutenção ou perda para o adversário, resultaria em ganho ou perda de vantagem tática significativa, ou mesmo decisiva, no transcurso da batalha e, decidindo sua sorte.

De leste para oeste poderíamos registrar os seguintes acidentes capitais que mencionaremos por letras minúsculas e designaremos de AC.

a — Vale do sanga acima, e entre as estradas a leste do Túmulo de Abreu.

— Na coxilha do Túmulo.

b — Região de cota 135
c — Região de cota 129
d — Região da cota 152

— Na sanga do Barro Negro.

e — Região da travessia da sanga pela estrada velha de São Gabriel.
f — Região da travessia da sanga pela estrada do passo do Cacequi.

— Na coxilha do Olho de Água.

g — Região de cota 144
h — Região de cota 133
i — Região de cota 163 (CERRO)
j — Região abaixo palavra Coxilhas
I — Alturas dominantes do rio Santa Maria
m — Região do Passo do Rosário
n — Retaguarda da cota 135

Vantagens proporcionadas por estes pontos pelos Exércitos em posição nas duas coxilhas.

AC-a. Local dos trens do Exército do Sul. Conquistado pelo Republicano significa a queda das bagagens em mãos do adversário e controle das duas estradas, dificultando ou impedindo a retirada do Exército do Sul.

AC-b. Em mãos do Exército do Sul, base de partida para ataque sobre o AC-b (cota 144), contenção de ataques da Cavalaria, tentando atingir a retaguarda e abertura do caminho para São Gabriel. Em mãos do Republicano, chave de abertura para a região de trens do Exército do Sul e para a conquista de toda a posição ocupada por este e domínio de uma linha de retirada.

AC-c. De posse do Exército do Sul, impedia o fracionamento em duas de

suas posições. Assegurava base de partida para ataques ao longo da estrada e uma linha de retirada para o passo do Cacequi.

AC-d. De posse do Exército do Sul impedia o envolvimento da posição pelo norte e assegurava base de partida para um ataque de Infantaria pela melhor via de acesso.

De posse do Exército Republicano assegurava condições de envolvimento da posição do Exército do Sul, pela retaguarda, e corte ou interferência, na sua linha de retirada para Cacequi.

AC-e. De posse do Exército Republicano assegurava o livre trânsito de suas tropas para ataques a cota 135 e para uma retirada na direção de São Gabriel.

De posse do Exército do Sul assegurava livre trânsito de suas tropas para atacar a cota 144 ou, procurar atingir os trens do adversário, no passo do Rosário.

AC-f. De posse do Exército Republicano assegurava livre trânsito de suas tropas para prosseguirem sobre as regiões de cotas 135, 129 e 152.

De posse do Exército do Sul permitia a passagem de suas tropas para ataques, particularmente sobre a região da cota 135.

AC-g. De posse do Exército Republicano impedia que o Exército do Sul rompesse a posição e o envolvesse ou prosseguisse sobre os trens em passo do Rosário. Permitia-lhe montar ataques sobre as cotas 135 e 129, através das duas passagens favoráveis da sanga do Barro Negro.

De posse do Exército do Sul cortava as linhas de retirada do adversário para o Cacequi e São Gabriel e criava condições de envolvimento simples da posição adversária.

AC-h. De posse do Exército Republicano permitia-lhe fazer fogos de Artilharia e flanquear com ações de Cavalaria, ataques adversários sobre a região de cota 144, ao longo da estrada do passo do Cacequi. De posse do Exército do Sul permitia-lhe minimizar os efeitos dos fogos da Artilharia adversária sobre suas forças, progredindo ao longo da estrada dò passo Cacequi, na direção da coxilha do Olho de Água. Este acidente é o ponto chave da defesa do Exército Republicano. Conquistado num ataque frontal, significaria o rompimento de toda a posição do Exército do Sul e a possibilidade de neutralizá-la com um amplo envolvimento. Ela permite o prosseguimento, em profundidade, para cortar-se linha de retirada dos trens do Exército Republicano, por estrada ligando os passos do Rosário e S. Simão.

AC-i. De posse do Exército Republicano assegura base de partida para ataques para o norte e a defesa de ataques provenientes daquela direção.

De posse do Exército do Sul, após ataque de Infantaria desferido pelo norte, constitui-se na chave da vitória, pois atingia pela retaguarda a cota 133 e, de cima para baixo, a cota 144. Força dali enviada poderia cortar a retirada pela estrada do Passo S. Simão, deixando o Exército Republicano como única

alternativa, uma travessia forçada através do Passo do Rosário.

AC-j. De posse do Exército Republicano defende a posição da coxilha do Olho de Água e impede que seja a mesma desbordada pelo norte e atingida a estrada que liga o passo S. Simão com o do Rosário e, este, em última instância.

De posse do Exército do Sul permite-lhe desbordar profundamente a posição adversária bem como prosseguir para conquistar toda a posição da coxilha de Olho de Água e tentar cercar e bater o adversário.

AC-l Estas alturas de posse do Exército Republicano criavam condições de uma retirada na direção do passo do S. Simão e da travessia alguns de seus elementos pelo passo do Rosário.

AC-m. De posse do Exército Republicano permitia que procedesse a retirada do que pudesse através desse passo do Rosário.

De posse do Exército do Sul significaria o cerco do Exército Republicano na região estudada.

Comentário

Na posição do Exército Republicano existiam dois acidentes capitais considerados pontos-chave, cuja conquista significaria a queda da própria posição.

AC-g. Região da cota 144. Ponto-chave para um ataque frontal de ruptura pelo Exército do Sul, pela via de acesso n.° 2.

AC-1. Região de cota 163 (cerro).'Ponto-chave para um ataque de flanco do Exército do Sul, a base de Infantaria.

Na posição do Exército do Sul existiam dois acidentes capitais considerados pontos-chave.

AC-b. Região da cota 135 — Ponto-chave para um ataque de Cavalaria pela via de acesso n.° 3.

AC-c. Região de cota 126 — Ponto-chave para um ataque de Cavalaria pela via de acesso n.° 2, combinado com um envolvimento pela via de acesso n.° 1, por caracterizar a penetração e divisão, em duas, da posição do Exército do Sul, além de neutralizar a Artilharia e atingir as bagagens do Exército do Sul.

CONCLUSÕES

Do estudo de aspectos táticos do terreno concluo quanto às posições ocupadas pelos dois exércitos: A do Exército Republicano era melhor servida de cobertas e abrigos, de campos de observação e tiro. Neste caso, inclusive, de tiros de Artilharia, pois a tendência era colocar esta arma no centro.

A via de acesso que melhor respondia a características de superioridade de Cavalaria com possibilidade de apoio de Artilharia do Exército Republicano, era a VA-1 (Sul).

No caso da posição ocupada efetivamente pelo Exército do Sul, a

conquista da parte inferior da coxilha do Túmulo do Abreu, entre as duas estradas, significaria:

— Envolvimento e redução dos elementos que a defendessem.

— Conquista dos trens de guerra (bagagens etc. do Exército do Sul).

— Abertura de uma linha de retirada para São Gabriel.

— Ou, possivelmente, base de partida para uma tentativa de cerco e de aprisionamento dos remanescentes do Exército do Sul.

Neste caso seriam pontos-chave os acidentes capitais AC-b eÁC-c.

A posição ocupada pelo Exército do Sul era a pior em cobertas, abrigos, campos de tiro e de observação. As dificuldades de travessia da sanga do Barro Negro conferia-lhe melhores condições para uma defensiva do que para uma ofensiva. Mas, mesmo assim, era inferior a do Exército Republicano, por dissociada pela depressão por onde passava a estrada de Cacequi. A depressão era contra-indicada para ser ocupada por Infantaria e Artilharia, enfraquecendo assim o centro da posição.

A via de acesso que melhor respondia às características de superioridade de Infantaria do Exército do Sul era a VA-4 (Norte).

No caso da posição efetivamente ocupada pelo Exército do Sul, a conquista da cota Cerro (165) por um ataque de flanco pela VA-4 (Norte), a base de Infantaria, significaria:

— Envolvimento da região de cota 133 da coxilha do Olho de Água.

— Possibilidade de conquistar a região da cota 144 e parte da cota Cerro (165) por ataque de fixação, com envolvimento, e, assim, a conquista da posição.

— Base de partida para o lançamento de elementos para a conquista de trens do Exército Republicano e corte de uma retirada pelo passo do Rosário e pelo de S. Simão.

Neste caso seria ponto-chave o AC de cota Cerro (165).

A posição ideal para o Exército do Sul ter Ocupado era as alturas acima da estrada para o passo do Cacequi, por lhe assegurar as melhores condições defensivas e ofensivas à base de Infantaria.

Veremos que o Exército do Sul irá efetivamente ocupar a parte da coxilha do Túmulo ao norte e ao sul da estrada para o passo do Cacequi, ficando suas duas divisões de Infantaria dissociadas pela depressão da estrada e, sem condições de se apoiarem mutuamente.

Veremos por outro lado o Exército do Sul usar para a ofensiva a VA-2, a pior do ponto de vista de um ataque de Infantaria, ou uma via de acesso, que apesar de menos extensa e orientada, era dominada por fogos de artilharia e sujeita a ataques de flanco à base de Cavalaria, além de atacar de cima para baixo. Como arremate poderíamos dizer que o Exército do Sul, para o ataque que irá desfechar sobre o Exército Republicano, usará a via de acesso mais desfavorável das quatro e que o Exército Republicano usará a melhor do ponto de vista de sua superioridade em Cavalaria, com possibilidade de apoio de Artilharia.

E, mais, que a região da cota 133 da coxilha do Olho de Água e a depressão da coxilha do Túmulo de Abreu, que não eram assinaladas em

levantamentos anteriores do terreno, exercerão papéis decisivos contra o Exército do Sul.

CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS

A noite de 19/20 foi muito quente e dominada por negra escuridão, até a saída da lua, entre uma e duas horas. No dia 20 amanheceu por volta das 0600 horas. O calor era ardente. Soprava forte vento, ora do norte ora do noroeste. A vegetação apresentava-se seca e, portanto inflamável. Já haviam transcorrido cerca de 2/3 partes do verão na região. Os raios de um sol brilhante, neste dia de céu limpo, incidiram na frente da posição do Exército Republicano e pela retaguarda do Exército do Sul. Ao amanhecer, a sanga do Barro Negro esteve coberta por brumas que impediam a visão de seu corte.

Comentário

A escuridão durante as 5 primeiras horas da noite em 19/20 prejudicou a tomada de posição do Exército Republicano na coxilha do Olho de Água e o deslocamento da Vanguarda do Exército do Sul.

O vento soprando, ora parcialmente, ora totalmente sobre a posição do Exército do Sul, irá desempenhar papel adverso a este, por ocasião de incêndio ateado de propósito no campo de batalha, por cavalarianos do Exército Republicano.

Este i ncêndio o estudaremos com detalhes sobre o título "Os generais republicanos". Vento e Fogo.

O calor ardente, após 6 horas de combate na parte ocupada pelo Exército do Sul, vai ter influência muito negativa, por aumentar a sede que não pode ser mitigada no campo de batalha, por inexistir água.

SITUAÇÃO DOS EXÉRCITOS

Para uma melhor apreciação do valor qualitativo de ambos os contendores e do estágio das doutrinas militares em confronto em Passo do Rosário, impõe-se uma análise e comparação dos fatores da decisão militar, INIMIGO E MEIOS, sintetizados sob o título Situação dos Exércitos.

A análise e comentário comparativo abordarão em cada exército os seguintes elementos:

A — Organização, efetivos, composição e valor
B — Lideranças (experiência anterior em guerra clássica)
C — Experiência anterior de combate dos quadros e tropa
D — Instrução
E — Disciplina
F — Forças Morais
G — Cavalhadas
H — Situação de Informações
I — Armamento e Munições

J — Artilharia
L — Engenharia
M — Alimentação
N — Uniformes
O — Equipamentos ,
P — Transportes

Após a análise e comparação desses elementos será feita jjma comparação geral, incluindo-se a superioridade do Exército do Sul em Infantaria e a do Exército Republicano em Cavalaria. O primeiro com vantagem numa batalha travada em terreno movimentado e o segundo em terreno plano.

Acreditamos que na análise desses elementos resida a explicação dos resultados de 20 de fevereiro de 1827.

A MISSÃO

1. Missão do Exército do Sul ao comando do Marquês de Barbacena (Brasil).

a. No dia 17 fev. em SÃO GABRIEL:

Marchar sem demora no dia 18, com bagagens aliviadas, através do banhado Inhatium e Passo do Rosário do rio Santa Maria, para cortar a retirada do inimigo, "em precipitada e vergonhosa fuga", na direção de Santana, através do Passo São Simão.

Com o concurso da 1.ª Brigada de Cavalaria Ligeira (Bento Manuel) que iria atalhar a retirada inimiga, após atravessar o rio Ibicui, procurar travar batalha decisiva com o inimigo e destruí-lo.

Ficar em condições de perseguir seus remanescentes até o dia de, em Buenos Aires, vingar as hostilidades que o exército inimigo cometeu em São Gabriel e Bagé.

Interpretação com apoio em: Proclamação de Barbacena in: AGUIAR. Vida. p. 264- 265. Informação de Bento Manuel de 15 fev. 1827 in: AGUIAR. Vida. p. 263. Resposta de Andréa in: RIHGB, 1854, p. 455. Cidade. Lutas, p. 258 (final). SOUZA JUNIOR, Caminhos, p. 56 e WIDERSPHAN. A Campanha, p. 197-198.

b. Após o anoitecer de 19 fev. no acampamento, próximo a Estância do Rosário atual, a 6 Km do Passo do Rosário:

Atacar o exército inimigo em 20 fev., sem o concurso da 1.ª Brigada de Cavalaria Ligeira (Bento Manuel), apesar do precário estado da cavalhada, com a finalidade de surpreendê-lo e destruí-lo, na ocasião em que procede a travessia do rio Santa Maria, no Passo do Rosário, em situação tática crítica, com efetivos de um lado e outro do rio. Ficar em condições de atravessar o rio e perseguir os remanescentes do inimigo do outro lado.

Interpretação com apoio em: Parte de Combate de BROWN in: FRAGOSO, A Batalha, pp. 273 (final) e 274 (início e final). CIDADE, Lutas, p. 262-264. WIDERSPHAN. A Campanha, p. 217-235 (linhas 10-16) e HEB. v. 2 p. 539 (direita).

c. Após iniciado o ataque em toda a frente e ficar evidente que o inimigo encontrava-se com toda a força presente no campo de batalha "forte e

infranqueável": Prosseguir com a 1.ª Divisão (Barreto) no ataque principal, para romper o centro inimigo. Com a 2.ª Divisão (Callado) retrair para a posição inicial, defender a ala direita e repelir o inimigo. Com a 2.ª Brigada de Cavalaria Ligeira (Bento Gonçalves) proteger o flanco direito nas alturas da nascente da Sanga do Barro Negro e ficar em condições de proteger a retaguarda e os espaços entre as duas divisões. Com o Corpo de Abreu proteger o flanco esquerdo.

Interpretação com apoio em: Partes de combate de BROWN e ANDRÉA e Boletim do Exército Republicano in: FRAGOSO, A Batalha p. 411,412 e 418. CIDADE. Lutas p. 270. SOUZA JUNIOR. Caminhos, p. 60. WIDERSPHAN. Campanha, p. 239 (linhas 8-10), HEB p. 539 (direita).

Comentário

Fica evidente a deficiência de informações sobre o Exército de Alvear que Barbacena dispôs. Em conseqüência foi surpreendido:

— Ao saber ao anoitecer de 19 fev. que Alvear estava tentando atravessar o rio no Passo do Rosário e não no São Simão.

— Ao encontrar o inimigo em posição, ao amanhecer de 20, sobre as coxilhas que dominavam o Passo do Rosário.

— Ao constatar, após iniciada a Batalha de 20 fev., que estava enfrentando todo o Exército de Alvear em posição na coxilha do Olho de Água, apoiado na Sanga do Barro Negro, contrariando o que fora levado a crer, por informações imprecisas: Ou seja, em seqüência:

— Perseguir um Exército "em vergonhosa e precipitada fuga", na direção de Santana, através do Passo São Simão.

— Atacar um Exército, em vergonhosa e precipitada fuga, na direção de Santana, no momento em que atravessava o Passo do Rosário.

— Atacar a Retaguarda do Exército de Alvear, em posição na coxilha do Olho de Água, cobrindo a operação de transposição do grosso no Passo do Rosário, razão de ser dispensável o concurso da 1.ª Brigada de Cavalaria Ligeira (Bento Manuel).

Disto resultou travar batalha sem o concurso da 1.ª Brigada de Cavalaria Ligeira (Bento Manuel), há 10 léguas de distância em linha reta, destacada do grosso dias antes, com a missão de: Hostilizar, observar e informar os movimentos de Alvear, mas em condições de reunir-se ao Exército, no local e hora indicados.

Interpretação com apoio em: Barbacena, Andréa, Miranda e Bento Manuel. Machado de Oliveira e Seveloh in: FRAGOSO, A Batalha, p. 361. WIDERSPHAN, A Campanha, p. 193-197.

Bento Manuel ao ser recalcado pelo inimigo para o norte do rio Ibicui Mirim perdeu o contato com o inimigo e com Barbacena, de 15 a 22 de fevereiro. Isto traria graves conseqüências como se verá (vide FRAGOSO, A Batalha, p. 361-365 e WIDERSPHAN, A Campanha, p. 113-118).

2. **Missão do Exército Republicano de Alvear (Argentina e Uruguai)**

3. a. Após conhecer em 18 fev. que o Exército do Sul saíra de São Gabriel e marchava para o Passo do Rosário, através do banhado Inhatium:

Aliviar bagagens no Passo do Cacequi. Marchar na noite de 18/19 fev. para o Passo do Rosário, atravessá-lo sem interferência do inimigo e interpor o rio entre os dois exércitos. Tudo, com a finalidade de escapar da armadilha que estava prestes a cair. Ou seja, ficar cercado nos campos, entre os rios Santa Maria, Cacequi e Vacacai, exauridos de pastos e gado cavalar e vacum e outros recursos e com a mobilidade limitada, em razão do mau estado da cavalhada. Situação estratégica crítica, da qual somente poderia sair ao custo de grandes manobras.

A marcha seria realizada com a cobertura de uma retaguarda voltada para leste na direção da marcha do Grosso inimigo e por uma Flanco-guarda voltada para o norte para a Vanguarda do mesmo. (Bento.Manuel).

Interpretação com apoio em: ALVEAR, Exposición in: FRAGOSO. A Batalha, p. 264, 267, 315 e 316. SOUZA JUNIOR. Caminhos, p. 58-62 e WIDERSPHAN. A Campanha, p. 199-201 e ALVEAR. Exposición.

b. Ao anoitecer de 19 fev., após constatar a impossibilidade de travessia do grosso de seu Exército no Passo do Rosário, por estar o rio Santa Maria invadeável, em razão de chuvas recentes:

Face à impossibilidade de atravessar o rio no Passo do Rosário por apresentar-se invadeável para o Grosso ("largo, cheio e caudaloso") e o risco de apresentar combate ao inimigo numa várzea, contra marchar na noite de 19 para ocupar a coxilha do Olho de Água, para, ali, oferecer batalha ao inimigo, caso ele se apresente com esta disposição.

Para que esta contramarcha se efetue segundo a concepção do Comandante do Exército, para sua execução, somente serão obedecidas ordens pessoais expressas do General Alvear.

Interpretação com apoio em: BALDRICH. Guerra, p. 330. FRAGOSO. A Batalha, p. 314. SOUZA JUNIOR. Caminhos, p. 62-68. CIDADE. Lutas, p. 261. Alvear in: FRAGOSO. A Batalha, p. 315 e WIDERSPHAN. A Campanha. p. 199-201 e DIAS, in: FRAGOSO. A Batalha, p. 268-270.

Comentário

É evidente, hoje, à luz de estudos atuais, com apoio em fontes primárias até agora disponíveis que ao general Alvear marchar, na noite de 18/19 do Passo do Cacequi para o do Rosário e, ao contra marchar do último para a coxilha do Olho de Água na noite de 19/20 fev., não objetivou surpreender o Marquês de Barbacena, mas sim, no primeiro caso, antecipar Barbacena na travessia do Passo do Rosário e, no segundo caso, como única alternativa sensata, oferecer batalha a Barbacena, na melhor posição possível, obrigado pela circunstância adversa do rio estar invadeável.

Interpretação com apoio em: FRAGOSO. A Batalha, pp. 268-270. SOUZA JUNIOR. Caminhos, p. 62-65. DIAS. Antonio. PACHECO. Ângelo, SOLER e ALVEAR (declarações) in: SOUZA JUNIOR. Caminhos, p. 66.

As fontes primárias argentinas e uruguaias sobre a Batalha do Passo do Rosário ou Ituzaingô são raras.

O general Alvear em sua Exposición ao Congresso, em 1827, declarou que simulou uma retirada pelo Passo do Rosário para atrair o inimigo e batê-lo em local previamente escolhido.

Em 1832 Alvear teria declarado ao general Eugênio Garzon:

"Não posso olvidar que todos nossos generais eram de parecer que enfrentássemos o inimigo na planura traidora, da margem ao de Santa Maria. Deve o Sr. vangloriar-se de haver julgado muito bem o que devia ser feito e o que se fez" (SOUZA JUNIOR. Caminhos p. 67).

É possível que a publicação de outros depoimentos de participantes uruguaios e argentinos, ainda inéditos, venham confirmar, ou não, as declarações de Alvear em sua Exposición.

A Batalha entre os dois exércitos era inevitável. Nenhum dos dois generais tinha condições morais de evitá-la. Alvear, a partir de Bagé, passou a adiá-la e procurar melhores condições para tirar vantagens de sua superioridade em Cavalaria, após refazer também sua cavalhada. Se correu risco ao marchar para o Passo do Rosário e encontrá-lo invadeável, minimizou risco maior. Ou seja, o de gastar mais tempo na travessia do Passo Simão, dando assim maior tempo a Barbacena, para com o concurso de Bento Manuel tentar:

— Impedir-lhe atingir ou de usar as ricas pastagens de Saicán.

— Impedir-lhe sua travessia do rio Santa Maria, confinando-o em área de pobres pastagens.

— Cortar-lhe a retirada na direção de Santana, para áreas favoráveis de emprego de sua Cavalaria.

— Fazer-lhe travar batalha com todo o Exército inimigo.

O estudo da Batalha do Passo do Rosário ou Ituzaingó, já completa 150 anos. Não pretendemos com nossa interpretação esgotar o assunto que acreditamos continuará sendo estudado no futuro, como o foi até agora, através do processo de aproximações sucessivas.

SITUAÇÃO DOS EXÉRCITOS

A - Organização, efetivo, composição e valor

1. Organização Exército do Sul (BARBACENA).

a. Efetivo estimado: 7.800 combatentes

b. Composição e valor

1ª Divisão de infantaria (Divisão Callado)

— 2.ª Bda Infantaria (Brigada Leite Pacheco)

---13.° BI (Ten. Cel. Morais Cid) (Bahia)

__18.° BI (Ten. Cel. Lamenha Lins) (Pernambuco)

— 3.ª Bda Cavalaria (Brigada Barbosa Pita)

- 6.° RC (1.ª Linha) (Maj. Barbosa Pita) (Montevidéu)
- 20.0 RC (2.ª Linha) (Cel. J. da Silva) (Porto Alegre)
- Esqd. Cav. (Ten. Cel. Pinto Garcez) (Bahia)

— 4.ª Bda. Cavalaria (Cel. Tomas da Silva)
— 3.° RC (1.3 linha) (Ten. Cel. Xavier de Souza) (São Paulo)
— 5.° RC (1.ª linha) (Ten. Cel. Felipe Neri) (Rio Pardo)

2.ª Divisão de Infantaria — (Divisão Sebastião Barreto)
— 1.ª Bda. Infantaria (Bda. Leitão Bandeira)
— 3.° BI (Maj. Crisostomo da Silva) (Rio de Janeiro)
— 4.° BI (Ten. Cel. Freire de Andrade) (Rio de Janeiro)
— 27.° BI (alemães) (Ten. Cel. Wood Yeats) (Rio de Janeiro)

— 1.ª Bda. Cavalaria (Bda. Egidio Calmón)
— 1.° RC (1.ª linha) (Maj. Silva Cabral) (Rio de Janeiro)
— 24.° RC (2.ª linha) (Maj. Severiano Abreu) (Missões)

— 2.ª Bda. Cavalaria (Bda. Araújo Barreto)
— 4.° RC (1.ª linha) (Ten. Cel. Pereira Pinto) (Rio Grande)
— 40° RC (2ª linha) (Ten. Cel. Barbosa — lunarejos) (Santana)
— Esqd. Lanceiros (alemães) (Cap. von Quast) (Rio de Janeiro)

Iª Brigada de Cavalaria Ligeira (Cel. Bento Manuel)
— 22º **RC** (2.ª Linha) (Cel.Medeiros Costa) (Rio Pardo)
— 23.º RC (2.ª Linha) (Maj. Dutra) (Alegrete)
— Companhias de Guerrilhas (irregulares) (Rio Grande do Sul)
— Companhias de Lanceiros (irregulares) (Rio Grande do Sul)

2ª Brigada de Cavalaria Ligeira (Cel. Bento Gonçalves)
— 21º RC (2ª Linha) (Major Soares da Silva) (Rio Grande)
— 39º RC (2ª Linha) (Ten. Cel. Calderón) (Cerro Largo ou Mello)

Corpo de Voluntários (Marechal Abreu)

— 560 civis mal armados, agrupados em 11 companhias de guerrilhas e recrutados nas regiões atuais de Torres, Osório, Santo Antonio da Patrulha e Gravatai pelo Marechal Abreu.

Artilharia (Cel. Madeira)

— 1º Corpo de Art. Montada (Cap. Botelho e Melo) (Rio de Janeiro) (17 canhões e 2 obuses)
  — 1ª Bateria
    — 1ª peça (Cap. Botelho e Melo)
    — 2ª peça (Ten. Correia Caldas)
    — 3ª peça (Ten. Delgado)
    — 4ª peça (Ten. Luiz Emílio Mallet)
  — Corpo de Artilharia de Posição (Maj. Mendonça) (4ª canhões) (Santa Catarina)

Grupamento Logístico (Cel. Gomes Jardim)
— Cerca de 550 homens (transporte, escolta, imprensa, comerciantes e particulares)

c. Efetivo estimado de combatentes em condições de participar da batalha de 20 Fev.

COMBATENTES	NÚMERO	%
Comando do Exército	70	
— Infantaria (1ª Linha)	2.400	36
— Cavalaria — 1ª Linha 2.265 (50%) 2ª Linha 2.245 (50%) Civis do Marechal Abreu	4.500 560	68
— Artilharia 12 peças	300	
TOTAL	7.830	100

Estimativa com apoio em: SEWELOH, TITARA, RIO BRANCO, FRAGOSO e WIDERSPHAN p. 220-225.

3. Organização do Exército Republicano (ALVEAR)
a. Efetivo estimado: 8.130 combatentes
b. Composição e valor

1º Corpo (Gen. Lavaileja) (Uruguai)
- Divisão de Cavalaria - Maj. Laguná
  - RC (2ª Linha) (Cel. Oliveira - Maldonado)
  - RC (2ª Linha) (Ten. Cel. Rana - Paysandú)

— Divisão de Cavalaria (Cel. Manuel Oribe)
- 9º RC (1ª Linha) - (Cel. Manuel Oribe)

— RC de Dragões Libertadores (Cel. Ignácio Oribe)
— Divisão de Cavalaria (Cel. Servando Gomez)
— RC de Dragões Orientais
— Unidades de Guerrilhas avulsas

2º Corpo (Gen. ALVEAR) (Argentina)
— Divisão de Cavalaria Brandsen
— 1º RC (1ª Linha) — (Cel. Brandsen)
— 3º RC (1ª Linha) — (Cel. Ângelo Pacheco)
— Esqd. Cav. (alemães) — (Cel. von Heine)
— Divisão de Cavalaria Lavalle
- 4º RC (1ª Linha) - (Cel. Lavalle)
— RC de Ias Conchas (2ª Linha) — (Cel. Vilela)
— Divisão de Cavalaria Zufriátegui)
— 8º RC (19 Linha) — (Cel. Zufriátegui)
— 16º RC (1ª. Linha) — (Cel. Olavarría)
— Esqd. Cav. de Coraceros (1ª Linha) (Cel. Anacleto)

3º Corpo (Gen. Soler) (Argentina)

— Divisão de Infantaria — Olazábal
- 1º BI (Ten. Cel. Manoel Correia)
- 2º BI (Cel. Ventura Alegre)
- 3º BI (Cel. Eugênio Garzón)
- 5º BI (Ten. Cel. Antônio *Dias)*

— Divisão de Cavalaria Paz
- 2º RC (1ª Linha) (Cel. José Maria Paz)
- Esquadrão de Atiradores (2ª Linha) (Ten. Cel. Medina)

— Artilharia (Cel. Thomaz Iriarte)
(16 peças)
Regimento de Artilharia Ligeira — Cel. Iriarte
— 1º Grupo — (Maj. Argerich)
- 1ª Bateria (Cap. Chilavert)
- 2ª. Bateria (Cap. Nazar)

— 2º Grupo (Maj. Vasques)
- 1 ª Bateria (Cap. Munoz)
- 2ª Bateria (Cap. Pirãn)

— Grupamento Logístico — Cel. (frade) Luiz Beltrán.
Cerca de 350 homens

c. Efetivo estimado de combatentes em condições de participar da Batalha em 20 Fev.

COMBATENTES	NÚMERO	%
— Comando do Exército — Infantaria — Cavalaria 1ª Linha — 3.600 2ª Linha - 1.800 Civis Guerrilheiros — Artilharia	130 1.900 5.400 200 500	 23 67
TOTAL	8.130	100

Ver FRAGOSO p. 248-249.

Comentário-, O Exército do Sul possuía o equivalente a 13 RC, 5 BI e 4 Bias de Artilharia. Dos 13 RC mais de 50%, ou 7 RC, eram tropas de milícias ou de 2.ª linha, recrutados no Rio Grande do Sul. A maior contribuição veio do Rio de Janeiro: 3 BI, 1 RC (o atual RCG ou Dragões de Brasília), 1 Grupo de Artilharia e um Esqd. de Lanceiros. Pernambuco foi representado pelo 13.°. BI, Bahia pelo 189 BI e São Paulo pelo 39 RC.

O Exército Republicano possuia o equivalente a 13 RC, 4 BI e 4 Bias de Artilharia. Dos 13 RC mais de 50% era tropa de 1ª linha, ou cerca de 9 RM.

Segundo FREJEIRO. La Batalha (p. 108), no Exército de ALVEAR estavam representadas todas as províncias argentinas. Os soldados em sua maioria eram recrutas. Os oficiais, afora os alferes, ou eram reformados que retornaram à atividade promovidos, ou originários do antigo Exército dos Andes que foram

retornando do Perú após Ayacucho. A Infantaria em sua maioria era constituída de velhos soldados negros.

O Exército de BARBACENA possuia uma superioridade em Infantaria de cerca de 2.400-1.900-500h sobre a do Exército de ALVEAR, ou de cerca de 26%.

Por outro lado, ALVEAR possuia uma superioridade quantitativa em Cavalaria de 5.400-4.500-900h sobre BARBACENA ou cerca de 20%, além de qualitativa, no sentido de predominância de tropas de 1ª linha 9 RC x 5 RC.

Interpretação sobre organização com apoio em: BALDRICH. La Guerra dei Brasil. FREJEIRO. La Batalha pp. 108-110. FRAGOSO. A Batalha, pp. 242-251 e WIDERSPHAN. A Campanha, pp. 220-230.

B — Lideranças

Exército do Sul: Comandante: Tenente-General Felisberto Caldeira Brant Pontes, Marquês de Barbacena. Nasceu em 19 de setembro de 1772 no arraial de SÃO SEBASTIÃO—MG. Ao assumir o comando do Exército do Sul possuia 54 anos. Estudou em Lisboa no Colégio dos Nobres e após na Academia da Marinha. Após breve carreira na Marinha transferiu-se para o Exército, como major, quando serviu 2 anos em Angola. Em 1801, com 27 anos, após retornar da África como tenente-coronel da guarnição de Salvador, ali casou-se com a filha de abastado comerciante.

Conciliando a vida militar com grandes empreendimentos comerciais e agrícolas, retornou a Lisboa de onde teve de voltar com a Família Real em 1808. Em 1811 era Brigadeiro e Inspetor Geral da Guarnição da Bahia. Em 1817 era Marechal de Campo. Em 10 Fev. 1821, por atitudes francamente favoráveis à Independência, escapou por um milagre, com vida, de motim contra ele levado a efeito por militares portugueses. Na Inglaterra, como diplomata prestou relevantes serviços à Independência do Brasil, inclusive no recrutamento de militares que completassem os claros de nosso Exército. De volta, foi Ministro do Interior, por duas vezes, e da Fazenda. Sua nomeação como comandante do Exército do Sul foi encontrá-lo senador por Alagoas. Segundo Plynio Carvalho “Barbacena não era um homem de guerra. Nele o diplomata sobre- elevava, em muito, o militar". Barbacena não conhecera antes o meio em que iria atuar e comandar. E foi muito hostilizado como se verá.

♦

Marechal Henrique Brown: Nasceu na Alemanha em 1775. Não frequentou Academia Militar. Como coronel, a serviço da Inglaterra, lutou contra a Espanha. Como Marechal de Campo lutou contra Napoleão a serviço de Portugal, ou a serviço da Legião Anglo-Alemã, para restaurar os Bragança em Portugal. Foi contratado pelo Brasil em 1826 e enviado para o Rio Grande para assessorar diretamente o Marquês de Barbacena. E assumiu suas funções 11 dias antes da batalha e dele escreveu um oficial brasileiro: "Todos os dias pela manhã e a tarde tínhamos exercícios, tanto de Infantaria como de Cavalaria. E começou o Chefe de Estado- Maior a tornar-se impopular pelas suas maneiras ásperas".

Brown tinha então 51 anos. Era profissionalmente competente. Mas pouco era o tempo que dispôs para instruir o Exército. Além disso sua ação encontrou forte barreira sociológica, no Exército do Sul. Posteriormente deixou o Exército do Sul que inclusive comandou, por uma série de intrigas. Respondeu Conselho de Guerra em que provou o acerto de suas medidas técnicas.

Brown como Chefe do Estado-Maior seria encarregado "de todas as providências relativas à disposição das tropas" e, segundo o general Soares Andréa, "Brown em um dia em que ensaiava posições do Exército do Sul, entusiasmou-se tanto que lhe deu a impressão já ser o Comandante-em-Chefe, não tendo para com Barbacena atenção alguma". Brown era um técnico em Infantaria e muito bom tático. Na campanha de Jaguarão revelou muito boa visão estratégica. Vieram com Barbacena do Rio de Janeiro e, sem experiência militar no Teatro de Operações, o brigadeiro Soares Andréa, Cunha Matos e, o coronel Tomé Fernandes Madeira, como comandante de Artilharia. Posteriormente, a menos de 15 dias da batalha, recebeu o reforço do general João Crisóstomo Calado, cunhado dos orientais Manuel e Inácio Oribe e hábil e competente comandante de Infantaria, conforme mostraria na batalha.

Como lideranças locais contava-se com os marechais Sebastião Barreto e José de Abreu e coronéis Bento Gonçalves da Silva e Bento Manoel Ribeiro. Todos foram hábeis na guerra de guerrilhas na região desde o tempo do Exército de Observação da banda Oriental em 1811. Abreu, de tenente-coronel legendário por ocasião da Independência, após sua proclamação foi guindado a marechal e comandante de Armas, funções que exigiam conhecimentos militares estratégicos que lhe faltaram, traduzidos pelos insucessos de Sarandi e Rincón de Las Galinas.

Exército Republicano-, Comandante-Brigadeiro-General D. Carlos Maria Alvear. Possuia 39 anos na ocasião. Nascera no ambiente fisiográfico em que conduziria o Exército Republicano. Ou seja, em Santo Angel de La Guardia, junto ao Sete Povos das Missões do outro lado do rio Uruguai. Seu pai viera com Ceballos em 1777 e em 1783 era nomeado demarcador espanhol da segunda partida. Nesta condição residiu alguns anos nas Missões Orientais Jesuíticas. Em 1801 quando seu filho possuia 14 anos recolheu-se a Buenos Aires. Em 1814 com 27 anos, vamos encontrar o general Carlos Alvear comandando o cerco de Montevidéu, em substituição a Rondeau e movendo guerra contra Artigas. A seguir participou das operações do Exército do Alto Peru. Atingiu o alto posto de Diretor Supremo de onde foi derrubado pela revolução de Alvarez Thomaz, refugiando-se no Brasil, Rio de Janeiro, por longo tempo, onde conheceu muito de nossos chefes e a situação e ambiente militar do Brasil.

Antes da invasão do Rio Grande em 1826, vinha desempenhando o cargo de Ministro da Guerra da Argentina. Possuia muito boa formação e vocação militar e admirável visão militar estratégica. Conhecia muito bem os argentinos, os orientais e identificava-se com as raízes mentais dos mesmos.

Segundo Wiedersphan "no Exército Republicano se achavam os mais

brilhantes oficiais das campanhas da Independência dos Andes e Peru: Cel. Olavárria, Cel. Olazábal, herói de Pechincha 1822, Cel. Brandsen herói das guerras de Napo- leão I, por quem fora condecorado e ex-general do Peru e oficiais nascidos na França que haviam combatido com Napoleão e adquirido com ele valiosos conhecimentos de Arte e Ciência Militar que transferiram para o Exército Republicano.

Comentário: As lideranças do Exército Republicano estavam melhor preparadas para travar uma batalha clássica. Possuíam experiência adquirida em batalhas clássicas travadas nas campanhas dos "Andes e do Peru, nas guerras de Independência".

Contaram, por outro lado, com o concurso de competentes oficiais que haviam participado do comando de Napoleão I de batalhas clássicas na Europa. Alvear era um profissional militar capaz de bem organizar, equipar, instruir e empregar um Exército. Barbacena ao contrário, sua vida militar resumira-se a problemas de guarnição de Salvador, onde fez sua carreira. Nele o empresário, o diplomata e o político falavam mais alto. Brown não teve tempo de compensar essas deficiências em 11 dias de ação. Era estranho a área e aos costumes da mesma. Bento Gonçalves, Bento Manoel não tinham vivência de batalha clássica. Em Sarandi isto ficou evidenciado. O mesmo se poderia dizer de Barreto e de Callado, embora valentes oficiais e bons líderes no campo tático.

Substituiu o Marechal Abreu no comando do Exército do Sul, após os desastres de Sarandi e Rincón de las Galinas e nele permaneceu de 3 de fevereiro de 1826 — 11 de janeiro de 1827, o General Francisco de Paula Massena Rosado. Viera para o Brasil como tenente-coronel comandante do 2º BC da Divisão de Voluntários de El-Rei que ao comando de Lecór invadiu e incorporou o atual Uruguai com a Província Cisplatina ao Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarve, em 1821. Aderiu à Independência do Brasil e auxiliado por alguns oficiais desarmou seu batalhão que pretendia opor-se à Independência do Brasil, na Cisplatina. Como General, não esteve a altura da missão. Segundo Tasso Fragoso "seu comando se caracterizou pela mais completa inépcia". Concentrou tropas junto a Santana do Livramento que denominou pomposamente Acampamento Imperial Carolina. . . O Império não se poupou esforços para ministrar a Rosado todos os meios. Mas parece que faltavam a ele, definitivamente, as qualidades próprias de um espírito organizador". Rosado e seu colega, o brigadeiro da Barbuda, Presidente do Rio Grande do Sul, man- tiveram desinteligência funesta para o Exército do Sul e perderam tempo precioso em discussões estéreis, enquanto Alvear preparava, em Arroio Grande, o Exército Republicano, ao abrigo de magníficas instalações.

O comando de Rosado, segundo Machado de Oliveira, foi um ano de "privações, dor e sofrimentos com inimitável constância e resignação, do que resultou um vazio considerável nas fileiras dos combatentes".

Barbacena ao chegar ao Rio Grande para assumir o comando, o que efetivamente ocorreu quarenta dias antes da batalha, escreveu a D. Pedro I

dizendo o que encontrara: "Um Exército nu, descalço e sem munição de guerra e boca (alimentos) sem remédios, cavalos e reduzido, depois de um ano, a mais humilhante defensiva...".

Interpretação com apoio em: FRAGOSO. A Batalha, pp. 203, 207, 210, 213, 214, 305. WIEDERSPHAN. A Campanha, p. 131, 139, 152, 158, 181. DIAZ. Campana, pp. 65- 66. BARRETO. Bibliografia, p. 30-31 e BENTO. Estrangeiros (Brown).

C — Experiência anterior de combate

Exército do Sul: Somente as tropas da Província do Rio Grande, possuíam alguma experiência recente de combate na região, adquirida nas guerras contra Artigas 1816-21, predominantemente de guerrilhas.

A Infantaria, no total de 5 BC, provinha da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Barbacena não tinha experiência de combate. O Marechal Abreu e os coronéis Bento Gonçalves e Bento Manuel Ribeiro haviam se destacado na guerra de guerrilhas contra Artigas 1816-21 como já referimos.

Exército Republicano: Alvear como a maior parte de seus oficiais possuíam experiência de combate nas guerras da Independência (1808-1824). Os soldados eram recrutas. Ao assumir em 26 dez. 1825 o comando do Exército em Arroio Grande, Alvear em sua proclamação declarou: "Confiar em que seriam vencidas as dificuldades pela coragem de todos, pois, as grandes fadigas e sacrifícios eram estímulos poderosos para velhos soldados da Independência". Muitos chefes haviam integrado os exércitos de Bolívar e San Martim.

Comentário: Predominavam no Exército Republicano oficiais com experiência em guerra convencional e soldados recrutados na região fisiográfica da Bacia do Prata, onde se situava a região da Batalha do Passo do Rosário. No Exército do Sul era o contrário.

Interpretação com apoio em: FREJEIRO. La Batalha, p. 108 e OTTJER. Las Operaciones. p. 11. WIEDERSPHAN. p. 163.

Comentário. Antes da Independência Existiam no Brasil 3 divisões. Uma na Bahia, Outra no Rio de Janeiro e outra na Cisplatina. Com a Independência estas três divisões voltaram para Portugal e o Exercito Brasileiro foi organizado em dezembro de 1824 tendo ainda que ser enviado a Pernambuco para combater a Revolda da Confederação do Equador. Situaçao que o Exercito da Argentina mais experimentado em Combate atacou e invadiu o Brasil com o seu Exercito em organização. Esta circunstancia não tem sido levada em consideração dai decorrendo que o Marques de Barbacena operou um milagre ao retirar o Exercito ao comando da Macessa Rosado de Santana e coloca-lo entre o Exercito Invasor e os principais centros do Rio Grande do Sul de então .

InInvasor

D — Instrução

Exército do Sul: Formou-se em marcha para a batalha. 0 contingente proveniente de Santana teve sua instrução completamente descurada, durante um ano, por Massena Rosado. O contingente de civis de Abreu não recebeu nenhuma instrução, bem como o do coronel Bento Manuel. A brigada de Bento Gonçalves foi instruída pelo então major Caldwel.

O contingente proveniente de Pelotas recebeu alguma instrução ministrada por Brown.

Somente a 6 fev. "planejou-se nesta tarde uma manobra de todo o Exército do Sul, na posição de Palmas. Porém ela fracassou totalmente e isso me suscitou receosas apreensões para o dia da batalha", segundo Seweloh.

Dita manobra conduzida pelo Marechal Brown, recém chegado, causou negativa reação nos oficiais e tropa, que desconheciam aquelas práticas e não se sujeitavam a medidas de coordenação e controle.

Segundo Paula Cidade, "naquela época os exercícios militares eram abominados, ao ponto de algumas unidades se amotinarem, alegando excesso de trabalho.

Os melhores comandantes formavam os seus batalhões uma ou outra vez. Neste dia era um Deus nos acuda! Os oficiais, aos gritos, lançavam-se para a frente e arrastavam os soldados pelo exemplo, para passar de uma formação para outra".

A instrução de Infantaria consistia na execução de mudanças de formação, ordenadas por dez ou mais vozes de comando diferentes, que deviam ser guardadas de cor. A de Cavalaria obedecia os mesmos esquemas, além do ataque em carga. Carregar em ordem, atacar e recuar em desordem, reorganização e voltar a atacar e, assim, sucessivamente. A tropa de Abreu não possuia instrução. A da Artilharia consistia em engatar e desengatar armas e atirar. Os exercícios eram raros e a falta de munições crônica. Somente no dia 6 de fevereiro, há 14 dias da Batalha do Passo do Rosário, foi possível tentar-se um exercício de conjunto do Exército do Sul para coordenar-se tropas tão desuniformes que chegavam de diversos locais e se uniam em marcha para o combate.

Exército Republicano: As Províncias Unidas (Uruguai e Argentina) dispenderam mais de um ano para recrutar, organizar e instruir um Exército de cerca de 12.000 homens. O general Alvear, proveniente da função de Ministro da Guerra da Argentina, esteve a frente do Exército Republicano 5 meses e 20 dias antes da Batalha do Passo do Rosário. Este tempo foi valioso para que oficiais veteranos transformassem soldados recrutas bisonhos em soldados e com "a nobre emulação da juventude guerreira, coberta já, com os louros das lutas da Independência", segundo Azevedo Dias.

Comentário: O Exército Republicano foi melhor instruído do que o do Sul. Alvear assumiu o comando quase cinco meses antes da batalha, ao contrário de Barbacena, que assumiu 40 dias antes da mesma. Barbacena herdou de Massena Rosado uma tropa nas piores condições de moral, instrução, equipamento e cavalhadas. Somente pôde contar com todo o Exército do Sul reunido, após 5 de fevereiro, há 15 dias da Batalha do Passo do Rosário. Portanto, o Exército Republicano teve 4 meses de vantagem de instrução pelo respectivo comandante, do que o do Sul. Aqui acreditamos resida o ponto mais forte do Exército Republicano e o mais fraco do Exército do Sul. Colocados em confronto em Passo do Rosário ou Ituzaingo, resultou em sensível vantagem para o Republicano. Barbacena não teve tempo para instruir o Exército do Sul. Massena Rosado não usou para instruir o Exército do Sul, o ano de triste

lembrança em que permaneceu inativo em Santana.

Interpretação com apoio em: SEWELOH. Reminiscências. p. 54. CIDADE, Soldado de 1827. CIDADE. Lutas, pp. 280, 287. FRAGOSO. A Batalha, pp. 204-207-250. FREJEI- RO. La Batalha, p. 108. SOUZA JUNIOR. Caminhos, p. 52 e ACEVEDO DIAZ. Campana dei Brasil, p. 68.

E — Disciplina

Exército do Sul: Vigorava o regulamento de 1763 do Conde de Lippe, com abrandamento de 1708. Um dos castigos mais violentos era o de surrar com a prancha da espada. O arbítrio dos comandantes foi limitado por julgamentos em Conselhos de Guerra que aplicavam penas desde surras, prisão perpétua, com correntes de ferro nos tornozelos, até pena de morte. As condições locais do Rio Grande do Sul concorriam para abrandar a letra fria dos regulamentos. As deserções em lutas anteriores e mesmo na conjuntura vivida pelo Exército do Sul, não eram punidas com rigor. Durante toda a Campanha do Exército do Sul, sob Barbacena, não se registrou nenhuma execução de morte ou castigo mais violento. Segundo Cidade, "a deserção já não acarretava perigos para o desertor, mas proporcionava lucros pela venda do cavalo com arreios e tudo. Os desertores chegaram a ser tão numerosos que era impossível processá-los... as chicanas dos quartéis e influências político-partidárias promoviam as absolvições mais escandalosas". Tudo isto era um incentivo à deserção impune. Na época, a primeira deserção era punida com 60 chibatadas e a segunda com 160, de acordo com Portaria de 3 set. 1825.

Exército Republicano: A deserção em suas formas mais graves eram punidas com fuzilamento ou degola. Segundo o Diário do Exército: 9 de janeiro, após julgamento verbal por Conselho, exposição durante horas a tropa, foram fuzilados perante a mesma, 7 réus de deserção. Dia 2 mar., idem, fuzilado, independente de julgamento, réu reincidente.

Comentário: Havia a maior rigidez disciplinar no Exército Republicano do que no do Sul. No primeiro, os crimes mais graves, incluindo deserção, foram punidos com fuzilamento ou degola, após julgamento sumário e verbal em campanha, podendo os reincidentes serem condenados a morte sumariamente. No segundo, os mesmos crimes, além de processo escrito, mereciam nos casos mais graves surras de 60 a 100 chibatadas. Observou-se, por outro lado, que o general Alvear foi contestado em suas decisões e autoridade, mais de uma vez por alguns de seus oficiais graduados, chegando um grupo mais ousado tentar destituí-lo do comando na véspera de Passo do Rosário, além de atuarem na mesma com bastante independência e iniciativa, ao ponto do general Paz dizer que ela poderia chamar-se A Batalha das desobediências. Por outro lado não veremos em nenhum momento a autoridade do Marquês de Barbacena ser contestada por seus oficiais.

Interpretação com apoio em: CIDADE. Lutas, p. 238-239-285. FRAGOSO. A Batalha, p. 316-406. DIAS, Acevedo. La Campana.

F — Forças Morais

Exército do Sul: Os soldados do Exército do Sul e particularmente os rio-grandenses não viam muita justa causa na guerra que travavam com o Republicano antes de ele invadir o Rio Grande. Há pouco o Brasil havia se tornado independente. Não compreendiam terem de lutar com a Província Cisplatina que procurava tornar- se independente. Segundo Tasso Fragoso, "só utilizamos nossas armas com coragem e resolução, sob a inspiração de grandes ideais... Todo o país clamava contra o sentimento imperialista de D. Pedro I. Havia por toda a parte a mágoa do conflito e o desejo de lhe por termo. O povo desinteressava-se pela guerra nos paramos do Sul, onde ninguém desejava prestar o concurso de seu esforço e para onde muitos se encaminhavam recrutados pela violência. A guerra era positivamente impopular. .. Apenas conseguimos reunir uma fração insignificante dos numerosos recursos de que dispúnhamos, o que não aconteceria, se a nação inteira percebesse do conflito, outros motivos que não os de disfarçada conquista territorial".

Segundo Elizyo de Carvalho, "esta guerra não podia ser mais antipática aos brasileiros. A conquista da Cisplatina por D. João VI, fora feita contra o sentimento dos brasileiros. E a atual guerra vai correr por conta de D. Pedro, tendo contra si o protesto moral da nação".

Segundo o marechal Andréa, "a opinião pública do Brasil seguia com reservas e até protestos a marcha dos acontecimentos militares... Soavam vozes na imprensa contra os abusos do recrutamento e a situação indefesa da costa... Tornava-se geral a impressão de que a Coroa insistia em lançar-nos em uma aventura contrária aos sentimentos de justiça e aos interesses reais do país.

O Marquês de Barbacena chegou ao Rio Grande precedido de uma série de boatos fomentados por antigos generais portugueses radicados no Rio Grande e Cisplatina que haviam aderido à Independência e, por alguns chefes rio-grandenses. Tornava-se difícil para alguém não inclinar-se para um desses partidos.

Barbacena "tinha que lutar com cada soldado, cada oficial e cada habitante e, a sua máxima preconcebida, era a de não aceitar de nenhum morador nem uma colher de farinha, um ovo, uma galinha, uma refeição frugal, um convite, uma pousada, sem primeiro perguntar-lhe pelo preço e, em princípio, pagar em contado. Isto alheou dele as simpatias dos hospitaleiros moradores do Rio Grande, levantando cada vez mais a muralha de separação, que nunca deveria ter surgido". Dizia-se dele no Rio Grande: "Faz pouco, além disso das pequenas dádivas, da nossa amabilidade hospitaleira. É mais orgulhoso do que o Imperador que não fazia isto".

Segundo Seweloh a atitude de Barbacena de querer indenizar tudo que fosse fornecido pelos rio-grandenses foi mal interpretada. Existiam no Rio Grande homens abastados, que além de hospitaleiros, por tradição e natureza, sentiam-se ofendidos, por julgar que Barbacena os confundia com taverneiros, movidos somente por interesses de lucro".

Este sistema de Barbacena passou a ser censurado de todos os lados. E o

não entendimento da hospitalidade rio-grandense valeu-lhe grande impopularidade.

A idéia republicana estava mais profunda do que se pensa, entre as lideranças militares rio-grandenses, particularmente milicianas. Alvear era líder maçon da linha vermelha ou francesa, favorável à República Constitucional e que se opunha à linha azul ou inglesa, favorável à Monarquia Constitucional. Na Argentina encontravam-se refugiados brasileiros da linha vermelha ou francesa, acusados de manobrarem para que D. Pedro I, Grão Mestre da Maçonaria do Brasil, jurasse constituição e fosse mais longe — proclamasse a República do Brasil. Este fato provocou o fechamento da Maçonaria na época e a prisão de alguns dos principais líderes brasileiros da linha francesa ou vermelha, seguida de evasão da prisão de alguns, como o padre Antonio Caldas para a Argentina. Ali foi chefe da imprensa de Alvear. Após, teria estado em Passo do Rosário, onde teria feito para Alvear proclamações dirigidas aos brasileiros.

O padre Caldas, alagoano, estudou no seminário de Olinda. Em Pernambuco impregnou-se na Revolução de 1817, do ideal republicano de inspiração da maçonaria vermelha ou francesa. Após destacada atuação na Independência em Alagoas, foi eleito deputado à Assembléia Constituinte. Junto com outros líderes maçons criou sério incidente mencionado que culminou com sua prisão e fuga para a Argentina e o fechamento da Maçonaria por D. Pedro I.

Em 1836, por ocasião da Proclamação da República Rio-Grandense, por líderes rio-grandenses da maçonaria vermelha ou francesa, o padre Antônio Caldas encontrava-se junto a Jaguarão e do outro lado da fronteira. E Jaguarão foi o primeiro a aderir a República através de sua Câmara.

Este entendimento é importante, pois o ideal republicano difundido no Prata através da maçonaria vermelha ou francesa, inclusive por brasileiros, por ocasião da batalha do Passo do Rosário, germinava entre muitos rio-grandenses. Ele acentuou-se após Passo do Rosário, na campanha do Jaguarão e na invasão de Rivera das Missões, conforme prova Wiedersphan em trabalho inédito. O regimento das Missões que fez triste figura em Passo do Rosário, aderiu totalmente à idéia republicana mais tarde. Isto explica a razão de San Martim haver se retirado da reunião em Lima—Peru, diretamente para a Europa, por ter sido voto vencido sobre o destino da América Espanhola. Defendia a linha inglesa ou azul — Monarquia Constitucional e Bolívar a linha francesa ou vermelha — República Constitucional.

Pelo mesmo motivo os serviços de San Martim a Argentina, foram recusados quando da Guerra Cisplatina. Segundo ainda Wiedersphan, calcado em informações de brasileiros no Prata, as invasões do Rio Grande, por Alvear em 1827, por Rivera e Lavalleja em 1828 esperavam contar com o apoio e adesão de muitos rio- grandense. E isto está bem claro, segundo prova de Wiedersphan na invasão de Rivera nas Missões. O 24.° Regimento de Cavalaria de 2.ª linha, de triste atuação em Passo do Rosário, aderiu ao ideal republicano nas Missões, com Rivera.

Este estado de coisas influiu no moral do Exército do Sul, quanto à justiça da causa pela qual lutava. Havia divisão de sentimentos, apoiar- se o Brasil

monárquico ou favorecer a Argentina republicana e com apoio desta trazer a República ao Brasil. E Barbacena em sua parte de combate assim referiu ao moral: "O Exército Republicano devastava o país (Rio Grande) o que excitava os queixumes e a murmuração da Província do Rio Grande contra o Exército do Sul. Estas murmurações não contaminaram o Exército enquanto não atingiu 7.000 homens. Mas, desde então, entrou uma espécie de frenesi geral por atacar o inimigo, tomando os soldados, contra a minha resistência, a medida de desertarem aos vinte por dia, dizendo que como general eu não queria atacar o inimigo e defender o Rio Grande. Sendo assim, eles iriam defender as suas casas e famílias... Julguei então acertado aproximar-se do inimigo, a fim de tirar partido de tanta valentia e boa vontade, antes que me deixassem reduzido às tropas de linha.

A covardia no combate não correspondeu à arrogância anterior. No meio de tantos crimes brilharam os regimentos de Lunarejos e a Brigada de Bento Gonçalves". Barbacena em sua Ordem do Dia sobre a batalha diz ter havido 1.900 deserções no início da luta. Por outro lado, Seweloh descreveu que na hora da batalha "deu trabalho conter o Exército do Sul, pois cada uma de suas unidades queria lançar-se isoladamente na batalha".

Exército Republicano: O moral do Exército Republicano era alimentado basicamente pelo ideal de independência com república do último país da América do Sul de língua espanhola, a ser libertado e, no caso, de um Império. Esta idéia força contava com a simpatia velada de lideranças rio-grandenses do Exército do Sul e o apoio de brasileiros incorporados no Exército Republicano.

Havia entre os chefes do Exército Republicano animosidades contra Alvear, polarizadas por Lavalleja, coronel Juan Gallo Lavalle, Brandsen Pacheco e outras de menor monta, tais como o coronel Mansilla e alguns chefes provenientes dos exércitos libertadores de San Martim e Bolívar. Estas animosidades estiveram exacerbadas em Bagé. Em 4 fev. 27, elas foram postas de lado. Em 19 Fev. 27 elas atingiram o ponto crítico, quando o coronel Lavalle propôs a destituição de Alvear do comando do Exército Republicano. Mas foram superadas na hora da batalha.

Comentário: O moral do Exército Republicano pode ser considerado bom. Tudo indicava que havia convicção da justeza da causa pela qual lutava — A independência com república de um Império, da última nação com língua espanhola na América do Sul.

O moral do Exército do Sul era afetado pela impopularidade da causa no Brasil, dúvidas na justiça da mesma e influência dos ideais republicanos, difundidos entre as lideranças militares rio-grandenses pela maçonaria vermelha. Bento Gonçalves da Silva era dessa linha, bem como muitos rio-grandenses que 9 anos após liderariam a Revolução Farroupilha. Mas Bento Gonçalves soube colocar o problema abaixo de seu sentimento de brasilidade.

Isto explica, antes da Revolução Farroupilha, o vai-e-vem do Conde Titio Lívio Zambecari entre Buenos Aires e Porto Alegre.

Alvear trouxe em seu Exército uma unidade simbólica constituída por bra-

sileiros, embalados do desejo de libertar o Brasil da Monarquia.

Para alguns, entre apoiar o Brasil monárquico era preferível apoiar a idéia republicana cristalizada pela Argentina. E, com o apoio desta, estender a República a todo o Brasil.

O desastrado acampamento de Rosado, em Santana, afetou o moral das tropas brasileiras que lá estacionaram, bem como as murmurações gerais contra a liderança de Barbacena, impopularizado no Rio Grande, por motivos já descritos.

Interpretação com apoio em: FRAGOSO. A Batalha, p. 323 e 407. CIDADE, Lutas no Sul. p. 288 e O Soldado de 1727. WIEDERSPHAN, A Campanha de Ituzaingó. p. 134, 139, 147, 152, 163, 165 e 239. e a Guerra Cisplatina (inédito). DIAS, Acevedo, A Campanha. SEWELOH, Reminiscências. BARBACENA e BROWN, Partes de Combate, in: FRAGOSO, A Batalha, pp. 406-412. BROWN. Defesa e relatório in: RIGHRGS, 1926. p. 197-294 e TABORDA, A invasão argentina.

G — Cavalhadas

Exército do Sul: Segundo Seweloh, "Tendo o Exército do Sul mais de 4.000 homens de Cavalaria, foram cortadas as orelhas direitas de 30.000 cavalos, sem que por isso tivéssemos cavalos bons de montaria, nem por oito dias uma montaria suportável. Os cavalos são conduzidos na vanguarda, flanco guardas e retaguarda do Exército do Sul e, nesta, em maior quantidade. Eles não têm descanso nem espaço para encontrar alimentação suficiente. A grama por si só não ministra forças. Nenhum cavalo é tratado... Em poucos dias centenas deles ficam extenuados após percorrerem poucas léguas. E este mal progride de modo assustador. Acostumados a grama, os cavalos emagrecem sensivelmente... Passam-se dias sem que recebam água e, quando a encontram, só bebem impelidos pela violência das bordoadas. A guarda da cavalhada exige numeroso pessoal que não participa dos combates, por estranho ao serviço militar, mas tem de ser reforçados, porque o adversário ataca as cavalhadas, em razão de sua importância... Seweloh conclui dizendo que usando o método de substituições sucessivas de cavalos em marcha, "as cavalhadas do Rio Grande já teriam desaparecido, se desde o princípio tivessem manobrado naquela campanha exércitos do porte do Republicano e o do Sul".

A certa altura, à luz dessa realidade, escreveu sobre os cavalarianos da região e a Cavalaria resultante a base de cavalos chucros.

"Admito serem bravos, ágeis e adestrados os cavaleiros, mas ninguém chamará boa aquela Cavalaria que monta em animais chucros."

Barbacena ao assumir o Comando em Santana encontrou a pé as tropas ali acampadas.

Em 14 Jan. declarou em ofício: Dos 14.708 cavalos recebidos de Rosado, somente 18 encontravam-se em condições de serviço. Em 16 fev. no arroio Lexiguama, possuia 2.400 cavalos de reserva. Cinco dias após, no passo do Camaqua- chico, após admitir ter requisitado cavalos a "torto e a direito", declarou possuir uma reserva de 3.200 cavalos. Em carta de 2 de março 27 a Cunha Matos, Barbacena escreveu dizendo "que apesar dos maiores esforços e mesmo algumas violências não conseguiu juntar mais que 4.000 cavalos" e

acrescenta que no Rio Grande "tudo é às avessas". O general, em lugar de procurar lugar seguro para as suas tropas, é obrigado a procurar posição com pasto e água para os cavalos. O sistema de não se tratar os cavalos, obriga a ter, pelo menos três para cada soldado. Barbacena na 1ª parte de combate de Passo do Rosário reafirmou: "Um general no Rio Grande é obrigado a sacrificar tudo ao sustento dos cavalos e que o importante não era buscar lugar seguro para a tropa, mas pasto e água para os cavalos.

Em carta ao Ministro da Guerra Barbacena escreveu a certa altura: "A cavalaria do Rio (1.° RC) e a da Bahia, obrigam-me a distrair das tropas do Rio Grande, quem vá aprontar cavalos para elas e também para apanhá-los em marcha, quando fogem, após lançarem por terra os soldados".

A remonta, em grande parte era feita a base de cavalos baguais ou chucros. As tropas do Exército do Sul de Cavalaria, provenientes de locais fora do Rio Grande, não estavam habituados ao processo de doma.

A situação da cavalhada no Exército do Sul, no dia da batalha, não era das melhores.

Machado de Oliveira, declarou que o Marechal Abreu, momentos antes da batalha de Rosário, pediu cavalos de muda para o Marechal Barreto e não foi atendido. Em consequência, teve de lutar com sua cavalhada incapaz para uma ação mais séria, por fraca e desgastada. Os homens de Abreu ao operarem junção com o Exército do Sul, sete dias antes da batalha, segundo Seweloh, "encontravam-se bem montados e mal armados".

Durante uma semana de ação intensa na vanguarda do Exército, a cavalhada de Abreu enfraqueceu, sem possibilidade de ser substituída. Abreu enfrentaria o peso da Cavalaria de Alvear com civis mal montados e armados. Não poderia haver bom resultado. O segredo maior de Caxias na Revolução Farroupilha foi o de ter se apossado, gradativamente, das cavalhadas dos revolucionários. Seja fechando a fronteira e comprando cavalos disponíveis no outro lado, seja, por terminar de se apossar e controlar as remontas dos revolucionários no corte do rio Camaquã, principalmente. Ao assumir soube que o Exército estava a pé, em Passo do São Lourenço, no Jacuí e os revolucionários, com liberdade e mobilidade totais. Sua primeira manobra militar foi transportar de Rio Grande ao Passo São Lourenço enorme cavalhada.

Ao final da Revolução estava excelentemente montado e os revolucionários a pé.

Esta é a excelente lição que ele nos dá em suas Ordens do Dia e Ofícios, do período em que lutou contra a Revolução Farroupilha.

Exército Republicano: Em 25 mar. 27, em nota reservada, Alvear declarou que deixou o acampamento de Arroio Grande com apenas 3 cavalos por homem. Que estes cavalos logo se esgotaram nas preliminares da campanha. Acevedo Dias refere a 50.000 cavalos, o que daria para 16.000 homens. Em consequência, havia chegado a Bagé com um só cavalo de reserva, por homem,

e, assim mesmo, fracos e extenuados.

Segundo Tasso Fragoso, após Alvear certificar-se da junção de Barbacena e Brown no arroio Lexiguana, “moveu-se para o norte com a cavalhada em péssimo estado, buscando meios de a bem nutrir e remontar". No itinerário de marcha, Alvear conseguiu remontar satisfatoriamente a sua cavalhada, ao custo da Província do Rio Grande.

Segundo depoimento do general Osório a seu filho Fernando Osório, durante a invasão do Rio Grande foram arrebanhados "2.000.000 de reses e milhares de cavalos".

O coronel Baldrich atribuiu este arrebanha

mento a orientais que inundaram a Província do Rio Grande, à retaguarda do Exército Republicano, e transferiram para a Província Cisplatina "sobre duzentas mil cabeças de gado e imensas crias de éguas" a despeito de orientação contrária de Alvear de respeito a propriedade.

Comentário: Nos dois exércitos predominavam as tropas de Cavalaria sobre as de Infantaria e, acentuadamente no Republicano. A situação ideal da Cavalaria em cada exército, na base de 3 cavalos por homem, seria de 15.000 no Exército do Sul e de 18.000 no Republicano.

No Exército do Sul, sendo a reserva de 4.000 no dia da batalha, estima-se ter existido 1,8 cavalos por homem. No Exército Republicano, estima-se que a situação foi bem melhor, entre 2 a 3 cavalos por homem. De outra forma, lhe seria impossível sustentar o ritmo das cargas desferidas sobre os quadrados das divisões de Infantaria do Exército do Sul, por mais de 6 horas de duração da batalha. A situação no Exército do Sul neste ponto foi bastante inferior, ao ponto das tropas do marechal Abreu t erem de lutar com os mesmos cavalos que utilizavam desde a junção com o Exército do Sul.

Barbacena, ao operar em território pátrio, teve imensas dificuldades em remontar sua cavalhada. Ao assumir o comando em Santana, contava com somente 18 cavalos em condições. Alvear, ao contrário, teve melhores condições de proceder a remonta de seu Exército no Rio Grande, a concluir-se pela requisição feita pelo general Mansilla, em 15 mar. 1827, na estância do marechal Bento Correia da Câmara, no rio Santa Maria e consistente de:

"10.000 reses, 3.000 éguas de cria, cavalos, ovelhas e até cães da estância".

A portaria assinada por Mansilla justificava aquela medida pela necessidade de atender à subsistência do Exército Republicano e procurava fundamentar-se no seguinte:

1. Não encontrar-se o marechal Bento Correia da Câmara na estância, razão da mesma estar fora da garantia assegurada por Alvear.

2. Por ter o encarregado da estância afirmado que o marechal Bento não se encontrava em serviço ativo, tentando assim enganar a Alvear que não iria condenar um general que estivesse servindo a seu governo.

3. Que Alvear supondo ser o marechal Bento um bom servidor do Imperador, ficaria muito satisfeito, em poder dar ao menos esta prova de sacrifício.

4. Que Alvear supõe que o Imperador indenizaria o marechal Bento, em razão de sua obrigação sagrada de proteger seus domínios.

E finalizava dizendo que as explicações dadas por Alvear por este ato era por ter pretendido dar uma prova do grande respeito que tinha pelas propriedades.

Um fator negativo para o Exército do Sul, foi o fato da Cavalaria proveniente de fora do Rio Grande (19 RCC), Bahia e São Paulo, não estar habituada a operar com cavalos nas formas feitas no Rio Grande. O mesmo não aconteceu no Exército Republicano, superior em cavalhada no dia da Batalha.

Interpretação com apoio em: CIDADE. Lutas, p. 243-264. FRAGOSO, A Batalha, p. 383-387, 314, 406. WIEDERSPHAN, A Campanha, pp. 166 e 180. JUNIOR, Caminhos, pp. 56. SEWELOH, Reminiscências. p. 57 e DIAS, Azevedo, Campanha. . . p. 68-70.

H — Situação de Informações

Exército do Sul: Segundo Cidade, "nosso serviço de informações deixava muito a desejar, pois não era coordenado convenientemente. Não havia órgãos especializados para fixar as informações necessárias. Desempenhavam um papel notável, nesse setor, certos indivíduos em funções diplomáticas, bem como as colônias estrangeiras radicadas no país inimigo. Muitos chefes, mal avisados a tal respeito, detestavam a espionagem e não davam importância à contra-espionagem. Barbacena parece que pertencia a essa categoria". Assumia importância às informações fornecidas pela população local. Seweloh assim descreveu o trabalho de busca de informações realizado por guerrilhas, "corpo de gente do Rio Grande, pouco disciplinada e exercitada. Fazem sempre a vanguarda em nossos movimentos. Causa prazer observar como desempenham todas as obrigações dessa tarefa, com uma perícia como se tivessem aprendido nas melhores escolas européias. Eles saiam pelo flanco a reconhecer todo o terreno a frente. Após se reuniam em pontos que serviam de observatório e ali ficavam até que seu Corpo se aproximasse.

Combatem dispersos em atiradores de Cavalaria Ligeira. São tropas valentes que deveríamos louvar, se não toldassem o brilho de sua glória, muitas vezes, pela conduta indisciplinada e, principalmente, por uma grande sagacidade que não podem dominar".

O Exército do Sul apesar de lançar patrulhas em todas as direções, tinha imensa dificuldade em transpor as cortinas de contra-informações sobre o grosso do Exército Republicano, estabelecidas pela vanguarda, retaguarda e flancoguarda.

Até a junção de Barbacena com Brown, a busca de informações sobre o Exército Republicano, realizadas por patrulhas enviadas pelo marechal Barreto e pelo coronel Bento Gonçalves, foram eficientes. Embora não precisassem o valor do mesmo, desvendaram sua direção de marcha — Bagé. O valor aproximado só foi fornecido pelo general Callado, proveniente de Montevidéu e, no arroio Lexinguana.

A partir daí, o Exército Republicano adotou eficientes medidas de contra-

informações, inclusive fintas que iludiram por completo o Exército do Sul, sobre suas reais intenções. Julgando que o Exército Republicano fugia, não houve uma preocupação de parte de Barbacena de confirmar a impressão. Bento Manuel foi levado a crer que o Exército do Sul retirava-se pelo passo S. Simão e transmitiu esta falsa impressão ao Exército do Sul, sem conferi-la.

Deste modo, o Exército do Sul foi chocar-se com o Republicano próximo ao Passo do Rosário, julgando tratar-se de vanguarda que protegia a travessia do grosso naquele Passo. E Bento Manuel, que havia induzido o Exército do Sul a crer que o Republicano fugia pelo Passo S. Simão, manteve-se do outro lado do Ibicuí, sem a preocupação de manter o contato com o Exército Republicano. E o pior, privaria o Exército do Sul de seu concurso em Passo do Rosário.

Exército Republicano: De sua marcha de Arroio Grande até Bagé sofreu muito com a falta de informações sobre o Exército do Sul. Este, protegido por uma eficiente cortina de contra-informações, proporcionada pelas colunas de Barreto e Bento Gonçalves. Alvear adotou muitas atitudes em função de falsas impressões sobre o Exército do Sul que tinha uma noção mais precisa de seus movimentos e objetivos. A partir de Bagé, seu sistema de informações e contra-informações esteve mais eficiente. A retaguarda era protegida por Lavalleja. E o restante do grosso era acompanhado por um enxame de patrulhas, que além de colherem informações precisas sobre os movimentos do Exército do Sul, formavam um círculo de contra-informações impenetrável, no interior do qual desloca-se, à vontade, o grosso do Exército Republicano, guiado, inclusive, por vaqueanos brasileiros do Rio Grande, como, segundo Wiedersphan, “o maníaco e endiabrado major de Milícias Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcellos (1772-1833); o "Quebra".

Este rio-grandense de tendências republicanas, pan-americanistas e anti-mo nárquicas foi, desde 1803, nomeado coronel republicano e comandante do Regi-mento de Libertadores de Continente dei Rio Grande, unidade de existência precária, mas preciosa como fonte de informações de combate".

Comentário: Até a junção de Brown com Barbacena, as informações no Exército do Sul, dentro das peculiaridades da época, conseguiram definir as intenções do Exército Republicano e o objetivo que o mesmo procurava. Após, consequência da euforia resultante da falsa impressão de que o Exército Republicano fugia para além do rio Santa Maria, as informações foram relaxadas. Disto resultaria, em grande parte, a surpresa do Exército do Sul em 20 fev. 1824, ao encontrar todo o Exército Republicano em posição nas coxilhas adjacentes ao Passo do Rosário, quando o julgava, um dia antes, atravessando o Passo S. Simão e, na manhã de 20, atravessando desesperado o Passo do Rosário, sob a proteção de uma fraca vanguarda, nas colinas adjacentes ao mesmo passo.

O Exército Republicano através de medidas de contra-informações e infor-mações eficientes, conseguiu surpreender o do Sul, ao apresentar-se com toda a sua força face ao mesmo, com menos a Brigada Bento Manuel, na manhã de 20 de fevereiro em Passo do Rosário.

De tudo pode-se concluir, que apesar de operar em seu território, o sistema de informações e contra-informações do Exército do Sul mostrou-se bastante inferior ao do *Exército Republicano, particularmente de 5 a 20 de fevereiro de 1827, ao ser levado pela falsa impressão de que o Exército do Sul fugia desesperado.*

Interpretação com apoio em: CIDADE. Lutas, p. 282. FRAGOSO, A Batalha, p. 224, 235-238, 253, 256, 262. WIEDERSPHAN, A Campanha, p. 153, 173, 175, 178, 183 e SEWELOH, Reminiscências. p. 55.

I — Armamento e munição

Exército do Sul: O hábito da Cavalaria no Brasil usar armas de fogo ao invés de arma branca era criticado. Brown procurou em parte corrigir isto. A 2.ª Brigada de Cavalaria constituída do 4º RC de 1ª linha (Rio Grande) 4.° RC (Lunarejos—Santana) e Esq. de Lanceiros Alemães, usariam este processo de combater à espada, em Passo do Rosário.

A Infantaria estava equipada com carabina mod. 1822 e a Cavalaria com clavina mod. 1822, ambas a pederneira e de alcance em torno de 250 a 300 metros. Havia também pistolas do mesmo sistema.

A carabina possuia 18mm de calibre e 1,082 m de comprimento. Era de carregar pela boca. Seu acionamento era conseqüência do impacto do cão de sílex contra uma peça de ferro (caçoleta). Isto produzia faísca que incendiava a pólvora colocada numa concha exterior (fogão), cujo fogo produzido, comunicava-se por um orifício à câmara no cano, produzindo, então, a detonação. O carregamento consistia em retirar-se a parte superior do cartucho com os dentes e colocar-se um pouco da pólvora no fogão, e cobri-la com a caçoleta. A seguir, colocar o restante da pólvora no cano, comprimi-la com a bucha de papel, com auxílio da vareta, colocar a bala e, finalmente, mais outra bucha. Tudo isto demorava muito. O êxito do tiro estava muito ligado ’as condições de umidade atmosférica. Quando Barbacena assumiu o comando em Santana, dos 277.400 cartuchos existentes, grande parte se achava em mau estado. Sabe-se que uma das causas de Barbacena haver ordenado a retirada em Passo do Rosário foi devido à insuficiência de munições, após mais de 6 horas de combate intenso.

Exército Republicano: Infantaria estava equipada com bons fuzis. Não possuíam cartucheiras apropriadas e, sim, improvisadas que dificultavam a corrida e danificavam os cartuchos, além de não resguardarem as munições com eficiência, da água e do fogo. Não dispunha de pólvorins que aumentavam a rapidez dos fogos e proporcionavam melhor conservação para as munições durante o combate. A Cavalaria, ao que parece, estava equipada com bons fuzis com as mesmas limitações da Infantaria. Os 1,° Regimento de Cavalaria do coronel Brandsen e o 3.° do coronel José Maria Paz dispunham, além de lança e clavina como o restante da Cavalaria, de sabre largo e couraça. O pior armamento era o das milícias orientais.

Comentário: O armamento e munição de ambos os exércitos equivaliam-se

qualitativamente. O Exército Republicano registrava uma pequena vantagem, resultante do uso de couraças por dois de seus regimentos de linha, de assinalada atuação na batalha de Passo do Rosário, que além disto dispunham de clavinas e espadas.

Interpretação com apoio em: FRAGOSO, A Batalha, pp. 250, 251,319, 379, 283. WIERSPHAN. A Campanha, pp. 158 e 156.

J — Artilharia

Exército do Sul: A Artilharia, quando Barbacena assumiu o Comando, compunha-se de 12 bocas de fogo transportáveis, das quais 12 obuses com 45 tiros e 10 canhões com 557 tiros.

Exército Republicano: Dispunha de 16 peças de Artilharia superiores às do Exército do Sul, em alcance e outras condições balísticas.

Comentário: A superioridade quantitativa e qualitativa da artilharia do Exército Republicano sobre o do Sul foi flagrante. Durante a batalha travaria-se o seguinte diálogo, entre o recém chegado comandante da Artilharia do Exército do Sul e herói de lutas em Portugal e Barbacena, ao surpreender-lhe debaixo de um carro de munição, onde fora buscar proteção contra a Artilharia adversária:

— "Que quer V. Excia. que eu faça aqui?

— Que faça fogo, Diabo!

— O calibre do inimigo é muito maior que o nosso" respondeu o coronel.

Nesta batalha somente duas peças ao comando do tenente Mallet apoiavam a ofensiva e após defensiva do Exército do Sul. A do Exército Republicano, além de superior quantitativa e qualitativamente, era habilmente empregada pelo comandante que a treinava, ao contrário da do Exército do Sul, cujo comandante se incorporara há pouco no Exército, proveniente do Rio de Janeiro, com fama de herói em guerras na península ibérica.

A Artilharia do Exército Republicano, além de superior quantitativa e qualitativamente relativamente a do Exército do Sul era melhor adestrada e ocuparia melhor posição. A do Exército do Sul, por imposição do terreno, irá ser usada dispersa.

Interpretação com apoio em: FRAGOSO, A Batalha, pp. 319-320. WIEDERSPHAN. A Companhia, p. 167 e SEWELOH, Reminiscências. p. 65.

L — Engenharia

Exército do Sul: Não dispunha de tropas especializadas neste setor. As transposições de rios, como o Camaquã-Chico em jan. 27, foram realizadas com a improvisação de recursos locais — pelotas de couro. Para evitar-se obstáculos representados pelos rios, era costume marchar-se no dorso dos divisores d'água, vias de acesso sobre os quais desenvolviam-se direções estratégicas. O Exército do Sul venceu com galhardia o único obstáculo sério que teve de enfrentar — o Passo do Camaquã-Chico. Talvez, aí, tenha vivido o maior momento da campanha.

Exército Republicano: Não dispunha de tropas especializadas neste setor. Por falta de meios de transposição, não conseguiu realizar a travessia no dia 19 fev. 1827, do Passo do Rosário, por estar este cheio, além do normal.

Comentário: Nenhum dos exércitos possuia meios de Engenharia. O Exército do Sul soube vencer melhor o obstáculo que encontrou pela frente, em momentos críticos — o Camaquã-Chico. Ao contrário, o Exército Republicano teve que contramarchar de Passo do Rosário para local onde se travaria a batalha de mesmo nome, por não conseguir transferir todo o Exército para o outro lado, sob penas de ficar de um lado, com a Cavalaria e Artilharia e, de outro, com a Infantaria e Serviços.

Interpretação com apoio em: FRAGOSO, A Batalha. SEWELOH, Reminiscências. DIAS, Acevedo. A Campanha.

M — Alimentação

Exército do Sul: A base era a carne de gado vacum sob a forma de churrasco, muito abundante no Rio Grande e de fácil aquisição, além de alimento auto- transportável. Pois, era levada junto com os exércitos e obtida pelo simples abate do gado necessário. Complementava-a a erva mate e a cachaça, ou aguardente de cana. Desde 29 abr. 1823, o Exército havia estabelecido 4 rações distintas:

Primeiro tipo: Farinha de trigo 1/40 do alqueire (medida do Brasil)
carne fresca, 1/2 libra
sal, 1 onça *SUL*
lenha, 24 onças
Segundo tipo: farinha de trigo, 1/40 do alqueire
carne seca, 6 onças *NORDESTE*
lenha, 24 onças
Terceiro tipo: farinha de trigo 1/40 do alqueire
arroz, 1/4 de libra *SUDESTE*
banha ou toucinho, 1 onça
sal, 1 onça
Quarto tipo: farinha de trigo, 1/46 do alqueire (medida do Brasil)
feijão, 1/32 (alqueire — medida de Lisboa)
sal, 1 onça
lenha, 24 onças.

No Rio Grande, basicamente, devia ser o primeiro tipo. Mas a farinha esteve sempre ausente. Os oficiais para substituírem o pão usavam carne torrada ou fígado torrado e, o pão, em Santana, atingiu preços proibitivos.

A alimentação fora da tabela era adquirida dos vivandeiros, comerciantes que se deslocavam a retaguarda do Exército.

Exército Republicano: Era o mesmo sistema alimentar. Ou seja, a base do gado vacum que transportavam e encontradiço em abundância. Em Bagé, "no saque dos armazéns abundamente sortidos", o Exército Republicano se refez. Ao sair de Bagé alimentou-se de ovelhas, galinhas e toda a sorte de alimentos encontrados na região. Em São Gabriel conseguiu outros reforços de

alimentação nos armazéns locais.

Comentário: Não se pode dizer que nenhum dos Exércitos levasse desvantagem quanto a alimentação. As campanhas onde cruzaram eram pródigas em gado vacum. Se desvantagem houve, foi relativamente às tropas do Exército do Sul, alemães, pernambucanos, baianos, cariocas e paulistas que tiveram de aderir, por força das circunstâncias, ao que a região oferecia — churrasco. E nisto o Exército Republicano estava habituado. Ademais, em Bagé e São Gabriel, conseguiu suprir-se de gêneros essenciais.

Interpretação com apoio em: CIDADE, Lutas, pp. 283-284. TABORDA, A invasão, pp. 25-27.

N — Uniformes

Exército do Sul: O fardamento era feito nos arsenais do Rio e de Porto Alegre e distribuídos com atraso. Havia muita improvisação. Mistura de trajes civis, particularmente gaúchos, mais cômodos e apropriados. Segundo Seidler, tenente do 27.° BC de alemães, "os uniformes azuis que sua unidade recebeu no Rio, em menos de 4 semanas se tornaram cor de raposa, as costuras se desfaziam e os sapatos, com toda a boa vontade, não era mais possível usá-los. Nem D. Pedro I podia obviar esta desordem e roubalheira". Watsch Rodrigues estudou os uniformes dessa época e os reconstituiu na forma ideal, ou a planejada. A realidade era bem diversa.

Exército Republicano: Segundo Antonio Diaz, havia grande falta de fardamento. "O par de sapatos que a Infantaria havia recebido em Arroio Grande, havia se gastado após 8 dias de marcha. O restante da campanha foi realizado a pé.

Não havia um dia que não surgissem soldados "impossibilitados de marchar sob o efeito de espinhos e pedras agudas".

Comentário: Em ambos os exércitos, a situação foi ruim quanto a uniformes. Para o Republicano, longe de sua base de partida, parece ter sido pior.

Interpretação com apoio em: CIDADE, Lutas, p. 283. FRAGOSO, A Batalha, p. 251. DIAZ, Acevedo. A Campanha.

O — Equipamento de campanha

Exército do Sul: Não foi uma só vez que o Marechal Barreto disse publicamente aos coronéis Felipe Neri, comandante do 5.° RC (Rio Pardo) e Pereira Pinto, comandante do 4P RC (Rio Grande) durante a Campanha de Jaguarão, após Passo do Rosário, "sempre cá se fez a guerra sem cantis, barretinas e malas. Nada disso aqui serve, assim como a limpeza dos arreios, esporas, estribos e outras impertinências, senão para sobrecarregar e descontentar os soldados". O coronel Felipe Neri, com suas impertinências conseguiu excelente desempenho de sua tropa em Passo do Rosário. 0 equipamento devia incluir a barraca, mas ela raramente existiu no Exército do Sul. O que era muitas vezes assim chamado, eram ramadas ou ranchos de

capim. Se uma força devia passar algum tempo em algum lugar, surgiam verdadeiras aldeias de ranchos de palha, que abrigavam a tropa do sol, da chuva e do frio.

Exército Republicano: O coronel Paz referiu que outra falta de grande consideração para a Infantaria "era a de cantis (caramanolas) para água, equipamento de todo importante para um Exército operando numa região deserta e de clima quente no verão".

Comentário: As deficiências se equivaliam nos dois exércitos, mas eram consideradas normais.

Interpretação com apoio em: CIDADE, Lutas, p. 284. FRAGOSO, A Batalha, p. 251 e WIEDERSPHAN, A Campanha, p. 166.

P — Transportes (Vide em conclusão do Estudo)

CONCLUSÕES FINAIS

A. Quanto ao Terreno:

A posição ocupada pelo Exército Republicano era contínua. Possuia no centro um contraforte da coxilha do Olho D'Água, dominando com vistas e fogos o centro da posição do Exército do Sul, formado por uma depressão que dissociava no centro referida posição.

Era imprópria para ser ocupada por nossa Artilharia e Infantaria, por pobre em campos de Observação e Tiro. Por outro lado, a posição do Exército Republicano era superior taticamente nos seguintes aspectos:

1) Em Cobertas e Abrigos - razões:

— Existência na contra-encosta do saliente da cota 133 de depressão junto a frente, coberta e abrigada que seria usada para as montagens de ataques e contra-ataques de flanco, a base de Cavalaria.

— Vale da Sanga do Branquilho, coberto das vistas do Exército do Sul e próximo da linha de frente.

2) Em Observação e Campos de Tiros — razões:

— Maiores altitudes de sua posição, relativamente às do Exército do Sul.

— Existência de saliente no centro da posição (cota 133), dominando depressão central dissociadora da do Exército do Sul.

— Dominância de vistas e fogos da cota 144, sobre os caminhos que demandavam o Passo do Rosário e que nela uniam-se.

3) Em Acidentes Capitais — razões:

— Por serem em maior número e de menor grau de acessibilidade para o Exército do Sul, a base de Infantaria.

4) Em Vias de Acesso — razões:

— Por possuir duas vias de acesso paralelas (Via 1 e Via 2), ideais para o máximo rendimento de sua superioridade em Cavalaria. Uma incidia sobre o flanco esquerdo da posição do Exército do Sul e a outra no centro desta, onde era dissociada pela depressão. Estas duas vias de acesso eram curtas, bem orientadas, possibilitavam impulsão as cargas de Cavalaria, sem interferirem no apoio de fogos de Artilharia. Foram usadas efetivamente na batalha.

— A melhor via de acesso para o Exército do Sul, a base de Infantaria, apesar de longa e mal orientada, era a Via-4 (Norte) desde que combinada com um ataque de fixação, através da Via-3. A utilizada efetivamente foi a Via-2, dominada por toda a posição adversária, atacando de cima para baixo e flanqueada, pelo norte, pela Artilharia, colocada maciçamente no saliente da cota 133 e, por ataques de Cavalaria partidos da depressão na contra-encosta desta cota.

Acreditamos que se o Exército do Sul tivesse ocupado a posição entre as cotas 129 e 152, ao norte da estrada para Cacequi, teria minimizado as vantagens táticas conferidas pelo terreno ao Exército Republicano e tirado, inicialmente numa defensiva e, após, numa ofensiva, as vantagens que referida posição oferecia a sua superioridade em Infantaria.

Mas como o dispositivo inicial foi tomado na presunção de combater-se com uma pequena vanguarda, num ataque em larga frente, não houve tempo para a tomada do dispositivo ideal. Acreditamos, por outro lado, que ao Exército do Sul constatar que todo o Exército Republicano se encontrava em posição a sua frente, tivesse retraído e adotado atitude defensiva em sua posição inicial, melhores seriam os resultados obtidos. Particularmente, se articulasse a Brigada Bento Gonçalves na sua posição planejada anteriormente, ou seja na esquerda do Exército e, os 560 civis do Marechal Abreu à direita, ocupando o vácuo deixado pela Brigada Bento Manuel.

B. Quanto às condições meteorológicas:

Sobre a posição do Exército do Sul soprava o vento, ora da direção norte, ora noroeste. Em conseqüência ele atuaria na batalha como valioso general do Exército Republicano. Durante a batalha cavalarianos do Exército do Sul atearam fogo na frente, flancos e retaguarda da posição na cota 135, defendida pela 2ª Divisão de Infantaria do General Caliado. Este fogo teve papel decisivo na retirada, à procura de melhores posições do Exército do Sul, por envolver a referida divisão e os trens do Exército a sua retaguarda e ameaçar a 1 ê Divisão de Infantaria do General Barreto. Sobre o incêndio referiu Barbacena "sendo o lugar falto de água e estando os pastos ardendo em chamas, o Exército fez sua retirada na direção que prometia maiores vantagens para ulteriores movimentos, por inútil continuar um combate que nenhuma probabilidade oferecia de bom resultado". O general Callado, o maior atingido pelo incêndio dos pastos, assim

referiu ao mesmo:

"Principio a minha retirada, a exemplo da 2ª Divisão, levando a minha Infantaria em quadrado. . . sustentando contínuo fogo contra meus perseguidores que haviam incendiado o pasto, sendo todo o nosso campo um vulcão que éramos obrigados a trilhar. .

Segundo o coronel argentino Antônio Diaz: "O fogo posto às ervas, macegas e pastos secos, estimulado pelo vento norte dominante e aumentado pelos incêndios provocados por nossas tropas à retaguarda do inimigo durante a batalha e, após ela, na frente e flancos dos quadrados em retirada, havia se estendido por aqueles campos desertos, abarcando imensa extensão". E prossegue em outro ponto: "No meio daquele mar de chamas que por todas as partes formava o horizonte, viu-se, às 20:00 horas, num pequeno recanto de campo não queimado, vários feridos brasileiros abandonados em marcha. Moviam-se penosamente de um lado para outro, procurando, em vão livrarem-se do suplício lento com o qual o fogo os ameaçava. Naquelas circunstâncias não podíamos socorrê-los, pois as chamas que os rodeavam formavam uma barreira impenetrável".

Sobre o material deixado pelo Exército do Sul no campo de batalha Antônio Paz menciona:

"No dia 21 foi impossível recolher do campo de batalha armamentos e mais materiais deixados pelo Exército do Sul, em razão do incêndio haver devorado tudo o que era combustível na posição que ocupara durante a batalha do dia anterior, enquanto que a ocupada pelo Exército Republicano só o foi na sua frente, a altura do centro".

A violência do fogo foi tanta junto a posição brasileira que segundo observou Antônio Diaz, em 21 de fevereiro, no leito da Sanga do Barro Negro, não atingida pelas chamas, foram encontrados em considerável número cadáveres de bravos dos 2 exércitos feridos na batalha que ali procuraram refúgio das chamas e vieram a morrer. Acreditamos que muitos morreram por asfixia.

Ferido por um golpe de lança, foi atingido pelo incêndio e após resgatado com grandes queimaduras, sob o efeito das quais morrería 10 anos após, o Alferes Friedrich Wilhelm, Conde Von Hoonholtz, pai de herói de nossa Marinha — o Barão de Tefé.

Como acabamos de provar, o vento soprando em direção adversa ao Exército do Sul, em 20 fev. 1827, combinado com o incêndio ateado no campo de batalha, teve influência marcante. Pois, foi um dos fatores decisivos para Barbacena ordenar sua retirada do campo de batalha para evitar ser destruído pelos grandes generais, Vento e Fogo do Exército Republicano. Referidas influências não têm sido analisadas em profundidade e consideradas. O fogo ateado a retaguarda do Exército do Sul, iria favorecer a sua retirada, seja pelo obstáculo que ofereceu à perseguição, seja pela cortina de fumaça que o protegeu das vistas do adversário.

Interpretação sobre os efeitos dos ventos norte e noroeste e fogos com apoio em: BAR-

BACENA e CALLADO. Partes de Combate in: FRAGOSO. A Batalha, pp. 292-295-405- 412 e 418. CIDADE. Lutas, p. 278. DIAZ, Azevedo. Campana, pp. 89-90-94-96-99 e BENTO. Estrangeiros, p. 60.

C. Quanto a Missão

A do Exército Republicano era a mais realista. Ou seja:

Na impossibilidade da travessia do Passo do Rosário de todo o Exército e após, de oferecer combate a Barbacena na várzea contígua ao Passo, por imprópria para sua Cavalaria, decidiu, como única alternativa, contramarchar e tomar posição na coxilha do Olho de Água, reconhecida na noite anterior, e ali oferecer batalha a Barbacena, caso este se apresentasse com esta disposição.

A missão do Exército do Sul era irreal, por calcada em falsas informações e crenças de que o Exército Republicano fugia em vergonhosa e precipitada fuga. Ou seja:

Atacar em dispositivo linear, em toda a frente, sem reserva e sem o concurso da Brigada Bento Manuel, a pequena retaguarda que na Coxilha do Olho de Água, cobria travessia, em curso do Exército Republicano, no Passo do Rosário. Resultaria disso o Exército do Sul, após desfechado um ataque em toda a frente, constatar que todo o Exército Republicano o aguardava na Coxilha do Olho de Água com dois corpos do Exército em 19 Escalão e outro em 29 ou reserva e com toda a sua artilharia postada ao centro, em excelente posição.

Acreditamos, se o general Alvear tivesse desejado combater desde o princípio na coxilha do Olho de Água, a teria ocupado, parcialmente, desde a noite de 1º fevereiro e evitado marchar até o Passo do Rosário e, após contramarchar para a referida coxilha.

D — Quanto à Situação dos dois Exércitos:

— O Exército Republicano possuia cerca de 300 combatentes a mais que o do Sul e no dia da batalha cerca de 1.400, considerada a ausência da Brigada de Cavalaria Ligeira do Cel. Bento Manuel Ribeiro. Sua Cavalaria apresentava uma superioridade numérica de cerca de 540, sobre o do Sul e, qualitativa, representada por 9 regimentos de 1ª linha contra 5. A diferença de efetivos de Cavalaria, no dia da Batalha, com a ausência da Brigada Bento Manuel, elevou-se para cerca de 1.600 homens, ou uma superioridade de cerca de 28,5%. Esta característica era importante para uma batalha travada em local plano.

O Exército do Sul era superior quantitativamente em Infantaria, em torno de 500 homens ou, cerca de 20% sobre o Republicano. Esta vantagem era importante para uma batalha travada em terreno com características de serra. O Exército Republicano possuia 200 artilheiros e 4 peças a mais que o do Sul.

— Alvear possuia mais experiência e conhecimentos em Arte e Ciência Militar do que Barbacena, inclusive experiência de guerra que o último não possuia.

As demais lideranças do Exército Republicano estavam melhor preparadas e integradas como o seu Exército.

Possuíam mais experiência com o tipo de batalha clássica, adquirida nas campanhas dos Andes e do Peru e na própria Europa com Napoleão, na parte

referente a alguns líderes militares franceses, a serviço do Exército Republicano.

— No Exército Republicano a maioria dos soldados foi recrutada no ambiente fisiográfico onde se travaria a batalha. Ao contrário do Exército do Sul, no qual, a totalidade de sua Infantaria provinha do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Eram estranhos à área o 19 Regimento de Cavalaria-Rio, o 39 Regimento de Cavalaria-SP e dois esquadrões, um do Rio e outro da Bahia.

A artilharia em sua totalidade provinha do Rio de Janeiro e parte da Ilha de Santa Catarina onde guarneciam seus velhos fortes. A maior parte dessas tropas não possuia experiência em lutas externas.

— Quanto 'a instrução, Alvear dispôs de 6 meses antes da batalha para ministrá-la. Barbacena dispôs somente de 40 dias desde que assumiu o comando, ocasião em que encontrou em Santana, o Exército nas piores condições. Somente 15 dias antes da batalha foi que dispôs de todo ele reunido. Neste item residiu um ponto forte do Exército Republicano e uma grande deficiência do Sul.

— Havia maior rigidez disciplinar no Exército Republicano. Nele os crimes de deserção eram punidos com fuzilamento ou degola, após julgamento sumário e verbal em campanha.

No Exército Sul, a punição do desertor exigia processo formal e se fazia na forma de 60 chibatadas e 160 para os reincidentes.

O processo do desertor era um incentivo à deserção, pois, por tão numerosos, era impossível processar todos.

— O moral do Exército Republicano era bom. Tudo indica que havia convicção na justiça da causa pela qual lutavam. A independência, com República do último povo com língua espanhola da América do Sul. O moral do Exército do Sul não era bom em conjunto, pelas seguintes razões:

— Sacrifícios e privações passadas na desastrada concentração do Exército em Santana, fruto de desinteligências entre o Presidente da Província e o Governador das Armas.

— Impopularidade da luta no Brasil. Falta de apoio popular dos rio-grandenses até que o invasor penetrasse em seu território.

— Rivalidades entre oficiais brasileiros e portugueses incorporados ao Exército após a Independência.

— Idéias republicanas difundidas, a partir de Buenos Aires, entre lideranças militares milicianas do Rio Grande, pela maçonaria vermelha.

— Disputas entre a Assembléia e o Imperador, para o controle e emprego das tropas.

Murmurações, no seio das milícias e rio-grandenses, contra Barbacena, tornando-o injustamente impopular.

Durante a batalha as tropas de 1ª linha se comportaram com grande bravura, registrando-se deserções entre as tropas milicianas, como o 249 RC de Milícias das Missões, responsável pelo recorde em baixas fatais verificadas no 19 Regimento de Cavalaria, atual Dragões da Independência de Brasília, então ao comando do bravo coronel João Egídio Calmon. O 249 RC das Missões,

posteriormente, nos Sete Povos, aderiu à efêmera República lá proclamada, por ocasião da invasão de Rivera.

— No dia da batalha o Exército Republicano dispôs de cerca de 2 a 3 cavalos por homem, enquanto no do Sul esta proporção girou em torno de 1,8 cavalos por homem.

Para o exército invasor foi mais fácil a requisição de cavalos em nosso território do que para o do Sul.

Alvear, ao iniciar sua marcha desde o Arroio Grande dispôs de cerca de 50.000 cavalos. Barbacena, ao contrário, ao assumir o comando em Santana declarou haver recebido cerca de 15.000 cavalos, dos quais somente 18 em condições de serviço.

O marechal Abreu com seus 560 civis mal montados, em razão de seus cavalos terem se extenuado numa semana de ação intensa na vanguarda e não ter sido possível a substituição dos mesmos no dia da batalha, teve seu triste fim frente a avalanche de cavalarianos da Lavalleja, em razão da sua cavalhada não ter forças nem para escapar do golpe desferido.

— O Sistema de Informações do Exército do Sul, até a junção com Brown nas serras do Camacuã, mostrou-se mais eficiente que o do Republicano. Conseguiu definir as intenções e objetivos deste. A isto se deve o magnífico trabalho de cobertura realizado pela 2ª Brigada Ligeira do Coronel Bento Gonçalves da Silva, fato reconhecido por Barbacena. Após, conseqüência da euforia resultante da falsa impressão, não confirmada, de que o Exército Republicano fugia vergonhosa e precipitadamente para além do Santa Maria, á procura de informações sobre o mesmo foram relaxadas. Aqui residiu a maior vulnerabilidade do Exército do Sul e o fator responsável pela surpresa do dia 20 fev. 1827, ao defrontar-se, nas coxilhas adjacentes ao Passo do Rosário, com menos uma de suas importantes peças de manobra, com todo o Exército Republicano esperando-o para a batalha. Isto, quando julgava o Exército Republicano, com base em informações fornecidas pela 1ª Brigada de Cavalaria Ligeira ao comando do coronel Bento Manuel Ribeiro, na vanguarda:

1º — Em 19 fev., atravessando o passo S. Simão, a jusante do passo do Rosário.

2º — Em 20 fev., pouco antes da batalha, atravessando precipitadamente o Passo do Rosário, sob a proteção de uma pequena cobertura na coxilha do Olho de Água.

O Exército Republicano, ao contrário, a partir de São Gabriel, protegido pela cortina proporcionada pela retaguarda ao comando de Lavalleja, por um enxame de patrulhas em torno do grosso e por uma flancoguarda ao comando de Mansilla, conseguiu mascarar seus movimentos e objetivos, iludir o coronel Bento Manuel Ribeiro de seus objetivos reais e manter-se informado de todos os movimentos do Exército do Sul, em seu encalço.

Esta, lamentavelmente é a realidade dos fatos. Que dela se retire preciosa lição.

— Quanto ao armamento e munições equivaliam-se quantitativa e qualitativamente nos dois exércitos. O Republicano possuia uma ligeira vantagem no sentido de possuir dois regimentos de Cavalaria de 1ª linha, dispondo de couraças e armados de clavinas e espadas.

— A superioridade quantitativa e qualitativa em Artilharia do Exército Republicano foi flagrante no dia da batalha. Além disso, era melhor adestrada e ocupou posição ideal oferecida pelo terreno.

A do Exército do Sul, recebeu seu comandante poucos dias antes e o terreno foi-lhe adverso, impedindo-a de ser usada concentrada. Distinguiu-se sobremaneira na batalha, no comando de duas peças, o então tenente Emílio Luiz Mallet, grande herói de nossas lutas no Sul e atual Patrono da Artilharia do Exército.

— Quanto ao apoio de Engenharia, este era improvisado. 0 Exército do Sul revelou maior capacidade de transpor cursos d'água com meios improvisados, cabos guia e pelotas de couro cru.

Venceu com galhardia o rio Camacuã-Chico e interpôs este aos dois exércitos. Assegurou condições para a junção de Barbacena com Brown nas serras do Camacuã, a salvo de interferência do Exército Republicano.

Já, o Exército Republicano, ao defrontar-se com o Santa Maria, não teve condições de transpor sua Infantaria e Trens. Este fato o obrigou a contramarchar e oferecer batalha em condições não ideais, surpreendendo, desse modo, o Exército do Sul.

Quanto a Alimentação, Uniformes e Equipamentos os dois exércitos não apresentavam diferenças notáveis. Quanto a transportes, o Exército Republicano possuia muitos carros apropriados, ao contrário do Exército do Sul que dispunha de carretas civis, com eixos de madeira e muito lentas, com reflexos negativos na mobilidade do Exército.

ENSINAMENTOS

O Estudo da Batalha do Passo do Rosário deverá levar em conta todos os elementos adversos resultantes do presente estudo dos fatores da decisão.

Veremos, que apesar de tudo, a maior parte de nossas tropas e chefes comportaram-se com honra, bravura e grande valor, durante 6 longas horas de combate. conforme testemunham as partes de combate e o elevado número de baixas em ambos os exércitos.

E como fato novo, a determinar a retirada do Exército do Sul do campo de batalha, registre-se o efeito do incêndio no mesmo, avivado por ventos adversos. Incêndio que após 6 horas do início da retirada envolveu quase toda a posição que ocupara anteriormente.

O Exército do Sul que lutou em Passo do Rosário foi o resultado de uma improvisação para uma emergência. Constituiu-se numa mistura de tropas de linha, milicianas, estrangeiras contratadas e de civis. O Exército Brasileiro participou com 56% do Efetivo.

Esta improvisação era o resultado a atitudes hostis e antimilitaristas de lideranças de segmentos influentes da Sociedade Brasileira, logo após a Independência, adeptos da "política de erradicação" do Exército e da Marinha, partindo das seguintes premissas:

"Forças Armadas numerosas e permanentes são uma ameaça:

— À liberdade

— À democracia

— À prosperidade econômica

— À paz."

No esforço de constitucionalizar-se a monarquia em 1823, três anos antes de Passo do Rosário, projeto neste sentido procurava reduzir o Exército à posição mais insignificante, confiná-lo nas fronteiras e litoral, para segurança externa, afastá-lo dos centros de decisões políticas e descentralizar o seu controle entre a Assembléia Legislativa e os Presidentes de Província. Os últimos por possuírem capacidade presumida, auxiliados por milícias encarregadas da segurança interna, de neutralizar qualquer ação do Exército, em caso grave de conflitos entre poderes, de tentar recompor, no Executivo ou no Imperador, a Unidade Nacional ameaçada. (Nota 1)

A abdicação de D. Pedro I forneceu os argumentos para aquelas mesmas lideranças, 4 anos após Passo do Rosário, para erradicar o Exército, sob a acusação de indisciplina que elas próprias fomentaram e criar uma Guarda Nacional mais forte que o Exército e, servil a interesses menores de grupos, se comparados com o interesse nacional.

Para os adeptos influentes da erradicação do Exército no 1º Império, significava desarmar o Poder Central ou o Imperador, para que não viesse a usar a força contra movimentos de autonomia regional e tentativas de subverter o regime monárquico.

O ciclo revolucionário 1831-1841 em que a Unidade Nacional foi seriamente ameaçada, é uma conseqüência da malfadada política de erradicação do Exército, que assumindo formas claras ou sutis, perdurou por mais de um século.

Daí podemos tirar o seguinte ensinamento da História, como mestra das mestras: A expressão Militar do Poder Nacional não pode ser improvisada. Ela exige um esforço de toda a nação no sentido de bem organizá-la, equipá-la, motivá-la e adestrá-la. Enfim uma Doutrina Militar dinâmica que assegure o seu eficiente emprego e, sobretudo, resultados positivos.

O saldo de evolução do desempenho de nosso Exército em Canudos e o seu desempenho na Itália demonstra, por si só, o valor de uma Doutrina Militar e o esforço meritório de todos que participaram da Reforma Militar no Brasil que promoveu essa notável evolução do Exército Brasileiro.

Barbacena ao acreditar que Alvear fugia em vergonhosa e precipitada fuga contrariou o seguinte princípio das Informações Militares:

Resistir a ser influenciado por um clima de opinião generalizada sobre as

intenções do inimigo.

Em data mais recente a inobservância do mesmo foi responsável por grandes surpresas militares da História. Exemplos:

Ataque japonês a Pearl Harbour, Intervenção da China na Coréia — 1951 e a contra-ofensiva nazista pelas Ardenas quase ao final da II Guerra.

Nota 1. Com apoio em: COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Forense, 1976.

Convenções

BI — Batalhão de Infantaria (equivalente na época, aos Batalhões de Caçadores). BIBLIEX — Biblioteca do Exército.
C Doc Ex — Centro de Documentação do Exército.
DEC — Departamento de Engenharia e Comunicações.
DI — Divisão de Infantaria.
DN — Revista Defesa Nacional.
EME — Estado-Maior do Exército.
E.Pr.A — Fonte Primária Argentina.
E.Pr.B - Fonte Primária Brasileira
HEB — História do Exército Brasileiro.
I H G B — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
Imp.Mil. — Imprensa Militar.
SGeEx — Secretaria Geral do Exército — Rio de Janeiro—RJ.
RC — Regimento de Cavalaria.
RIHGB — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
RIHGMB — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Militar Brasileiro.
RIHGRGS — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Em princípio serão obedecidos quanto às abreviaturas, símbolos militares e convenções cartográficas o previsto no MANUAL DE CAMPANHA C-21-30. Abreviaturas, Símbolos e Convenções Cartográficas. Rio, Ministério do Exército, 1963. 3ª edição.

MARCHAS ESTRATÉGICAS DOS EXÉRCITOS PARA A BATALHA DE PASSO DO ROSÁRIO (20 FEV. 1827)

Cláudio Moreira Bento

Ten Cel Eng QEMA integrando atualmente o Estado-Maior do // Exército. Possui o curso A da Escola Nacional de Informações e o de Pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras, pelo EME.
É autor de 8 livros e plaquetas sobre História Militar, e de artigos sobre o mesmo assunto em diversas publicações culturais.

Membro da Comissão de História do Exército Brasileiro (1971/74, da Academia Brasileira de História, do Instituto de História e Geografia

Militar do Brasil, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e da Comissão de Planejamento e Construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes (1970/71).

Introdução

Em 20 de fevereiro de 1977 transcorreu o sesquicentenário da Batalha do 4 Passo do Rosário, pelos efetivos em presença, a maior batalha campal travada no Brasil.

No n° 672 desta revista, estudamos a situação no dia da batalha, à luz dos fatores da decisão Missão, Terreno, Inimigo e Meios, do Exército Republicano ao comando do Brigadeiro-General Carlos Maria Alvear e do Exército do Sul ao comando do Marquês de Barbacena.

O presente artigo, complementar do anterior, estuda, dia a dia, as marchas estratégicas dos dois exércitos, desde 26 de dezembro de 1826 até 20 de fevereiro de 1827 — o dia da batalha, tudo à luz de mapa anexo especialmente elaborado para este fim.

Enfatiza o grande momento da marcha estratégica do Exército do Sul, quando o grosso consegue transferir-se da bacia do Uruguai para a bacia da Lagoa dos Patos, transpor o correntoso rio Camaquã-Chico, tomar posição nas serras do Camaquã, favorável a sua superioridade em Infantaria, operar junção em lugar seguro com as demais peças de manobras que passaram a integrá-lo, interpor-se entre o Exército Republicano e as direções estratégicas que demandavam Porto Alegre e Rio Grande, frustrando, assim, o plano do Exército Republicano de isolar o grosso do Exército do Sul em Santana de suas bases de apoio errj.Rio Pardo, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. Foi um grande momento de nossa História Militar.

Além de oferecermos subsídios históricos para que deles se tirem os ensinamentos doutrinários militares que sugerem ao leitor interessado, o autor pretende homenagear, no ano do sesquicentenário do Passo do Rosário, *a* memória do soldado brasileiro que participou da marcha e da batalha, cumprindo com valor, bravura e patriotismo seu dever militar, a despeito das condições bastantes adversas que enfrentou e superou com galhardia, revividas em artigo anterior.

Situação Geral

Com o desembarque na praia de Agraciada no Uruguai, em 19 de abril de 1825, quatro meses após a Batalha de Ayacucho, de 33 orientais, provenientes de Buenos Aires, liderados pelo Coronel Lavalleja, teve início o movimento de independência da última nação de origem espanhola da América do Sul.

Em pouco tempo *a* revolta, com grande respaldo popular e substancial apoio de Buenos Aires, atingiu os muros de Montevidéu.

Em 25 de agosto de 1825, em Flórida, uma assembléia de orientais (uruguaios) declarou a independência da Província Cisplatina e sua confederação às Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina).

No Rio Grande, elevado a Província em 25 de maio de 1825, seu

Governador, o Visconde de São Leopoldo, procurou tomar providências militares em auxílio do Governador Lecor da Cisplatina, para dominar-se a revolta dos orientais auxiliados pelos argentinos. A esquadra brasileira foi mandada em auxílio de Lecor.

O Marechal Abreu, Barão do Cerro Largo, Comandante das Armas da Província do Rio Grande, procurou mobilizar recursos militares disponíveis que logo entraram em ação.

Os orientais submeteram as praças de Montevidéu, Colônia e Mercedes a rigoroso cerco. Mas, elas resistiram as investidas.

Em 4 de setembro de 1825. o Coronel Bento Manoel Ribeiro bateu os orientais em Áquila. Em 23 e 24 os orientais bateram contingentes enviados pelo Marechal Abreu em Rincón de Las Galinhas. Em 12 de outubro de 1825, Bento Manoel Ribeiro foi batido no combate de Sarandi, travado junto a um dos afluentes do rio Yi.

Como decorrência de Sarandi, os orientais ficaram com o pleno domínio da campanha do Uruguai.

O General Lecor ficou reduzido a posse de Montevidéu, Colônia e Santa Tereza. O Marechal Abreu, com os reduzidos elementos que dispunha, estabeleceu um cordão defensivo na fronteira do Rio Grande com a Província Cisplatina, após retornar ao Rio Grande.

Neste contexto, adverso para o Brasil, em 25 de outubro de 1825, o Congresso de Buenos Aires proclamou a Província Cisplatina reintegrada as Províncias Unidas do Rio da Prata. Em consequência, o Império do Brasil declarou guerra às Províncias Unidas do Prata em 10 de dezembro de 1825.

O Tenente-General Lecor e o Marechal Abreu foram demitidos como responsáveis pelos sucessos militares dos orientais.

Abreu foi substituído, em fevereiro de 1826 pelo Brigadeiro Francisco de Paula Massena Rosado. Ao passar o comando declarou com orgulho que enquanto fora o Comandante das Armas da Província do Rio Grande de São Pedro, não cedera ao inimigo um só centímetro de seu território. E de fato isto aconteceu.

Abreu, ou o "Anjo da Vitória", tornara-se legendário por suas brilhantes vitórias obtidas contra Artigas no período 1816-1821, como tenente-coronel. Tático e líder de combate incomparável na guerra de guerrilhas, não foi o homem ideal para conduzir, 4 anos após, como Marechal e Comandante de Armas do Rio Grande, a batalha no campo estratégico. A esta situação fora guindado após a Independência, em razão do retorno à Portugal de oficiais capacitados para o planejamento e condução da batalha estratégica.

O Império do Brasil decretou o bloqueio naval do estuário do Rio da Prata, anunciado em 31 de dezembro de 1825. Durante o ano de 1826 e início do de 1827, enquanto se processava a concentração na Província do Rio Grande, do Exército do Sul e, na Província Cisplatina, do Exército Republicano das Províncias Unidas (a partir de fevereiro de 1826), nossa Marinha travou com a das Províncias Unidas uma série de batalhas e combates: CORALES (9 de fevereiro de 1826), COLÔNIA (25 fevereiro — 13 maio), MONTEVIDÉU (11 de abril de 1826), LARA-QUILMES (29 e 30 de

julho de 1 826), BANCO SANTANA (8 de fevereiro de 1 827), JUNCAL (7 de fevereiro de 1827) etc., que terminaram por neutralizar o potencial naval do adversário, suprir e apoiar as praças de Montevidéu e Colônia e, dificultar o livre apoio logístico de Buenos Aires à Alvear.

Ao final do ano de 1826, as Províncias Unidas do Rio da Prata mantinham concentrado em Durazno, na atual República do Uruguai, o Exército Republicano, ao comando do General argentino CARLOS MARIA ALVEAR, constituído de orientais e argentinos.

O Império do Brasil mantinha suas melhores tropas do sul concentradas em Montevidéu e Colônia.

Em Santana do Livramento atual, na coxilha de Santana, Massena Rosado determinou a concentração de todo o Exército do Sul no que ele denominou Acampamento Real da Carolina, de triste memória para todos quantos dele participaram Em Jaguarão estacionou, ao comando do Coronel Bento Gonçalves, a ala esquerda deste Exército, após recusar participar da concentração em Santana.

Em 12 de setembro de 1826, o Tenente-General Felisberto Caldeira Brant Pontes, Marquês de Barbacena, foi nomeado substituto de Massena Rosado no comando do Exército do Sul, na Província do Rio Grande de São Pedro, em razão do infeliz comando exercido por Massena Rosado e divergências deste com o Presidente do Rio Grande.

Em 9 de dezembro de 1826, chegou em Porto Alegre, o Imperador D. Pedro I. Vinha para acelerar os trabalhos e iniciar a ofensiva na guerra Cisplatina 1825-28, em curso.

O Imperador trouxe em sua comitiva reforços militares e o Marechal-de-Campo Henrique Brown, contratado em 12 de março de 1826 para lutar no Sul.

Marchas Estratégicas até a Batalha de Passo do Rosário ou Ituizangó

Marchas estratégicas dos Exércitos — Republicano, do General Alvear, e o do Sul, do Marquês de Barbacena — durante 55 dias, de 26 de dezembro de 1826 até 20 de fevereiro de 1827, dia da Batalha do Passo do Rosário ou de Ituizangó. (Acompanhar os movimentos dos dois exércitos através do esboço a seguir.)

DATA	EXÉRCITO REPUBLICANO (ALVEAR)	EXÉRCITO DO SUL (BARBACENA)
26 Dez 1826	Início da marcha estratégica do Exército Republicano, ao comando de Alvear, na direção de BAGÉ, a partir do acampamento em ARROIO GRANDE.	O Exército do Sul, ao comando de Massena Rosado, permanece no ACAMPAMENTO REAL DA CAROLINA em SANTANA, há um ano.
29 Dez	O Exército Republicano transpôs o rio Yi, em DURAZNO.	O Marquês de Barbacena aproxima-se de SANTANA para assumir o Exército do Sul.

1° Jan 1827	O Exército Republicano encontra-se acampado às margens do arroio das CONCHAS, Alvear assumira o comando do Exército em DURAZNO, exatamente 4 meses antes, em 1º Set 1826. Tempo precioso para organizá-lo, equipá-lo, instruí-lo e planejar seu judicioso emprego. Completava assim, trabalho re-lativamente ao Exército Republicano, que iniciara como Ministro da Guerra.	Barbacena assumiu o comando do Exército do Sul em SANTANA. 0 encontrou "nu, descalço, sem munição de guerra e boca, sem remédios, sem cavalos e reduzido há um ano a mais humilhante defensiva", segundo escreveu a D. Pedro I. Barbacena substituiu Massena Rosado que por sua vez substituíra o Marechal Abreu em 1º Dez 1825.
02 Jan	O Exército Republicano continuou acampado junto ao arroio das CONCHAS.	Barbacena deu início a cuidadosa inspeção. Sua presença levantou os ânimos do Exército do Sul. Pouco a pouco, foi adotando providências enérgicas para devolver ao Exército a operacionalidade perdida e, parti-cularmente, sua mobilidade.

03 Jan	Do arroio das CONCHAS, Alvear destacou o corpo de Lavalleja para fazer a cobertura do flanco esquerdo do Exército e colher informações sobre o Exército do Sul.	Barbacena prossegue no trabalho de recuperar a operacionalidade do Exército do Sul.
05 Jan	O Exército Republicano atravessou o rio NEGRO e acampou do outro lado. Lavalleja despachou elementos na direção de	Barbacena continuou no seu trabalho, desconhecendo a marcha do Exército Republicano sobre BAGÉ.
09 Jan	Elementos avançados do Corpo de Lavalleja atravessaram o TAQUAREMBÓ.	Os elementos do Exército do Sul que cobriam o acampamento de SANTANA, ao Sul, não possuem informações sobre o inimigo.
11 Jan	Ao anoitecer, Lavalleja atingiu as margens do arroio JAGUARI. A vanguarda de Lavalleja, ao comando de Servando Gomez, atuou junto às avançadas do Exército do Sul e fez 26 prisioneiros. Deles obteve informações sobre a situação em	Barbacena reuniu Conselho de Guerra que decidiu a mudança de acampamento de SANTANA, para a região de BAGÉ, com apoio em informe de que o Exército Republicano marchava sobre SANTANA, colhido com a ação de Servando Gomez.
13 Jan	O Exército Republicano acampou ao norte de TAQUAREMBÓ em local onde, neste dia, lavrou violento incêndio no campo, dominado com grande esforço. Ao incêndio seguiu-se, à noite, violento temporal.	O Exército do Sul iniciou seu deslocamento. Foi acampar nas pontas do CUNHAPERU, aonde foi reunir-se à noite BARBACENA, que estivera bastante doente, segundo Seweloh, seu ajudante em assuntos de Engenharia.
14 Jan	Lavalleja rearticulou seu dispositivo na confluência do CUNHAPERU com o TAQUAREMBÓ. Aí fez um prisioneiro brasileiro, integrante de um grupo de reconhecimento despachado de SANTANA. Os demais conseguiram fugir levando preciosas informações para o Marquês de Barbacena em seu acampamento. Lavalleja sabia que o Exército do Sul marchava, mas não sabia se sobre ele ou sobre BAGÉ. Dúvida!	O Exército permaneceu no CUNHAPERU onde juntou-se a ele a Brigada de Bento Manoel. Face as informações colhidas por seus elementos de reconhecimento, Barbacena lançou, à noite desse dia, como flanco- guarda, coluna ao comando do Brigadeiro Barreto, nucleada pela brigada Bento Manoel. Presume-se que daí Barbacena enviou ordem a Brown em PELOTAS e Bento Gonçalves em JAGUARÃO e Abreu em marcha para RIO PARDO, para unirem-se ao Exército, na região de BAGÉ.
16-17 Jan	O Exercito Republicano ao alvorecer de 17, percorreu 60 km de deserto, sob o calor sufocante e sem encontrar uma gota d água. Foi acampar na margem direita do rio NEGRO. A cavalhada deu sinais de grande fadiga. Em 16, Lavalleja foi informado que coluna do Exército do Sul marchava a seu encontro. Atravessou então o JAGUARI, onde recebeu ordens de Alvear para prosseguir.	Em 16 o Exército do Sul permaneceu nas margens do CUNHAPERU. Em 17 marchou, até as cabeceiras do IBICUI-MIRIM onde acampou. Barbacena, a partir daí, decidiu acelerar sua marcha. Para aliviar mais a coluna, determinou que o material dispensável ao Exército fosse levado para SÃO GABRIEL, bem como os doentes. Em 17, o Marechal Brown recebeu, em PELOTAS, ordem de BARBACENA para operar, junção como Exército do Sul, na região de BAGÉ.

20 Jan	O Exército Republicano atravessou o rio NEGRO no passo do MAZANGANO. Objetivo, parafraseando o General Alvear, "não perder a vantagem de manobrar pelo flanco esquerdo do Exército do Sul e levando sempre adiante seu projeto de interceptar a comunicação do Exército do Sul com a vila de RIO GRANDE e ocupar a vila de BAGÉ". Até aí eram imprecisas as informações que Alvear dispunha sobre os movimentos	O Exército do Sul acampou junto a LAGOA FORMOSA. Brown já marchava, por terra, na direção de CANDIOTA, com a maior parte de sua coluna. Por água, desde PELOTAS, e até a confluência do rio JAGUARÃO com o JAGUARÂO-CHICO, enviou, ao comando do Major Manoel Soares de Jesus, o destacamento de tropas alemãs, constituído pelo 27° Batalhão de Caçadores e Esquadrão de Lanceiros Alemães. Até aí eram imprecisas as informações que Barbacena dispunha sobre os movimentos de Alvear.
21 Jan	O General Alvear informou a seus comandantes de divisão que Bento Gonçalves vinha contra o Exército Republicano, razão pela qual iria acampar na planície. A partir desse dia, o Exército Republicano ficou separado pelo rio NEGRO, de sua Vanguarda e, com o flanco direito não apoiado.	O Exército do Sul marchou e foi acampar no arroio PONCHE VERDE. Bento Gonçalves aproximou-se do flanco direito do Exército Republicano e mandou informar Barbacena dessa circunstância. A cobertura de Brown vinha sendo realizada pelo alferes José Teodoro da Silva (Juca Teodoro).
22 Jan	O Exército Republicano marchou neste dia. A certa altura de sua marcha, foi dado o alarma ao avistar-se elementos de reconhecimento de Bento Gonçalves.	O Exército do Sul atravessou o SANTA MARIA no passo D. PEDRITO, onde acampou. Barbacena informou que os flancos do Exército Republicano estavam sob observação das colunas de Bento Manoel e Bento Gonçalves.
23 Jan	Alvear anunciou que o Exército do Sul, ao comando de Barbacena, marchava contra seu Exército. Neste dia Lavalleja penetrou em BAGÉ com um grupo de 100 homens. Ali permaneceu 3 horas. Estrondos, ouvidos ao longe, causaram alarma no Exército Republicano. Uns imaginaram tratar-se de descargas de canhões e de mosquetes sobre Lavalleja. Outros imaginaram tratar-se de trovões ao longe. A última hipótese veio a confirmar- se, ao desabar violento temporal sobre o Exército Republicano, em marcha. Nesse dia Alvear deplorou ter de subordinar as operações ao estado dos cavalos. Declarou a certa altura: 'Se o Exército do Sul viesse a seu encalço através do rio NEGRO, marcharia na direção do JAGUARÃO, para em seguida contra-marchar e travar combate nas campinas onde se encontrava então."	O Exército do Sul ainda permaneceu no passo D. PEDRITO. Daí Barbacena escreveu ao Ministro da Guerra: "Alvear, com seu Exército reunido, vem entrando por BAGÉ. Não sei seu efetivo. Sem dúvida, sua intenção é colocar seu Exército entre mim em SANTANA e Bento Gonçalves em JAGUARÃO (CERRITO), para batermos por partes. Sem dúvida teria conseguido se eu tivesse demorado um instante em ordenar a imediata junção, ou embaraçar-me com as dificuldades, de toda a ordem que enfrentei, logo ao assumir o comando em SANTANA, falta de cavalos, cartuchos podres e falta de imediata solução" (parafrase). As colunas de Barreto e Bento Gonçalves operaram junção em SANTA TECLA. Assim asseguram uma boa cobertura ao Centro do Exército do Sul, além de ficarem em condições de se reunirem a ele anulando neste dia a manobra de Alvear de colocar-se entre Barbacena e Beato Gonçalves e batê-los por partes.

24 Jan	Lavalleja penetrou em BAGÉ neste dia. Após foi encontrar-se com Alvear, para conferência, no passo do VALENTE. Estes dois chefes há 21 dias haviam se separado. Suas tropas continuavam separadas.	O Exército do Sul atingiu o TAQUAREM BÓ-CHICO. Barbacena determinou que Barreto se reunisse a ele naquele local e dia. Determinou que a brigada de Bento Gonçalves cobrisse o Exército, em SANTA TECLA, face a BAGÉ.
25 Jan	O Exército Republicano reuniu-se todo junto ao passo do VALENTE, a vista de BAGÉ.	Choveu toda a noite de 24/25 sobre o Exército do Sul, impedindo-o de atravessar nesse dia o TAQUAREMBÓ-CHICO, por ter ficado a nado.
	OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Das 22,00 horas de 26 às 05,00 de 30 de Jan 1827 desabou sobre a região onde operavam os exércitos do Sul e o Republicano violento temporal, caracterizado por trovões, raios, fortes ventos e chuvas torrenciais que se prolongaram por cerca de 80 horas. O Exército Republicano, em razão dela, ficou ilhado em BAGÉ onde pernoitou cinco noites. O Exército do Sul foi colhido pelo temporal em seu acampamento na GUARDA VELHA do TAQUAREMBÓ GRANDE, antiga guarda fundada pelos espanhóis após 1777 e de onde foram desalojados na Guerra de 1801. Ao término da chuva, o Exército do Sul já havia realizado a maior parte de sua difícil travessia do rio CAMAQUÃ-CHICO. O período de 26 de janeiro de 1826 a 2 de fevereiro de 1827 foi de grande significação no contexto da marcha estratégica de cada exército. Recordemos, dia a dia, como foram usados pelos dois exércitos.	
26 Jan	Ao amanhecer teve início a ocupação de BAGÉ pelo Exército Republicano que se prolongaria por cerca de 116 horas, até as 10,00 horas de 31. "A vila foi alvo de saque e vítima de cenas de desordem, desolação e vandalismo. A soldadesca se entregou ao saque e ao roubo na vila, abundantemente sortida. A embriaguez, a violação do lar doméstico, traziam aterrorizadas as débeis mulheres e as indefesas crianças, únicos habitantes encontrados." (IRIARTE. Memórias.) Ao anoitecer desabou violento temporal sobre BAGÉ. "Ele durou toda a noite, redobrando, de tempo em tempo, sua violência com inaudito furor." (BRANDSEN. Escritos.) Caiu um raio que incendiou 2 ou 3 edifícios. "O furacão arrancou as estacas da barraca e nos tapou, estragando toda a nossa janta. Toda a noite choveu como um dilúvio e a passamos no barro." (DEL PINO. Diário de La Guerra.)	O Exército do Sul após esperar um dia que o TAQUAREMBÓ-CHICO baixasse seu nível, realizou a transposição do mesmo neste dia. "Marchou até a GUARDA VELHA DO TAQUAREMBÓ onde acampou em condições de muita segurança, em posição dominante e excelente para a Artilharia e Infantaria." À noite, o Exército do Sul foi colhido de modo mais brando pelo temporal que atingira violentamente o Exército Republicano em BAGÉ. Bento Gonçalves foi atingido, em SANTA TECLA, pelo violento temporal caído à noite.

27 Jan	Ao amanhecer, BAGÉ era só desolação, em conseqüência do temporal e do início dos saques que continuaram por toda o dia. Os arroios em torno de BAGÉ estavam a nado e o Exército Republicano ilhado. Servando Gomez entrou na vila com alguns prisioneiros brasileiros. A chegada de um esquadrão do Exército Republicano, em BAGÉ, provocou alarma com clarins e um tiro de canhão, ao ser confundido com tropas do Exército do Sul marchando sobre BAGÉ. "Alvear mandou publicar ordem proibindo, sob pena de morte, o roubo e o saque. Em conseqüência foram fuzilados 2 homens. Apesar disso o saque continuou" (DEL PINO).	O Exército do Sul, em razão das fortes chuvas caídas na noite anterior e durante todo este dia, permaneceu inativo na GUAR DA VELHA DO TAQUAREMBÓ. Bento Gonçalves, em SANTA TECLA, realizava a cobertura do Exército do Sul e vigiava o Exército Republicano em BAGÉ.
28 Jan	O Exército Republicano permaneceu em BAGÉ, sob chuva. Segundo BRANSEN e DEL PINO realizou-se, sob a supervisão do General Mansilla, a partilha da cachaça, açúcar, café etc... apreendidos na tomada de BAGÉ. DEL PINO era ajudante e secretário de Alvear. O Exército Republicano, em BAGÉ, se refez em suprimentos valiosos e conseguiu fazer a remonta de sua cavalhada.	Sob a cobertura da brigada Bento Gonçalves, em SANTA TECLA, o Exército do Sul marchou todo o dia sob forte chuva, até as nascentes do CAMAQUÃ-CHICO. Transportou-se neste dia da bacia do URUGUAI para a bacia da LAGOA DOS PATOS. Por outro lado, já barrava as direções BAGÉ—RIO PARDO e BAGÉ—PORTO ALEGRE e a BAGÉ—PELOTAS—RIO GRANDE com Brown.
29 Jan	Sob a orientação do General Mansilla, Chefe do Estado-Maior do Exército Republicano, prosseguiu a distribuição das mercadorias apreendidas em BAGÉ pelos diversos corpos. O tempo chuvoso continuou. Lavalleja partiu na direção das pontas do CAMAQUÃ. Em SANTA TECLA entrou em choque com BENTO GONÇALVES que passou a retardá-lo.	O Exército do Sul, sob forte chuva e sob a cobertura de Bento Gonçalves, atingiu o passo do CAMAQUÃ-CHICO, encontrando-o cheio e torrentoso. Ainda neste dia o Exército do Sul construiu no local diversos botes de couro, mais conhecidos como pelotas, para serem usados como meios descontínuos na travessia do rio. Bento Gonçalves passou a escaramuçar e retardar a coluna de Lavalleja.
30 Jan	A chuva amainou. O Exército Republicano recebeu ordem de ficar pronto para romper marcha. Através de 7 prisioneiros brasileiros, Alvear conheceu a disposição de Barbacena de aguardá-lo na serra e assim se expressou no Boletim n° 3 desse dia. Barbacena "após andar em marchas e contramarchas, por direções falsas, em busca do Exército da República, encontra-se hoje, por fim, a 8 léguas de distância (cerca de 52 km). A habilidade das manobras do Exército Republicano o honra tanto, quanto desfavorece militarmente as do General Barbacena"	Teve início a travessia do Exército do Sul para o outro lado do CAMAQUÃ-CHICO e que duraria 36 horas. A Artilharia e suas carretas e mais as de munições e alimentos, foram transpostas nos botes de couro (pelotas). A Cavalaria transpôs a nado. Os soldados da Infantaria, nus e com a água pelo peito, atravessaram o rio levando o uniforme, armamento, munição e equipamento sob macas improvisadas, que eram transportadas por duplas. Bento Gonçalves, na cobertura da travessia, escaramuçou e retardou a coluna de Lavalleja. Não perdeu um só homem e impôs baixas ao adversário.

31 Jan	O Exército Republicano deixou BAGÉ às 10,00 horas, após cerca de 116 horas de ali permanecer inativo. Sua marcha pouco rendeu em razão da cavalhada estar cansada e estropiada. A tropa praticou algumas depredações sobre a propriedade de um brasileiro, terminando, a residência daquele e o curral, transformando-se em lenha, segundo DEL PINO. O Exército deixou SANTA TECLA a esquerda. Para explicar a inação de Alvear em BAGÉ, surgiu a versão não comprovada, e propagada pelo Coronel Angel Pacheco, de Alvear haver se apaixonado por urna bagense, em cuja casa se hospedara. Lavalleja enfrentou, até a noite, a Retaguarda do Exército do Sul.	A transposição continuou. Face a pressão de Lavalleja, Barbacena ordenou que Barreto reforçasse Bento Gonçalves. Lavalleja foi mantido a 3 km do local de travessia. O tiroteio com Lavalleja cessou à noite quando o Exército do Sul havia completado a transposição e tomado posição, em local seguro e incapaz de ser envolvido, cuja única via de acesso era o passo do CAMAQUÃ-CHICO que vencera com decisão e galhardia.
1 Fev	O Exército Republicano marchou cerca de 26 a 30 km até as pontas do CAMAQUÃ- CHICO. Alvear supôs que o Exército do Sul se dirigia para passo dos ENFORCADOS ou S. SIMÃO. À noite foi colhido por forte temporal. Aí Alvear reconheceu não mais poder impedir a junção de Barbacena e Brown.	Barreto repassou o CAMAQUÃ-CHICO. O Exército do Sul marchou e ocupou no arroio das TRAÍRAS, "posição que era uma perfeita fortaleza, com acessos extremamente difíceis, nos quais se podem opor mil obstáculos a um inimigo que avance". (SEWELOH. Reminiscências.) Junta-se ao Exército, o Brigadeiro Crisóstomo Calado, vindo de Montevidéu.
2 Fev	Sob chuva, o Exército Republicano não marchou. Sua vanguarda internou-se um pouco nas serras do CAMAQUÃ, à procura do Exército do Sul. Face a situação crítica vivida pelo Exército Republicano, os principais opositores de Alvear, como Lavalleja, Brandsen e Ângelo Pacheco decidiram apoiá-lo. Sentiram que o Exército Republicano, onde predominava a Cavalaria, não podia buscar Barbacena em posição nas serras do CAMAQUÃ.	O Exército do Sul marchou e tomou posição na margem direita do arroio das PALMAS, entre o curral da estância de Severino Brasil e a venda de Mattheus Ruivo, em região de serras. Às 11,00 horas, Barbacena destacou a Brigada de Bento Manoel para "hostilizar, observar e informar sobre os movimentos do Exército Republicano, mas ficar em condições de reunir-se ao Exército do Sul no local e hora indicados".

3 Fev	Alvear voltou a entender-se com Brandsen, Lavalleja e com Pacheco. O último o acusara de haver ficado inativo em BAGÉ por causa de uma "nina bonita". Às 11,00 horas, o Exército Republicano reiniciou a marcha, seguindo o Exército do Sul. Acampou ainda nas pontas do CAMAQUÃ GRANDE. Brandsen escreveu sobre o Exército do Sul "Ele logrou seu objetivo. Está em comunicação direta e perfeitamente livre com seus elementos marchando a seu encontro do Rio Grande e Porto Alegre".	O Exército do Sul permaneceu no mesmo local. Seweloh, ajudante engenheiro de Barbacena, reconheceu os passos dos ENFORCADOS ou S. SIMÃO e o do CAÇÃO, todos no CAMAQUÃ GRANDE. No passo dos ENFORCADOS deparou grande quantidade de famílias brasileiras foragidas e agrupadas em torno da venda do SIMÃO (margem direita). Concluiu que o Exército teria grande dificuldade em atravessar o CAMAQUÃ naqueles locais, por estarem a nado. E que o passo do CAÇÃO era o melhor, desde que o caminho do acampamento até ele fosse melhorado, o que era difícil.
4 Fev	Alvear reuniu Conselho de Guerra que firmou a seguinte resolução "Os generais abaixo assinados reunidos em Junta de Guerra pelo Sr General em Chefe, declaram, após ouvir sua exposição: Que as marchas e manobras executadas pelo exército foram as mais hábeis e acertadas e merecem a aprovação dos que abaixo firmam; Que a demora do Exército em BAGÉ foi indispensável e necessária, pois não poderia ter-se movido em vista do estado intransitável dos caminhos e quebradas, em consequência das chuvas; Que em vista da posição escabrosa ocupada na serra pelo Exército do Sul, são de opinião que este não seja atacado e se manobre para tomar as pontas do SANTA MARIA". Assinam: Mansilla, Lavalleja, Soler e Laguna. Brandsen perguntou se estava perdida a esperança de impedir-se a junção de Brown e Barbacena e recebeu resposta positiva. Segundo Alvear, "a ocupação de parte do Brasil, a tomada de recursos e de cavalhadas do mesmo, obrigaria o Exército do Sul, seja pelo clamor público, seja pela confiança em si, após a junção de Brown, a sair de suas posições e apresentar-se em local em que o Exército Republicano poderá tirar o máximo rendimento de sua maior força, a Cavalaria".	O Exército do Sul marchou na direção das nascentes do LEXIGUANA a procura de lenha e água. A junção de Brown era esperada a qualquer instante, e com eles os seguintes elementos: 4º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha de RIO GRANDE; 5º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha de RIO PARDO; 6º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha de MONTEVIDÉU com poucos homens ao qual se juntou a Companhia Provisória de substitutos pretos e mulatos de RIO GRANDE; Esquadrão de Lanceiros Alemães (80 homens); 27° Batalhão de Caçadores Alemães (800 homens); 18° Batalhão de Caçadores de Pernambuco que viera de Montevidéu. Toda a tropa de Brown havia parado para alguns treinamentos em Pelotas. Merece destaque, não só a cobertura de flanco exercida por Bento Gonçalves sobre Brown, como a que realizou sobre o Exército do Sul, durante 9 dias de 23 Jan a 1º Fev, ao interpor-se entre este e o Exército Republicano e ao retardar, de 29 Jan a 1º Fev a Vanguarda deste ao comando de Lavalleja.

4 Fev	O Exército Republicano tendo como Retaguarda Lavalleja, marchou até as cabeceiras do TAQUAREMBÓ. Na tarde desse dia, deixou BAGÉ pequena coluna adversária, constituída de 30 homens. Ela trazia, desde MALDONADO, correspondência para o Exército de Alvear e alguns lanceiros alemães a serviço desse exército. Até esta data, pelo que se conclui, a população masculina de BAGÉ ainda não havia retornado à vila que continuava sob controle do Exército Republicano.	Brown operou junção com Barbacena no acampamento arroio LEXIGUANA. O fato mereceu de Seweloh este comentário: "Esta junção deve ser considerada obra-prima de estratégia. Em 5 Jan, o Exército Republicano se interpunha entre Barbacena e Brown, com enorme superioridade numérica. Estavam eles separados por 80 léguas. A posição central do Exército Republicano ameaçava todas as comunicações entre Barbacena e Brown e o de cada um deles com as cidades da Província de SÃO PEDRO". A cobertura de Brown foi realizada inicialmente por Bento Gonçalves e após pelo alferes José Teodoro de Silva que neste dia, à noite, penetrou em BAGÉ, onde soube que coluna de 30 adversários deixara o local, à tarde, na direção do Exército Republicano.
6 Fev	O Exército Republicano atravessou o TAQUAREMBÓ. Lavalleja avançou pelo JAGUARI e foi informado que o Exército Republicano marchava para SÃO GABRIEL.	Desde o dia anterior, Brown assumira as funções de Chefe de Estado-Maior do Exército do Sul. Juca Teodoro destruiu a coluna que deixara BAGÉ. Fez 18 prisioneiros e matou 11 (SILVA. *A vida*)

7 Fev	Ao meio-dia o Exército Republicano bivacou junto ao passo REAL do JAGUARI. Deste ponto Alvear lançou a Brigada Zufriategui, forte 1.250 homens, para ocupar SÃO GABRIEL, de surpresa.	O Exército do Sul permaneceu no acampamento do arroio LEXIGUANA. À noite realizou-se experiência com 3 foguetes *à* Congreve. Ela resultou num acidente que custou a vida do Tenente Siegener, pois os três foguetes estouraram muito perto do tenente que fazia a demonstração. A Brigada Bento Manoel se encontrava próximo ao JAGUARI.
8 Fev	Marchou pela margem esquerda do arroio JAGUARI. Atravessou-o e acampou nas faldas do cerro BATOVI, local onde funcionou uma guarda portuguesa que deu origem a um povoado que, transferido, deu origem a SÃO GABRIEL. "A partir deste instante, o Exército Republicano passou a marchar sob a cobertura de destacamentos de segurança lançados em todas as direções. A marcha do Exército do Sul passou a ser envolvida por um enxame de bombeiros, ativos espias gauchescos, encarregados de observar seus possíveis movimentos e intenções" (paráfrase WIEDERSPHAN. *A Campanha,* p. 189).	O Exército ainda continuou no arroio LEXIGUANA. O tenente SIEGENER foi evacuado à noite para a vila de CAÇAPAVA, onde faleceu e foi sepultado dias após. O incidente foi assistido pelo general Brown, parente do mais tarde Erich von Brown, especialista em foguetes espaciais.

9 Fev	A Brigada Zufriategui ocupou SÃO GABRIEL. Neste dia houve alarma infundado no acampamento do Exército Republicano, do que resultou em preparativos para um combate. O suposto inimigo era Lavalleja que vinha reunir-se ao grosso. Caiu em mâos de Zufriategui, em SÃO GABRIEL, ”6 carretas com armamento, munições, petrechos, fardamentos e bagagem de oficiais brasileiros que Barbacena havia mandado de SANTANA, para acelerar sua marcha até a juncão com Brown”.	O Exército do Sul, ao entardecer, ficou em condições de marchar ao primeiro sinal. Seweloh exaltou "a habilidade revelada em' todas as marchas pelas guerrilhas, tropa constituída de gente da Província do Rio Grande ou São Pedro, pouco disciplinada e exercitada. Fazem sempre a vanguarda e causa prazer observar como desempenham as obrigações e funções dessa tarefa, com uma perícia como se tivessem aprendido nas melhores escolas da
10 Fev	Alvear penetrou em SÃO GABRIEL para reconhecimento. "Local fundado em 1813 pelo Tenente General João de Deus Mena Barreto. Continha na época 51 casas, das quais 25 de pedra, muito boas e algumas assombradas e 22 cobertas de palha. Sua ruas possuíam 18 palmos. Situava-se a vila sobre uma colina que oferecia condições para a defesa de um Exército em todas as direções” SEWELOH. *Reminiscências.* As condições defensivas oferecidas por SÃO GABRIEL não foram exploradas nem por Alvear nem por Barbacena. Para o General Tasso Fragoso deveria ter sido o local de concentração do Exército do Sul, desde o início, ao invés de SANTANA.	O Exército do Sul contramarchou e foi acampar junto ao passo do CAMAQUÃ-CHICO. Barbacena escreveu a Bento Manoel dizendo: "Estar convencido que o Exército Republicano se retira, procurando primeiro roubar SÃO GABRIEL e SANTANA e mais o que encontra no caminho. Amanhã procurarei as pontas de SANTA MARIA e dirigirei os movimentos do Exército do Sul, segundo as informações que receber de V. S. e da Brigada Bento Gonçalves que segue a Retaguarda do Exército Republicano" (paráfrase — AN DRÉA. *Resposta,* p. 452).

11 Fev	O Exército Republicano ultrapassou SÃO GABRIEL e prosseguiu sua marcha para o norte, coberto pela Retaguarda ao comando de Lavalleja.	O Exército do Sul permaneceu junto ao CAMAQUÃ-CHICO. O mapa da força registrou 6.610 h. em seu efetivo. Bento Manoel foi reforçado com 500 homens.
12 Fev	Alvear atingiu o VACACAI. Destacamento de Lavalleja ao comando do Major Alejandro Danei "assaltou depósito de bagagens de três batalhões brasileiros onde foram encontradas 4 bandeiras imperiais, 2 do 3º BC, 1 do 18° BC e 1 do 3º RC. Elas viriam constituir os Falsos Troféus de Ituizangó" WIE- DERSPHAN. *A Campanha,* p. 152.	O Exército do Sul transpôs o CAMAQUÃ-CHICO. Barbacena escreveu para Bento Manoel dizendo-lhe se encontrar muito longe (65 a 80 km) do Exército do Sul e que assim teria dificuldade de se reunir a este, se atacado. Determinou que Bento Manoel não se afastasse além de 52 a 60 km. E finalmente, que não sabia a intenção de Alvear.

13 Fev	O Exército Republicano transpôs o VACACAI-GRANDE. Aí teve lugar escaramuça entre uma coluna ao comando do Tenente Marcelino Ferreira do Amaral e um destacamento do Exército Republicano. O Tenente JUCA DEODORO conseguiu recuperar muito gado e cavalhada arrebanhados pelo Exército Republicano. Alvear organizou nesse dia coluna ao comando do General Mansilla para atuar contra Bento Manoel que fustigava seu flanco.	O Marechal Abreu operou junção com o Exército do Sul nas pontas do JAGUARI. Trazia 230 civis, que reunidos com outros chegados nos últimos dias, mal armados, mas muito bem montados, atingiu o número de 560 que foram divididos em 11 companhias. Desertor, de nacionalidade francesa, prestou as seguintes informações sobre o Exército Republicano: "Efetivo 12.000. Cavalhada, em mau estado. Grande número de deserções." A Brigada de Bento Manoel foi suprida com cartuchos.
14 Fev	Lavalleja penetrara em SÃO GABRIEL, no dia anterior. Ali permaneceu todo este dia, fazendo a Retaguarda. O Exército Republicano, após marchar toda a noite de 13/14, foi acampar junto ao arroio JACARÉ, às 08,00 horas. Ali permaneceu durante todo o dia.	O Exército do Sul marchou todo o dia. Foi acampar comodamente nas pontas do VACACAI. A coluna do General Mansilla, composta de cerca de 2.000 homens, saiu ao encontro da Brigada Bento Manoel.
15 Fev	Lavalleja permaneceu cobrindo a Reta-guarda do Exército Republicano em SÃO GABRIEL. Mansilla entrou em contato com a Brigada Bento Manoel e a recalcou para o Norte, obrigando-a a atravessar o rio IBICUI, no passo do UMBU. A cobertura da transposição foi feita a duras penas por 3 esquadrões do heróico 22° RC de 2ª Linha de RIO PARDO. O combate que teve lugar entre a retaguarda de Bento Manoel e a vanguarda de Mansilla, passou à história como combate do UMBU ou OMBU. As perdas para ambos os lados se equilibraram. Cerca de 10 mortos e 12 feridos. As conseqüências estratégicas do mesmo, foram de graves repercussões para o Exército do Sul, como se verá. Bento Manoel, recalcado para o outro lado do IBICUI, não acompanhou Mansilla. Este rompeu o contato e marchou à noite na direção do passo do CACEQUI, em cuja direção Alvear marchava também	Bento Manoel escreveu a Barbacena so-bre a situação na sua zona de ação. Afirmou que o Exército Republicano iria atravessar o rio SANTA MARIA no passo S. SIMÃ0. Acrescentou que estimava que o Exército Republicano atingiría o passo S. SIMÃO daí a 2 dias, ou a 1 7 Fev. Disse que prosseguiria para cortar Alvear e chegar a tempo de tomar parte junto com Barbacena de uma grande batalha, de destruição do Exército Republicano, a oeste de Alegrete, a partir de 23 Fev. Esta falsa compreensão leva a graves repercussões. Barbacena permaneceu no acampamento anterior. Foi dada organiza-ção ao Corpo de paisanos do Marechal Abreu que recebeu visita de Barbacena. Sob a direção de Brown realizaram-se exercícios militares, sem grandes resultados.
16 Fev	Alvear e Mansilla operaram junção no passo das MOÇAS VELHAS, do arroio CACEQUI, ao final da tarde. Lavalleja ocupou SÃO GABRIEL até o início da tarde, quando marchou na direção de Passo do Rosário, à aproximação do Exército do Sul, ocasião em que fez três disparos de canhões, por certo para cientificar Alvear.	O Exército do Sul havia empreendido marcha noturna desde a noite anterior. Das 03,45 às 04,45, foi transposto o passo do PAU CARCADO no VACACAI. Às 10.00 horas, após marcha de cerca de 12,30 horas, o Exército acampou nas vertentes do VACACAI. Ali teve lugar pequeno incêndio. O escoamento do Exército do Sul foi de 34 minutos, segundo Seweloh.

17 Fev	Alvear permaneceu no passo das MOÇAS VELHAS do CACEQUI. "Ali recebeu comunicações de Lavalleja que o Exército do Sul neste dia transpusera o VACACAI, ultrapassara SÃO GABRIEL e prosseguiria na direção do Passo do Rosário, no SANTA MARIA" (paráfrase de Revillo). Alvear conheceu a 17, ou o mais tardar ao alvorecer de 18, através de Lavalleja, que o Exército do Sul marchava para o Passo do Rosário.	O Exército do Sul penetrou em SÃO GABRIEL às 11,00 horas, após iniciar a marcha às 03,00 da madrugada. A povoação estava devastada e sem moradores. Às 10,00 horas os últimos elementos de Lavalleja a haviam evacuado e incendiado algumas casas. Barbacena recebeu carta de Bento Manoel, às 17:00 horas, afirmando que o Exército Republicano transporia o SANTA MARIA no passo S. SIMÃO, que devia ser atingido naquele dia. Em carta de 10, Barbacena transmitira a impressão a Bento Manoel de que o Exército Republicano procurava atingir ALEGRETE.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Recordemos a situação dos dois exércitos em 17. O Republicano encontrava-se no passo das MOÇAS VELHAS no arroio CACEQUI. Ali foi informado por sua Vanguarda, desdobrada entre SÃO GABRIEL e passo do ROSÁRIO, que o Exército do Sul marchava para o último local. Alvear sentiu a possibilidade de ser cortada, pela retaguarda, sua linha de comunicações com Montevidéu e Buenos Aires. O Exército do Sul encontrava-se reunido em São GABRIEL e adjacências e separado da Brigada Bento Manoel por enorme distância. Com as informações de Bento Manoel a Barbacena, assegurando que o Exército Republicano iria atravessar o rio SANTA MARIA, no passo S. SIMÃO, aumentou a euforia do Marquês de Barbacena e sua convicção de que o Exército Republicano encontrava se "em vergonhosa e precipitada fuga". Esta impressão Barbacena transmitiu ao Exército do Sul, em Proclamação, e ao Ministro da Guerra em ofício, tudo em 17 de fevereiro, de seu QG em SÃO GABRIEL. Em 1960, Grupo de História, e Geografia do 3º ano da ECEME em viagem de estudos ao Rio Grande do Sul, integrado pelos então majores Osvaldo de Faria, Jonas de Morais Correia Neto, Leo Guedes Etchegoyen, José Maria de Toledo Camargo, Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira Neto e Rubens Junqueira Portugal, chegaram à seguinte síntese sobre a ação de Barbacena, em trabalho intitulado — Força Resposta. Após sua vitória estratégica de 5 Fev 1827, ao operar junção, em local seguro, na serra do CAMAQUÃ, com n coluna de Brown. "Barbacena falhou no princípio do Objetivo. Não sabia o que fazer. Se o sabia não chegou a agir neste sentido. O espírito ofensivo esteve ausente. A segurança pela informação foi relegada a plano secundário. Alvear já marchava há vários dias e Barbacena despreocupadamente organizava e instruía suas tropas. De atitudes tomadas e de erros cometidos, sobressaindo a inércia militar, resultou mais violações de nosso território, com suas tristes conseqüências. E, afinal de contas, fugiu-nos das mãos uma possível vitória no Passo do ROSÁRIO." (p. 19)

Com apoio em falsas impressões e não em informações sobre o valor combativo, possibilidades, atitude e destino do Exército Republicano, o Exército do Sul marchou para o passo do ROSÁRIO.

18 Fev	O Exército Republicano permaneceu em condições de marchar todo o dia. Ao ser informado que o Exército do Sul suspendeu sua marcha às 10,00 horas da manhã, Alvear ordenou os deslocamentos do Exército Republicano para o passo do ROSÁRIO. O deslocamento teve início às 16,30, com a tropa aliviada do equipamento não imprescindível que foi deixado junto ao CACEQUI. Inclusive, parte do arquivo foi incendiada. Dita bagagem deixada no CACEQUI irá cair em mãos do Exército do Sul.	O Exército do Sul iniciou a marcha às 04,00 da madrugada. Foi acampar junto ao arroio do SALSO, às 10,00 horas, após atravessar o banhado INHÁTIUM. Da posição do arroio do SALSO era possível ao Exército do Sul marchar, seja para o passo do ROSÁRIO, seja para o passo do CACEQUI onde se encontrava o Exército Republicano, circunstância desconhecida por Barbacena. Alvear, através de seus elementos de reconhecimento, soube da parada do Exército do Sul. Barbacena demorou-se em SÃO GABRIEL até às 14,00 horas. Chegou ao acampamento às 19,15, após 5 horas e 15 minutos.
19 Fev	Após 16,30 horas de haver partido de CACEQUI, o Exército Republicano atingiu o passo do ROSÁRIO. Desta longa marcha, cerca de 10 horas, o foi à noite. Ainda durante a noite, das 04,00 às 06,00, o Exército Republicano fez um alto no local que no dia seguinte seria o cenário da Batalha do Passo do ROSÁRIO ou do ITUIZANGÓ. Do passo do ROSÁRIO O Exército Republicano contramarchou das 18,00 às 23,00 horas, até o local onde terá lugar a batalha no dia seguinte.	O Exército do Sul começou a marchar às 05,30. Às 08,00 foi informado de que existia adversário nas proximidades. Chegou um emissário de Bento Manoel. Às 10,00 horas, após Seweloh cansar três cavalos procurando Bento Gonçalves, conseguiu levá-lo à presença de Barbacena. Todo o Exército levava cavalos de muda pelas rédeas. Às 12,30 acampou na atual estância do ROSÁRIO. A noite foi extremamente quente. Seweloh ao perder foto de uma mulher que havia conhecido, interpretou o fato como mau presságio.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Ao final do dia 19 o Exército Republicano encontrava-se nas coxilhas onde iria ter lugar a batalha do passo do ROSÁRIO ou do ITUIZANGÓ. Recordemos na palavra de DIAZ, LEONEL em estudo de 1971 sob o título Campana dei Brasil (pp. 80-81) o que ocorreu com o Exército Republicano junto ao passo do ROSÁRIO, na tarde de 19 Fev.

"O Exército Republicano, retomando sua marcha desde às 06,00 horas da manhã, chegou às 11,00 no passo do ROSÁRIO . . ."

Desde o momento em que reconheceu o terreno imediato ao passo do Rosário, viu-se o risco que o Exército Republicano corria, naquela posição. Era a pior, sem dúvida que possa-se imaginar para uma batalha, particularmente para um exército de Cavalaria, que era a nossa arma predominante. Era um banhado de uma milha ou mais de largura naquele ponto. Situava-se entre o rio e uma alta cadeia de coxilhas paralelas ao seu curso que dominava a planície formada pelo banhado. A natureza do banhado era arenosa, coberto de macegas e espadeiras em quantidade, de pequenos montículos de terra que eram outros obstáculos para a manobra da Cavalaria.

O Exército Republicano parara num banhado abandonando as alturas.

0 Exército do Sul se encontrava a hora e meia de jornada. Era, indispensável deliberar. Decidir com oportunidade. Se o Exército do Sul prosseguisse a marcha, estaria logo a um tiro de canhão ocupando as colinas. Então o Exército Republicano se veria de repente atacado e impossibilitado de contramarchar para uma posição apropriada, para usar todos os recursos da arte e do valor militar.

O General Alvear deu ordem imediata para atravessar-se o rio SANTA MARIA. Mas este se encontrava a nado, até as picadas de acesso ... À tarde um Esquadrão de couraceiros passou o rio a nado e o repassou ... O General Chefe, na página 25 de sua Exposición, disse que as "ordens para passar o rio tinham por objetivo convencer o Exército do Sul que o Exército Republicano fugia".

As manobras de Alvear a partir de SÃO ABRIEL são dignas dos maiores encômios e admiração. Mas preferimos interpretar os fatos passados com o Exército Republicano junto ao passo do ROSÁRIO, das 11,00 às 18,00 horas de 19 de fevereiro, do seguinte modo, até prova em contrário:

O General Alvear pretendia atravessar o SANTA MARIA no passo do ROSÁRIO e, do outro lado, procurar melhores pastagens para refazer sua cavalhada e, local plano onde pudesse tirar partido de sua superioridade em CAVALARIA.

Ao chegar com todo o Exército junto ao passo do ROSÁRIO, constatou que o rio estava cheio. E da impossibilidade de realizar a transposição imediata de sua Infantaria e Trens, imaginou oferecer batalha ao Exército do Sul na planície adjacente ao passo. Provado, por reconhecimento, que esta área era a pior possível para travar-se a batalha, Alvear decidiu contramarchar às 16,00 horas, com todos os seus elementos de combate, para ocupar, mesmo à noite, as coxilhas que dominavam a planície adjacente ao passo, sobre a direção de progressão do Exército do Sul. Que a contramarcha foi decidida em Junta de Guerra. Em conseqüência, vários comandantes de regimentos de Cavalaria de 1ª linha, sob a liderança do Coronel Lavalleja, reuniram-se para depor o General Alvear e propuseram a Lavalleja que assumisse o comando. Isto só não chegou a concretizar-se por interferência do Coronel Oribe ao mostrar a Lavalleja que aquilo seria a ruína do Exército Republicano. Com conseqüência, Alvear conseguiu conjurar a situação. Para prevenir a interferência na sua ação, ordenou que só teriam validade para os comandantes de divisão as ordens escritas e assinadas por ele. Enfim, apelou ao máximo para o princípio de Guerra da Coordenação e Controle. Conseguiu a tempo superar as dificuldades resultantes do não reconhecimento prévio das condições de travessia do rio e das condições da planície, adjacente ao mesmo, do ponto de vista de combate de Cavalaria.

É difícil acreditar-se que o General Alvear fizesse todo o seu Exército marchar desnecessariamente das coxilhas onde teria lugar a batalha no dia 20, até o passo do ROSÁRIO durante 10 horas do dia 19.

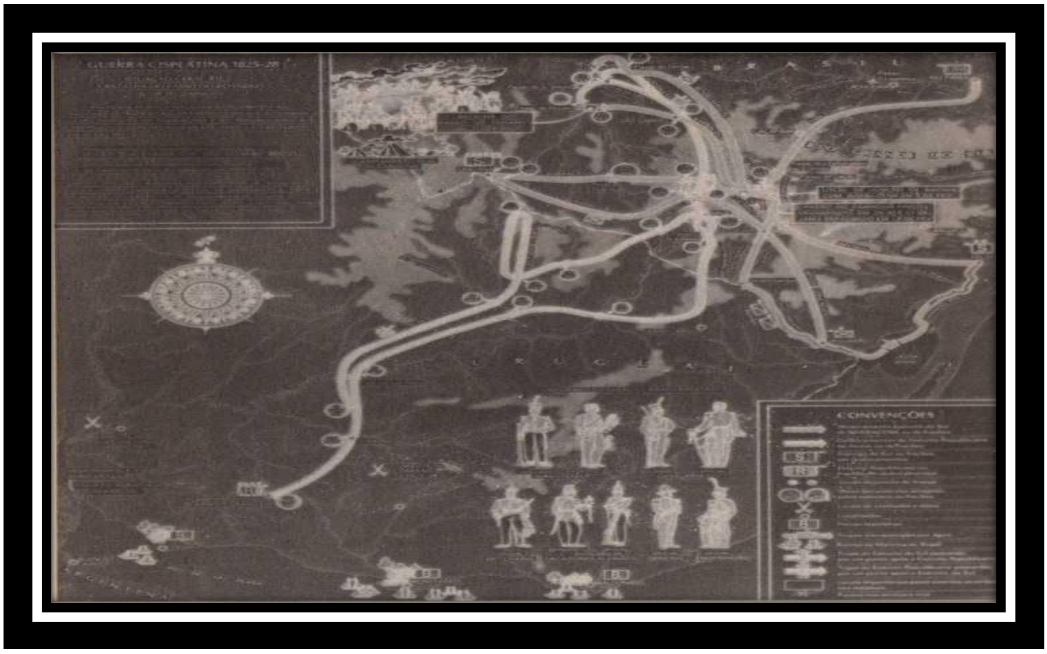
Das 06,00 às 11,00 — das coxilhas até o passo.

Das 18,00 às 23,00 — do passo até as coxilhas.

A impressão de que estava realizando a transposição poderia ser dada por frações menores. O grosso e trens, sob a proteção da Vanguarda, poderiam ter ficado coberto das vistas do Exército do Sul, na depressão existente atrás da coxilha do Olho d Água, ocupada pelo Exército Republicano durante a batalha.

SOUZA JUNIOR em Caminhos Históricos p. 62-67 refuta que Alvear tenha feito o Exército Republicano marchar e contramarchar por 10 horas, do local onde teria lugar a batalha para o passo do ROSÁRIO, apenas para dar a impressão ao Exército do Sul que fugia.

Segundo Leonel Azevedo Dias, em seu trabalho Campanha dei Brasil p. 81, a decisão contramarcha deu lugar ao que denominou "Plan Subversivo de Lavalleja", destinado a destituir o general do comando do Exército e transferi-lo, inicialmente, para o General Lavalleja e, após, para o General Soler.



A presente interpretação buscou apoio particularmente nos seguintes estudos: FRAGOSO. A *Batalha.* WIEDERSPHAN. *A Campanha.* SOUZA JUNIOR. *Caminhos Históricos.* CIDADE. *Lutas.* ECEME. *Guerra Cisplatina 1825-28.* EME. *História do Exército Brasileiro.* SEWELOH. *Reminiscências.* ACEVEDO DIAS. *Guerra del Brasil.*

20 Fev	Segundo interpreto, com apoio em ACEVEDO DIAS: Durante a noite quente e escura de 19/20, elementos de combate do Exército Republicano contramarcharam, das 06,00 às 11,00, em escalões sucessivos a uma distância de 5 a 6 km do passo do ROSÁRIO. 0 movimento foi feito sob a cobertura, a distância, da Vanguarda ao comando de Lavalleja e, no local de destino, por um destacamento de 600 homens do Coronel Olazábel. Este recebeu a missão de resistir a todo o custo, em caso de ataque. 0 local do acampamento foi entre a sanga do BRANQUILO e *a* crista da coxilha ao OLHO D ÁGUA, situada entre aquela sanga e a do BARRO NEGRO e, distante para o norte, cerca de 1,5 km da estrada passo do ROSÁRIO—CACEQUI. (Ver artigo anterior.) A ocupação do terreno não foi feita na forma planejada, em razão da escuridão, particularmente, pela Vanguarda, ao juntar-se ao grosso, na mesma noite. Ao alvorecer, por volta das 05,00 horas, o Exército do Sul foi avistado distante 3 km. A vanguarda do Exército do Sul entrou em contato com a do Republicano. Não avistando-o, prosseguiu por uma hora sem nada informar, tempo aproveitado por Alvear para reajustar o dispositivo, sem intervenção do Exército do Sul. Às 07,00 horas disparos de canhões do Exército Republicano marcam o início da batalha. A batalha durou das 07,00 às 14,00 horas. Ao final da mesma, o grosso dos elementos do Exército Republicano marcharam até o passo do ROSÁRIO onde acamparam e de onde avistaram enorme incêndio da vegetação do campo que servira de cenário para a batalha durante a manhã.	Segundo interpreto o Exército do Sul acampara a 12 km do Exército Republicano e sua Vanguarda a 6 km, na altura da atual estância Itu. 0 Exército do Sul iniciou a marchar às 02,00 horas da madrugada. Às 04,00 foi acordar a Vanguarda (civis do Marechal Abreu e-brigada Bento Gonçalves) que já deviam estar marchando desde as 02,00. Se assim tivesse procedido teria atingido o alvorecer e, possivelmente, ultrapassado o flanco direito do Exército Republicano distante 1,5 km da estrada. E assim, enviado, com tempo, valiosas informações para o General Barbacena. Ou seja, que o Exército Republicano o esperava com toda a sua força, sob a cobertura da coxilha, seguinte a sanga do BARRO NEGRO. Às 06,00 horas Barbacena soube por informante que elementos do Exército do Sul encontravam- se nas coxilhas, distante 5 km do passo do ROSÁRIO. Das 06,00 às 07,00 Barbacena gastou para reconhecer e ocupar a posição ao sul da sanga do BARRO NEGRO. Aos disparos de canhões do Exército Republicano, teve início a batalha. O Exército do Sul atacou em toda a frente, na convicção de estar realizando um combate de encontro com a vanguarda do Exército Republicano, enquanto este procedia a travessia do passo do ROSÁRIO. Foi surpreendido. Às 02,00 horas o Marquês de Barbacena ordenou o rompimento do contato com o Exército Republicano e a retirada na direção do passo das MOÇAS VELHAS no passo do CACEQUI. Não pôde contar na batalha com o concurso de 1.600 homens da Brigada de Bento Manoel.

II — CONFERÊNCIAS E DISCURSOS

GENERAL OSÓRIO — PENSAMENTO MILITAR

Cláudio Moreira Bento

O dia 4 de outubro de 1979 assinala o centenário da morte de um dos maiores generais da História do Brasil — o Marquês do Herval e Marechal de Exército Graduado Manoel Luiz Osório, atual Patrono da Arma da Cavalaria e o único concorrente com o Duque de Caxias, ao título de Patrono do Exército Brasileiro. Osório foi o comandante vitorioso de forças brasileiras, argentinas e uruguaias na maior batalha campal da América do Sul — a de Tuiuti de 24 de maio de 1866.

Apesar de não possuir cursos militares regulares, segundo Calógeras, *«Osório compendiou em si a experiência prática, vivida, de toda a evolução militar do Brasil desde a era colonial.»*

Analisar parte da experiência prática de Osório em Arte da Guerra, manifesta em seus escritos ou nos de testemunhas é o objetivo de nosso ensaio evocativo, no transcurso do centenário de sua morte, ocorrida em 4 de outubro de 1879, no Rio de Janeiro, no exercício das funções de Ministro da Guerra ou de Comandante Superior de nosso Exército.

À luz dos Princípios de guerra adotados pelo Exército em seu Manual de Campanha C-20-230 focalizaremos parte dos pensamentos emitidos por Osório, direta ou indiretamente relacionados com os referidos princípios que são abordados nas obras História da Doutrina Militar e Como estudar *e* pesquisar a História do Exército Brasileiro. ([2]) Em alguns casos suas citações aparecerão em mais de um fundamento da Arte da Guerra a explorar.

Princípio do Objetivo*:* «O que e onde atacar, defender, retardar, manter, destruir, conquistar, emboscar, etc. Onde conduzir a ação principal de uma operação... Fidelidade à missão recebida...»

— «*Soldado enquanto a saúde me permitiu fui servo do dever militar*» (Fonte: História do General Osório*.* V. 2, p. 274).

— «*V. Excia diz que a missão especial do atual Ministério é a defesa do país e a vingança das afrontas aos direitos e a dignidade do Império. E eu respondo à V. Ex* Minha missão e a deste Exército é cumprir ordens do governador e, possuído dos mesmos sentimentos, prestar ao mesmo Governador franca e leal cooperação, como V. Ex* com justa razão espera.»* (Fonte: Carta ao Ministro da Guerra de 27 de maio de 1865)

— «O soldado prático sabe aproveitar o tempo. A guerra não se faz com ofícios, dúvidas e consultas.» (Fonte: Ofício de 11 de junho de 1865 ao

comandante de uma fração em trânsito em Montevidéu).

Princípio da Surpresa*:* «Atacar, defender, retardar, embocar, etc. onde, quando, ou com um equipamento não esperado. Surpresa tática, estratégica ou técnica »

— *«O que mais temo na guerra é a surpresa.»*
(Fonte: Diversas fontes citam esta declaração).

— *«Esta marcha estratégica nos separa bastante de nossa base de operações, mas deve prejudicar muito o aparecimento de nossas forças no centro de seus recursos e em sua linha de retirada e. com isso poderemos, num só combate conseguir o fim da guerra.»* (Fonte: Parecer ao Conde d'Eu de 3 de julho de 1 869).

Princípio da Massa*:* **«*Ser mais forte moral e materialmente que o adversário no ponto decisivo...»***

—"*.É preciso atacar por algum ponto com todas as forças disponíveis*.» (Fonte: Parecer do Conde d'Eu de 3 de julho de 1869).

— «*Creio que o Exército deve marchar reunido para agir conforme as circunstâncias.» (*Fonte: Carta a David Canabarro — 1 865).

— «Entendo que qualquer das forças inimigas que seja batida levá-lo-á a retirar a outra, *mas nós não devemos dividir as nossas.»* (Fonte: Carta ao General Urquiza).

— *«Não sou inclinado à divisão de forças e mormente forças novas, porque ainda me recordo da guerra Cisplatina 1825-28, e estão bem recentes os resultados das operações de julho e setembro no Paraguai, e o fim que tiveram as de Estigarribia.»* (Fonte: Carta a Caxias 15 abr 1 867).

— «*Enquanto a vitória não está consumada não se distraem forças.»* (Fonte: Carta de 17 set 1870 a seu filho Fernando).

— «Se *uma força não é bastante forte para proteger uma linha de comunicações, conservando-se à distância do inimigo em posição escolhida e organizada defensivamente,* muito menos o será estacionando fracionada em diversos pontos, exposta ao fogo do inimigo, em más posições, suscetível de ser atacada a cada momento por forças superiores.» (Fonte: Parecer ao Conde d'Eu citado).

— «O inimigo está dividido, aproveitemos o seu erro. Vamos *nos reunir na campanha ou cá* dentro (em *Porto Alegre)*, e ver se conseguimos batê-lo por partes.» (Fonte: Carta de 4 set 1837 a um chefe legalista na Revolução Farroupilha).

— «*Se as forças e recursos do país não permitem a execução de tudo que prescreve a Arte da Guerra, atenda-se ao mais urgente, para ser mantido em respeito o território nacional.»* (Fonte: Carta ao Dr. Cristiano Ottoni em 31 ago 1 873) .

Princípio da Segurança*:* «Pelas Informações (o máximo conhecimento da Missão, Terreno, Inimigo e Meios). Pelo dispositivo (reserva, compatível, etc.) e pela Contra-informação ...)•»

— «*Qualquer que seja o ataque,* devemos ter um ponto que nos sirva de apoio *em qualquer que seja a emergência.»* (Fonte: Parecer do Conde d'Eu em 3 jul 1 869). O referido ponto forte na Batalha de Tuiuti foi constituído pela 3ª Divisão de Infantaria ao comando do General Sampaio).

- ***«As notícias podem ser falsas, mas é bom prevenir-se.»*** (Fonte: Carta a David Canabarro em 1 865).

— *«Ao preparar uma ação ofensiva é preciso considerar que o inimigo muitas vezes também pensa atacar e, por isso, devem-se tomar as devidas cautelas.»* (Fonte: referido pelo General Bartolomeu Mitre — Presidente da República Argentina) .

— *«Não sou inclinado à divisão de forças, e mormente forças novas,* porque ainda me recordo da Guerra Cisplatina 1825-28.» (Fonte: Carta a Caxias 15 abr 1867) .

— *«Um combate desigual, por condições de terreno e porque o inimigo ameaça nossas comunicações, é sempre perigoso, tanto mais, que uma retirada nem sempre é possível, por maus caminhos que por ele podem ser cortados.»* (Fonte: Carta ao General D. José Suarez em 18 fev 1 866) .

— «*Uma informação pode não ser exata, convém pois acautelar-se.»* (Fonte: Carta ao Ministro da Guerra em 28 mai 1865).

— «*A maior de todas as dificuldades na guerra é a desmoralização que lavra, resultado de notícias exageradas e das apreciações mal feitas pela Imprensa, dos recursos e poder do inimigo.»* (Fonte: Carta a seu filho Fernando) .

— *«A correspondência por telegrama é perigosa porque é fácil de falsificação e não chega ao destino com a assinatura de quem a expede.»* (Fonte: Carta a Bordine 28 mai 1 879).

— *«A vanguarda deve ser tão forte que dê tempo,sem perigo, à reunião dos recursos longínquos de que se possam dispor*.» (Fonte: Parecer ao D r. Câmara de 18 ago 1873) .

Princípio da Manobra: «Através de movimentos rápidos e seguros colocar nossos meios em melhor posição face ao inimigo.»

— «O *projeto de manobra que não assenta no cálculo exato das forças que a deve efetuar é caduco por si mesmo.»* (Fonte: Parecer do Conde d cu em 3 jul 1 869) .

— «*O inimigo está dividido, aproveitemos o seu erro. Vamos nos reunir na campanha ou cá dentro, a ver se o conseguimos bater por partes.»* (fonte: Parecer na Guerra Farroupilha).

— *«É preciso manobrar como as circunstâncias aconselham, até ter forças para derrotar o inimigo.»* (Fonte: Carta a David Canabarro em 1865, quando da invasão do Rio Grande peio Paraguai).

— *«É perigoso amoldar o plano de campanha à vontade do inimigo.»* (Fonte: Carta a David Canabarro em 1885, quando da invasão do Rio Grande pelo Paraguai).

— *«A primeira condição para uma boa Cavalaria é a velocidade e esta depende da excelência dos cavalos.»* (Fonte: Carta a Caxias de 15 abr 1867).

— *«Nunca se deve descuidar de manter a capacidade de movimento de um exército, e muito menos enfraquecê-lo na sua Cavalaria. O inimigo de quem isto não se pode esconder, mesmo batido, tudo ousará para manter elevado o próprio moral.*» (Fonte: Carta ao barão de Muritiba de 15 abr 1869).

— *«A estrada de ferro e o único meio para manobrar-se com rapidez, ou seja, para defesa ou para a invasão.»* (Fonte: Parecer do Dr. Ewbank da Câmara em 18 ago 1873) .

- Princípio Ofensiva*: «Só a atitude ofensiva conduz à vitória. Atitudes ofensivas na ofensiva e na defensiva, etc. Combater é atacar e contra-atacar*

para conquistar, manter a iniciativa e impor a vontade do adversário. . .»

— *«É preciso combater para vencer e por algum ponto deve-se atacar com todas as forças disponíveis.»* (Fonte: Parecer do Conde d'Eu em 3 jul 1869).

— *«O adversário é que irá nos ensinar o caminho de Assunção, cabendo a nós remover os óbices da estrada.»* (Fonte: Ofício ao Almirante Tamandaré de 6 fev 1866).

— *«Asseguro-lhe que sobra desejo e não faltará empenho de minha parte, para logo que as circunstâncias o permitam, tentar algum golpe sobre o inimigo, só recuando diante do impossíve[1].»* (Fonte: Carta ao Ministro da Guerra — 1865).

— *«O Governo Imperial bem terá entendido que a defesa de nossa fronteira será eficaz se tivermos meios prontos de invadir o território inimigo.»* (Fonte: Parecer ao Dr. Ewbank da Câmara em 18 ago 1 S73).

— «*É preciso energia. A guerra não se faz com abraços.*» (Fonte: Carta ao Ministro da Guerra, dez. 1 866).

— *«As dificuldades não me quebrantam o ânimo.»* (Fonte: Carta ao Ministro da Guerra, dez. 1866) .

— *«Adiante leões!... Carreguem camaradas! Acabem com este resto! Mais uma carga camaradas!»* (Fonte: Estímulos aos soldados brasileiros em Tuiuti e Avaí).

— Princípio da Unidade de Comando: «Qualidades de Chefia e condições legais e estruturais (comunicações) para o exercício do comando em toda a sua plenitude. Disciplina intelectual dos executantes de uma operação. . . »

— *«Uma nação dividida e desconfiada de seu governo é fraca para uma grande guerra externa.» (*Fonte: Carta a Silveira Martins de 28 out 1872).

— *«Nenhum general pode prestar serviços verdadeiros e reais e desagravar a nação se não contar com o apoio do país, o qual é a verdadeira força.»* (Fonte: Discurso em Porto Alegre — 1871).

— *«O militar deve ter sempre em mente as leis militares, para não incorrer em faltas, para e conhecer seus deveres e saber até onde vai o seu direito.* Deve fielmente cumprir as ordens que lhe dão e, sendo possível, em menos tempo que o que lhe foi marcado, (Fonte: *História do General Osório).*

— «*Quando não há capacidades, se todos ajudarem um pouco, faz-se muito.*» (Fonte: Carta ao compadre Mascarenhas, 22 ago. 1 876).

— Princípio da Economia de Meios*:* «Distribuição judiciosa e compatível de meios disponíveis por todas as ações.*

— *«A proporção das forças das diversas armas deve corresponder à natureza da guerra e dos meios de que dispõe o inimigo.»* (Fonte: Ofício ao Ministro da Guerra, 27 jun. 1 965). .

— Princípio da Simplicidade*:* «Manobra, planos e ordens simples transmitidas aos executantes, com clareza, precisão e concisão e facilmente entendidos por todos."

— *«É fácil a missão de comandar homens livres : basta mostrar-lhes o caminho do dever. Camaradas vosso caminho está aí à frente.»* (fonte: Ordem do Dia em Passo da Pátria em 15 de abr. 1866) .

— *«Eis Camaradas! Aqui só há Deus e as nossas armas!» (*Fonte: Contado pelo Cel. Joaquim Azevedo sobre expressão usada por Osório ao repelir ataque em Passo da Pátria).

— *«Qualquer que seja o ataque devemos ter um ponto forte que nos sirva de apoio em qualquer circunstância.»* (Fonte: Parecer do Conde d'Eu em 3 jul. 1 869).

Osório e a Estratégia e a Logística

A seguir alguns pensamentos de Osório relacionados com a Estratégia Militar e a Logística.

Estratégia Militar: Consiste nas atividades de planejamento, preparação e aplicação dos meios militares do Poder Nacional, para promover o emprego da torça, esta, tradução dinâmica da vontade de vencer uma guerra na hipótese considerada e em acordo com a Doutrina Militar decorrente. (Um conceito).

«A junção de diferentes colunas, nas proximidades do inimigo, é sempre perigosa, quando este pode rechaçá-las uma após outra, quando não se sabe a torça que ele dispõe e não se pode calcular ao certo o tempo que é necessário para o movimento das mesmas.» (Fonte: Parecer do Conde d Eu em 3 jul. 1869).

«Esta marcha estratégica nos separa bastante de nossa base de operações, mas deve prejudicar muito o inimigo o aparecimento de nossas louças no centro de seus recurtos e em sua linha de retirada, e, com isso, poderemos em um só combate conseguir o fim da guerra.» (Fonte: idem anterior).

«O Humaitá ainda resiste, porém em estreito sitio e creio que ele caído pouco durará a guerra.» (Fonte: Carta à filha — História do General Osório, Vol. 2, p. 432).

«A estrada de ferro é o único meio conhecido para obrar-se com rapidez, ou seja, para a

"A construção de estradas de ferro será sempre o principal meio de defendermos a fronteira, ou seja, para desconsertarmos os planos do inimigo." (Fonte: idem anterior).

"As estradas de ferro devem formar um sistema estratégico." (Fonte: Parecer ao Dr. Cristiano Ottoni em 31 ago. 1873).

"O inimigo está dividido, aproveitemos o seu erro. Vamos nos reunir na campanha ou cá dentro (de Porto Alegre), a ver se o conseguimos bater em detalhe)."

"Falou-se muito em atacar Humaitá, porém hoje esta ideia está arrefecida. Não me parecia razoável atacar-se essa fortificação permanente; porque contém ela elementos tais de defesa que não seria acessível ao ímpeto de nossas baionetas, e então ficaria o Exército Aliado desmoralizado completamente. Para exemplo não nos basta a hecatombe de Curupaiti" (Fonte: Caria ao filho Fernando em 29 maio 1868).

Logística: É a parte da Ciência e da Arte Militar encarregada de prever para prover. Prever, ou seja, planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar a produção ou aquisição de suprimentos e serviços necessários às operações militares. Prover e fornecer suprimentos ou prestar serviços no local, hora e quantidades previstas essenciais à vida de uma força em campanha.

— Ao testemunhar sobre uma amarga experiência, como Alferes do 3º RC, durame a guerra da Cisplatina 1825-28, no Acampamento Real da Carolina em Santana, concentração do Exército, até o Marquês de Barbacena assumir o comando:

"Na concentração em Santana, «enterrou-se mais de 700 soldados mortos, quase a fome, no estado mais deplorável, sem medicamentos, sem hospitais. Tudo era miséria. Eu vi muitas vezes, quando se retiravam os batalhões do exercício deixarem nas linhas das diferentes manobras soldados como se estivessem mortos no campo de batalha, tendo caído em seus postos, semi-vivos, extenuados de fome. Eles não tinham um pouco de farinha nem sal; o seu sustento diário eram duas libras de carne assada. E estávamos senhores de nosso território! As carretas não tinham condutores, porque estes estavam em armas, eram os primeiros soldados que para ali se chamaram. De maneira que o general (Massena Rosado) estava sitiado no seu próprio país vendo seus soldados morrerem de fome! Ainda há de haver alguns desse tempo, tão velhos hoje como eu, então bem moços." (Fonte: SANTOS, Osório, p. 20).

"As munições e mais artigos de guerra de que necessita o Exército devem ser abundantes para o que devem haver depósitos fixos e móveis." (Fonte: Ofício ao Ministro da Guerra em 27 jun. 1865).

"Combater é o menos enquanto a fortuna ajuda. O difícil é depois acomodar os feridos, enterrar os mortos, reorganizar tudo, não tendo fartura de meios." (Fonte: Magalhães, Osório, p. 316).

Convém que o depósito de pessoal esteja próximo do Exército, para

que as baixas possam ser facilmente preenchidas.» (Fonte : Ofício ao Ministro da Guerra em 18 nov. 1865).

"O oficial baixado no hospital perde a gratificação adicional, perde o meio soldo, perde a etapa, porém não diminui o ventre dele nem o dos filhos." (fronte: Discurso no Senado em 13 set. 1877).

"Nesta terra o cavalo ou boi que não é tratado a milho e alfafa morre sem remédio." (Fonte: Carta à esposa em 17 ago. 67).

"Neste lugar onde estou acampado (arroio Santa Luzia) vi o Exército do Brasil em 1823, combatendo quase todos os dias nu. O próprio general sofria o que todos tinham — muquiranas. Duas libras de carne magra eram a ração do soldado; e calçado era de pelego; o soldo pagava-se de 15 em 15 dias." (fronte: MAGALHÃES, Osório).

Da análise do pensamento militar do General Osório conclui-se da grande ênfase que emprestava aos princípios de guerra da Massa, da Segurança e da Manobra.

BIBLIOGRAFIA

1 — BARROSO, Gustavo. O Centauro dos Pampas. Rio de Janeiro, 1932.

2 — BENÍCIO DA SILVA, Valentim. General Osório, Rio de Janeiro, Bibliex, 1939.

3 — BENTO, Cláudio Moreira, maj. A Grande Festa dos Lanceiros. Recife, UFPE, 1971. (Alusivo à inauguração do Parque Histórico Marechal Osório).

4 — ____.. Em defesa da Memória do Coronel de Dragões *Thomas* Luis Osório
(trabalho inédito doado ao Parque Osório).

5 — CÀLMON, Pedro. Osório. Revista do Clube Militar. 1973.

6 — CERQUEIRA, Dionísio, Mar. Reminiscências da Guerra do Paraguai.Rio de Janeiro, Bibliex, 1958.

7 — FIGUEIREDO, João Batista de Oliveira, Major). A Batalha de Tuiuti. *Defesa Nacional.* Nº 420, mar. 1949, pp. 125-133.

8 — FIGUE REDO, Lima, Cel. Grandes Soldados do Bras*il.* Rio de Janeiro, Bibliex, 1939.

9 — HOMEM DE MELO. Francisco Inácio Marcondes. «Notas Históricas sobre o General Osório.» RIHGB. Tomo LXIV.

10 — MAGALHÃES, João Batista. *Cel.* Osório — Síntese de seu perfil histórico. Rio de Janeiro, Bibliex. 1998.

11 — OSÓRIO, Fernando Luís. História do General Osório. Rio de Janeiro,1894. V. 1 (o autor é filho do General Osório).

12 — OSÓRIO, Joaquim Luís e Fernando Luís. História do General Osório.Rio de Janeiro, 1915. V. 2 (os autores são netos do General Osório).

13 — OSÓRIO, Fernando Luis. Sangue e alma do Rio Grande. Porto

Alegre,Ed. Gllobo, 1937.

14 — RUAS SANTOS, Francisco. Cel. Osório. Rio de Janeiro. BIBLIEx. 1967

15 — SILVA, Alfredo Pretextato M. da, *Cap.* Generais do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1940 . 2 V.

16 — TAUNAY, Visconde. Memórias. *Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1960.*

*17*_____ — *.I.* Diário do Exército 1869-70. *Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1959.*

PAULA CIDADE, UM SOLDADO E ESCRITOR A SERVIÇO DO PROGRESSO DO EXÉRCITO (1883-1968)

Cláudio Moreira Bento

Dia 22 dezembro 1983 assinala o centenário de nascimento do portoalegrense General Francisco Paula Cidade. Oficial de Infantaria e de Estado-Maior de escol, além de bem sucedido comandante de Unidades e Grande Unidade, na paz e em ações de guerra interna e externa, foi apontado aos Cadetes, em 1955, em Ordem do dia na AMAN, como um exemplo de oficial a ser seguido.

Paula Cidade devotou o melhor de suas energias, patriotismo, idealismo e inteligência para o progresso do Exército, a ponto de ser punido disciplinarmente por lutar pelas idéias hoje vitoriosas — a retirada do Exército do encargo de guardar repartições fazendárias e a exigência de arregimentação na tropa, como condição de promoção, costumes que comprometiam seriamente a operacionalidade do Exército no início do século.

Participou ativamente, como oficial de Infantaria, "troupier ou tarimbeiro" e de Estado-Maior e escritor especializado em assuntos militares, da Reforma Militar, cujos lances principais imortalizou indelevelmente em sua obra literária. Assim, foi co-fundador e redator da Revista dos Militares, fundada em Porto Alegre em

1912 e da Defesa Nacional, fundada no Rio, em 1913, junto com outros onze “jovens turcos", revistas que na época tiveram papel relevante na formação e difusão da moderna corrente do pensamento militar terrestre brasileiro. Pensamento que ajudou a arrancar o Exército dos ultrapassados padrões operacionais revelados na Revolução Federalista 1893-95 e guerra de Canudos, 1896, aos modernos padrões alcançados pela FEB, na Itália. Força que fez muito boa figura ao lutar, lado a lado, contra representações dos melhores exércitos do mundo presentes na Europa Ocidental na 2ª Guerra Mundial. Como escritor militar voltado fundamentalmente para a História Militar, desde os tempos da Escola Preparatória Tática do Rio Pardo, em 1902 e até 1967, ou cerca de 65 anos, foi o que produziu até o presente obra mais alentada. Foi, até falecer em 1968, o maior intérprete da evolução da doutrina, do pensamento e do processo histórico militar brasileiro. Até o presente foi o único geógrafo e sociólogo militar terrestre brasileiro, de fato. Egresso da Escola de Guerra, em 1908, em plena crise provocada pelo Regulamento de Ensino de 1905, ponto de inflexão do ensino militar, de bacharelismo para profissionalismo militar, o aspirante Paula Cidade, carente de conhecimentos militares modernos, foi juntar os seus esforços a oficiais com cursos na Alemanha, formando o grupo chamado "jovens turcos" e, desde então, dínamos da modernização do Exército e a qual se juntaram, pouco a pouco, outras expoentes da classe, tudo sob a égide de destacados chefes do Exército da época.

Paula Cidade foi professor de História e Geografia Militar da Escola Militar, durante o memorável comando do então coronel José Pessoa e, a convite desse chefe, para "ajudá-lo a carregar a sua cruz". Desse contato guardou as melhores recordações de seus cadetes e estes de sua figura marcante de mestre e exemplo de profissional militar. Foi introdutor de Geografia Econômica Militar na Escola de Intendência e de Geografia Militar na Escola do Estado-Maior e a seguir na Escola Militar depois de diversas incursões na Seção de Geografia e História do EME, como adjunto e chefe. Exerceu a chefia de gabinete da então recém-criada Secretaria Geral do Ministério da Guerra, sob a chefia do seu amigo desde o Rio Pardo, General Valentim Benício, que substituiu diversas vezes num período de realizações culturais memoráveis daquela repartição. Como profissional militar de escol e de profissão de fé legalista, Paula Cidade encerrou sua carreira em ações de guerra, no Norte, como Comandante da 8ª RM encarregada da proteção da Base Aérea de Vai de Cans, próxima do Canal do Panamá e ponto de passagem obrigatório, junto com Natal, no saliente nordestino, das comunicações militares aéreas americanas com a África e Europa e, finalmente, como coroamento, a função de membro do Conselho Supremo de Justiça da FEB. Ao despedir-se de seu chefe, amigo e co-estaduano, o então General Mascarenhas de Moraes, ouviu dele estas palavras proféticas: "Cidade, vamos partir para a maior aventura de nossa História Militar!"

Como escritor militar, encerrou sua carreira na Ativa na presidência da Biblioteca do Exército. Sua obra literária voltada para o progresso do Exército continua a produzir seus benéficos efeitos. E, por muitos e muitos anos, será difícil alguém estudar História, Geografia e Sociologia Militar Terrestre Brasileira e a História do Exército como instituição de 1902-1966, sem beber a sabedoria específica na obra de Cidade. Não foram fáceis a vida e as dificuldades de Paula Cidade como escritor e soldado, para provar que "não cora o livro de ombrear com o sabre e nem cora o sabre de chamá-lo irmão". Mas, como sentenciou o General Jonas Correia — "a vitória da inteligência é o selo da posteridade. E aí estão seus livros, a prová-lo". Livros publicados, para não referir a sua obra inédita. Em

1980, o mesmo General Jonas propôs o teve aceita proposta de eleger o general Paula Cidade, patrono da Cadeira 88 do Instituto de Geografia e História do Brasil que ele tanto honrou e prestigiou em vida. Cadeira que me coube por escolha e aprovação do Instituto inaugurar como seu primeiro ocupante, em razão de afinidades espirituais, culturais e profissionais com aquele ilustre soldado e escritor, nosso co-estaduano que aprendemos a admirar desde o primeiro contato com sua obra literária militar terrestre brasileira, ímpar.

INFÂNCIA, MENINICE EM PORTO ALEGRE

Cidade nasceu e viveu sua infância, meninice e juventude próximo ao Quartel General em Porto Alegre. Ali, aos dez anos foi tocado pelo desejo de ser soldado, ao testemunhar as movimentações da Revolução Federalista e contemplar os alunos militares do histórico casarão da Redenção e atual Colégio Militar. Entre a carreira de advogado, sugerida pela mãe, e a de soldado, ele destinou-se a esta, com apoio de seu padrasto e grande amigo para o resto da vida. Aos 11 anos, de família modesta, iniciou a trabalhar na Livraria Americana, onde tomou contato com o mundo encantado dos livros. Deixou este emprego aos 13 anos, por não sujeitar-se aos maus tratos de seu patrão. Dos 13 aos 15 anos foi caixeiro de uma loja de sapatos das 06.00 às 20.00h. Discretamente, aproveitava o intervalo do almoço para estudar Português e Matemática, com o professor lldefonso Gomez. Depois das 22.00 horas fazia as lições e lia poesias e literatura. Esta preferência o levou a fundar uma Sociedade Recreativa e Literária entre os caixeiros que o elegeram presidente. Daí em diante e até um ano antes de falecer, ligou-se com paixão à Literatura Militar Brasileira, que teve como rival a sua paixão pelo Exército e seus destinos que ajudou a alicerçar como soldado reformador e literato festejado.

CARREIRA DAS ARMAS

Em 15 de abril de 1902, Cidade sentou praça no Exército como soldado nº 165 da 2ª Cia do 25º BC, com quartel na Praça do Portão em Porto Alegre e na condição de ouvinte da Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo. Nesta cidade castrense, "A Tranqueira Invicta", ele ficou até setembro de 1903. Transferência da Escola para Porto Alegre. A recepção naquela capital foi agradecida em oração do aluno gaúcho Raul Silveira de Mello, o único sobrevivente da Escola do Rio Pardo, hoje com mais de 100 anos e historiador militar da Fronteira Oeste, personalidade pela qual Cidade nutria admiração especial por suas qualidades excelsas de homem e de cristão. Mais tarde, Cidade recordou os alunos que passaram pelo Rio Pardo a sua época, cujas obras tiveram tão grande projeção nos destinos do Brasil ou do Exército, como os ex-presidentes Ge- túlio Vargas e Eurico Dutra, Generais Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, Valentim Benício, Sérgio Ari Pires e Pantaleão Pessoa, seus amigos desde o Rio Pardo, e Bertoldo Klinger — amigo do peito e seu compadre e pa- drinho de 29 casamento, além de Cezar Obino, Amaro Soares Bittencourt, João Mendonça Lima, Emílio Lúcio Esteves, Francisco José Pinto, Regueira e outros.

NA ESCOLA DE GUERRA EM PORTO ALEGRE

Cidade foi colhido em Porto Alegre, na Escola Preparatória, pela crise militar provocada pela Revolta da Vacina Obrigatória da Escola Militar da Praia Vermelha. Crise que provocou o Regulamento de Ensino de 1905, ponto de inflexão do bacharelismo para profissionalismo militar, depois do fechamento e

extinção da Escola Militar da Praia Vermelha, recriada com o nome de Escola de Guerra em Porto Alegre, onde passou a funcionar de 1906 até 1911. Naquela época, a oficialidade do Exército dividia-se em científicos e tarimbeiros (ou troupier). Os primeiros, egressos da Escola Militar da Praia Vermelha como bacharéis em ciências físicas e matemáticas e sem conhecimentos práticos visando a operacionalidade do Exército, evitaram a tropa, mantendo-se em funções técnicas e administrativas. Os tarimbeiros, mais numerosos, não possuíam cursos. Fizeram carreira na tropa com base em lei de 1860. Estes eram complementados por 300 ou 400 alferes, antigos sargentos comissionados naquele posto na Revolução de 93 e confirmados pelo Congresso.

A Revolta da Vacina Obrigatória de 1904, de cunho político positivista, provocou a maior revolução doutrinária e filosófica no Exército que Paula Cidade assim assinalou:

"Em 1906 a Escola de Guerra recebeu uma avalanche de alunos anistiados da extinta da Praia Vermelha e passou a ser comandada por um coronel de Infantaria ao invés de engenheiros, como era tradição. Foram construídos no meio do pátio do Casarão da Redenção dois pavilhões em madeira com 4 salas de aula. O critério de promoção a aspirante a oficial, posto então criado, passou a ser o do mérito intelectual e não o da antiguidade. Houve muita improvisação, até externato por falta de espaço."

Mas a verdade é que ali, no Casarão da Redenção, se processou, de 1906-11, a. grande e benéfica revolução no Exército, visando a orientar seu ensino para a 'operacionalidade e Defesa Nacional. Cidade assistiu e documentou nestes termos a instalação da Escola da Aplicação paralela à da Esr cola de Guerra:

"Os instrutores eram dedicados e compreensivos, mas não puderam dar o que não haviam recebido. Nenhum sabia desenvolver um tema tático sobre uma carta, prática velha na Europa e há muito em uso na Argentina que havia contratado instrutores alemães de alta capacidade e renome. Os regulamentos em vigor estavam próximos da guerra do Paraguai."

Cidade, na Escola de Aplicação, estudou topografia prática, fotografia, esgrima, escrituração militar, serviço em campanha (casos esquemáticos) e telegrafia Morse. Apesar de assinalar graves defeitos e falhas na Escola de Guerra e seu complemento, a Escola de Aplicação, as achou obras de importância transcendental, nascidas de uma crise política — a Revolução da Vacina Obrigatória de 14 de novembro de 1904. Escreveu sobre isto: "Esta arrancada inútil da mocidade militar trouxe em seu bojo consequências extraordinárias, positivas e duradouras, através de medidas que exigiram meio século para serem adotadas como a de formar-se soldados e não doutores." Das três turmas saídas da Escola de Guerra, segundo Cidade, cerca de 1/3 de integrantes preferiram a vida na tropa. Estes se fizeram instrutores de si mesmos. Depois uniram-se a oficiais com curso na Alemanha e formaram, um grupo idealista reformista que fundou a Defesa Nacional e passaram à História, como "jovens turcos" (nota 1).

O ASPIRANTE, TENENTE, REFORMADOR MILITAR E "JOVEM TURCO"

Em janeiro de 1909, em cerimônia interna simples no pátio do Casarão da Redenção, sem festas, madrinhas de espada, Cidade e seus companheiros foram declarados aspirantes, com a simples leitura do Boletim. A seguir, em coluna por dois, ao comando do ajudante, atravessaram o parque da Redenção (Várzea) e foram apresentados ao Comandante do 25º BI, na Praça do Portão, unidade a que pertencia. Sua espada custou a metade de seu soldo. Os uniformes de aluno foram aproveitados. Fazê-los novos era um luxo na época.

Sua primeira e difícil missão foi ajudar a conduzir um grupo de soldados de mau comportamento transferidos do Rio, de Porto Alegre a Cruz Alta, numa viagem cheia de peripécias que relata em suas Memórias.

Paula Cidade e outros nomes egressos das citadas escolas iriam se associar aos oficiais com curso na Alemanha, para promoção da Reforma Militar. E como reformador atuou muitas vezes no tablado, como instrutor ou professor, e através de seus escritos profissionais publicados nas Revistas dos Militares, de Porto Alegre e Defesa Nacional, das quais foi co-fundador, redator e colaborador destacado. Sua primeira missão de instrutor foi em Cruz Alta, em 1909, como instrutor dos soldados da Unidade de Infantaria. Em 1910, foi instrutor militar da Escola de Engenharia de Porto Alegre.

Em 1913, no 29 RI, inventou e publicou na Defesa Nacional um sistema de sinalização de fácil aprendizagem que foi aprovado pelo Ministro. Na mesma época editou a obra com 73 fls — Noções e Problemas de Leitura de Cartas, segundo ele "problema até então desconhecido pela imensa maioria dos oficiais e inspirado em obras alemãs de Tática".

Em 1917, de volta a Porto Alegre, foi preso por 8 dias, pelo Comandante da Região, por um artigo técnico na Revista dos Militares, no qual fazia uma crítica doutrinária à luz de doutrina alemã em vigor.

Como Comandante da Cia, cultivou a ordem unida, como verdadeira escola da disciplina. Orgulhava-se de haver conseguido movimentos de armas comparáveis às da Infantaria Alemã. Tornou o manejo de armas um esporte onde selecionava os mais adeptos para instruírem os menos aptos e assim nivelar a aprendizagem. Aliás, idéia hoje vigorante no Exército, ao lado das "de aprender fazendo e de buscar atingir níveis de operacionalidade cada vez mais elevados". Dava muita ênfase à instrução de tiro.

Como reformador, no posto de 2º tenente, lutou pela extinção do serviço de escala à Alfândega e Delegacia Fiscal que tantos prejuízos causava ao adestramento da tropa bem como pela da arregimentação como condição de promoção, mesmo por antiguidade, recorrendo para isto a Pandiá Calógeras, no primeiro caso, e a Olavo Bilac, no segundo. A segunda medida impunha-jie para evitar o abandono dos corpos de tropa do interior de parte dos oficiais. O preço por sua interferência e para seus colegas que assinaram o memorial sobre o assunto foi de 30 dias de prisão. Daí por diante, foi impossível fazer-se carreira militar sem nunca entrar num quartel.

Em 1921, como aluno da EsAO, testemunhou fato histórico de grande projeção na Reforma Militar — a inauguração dos trabalhos Missão Militar Francesa (MMF) naquela escola, com a presença do Ministro da Guerra Pandiá Calógeras. Ali trabalhou exaustivamente com temas táticos sobre a carta da Vila Militar. Conquistou o direito de ingressar na ECEME sem concurso além de apto a preencher funções de instrutor.

Depois da Revolução de 30, já no posto de Capitão, foi professor de Geografia Econômica Militar na ECEME (conferencista) e de História e Geografia Militar na Escola Militar. Em todas as guarnições por onde passou, pronunciou conferências sobre assuntos de sua especialidade. Sua narrativa prendia a assistência pela simplicidade, objetividade, boa dicção e densidade.

O OFICIAL DO EME

Após cursar a EsAO e a ECEME, esta com sua sede no quartel do atual 1º BPE na Tijuca, foi estagiar na 2ª Seção do EME a partir de 1924. Havia cursado aquela escola sob orientação da Missão Militar Francesa que não entrou no EME, da qual era consultora em assuntos de instrução militar. Foi estagiar na 2ª

Seção cabendo-lhe o trabalho de calcular aproximadamente o tempo que tropas argentinas, com os meios da época, levariam para atingir a fronteira do Brasil. Na 2ª Seção aprendeu lições de informações, valiosas para sua vida, conforme registrou em suas Memórias.

Seu trabalho foi interrompido de 13 de julho a 06 de agosto, quando atuou em São Paulo, na Revolução de 24, no eixo Santos- São Paulo, como Subchefe de Estado-Maior de um destacamento organizado por seu amigo Major Euclydes de Figueiredo, como oficial de Gabinete do Ministro e com enormes dificuldades, destacamento ao comando do General Carlos Arlindo, que partindo de Santos conquistou sucessivamente a região do Monumento Ipiranga, Vila Mariana e Avenida Paulista. Combateu no destacamento do General Carlos Arlindo, o Coronel Pedro Dias Campos, Comandante da Força Pública de São Paulo que se mantivera fiel à legalidade. Sobre ele escreveu Cidade:

"Era um homem moreno de pequena estatura, tipo de militar japonês, dados os traços mais marcantes de sua fisionomia. Mais tarde eu havia de admirar nele um dos exemplares mais completos de soldado com que me tinha defrontado naqueles dias amargos."

Pedro Campos fora coadjuvante destacado da Missão Militar Francesa, na Polícia Militar de São Paulo. Foi um dos mais marcantes comandantes daquela então Força Pública, além de historiador militar brasileiro de expressão nacional.

Cidade descreve com muito realismo, em 54 páginas de suas Memórias, o seu batismo de fogo naquela Revolução. Elas encerram preciosos ensinamentos do ângulo profissional militar, por marcarem a diferença da doutrina militar na prática e na teoria. É a maior contribuição contida em suas Memórias.

Destacou a importância do tiro direto da Artilharia no combate em localidades, em apoio à Infantaria. Registrou, então, um consumo exagerado de munição, disparos durante a noite, sem motivo. Conclui que o soldado assim procedia por medo e como medida preventiva de uma possível ação sobre sua posição. Enfim, uma tentativa caríssima e irresponsável de espantar o inimigo, e incontrolável. É uma consideração que deve ser levada em conta pelos futuros comandantes de ações semelhantes. Outro costume era o de os soldados exagerarem qualquer movimento em torno de suposição, provocando a montagem desnecessária e desgastante de patrulhas. Este costume diminuiu ao obrigar- se quem disse que viu algo anormal a participar das operações, visando confirmar suas suspeitas. Ali mais uma vez confirmou-se o dito popular: "Em tempo de guerra, mentira é como terra".

Em 1930, retornou ao Estado- Maior, chefiou a Seção de História o Geografia Militar, dirigiu a Revista Militar Brasileira e lecionou na ECEME e Escola de Intendência, onde o colheu a Revolução de 30.

Foi então destacado para chefiar o Estado-Maior do Destacamento do General Tourinho que deveria operar contra os revoltosos em Minas Gerais no eixo Rio—Juiz de Fora—Remonta—Belo Horizonte. O General Tourinho, seu comandante, havia opinado contra a guerra de destacamento. Foi a favor de lançar a 1ª Divisão de Infantaria que comandava, a melhor dotada e instruída, contra Minas e o Rio Grande do Sul, para bater por partes as forças revolucionárias.

As Memórias de Paula Cidade sobre a Revolução de 30 são ricas em ensinamentos profissionais. Dentre os fatos que testemunhou merecem registro:

Primeiro, a comunicação de seu comandante de que iria agir por conta própria, como na Revolução do Contestado: "Nada de guerra à francesa com apoio em cartas topográficas, mas sim com apoio em vaqueanos, dos quais iria organizar um Corpo muito bem pago."

O Destacamento que Paula Cidade foi Chefe de EM, foi batido na Remonta, em 22 de outubro, onde possuía seu centro de resistência.

O segundo caso é o do Aspirante Amilcar Dutra de Menezes que resistiu à interferência familiar de retirá-lo da frente de combate e do convívio de seus soldados, que ele liderava pelo exemplo e com quem convivia com risco de vida. E narra Cidade: "Fiz-lhe a vontade. Voltou para seu pelotão e para a linha de fogo. Mais tarde, quando o Destacamento se esfacelou e a disciplina começou a periclitar por toda parte, este mesmo aspirante veio procurar-me. Queria que eu visse seu pelotão que estava pronto a cumprir qualquer ordem. Dirigi- me a seu pelotão. Na sombra e na melhor compostura militar o pelotão repousava. Algumas garrafas de guaraná espalhadas no chão. Os soldados levantaram-se prontamente à minha chegada como se fossem imunes ao alvoroço que ia em torno deles. Aquela gente suja, roupa maltrapilha pelos longos dias passados às intempéries, sob influência de um chefe de pequeno escalão, conservara a força moral e a coesão em toda plenitude. Não desagregara, porque sua coesão fora cimentada pelas qualidades de liderança de seu comandante imediato!" Isto comoveu o soldado Paula Cidade.

Em 28 de outubro de 1930, após dissolvido o Destacamento de que fora Chefe de EM, Cidade apresentou-se ao EME onde foi acolhido pelo Ministro General Leite de Castro que junto com o Chefe do EME, General Tasso Fragoso, o protegeram de uma reação revolucionária. Ali continuou na Chefia da 5ª Seção (História e Geografia) até 24 de abril de 1932.

Em 23 de junho de 1936, retornou ao Estado-Maior, como Chefe da 1ª Subseção da 3ª Seção, encarregada de elaborar Planos de Operações e um anteprojeto para o Colégio Militar. Nesta ocasião aprofundou estudos históricos que resultaram no clássico Lutas no Sul com espanhóis e descendentes. Permaneceu desta vez no EME até 25 de dezembro de 1937. Foi elogiado nos seguintes termos ao ser transferido para a 5ª Seção:

"Oficial culto e inteligente. Confirmou o bom conceito que é tido no Exército. Além de seus trabalhos normais deu desempenho de trabalhos de outras seções que lhe foram confiadas." O depoimento desse período em suas Memórias é relevante.

Nessa época Cidade mantinha muito boas relações de amizade com dois antigos colegas da Escola Tática do Rio Pardo: o General Dutra, Ministro da Guerra e o Coronel Mário Ari Pires, do Conselho de Segurança Nacional, ambos ligados funcionalmente ao Presidente Vargas, também seu contemporâneo no Rio Pardo.

A sua derradeira ação como oficial de Estado-Maior foi a de Chefe de Gabinete da Secretaria Geral do Exército, então recém-criada, onde teve como chefe, seu amigo desde a Escola Tática do Rio Pardo — o General Valentim Benício. Estas funções Cidade as exerceu como Coronel de 3 Jan 39 a 16 Mar 42. Sobre Benício escreveu Cidade:

"Sua competência e capacidade de trabalho merecem ser registradas. Ele realizara verdadeiro milagre ao planejar e organizar em poucos meses uma repartição de tão alto nível e de tão grande complexidade. O segredo de seu êxito consistia em bem escolher seus auxiliares."

Cidade liga-se a todas as grandes realizações da S Ge Ex, particularmente as de natureza cultural no período 39-41. Ele por diversas vezes a dirigiu interinamente. Registra eternamente estes grandes momentos da Secretaria Geral os Anais do Exército Brasileiro 1939- 41, uma das mais preciosas fontes da História do Exército, interrompidos com a saída de Cidade para outra função. Foi dinamizada a BIBLIEx, reorganizada em 38, por Valentim Benício e inspirada

na Biblioteca de Oficial do Exército Argentino, com dois objetivos:
— Editar obras de preferência de integrantes do Exército;
— colocar à disposição dos oficiais do Rio sua coleção de livros.
Segundo Cidade, a BIBLIEx:
— "Foi marco no desenvolvimento da cultura no Exército;
— facilitou aos militares a publicação de seus livros;
— abriu novos caminhos ao pensamento militar brasileiro."
Foi na BIBLIEx, na condição de seu presidente, que Paula Cidade exerceu suas últimas funções na Ativa, de 12 Jul 45 — 05 Jul 48, pelo espaço de três anos.

O COMANDANTE DE UNIDADE

Cidade comandou duas unidades de Infantaria. A primeira como major no ano de 1935, durante a Guerra do Chaco — o 19º BI de Corumbá. A segunda, como coronel no ano de 1938 — o 12º BI, então com sede em Juiz de Fora.

Em Corumbá teve a missão de guarnecer e manter a neutralidade brasileira, ao longo de uma linha de fronteira de 700 a 800km, na frente da qual, paraguaios e bolivianos travavam a Guerra do Chaco. Chegou a Corumbá a bordo do "Fernandão". Assumiu o comando em 5 Mar 1935. Lá encontrou “oficialidade excelente com as raras exceções de sempre” e problemas de disciplina entre os soldados recrutados nas ruas das cidades do Nordeste, organizados em bandos no quartel. Ele os enfrentou e venceu com firmeza, doçura e determinação. Contornou as agitações comunistas do ambiente. Foi aos poucos apertando os parafusos da disciplina, cuidando para não fazê-los demais "e espanar a rosca”. Conseguiu bons resultados dando exemplo; estabelecendo regime de instrução severo; cuidando do bem-estar de seus soldados; expulsando os incorrigíveis e bem administrando a Justiça Militar. Para tal recebeu o apoio moral e material de seu comandante, General Pedro Cavalcanti. Administrativamente, saneou os alojamentos de percevejos e combateu indícios de desonestidade, principalmente no rancho, onde fez um ro-dízio nos postos chaves. Em face das revoluções anteriores, a Carga Geral estava na maior desordem, fato que exigiu dele medidas saneadoras rigorosas. Assim, sua ação de comando pode ser resumida: disciplina; instrução; bem-estar da tropa; moralidade e ordem administrativa.

Naquele tempo, enquanto bolivianos e paraguaios lutavam do outro lado, Corumbá era um centro de luta secreta entre agentes daqueles países. Face a indícios de invasão do Brasil pelo Paraguai para um ataque de flanco à Bolívia, fez a seguinte consulta ao seu comandante de Região:

"Caso forcas paraguaias invadirem o Brasil, manobrando contra flanco boliviano, encaro três soluções:

1ª — Cubro Corumbá e seu porto e aguardo ação da 9ª RM.
2ª — Ligo-me aos bolivianos, regulando minha ação pelas deles, prolongando sua esquerda.
3ª — Ataco os invasores unicamente com meu Batalhão, caso haja invasão.
Caso a presente consulta não tenha sido solucionada adotarei a 3ª solução."
O curioso é que no debate dessa 3ª solução houve um capitão que protestou com veemência:
A 3ª solução será a repetição de Dourados. Não quero dar uma de Antonio João!"

Antes da Intentona Comunista, segundo assinalou Cidade, um grupo de prisioneiros bolivianos comunistas que haviam aderido ao Paraguai contra o seu

país, planejou conquistar Puerto Suarez, foco de funcionários civis e militares bolivianos pertencentes ao Partido Comunista.

O desempenho de seu comando é traduzido pelo elogio de seu comandante:

"Expressiva figura de relevo profissional e moral do Exército. Brilhante oficial de Estado-Maior, já se tem feito notar por sua iniciativa na solução de várias questões relativas à instrução."

Em 1976, ao visitar o 179 BC, tivemos o prazer de conseguir o retrato de Cidade para a galeria daquela OM, bem como a do General Tertuliano Potyguara.

Cidade foi muito feliz. Deixou o 17º BC realizado profissionalmente por sabê-lo reorganizado, disciplinado e instruído. Como sempre acontece em tais casos, deixou seu Batalhão emocionado — "Aproximei-me da tropa em forma fazendo-lhe um aceno com a mão, como um pai que, chocado pela partida, se despede dos filhos sem dizer-lhe uma palavra". E esta sensação se repete anual mente com centenas de tenentes-coronéis e coronéis do Exército. É uma emoção muito forte e muito marcante na carreira.

Cidade comandou de 5 de maio de 1935 a julho de 36.

Em 25 de janeiro de 1938 assumiu o comando do 12º RI em Juiz de Fora, atualmente em Belo Horizonte. Escreveu: "Contei com admiráveis oficiais e sargentos. Encontrei com surpresa, ali naquele recanto de Minas Gerais, uma organização modelar onde tudo funcionava com a regularidade de um mecanismo de relojoaria". Assim, o esforço de Cidade foi conservar e completar as partes ainda em fase de estudos. Ali tudo estava em ordem e em dia. Fez um grande esforço para melhorar a comida dos praças, encontrando reação do aprovisionador — um oficial comissionado de 30, que teimava em afirmar: "De acordo com o regulamento o comandante não tem nada a ver com o rancho." O mencionado oficial teve de afastar-se do rancho por ter sofrido fratura na bacia, em conseqüência de uma queda quando domava seu cavalo. Afastado por um acidente de função, o seu substituto deixou o rancho como o velho Coronel Cidade gostava — "Comida boa, farta e variada e servida em equipamento compatível."

NO COMANDO DE GRANDES UNIDADES

Paula Cidade durante a II Guerra comandou e organizou a ID/9 em Corumbá. "A cidade branca e rainha do Paraguai", durante seis meses de Jul-Dez de 1942. Logo depois foi a 8ª RM, com sede em Belém, a partir de 15 Mar 43 por cerca de um ano. Em Corumbá, além de sua missão profissional normal, deixou em suas Memórias valiosas informações sobre aquela fronteira. Coordenou ação comunitária visando a reduzir os mosquitos que infestavam a cidade. Coibiu abusos em relação aos súditos do Eixo e seus patrimônios, evitando fatos lamentáveis ocorridos noutras partes. Fundou e foi o primeiro presidente da Sociedade dos Amigos de Corumbá. Ao ser promovido a general a cidade agradecida num gesto de generosidade, reconhecimento e amizade ofertou-lhe a espada de ouro de Oficial General. Antes de seguir para seu comando em Belém, recebeu pessoal mente a seguinte missão do Presidente Vargas:

"Fica em condições de ocupar a Guiana Francesa."

Motivo: "Com um governo francês pró-Alemanha em Vichy, certamente uma nação extracontinental iria ocupar a Guiana Francesa e não mais sair dali. E se alguém devia fazer isso seria o Brasil."

Esta idéia aos poucos foi perdendo consistência com o evoluir da guerra e a

ação principal de Cidade resumiu-se no seguinte:

— Proteger a base aérea americana de Vai de Cans, em Belém, próximo do Canal do Panamá e ponto de passagem obrigatório das comunicações militares aéreas americanas com a África e Europa, junto com a base aérea de Natal. Seu principal instrumento para a missão foi a Cia de Metralhadoras Antiaéreas na base de Vai de Cans, comandada pelo então Capitão Janari Nunes, mais tarde interventor do Amapá e autor de livro sobre a Bandeira Nacional. Seu relacionamento com as autoridades americanas foi excelente e de alto nível, conforme registrou.

Ocupou grande parte de seu comando em atritos com o Governador do Pará — Coronel Barata. O velho general defendeu com firmeza suas funções às tentativas de interferência. O incidente contado em detalhes em suas Memórias, terminou em Belém com mediação do Comandante da Marinha da área e só foi sepultado no Palácio do Catete, com mediação do Chefe da Casa Militar.

No setor disciplinar agiu com firmeza e doçura. Um grupo de reservistas convocados cometia toda sorte de excessos para seus integrantes serem expulsos ou processados para fugirem à Força Expedicionária Brasileira. Os incidentes entre soldados e populares eram freqüentes. O remédio para tamanho mal foi a criação em cada unidade de um Pelotão Disciplinar e, a exemplo dos americanos, as patrulhas e o pessoal de serviços passaram ao uso de cassetetes. O remédio deu resultado e foi pouco a pouco reduzido por conselhos do Ministro da Guerra, General Dutra, com quem Cidade se correspondia.

Em Belém, Cidade conviveu fraternalmente como bom católico com D. Jaime Câmara. Foi eleito sócio correspondente da Academia de Letras Paraense. Deu um saco de açúcar pago de seu bolso, para que numa época de racionamento pudesse ser servido o tradicional cafezinho da festa do Círio de Nazaré.

Um dos seus orgulhos dessa época foi o de ter sido pioneiro da inseminação artificial da área, graças segundo ele ao "Chefe do Serviço Veterinário da Região — o então Major Waldemiro Pimentel, oficial trabalhador e de larga visão naquele pedaço do Brasil. O trabalho consistiu em inseminar, com base em reprodutores cavalares de alta linhagem, 752 matrizes na Ilha de Marajó, que produziram 751 potros de belo aspecto".

O General Waldemiro Pimentel foi até falecer, em data recente, proeminente membro dos Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Histórico e Geográfico Brasileiro. Era membro da seleta Academia de História do Japão. A ele devo, em parte, o reconhecimento e iniciativa que resultou no meu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1983. A ele nossa homenagem e gratidão neste registro.

Da ação de Cidade no Pará, impressões valiosas que colheu e o carinho que recebeu das famílias e povo, deixou alentado registro em suas Memórias. Sua ação seria ressaltada em 1955 pelo Comandante da AMAN, General Júlio Teles de Menezes, que o auxiliara em Belém na Defesa de Costa, e que ao assumir o comando o apontara aos cadetes como exemplo a ser seguido por eles como:

"Vida sempre inteiramente dedicada à profissão que abraçou com entusiasmo. Soube ser chefe e bastante trabalhou em prol do Exército e da Pátria. Vida de chefe operoso e brilhante escritor."

Serviu nesta época em Belém o Capitão Francisco Ruas Santos que, mais tarde, implementaria sobremodo os estudos pioneiros de Cidade sobre História Militar no tocante a epistemologia específica.

O LITERATO MILITAR

É possível que a vocação para literatura de Paula Cidade tenha sido despertada aos 11 anos, em seu primeiro emprego, na tipografia Americana em Porto Alegre. Vocação que se consolidou no seu segundo emprego, quando idealizou e foi eleito, aos 14 anos, o primeiro presidente da Sociedade Re-creativa e Literária dos Comerciários de Porto Alegre. Nas escolas preparatórias do Rio Pardo e de Porto Alegre, e por fim, na Escola de Guerra, dessa última cidade, ele sempre foi eleito redator chefe das revistas nelas editadas "Luz"(1904), "Ocidente" (1906), "Cruzada" (1907) e "Aldebarã" (1908). Sua infância correu na época de ouro do romance, dos versos e dos contadores de "causos" em torno de um lampião nos serões porto- alegrenses. "Causos" como a Nau Catarineta, Lunar de Sepé, Tiarajú, o do bandido Camparia, de Pedro Malazartes, do Negrinho do Pastoreio etc.

Em 1910, como aspirante ainda servindo na Praça do Portão, deixou de lado a literatura e a poesia puras e simples e colocou seus predicados a serviço da Literatura Militar Terrestre Brasileira, como suporte para suas idéias reformadoras do Exército e instrumento de difusão da doutrina, da história e da geografia militar brasileira terrestre e de registro, para a posteridade, dos costumes militares e da evolução militar terrestre. Esta guinada ou mudança de rumo ele assim comentou :

"Substitui minhas leituras literárias em geral, pelas dos que falavam a língua de Marte — o Deus da Guerra — Van der Goltz, Frederico II, Napoleão e outros. A vida militar não matou em mim o amor aos livros, apenas me mudou de rumo" — ou seja, colocou sua vocação a serviço do desenvolvimento do Exército Brasileiro.

Assim, em 1910, foi gerente da Revista dos Militares, surgida em Porto Alegre, que pregou idéias progressistas e acompanhou a evolução do Exército e da Marinha por largo período, e com assinalados serviços à Reforma Militar. Revista que teve como patrocinador o General Manoel Joaquim Godolflim, Comandante da Região Militar e o seu Chefe do Estado-Maior, Luiz Acácio Leiraud como redator. Na Revista dos Militares, Cidade foi gerente, redator e secretário, o que o tornou conhecido no Rio e em outros locais.

Em 1913, servindo no 2º RI da Vila Militar, integrou o grupo dos 12 jovens turcos. Foi co-fundador da Revista Defesa Nacional, cujo programa, segundo seu depoimento, foi obra de Estevão Leitão de Carvalho e Bertoldo Klinger, e vi-sava impulsionar a renovação da Doutrina Militar Terrestre e pro- pugnar por uma profunda modificação da Ordem de Batalha ou articulação das forças terrestres no território. E, daí por diante, foi intensa a atividade literária de Paula Cidade. Ela, de fato, perdurou por 69 anos desde que fundou o Grupo Recreativo Literário dos Comerciários do Porto.

Fundaram a Defesa Nacional "jovens turcos": Estevão Leitão de Carvalho, Mario Clementino de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Bertholdo Klinger, Francisco de Paula Cidade, Brasílio Taborda, Epaminondas Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo (pai do Presidente João Figueiredo e dos generais Euclides e Diogo), cujo centenário de nascimento transcorre este ano, José Pompeo Cavalcanti Albuquerque, Jorge Pinheiro e Amaro de Azambuja Villa Nova.

Do programa de trabalho e objetivos destaco: "Colaborar para o soerguimento de nossas instituições militares, trabalhar para o progresso dos meios de defesa do povo brasileiro, aparelhando o Exército para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha etc.".

A certa altura esclarecem: "Nós estamos profundamente convencidos de que só se corrige o que se critica; de que criticar é um dever; e de que o progresso é obra de dissidentes...

Não queremos ser absolutamente, no seio de nossa classe, uma horda de insurretos, dispostos a endireitar o mundo a ferro e fogo — mas um bando de Cavaleiros da Idéia, que saiu a campo, armado, não de uma clava, mas de um argumento, não para cruzar ferros, mas para raciocinar; não para confundir, mas para convencer. Nesta revista encerramos o direito da crítica às idéias, não aos indivíduos."

O GEÓGRAFO MILITAR BRASILEIRO

Paula Cidade foi e continua sendo o maior geógrafo militar terrestre brasileiro. Ao entregar seu Thesaurus de Cultura Militar ao IGHMB, em sessão em 1983, o Coronel Francisco Ruas Santos declarou que seu Thesaurus era inexpressivo em geografia militar, setor que se mantivera sem novidade e estagnado desde a obra de Paula Cidade — Notas de Geografia Militar Sul-Americana, editada pela Escola Militar em 1932 e pela Biblioteca Militar em 1942. Obra de grande repercussão militar sul-americana, traduzida pelo Exército do Chile e dali difundida, estudada e muito apreciada até hoje nas escolas de Altos Estudos de outros países sul-americanos onde o autor goza de justa e merecida nomeada.

Acreditamos que o gosto pela Geografia Militar levou Paula Cidade a produzir, com apoio em obras alemãs de tática, seu primeiro livro sob o título Noções e problemas de leitura de cartas, sistematizando e ampliando ensinamentos desconhecidos então pela imensa maioria dos oficiais, os quais foi obrigado a absorver, como autodidata, ao ser encarregado, ainda como aspirante, na Praça do Portão, em Porto Alegre, de ministrar instrução de jogos de guerra, denominação imprópria para, em realidade, exercícios na carta.

De 1924-30, como capitão, serviu no histórico e tradicional então 1º Regimento de Infantaria. Comandou a 1ª Cia do 3º Batalhão que estava á disposição da EsAO. Teve como subalternos os tenentes Paulo Lobo, morto na Revolução de 30, e Juracy Magalhães. Nestas funções realizou incontáveis reconhecimentos no terreno à luz de cartas topográficas, para o Diretor da Missão Militar Francesa da EsAO.

Como instrutor de História Militar, recebeu o encargo do Comandante Cel José Pessoa, de introduzir a Geografia Militar na Escola Militar do Realengo. Disse-lhe então, "para ele o que foi o maior comandante que teve a Escola Militar em toda a sua vida e um dos mais destacados militares de seu tempo".

"Capitão Cidade! Não recuse ser instrutor de Geografia Militar, pois a meu ver você é a única pessoa capaz, conforme provas que já deu em outras escolas."

Com as muitas notas de aulas no curso da ECEME e um pouco mais escreveu Cidade em suas Memórias-,"Surgiu um livro que teve grande repercussão no estrangeiro — Notas de Geografia Militar Sul- Americana, que a Escola Militar mandou imprimir. Este trabalho foi editado pela Biblioteca Militar em 1942".

De seus movimentados contatos com a geografia militar em sua subunidade que apoiava a EsAO, foi chamado para o Estado-Maior do Exército onde lhe foi confiada a chefia da Seção de História e Geografia Militar e a chefia da Revista Militar Brasileira. Assuntos de sua preferência e nos quais firmara sua reputação no centenário da Batalha do Passo do Rosário.

De 22 Fev 1930 a 24 Abr 1932, além da chefia de sua Seção e o combate a Revolução de 30 em Minas, atuou exclusivamente em Geografia Militar. Assim, lecionou na Escola de Intendência e Geografia Econômica com aplicações

militares e ministrou curso de Geografia Militar, na ECEME, como conferencista. Nele inspirou suas famosas Notas de Geografia Militar Sul-Americana. Na época de comandante de Cia no 1º RI, ele era encarregado dos temas táticos enviados ao comando de sua Brigada pela Região Militar.

Seu derradeiro trabalho publicado *Dois ensaios de História*, é uma combinação de Sociologia, Geografia e História Militar. O segundo é mais precisamente um trabalho de geo-história no sentido de explicar a história do Rio Grande do Sul pela sua geografia e já publicado pelo Congresso de História e Geografia do RS em 1937, em seus *Anais*. Fez este ensaio com originalidade e espírito nativista. Seus estudos de geografia militar sul americana merecem continuidade em nossas escolas militares, como essência do espírito da Geografia Militar, assunto que forneça aos instruendos uma visão dos aspectos topotáticos e topoestratégicos essenciais ao estudo do terreno pelos EM, em qualquer escalão tático e estratégico considerado.

E, mais, estudo que deve atingir estágio visando não só a aspectos geográficos militares físicos, mas os econômicos, políticos e sociais que possam enquadrar-se em geografia militar de interesse do planejamento e condução de operações militares. O Cel Ruas Santos procura provar que, se os americanos tivessem levado em conta aspectos geográficos militares sociais sobre o Vietnã, teriam conduzido aquela guerra de outra forma ou mesmo a evitado. Isto com apoio em levantamento das guerras que tiveram lugar naquela península em milênios, à luz da Enciclopédia Britânica.

O HISTORIADOR PAULA CIDADE

Paula Cidade foi, no cerne, um historiador militar. Seus estudos tomaram corpo e passaram a ser publicados em função do Centenário da Batalha do Passo do Rosário em 1927, quando servia no Estado-Maior, Seção de História e Geografia Militar, junto com o General Tasso Fragoso, chefe daquele órgão que então escreveu um clássico sobre aquela batalha.

Sobre o tema, Cidade editou: O Soldado de 1827,"Uma Brigada de Cavalaria na Cobertura", Histórico "da Campanha de 1825-28" etc., além de preparar e anotar a caderneta de Seveloh. Seus estudos prosseguiram num crescendo, focalizando a guerra contra Oribe e Rosas 1850-51, guerra contra Aguirre 1864 e guerra com o Paraguai 1865-70. Desse confronto de estudos produziu o clássico Lutas no Sul com espanhóis e descendentes, 1948, complementado em 1960 pelo ensaio dirigido aos candidatos à ECEME. "O que é indispensável saber sobre nossas intervenções no Prata". Prosseguindo seus estudos sobre literatura militar brasileira, editou em 1959 o clássico Síntese de três séculos de literatura militar brasileira, ponto de passagem obrigatório para quem depois deseje estudar a História Militar Terrestre Brasileira.

O último trabalho publicado encerrou um ensaio complementar ao esboço biográfico do Marechal José de Abreu — Barão de Serro Largo, realizado pelo Barão do Rio Branco e, na época, passaporte do grande diplomata e historiador para seu ingresso, muito jovem, no Instituto Histórico e Geográfico.

O SOCIÓLOGO MILITAR

Paula Cidade foi, de fato, o maior sociólogo militar das forças terrestres brasileiras. Neste particular, realizou obra literária sem igual até o presente. Seus estudos a respeito tiveram início em 1909, como aspirante a oficial, quando

serviu três meses em Cruz Alta. Lá começou então a observar e registrar os costumes militares brasileiros. Através dos tempos, foi uma característica relevante de sua obra. Dentro desse espírito ele produziu o seu primeiro livro em 1922 sob o título O Soldado de 1827.

Em 1939, no cinqüentenário da República, ele produziu o trabalho O Soldado de 1889 para a obra A República Brasileira. Junto com Bertoldo Klinger estudou os "Brummer" — A Legião Prussiana (1º Reg Art, 1º RI e 2 Cias de Pontoneiros) contratados pelo Brasil para lutarem contra Rosas em 1851-52. Assunto que tratei em meu livro Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RS. Porto Alegre, IEL, 1975. A sua obra — Síntese de quatro séculos de literatura militar, está recheada de valiosas informações sociológicas militares brasileiras, bem como a sua outra obra — Cadetes e alunos militares através dos tempos em 1961, que preserva importantes informações relacionadas com os costumes e tradições militares em nossas escolas militares.

Em suas Memórias inéditas e em fase de estudos para possível publicação e que tivemos a honra e o privilégio de estudar, para elaborarmos este ensaio, Paula Cidade nelas registrou dados relevantes sobre costumes nos locais onde serviu de 1902-1948.

O HOMEM

Paula Cidade em corpo e alma foi produto do meio físico e mental do Rio Grande do Sul, onde nasceu, se criou e se tornou adulto. Meio físico e mental que ele estudou e definiu de modo ímpar em sua obra — Dois Ensaios de História. Ele mesmo se questionou no início de suas Memórias:

“Quantas vezes não tenho agido errado ou com acerto, transportando-me inconscientemente para a terra onde nasci e me criei, colocando-me sob a influência de meus ancestrais que surgiram inesperadamente em minhas atitudes, embora recondicionados. Vez por outra, sem o querer, emerjo do meio rio-grandense de minha infância e juventude."

Cidade era um homem forte. Sua vida sempre foi morigerada, comia muito pouco, não fumava, não bebia e gastava o mínimo necessário. Sua única diversão era a pesquisa histórica, assunto em que concentrava suas atenções nas folgas de profissional militar dedicado. A parte logística e familiar ficava por conta de sua esposa, D. Estelita.

Extremamente católico, tinha muito orgulho cristão de haver por duas vezes falado com o Papa. Ao perder sua primeira esposa em 1946, mudou-se do Grajaú para a Praia do Russel para ficar mais perto das instituições culturais de que necessitava. Foi soldado corajoso, de elevado senso de justiça, boa rusticidade, frugal e que sabia alternar com equilíbrio as virtudes de firmeza e doçura, características do gaúcho histórico e que encontraram em Osório um expoente.

ÚLTIMOS TEMPOS DE CARREIRA

Em 23 de julho de 1949 partiu para a Itália integrando a FEB como membro do Conselho Supremo de Justiça Militar, órgão submetido a pressões e a incompreensões no Brasil e na Itália. Dessa sua missão que durou até 13 de dezembro, ele não guardou boas lembranças. Pois o Conselho não foi bem sucedido, não funcionou a tempo e teve seu trabalho anulado pela Anistia. Suas impressões de grande valor sobre sua missão foram registradas em suas Memórias, em Nápoles e um pouco mais e em obras inéditas sobre Nápoles e a

História da Justiça Militar.

De retorno da Itália passou a presidir a Bibliex de 12 Jul 45 até 5 Jul 48, data de sua passagem para reserva como General de Divisão, depois de 46 anos de excelentes e modelares serviços prestados ao Exército na paz e na guerra. Na Reserva, passou a dedicar-se aos seus estudos e produzir suas Memórias sob o seguinte argumento:

"Desde que, pela minha passagem para a Reserva, fui sepultado no esquecimento, tomei resolução de escrever minhas Memórias, com o fito de legar à História um depoimento que, talvez tenha interesse para os que, mais tarde, queiram saber certas particularidades da curva imaginária que o Brasil vem descrevendo, na sua interminável marcha para o infinito do calendário. De onde viemos? para onde vamos?"

Sobre estímulos de sua segunda esposa D. Nera, Cidade passou o resto dos seus dias dedicados à literatura. Ora escrevendo, ora fazendo conferência, ora participando de eventos do Pen Clube. Enfim dando uma finalidade social relevante aos seus dias e compatível com o seu passado de soldado.

Faleceu em 5 de março de 1968 no HCE, foi sepultado no sarcófago perpétuo 394, Ala 4 do Cemitério São João Batista.

O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil o homenageou na ocasião, através de sua Revista Vol XLII - 19 sem, 1968, pág. 168.

ALGUNS PENSAMENTOS

1. Sobre o progresso na primeira metade do século:

"Tudo passa rápido, do que na realidade nos parece. A transmissão de um pensamento, dos que vivem em regiões afastadas entre si e que outrora exigia meses e anos, passa a fazer-se em poucos minutos pelo telefone ou por outros meios básicos. O avião abole as distâncias, como o rádio passa a propagar o pensamento, bom ou mau, através do espaço e as idéias rápido se expandem. Contudo isto, montanhas, rios e florestas já não são obstáculos a homogeneização dos costumes e cada vez mais reduzidas as probabilidades de civilizações localistas e fechadas sobre si mesmas. A máquina e as facilidades de comunicações se tornaram denominador comum de todas elas. Os homens que viveram o último meio século (1900-1950) testemunharam o ocaso de uma civilização e o amanhecer de outra. Eu fui um desses homens."

2. Sobre o Pensamento Militar português (sua interpretação):

"Julgada a causa justa, pedir proteção divina e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade de meios."

3. Marcos da evolução militar terrestre (sua interpretação):

"Há na evolução das instituições militares brasileiras, quanto ao Exército, cinco pontos culminantes:

a) A vinda da Família Real de Portugal para o Brasil, o que deu às forças locais de terra importância que anteriormente lhes eram negadas.

b) A Guerra do Paraguai, que culminou com uma experiência técnico-administrativa que durou mais do que devia.

c) A criação da Escola de Guerra de Porto Alegre, que modificou profundamente o preparo profissional dos oficiais do Exército, complementada pela decretação do Serviço Militar Obrigatório.

d) A contratação da Missão Militar Francesa que, em 20 anos de trabalho, recondicionou o pensamento militar brasileiro, atualizando-o.

e) A intervenção do Brasil na 2ª Guerra Mundial, que proporcionou a certo número de oficiais um reconhecimento real do campo de batalha moderno,

permitindo-lhes encarar as consequências da intervenção atômica, nas guerras do futuro...”.

4. impressões de um combate na Revolução de 30 (sua visão do campo de batalha na Remonta, na Revolução de 30):

"Um campo de batalha, à noite, quando os adversários se enfrentam a curta distância, apresenta um quadro que nenhuma pena pode descrever, porque ainda não se inventou um meio de reproduzir literalmente a eclosão simultânea de numerosos aspectos terrifican- tes. A escuridão da noite acarreta a possibilidade de surpresas reais e imaginárias, os cadáveres encontrados pelo caminho, os feridos transportados para a retaguarda ou que se arrastam sozinhos, os estampidos das armas de toda espécie, os gritos dos combatentes, os clarões sinistros dos incêndios que se divisam ao longe, a fadiga do corpo e da alma, as incertezas relativas ao que os acasos nos reservam, tudo enfim conspira contra os que se habituaram a esse namoro com a morte. A maioria dos homens suporta tudo isso com resignação, principalmente quando há prévia separação mental. Poucos são os que fogem a esta regra."

5. Palavras de encerramento de suas Memórias referente às injustiças de que foi alvo ou vítima:

"Agora a confissão de um pecador não arrependido: meu grande erro na vida foi o de crer que aquilo que eu não faria contra o direito alheio, outros fariam com os meus. Erro ou doença adquirida em tenra idade, na minha grande escola que foi o meu lar onde se dizia, insistindo nesse erro, que o mundo é justo e dá a cada um aquilo que de direito lhe toca."

Esta é a síntese da vida e obra de Paula Cidade, aqui evocada no centenário de seu nascimento com uma justa homenagem e de reconhecimento às mesmas e um primeiro inventário sereno da posteridade agradecida pelas valiosas lições que ele proporcionou.

OBRA LITERÁRIA DE PAULA CIDADE

A obra literária produzida por Cidade e a seguir relacionada é alentada. Consta de livros publicados na Bibliex e de enorme lista hemerográfica de trabalhos publicados nas revistas Militar Brasileira (atual "do Exército" que dirigiu), Defesa Nacional, dos Militares, Nação Armada e nos jornais Correio da Manhã, Jornal do Comércio, do Rio, Estado de São Paulo e Correio do Povo. Usou o pseudônimo de M. T. Camilo Eugênio.

Como trabalhos inéditos, deixou:

"Memórias", "História da Justiça Militar" de fundo histórico, "Visões da Itália" e "A luz do lampião de querosene", conjunto de "causos" e lendas de natureza folclórica gaúcha no entendimento geral ou de natureza tradicionalista ou nativista, no entendimento gauchesco.

Integrou como ocupante da cadeira nº 3 que tem como patrono o Barão do Rio Branco, o Instituto de Geografia e História do Brasil, do qual foi um dos fundadores. Hoje é patrono da nova cadeira nº 88, que tenho a honra de ocupar. Foi membro correspondente dos institutos históricos e geográficos do Rio Grande do Sul, São Paulo e cidade de Santa Maria. Igualmente das academias Fluminense, Paraense e Sul-Riograndense de Letras, da Associação Amigos de Simancas, Pen Club, Estudos Históricos da Bolívia e Comissão de Estudos de Textos da História do Itamarati. Integrou comissões organizadoras do IBGE, da BIBLIEX e Arquivo do Exército. Recebeu as medalhas e condecorações: Mérito Militar (grande oficial); 40 anos de bons serviços; da Campanha da FEB; de Guerra; Jurídica Militar (Alto Mérito) e de Comandante da Legião do Mérito dos

EUA. Foi Comendador da Ordem dos Andes (Bolívia). Recebeu ainda as medalhas comemorativas: Santos Dumont; Cinqüentenário da República; Sesquicentenário da AM AN; Solidariedade da Itália e Centenário de Rio Branco. Paula Cidade falava francês e italiano e traduzia alemão. Estas foram importantes ferramentas para transferência de "know-how" militar na fase da Reforma Militar.

Publicou alguns trabalhos na Itália que foram vertidos para o italiano por sua ilustríssima esposa D. Nera Ponsiglione Cidade, que fora professora de literatura brasileira na Itália, além de estudiosa de Machado de Assis, cuja obra despertou a atenção de Paula Cidade nos seus últimos anos de vida.

Paula Cidade, um escritor e soldado a serviço do progresso do Exército, na Reforma Militar deixou alentada obra bibliográfica e hemerográfica a seguir relacionada. É talvez o ponto alto da presente contribuição no centenário de seu nascimento e o tributo mais significativo à preservação e culto de sua memória, até agora ímpar como escritor e modelar como profissional militar, a homenagem da Defesa Nacional a um de seus fundadores, secretário, quando essa revista comemora 70 anos de existência.

Bibliografia e Hemerografia do General Francisco Paula Cidade (1883-1968)

1910 — A verdadeira e a falsa nação armada. Porto Alegre, Liv. Americana, cerca de 1910 (Tiro de Guerra 4 de Porto Alegre), 42 pp.

1913 — Manual do sinaleiro. Porto Alegre, Liv. Americana—Cunha, 1913.

1921 — Noções e problemas de leituras de cartas Rio, 1921. (Separata da Revista dos Militares de Porto Alegre.)

1924 — O soldado de 1827. Rio, Imprensa Nacional, 1927. (Separata da Revista Militar Brasileira — RMB.)

1928 — O Exército Brasileiro na Colônia, in Pródomos da Independência. Rio, Imprensa Nacional, 1928, 58 pp.

1930 —A nossa gente: Paissandú e Leandro Gomes. Rio, Imprensa Nacional, 1930 (sobre a guerra contra Aguirre, 1864).

1930 — O domínio da Bacia Hidrográfica do Prata. Rio, Imprensa Militar, 1930.

1930 — Prefácio e notas in Reminiscências de campanha de 1827. (Separata da RMB nº 1, 1980.)

1931 — Uma Brigada de Cavalaria Ligeira no Serviço de Cobertura. Rio, Imprensa Militar, 1931 (Separata da RMB). Sobre a missão do Gen Bento Manuel, em Passo do Rosário.

1934 — Notas de geografia militar sul-americana. Rio, Escola Militar do Realengo, 1934. 1 ed e Bibliex 1942, 2 ed.

1939 — O soldado de 1889 in A República Brasileira. Rio, Bibliex, 1939.

1939 — Floriano no vale Uruguai, 1865, in Floriano. Rio, Bibliex, 1939.

1941 — O Barão do Rio Branco. Rio, DIP, 1941 (Seu discurso de posse no IGHMB e de sua recepção no mesmo pelo Ten Cel Jonas Correia).

1941 — Las bases naturales de Ia buenavicinidad in Fuerzas Armadas de América, t. 1. Buenos Aires, 1941.

1946 — Nápoles e um pouco mais. Rio, Bibliex, 1946.

1948 — Lutas no Sul com espanhóis e descendentes. Rio, Bibliex, 1948.

1955— Duque de Caxias in Vidas de Estadistas Americanos. Porto Alegre, Livraria Globo, 1955, pp. 219-413.

1959 — Síntese de três Séculos de Literatura Militar Brasileira. Rio, Bibliex, 1959.

1960 — O que é indispensável saber sobre as nossas intervenções no Rio da Prata. Rio, Imprensa do Exército, 1960 (Separata da RMB).

1961 — Cadetes e alunos militares através dos tempos. Rio, Bibliex, 1961 (Sesquicentenário da AMAN).

1966 — O Rio Grande do Sul — Explicação da História pela Geografia in Dois ensaios de História. Rio, Bibliex, 1966.

1966 — Mal José Abreu — Barão de Serro Largo in Dois ensaios de História. Rio, Bibliex, 1966.

Hemerografia parcial de Paula Cidade

1 — Publicados na Defesa Nacional (e relacionados no índice do Cel Francisco Ruas Santos, na Administração da Revista). Subsídios Táticos. Os fanáticos. Recrutamento de oficiais. Exércitos estaduais. Em torno do Contestado. Em torno de um Relatório. Colégios Militares. Dois Assuntos. Reflexões. A Velha Infantaria. Notas e curiosidades. Um novo Regulamento. Organização Regional. A doutrina e os processos de exercícios. O desenvolvimento em setor determinado. A localização dos Corpos de Tropa do RGS. Armamento de Infantaria. Tradições internacionais no Rio da Prata. História Militar do Brasil do Cap Genrerico Vasconcelos. Os cadetes. Operações estratégicas defensivas (Van der Goltz). Em defesa de nossa língua. Oficiais de Estado- Maior. Escola Militar. O problema da segurança. O desaperto. O fator moral na campanha de 1825. Ò centenário de Passo do Rosário. As Dl. Observações sobre a organização da Infantaria. 0 Marquês de Barbacena e as promoções ao seu tempo. A Defesa Nacional e sua História (revista). Osório, sua vida e gestos. A prata da casa. Questões administrativas. Vinte e sete anos mais tarde. Chefes de Cavalaria — galeria. Boletim de Informações da Bibliex. O túmulo de Virgílio. Trinta e cinco anos mais tarde. Confissões de um veterano.

2 — Publicados na Revista Militar Brasileira e relacionados em índice do Cel Francisco Ruas Santos, na administração da Revista, ora Revista do Exército: (1930) O Soldado de 1827. Municiamento e remuniciamento. Pequenas frações de Infantaria. O domínio da Bacia do Prata. Concurso a ECEME — orientação. O Exército Russo dos Soviéticos (trad.) e uma Bda Ligeira na Cobertura (1931). Como estudar um ponto de História. Ataques aéreos em massa (trad.). (1941) — Cavalo ou motor? Em torno da Geografia Militar. O Conde D'Eu, na Chefia da Comissão de melhoramentos do EB e no Comando Geral da Artilharia. (1945) — A intelectualidade entre os mercenários alemães de Pedro I. (1946) — Cidades que agonizam (impressões da Itália). Gomes Carneiro, um chefe que soube morrer cumprindo ordem. Marte afia a espada (geografia operativa na guerra moderna). (1947) — O pão como arma de guerra. (1948) — Mal Antonio Ilha Moreira. (1949) — A verdade Histórica. (1950-54) — Verbetes para um Dicionário Bibliográfico Militar Brasileiro. (1966) — 0 que é preciso saber sobre a diplomacia imperial no Prata (Separata).

3 — Publicados em Nação Armada (1539- 47): (1941 — Jul) — Atuação de Rio Branco no plano militar e diplomático. (1941 — Out) — Costumes de Soldados. (1942 — Jun, Set, e Nov) e (1943 — Jun e Ago) — Exército do Passado — Rio Pardo e uma velha Escola Preparatória. (1943 — Mar, Abr e Dez) — O Exército do passado (costumes e fatos antes de 1908). (1944 — Dez) — Lili Marlene. (1945 — Abr) — Os nossos soldados na Itália. (1945 — Jul) — A Justiça Militar na FEB (do diário de um expedicionário).

4 — Publicados na Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil: (1955 — 19 Sem) — Mal Hermes da Fonseca. (1961 — 19 Sem) — A cata das fontes históricas. (1961 — 29 Sem) — Arquivo Militar e Arquivo do Exército — um equívoco. (1962 — 29 Sem) — Tasso Fragoso, um pouco de História do Exército. (1963 — 19 Sem) — Quando nasceu o general Osório? (1963 — 29 Sem) — Pombal e os jesuítas e o Brasil — Bibliografia — apreciação. (1964 — 19 Sem) — O terço e as ladainhas. (1966 — 29 Sem) — Pé de página II.

5 — Publicados na Revista do Clube Militar: Municipalismo (Jan/Fev 55); Unidade Nacional em perigo (Set/Out 55) e Brasil — Bolívia (Nov/Dez 55).

6 — Publicados na Revista da Escola Militar: Um começo de vida (1934) e Mal Hermes da Fonseca (1963).

7 — Publicados no Boletim Mensal do EME: Tiros de combate no 109 RI (1918).

8 — Publicados na Revista dos Militares — Porto Alegre: Noções de Geografia, História Pátria e Militar (1913); Guia de instrução do sinaleiro (1917); Noções e problemas de leitura de cartas (1921) e Organização do Exército e do Serviço Militar (não se conhece coleções dessa importante revista onde Cidade escreveu outros trabalhos).

9 — Publicados na Revista Brasileira de Geografia: Aspectos geo-humanos de Mato Grosso — Corumbá (Abr/Jun 43).

10 — Publicado na Revista de Cultura Política: O problema da Defesa Nacional (Jun 42, pp. 218-233).

11 — Publicado na Revista do Ginásio Imaculada Conceição: Corumbá - 1945: Discurso de paraninfo.

12 — Publicado no ASCHN n9 2: O Exército do Brasil na Independência à Maioridade (pp. 328-367).

13 — Publicado no CIHA — 7: O Exército Brasileiro na Colônia (pp. 687-735).

14 — Publicados no Jornal do Comércio — Rio: Um escritor (Trischauer) sobre o Brasil (14 Jul 42); Martftafia a espada (14 Set 46); Argentina Geo-Política Sul-Americana (23 Set 46); A

Justiça Militar Brasileira — notas da Itália — observações (25 Jun e 01 Jul 47); Da Itália — livros e outros brasileiros (Out 49); A verdadeira história e o lirismo histórico (28 Mai 50; O Brasil visto por observadores do rei de Nápoles (22 Out 50); A FEB por seu comandante — verbete (Nov 51); O programa atual da imigração italiana (18 Jul 54); Um eleitor dirigiu-se ao partido (15 Set 54); Reminiscência da Revolução de 30 em Minas (12 Dez 54); O Rio e a mudança da capital (25 Abr 56); O custo de vida e os vencimentos militares (15 Dez 56); Documentos sobre o Brasil em Nápoles (Jan 57); Reminiscências de uma expedição á Bahia (24 Mar 57) e Duas vezes com Sua Santidade — o Papa (11 Ago 57).

15 — Publicados no Jornal do Brasil — Rio: A guerra e a renovação de costumes (07 Abr 42); Titara e Bormman (09 Fev 52); Arquivo Militar e Arquivo do Exército (20 Abr 58); Deodoro espada contra o Império (11 Mai 58); Alguns aspectos do general Osório (25 Mai 58); A Revolução de 1922 na Escola Militar do Realengo (30 Jun 58); A velha cidade de Porto Alegre (17 Ago 58); Velhos costumes de nossa gente (21 Set 58); História da história do Barão de Serro Largo (30 Nov, 07 e 21 Dez 58).

16 — Publicados no Correio do Povo de Porto Alegre: As 10 obras fundamentais da bibliografia rio-grandense (22 Out 55); Santo Ângelo e Sepé e sua estatura (1955); Comitê internacional de Ciência Histórica (07 Set 56); Os dois ciprestes (08 Set 56); Autógrafos raríssimos (15 Set 56); Porto Alegre — até avista (27 Out 56); Carlos Maul (10 Nov 56); Costumes de soldados (08 e 15 Dez 56); Centenário da morte de A. Conte (16 e 17 Mar 57); Duas vezes com Sua Santidade o Papa (29 Jun 57); Porto Alegre, trágica sentimental (03 Ago 57); Acquercelli Napoletani (27 Nov 57); A minha primeira noite num quartel (11 Jan 58); A velha Porto Alegre (30 Ago 58); Velhos costumes de nossa gente (18 Out 58); Arquivo Militar e do Exército (18 Abr 59); Meio século mais tarde da declaração de aspirantes de 1909 (13, 10 e 17 Jun 59); Porto Alegre e as mulheres de Teatro (25 Jul 59); Bahia, berço do Brasil (05 Dez 59); Em torno da História do Brasil (30 Abr 60). Com o pseudônimo de M. T. Camilo Eugênio. Os contos: Um voluntário (23 Jul 60) e O Crescêncio (30 Jul 60).

17 — Publicados no *Jornal de Rio Pardo* — RS: A partida da Escola Tática e Preparatória (07 Fev 55).

18 — Publicados na *Gazeta de Corumbá* — MT: Corumbá—Brasil—Bolívia (31 Mar 37) e Corumbá, um apelo (02 Fev 55).

19 — Outras colaborações:

— Canto de guerra do 309 BI (1910) e Cabocla Bonita (letras) *in* LIRA, *Cânticos.* Rio, Bibliex, 1942.

— Costumes de Soldados, *in* LIRA. *1ª Exposição de Folclore no Brasil.* Rio, 1953.

— Orador oficial turmas que concluíram a

ECEME em 1940, *in Escola de Estado-Maior,* 1940.

— Estudos e notas, *in Os Brummer,* Rio Grande, 1951. (Publicado pelo Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos.)

— Prefácio e notas *in* SEI D LER, *Dez Anos de Brasil.* São Paulo, s/d.

— Colaborações, *in Manual para o comando de tropas.* Porto Alegre, 1917 (com Klinger e Eneas).

O arquivo do General Francisco Paula Cidade encontra-se sob a guarda de seu filho Cel R/1 Waldir Vieira de Paula Cidade, no Rio de Janeiro. Sua Biblioteca em grande parte foi doada a AMAN e incorporada a Biblioteca Central daquela Academia.

CENTENÁRIO DO GENERAL BERTHOLDO KLINGER, CO-FUNDADOR DE "A DEFESA NACIONAL" (1884-1969)

Transcorreu, em 19 de Janeiro de 1984, o centenário de nascimento, na cidade gaúcha de Rio Grande, do General Bertholdo Klinger, filho de um imigrante alemão e bisneto de um outro que é considerado o pioneiro da indústria cervejeira no Rio Grande do Sul.

Klinger conquistou merecido lugar na história do nosso Exército como um paladino do profissionalismo militar, um modernizador da Artilharia de Campanha e como um dos idealizadores, e o mais moço, dentre os 13 "jovens turcos que fundaram a revista "A Defesa Nacional" há 70 anos. Foi ele uma

espécie de líder e catalisador da chamada "Missão Alemã" que, de 1911 a 1921, exerceu de fato considerável influência para a modernização c operacionalidade do Exército Brasileiro. Para isso contou com o apoio dos mais destacados estagiários brasileiros que, "de 1911 a 1912, serviram no Exército da Alemanha, quase todos egressos da Escola de Guerra de Porto Alegre, que se tornou, a partir de 1909, sob a égide do Regulamento de Ensino de 1905, um ponto de inflexão do ensino, ao abandonar o bacharelismo em favor do profissionalismo militar.

Foram esses oficiais que fundaram esta revista, como porta-voz de suas idéias reformadoras e atualizadoras do Exército. E o fizeram dentro da filosofia da sadia crítica militar exercida por seus colaboradores e redatores, que contaram com a compreensão e o estímulo dos Ministros da Guerra que lideraram a reforma militar.

"Só se corrige o que se critica. Criticar é um dever. O progresso resulta da crítica. O que hoje parece excelente, amanhã será criticável. Nossa crítica visará as idéias e não as pessoas". Com este lema, os fundadores partiram para um objetivo que não era outro senão aquele expresso no próprio nome da revista — A Defesa Nacional. E a idéia catalisadora se transformou numa bola de neve que, de tanto crescer, acabou por envolver, empolgar e abraçar expressivas inteligências militares e civis, preocupados com uma segurança nacional que fosse compatível com a evolução da doutrina militar mundial.

Como líder da referida "Missão Alemã", Bertholdo Klinger participou com destaque do trabalho patriótico e meritório que logrou,antes, durante e logo após a Primeira Guerra Mundial, reduzir a distância entre as doutrinas militares em voga na Europa e aquelas em prática no Brasil, que ainda lembravam, em seus aspectos táticos, a doutrina que fora aplicada na Guerra do Paraguai (1865-1870).[1]

De fato, a "Missão Alemã" alicerçou durante 10 anos um trabalho que passaria a ser exercido, de 1920 a 1939, pela Missão Militar Francesa. Além disso, deu origem à célebre Missão Indígena da Escola Militar do Realengo que, integrada pelos melhores instrutores das Armas selecionados em concursos pelo Estado-Maior do Exército, teve seu período áureo entre 1919 e1921.

A atuação dinâmica, incansável e objetiva de Klinger, na "Missão Alemã" e em "A Defesa Nacional", encontrou repercussão positiva na Reforma Militar (1904-1945) que contribuiu para arrancar o Exército dos obsoletos padrões operacionais de Canudos para os padrões revelados pela Força Expedicionária Brasileira na Itália. Ali, a FEB daria mostras de grande valor, ao lutar em aliança ou contra representações dos melhores exércitos do mundo em confronto na Europa durante a Segunda Guerra Mundial.

No contexto da atuação múltipla de Klinger, destaca-se sua projeção modernizadora e atualizadora de nossa Artilharia de Campanha, graças ao que ele observou durante seu estágio na Alemanha. Tal atuação tornou-se intensa e apostolar através desta revista, do Boletim do Estado-Maior, da tradução e edição de regulamentos específicos e, sobretudo, através da instrução nas unidades de Artilharia de Campanha, no Rio de Janeiro, em São Gabriel, Itu e Campo Grande.

Esse trabalho de um apóstolo da religião do trabalho, da qual se dizia adepto, se irradiou por toda a Artilharia de Campanha, a ponto de se projetar nos notáveis padrões de Artilharia da FEB (precisão e eficácia com economia). Afinal, o Marechal Mascarenhas de Moraes, Comandante da FEB, orgulhava-se

[1] Segundo o General Meira Mattos in "Marechal Mascarenhas de Morais e Sua Época", Bitrtiex, Rio de Janeiro, 1983.

de ter sido seu aluno nessa matéria.

Como escritor militar, que desde 1903 passou a usar a pena como arma eficaz para sua ação modernizadora do Exército, Bertholdo Klinger prestou relevante contribuição à memória não apenas do Exército como até mesmo do Brasil, ao escrever uma alentada, minuciosa e abrangente autobiografia que relaciona toda a sua vasta bibliografia e hemerografia.[2] Escrita na Ortografia Simplificada Brasileira, que ele inventou em 1940 e passou a adotar solitária e unilateralmente, essa obra constitui algo de singularíssimo na literatura brasileira.

A partir de 1921, a obra de Klinger passa a ter um cunho predominantemente político-militar, cujo epílogo chegaria com o final da Revolução de 1932, em São Paulo. Foi nessa ocasião que conquistou um lugar na História Militar do Brasil, ao assumir o comando supremo do movimento, cujo cinquentenário em 1982 deu margem a uma análise isenta de sua atuação.

Infância em Rio Grande

Bertholdo Klinger descendia, pelo lado materno, de João Enrice Ritter, o pioneiro da indústria da cervejaria em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, atividade que aos poucos foi se expandindo para São Lourenço, Pelotas. Rio Grande e Porto Alegre. Seu pai, Antonio Klinger, se estabelecera em 1883 em Rio Grande, com negócio de cervejaria e maltaria.[3] Em 1898, a firma passou a representar a Cervejaria Pelotense e a operar uma fábrica de gelo. Bertholdo viveu uma infância feliz, no seio de uma família próspera e bem relacionada com toda a colônia alemã. Dos 6 aos 8 anos estudou nos colégios de Otto Werner, dos irmãos Bornhorst, e finalmente no do francês Du Pont onde lecionavam dois engenheiros do Exército. Sua vocação militar foi despertada certamente pela visão da guarnição federal de Rio Grande. Mas desde tenra idade Klinger já costumava brincar de comandante de batalhão com outros meninos, aos quais até remunerava com vinténs. Os melhores momentos de sua vida, porém, eram passados no sítio paterno, junto ao Saco da Mangueira. Alternava lazer e estudos, ora trabalhando na cervejaria ora servindo de garção num bar anexo. Entre suas recordações na infância destaca-se a histórica rivalidade entre rio-grandinos e pelo- tenses, que se apelidavam mutuamente de "papa-areia" e "sebeiros" (o primeiro apelido lembrando o domínio da cidade pelas areias e, o segundo, a atividade de fabricação de charque, impossível de ser praticada em Rio Grande, pela areia fina que se introduzia na carne).

Já na infância surgiu em Klinger uma deficiência visual em consequência, segundo ele afirma, de ter lido muito à luz de velas e de lampiões. Sem receita médica, como era de costume na época, comprou um par de óculos que melhor se ajustassem à sua deficiência.

Na Escola Preparatória de Rio Pardo

Em 1899, Klinger ingressou, como civil voluntário, na Escola de Rio Pardo, juntamente com outros cinco rapazes, entre estes, João Baptista Mascarenhas de Moraes. Klinger media apenas 1,53 m de altura e logo foi apelidado de "alemãozinho". Vem dessa época, segundo ele registra em sua autobiografia, o hábito generalizado de tomar chimarrão, por tradição ou imitação, e também o de vestir as roupas dos companheiros, para o aluno dar a impressão de que possuía um enorme guarda-roupa.

A Escola era chamada de "Prepa" e ministrava uma educação física que, pelos padrões atuais, seria considerada irracional e nociva â saúde. Até a roupa

---

[2] *Narrativas,Auto-Biográficas,* Bertholdo Klinger, Gráfica Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1944-1953, 7v.

[3] O pai de Klinger era Capitão da Guarda Nacional em Rio Grande e foi também Conselheiro Municipal.

de cama pertencia aos próprios alunos, e não era padronizada. Por ser aluno destacado, Klinger foi promovido a alferes-aluno. Na ocasião, recebeu um espadim correspondente, que ele usou, mais tarde, na Revolução de 32 e que hoje integra o acervo do Museu Paulista.

Na Escola Militar da Praia Vermelha

De 1901 a 1904, Klinger frequentou a Escola Militar da Praia Vermelha, até à Revolta da Vacina Obrigatória. Em dois anos de curso, por ter obtido notas superiores a 6 em todas as matérias, conquistou novamente o título de alferes-aluno. Em consequência, conquistou também o direito de ingresso no quadro de uma das Armas, além do de prosseguir nos estudos até o Curso de Engenharia e Estado-Maior. Os demais alunos, ao término do curso, iam para a tropa, como sargentos. Só poderiam ser promovidos a 29 Tenente depois dos alferes-alunos. O curso dava direito ao título de agrimensor, "assunto ministrado duas horas por semana, com 5 aparelhos para 100 alunos". Sobre a vida do cadete, ele recordou: "Cada cadete devia ter seu lampião a querosene. O rancho deixava a desejar. A assistência médica e a enfermaria eram deploráveis". Posteriormente Klinger presidiria uma associação beneficente destinada a tratar de casos graves no Hospital dos Estrangeiros (dos ingleses) que ficava nas imediações da Praia Vermelha.

Nessa época, os cadetes eram alvo das atenções de dois amigos: o afamado médico Dr. Fajardo e o "Velho Lage", Antonio Marins Lage Filho, fundador da Companhia de Navegação Costeira (1891), que fornecia, aos cadetes em férias, passagens de cortesia em seus navios. Essa tradição foi continuada, no Realengo, por seu filho, Henrique Lage, hoje o simbólico Cadete N9 1 da Academia Militar das Agulhas Negras, para cuja construção muito contribuiu.

Em 1903 ocorreu na Praia Vermelha a criação da Revista Acadêmica Militar, que marcou o início das atividades literárias de Klinger. Essa publicação já assinalava a Reforma Militar em curso, destacando como fundamentais para o cadete a formação moral e a cultura intelectual, mas ainda sem enfatizar a cultura profissional.

Na Escola Militar da Praia Vermelha a instrução prática compreendia um vasto programa, mas em grande parte descurado ou omitido. Dava-se ênfase especial à esgrima, fosse à espada fosse à baioneta. Acentuavam-se, naquele tempo, as rivalidades entre os "doutores", oficiais com todos os cursos, e os "tarimbeiros", termo originário de tarimba (cama de quartel), para designar os oficiais da tropa, sem cursos ou com estes parciais.

Em 1903, Klinger foi servir em Rio Grande, no 39 Regimento de Artilharia, após trancar matrícula na Escola. Como curiosidade dessa época, ele assinala em sua autobiografia que os oficiais não dispunham de rancho. Quando de serviço, ou mandavam vir refeições de casa ou comiam a amostra ou prova da comida destinada aos praças. O Boletim chamava-se "Detalhe" e era manuscrito, com o original sendo ditado aos sargenteantes das subunidades.

Revolta da Vacina Obrigatória ou "Quebra-Lampeão"

Quando retornou â Escola Militar, Klinger foi considerado repe- tente, mesmo sem haver cursado o ano. E como o internato era privativo dos cadetes, foi morar numa "república" de gaúchos à Rua Bambina. Dali, ia de bonde elétrico até à Rua Voluntários da Pátria e, depois, prosseguia até à Escola em bonde puxado a burro.

Em 14 de novembro de 1904 irrompeu a Revolta da Vacina Obrigatória ou do

"Quebra-Lampeão", assim chamada porque os desordeiros quebravam, em quarteirões inteiros, os lampeões da iluminação pública. Segundo Klinger, nessa época "tudo era exacerbado por certa imprensa, em nome da Liberdade, da pureza da República e da Democracia. O positivismo forneceu a lenha para a fogueira, por seu combate doutrinário à vacinação obrigatória".

As Escolas Militares da Praia Vermelha e do Realengo, manipuladas externamente, tomaram parte na revolta. E num encontro que sobreveio com a Polícia, o chefe militar e comandante da Escola da Praia Vermelha foi ferido, vindo depois a falecer. O líder civil do movimento era o positivista, senador e coronel Lauro Sodré.

Fechadas ambas as Escolas, os cadetes foram transferidos para guarnições distantes, onde muito foram excluídos do Exército. Instalou-se então um Processo-Crime contra os chefes civis e os oficiais, entre estes os alferes-alunos dos quais se destacavam Klinger, Euclydes Figueiredo e Mario Clementino de Carvalho que, mais tarde, participaram da fundação de "A Defesa Nacional". Segundo Klinger, o Processo-Crime não resultou em nada, porque a Justiça Militar foi considerada incompetente para julgar o Senador Coronel Sodré e porque o Conselho de Justiça, presidido pelo Marechal Antonio Gomes Pimentel[4], não obedeceu à escala, acabando por ser fulminado por Ruy Barbosa como "agrupamento ilícito". Colocou-se uma pedra em cima de tudo, a ponto de ser tido hoje como um episódio que, em seus detalhes, compromete a memória nacional.

Na época em que se tratava da anistia aos cadetes, foi baixado o Regulamento de Ensino de 1905, ponto de inflexão do bacharelismo para o profissionalismo militar, espírito predominante até hoje. E mais: ocorreu a extinção da Escola Militar da Praia Vermelha, seguida da criação da Escola de Guerra de Porto Alegre cujo nome deixava bem claro o seu objetivo: o preparo para a guerra. Os que continuavam defendendo o regulamento anterior passaram a tachar os cursos feitos pelo Regulamento de 1905 de "cursos alfafa", por serem eminentemente profissionalizantes.

Estagiários no Exército Alemão

Dentro do espírito da Reforma Militar então em curso, sob a liderança do Marechal Hermes da Fonseca agora na Presidência da República, surgiu a idéia de se enviar brasileiros para um estágio no Exército Alemão. Assim, Klinger foi indicado para integrar a turma de 21 oficiais que estagiariam na Alemanha, de 1910 a 1911, e que se somariam a seis outros que lá já se encontravam, perfazendo um total de 27 oficiais. Esses estagiários passaram a ser chamados, dentro do Exército, de "germanófilos”, no sentido de terem sido formados de acordo com a doutrina militar alemã, e não por conotação política ou racial. Atai ponto se fez notar sua influência que, durante a visita que o Presidente Hermes da Fonseca fez à Alemanha, foi ventilada a idéia da vinda de uma Missão Militar Alemã para nosso Exército. As negociações, porém, viram-se interrompidas com o deflagrar da Grande Guerra.

Na Alemanha, Klinger estagiou no 249 Regimento de Artilharia Montada de Holstein, com sede em Guestrow, no Grão-Ducado de Mecklemburg-Schewerin. Mais tarde, em 1951, ele traduziria para o português a obra "Die Brummer — Eine Deutsche Fremdenlegion in BrasiHanischen Diensten im Kriege gegen Rosas", de Albert Schmid, sob o título de "Os Rezingões", sobre os mercenários

[4] Avô do historiador Pimentel Winz, que o biografou em *Um Consolidador da República — Marechal Antonio Gomes Pimentel,* Rio- de Janeiro, ECCF, 1967.

contratados pelo Brasil na região onde ele estagiou, para lutarem contra Oribe e Rosas (1851-52).[5]

Sobre os resultados do estágio de Klinger, é eloquente o conceito insuspeito de seus instrutores alemães:

"Trabalhou eficazmente. Dedicou-se invariavelmente às questões de sua Arma e das outras, auxiliado por excelentes qualidades de concepção e de julgamento exato e claro, com relação à Artilharia e à Tática. Adquiriu bons conhecimentos em todos os serviços, evoluções de tiro e serviços em campanha, demonstrando aproveitamento. Conhece perfeitamente as disposições e prescrições do Regulamento para Exercícios de Artilharia. Sabe julgar questões táticas nos temas jogos-de-guerra e viagens de instrução, e conhece a linguagem militar empregada em ordens. Conduz-se sempre no serviço com mente calma, segurança e precisão, agindo refletida e resolutamente. Sua conduta civil e militar é irrepreensível. Soube conquistar o respeito e a consideração de todos os seus superiores hierárquicos e camaradas. É excelente soldado, apto para servir junto aos comandos superiores".

A partir de 1921, Klinger passou a ser polêmico, controvertido e combatido, principalmente por envolver-se politicamente em revoluções. Por esse motivo, é útil, no julgamento sereno de sua obra, voltar-se ao conceito insuspeito de seus instrutores alemães. Diga-se de passagem que, por falar alemão muito bem, o seu aproveitamento foi excelente, o que não ocorreu com a maioria dos outros estagiários para quem a língua alemã se constituiu numa barreira ao bom aproveitamento do curso.

Os "Jovens Turcos" Retornam ao Brasil

Na viagem de retorno ao Brasil, Klinger sugeriu a seus companheiros, Capitão Parga Rodrigues e 1º Tenente Leitão de Carvalho, a necessidade de permanecerem os estagiários no Rio de Janeiro, em duas ou três unidades de valor Regimento, que se constituiriam numa espécie de unidades-modelo ou escolas de aperfeiçoamento. No Rio as condições para a instrução seriam melhores e seria mais fácil encontrar oficiais dispostos a aprender com eles. Tudo correu como previsto, pois contaram com o apoio do Ministro da Guerra, General Vespasiano. E puseram mãos à obra, procurando transferir, por irradiação das unidades onde serviam, os modernos conhecimentos adquiridos na Alemanha.

Mas como toda mudança provoca resistências, Klinger e seus companheiros passaram a enfrentar a reação de alguns colegas. Suas atitudes reformadoras, às quais aderiu um grupo egresso da Escola de Guerra, formado dentro do espírito do Regulamento de 1905 e voltado para a operacional idade do Exército, valeram- lhes o apelido de "jovens turcos". Era uma alusão aos jovens turcos que, depois de estudarem na Alemanha todos os domínios da cultura, promoveram uma transformação radical nas instituições, usos e costumes seculares da Turquia.

A reação, segundo Klinger, não partia de "brasilófilos", mas de comodistas que, a pouco e pouco, foram ultrapassados com a tática da pregação e da ação de grupo, também chamada na época de "patentes novas" do Exército.[6]

A Revista "A Defesa Nacional"

---

[5] O contrato incluía um Regimento de Infantaria, outro de Artilharia e duas Companhias de Engenharia, com respectivo uniformes, armamentos e equipagens flutuantes. Este assunto foi abrodado por mim em *Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul,* Porto Alegre, 1976, e, em detalhe, num ensaio doado ao Museu Histórico de São Leopoldo.

[6] Cf. CALMOM (Pedro), "Miguel Cal mon: Uma Grande Vida", José Olympio, Rio de Janeiro, 1983.

A idéia de fundar uma revista de assuntos militares, essencial ao progresso do Exército e à instrução militar, surgiu no meio do Atlântico, no retorno dos estagiários, e dela teve a iniciativa o 1º Tenente Estevão Leitão de Carvalho em conversa com Klinger e Parga Rodrigues.

A idéia foi tomando corpo, até que doze oficiais decidiram concretizá-la.

Destes, oito eram "jovens turcos germanófilos", enquanto que apenas quatro eram "jovens turcos brasilófilos", os últimos, em sua maioria, formados na Escola de Guerra de Porto Alegre e pelo Regulamento de 1905. O nome "A Defesa Nacional" foi a sugestão vencedora do Tenente Mario Clementino de Carvalho, professor da Escola Militar, Secretário do Clube Militar e que viria a ser o autor dos editoriais do primeiro e do segundo número da revista.

O argumento em favor do nome sugerido para a revista era o que ele encerrava também um programa — A Defesa Nacional. Do grupo de "jovens turcos brasilófilos" faziam parte Mario Clementino de Carvalho (que se retirou no Número 2 para reaparecer no Número 25), antigo companheiro de Klinger e de Euclydes Figueiredo desde a Escola da Praia Vermelha, Francisco de Paula Cidade, Secretário da Revista e que, um ano antes, havia fundado em Porto Alegre a Revista dos Militares, José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti e Brazilio Taborda.

O formato da revista, por sugestão de Klinger, foi o de 18x 16cm, sem capa, a exemplo da Miiitaer Wochenbiatt, e com 32 páginas. Depois de haver sido projetada no Clube Militar, a revista adotou como sede a Papelaria Macedo, que ficava à Rua da Quitanda, 74, Rio de Janeiro. Ao final da penúltima página do Número 1 de "A Defesa Nacional" ‘apareceu um adendo com o subtítulo "Colaboração", de autoria de Klinger, no qual estão expressas as seguintes idéias- força:

— Ser a revista campo de concentração dos esforços em prol do erguimento das Forças Armadas nacionais, à altura de suas missões.

— Alertar que o êxito da Revista dependia da efetiva colaboração de todos os que tiverem uma idéia sobre o assunto.

— Idéias aplicáveis ao nosso meio, como informações úteis oriundas dos meios militares mais adiantados, ou nascidas no labor militar diário e orientadas, decididamente, pelo lema Rumo à tropa (o grifo é do autor). Klinger foi o primeiro chefe da Revista e um dos três primeiros redatores, juntamente com Leitão de Carvalho e Souza Reis. Diga-se de passagem que foi também recordista em matéria de colaboração assinada versando sobre os mais variados assuntos.

O Reformador da Artilharia

A vocação de artilheiro de Bertholdo Klinger deve ter sido despertada com a visão do Regimento de Artilharia estacionado em Rio Grande, desde que a Esquadra, ao comando de Custódio de Mello, forçou a barra de Rio Grande, desembarcando entre esta e a cidade cerca de 2.000 federalistas. Klinger, que na época contava cerca de dez anos, nada menciona em seus escritos sobre esse episódio.

Em Rio Pardo, Klinger figurava na instrução como servente de peça. E queixava-se de que sua posição na tração humana da peça era ingrata, inclusive por ser baixinho e não aparecer nas fotos ao ficar encoberto pelos mais altos.

Antes de concluir a Escola Militar, Klinger estagiou no 4º RAM em Rio Grande. Como alferes-aluno, optou pela Arma de Artilharia. Em Curitiba, começou a distinguir- se na Arma. Desenvolveu a tração de xincha na Artilharia,

que provou ser melhor que a regulamentar. Para ser ouvido, recorreu à difusão pela imprensa, através de escritos, defendendo a sua idéia. Ao estagiar na Alemanha, aprendera tudo na então considerada a melhor Artilharia de Campanha do mundo. Ao retornar ao Brasil, foi servir na 7º Bia do III Grupo do L9 RAM. Aí levou a efeito uma revolução na instrução teórica e prática de Artilharia. Para adestrar com economia de munição cara e rara[1], criou um clube de tiro a giz (simulador de tiro real), funcionando fora do expediente para quem o quisesse. Foi seu aluno, e disso se orgulhou em suas Memórias, o então Capitão Mascarenhas de Moraes. Além disso, Klinger criou um ipófilo, visando a exercícios de exterior deliberadamente duros e que, cada mês, empreendia uma caçada à raposa.

No âmbito da Vila Militar, animou um concorrido clube de jogos-de-guerra (leitura da cartas, resolução de temas táticos na carta, difusão de doutrina tática e unificação de métodos de raciocínio). Sua ação no 1º RA durante três anos foi memorável, com projeção até no eficiente desempenho de nossa Artilharia na FEB.

[7] A partir de 1934, a munição passou a ser produzida na Fábrica de Andaraí, sob a direção do General Edmundo Macedo Soares, com know-how adquirido na Itália. Essa fábrica, segundo o General Macedo Soares, veio a ser a "mãe da indústria siderúrgica de Volta Redonda", da qual ele foi um dos pioneiros.

Klinger foi o precursor, em 1914, em manobra em Santa Cruz, do tiro de artilharia com Posto de Observação independente da Bateria, distanciados de 1400 metros e ligados por bandeirolas e estafetas a cavalo. Para isso contou com o apoio de um código para sinais de Artilharia elaborado pelo Capitão Pompeu de Albuquerque Cavalcanti, destacado e prestigioso "jovem turco brasilófilo". O tiro passou à História como o Tiro dos Cajueiros. Depois de sua ação re- formadora da Artilharia, no Regimento Floriano, Klinger estendeu sua ação, em São Gabriel, ao 4º RAM, atual Regimento Mallet, atingindo assim as mais tradicionais unidades de Artilharia de Campanha. Sua ação se estendeu, de imediato, à Artilharia de Alegrete e de Bagé. Em Bagé, além de denunciar o abandono da guarnição do Rio Grande do Sul, fundou um Clube de Tiro a Giz, para adestrar com economia de munição "Cara e rara", e o ipófilo do clube que contribuiu para generalizar, em São Gabriel, o trote inglês, ou elevado, não sem grande "gozação" da gauchada que o considerava ridículo. Esse Clube de Tiro publicou a obra "O Tiro Indireto do Nosso 75", que logo foi adotado por toda a Artilharia.

Ainda em São Gabriel, em 1917, Klinger assistiu com orgulho a primeira incorporação de sorteados para o Serviço Militar, levada a efeito por interesse pessoal do Presidente Wenceslau Braz, em consequência da lei renovada do Serviço Militar Obrigatório. Para Klinger, essa foi "uma das vitórias, e a fundamental, dentre tantas em que se lançara "A Defesa Nacional". Promovido a capitão aos 34 anos, foi ele homenageado, pelo 16º GA a Cavalo de Itaqui, com um dobrado intitulado "Capitão Klinger", composto especialmente para ele. Sua ação no Regimento Mallet pode ser sintetizada por esta referência elogiosa: "deixa, por sua passagem neste Regimento, indeléveis traços de sua reconhecida capacidade e esforçada dedicação ao serviço, não somente na ação desempenhada como instrutor, mas também como administrador zeloso e inteligente".

As Missões Indígena e Francesa

Durante a Primeira Guerra Mundial, por sua condição de filho de imigrante alemão e líder de fato de uma espécie de "Missão Militar Alemã" desde 1911, Klinger viu seu trabalho e sua pessoa envolvidos em naturais desconfianças. Naquela ocasião, seus próprios familiares foram hostilizados em Rio Grande.

Ao sair de São Gabriel, Klinger foi servir na 1ª Sec/EME, chefiado pelo General Bento Carneiro. Ali, por sua ação destacada, foi promovido a major, com menos de três anos como capitão, graças â propaganda de seu nome feita por seus amigos e companheiros no EME, capitães Pantaleão Pessoa, Mascarenhas de Moraes, F.I. Pinto e pelo tenente Leopoldo Bittencourt.

No Estado-Maior do Exército, nas vésperas da vinda da Missão Militar Francesa, Klinger tomou parte ativa na seleção da Missão Indígena da Escola Militar, 16 "legionários" que realizaram uma histórica revolução naquele estabelecimento de ensino de 1919 a 1921.

Ao término da Primeira Guerra Mundial, o Brasil contratou uma Missão Militar Francesa para o nosso Exército. A contratação visava, entre outras finalidades, a amenizar a reação que os "jovens turcos" ou "patentes novas" vinham despertando em alguns escalões, com sua insistência em que o Exército adquirisse maior grau de operacional idade. Eles acolheram bem a vinda da Missão Francesa, contanto que o trabalho que eles haviam realizado, num período de cerca de nove anos, não fosse desprezado e sim complementado.

Era inevitável, porém, que os "jovens turcos" entrassem em rota de colisão com a Missão Militar Francesa. Em 1920, Klinger foi fazer com os franceses o Curso de Revisão do Estado-Maior do Exército. Teve menção "Muito Bem" e as melhores notas do curso. Por suas posições combativas, foi apelidado pelos franceses de "Tigre”. Mas existia algo no ar, um certo constrangimento entre "germanófilos" e franceses. De sua parte, Klinger tinha o poder de influir nos relatórios do Estado-Maior do Exército. A colisão do Chefe do EME, General Bento Carneiro, com o Ministro Calógeras e com a Missão Francesa se deu quando foi designado um instrutor francês de equitação para a Escola Militar, área para o qual o Brasil possuía instrutores capazes. Além disso, como ficara estabelecido que a Escola Militar não entraria na órbita de influência da MMF, surgiu a colisão, o General Bento Carneiro deixou o Estado-Maior do Exército e seu auxiliar, Bertholdo Klinger, foi mandado para missões no Peru e no México, encerrando-se assim, simbolicamente, o trabalho da chamada "Missão Militar Alemã". A saída de Klinger do Estado-Maior do Exército, em 1921, é o ponto de inflexão de sua ação marcante de profissional militar no período que vai de 1911 a 1921.

Últimos Tempos

Klinger atingiu o generalato na ativa. Nesse posto, sua primeira função foi em Mato Grosso onde, em consequência de um ofício de protesto dirigido ao Ministro da Guerra, foi reformado administrativamente. A seguir, aderiu à Revolução Constitucionalista de 1932, em Mato Grosso e São Paulo, da qual se tornou Comandante Militar Supremo.[7]

Depois de seu retorno ao Brasil, em 1934, após exílio em Portugal e até seu falecimento em 1969, Klinger dedicou-se à atividade literária e à difusão de sua Ortografia Simplificada Brasileira, que ele criou em 1940. Durante todo esse

[7] Em 1947, o Congresso Nacional declarou insubsistente sua Reforma. Klinger reverteu, de direito, ao Exército, foi promovido a General-de-Divisão e passou à inatividade, por idade, em 1947.

tempo, acompanhou com vivo interesse a evolução política do Brasil, fosse de sua casa em Piedade fosse, depois da perda da esposa em 1953, de seu apartamento no Largo do Machado. Acompanhou igualmente a participação da FEB no teatro de guerra europeu, tendo recebido, na época, de seu velho amigo Mascarenhas de Moraes, um cartão postal da Itália em que o Comandante da FEB se assinava "Jango" e em que este dizia que lá na Itália teria oportunidade de aplicar as idéias que eles haviam desenvolvido e discutido juntos, desde os 15 anos, em diálogo iniciado no Rio Pardo e que teve prosseguimento no Regimento Floriano e no Estado-Maior do Exército, onde ambos conviveram intensamente e foram interlocutores em assuntos militares.

A última atividade pública de Bertholdo Klinger foi participar, no Rio de Janeiro, da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, por ocasião da Revolução de 31 de Março de 1964, que ele apoiou juntamente com seu amigo desde o Rio Pardo, Mascarenhas de Moraes. Por essa época, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército projetou tomar seu depoimento histórico. Mas quando o programa ia ser executado, o General Klinger faleceu repentinamente. Foi sepultado no Cemitério de Inhaúma, Quadra 26, nº 626. Seu velho e fiel amigo. General Pantaleão da Silva Pessoa, admirador profundo da obra de Bertholdo Klinger, iniciou seu necrológio com estas palavras que sintetizam o valor do grande soldado e eminente patrício cujo centenário de nascimento celebramos.

"Não sei que o Brasil e o seu Exército estão apercebidos da grande perda que acabam de sofrer".

A memória nacional encarrega- se hoje de responder à dúvida do velho amigo do General Klinger:

o Brasil reconhece o valor profissional, o idealismo, a visão, a bravura e o patriotismo de seu filho ilustre. E tanto reconhece que já o tem, imortalizado, entre os seus Grandes.

IMPERIALISTAS OU SUB- IMPERIALISTAS

Arthur Cezar Ferreira Reis

O presente artigo resultou de comunicação feita por seu autor, em recente sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual é o 2º Vice-Presidente. Ele focaliza e refuta com sólida argumentação histórica, três livros recentes escritos em língua espanhola contendo a injusta ecatumosa classificação dos brasileiros de imperialistas e sub-imperialistas". Como era de esperar, a comunicação causou grande impacto naquela sesquicentenária Casa da Memória Nacional.

Em consequência, o presidente da Casa, Professor Pedro Calmon, sugeriu que o autor transformasse a comunicação em artigo, para difusão pela A Defesa Nacional, veículo mais indicado para o patriótico e abalizado alerta do Professor Arthur Cézar Ferreira Reis no presente artigo, que complementa alertas sobre o mesmo assunto que o ilustre professor já focalizou pela Carta Mensal, do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, números 221 (agosto de 1973) e 303 (junho de 1980) sob os títulos "Imperialismo Brasileiro?" e "Ainda Imperialismo Brasileiro".

Cel. Cláudio Moreira Bento

Presidente da Comissão de Pesquisa Histórica Básica de A Defesa Nacional

As reservas ao Brasil ou as acusações que nos fazem de estar realizando, desde o período colonial, uma ampla atividade imperialista de ocupação dos espaços físicos alheios, isto é, que deveriam pertencer a países de origem hispânica, nossos vizinhos, constituem uma constante que temos ignorado ou a que temos dado uma resposta quase humilde, quando não sem o vigor

necessário.

Já em "O Imperialismo Brasileiro", "O Brasil no contexto continental" e "Ainda Imperialismo Brasileiro", pretendi propor o assunto em suas linhas fundamentais, tentando localizá-lo com a contestação que me pareceu mais objetiva e realista. Recentemente, em três livros publicados na Argentina e no México, o assunto voltou ao cartaz, de maneira um tanto sensacionalisticamente, porque não dizer logo, sem fundamento. Esses livros são: "El expansionismo brasileno", de Paulo Schilling; "Paraguay, fronteiras e penetração brasileiras", tradução brasileira, de Domingo Laino; "Fronteras abiertas, expansionismo y geopolítica en el Brasil contemporâneo", de Pedro Fernando Castro Martinez.

Lembremos, para iniciar nossas considerações, que a conclusão, apressada e negativa, de que realizamos uma política imperialista, buscando um "destino manifesto", principia com a formação de nosso espaço territorial, que leva à tese de que quase formamos um continente, como lembra Jean Demangeot, em seu livro "Le Continent Bresilien", que traz prefácio de Pierre Monbeig, que propõe até o problema de uma transformação do Brasil que poderá até criar uma nova geografia política da América do Sul.

A formação territorial que tanto serve para as reservas que nos fazem foi um fundamento, no período colonial, na confrontação entre espanhóis e portugueses, aqueles beneficiados realmente pelo Tratado de Tordezilhas, que nos conformou a uma estreita faixa de terra, ao lonto do Atlântico, entre o que viria a ser Belém, ao norte, e Laguna, ao sul. A dilatação em sentido norte, sul e oeste foi até, entre 1580 e 1640 quando Portugal esteve anexado â Espanha e com ele os seus territórios ultramarinos, facilitada e mesmo incentivada por Espanha, que via a Sul América como um espaço sobre sua soberania e os portugueses e seus descendentes como humanidade sob a sua orientação política.

O reconhecimento, como parte integrante do império português, foi por fim proclamado pelas duas nações, pelos Tratados de Madri (1750) e de Santo lldefonso (1777), reconhecendo-se como de Portugal o que fora reconhecido, explorado economicamente e organizado administrativamente pelos luso-brasileiros, que haviam impedido a presença de holandeses, franceses e ingleses. Esse espaço continental, é certo, cresceria depois com o episódio do Acre, descoberto, utilizado e ocupado pelos brasileiros, enquanto na mesma época os bolivianos o consideravam como "tierra no descubierta".

Escrevi antes:

"Na atualidade, a agressão ou a distorção decorre do crescimento, não mais territorial, agora no campo econômico. O desenvolvimento brasileiro, sem que esteja ocorrendo fato semelhante nas outras nações do hemisfério, causa espanto, inveja e provoca a irritação dos que, em meio a dissidências internas, não puderam progredir do mesmo modo. As condições da chamada América Latina são, ninguém pode negar, ásperas, duras, tristes. Há pobreza, descontentamento, conflitos sociais violentos. A evolução do século XIX para o XX não se fez tranquilamente. E na atualidade, os erros do passado, agravados por soluções imediatistas sem profundidade, não estão conduzindo a dias menos angustiantes. Não nos cabe a menor parcela de culpa no fato, que a muitos parece, no entanto, consequência de nosso comportamento imperialista..."

Passemos agora ao que consta dos três livros a que nos vamos referindo. Comecemos pelo de Paulo Schilling. Diz ele:

"En los últimos anos, passaron a proliferar en forma creciente, entre los militares de derecha y los diplomáticos brasilenos, teorias sobre el papel hegemônico que estaria reservado a Brasil en América dei Sur.

En la Escuela Superior de Guerra, en la Escuela de Estado Mayor de las FF.AA. y en Itamaratí, se estudia intensamente el problema y — lo que es más serio — se elaboran planes específicos para ser aplicados en "el momento oportuno".

De esos estúdios surgieron varias teorias netamente expansionistas. Alcanza con citar algunas, para comprobar lo ambiciosos que son los planes de los geopoliticos brasilenos:... la de las fronteras ideológicas, la de la Fuerza Interamericana de Paz, la dei gerdame mantenedor dei orden continental, la dei satélite privilegiado, la dei "destino manifesto" de Brasil al sur dei Caribe, la de la vocación rioplatense de Brasil, la de que las fronteras brasilenas debem estar en los Andes, la de las aperturas hacia el Pacífico, la dei puerto libre en el Caribe, la dei control dei Atlântico Sur, la de la instalación en la Antártida, la de heredar — integración con Portugal mediante — las colonias lusas de África, etcétera."

Seu livro, cuja 1ª edição foi feita no Uruguai, sob o título "Irá Brasil a la guerra?", está dividido em 22 capítulos, assim denominados:

"I PARTE: Irá Brasil a la guerra?
II PARTE: La satelización dei Uruguau
III PARTE: La cuenca de la integración o los rios de la discórdia
IV PARTE: La lucha por la

Amazônia y el expansionismo bra- sileno
V PARTE: La política de Brasil en África, Portugal y en el Atlântico Sur
VI PARTE: Aproxiomaciones a la actualidad
VII PARTE: Vision gráfica dei expansionismo brasileno"

Sua conclusão é esta:

"Los pueblos hispanoamericanos, a medida quetomen conciencia dei proceso protagonizado por los militares brasilenos (y esa toma de conciencia será tanto más rápida cuanto más ostensible y agresiva sea la presencia y la dominación allende las fronteras), se rebelarán en contra de ese absurdo "destino manifesto" que (a ejemplo de sus colegas de la Alemania nazi y de Estados Unidos en relación a sus respectivos países) los geopoliticos brasilenos atribuyen a Brasil".

No particular de Domingo Laino, publicada a 1ª edição em espanhol, escreveu o autor:

"O autor deste livro submete à consideração e ao julgamento do povo irmão brasileiro — que neste momento luta com lucidez e coragem por suas liberdades e reivindicações — suas idéias e conclusões sobre um dos principais assuntos que fazem parte da problemática mais profunda e difícil do Paraguai: sua soberania.

Partindo da perspectiva do paraguaio honrado — amante de sua pátria e do ser nacional — não se pode observar sem preocupação o fenômeno que gera a expansão brasileira sobre os limites fronteiriços paraguaios: suas terras, seus recursos naturais, sua moeda, sua divisa, seu idioma, seus costumes, se encontram dentro de um acelerado processo de desnacionalização."

Mais adiante, diz o seguinte:

"Esta é a pergunta chave que precisa de uma resposta. As fronteiras paraguaias apresentam os mais graves sintomas embora muitos outros países sintam também os efeitos do expansionismo. Políticos e militares destas nações denunciam o fato: alguns acreditam que o fenômeno consiste em uma invasão econômica, metódica e pacífica; outros, atribuem o resultado ao de uma expansão que se faz sentir nas fronteiras que limitam com o Brasil, a influência brasileira canalizando a penetração; e muitos estudiosos da geopolítica encontram a explicação do fenômeno na tradicional política de "marcha para o

Oeste" que data da época da colônia e, finalmente, outros vêem a explicação do fenômeno através da política de fronteiras em marcha, praticada pelo Brasil com fins expansionistas e por delegação regional da política hemisférica dos Estados Unidos da América."

Afirma ainda:

"Não restam dúvidas de que a geopolítica do governo militar do Brasil sempre tem insistido no conceito de fronteiras sensíveis e fronteiras vivas e, ainda mais, tem se ligado estreitamente a uma estratégia global de marcha rumo ao Oeste. No prosseguimento dessas metas geopolíticas os fenômenos do expansionismo brasileiro chegam até as fronteiras nacionais de numerosos países latino-americanos. Mas dentro do contexto das nações afetadas surgem as fronteiras do Paraguai como as de penetração mais sensível, sistemática e de mais fácil acesso.*

E em vários capítulos e de diferentes ângulos, aqui é estudada a penetração brasileira. São analisadas situações concretas desde a infiltração estrangeira na economia até a desidentificação ou colonização cultural. É realizada uma estimativa da população brasileira dentro do Paraguai, o território de fronteira e outros recursos naturais em poder de brasileiros e o comércio fronteiriço não registrado. São indicadas presenças de estrangeiros — norte-americanos e japoneses, além dos brasileiros — que operam nas fronteiras paraguaias. Igualmente, a invasão econômica e a operação de algumas grandes empresas agro-industriais e de outros tipos ocupam lugar neste trabalho. Por último, é analisada a atitude e a gestão do governo face aos problemas de penetração e nota-se claramente que o regime "paraguaio" está empenhado no desenvolvimento de uma geo-política de dependência do Brasil."

Passemos agora à obra de Castro Martinez, "Fronteras abiertas". Logo na introdução:

"Uno de los temas mais importantes de la política internacional de América Latina contemporânea es el que se refiere a la relación singular que Brasil ha tenido con los Estados Unidos, com los países sudamericanos, así como con Portugal. Estas a'reas políticas han estado integradas dentro de un proyecto que intenta realilos suenos hegemonistas dei Brasil, en el que el consentimento de los Estados Unidos aprece como la condición fundamental."

Diz depois:

"Las tendências dei Brasil a buscar la hegemonia en el cono sur dei nuevo continente se han mantenido presentes en los últimos dos siglos, con mayor o con menor intensidad. A princípios de la década de 1960, con el gobierno populista, la proyección dei Brasil en el exterior sufria notables innovaciones. Ahora sus bases iban a radicar en la solidaridad con el tercer mundo, particularmente con los países latinoamericanos y africanos, la cooperación com el mundo socialista y la alianza con Argentina. Los Estados Unidos ya no serían la condición indispensable para que la política exterior alcanzara sus fines, aunque seguiría siendo un socio importante dei Brasil."

À página 13, entende:

"A partir de 1964 se modifica se modifica la política exterior dei Brasil de acuerdo a los intereses de los nuevos sectores gobernantes. Usando el principio de la "interdependência continental", los brasilenos vuelven a tener la relación tradicional que los había ligado a los Estados Unidos en el passado. Lá alienación de los militares a Washington no ha estado exenta, sin embargo, de manifestaciones de independencia relativa de parte de Brasília, pero no hantenido tal envergadura que pongan en peligro los vínculos existentes hasta

ahora. La alianza dei Brasil con los Estados Unidos le han permitido al primero poner en prática una serie de acciones que se dirigen a conseguir un área de influencia política y econômica en América dei Sur en el África negra. El gran país dei cono sur, por estar dentro de la categoria de de los país sub desarrolados que tienen un secor industrial medianamente desarro lado, y por aspirar al rango de potencia de primer orden en fecha próxima, persigue la posición de país líder en su región vecina.

Finalmente, das páginas 98 a 194 conclui que o Brasil é: "potência sub-imperialista, com a imposição e a consolidação do sub- imperialismo, através da doutrina geopolítica, e a construção do complexo industrial militar.

Atribuem-nos os três autores, um pensamento central que é a existência, entre nós, de uma constante imperialista ou sub-imperialista que contraria os interesses e a segurança dos países vizinhos, o que está, segundo eles, exigindo a reflexão dos próprios brasileiros, face aos perigos à própria segurança do Brasil.

Em "A Defesa Nacional", podemos encontrar respostas positivas, realistas, às reflexões maldosas que constam dos livros aqui indicados como responsáveis pelo clima da reserva, que nos fazem entre os povos da Sul América. São artigos elaborados â luz de provas irrefutáveis, que talvez fosse interessante e útil reunir num volume e traduzindo para o espanhol para que pudesse ser bem entendido lá fora.

Não somos imperialistas. Em nossa história, não encontramos uma página sequer que possa permitir afirmação diversa. Temos um território imenso, e muito dele ainda por ocupar. Como, portanto, admitir-se a conclusão cavilosa de que pretendemos ocupar os espaços disponíveis de nossos vizinhos? Nosso desenvolvimento processa-se com o objetivo de assegurar-nos potencialidade. Em nenhum momento, porém, procuramos obter essa potencialidade em desfavor de nossos vizinhos da Sul América. Essa a grande verdade que é obrigação nossa proclamar e defender. Os problemas brasileiros são muitos e graves. Exigem planejamento objetivo, recursos técnicos e humanos,-e tempo, bastante tempo. Não somos imperialistas nem sub-imperialistas como pretendem nossos acusadores.

O Professor Arthur Cezar Ferreira Reis, ex-Governador do Estado do Amazonas, Membro do Conselho Federai de Cultura, sociólogo, cientista político e historiador, é autor de mais de trinta obras de importância fundamental no campo dos estudos historiográficos, culturais, socioeconômicos e geopolíticos da Amazônia Brasileira.

UMA REUNIÃO HISTÓRICA NO CLUBE MILITAR, EM 20 SETEMBRO DE 1913

A pintura o óleo focalizada e hoje no Gabinete do Comandante do Exército é de autoria do pintor Álvaro Martins e foi elaborada com apoio em nossas pesquisas e orientação, como Presidente da Comissão de Pesquisa de História Básica da revista A Defesa Nacional, criada em 10 de outubro de 1983, pela Cooperativa Militar Editora e Cultura Intelectual, a pedido de seu Diretor o Cel Inf QEMA Aldílio Sarmento Xavier também Diretor da BIBLIEx.

O óleo procurou perenizar a histórica reunião em que ficou decidida a criação de **A Defesa Nacional**, em 20 de setembro de 1913, em dependência do Clube Militar, por 12 jovens oficiais idealistas, fundadores e mantenedores da mesma, apelidados à época de "jovens turcos" e designados em sociedade de "patentes novas" do Exército, segundo Pedro Calmon. A Reunião foi documentada em Ata nº1, adiante publicada.

Somente 20 dias depois, em 10 de outubro de 1913, da data que o grupo consagrou como a fundação da revista, é que teve lugar a reunião na Papelaria Macedo, à Rua da Quitanda 74, onde os fundadores receberam o primeiro número editado, o nº 1, com a data daquele dia. Nessa Reunião, segundo Francisco de Paula Cidade, os 12 fundadores presentes "adotaram a filhinha recém-nascida".

O grupo fundador era constituído de seis capitães, cinco 1º tenentes e um 2º tenente. Pertenciam às seguintes armas: cinco de Infantaria, seis de Artilharia e somente um de Cavalaria. A Engenharia não se fez representar, pois, criada em 1908, estava em fase de estruturação.

Do grupo inicial, onze eram egressos da Escola Militar da Praia Vermelha, sendo que nove com curso no Exército Alemão de 1910-1912. Somente Paula Cidade era egresso da Escola de Guerra de Porto Alegre, que substituiu a Escola Militar da Praia Vermelha, fechada em 1904 e extinta em 1905. As idades variavam de 29 a 42 anos. Cinco se situavam entre 29-32 anos, quatro entre 31-37 e três entre 40-42.

O grupo era originário dos seguintes Estados: quatro do Rio Grande do Sul, um do Paraná, quatro do Rio de Janeiro, um de Alagoas, um do Ceará e um do Maranhão. Pouco mais tarde, juntou-se ao grupo fundador e mantenedor inicial, como mantenedor, o 2º Tenente de Infantaria José dos Mares Maciel da Costa, de São Paulo, passando o grupo ao número de 13 mantenedores, dos quais só 12 fundadores.

Os "jovens turcos" identificaram-se em torno dos objetivos de fundação de uma revista de assuntos militares, em aulas de jogo de guerra, patrocinadas na 9ª Região de Inspeção Permanente (atual 1ª Região Militar) por seu comandante, General-de-Divisão Antônio A. de Souza Aguiar.

Explicação do quadro da fundação da Defesa Nacional

Sentados, de forma paritária e informal, a alegoria mostra, com o auxílio da ilustração de silhuetas numeradas, como o artista concebeu os 13 mantenedores, com apoio em fotos dos mesmos existentes na sede da revista, no Palácio Duque de Caxias.

São os seguintes os 13 sócios mantenedores, cuja memória hoje é cultuada com muito respeito e admiração por todos quantos no Brasil, em especial no Exército, têm se devotado a problemas relacionados com a Defesa Nacional e ao desenvolvimento de nossas Forças Armadas, à altura do destino de grandeza que o povo brasileiro vem lutando para construir:

1) **1º Ten Art Bertoldo Klinger**. Nasceu em Rio Grande, RS, em 1º de janeiro de 1884. Foi um dos três idealizadores da revista, em viagem marítima de retorno

ao Brasil de Curso no Exército Alemão, e um dos três primeiros redatores. Era o mais moço do grupo. Foi eleito, por unanimidade, Presidente de Honra e redator-chefe. Representava a tropa, servindo no 1º Regimento de Artilharia. Foi o recordista em colaborações à revista nos mais variados assuntos. Atingiu o posto de General-de-Brigada, na Ativa (7 de maio de 1931). Sobre ele, já esquecido, escrevemos o artigo Centenário do General Bertoldo Klinger, co-fundador da revista **A Defesa Nacional** em seu nº 711,1984, jan/fev, p.5/16. Com seu depoimento foi possível em grande parte produzirmos o livro **Escolas Militares de Rio Pardo 1859-1911**. Porto Alegre: AHIMTB/IHTRGS/Gênesis, 2005, em parceria com o Cel Inf EM Luiz Ernani Caminha Giorgis, presidente da AHIMTB/RS, Academia Gen Rinaldo Pereira da Câmara.

2) **1º Ten Inf Estevão Leitão de Carvalho**. Nasceu em Alagoas, em 6 de abril de 1881. Foi o lançador da idéia da revista em viagem marítima, de retorno ao Brasil, de curso no Exército Alemão, e um dos seus três primeiros redatores. Escreveu sobre assuntos ligados à Infantaria. Foi chefe de escól. Comandou a 3ª Região Militar, com papel destacado nas manobras de Saican, RS, durante a 2ª Guerra Mundial. Foi representante do Brasil, nos EUA, na Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA que ajudou a concretizar a cooperação do Brasil no esforço de guerra aliado, através em especial da FEB. Atingiu o posto de General-de-Divisão na Ativa (24 de maio de 1940). Foi historiador destacado do IGHMB e do IHGB. Sintetizou sua vida e obra o acadêmico e vice-presidente da AHIMTB, coronel Arivaldo Silveira Fontes, ao inaugurar cadeira da hoje FAHIMTB, em homenagem ao General Estevão de Carvalho. Cadeira que teve como ocupante o Gen Ex Paulo César de Castro, ex-Cmt da ECEME e hoje tem por titular o Cel Antonio Augusto Vianna de Souza, ex-comandante do CMPA. A Oração do Cel Arivaldo está publicada na seguinte obra por ele organizada **AHIMTB - posses de acadêmicos 1996-1997**. Brasilia: SENAI, 1998. p. 51/60. Ao historiador militar Estevão Leitão de Carvalho muito está a dever o IHGB em relação à sua moderna sede, por haver intermediado um empréstimo da CEF entre o seu presidente no IHGB, Dr. Pedro Calmon, e o seu ex-instruendo e, depois Presidente da República General Emílio Garrastazu Médici. Seu precioso arquivo pessoal foi doado pela família ao acadêmico General Médico Alberto Martins da Silva, em Brasília. O General Leitão de Carvalho doou seus livros à Biblioteca da AMAN e presidiu por 20 anos a Fundação Osório, dedicada à educação de órfãs de militares das Forças Armadas.

3) **Cap Inf Mario Clementino de Carvalho**. Nasceu no Rio de Janeiro, em 7 de maio de 1876. Formou-se na Escola Militar da Praia Vermelha. Era Secretário do Clube Militar na época. Autor da idéia do nome da revista, como síntese dos objetivos da mesma. Foi o redator dos dois primeiros editoriais e, por largo tempo, professor da Escola Militar do Realengo.. Era muito estimado por seus alunos no Realengo. É patrono de cadeira na FAHIMTB. Desenvolvemos seu currículo ao final, como homenagem da FAHIMTB.

4) **1º Ten Cav Euclydes de Oliveira Figueiredo**. Nasceu no Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 1883. Foi aluno interno do Colégio Militar do Rio de Janeiro, 1896-1901. Cursou Cavalaria no Exército Alemão em 1911-12, sendo o único representante da nobre Arma no grupo e no 1º Regimento de Cavalaria (hoje Dragões de Brasília). Atuou no Contestado, e mais tarde chefiou o Curso de Cavalaria da histórica Missão Indígena da Escola Militar do Realengo. Colaborou em assuntos ligados à Cavalaria. Comandou o 1º RC, atual Dragões da Independência, que foi levado para Brasília por seu filho Cel João Baptista de Oliveira Figueiredo. E também a 1ª Brigada de Cavalaria, em Alegrete e a 2ª Divisão de Cavalaria em Uruguaiana, como coronel. Comando mais tarde

exercido por seus filhos generais Euclides e Diogo de Oliveira Figueiredo. Abordamos a sua vida militar na obra, em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, **2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada - Brigada Charrua**. Porto Alegre: Metrópole/AHIMTB/IHTRGS, 2007. p. 123/125. Atingiu, na reserva, o posto de General-de-Divisão.

5) **2º Ten Inf Francisco de Paula Cidade**. Nasceu em Porto Alegre, em 22 de dezembro de 1883. Foi secretário da revista. Havia participado em 1910 da fundação e direção da **Revista dos Militares1910/1922**, em Porto Alegre. Era o mais moderno e o único egresso da Escola de Guerra de Porto Alegre. Comandou unidades de Infantaria em Corumbá e Belo Horizonte, a ID/9 e a 8ª Região Militar, em Belém, como General-de-Brigada. Foi juiz militar da FEB. Infante de escol, historiador e geógrafo militar dos mais fecundos do Exército, é hoje patrono de cadeira no IGHMB, que foi por nós ocupada, e da FAHIMTB. Sobre sua vida e obra escrevemos artigo na revista em seu nº 709, set/out 1983 às p.13 /35 intitulado "Paula Cidade, um soldado a serviço do progresso do Exército", no qual levantamos toda a sua obra literária. Sua biblioteca foi entregue à Biblioteca da AMAN. Foi o introdutor no Realengo, por decisão de seu comandante Cel José Pessoa, do ensino de Geografia Militar, tendo produzido a valiosa obra **Notas de Geografia Militar sul-americana**. Rio de Janeiro: Escola de Realengo, 1934 1ª ed e pela BIBLIEx em 1942, 2ª ed. Obra que abordava o Terreno, um dos fatores da decisão militar a nível de América do Sul e que foi muito,apreciado pelos exércitos de países irmãos.

6) **1º Ten Art Brasílio Taborda**. Nasceu em 20 de maio de 1877, no Paraná. Foi colaborador da revista da qual mais tarde se tornou redator-chefe. Chegou a ser mobilizado durante dois meses no período da I Guerra para lutar na Europa. Atingiu o generalato na Ativa, tendo comandado a 8a Região Militar, em Belém. Foi um dos três oficiais que idealizaram a revista em viagem marítima de retorno ao Brasil, de curso no Exército Alemão.

7) **1º Ten Art José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti**. Nasceu em 11 de março de 1879, no Ceará. Foi destacado colaborador em assuntos relacionados com tiro de Artilharia. Também representava a tropa, o 1º Regimento de Artilharia. Comandou a 9ª Região Militar em Mato Grosso. Depois atingiu o generalato. Ligou-se sentimentalmente à **A Defesa Nacional**.

8) **Cap Art Cezar Augusto Parga Rodrigues**. Nasceu em 1 de dezembro de 1871. Foi colaborador assíduo da revista, de capitão a general, sobre assuntos de Artilharia, virtudes militares, remonta e profissionalismo militar. Atingiu o posto de General-de-Divisão, tendo comandado o 1º Distrito de Artilharia de Costa, a 1ª Brigada de Artilharia Anti-Aérea e a 3ª Região Militar.

9) **2º Ten Inf José dos Mares Maciel da Costa**. Nasceu em 1 de setembro de 1877, em São Paulo. Não participou da fundação da revista, embora esta o represente no quadro, em homenagem aos seus serviços e sacrifícios por suas idéias, punido que foi disciplinarmente em 1915, junto com Klinger e Pompeu Cavalcanti, estes reincidentes, no célebre incidente gerado pelo número da revista de 10 de dezembro de 1915 que publicou o artigo "Exame do Batalhão", no qual denunciavam uma farsa na instrução, lesiva à operacionalidade do Exército e contado por Paula Cidade em **Síntese de três Séculos de Literatura Militar Brasileira**. Maciel da Costa servia no 52º BC. Como capitão transferiu-se para a Intendência de Guerra, tendo falecido em Porto Alegre. Fazia parte dos treze mantenedores, mas não dos doze fundadores. E incluído no quadro alegórico como homenagem da revista.

10) **Cap Epaminondas de Lima e Silva** . Nasceu em 26 de novembro de

1872 no Rio Grande do Sul. Cursou Artilharia no Exército Alemão. Como major, foi presidente e redator-chefe da revista. Atingiu o posto de coronel, tendo comandado o 1º Grupo de Artilharia de Montanha e a 9a Região Militar. Era ligado por laços de parentesco ao Duque de Caxias - Patrono do Exército e da FAHIMTB e AHIMTB filiadas. Foi chefe do Curso de Artilharia da "Missão Indígena" da Escola Militar do Realengo.

11) **Cap Int Joaquim de Souza Reis**. Nasceu em 2 de novembro de 1881, no Rio de Janeiro. Cursou a Infantaria no Exército Alemão. Foi um dos três primeiros redatores da revista. Integrou o 58º Regimento de Caçadores de Niterói, no Contestado. Faleceu como major, em 7 de agosto de 1924, deixando duas filhas de seu consórcio com a alemã Vali Van der Kilen. Foi punido no incidente de crítica ao "Exame de Batalhão", quando foi substituído por Maciel da Costa na redação, por ter sido transferido para o Sul, sem nenhuma ligação com o incidente.

12) **Cap Art Francisco Jorge Pinheiro**. Nasceu em 25 de março de 1873. Cursou a Artilharia no Exército Alemão. Foi redator da revista. Comandou a 4ª Região Militar em Juiz de Fora de 1930-32, sendo transferido para a reserva como General-de-Divisão, em 25 de novembro de 1933. Segundo o General Lyra Tavares, Jorge Pinheiro é o autor da letra da Canção da Artilharia, colocada sobre a música da Canção da Infantaria da Alemanha, com ritmo ou cadência lenta.

13) **Cap Inf Amaro de Azambuja Vilanova**. Nasceu em 18 de abril de 1879 no Rio Grande do Sul. Cursou a Artilharia no Exército Alemão. Colaborou com diversos assuntos e entre eles "Um combate aéreo na Frente Sul no início da Revolução Paulista de 32. Atingiu o posto de General-de-Brigada, tendo comandado a 7ª Brigada de Infantaria do seu tempo.

PROJEÇÃO HISTÓRICA DA REVISTA

A revista A Defesa Nacional foi criada no contexto da Reforma Militar 1898-45 e, na Presidência da República do Marechal Hermes da Fonseca — o seu grande artífice e dínamo de 1904-1914, como comandante da Escola de Aplicação do Realengo e do 4º Distrito Militar, atual 1ª Região Militar, Ministro da Guerra e Presidente da República.

Das múltiplas e significativas projeções históricas da revista registre-se:

- A relevante contribuição para a consolidação da revolução cultural do Exército, desencadeada pelo **Regulamento de Ensino de 1905**, ponto de inflexão do bacharelismo que vigorava desde 1874, para o profissionalismo militar que até hoje vigora.

- Haver cristalizado e suportado a corrente do pensamento militar brasileiro que contribuiu para orientar as preocupações do Exército para a sua operacionalidade, atualização e modernização, circunstâncias que ajudaram a arrancar o Exército dos ultrapassados padrões operacionais revelados em Canudos, no sertão da Bahia, em 1897, inferiores aos da Guerra do Paraguai, aos notáveis revelados pela FEB, na Itália, em 1944-45.

- Haver contribuído para produzir uma geração de escritores militares que se tornaram notáveis nos mais variados setores da problemática relacionada com a Defesa Nacional, em todos os seus níveis.

Constatar isto é obra de simples verificação dos índices de autores e assuntos de cada número em 100 anos de existência. Na falta de um índice geral da mesma que facilitaria sobremodo esta verificação. Pois por suas páginas,

desde 1913, desfilou expressiva parcela de inteligência nacional, civil e militar, com contribuições as mais diversas, abordando os problemas nacionais mais relevantes, muitos, inclusive, em caráter pioneiro. Abordagens hoje sepultadas em números das revistas por falta de um indice geral de autores e assuntos e mesmo por falta de uma colocação digitalizada da revista à diposição, na Internet, dos alunos de nossas escolas militares para a elaboração de suas monografias, dos historiadores, pensadores e planejadores do Exército e em especial de seus chefes. Enfim um precioso tesouro a ser desenterrado por traduzir a evolução do pendamento militar brasileiro em um século.

Foram de seus quadros dirigentes, no passado, os ex-presidentes marechais Eurico Gaspar Dutra e Humberto de Alencar Castello Branco e o General-de-Exército João Batista de Oliveira Figueiredo, filho de um dos fundadores e o Presidente que levou o Brasil à Antártida, um dos grandes sonhos da revista.

Por tudo, os 13 "jovens turcos" ou "patentes novas" que tiveram a feliz inspiração de fundar, manter, vivificar e projetar nacionalmente a revista, se tornaram credores da admiração nacional. Constituem-se hoje como um exemplo digno de ser imitado por todos quantos neste imenso Brasil, no mar, na terra e no ar, dedicaram o melhor de si, num trabalho anônimo, para dotarem o Brasil de Forças Armadas à altura de sua atual expressiva projeção economica e mundial. Tarefa grandiosa, cuja responsabilidade maior é dos poderes Executivo e Legislativo que representam o Povo Brasileiro que os elegeram para o representar e o defender.

Os "jovens turcos" e todos os colaboradores de **“A Defesa Nacional**" 1913-1944, contribuíram com seus escritos, para a organização da Força Expedicionária Brasileira, que representou o povo brasileiro de modo condigno, ao lutar, lado a lado ou contra frações expressivas dos melhores exércitos do mundo presentes na Europa na 2a Guerra Mundial.

"Não cora o sabre de ombrear com o livro, nem cora o livro de chamá-lo irmão"

Esta parece ser a grande lição, reafirmada diversas vezes pela História, a extrair hoje dos fundadores de **A Defesa Nacional**, patriotas, escritores de circunstância e profissionais militares de escól ao serviço da grandeza das Forças Armadas do Brasil. Ação meritória que o Tribunal da História julgou e consagrou como fato nacional relevante, com sentença transitado em julgado que o óleo da fundação da revista hoje no Gabinete do Comandante do Exército consagrou para a posteridade.

Ata de fundação de ‘A Defesa Nacional’

No dia vinte de Setembro de mil novecentos e treze, numa das salas do Clube Militar, na Capital Federal, presentes os abaixo assinados, realizou-se a primeira reunião dos interessados na publicação de uma revista que refletisse as idéias do novo Exército e fosse, por consequência, um órgão de combate e um instrumento de trabalho.

Aberta a sessão, às 4 horas da tarde, tomou a palavra o 1o tenente Leitão de Carvalho, que expoz os fins da reunião e os trabalhos realizados até aquella data, por ele orador, pelo capitão Mario Clementino de Carvalho e pelos 1º tenentes B. Klinger e Souza Reis. Se cogitando dos meios e fins da revista, de antemão denominava-se "A Defesa Nacional", ficou resolvido que, salvos os casos expressos de responsabilidade que cada qual assume pelas idéias e juizos que publica, houvesse sempre a mais perfeita solidariedade em todos os sentidos, especialmente quanto ao onus-pecuniário a que por ventura venha a dar lugar a

manutenção da revista.

E como nem todos os associados estivessem presentes, ficou também resolvido que esta Ata fosse lida e assignada por todos.

Por proposta do 1º tenente Taborda foram aclamados para dirigir a revista os tenentes Klinger, Leitão e Souza Reis, ficando o primeiro como chefe da redação; tratando-se da escolha de um secretário, foi, ainda por proposta do tenente Taborda, aclamado o 2º tenente Cidade.

No que diz respeito à impressão da revista, nada ficou resolvido, deixando-se, no entanto, os diretores encarregados de a contratar com quem mais vantagens oferecer. E como o fim principal deste livro de atas seja facilitar futuramente o estudo das condições em que surgiu e viveu esta revista, reclamada pelo momento histórico e pelas condições atuais do Exército, que vamos combater atrasadas e perigosas práticas, cumpre nos declarar que coube aqui toda a iniciativa ao 1º tenente Leitão de Carvalho, tendo como auxiliares imediatos o capitão Mario Clementino, os 1ºs tenentes Klinger e Souza Reis. E como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a sessão e marcada outra para o dia que fosse escolher pela diretoria.

F. de Paula Cidade, Secretário Confere: Bertoldo Klinger Io Tenente, Estevão Leitão de Carvalho 1º Tenente Joaquim de Souza Reis Netto, Brasílio Tarborda E. de Lima e Silva Parga Rodrigues

Scientes: Mario Clementino Cap,. Jorge Pinheiro José Pompeu de Albuquerque Cavalcan Euclydes de 0liveira Figueiredo, Amaro de Azambuja Villanova

PODER NACIONAL E ESTUDO CRÍTICO DA HISTÓRIA MILITAR

Cláudio Moreira Bento

No presente artigo-depoimento, elaborado por orientação de A Defesa Nacional, o autor focaliza aspectos relacionados com a importante dimensão da História Militar para o combatente terrestre.

Dimensão muito exaltada pelos grandes capitães da História da Humanidade, como decisiva ou importante para suas vitórias, a História Militar Crítica emana dos fundamentos da profissão do soldado e das experiências vividas no melhor laboratório de desenvolvimento de uma Doutrina Militar Terrestre — o Campo de Batalha.

Dentro do espírito da Portaria 73.-EME de 20 out 82, que orienta as atividades do Exército no Campo da História, para os objetivos de desenvolvimento da Doutrina e formação de seus combatentes — o autor enfatiza a importância da análise crítica da História Militar Terrestre Brasileira, rica de quase cinco séculos de lutas internas e externas predominantemente vitoriosas, com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento da Doutrina do Exército, com progressivos índices de nacionalização. E uma análise crítica com reflexos muito positivos no fortalecimento do Poder Nacional.

A Comissão de Pesquisa Histórica Básica de A Defesa Nacional

No ano de 1978 fomos honrados com a nomeação para as funções de instrutor de História Militar das Agulhas Negras. No sentido de dar o melhor de nós aos nossos instruendos e ao Exército, elaboramos, como estudo e preparação para as novas funções, um ensaio sob o título — "Como Estudar e Pesquisar a História do Exército Brasileiro". Nosso objetivo central foi o de procurar ajudar a transformar os quase cinco séculos da História Militar Terrestre do Brasil em instrumento auxiliar de construção da Doutrina do Exército do futuro, à altura de seu destino de grande potência e de grande nação.

HISTORIA MILITAR E NACIONALIZAÇÃO PROGRESSIVA DA DOUTRINA MILITAR

Até então já estávamos convencidos de que a configuração, definição e manutenção do Brasil com suas dimensões continentais não haviam sido obra do acaso ou do milagre. E, mais, que para isto havia concorrido de forma acentuada o fator militar, traduzido por quase cinco séculos de experiências, em lutas internas e externas, predominantemente vitoriosas e, portanto, ricas em soluções táticas, estratégicas e logísticas. Tais soluções são passíveis de isolamento pela crítica histórica militar, para incorporação numa doutrina militar terrestre brasileira, com índices progressivos de nacionalização e condicionada por um fator da decisão militar — o terreno brasileiro, quase que imutável em seus condicionamentos topotáticos e topoestratégicos. E condicionada também por outro elemento fundamental do fator militar brasileiro e o mais importante e característico — o homem brasileiro.

HISTORIA MILITAR E OS GRANDES CAPITAES DA HISTORIA

Sonhávamos igualmente, do ponto de vista de profissional das armas ainda no serviço ativo, que a semelhança das lições da História Militar aprendidas, aplicadas e exaltadas pelos grandes capitães da História da Humanidade na solução de problemas militares fosse decisiva para as suas vitórias; que lições semelhantes fossem retiradas do estudo crítico de nossa História Militar Terrestre, rica de quase cinco séculos, como me referi.

Avançando nossas pesquisas e reflexões, concluímos que a História Militar, tão exaltada pelos grandes generais da História, era a que classifico no meu ensaio de crítica ou interpretativa. Esta, absolutamente contrária a que classifico de descritiva, ou a senda enganosa, que não conduz ao aprendizado profissional militar, particularmente no campo mais nobre e fascinante o da Arte da Guerra ou Arte do Soldado.

A História descritiva foi condenada por Frederico, O Grande, mais ou menos assim, ao orientar o professor de História Militar de seu filho: "Não ensine História Militar a meu filho fazendo-o repeti-la como papagaio. Mas sim, fazendo-o raciocinar e dela tirar conclusões e lições para o futuro."

Ainda alcancei a História assim ensinada, sob forma de textos e de datas decoradas. Segundo concluí de Pedro Calmon, em abertura recente que fez de Curso de Mestrado de História no Museu Histórico Nacional, foi ele, nosso mestre, um pioneiro do estudo crítico e interpretativo da História do Brasil e um dos primeiros a rebelar-se contra o ensino descritivo e memorativo. Ensino em que os melhores alunos se caracterizavam pela capacidade de decorar. Nosso ensaio em tela pretendia ter uma função alfabetizadora dos futuros Oficiais do Exército, em assuntos de História Militar, para os quais foi dirigido. Portanto, um ensaio para principiantes e não para profissionais do estudo de História.

O trabalho restante, de aprofundamento, contávamos, ficaria a cargo dos mais capazes em se tornarem chefes, pensadores e planejadores brasileiros do Exército do futuro.

ALGUMAS FERRAMENTAS PARA EXPLORAÇÃO DA HISTÓRIA MILITAR PELOS GRANDES GENERAIS

Assim, abordamos noções de História, fontes, disciplinas auxiliares; História Militar com sentido de Doutrina Militar e de História da Ciência e da Arte de

Guerra; conceitos de historiador militar; um pouco da História do Exército; fundamentos para a pesquisa e estudo crítico da História Militar (fundamentos da expressão militar, fundamentos da Arte e da Ciência Militar, conceito de Arte e Ciência Militar, Doutrina Militar, fatores de decisão militar, fator militar, princípios de guerra, manobra e elementos etc.). Enfatizamos temas focalizando o emprego histórico das forças terrestres brasileiras, desde o Descobrimento, visando à pesquisa e análise crítica. Estes para subsidiarem a formação do combatente e a doutrina do Exército com o apoio em suas experiências de cinco séculos. Aliás temas desenvolvidos em grande e exaustiva pesquisa pelo Coronel Francisco Ruas Santos e traduzido, no Sistema de Classificação de Assuntos de História das Forças Terrestres Brasileiras, 1972, editado pelo Estado-Maior do Exército.

Esse sistema relaciona as mais importantes experiências militares brasileiras vividas, as quais, se constituem, ao nosso ver, no verdadeiro laboratório da História da Doutrina do Exército. Laboratório de experiências vividas, do qual, com ferramentas adequadas, terão que ser retirados subsídios para construção do Exército do futuro, com doutrina acentuadamente genuína ou brasilica e que leve em conta as peculiaridades do Homem, da Terra e das Instituições do Brasil desde 1500. Aliás, foi o que concluímos do estudo das grandes potências ou grandes nações. Estágios de grandeza que passaram obrigatoriamente pela condição de grandes potências ou grandes nações no campo militar. E mais, que o status de grande potência ou nação é sustentado por doutrinas militares genuínas ou com elevados índices de nacionalização, e também preocupadas em formar chefes, pensadores e planejadores capazes de modificá-la para adaptá-la a novas circunstâncias, sem terem de limitar-se á absorção pura e simples de doutrinas alienígenas, elaboradas para um momento histórico.

IMPORTÂNCIA DO ESTUDO HISTÓRICO MILITAR NA FORMAÇÃO DO COMBATENTE

E foi deste ideal que ora trato, que a ele se referiram expressamente o Duque de Caxias em 1862, o Marechal Floriano Peixoto em 1895, e o historiador Barão do Rio Branco em sua ação à frente do Itamarati. Isto para não falar nos dois grandes pensadores militares brasileiros modernos, Castello Branco, J. B. Magalhães e outros.

São pensamentos coerentes como aqueles a que Jomini se referiu na época de Napoleão: "A pesquisa e o estudo da História Militar, acompanhados de crítica sadia, são, na realidade, a verdadeira escola da guerra".

Ferdinando Foch, mais tarde, do alto de sua experiência militar riquíssima e abalizada, afirmou, confirmando Jomini, o que difundi em nosso ensaio militar: "Para sustentar em tempo de paz o cérebro de um Exército e prepará-lo para guerra, não há livro mais fecundo em meditações do que o da História Militar".

O DEVER DE UM PROFISSIONAL DAS ARMAS DE UM PAIS QUE AMA A PAZ E REPUDIA A GUERRA DE CONQUISTA

Como profissional militar de um país pacifista, que repudia a guerra de conquista, não podia deixar de preocupar-me com o destino e o futuro da minha instituição, orientado pelo seguinte pensamento: Soldado de um Exército de um país pacifista, que repudia a guerra de conquista, peço a Deus que jamais o Brasil entre em guerra. Mas, por outro lado, almejo que os profissionais do Exército não percam um só minuto em contribuir para que ele esteja sempre o mais bem preparado possível para enfrentar a hipótese indesejável, mas tão

comum na história dos povos — a guerra.

Dentro desse espírito, em nosso ensaio, procuramos oferecer também uma metodologia de pesquisa histórica, ferramenta para extrair subsídios de nossa História Militar para o progresso do Exército.

NACIONALIZAÇÃO DE EXEMPLOS DA HISTORIA MILITAR

No capítulo VI apresentamos uma metodologia, fusão das metodologias semelhantes de informações e pesquisa histórica. E a Metodologia de Informações que Arnold Toynbee usou com raro brilho como Chefe do Serviço Secreto da Marinha Inglesa e, até morrer, como um dos maiores, senão o maior historiador do mundo ocidental. Usou-a também Charles Boxer, historiador correspondente do IHGB e antigo membro da Inteligência Inglesa.

Nosso ensaio transcreveu a primeira Diretriz do Estado-Maior do Exército para atividades de História do Exército. Ela nos estimulou a produzir o trabalho. Como apêndices, selecionamos dois exemplos brasileiros originais, de batalhas analisadas criticamente: A batalha de Guararapes, sobre a qual havíamos produzido obra específica em 1971 e, o combate de Monte Castelo. Era um esforço de nacionalizar os exemplos de História Militar até então, em sua maioria, calcados em exemplos europeus, divorciados de nossas realidades operacionais. Abordamos, igualmente, em apêndice, a participação histórica do Exército no progresso brasileiro, além de suas missões constitucionais, e parte do esforço editorial da BIBLIEX, em assuntos de interesse militar operacional.

O nosso ensaio foi aprovado pelo Estado-Maior do Exército e mandado editar com a ressalva — "Para uso interno do Exército", pelo Estabelecimento General Cordeiro de Farias, sob a forma de manual, com o nome do autor na lombada.

À guisa de apresentação, o Estado-Maior do Exército incluiu a seguinte nota, que substituiu a apresentação do autor.

"Este ensaio histórico-militar de autoria do Ten Cel Cláudio Moreira Bento, atualmente instrutor de História Militar da AMAN, foi considerado de interesse profissional pela Seção de Geografia e História do Estado-Maior do Exército, embora não represente necessariamente o pensamento do referido órgão. Qualquer sugestão ou observação, que implique em alterações, supressões ou acréscimos, deve ser encaminhada ao autor, diretamente, ou através de mencionada Seção".

Brasília, DF, 1978

ESTÍMULOS E ACEITAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho, desde então, tem orientado pesquisas de História programadas pelo EME e levadas a cabo na Escola de Comando e Estado-Maior e na Academia Militar das Agulhas Negras.

As reações têm sido positivas e estimulantes no meio militar terrestre brasileiro e, inclusive, na Comissão de História Militar do Exército de Portugal, conforme correspondência em nosso poder. Conhecemos, pelo consócio Arno Welhing, destacado professor universitário de História, que nosso ensaio interessou seus companheiros que o julgaram válido em seu meio.

Dentro de nosso propósito alfabetizador em História Militar de nossos instruendos, introduzimos o capítulo VII com o subtítulo "Onde estudar e pesquisar a História do Exército".

Não pretendíamos então, e seria impossível mencionar tudo o que existia. E isto ficou claro em nossas palavras finais: "Sobre o ensaio apreciaríamos receber sugestões, com vistas ao seu progressivo aperfeiçoamento e atualização, particularmente no que se refere ao capítulo "Onde pesquisar e estudar a História do Exército Brasileiro". A prudência e a honestidade me impuseram estas últimas palavras, pois fazia só oito anos que havíamos iniciado a pesquisa História. E isto quando fomos escalados funcionalmente, em 1970, para orientar o planejamento, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes e a produzir um estudo técnico militar sobre as Batalhas dos Guararapes, cumulativamente com muitas funções no Estado-Maior do IV Exército no Recife. Meu estudo técnico mereceu, então, de Câmara Cascudo, desvanecedor aval e estímulo, transcrito na contra-capa do livro resultante — As Batalhas dos Guararapes — Análise e Descrição Militar.

Recebemos poderosos estímulos, na época, de Gilberto Freire, Pedro Calmon e José Américo, culminâncias da cultura do Brasil, no Nordeste, que nos animaram ã prosseguir.

Ao elaborarmos o capítulo — Onde Estudar e Pesquisar a História do Exército, tivemos presente que eram suficientes as obras indicadas como capazes de orientar a alfabetização de nossos instruen- dos. Aprendendo o conteúdo do ensaio, eles teriam condições de procurar seus próprios caminhos.

Em 1978, como hoje, depois de um aprofundamento na História Militar Mundial, da qual a do Brasil é um apêndice a partir do Descobrimento, mantemos ainda a seguinte convicção:

— Na História da Doutrina Militar existem duas coisas permanentes: sua contínua mudança e o seu agente — o homem.

— O maior e melhor laboratório do desenvolvimento de uma doutrina militar é o estudo crítico das experiências de lutas vividas no passado. Assim, explorar o laboratório de experiências militares, predominantemente vitoriosas vividas pelo Brasil, em quase cinco séculos, é um imperativo de segurança e de fidelidade ao destino de grandeza que sonhamos para o nosso país.

— Que o destino de grande potência ou grande nação do Brasil tramita obrigatoriamente pela condição de potência militar, apoiada por doutrina, com significativos índices de nacionalização fornecidos pela pesquisa e estudo crítico de sua História Militar. E este será o desafio a ser vencido pelos militares do Exército do presente e do futuro, com o concurso de historiadores civis e outros pesquisadores ligados às disciplinas auxiliares da História, principalmente com o apoio de estadistas brasileiros, sensíveis ao problema.

Finalizando, cabe aqui recordar como o grande estudioso de nosso passado militar e de seus heróis guerreiros — o historiador Barão do Rio Branco, soube transformar estes estudos em ferramentas de fortalecimento da Expressão Militar do Poder Nacional (Terrestre e Marítima) em sua época, ao pro- pugnar para que o Exército e a Marinha atingissem níveis de operacionalidade compatíveis com o progresso do Brasil e seus compromissos internacionais. A gratidão e o reconhecimento foram expressos pelos militares no Clube Militar em homenagem que lhe prestaram, em 15 de outubro de 1911, em histórica reunião presidida pelo Marechal Hermes da Fonseca — Presidente da República, e talvez a derradeira prestação de contas de serviços relevantes ao Brasil feita pelo grande brasileiro, antes de falecer no ano seguinte, menos de quatro meses de seu discurso. Outra homenagem do Exército foi introduzir seu busto, em 1º de março de 1952, no Pavilhão de Comando da Academia Militar das Agulhas Negras, no mesmo nível dos bustos de D. João VI, o criador da Escola Militar,

em 1810 e do Duque de Caxias, o Patrono do Exército e ex-aluno mais famoso do estabelecimento, cuja espada de campanha serviu de modelo aos espadins cingidos pelos cadetes daquela Academia, desde 1932, como o próprio símbolo da Honra Militar.

TRAVESSIA MILITAR DE BRECHAS E CURSOS D'AGUA NO BRASIL

Cláudio Moreira Bento

Graças ao Coronel Cláudio Moreira Bento, infatigável pesquisador da nossa História Militar, o Exército passa a completar, em aspectos ainda não focalizados, o processo da evolução histórica da sua Arma de Engenharia, com o precioso estudo que ele realizou sobre a evolução da técnica de Travessia Militar de Brechas e Cursos d'Água, vista desde os tempos coloniais, nas Guerras Holandesas, através de casos concretos que exaltam o engenho criador com que os nossos combatentes encontraram soluções de emergência para vencer, em situações difíceis, grandes obstáculos do terreno, detendo, ao mesmo tempo, o movimento do inimigo.

Ele tomou como ponto de partida as lutas contra o invasor holandês, precisamente o período que marca o nascimento do espírito do nosso Exército, para estudar a evolução dos processos e do material de passagem de rios e de brechas até a última Grande Guerra, o que representa um capítulo essencial da História da nossa Engenharia, muito anterior à sua organização como Arma, já no início do presente século.

Daí o grande valor do trabalho elaborado pelo Coronel Cláudio Moreira Bento a quem fica devendo o Exército um estudo meticuloso do mais alto interesse, principalmente para os que se dispuserem a estudar o papel desempenhado pela inventividade e o poder de adaptação do homem brasileiro, nas vicissitudes em que tem vivido como soldado, em todos os tempos, climas e situações.

É o que me leva a apresentar ao ilustre autor deste trabalho as minhas felicitações.

Gen Ex Aurélio Lyra Tavares

(Da Academia Brasileira de Letras, e dos Institutos Histórico e Geográfico Brasileiro e de Geografia e História Militar do Brasil).

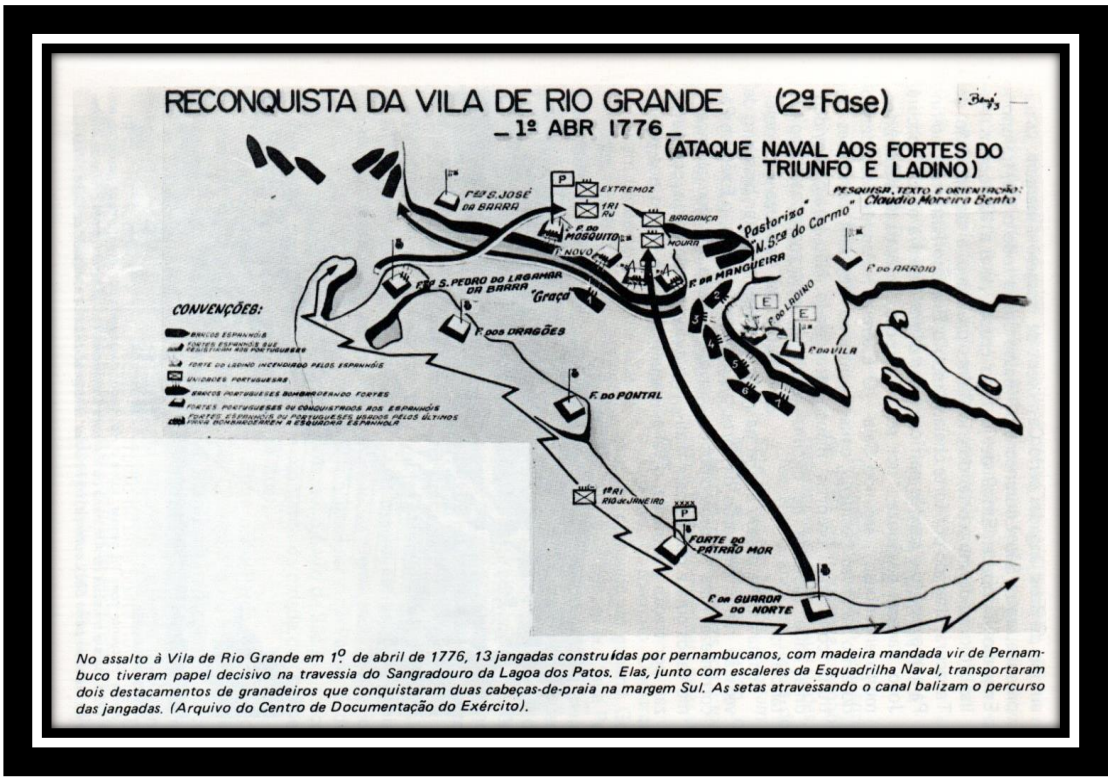
INTRODUÇÃO

Estudiosos do processo histórico brasileiro localizam na Insurreição Pernambucana (1645-1654), no contexto das Guerras Holandesas, o despertar da Nacionalidade e com ela o espírito de Exército Brasileiro. Naquela insurreição vamos, segundo interpreto, encontrar o despertar glorioso e providencial do espírito da Arma de Engenharia de Combate de nosso Exército, na sua missão mais característica de apoiar o Movimento na transposição de brechas e cursos d'água. E isto através da construção de uma portada de circunstância (balsa) que atravessou todo o Exército Patriota da margem direita para o outro lado do rio Tapacurá, em cheia, durante todo o dia 9 de julho de 1645. Com isto colocou-

o a salvo do Exército Holandês que foi detido pela cheia do histórico rio. Esta memorável e oportuna travessia militar salvou a causa da Insurreição. Pois ganhou tempo para uma melhor concentração do Exército Patriota que venceu, logo a seguir, os holandeses em Monte das Tabocas e Casa Forte e abriu caminho para as batalhas dos Guararapes com todo o seu glorioso cortejo de projeções para a formação da Nacionalidade e preservação da Unidade e Integridade do Brasil.

Desde então, nas diversas campanhas internas e externas que nosso Exército tem atuado, foram usados meios contínuos e descontínuos de transposição de cursos d'água, em missões hoje tipicamente reservadas à Arma de Engenharia, criada em 1908.

Abordar casos históricos de transposição militar de brechas e cursos d'água pelo Exército do Brasil, em operações militares, (1645-1945) e, a atualidade e o futuro próximo do equipamento específico da Arma de Engenharia é o objetivo deste ensaio.



No assalto à Vila de Rio Grande em 1º de abril de 1776, 13 jangadas construídas por pernambucanos, com madeira mandada vir de Pernambuco tiveram papel decisivo na travessia do Sangradouro da Lagoa dos Patos. Elas, junto com escaleres da Esquadrilha Naval, transportaram dois destacamentos de granadeiros que conquistaram duas cabeças-de-praia na margem Sul. As setas atravessando o canal balizam o percurso das jangadas. (Arquivo do Centro de Documentação do Exército).

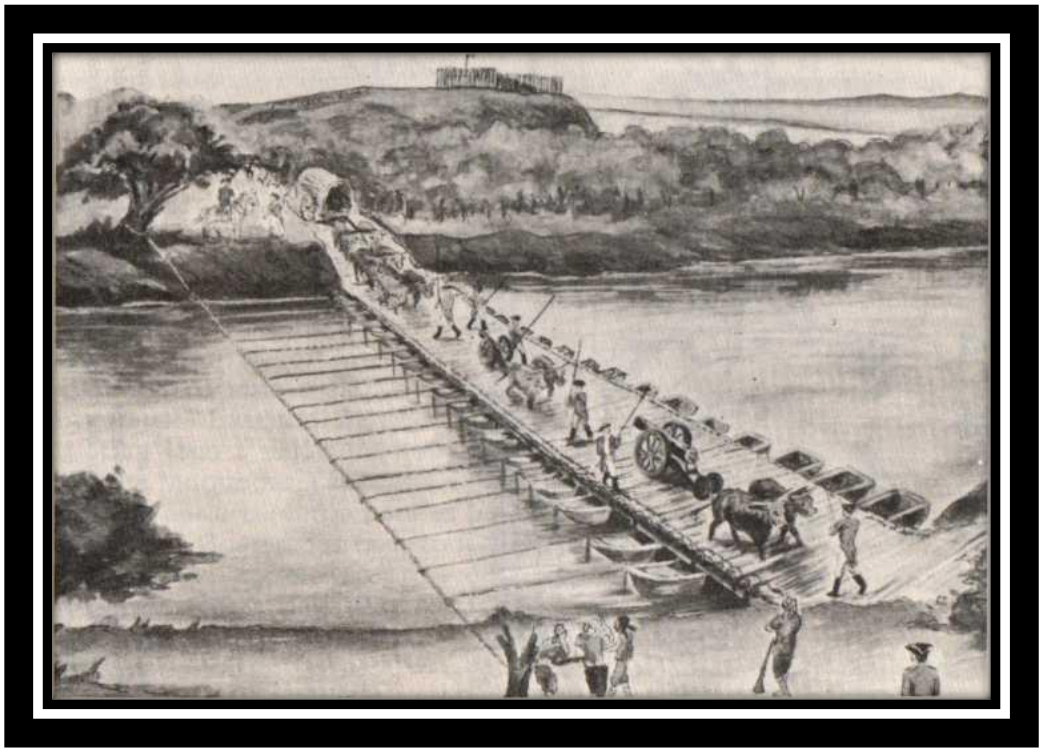
CASOS HISTÓRICOS DE TRANSPOSIÇÃO DE BRECHAS E CURSOS D'ÀGUA

Guerras Holandesas e Bandeiras

No ano de 1645, 219da invasão holandesa da Bahia e 159 da invasão de Pernambuco, os patriotas de Pernambuco se insurgiram contra o domínio holandês. Teve lugar a Insurreição Pernambucana, cujo epílogo foi a rendição de todas as forças holandesas no Brasil, em 26 de janeiro de 1654, na Campina do Taborda, atrás do atual forte Cinco Pontas, no Recife. (D

Ao estourar a Insurreição, o Exército Patriota em formação ganhou o interior de Pernambuco à procura de reforços e condições de oferecer batalha.

Pressionado pelo Exército Holandês, o Exército Patriota forte de 1.000 homens atravessou em 5 de julho de 1645, a nado, e com o auxílio de duas jangadas o rio Capibaribe, entre São Lourenço e o Engenho Muribeca. Em 9 de julho foi detido no corte do rio Tapacurá, alterado por forte cheia. Para atravessá-lo o capitão patriota João Barbosa de Souza, "por ser muito engenhoso", segundo Calado em o Valoroso Lucideno, construiu com suas próprias mãos uma balsa (portada de circunstância). (2)



Ponte flutuante com 18 canoas, sobre o rio Pardo, construída por aventureiros paulistas, em 1754, para a travessia da Artilharia do Exército Demarcador do general Gomes Freire de Andrade, rumo ao passo São Lourenço, no rio Jacuí (Pesquisa do autor e alegoria de Cilka Silva).

Pronta a balsa passou a fazer navegação retida em razão da forte correnteza. Para tal usou cipós como cabos guia e outros para realizar, por tração e retração, o vai-e-vem de margem a margem, u trabalho durou todo o dia, transpon- do grupos de 8 a 10 homens. Assim, procedeu a transposição de todo o Exército Patriota e, ao findar o dia, deixava o rio Tapacurá interposto entre os dois Exércitos. O Exército Holandês ficou detido junto ao rio, sem condições de atravessá-lo. Não fora o providencial "e muito engenhoso" capitão João Barbosa de Souza — o primeiro pontoneiro militar brasileiro de que se tem notícia, o Exército Patriota poderia ter sido alcançado e batido naquele ponto, colocando águas abaixo o sonho dos patriotas, concretizado mais tarde com a expulsão dos holandeses, fato que se projeta hoje, como o despertar do espírito de Nacionalidade e de Exército Brasileiro e o dever preservando a Unidade e a In- tegridade do Brasil.

Bandeiras

Os bandeirantes na sua épica missão de expansão do Brasil além das Tordesilhas, em função da União das Coroas Ibéricas 1580- 1640, desenvolveram notáveis técnicas de travessia e navegação dos rios brasileiros, particularmente na Bacia do Paraná, rios que constituíram fundamentalmente suas estradas. Estas técnicas seriam de grande utilidade no Sul. (3) Técnicas seguramente absorvidas com os índios do Brasil nas bacias do Paraná e Amazonas.

Fundação do Rio Grande do Sul

Após fundar o Rio Grande do Sul atual, em 19 de fevereiro de 1737, o brigadeiro José da Silva Pais, ao desembarcar no local da cidade de Rio Grande atual, teve de proteger, à distância, a base militar então fundada sob o nome de Jesus- Maria-José, sua devoção. Mandou construir uma falua. Esta embarcação transportando um pelotão de Infantaria com petrechos, navegou todo o canal São Gonçalo e toda a Lagoa Mirim. No fundo desta foi fundado e guarnecido o forte, desde então São Miguel. Foi uma viagem épica e cheia de peripécias, na qual o barco, depois de virar duas vezes, chegou ao destino e cumpriu histórica missão, (4) de grande repercussão geopolítica.

GUERRA GUARANITICA
1752/1756

Celebrado o Tratado de Madrid de 1750, portugueses e espanhóis trataram de demarcar suas lindes.

No Rio Grande, os índios dos Sete Povos das Missões reagiram à ordem de evacuá-los. Então, os exércitos demarcadores da Espanha e Portugal investiram pelas armas.

Quando o Exército Demarcador, ao comando do general Gomes Freire, dirigiu-se aos Sete Povos, através do rio Jacuí, foi apoiado por duas Companhias de Aventureiros Paulistas, descendentes de bandeirantes e com larga experiência na travessia e navegação em rios com canoas, as quais eram peritos em construir.

Eles construíram em Porto Alegre as canoas necessárias a apoiar o Exército Demarcador na subida do rio Jacuí até o rio Pardo. E, depois, até o passo de São Lourenço, a montante da cidade de Cachoeira atual.

Entre o rio Pardo e o Passo de São Lourenço, o rio Pardo desafiava a travessia da Artilharia ao comando do coronel Fernandes Pinto Alpoym. A solução foi a construção de uma ponte flutuante. De sua construção encarregaram-se as Companhias de Paulistas. Foi construída inicialmente com 12 canoas, como suportes flutuantes. Após um dia de operação ela des-mantelou-se e foi construída então outra,, com 18 suportes que resistiram bem.Este evento constituiu-se, até fato novo em contrário, no lançamento da primeira ponte militar flutuante de circunstância da História do Brasil, cujos pontoneiros foram paulistas.[5]

Telas panorâmicas da época, de Miguel Ângelo Blasco Quartel Mestre do Exército Demarcador e hoje guardadas no Centro de Documentação do Exército,

em Brasília, mostram o largo uso de canoas e inclusive pelotas, que os paulistas construíram em apoio ao Exército Demarcador.

A partir dessa época os militares portugueses começaram a absorver aos poucos, conforme o provam as telas panorâmicas citadas, o uso de pelotas de couro de boi, meio descontínuo de travessia de largo uso no Sul pelos índios, nos rios que atravessam os campos, na falta de madeira apropriada para a canoas. Meio que veio emprestar o nome à cidade de Pelotas onde foi feito largo uso das mesmas, na região das charqueadas.

GUERRA DE RECONQUISTA NO RIO GRANDE DO SUL 1774/1779

Os espanhóis invadiram o Rio Grande do Sul pelo litoral em 1763 e dominaram a Vila do Rio Grande, por 13 anos. Em 1774, o invadiram pela campanha e estabeleceram, próximo a Bagé atual, a Fortaleza de Santa Tecla e, na serra de São Martinho, uma fortificação de mesmo nome. Em 1775 chegou à margem Norte do Sangradouro da Lagoa dos Patos, em São José do Norte, o Exército do Sul, forte de cerca de 4.000 homens ao comando do tenente general Henrique Bohn, discípulo do Conde Lippe. Bohn veio com a finalidade de reconquistar o Rio Grande do Sul atual o que conseguiu em 1775, com a conquista de São Martinho, chave para as Missões, conquista e arrasamento da Fortaleza de Santa Tecla, em março de 1776 e, finalmente, a reconquista da Vila do Rio Grande, de assalto, na madrugada de 19 de abril de 1776.[6]

Jangada usada para o assalto a Vila de Rio Grande em 1º de abril de 1776 pelo Exército do Sul (Arquivo de Abeillard Barreto)

Para o êxito do assalto de surpresa à Vila do Rio Grande, à noite, através do largo canal, tiveram papel relevante 13 jangadas a vela, mandadas construir pelo general Bohn, com madeira especial vinda de Pernambuco e por soldados pernambucanos que trouxe a São José do Norte e que estavam servindo na Ilha de Santa Catarina. Estas jangadas complementadas por escaleres de Esquadrilha Naval, baseada em São José do Norte, ao comando do Capitão- de-Mar e Guerra Hard-Castle tornaram possível o transporte de dois destacamentos de 200 homens cada, integrados pelas companhias de granadeiros do

Regimentos de Infantaria do Rio de Janeiro, de Moura, Estremoz e Bragança.

0 experimentado cabo de guerra europeu foi muito criativo, mas ficou admirado com as técnicas de transposição de cursos d'água usadas pelos rio-grandenses, conforme relatou em suas Memórias sobre esta campanha.

UM ACIDENTE TRÁGICO NO RIO ARARANGUÁ

O exército do Sul atravessou o rio Araranguá usando uma ponte flutuante, construída pelo major de Engenheiros Francisco João Róscio, mais tarde autor da valiosa fonte **Compêndio Noticioso do Rio Grande de São Pedro,** além-fundador de Santa Maria, governador do Rio Grande de 1801-1803,[7] e autor de Plano de Defesa Circular do Rio, em 1769 (Sistema.Vauban).

Ao ser atravessado em 28 de dezembro de 1774 pelas companhias de granadeiros e a do coronel do Regimento de Moura, teve lugar um acidente fatal, provocado pela imprudência do major do citado Regimento. Em conseqüência ele pareceu afogado, com mais 6 sargentos, 39 soldados e 1 tamboleiro, num total de 47 homens, uma verdadeira tragédia, com negativos reflexos no moral do Exército do Sul.

O citado major, sob protesto dos pontoneiros que operavam a ponte, com vistas a acelerar a transposição, colocou duas companhias sobre a ponte. Ele foi o cerra fila. Neste momento os primeiros suportes calaram fundo sob o peso excessivo. A seguir foram invadidos pela água. Formou-se uma rampa na qual muitos soldados não puderam se manter em pé. Então eles se amontoaram e terminaram por cair n'água e se afogaram. Os que estavam na segunda metade e conservando o espaço recomendado se salvaram.[8]

BOHN SURPREENDE-SE COM A TÉCNICA GAÚCHA DE TRANSPOR RIOS

O experimentado general europeu Bohn teria a primeira surpresa com a técnica dos rio-grandenses em atravessar um rio. E é isto que ele registra em suas Memórias citadas sobre a travessia do rio Mampituba.

"Eu cheguei às margens do Rio Mampituba. Ali vi apenas dois barcos. Perguntei onde estavam os demais barcos? Obtive como resposta —Eram os únicos e suficientes!

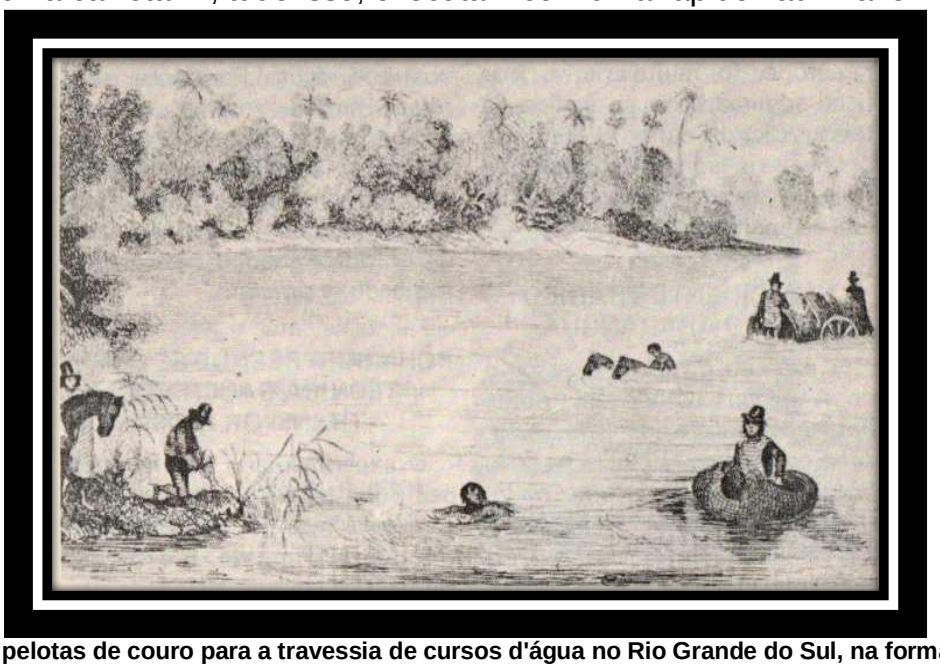
Confesso aqui que não compreendi, na hora, como seria possível passar ao outro lado daquele rio mais largo do que o Reno, tantos homens, tantas bagagens, carros e carroças. Nós europeus temos sempre a mão pontes fixas ou balsas, ou mesmo pontes flutuantes ou barcos grandes. Por esta razão não percebi logo um meio que não nos tirasse daquele embaraço. Este povo, ao qual faltam todos os meios que um país povoado e policiado apresenta, esta afeito às dificuldades e tem o espírito fecundo em recursos (criatividade).

Quanto aos cavalos e muares, todos nadam! Tiram-se-lhes as selas. Um homem a cavalo vai à frente entrando n'água.

Outro impele os outros cavalos que entram n'água o que fazem por si próprios. E seguem o primeiro cavaleiro que conduz a tropa ao lugar que quiser. Sozinhos atravessam mais de 100 desses animais. Se a corrente estiver um

pouco rápida se afogam os animais porventura cansados.

As carretas são descarregadas. As bagagens passam em primeiro lugar nos dois barcos transformados em balsa (portada), sobre os quais atravessam inclusive uma carreta. E, tudo isso, executam com uma rapidez admirável!



Uso de pelotas de couro para a travessia de cursos d'água no Rio Grande do Sul, na forma assinalada pelo general Bohn, em 1775, ao assistir demonstração de Rafael Pinto Bandeira, na travessia do Rio Pardo. (Fonte Avé- Lallemant — Viagem ao Sul... — 1859)

E vi mais! Passaram uma carreta pesada a nado, puxada por seus próprios bois.

A única diferença é que os bois foram desatrelados. A seguir foram usadas cordas bastante longas que eu levava comigo e do seguinte modo: Os bois tendo-as amarradas aos chifres e às outras pontas respectivas na carreta, foram colocadas n'água. E nadando, guiados pelas cordas, tracionaram a carreta. Foi um espetáculo completamente novo para mim, ver nadar aquela procissão de bois, dos quais se viam apenas os chifres e um pouco da cabeça de fora, seguidos pela carreta.

Minha cadeira e meus carros de bagagem lhes deram muito pouca dificuldade. Enfim toda a minha pequena comitiva passou em menos de duas horas e meia."[9]

Estas técnicas tiveram largo uso nas guerras do Sul. Registra-as com detalhes em suas pinturas, algumas aqui reproduzidas, o pintor e tenente argentino Cândido Lopes, testemunha ocular do avanço aliado desde Corrientes até a batalha de Curupaiti, durante a guerra do Paraguai na obra: LOPES, Cândido, ten. A Campanha do Paraguai de Corrientes a Corupaiti. Record, 1973 (61 gravuras com texto).

TRAVESSIA MILITAR DE UM RIO COM PELOTAS DE COURO

Quando o general Bohn inspecionou a fronteira do rio Pardo, o major Rafael Pinto Bandeira, comandante de um Corpo de Auxiliares, em realidade de guerrilhas, deu uma demonstração de como suas tropas atravessam um rio. E

sobre isto descreveu o general Bohn em suas Memórias citadas.

"O major Rafael Pinto Bandeira deu-me, a tarde de 21 de julho de 1775, um espetáculo bastante bonito. Ou seja, o de uma tropa que chegando as margens de um rio profundo, sem nele encontrar pontes ou balsas, nem meios de as fazer, o atravessar do seguinte modo:

A tropa matou imediatamente alguns bois. Tirou a seguir seus couros. Destes couros frescos fizeram umas pequenas balsas redondas (pelotas) dentro das quais colocaram suas bagagens e as amarraram na parte de cima. Em seguida colocaram as referidas pelotas a flutuar. Cada pelota foi presa por uma correia (tira de couro). Sobre cada pelota tomou assento um Soldado. Enquanto isso, para cada pelota um homem, após tirar suas roupas, se meteu n'água e nadou para a outra margem rebocando a pelota com a correia presa aos dentes. Eles fazem também pelotas maiores quadradas, abertas em cima, mas menos seguras que as redondas.

O que mais me admirou foi a velocidade com que aqueles soldados fizeram as operações. E mais do que isto, a presteza com que aquela gente se lançou n'água. Todos eram a um tempo só, bons campeiros e bons nadadores. Este modo de atravessar um rio que não tem largura extraordinária, nem corre com demasiada violência, é bastante seguro. Os animais passam a nado. O emprego do transporte em carretas por aquelas tropas não é realizado. Eles usam cavalares e muares cargueiros.

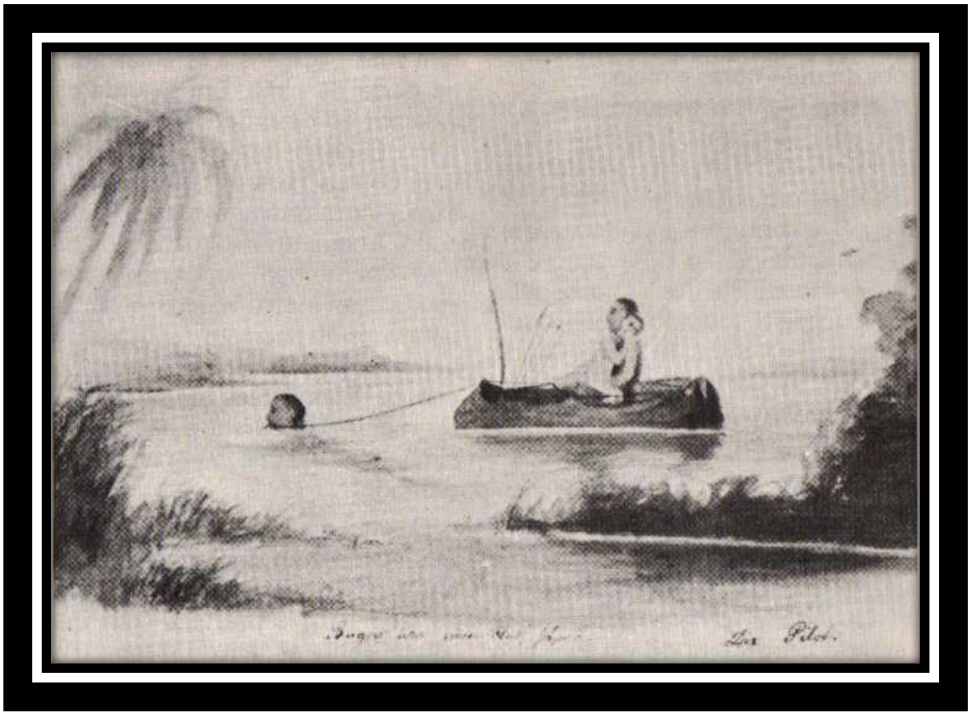
Xenofonte, na História da Retirada dos 10.000 gregos, contou que certo dia os bárbaros descendo um rio, trouxeram ao seu acampamento, víveres carregados sobre peles.

Mas esta gente daqui certamente não o leu, nem certamente tirou de Xenofonte a idéia das pelotas."[1] [1]

As técnicas testemunhadas por Bohn nos rios Mampituba e Pardo seriam combinadas e aperfeiçoadas ao longo dos anos.

Foram desenvolvidas técnicas de construção de pelotas para atravessar inclusive carretas, conforme testemunha Debret, em pintura - focalizando o passo dos Negros no canal São Gonçalo, em Pelotas, em 1822, bem como pelotas para u m passageiro puxada por um escravo nadando.

Por ocasião da conquista de anta Tecla, os Dragões do Rio Pardo atravessaram o rio Camaquã, ocasião em que perderam um pequeno canhão (pedreiro), com reparo, que estava sendo atravessado numa pelota que virou.



Bugres transpondo um rio em uma pelota

Equipagem Birago – prussiana do tipo que o Brasil adquiriu duas em 1851, para a guerra 1851-52 e que se constituiu na primeira ponte de equipagem que o Exército possuiu. (Foto arquivo do autor).

GUERRA CISPLATINA
1825/1828

Durante esta guerra, coroando o brilhante feito estratégico do Marquês de Barbacena, ao operar junção, em 5 de fevereiro de 1827, no arroio Lexiguana,

de forças ao seu comando provenientes de Santana e, as do general Brown, vindas de Pelotas, teve lugar de 29 e 31 de janeiro de 1827, a travessia, por Barbacena, do Camaquã- Chico cheio e torrentoso e sob pressão inimiga.

Esta travessia colocou o Exército de Barbacena a salvo, em região acidentada, compatível com seu forte — a Arma de Infantaria e, interposto entre o Exército de Alvear e as principais cidades gaúchas Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre.

A eficiência da marcha de Barbacena sob fortes chuvas e a rápida travessia do Camaquã- Chico,evitaram que fosse isolado de outra fração de Brown e batido por partes. Foi um grande feito militar que estudamos em detalhes em 1976.[12]

A travessia foi feita sob a cobertura da Cavalaria de Bento Gonçalves retardando a testa do Exército de Alvear, que fora paralisado, em Bagé, por um temporal.

A Cavalaria transpôs a nado. Os soldados de Infantaria, com laços unidos à guisa de cabos guias, transpuseram o rio nus e em duplas, levando as roupas e equipamentos sobre as cabeças, em macas improvisadas.

Foi feito largo uso de pelotas de couro para travessia de doentes, equipamentos em geral, como era costume consagrado na região.

Assim, em 36 horas, foram transpostos 4.296 homens e 12 peças de artilharia. De cavalaria 1.362 eram milicianos e o restante Cavalaria do Rio, da Bahia e São Paulo, sem prática naquele tipo de operação.

O Alferes Manoel Luiz Osório nesta ocasião salvou dois soldados de Cavalaria que caíram em águas fundas e se afogavam.

Nadou heroicamente até eles. Agarrou um pelos cabelos que trouxe de arrasto o outro, segundo se conclui da obra A Vida do General Osório, escrita por seu filho.

Ponte, tipo Divisão de Cavalaria em São Gabriel, com tração bovina a mais indicada para as realidades operacionais da época. Do atual quartel do 6º BEComb saiu com suas peças, tracionadas por bois, para a Campanha Contra Oribe e Rosas 1851-52, o Regimento Mallet, desde então apelidado. "Boi de Botas" Foto arquivo do então Ten Eng Paulo Bolívar Teixeira).

Durante as guerras do Sul os passos nos rios e arroios condicionaram as operações militares. Isto em razão de não oferecerem as condições ideais à travessia a vau (pouca profundidade), leito firme, margens espraiadas. Ficaram célebres na história militar do Rio Grande entre outros, o passo do Rosário, o passo dos Negros, em Pelotas, o passo Nossa Senhora da Conceição do Jaguarão (Centurion), o Camaquã de Baixo (atual Vau dos Prestes) e logo a jusante o passo da Real Armada, que recebeu este nome por ali ter cruzado em 1774, o Exército (ou Real Armada) ao comando do general Vertiz y Salcedo mexicano, governador de Buenos Aires, após batido em Santa Bárbara e Tabatingai, em janeiro de 1774. Travessia durante seu trajeto, atualmente balizado por RIO PARDO, ENCRUZILHADA DO SUL, CANGUÇU, PEDRO OSÓRIO, POVO NOVO e RIO GRANDE. Passo que por corruptela é conhecido como passo Real da Armada ou da Armada e conhecido de Andrade Neves em 1840-1844. Entre 1800-1812 eram usados cerca de 70 passos de cursos d'água no Rio Grande do Sul.

GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS
1851/1852

Para esta guerra o Brasil contratou na Alemanha, entre outras tropas mercenárias, duas companhias de pontoneiros (uma de pontoneiros e outra de trens) equipadas com duas equipagens BIRAGO, de 60 braças cada e de uso no Exército da Prússia. Acompanhavam as equipagens 36 carroças austríacas de 4 rodas cada, para serem puxa das por 4 cavalos cada e em estradas. Compunham-se de 5 oficiais e 262 praças. Era o que havia de mais moderno na Europa.[13]

O material foi direto para Montevidéu bem como o pessoal. Ambos lá chegaram com aquela praça sob cerco de Manoel Oribe. Tão logo Caxias tomou conhecimento da chegada desse reforço, determinou que as duas companhias cerrassem sobre Colônia do Sacramento. O deslocamento não se realizou pelas seguintes razões: Os pontoneiros haviam recebido cavalos chucros cujo amansamento levaria tempo; não tinham experiência em montar e domar cavalos chucros, coisa rotineira e normal na doutrina militar da Bacia do Prata; duvida-se que mesmo dispondo de cavalos mansos a equipagem pudesse deslocar-se através do campo pelas campanhas uruguaias, onde a tração bovina era historicamente a indicada. Realidade demonstrada por Mallet, ao internar- se nesta campanha pelo Uruguai, com seu Regimento tracionado a bois, ocasião em que esta histórica unidade passou a ser conhecida como "Boi de Botas".[14]

Foi determinado que a equipagem BIRAGO fosse depositada em Montevidéu e seu pessoal dividido em grupos de 30 homens e incorporado em 6 unidades de Infantaria que combateram em Monte Caseros.

O material BIRAGO, ao final da guerra, foi levado para o Rio Pardo. Lá foi reorganizada a companhia de Pontoneiros, ao comando do capitão Friedrich Pickart, 1º Ten Maximiliano Emmerich, 1º Ten Ugo Uchermann e 2º Ten Barão

Carlos Von Kahlden e mais 25 pontoneiros alemães. Todos estes remanescentes dos Pontoneiros contratados para a guerra 1851-1852.

A eles, para transferência de "know-how", foram agregados os brasileiros, 2º Ten de Engenharia Antonio Dias Carneiro e 40 soldados.

Esta companhia praticou pontagem em Rio Pardo até o final de 1854. Foi extinta com o término de contrato dos mercenários alemãs (brummers). Deles, o mais entendido em pontagem era Maximiliano Emmerich que mais tarde, na Guerra do Paraguai, foi o organizador, instrutor e primeiro comandante do Batalhão do Pontoneiros, criado em 7 de outubro de 1865, em Uruguaiana, para apoiar o 2º Corpo do Exército, ao comando do Conde de Porto Alegre.

Emmerich desde 19 de dezembro de 1860 fora instrutor na Escola Militar da Praia Vermelha, de Topografia, Obras e Fortificações em Campanha e Serviço de Pontes e de Sapa.[15]

Emmerich foi exonerado do comando do Batalhão de Pontoneiros em 6 de abril de 1866, mas continuou instrutor do mesmo, cumulativamente como membro da Comissão de Engenheiros do 2º Corpo do Exército, pelo qual foi citado, por bravura, em Curuzú e Curupaiti.

Este pioneirismo terá reflexos na Guerra do Paraguai, na transposição do Chaco.

Mas, durante a Guerra (1851- 1852) teve lugar uma das mais impressionantes travessias militares de um rio da Bacia do Prata.

Major Dr. José Carlos de Carvalho, chefe da comissão de engenheiros do Exército, com o concurso de embarcações de nossa Marinha de Guerra, dirigindo em 14 de julho de 1865 a construção de ponte flutuante sobre o rio Uruguai, para transpor o Exército Uruguaio e Brigado Brasileira Kelly, para operações contra o inimigo na margem direita do Uruguai. (Foto C. Doc. Ex.)

Pontões de goma elástica do tipo usado pelo Corpo de Engenheiros na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Aparecem carregados em carroças (Ver História dos Exércitos e Tavares, A História da Arma de Engenharia).

TRAVESSIA DO RIO PARANÁ EM DIAMANTE - 1851

Trata-se da travessia do Rio Paraná, em Diamante, da margem esquerda, para outra, do "Exército Grande da América do Sul", ao comando do general Urquisa, forte de 25.000 homens, dos quais 3.889 brasileiros e os demais correntinos, santafecinos, uruguaios e buenarinos. Travessia memorável de um rio de grande vulto, com 1.200 metros, recorrendo-se a todos os recursos, inclusive o apoio dos vapores da Esquadra Brasileira "Afonso", "D. Pedro", "Recife", "D. Pedro II", "Imperador", "Paraense" e "Uruguai" e mais quatro corvetas rebocadas. Navios que transportam a tropa para o outro lado, rebocando os mais variados tipos de embarcações reunidas em Diamante, incluindo 3 balsas currais, com capacidade cada, de transportar 100 cavalos por vez.

Essa operação durou de 23 a 25 de dezembro de 1851, na qual muitos cavalos atravessaram a nado, guiados por soldados, em pelotas ou barcos.

A travessia registrou o feito épico de duas divisões de Cavalaria, uma de Correntes e outra de Santa Fé, terem vencido a Distância de 1.200 metros a nado, recorrendo a pelotas, operação com poucos afogados e cerca de 600 extraviados, mas socorridos em tempo, fato único na História, segundo Genserico Vasconcelos.[16]

Foi um extraordinário feito militar para a qual nossa Marinha emprestou apoio decisivo como transporte e reboque.

GUERRA DO PARAGUAI

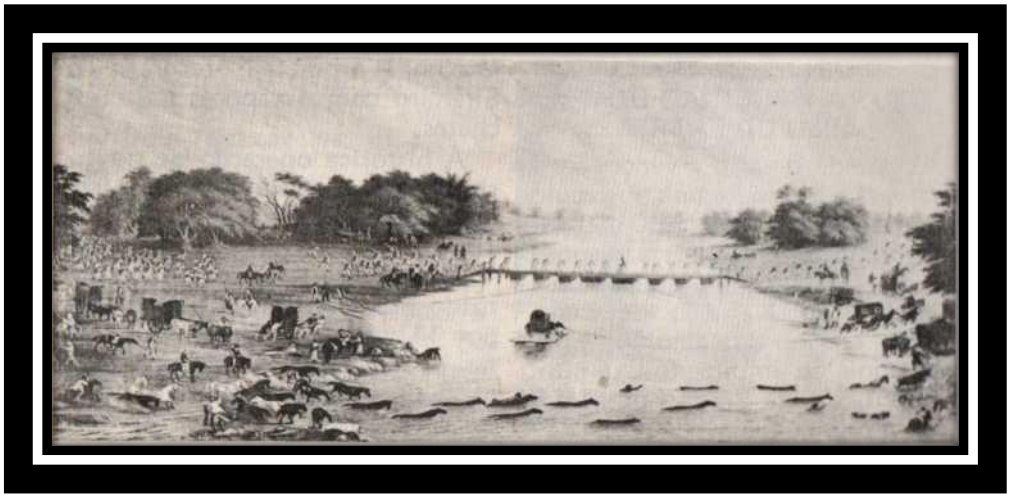
Esta guerra, travada na bastante irrigada Bacia do Prata que abriga o Chaco, daria lugar a memoráveis transposições de brechas e de cursos d'água e de regiões pantanosas, dignas de figurarem na História Militar Mundial.

A primeira foi a transposição da margem esquerda para a direita, do rio Uruguai, em 15 de julho de 1825, da Brigada Kelly do Exército Brasileiro, junto com o Exército do Uruguai, usando ponte flutuante de inspiração do Marquês de Tamandaré, construída sob a direção do Ten Cel Engenheiro José Carlos Carvalho, em 24 horas, com o concurso do Corpo de Engenheiros e sobre 7 barcos de nossa Marinha. Missão da força: atuar contra coluna paraguaia.

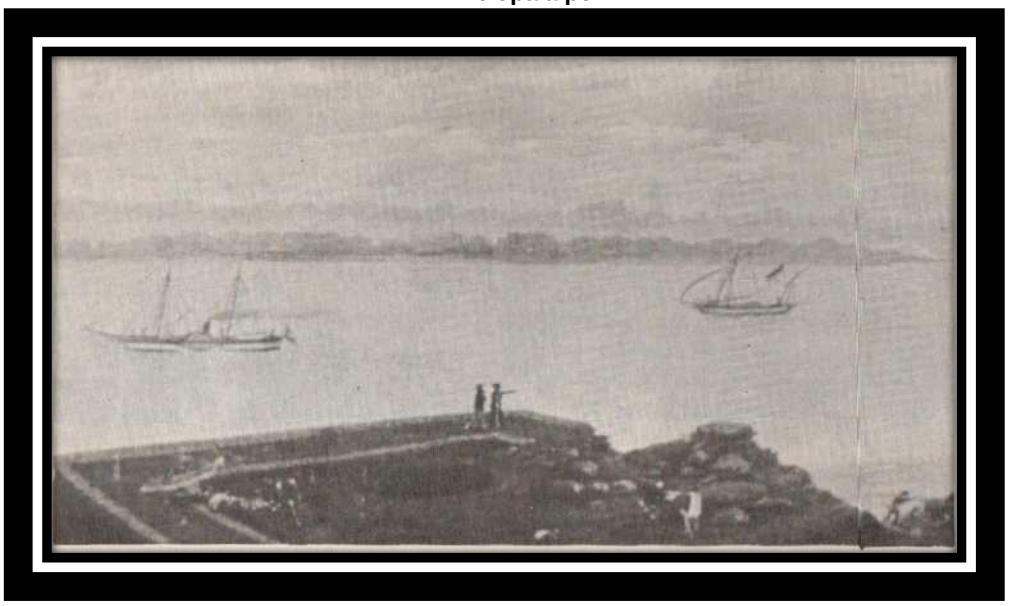
0 Exército Imperial do Brasil na sua marcha para concentração junto ao Passo da Pátria teve de transpor dois cursos d'água significativos. Primeiro o Mandisovi e a seguir o Mocoretá. O Exército Imperial, com o concurso do Batalhão de Engenheiros, transpôs o Mocoretá de 26 a 30 de outubro de 1865, nos passos, (da foz para montante), do Bica, da Cavalhada e da Diligência. Pelo último transpôs a brigada do brigadeiro Antonio Netto com o concurso de uma balsa e uma barca de transporte fluvial. O grosso do Exército, numerando cerca de 14.000 homens, 9 baterias de Artilharia e 200 viaturas transpôs os dois primeiros passos com o concurso de 4 chala- nas, 2 canoas e 3 pontões de goma elástica. Foi um feito memorável da Engenharia vencer, então, com estes reduzidos meios, um curso d'água de 100 metros de largo, por 4 de profundidade.[18]

Travessia do primeiro Corpo de Exército Argentino, em 5 de novembro de 1865, do rio Corrientes, na Guerra do Paraguai, segundo o tenente Cândido Lopes. Eia focaliza três portadas, com navegação retida, de margem a margem, processo bastante usado, à época, na Bacia do Prata.

Aspecto da transposição do rio Santa Lúcia, em 21 de novembro de 1865, pelo Exército Argentino, durante a Guerra do Paraguai, segundo fixou em pintura o ten Argentino Cândido Lopes. Ela focaliza uma ponte, uma portada e o sistema usado de transposição de cavalhadas.



Transposição do rio Riachuelo, por tropa argentina, em 23 de dezembro de 1865, segundo o tenente Cândido Lopes. Em primeiro plano a travessia da cavalhada guiada por soldados nus Em segundo plano, uma portada atravessando uma carreta. No fundo, uma ponte flutuante para a travessia da tropa a pé.



Rio Paraná próximo á confluência com o no Paraguai, visto do forte Itapiru, primeiro objetivo conquistado no Paraguai depois da invasão aliada em Passo da Pátria. A frente da ilha Porutuê ou da Redenção, nela o ten cel Vilagran Cabrita morreu, em 10 de abril de 1866, atingido por um obus disparado deste forte. A fundo, território argentino, base de partida do Exército Aliado para a transposição, de vulto, do Paraná, em 16 de abril de 1866. (Pintura do ten argentino Cândido Lopes — testemunho ocular).

Os argentinos, segundo se conclui do ten Cândido Lopes em suas pinturas, usaram em seu setor pontes flutuantes.[19]

TRANSPOSIÇÃO DO PASSO DA PÁTRIA

O grande desafio a vencer seria a travessia do rio Paraná obstáculo de vulto de cerca de 2.400 metros, no computo dos meios à disposição do Exército para a gigantesca operação, à Comissão de Engenheiros chegou a conclusão de poder reunir no âmbito do Exército: 53 canoas para 2.325 homens; 9 pontões de goma elástica para 225 homens; 4 batelões para 240 homens; um vapor para 400 homens e 6 balsas para a Artilharia e Cavalhada. Tudo a ser rebocado por três vapores a serviço do Exército (por frete). Meios capazes de numa vaga colocarem cerca de 3.000 homens na margem paraguaia. A Marinha prometeu reforçar o Exército com 4 vapores e 3 ou 4 chatas.

A histórica operação de travessia do Passo da Pátria teve início às 5 horas do dia 16 de abril de 1866.[20]

Aspecto de uma das pontes construídas pelo Batalhão de Pontoneiros do 2º Corpo de Exército, do Conde de Porto Alegre, sobre a Estrada Estratégica do Chaco. Ela permitiu a manobra envolvente da posição de Piquiciri, na qual Caxias aceitou o risco calculado ou seja, arriscar o princípio de guerra de Segurança, em benefício do da Surpresa. Esta conseguida na forma rara — a estratégica. (Gravura de Miranda Junior).

O primeiro escalão foi constituído por três frotilhas integradas por 11 vapores, rebocando 3 chatas e 2 pontões e transportando cerca de 11.000 homens, 1 CO peças de Artilharia e cerca de 1010 cavalos nos barcos a reboque . Cada frotilha foi assistida por oficiais do Corpo de Engenheiros e cerca de 50 praças do Batalhão de Engenheiros. Estes realizaram o apoio técnico no embarque e

desembarque consistente, principalmente, na operação das pranchas especiais de embarque e desembarque, colocadas entre os vapores e chatas e a terra firme. Ou seja, meios que exigiam uma certa técnica de operação, principalmente no desembarque de cavalos, muares e peças de Artilharia.

À operação foi coroada de êxito, em que pese a reação adversária oposta ao desembarque.

Ao anoitecer, a cabeça- de- ponte estava consolidada no território adversário e em condições de apoiar o avanço aliado, cujo primeiro lance foi a conquista do forte Itapirú que disparara, 6 dias antes, o fatal obus que vitimou o Ten Cel João Carlos Vilagran Cabrita — atual patrono da Arma de Engenharia do Exército.

Major Umbelino Alberto do Campo Limpo, bravo comandante do Corpo de Pontoneiros, nos difíceis e cruentos ataques as posições fortificadas de Curuzu e Curupaiti, onde esta tropa cumpriu difícil e relevante papel no apoio ao movimento do 2º Corpo de Exército Brasileiro. (Fonte — Semana Ilustrada — Rio de Janeiro, 1868-69)

ESTRADA ESTRATÉGICA DO CHACO

Outro feito memorável foi a construção de Estrada Estratégica do Chaco tornou possível a manobra envolvente da posição fortificada do Piquiciri, conduzida pelo Marquês de Caxias. A estrada do Chaco permitiu-lhe desembarcar na retaguarda profunda adversária, em Santo Antonio, onde obteve a surpresa estratégica, depois de correr o risco calculado. Isto ao sacrificar o princípio de guerra da Segurança (travessia de uma região inundável) em benefício do princípio de guerra da Surpresa.[21]

A estrada foi construída em 23 dias, entre os meses de outubro/ novembro de 1868, consumindo 30.000 troncos de palmeiras como estiva e, incluindo, a construção de 8 pontes de circunstâncias, em profundidades superiores a 5 metros.

Foi construída ao longo uma linha telegráfica.

Foi um trabalho épico executado pelos Corpos de Engenheiros do 1º Corpo

do Exército e pelo Corpo de Pontoneiros do 2º Corpo de Exército. A esta Unidade coube , a construção das 8 pontes ao longo da Estrada Estratégica citada.[22] E, até agora o maior feito de nossa Engenharia Militar de Combate, pela Repercussão estratégica que propiciou, ao suportar uma manobra de envolvimento, modelo na História Militar Mundial.

Outra tarefa comum foi a de apoiar a transposição, com pranchas, de pequenas brechas, consistentes nos fossos das fortificações adversárias.

CASOS DE TRANSPOSIÇÃO DE BRECHAS DOS FOSSOS DE FORTIFICAÇÕES

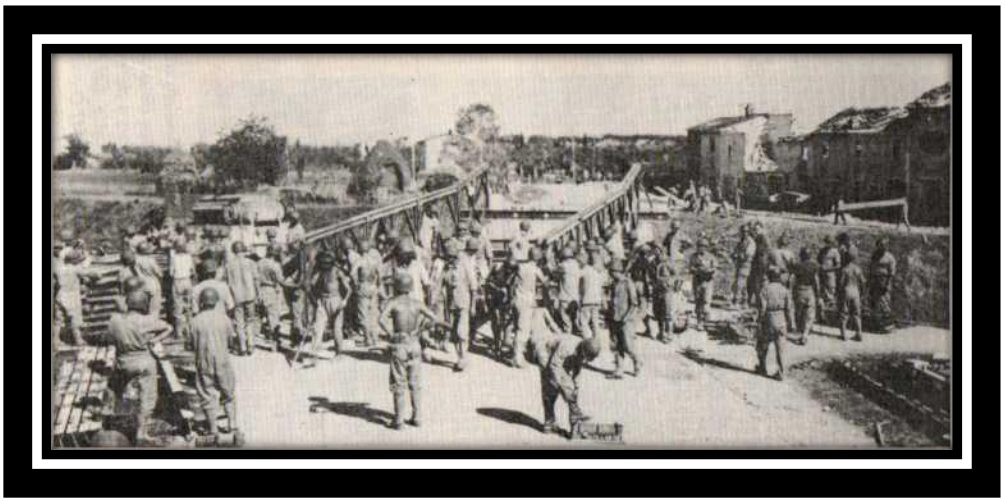
Exemplo disso foi o ataque à posição fortificada de Piquiciri em 21 de dezembro de 1868, no contexto da Dezembrada. Nele o Corpo de Pontoneiros desempenhou importante papel, assim descrito por seu comandante-major Felício Pais Ribeiro:

“Organizei duas seções para trabalharem com as equipagens de assalto às trincheiras.

Elas colocaram pranchas e escadas em dois locais e depois uniram- se e começaram a entulhar o fosso. Estas seções de Pontoneiros cumpriram tão bem e tão rápido a ordem que em menos de um quarto de hora, havia duas brechas para a Infantaria penetrar no recinto inimigo. Foi graças a ela que as trincheiras de Piquiciri foram franqueadas ao nosso Exército."

Este apoio custou a vida de 82% dos integrantes das duas seções de Pontoneiros, tombados em missão. Muitos no interior dos fossos, sob a metralha inimiga, na tarefa gloriosa de apoiar o movimento do Exército.[23]

Antes, em Lomas Valentinas, uma Companhia de Pontoneiros ao Comando do Cap Martins, depois de colocar pranchas e escadas para o assalto à posição, segundo Emílio Jourdan, "ajudaram com os corpos de seus bravos Pontoneiros a atulharem o fosso, pelo local por onde a Infantaria e a Cavaiaria brasileira entraram no reduto e o conquistaram".[24]



Uma das 12 pontes Bayley construídas pela Engenharia da FEB, na campanha da Itália. Aparece na foto construída e setembro de 1944, a E de Pisa com 45 metros. (Arquivo do autor).

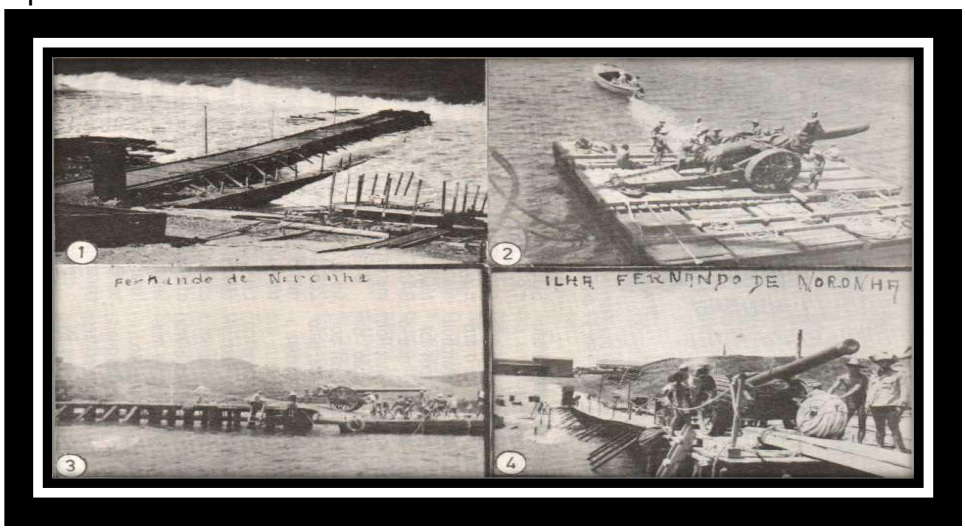
No ataque a Peribebui, segundo o Visconde de Taunay, foi o próprio general Osório que marchou na frente para o assalto e após abater a tiro um adversário que o ameaçava, desmontou e auxiliou pessoalmente na colocação da prancha sobre o fosso, local por onde se precipitou eletrizada, pelo exemplo do chefe, toda a tropa a seu comando.[25]

2ª GUERRA MUNDIAL

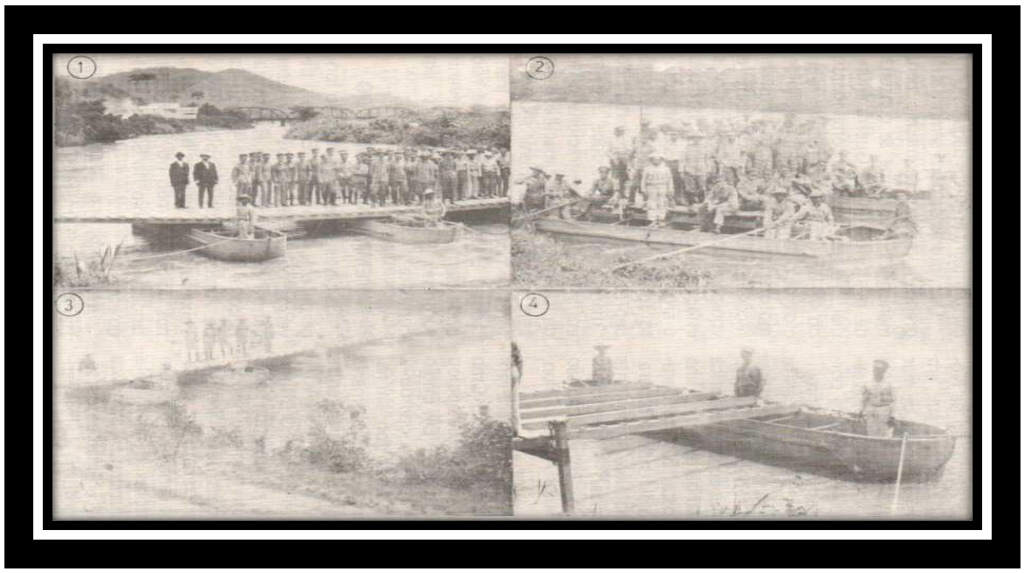
A Engenharia da FEB em clima de guerra teve a seu cargo na missão de apoiar o movimento, a construção de 18 pontes das quais 12 do tipo Bayley. Entre as pontes Bayley registre-se as de nome INDEPENDÊNCIA, TRÊS TIROS, LAGES (13 metros), LAGOA VERMELHA (20 metros), ITAJUBA (17 metros, AGUIDAUANA (30 metros), CACHOEIRA DO SUL (40 metros), GENERAL DUTRA, duas construídas depois do combate ao Monte Castelo, em 21 e 22 de fevereiro, sendo que a última sob fogo inimigo e, mais a de MONTECALVONI (62 metros) e SANTA MARIA EM MONTE (46 metros).

Entre as Bayley reparadas registre-se, na estrada 6.423 ao N de ZOCCA e numa extensão de 20 metros, ponte que possibilitou transpor o Grupo de Artilharia Levy. Dentre as 6 pontes de circunstância registre-se a Ten KNIBBS, construída em homenagem aquele oficial inglês, ligação com os brasileiros e morto em ação junto ao local onde seria construída a ponte. Coube à Engenharia da FEB reconstruir a primeira ponte sobre o rio Pó, em Valença, ligando Turim a Milão.

Outro feito significativo para a Arma de Engenharia no contexto da 2ª Guerra Mundial ficou por conta de 182 pontoneiros do atual 4º BE Cmb de Itajubá. Eles tiveram a missão de construir, operar e defender o porto de Santo Antônio na ilha de Fernando de Noronha. Para tal construíram, em condições adversas de praia de mar alto e com soluções originais, dois trapiches e um ancoradouro. A seguir construíram e operaram portadas construídas com os primeiros pontões tipo B4 — A1, entre os navios ao largo, até os trapiches. Com elas, rebocadas por lanchas, realizaram a épica e histórica façanha de desembarcarem na ilha 2 canhões de Costa 152 mm, destinados à época a defender a soberania brasileira naquela importante posição estratégica,[26] e que foram apontados pelo então capitão Francisco de Paula Azevedo Pondé.



4° B E Cmb — 1942-45. Ilha de Fernando de Noronha. Durante a 2ª Guerra Mundial, três contingentes, numerando 182 pontoneiros do Batalhão que integraram a denominada "Guarnição Sacrifício" de Fernando de Noronha, construíram e operaram, em condições adversas de praias de mar alto, com recursos locais e soluções originais, trapiches, balsas e ancoradouro, destinados ao desembarque de materiais essenciais à defesa daquela importante posição estratégica brasileira, além de assegurarem a defesa do porto e de suas instalações. (1) trapiches com maré alta. (2) Navegação da portada com canhões 152mm, entre o navio e o trapiche. (3) Momento em que o canhão passou da portada para o trapiche. (4) O canhão já em cima do trapiche.



Primeira ponte de equipagem construída no Brasil em 1918-19, sob o estímulo dos Ministros da Guerra General Cardoso de Aguiar e Pandiá Calógeras. Foi construída pelo Arsenal do Rio, segundo projeto do Ten Renato B. Nunes, com o apoio em regulamento de engenharia inglês. As viaturas foram projetadas pelo Cap Luiz Gonzaga Borges Fortes. Com a chegada, no início dos anos 20, da equipagem francesa 1901, distribuída aos 1º BE Rio e 4° BE — Itajubá, esta equipagem foi enviada para o 5° BE, no Paraná e a equipagem americana de madeira e lona, ao 3º BE em São Gabriel. Aspecto da experiência da equipagem em dezembro de 1918, em Barra do Piraí — Rio — levada a efeito pelo 1º BE. Fotos: 1 — ponte normal; 2 — portada; 3 — passadeira e 4 — Detalhe encontro. Cada pontão era formado por dois meios pontões — Foto 2. (Fotos: Arquivo 4º BE u Cmb. Pesquisa e legenda Coronel Cláudio Moreira Bento — Itajubá — 1982).

Em 1952, no Largo São Francisco, em Santos, o 2º BE Cmb num quadro de construção apoiou histórica manobra da 2ª Dl. Então entre outros trabalhos operou 2 portadas B4-A1 de 25 ton, em navegação marítima, sujeita a marés e, mesmo durante a noite, entre os portos de VICKRY e PIACA- BUÇU, distantes 12 km. O último foi construído camuflado sobre mangues, com um trapiche respondendo às variações dos mares. As portadas transportaram, em sucessivas viagens, os canhões 155, com respectivos tratores e guarnições do G0-155 de Jundiaí. A manobra trouxe valiosos ensinamentos sobre navegação noturna, balizamento e sondagem com fins de navegação, transposição sob vão estreito de uma ponte e como usar com eficiência motores de popa para água doce, em água salgada. Ensinamentos traduzidos em relatório em poder do depoente[27] que por certo integra arquivos daquela OM.

Os motores de popa sempre surpreendem, apesar de mesmo bem manutidos, conforme se constata de relatórios da 2ª Guerra Mundial. Assim quando comandante do 4º BE Cmb programamos estágios, de operação e manutenção de motores de popa, a todos os mecânicos da Unidade (de viatura e equipamento mecânico, motores estacionários, serras, etc). Isto sob o argumento de que o compromisso fundamental do pontoneiro é dentro do rio,

como autêntico "marinheiro de água doce". Assim era vital para a operacionalidade da Unidade a sua capacidade em bem operar e manutenir seus motores de popa. A resposta foi alentadora. E uma realidade que não pode ser olvidada para prevenir surpresas, em exercícios e em combate.

TEMA NÃO ESGOTADO

Os casos apresentados estão longe de esgotar o tema. Existem diversos outros exemplos nas lutas contra os franceses no Rio de Janeiro e Maranhão, na conquista da Amazônia pelo Capitão Pedro Teixeira e nas guerras holandesas, nos golpes de mão no Recife holandês no baixo rio São Francisco etc.

A atuação dos pontoneiros de Itajubá, em Fernando de Noronha vem sendo objeto de acurado relatório histórico produzido por veteranos daquela histórica operação, os atuais Cel Asdrubal Esteves, Major Romeu Santana e Capitães José Sâmia e Agostinho Antonio da Silva, os dois primeiros também veteranos da FEB e os dois últimos comandantes dos dois primeiros contingentes enviados de Itajubá para Fernando de Noronha.

Cumpre destacar conforme observou-nos o Exmo Sr Genral Rubens Mario Brum Negreiros, veterano da FEB, ao apreciar este ensaio, o seguinte que deve ser levado em conta pelo leitor, conforme carta com que nos honrou em 15 de janeiro 1985:

"Na minha carreira, por coincidência, servi em Itajubá, no 1º Batalhão de Pontoneiros, em 1943, de onde saíram os contingentes militares para Fernando de Noronha; por isso conhecia as peripécias dos desembarques dos canhões e outras cargas naquela ilha.

Do 1º Btl de Pontoneiros fui para o Destacamento de Transmissões de Fernando de Noronha, em 1943/1944, quando pude verificar e sentir "in loco" a veracidade dos comentários das referidas operações.

Do Dst Trans. de Fernando de Noronha fui para o 9º BE Cmb/ FEB e segui para a Itália com o 2º escalão, onde novamente fui testemunha dos fatos relatados.

Essas minhas andanças permitiram-me avaliar e sentir bem a diferença entre atuações de combate real, na Itália, e a de expectativa distante do combate, em Fernando de Noronha, e combate simulado em manobras, em Santos.

Os trabalhos na frente de combate na FEB foram árduos, sempre perigosos, com um inimigo tenaz que quando recuava deixava para trás toda sorte de armadilhas e minas, para dificultar e atemorizar o adversário. Só estas circunstâncias pedem um destaque em separado.

Não gostaria de desmerecer as agruras do período de Fernando de Noronha, que também participei, mas de fazer justiça àqueles que em terras estranhas tão bem se houverem; muitos oriundos de Itajubá".

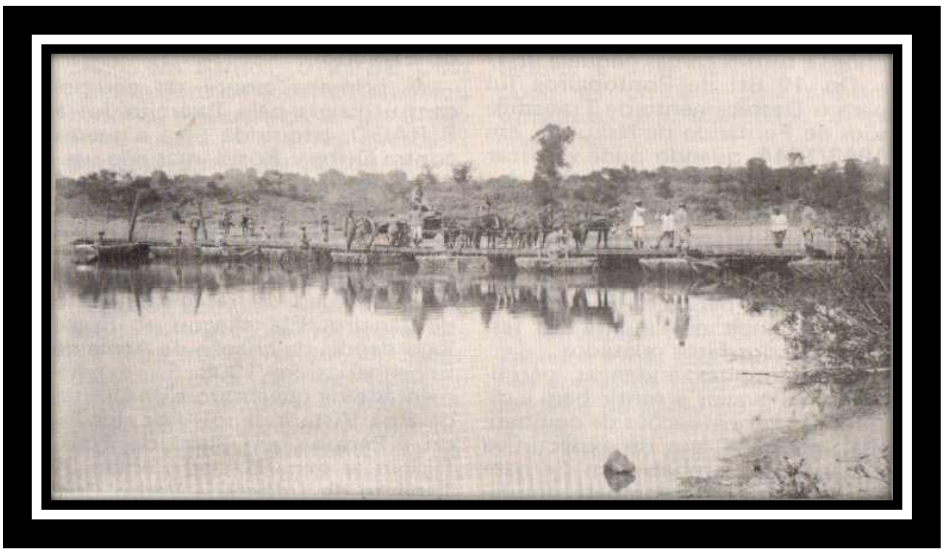
EVOLUÇÃO NO EXÉRCITO DAS EQUIPAGENS DE TRANSPOSIÇÃO DE BRECHAS E CURSOS D'ÁGUA 1851/2000

A Primeira Ponte de Equipagem do Exército

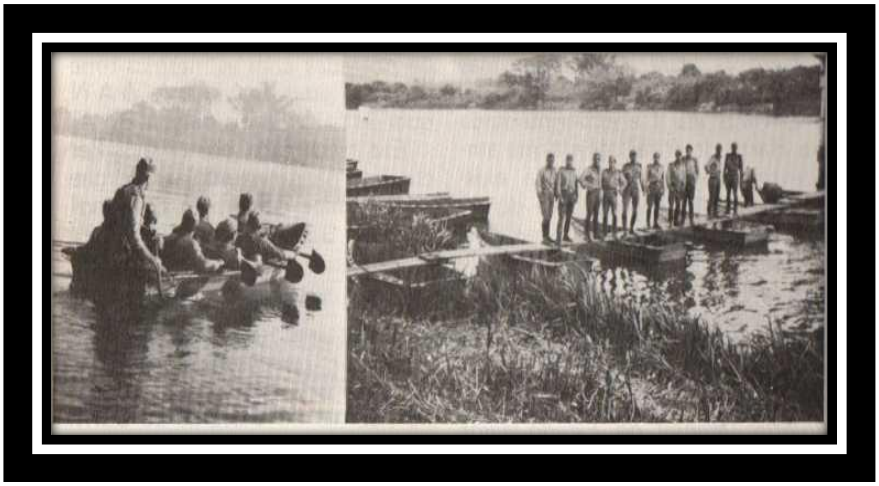
A primeira ponte de equipagem utilizada pelo Exército foi a BIRAGO, adquirida para a guerra contra Oribe e Rosas, mas não usada na ocasião.[28]

A segunda de que se tem notícia e a primeira da Engenharia, foi a Equipagem Sistema Cristensen, encomendada à Dinamarca e destinada a 1ª Brigada Estratégica, no Rio de Janeiro. Ela chegou ao Brasil logo depois da criação da Arma de Engenharia, em 1908. Foi experimentada de novembro e da Quinta da Boa Vista e depois nos rios Piraí e Paraíba, em Barra do Piraí. Dirigiu as experiências o então 2º Tenente de Infantaria Pedro Cordolino de Azevedo, mais tarde professor de História Militar do Realengo e em Resende por 26 anos. Suas experiências e sugestões conseqüentes as difundiu no Boletim do Estado-Maior, em 1912, com ampla cobertura fotográfica da equipagem.[29]

Aspecto em São Gabriel — RS do deslocamento da equipagem americana, tipo DC, com botes de lona, do atual 3º BEComb, quando em São Gabriel, em 1922. (Foto do arquivo do então Ten Eng Paulo Bolívar Teixeira).



Ponte americana, tipo DC em 1922, lançada pelo 3º BEComb, então em São Gabriel. Os botes constituíam se de uma armação envolta em lona. (Foto do arquivo do então Ten Eng Paulo Bolívar Teixeira).



Uso da passadeira M- *7,* pelo Curso de Engenharia da Escola do Realengo nas Manobras em Resende — agosto 1943. A esquerda, uso do suporte como bote de assalto. A direita uso como passadeira, apoiada num suporte da velha ponte de Resende. (Foto cedida pelo Gen Div Athos C.B. Teixeira de seu arquivo).

Atividade de pontagem do Curso de Engenharia da Escola Militar de Realengo, em setembro de 1942 com a ponte B-2. (Foto do arquivo do então cadete de Eng Athos Cezar Baptista Teixeira).

Depois desta surgiu a primeira equipagem de pontes construída no Brasil que deu origem a série B-1, B-2, B-3, B-4 e B-4-AL.[30]

B-1 — Equipagem de Ponte Modelo Brasileiro — 1918

Foi a primeira projetada e construída no Brasil e no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Foi projetada pelos tenentes Renato Batista Nunes e Luiz Gonzaga Borges Fortes. Este projetou as viaturas. Assemelhava-se à francesa Delacroix, para Cavalaria, mas reforçada. Foi destinada ao 1º BE Cmb atual e experimentada em Barra do Piraí, conforme ampla reportagem fotográfica existente em álbum no Museu do 49 B E Cmb, em Itajubá. Suas possibilidades eram pontes de até 2,5 ton., passadeira até 1,5 ton e portadas de 3 ton e 5 ton. Foi destinada ao 5º BE Cmb, em Curitiba, em 1924. Foi anunciada em dezembro de 1913, no Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército.

B-2 — Equipagem de Ponte Modelo Brasileiro (1930/1931)

Foi cópia da francesa de 1901, com pontões de cedro, ao invés de aço e tabuleiro de peroba, ao invés de "faye" francesa. Os pontões foram construídos nas oficinas de Henrique Lage — "o cadete nº 1 da AMAN", na ilha de Viana em 1930-1931, no comando do Cel José Pessoa na Escola do Realengo, para qual foi destinada. As viaturas hipomóveis foram construídas no Arsenal de Guerra. Eram muito pesadas.

B-3 — Equipagem de Ponte Modelo Brasileiro — 1936

Resultou de estudos da Comissão de Oficiais nomeada pela Diretoria de Engenharia. Era construída de meios-pontões de duralumínio feitos na Alemanha. Cada pontão a dois meios pontões suportava 4,7 ton. O tabuleiro era de madeira e as ligações feitas com cordas e possibilitava pontes de 1,8 ton, 3,5, ton e 8,6 ton, além de portadas com as mesmas tonelagens citadas. Serviu à AMAN, quando foi substituída pela B4-AI.

Era tracionada por cavalos Percheron, na gíria escolar "percheras". Parece costumam confundi-la com a B-2.

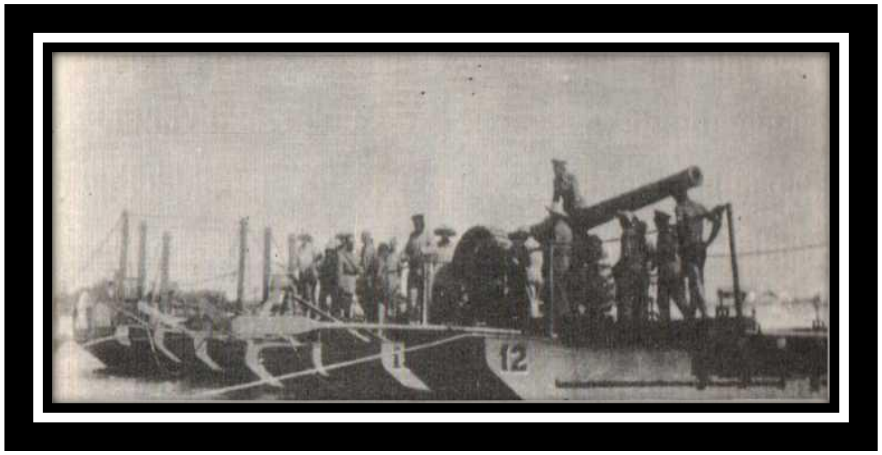
Equipagem B-4 e B4-AI

Foi começada a estudar em 1941, com base na equipagem Alemã, tipo B-1. Cópia desta foi feita na Fábrica de Viaturas de Curitiba. O primeiro serviço de guerra prestado por seus pontões foi em Fernando de Noronha. Lá foram operados por pontoneiros do atual 49 BE Cmb que realizaram o feito épico de desembarque de 99 canhões 152 mm naquela ilha, local onde eles encontram até hoje em posição.

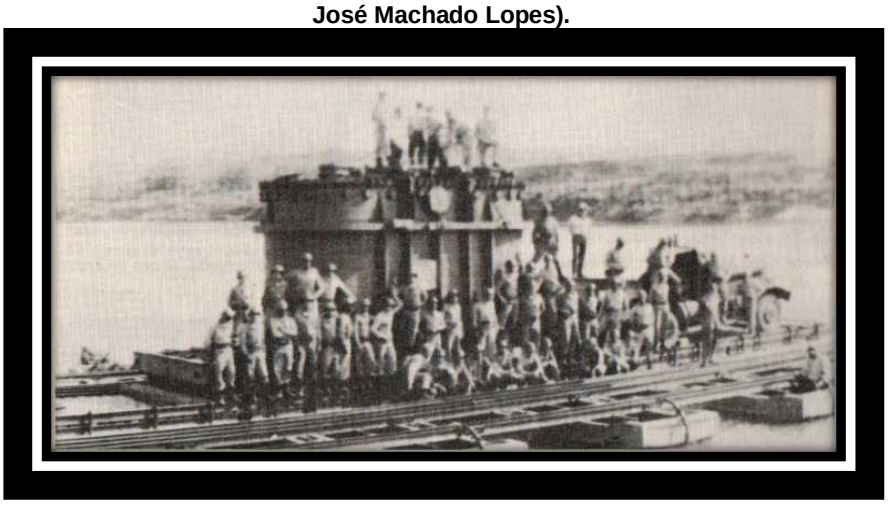
A equipagem B-4 era composta de 32 meios-pontões e a B-4-AI de 64 meios-pontões e 32 corpos de pontões. O transporte inicial foi com viaturas 5 ton — Dodge, com carroceria adaptada em Curitiba.

Foram construídas em Curitiba 9 equipagens B-4-AI e distribuídas pelas Unidades de Engenharia de Combate e AMAN.

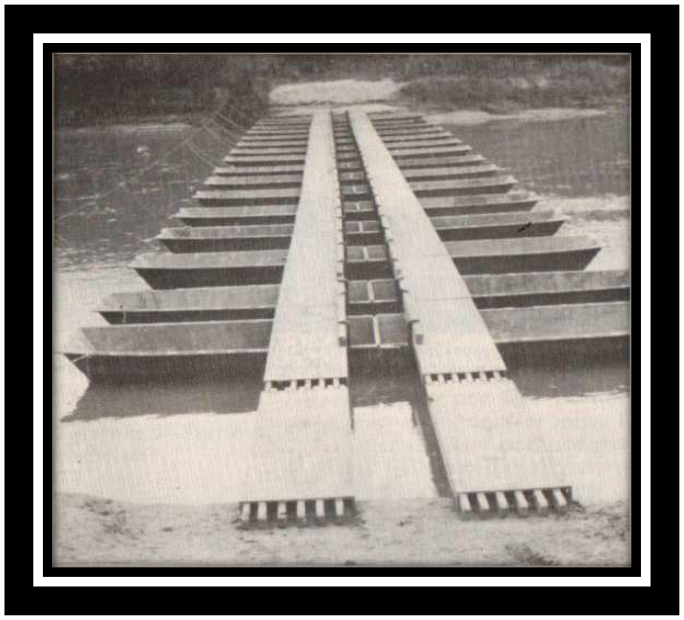
A prova de carga da B-4-AI foi feita pelo 4º BE Cmb, em Resende, em dezembro de 1948,[31] para pontes flutuantes de 10, 25, 31 e 38 ton e, em 1949, no rio Guanduí, pelo 1º BE Cmb, para pontes de 35 e 56 ton. A aplicação do material foi regulado no Manual Técnico T5-270 de 1950. Estas equipagens em conseqüência de emprego para o restabelecimento do tráfego rodoviário nos rios Piratini (1955), da Prata (1962-Minas Gerais) e Pelotas (1965) mostraram a sua eficácia e utilidade. Lamentavelmente estas aplicações resultaram em grandes prejuízos, com perdas sentidas até hoje, em material não reposto. Somente o rio Pelotas consumiu cerca de duas equipagens e do Piratini pouco sobrou. A menos prejudicial foi a do rio Prata a cargo do 49 B E Cmb. Até hoje elas prestam valiosos serviços à instrução, como o caso da do 4º B E Cmb, que vem sendo mantida regularmente, com o notável parque de máquinas, da Fábrica de Itajubá, particularmente na administração do Coronel Henrique Stefani e Silva.



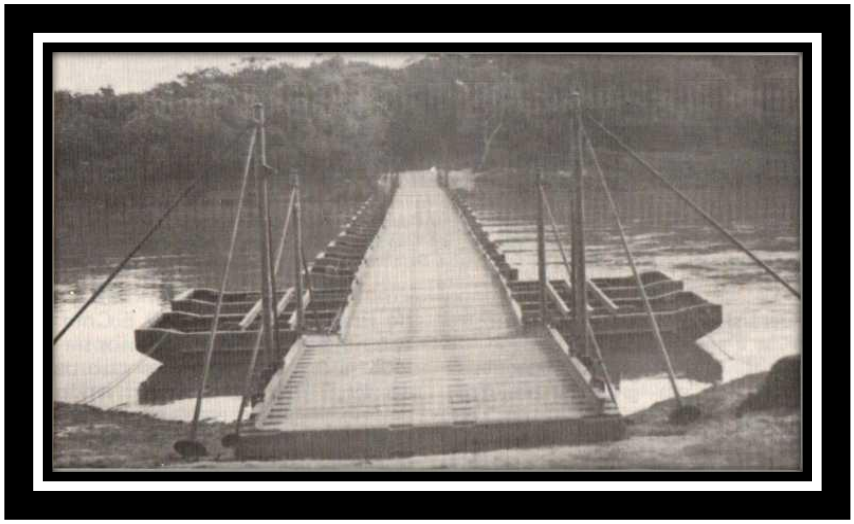
Estes foram os primeiros servi-los prestados pelos pontões, do que seria a B4-A1. Ele na parte superior eram vedados com madeira para impedir que fossem tomados pela água do mar. (Foto Mal. José Machado Lopes).



4º BECmb — 1959-60. Aspecto da Operação Itumbiara. Transposição pelo Batalhão em Itumbiara, no Rio Paranaíba, de dois transformadores de 77 toneladas cada, destinados a iluminação de Brasília a inaugurar. Foi utilizada uma portada (balsa) B4-A 1 projetada pelo Batalhão e aprovada pelo Instituto Militar de Engenharia. Detalhes ver Livro Histórico n° 2 do 4º BECmb - (1981).



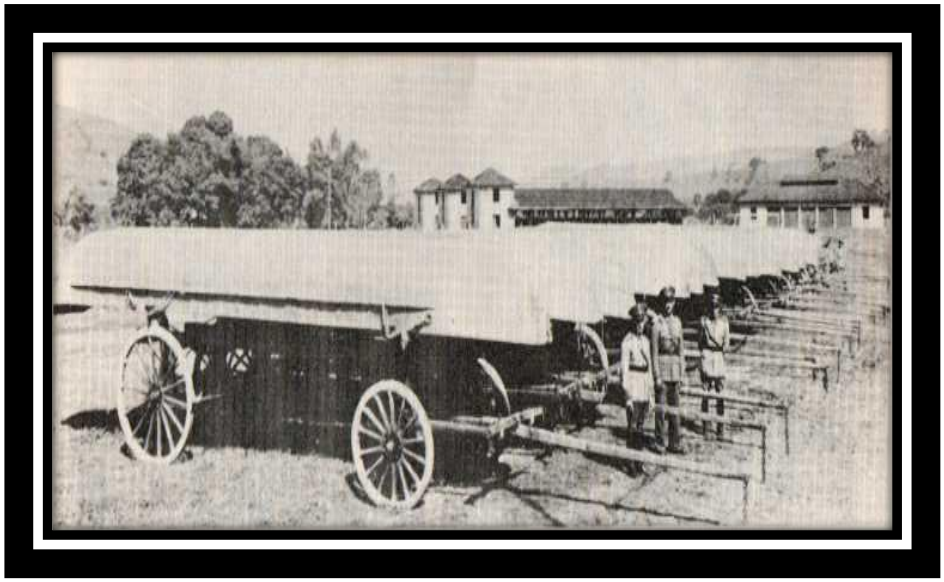
Ponte Leve M/2 lançada no rio Paraíba pelo 2º BEComb em Pindamonhangaba. (Foto de arquivo do Gen Ivens Marcondes).



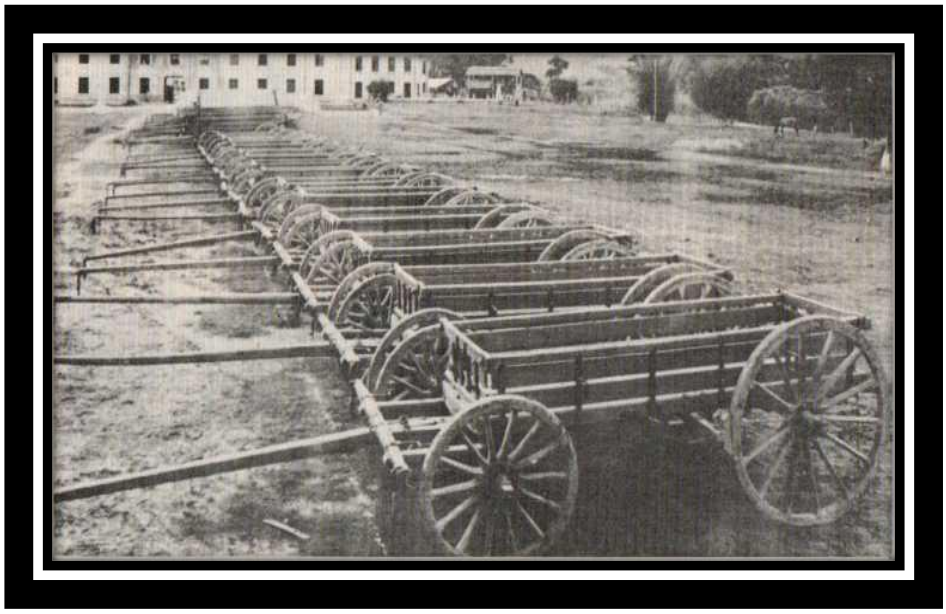
Ponte B4-A1 lançada no rio Paraíba, em Pindamonhangaba, pelo 2º BEComb. (Foto do arquivo do Gen Ivens Marcondes).

Passadeira 1938. Foot Bridge sendo lançada no rio Paraíba, em Rezende em 1954, pelo 2º Ano do Curso de Engenharia da AMAN. (Foto do autor assinalado por uma seta).

Depósito da equipagem francesa 1901, do 4° BEComb, cerca de 1935. Detalhes de como era tracionada a equipagem. (Foto de João Aldano da Silva).



Equipagem francesa 1901 do 4º BECom, disposta no atual estádio da Unidade. Vê-se em primeiro plano, o Tem Cel Valdetaro do Amorim, então Comandante da Unidade. Ao fundo, a esquerda, as instalações da cavalhada que tracionou a equipagem.



Outro aspecto da equipagem francesa 1901, em 1939, no atual Estádio do 4º BEComb, cujo pavilhão de Comando aparece ao fundo.

Ponte de Equipagem Francesa - 1901

Com a contratação Missão Militar Francesa (MMF) em 1920 o Exército comprou duas equipagens de pontes francesas de 1901. Destinou uma ao 19 B E Cmb e outra ao 4º BE Cmb, em Itajubá. Estas duas equipagens prestaram serviços por cerca de 20 anos, até o advento das B4-AI, por volta de 1946.

O 4º BE Cmb, então Batalhão de Pontoneiros, recebeu os pontões números 9, 13, 14, 15, 18, 21, 70 e 94 com os respectivos carros transportes de mesmo

número, para reboque a cavalo e mais 9 carros para transporte de outros materiais da ponte. Todo este conjunto exigia para movimentá-lo cerca de 110 cavalos.[32]

A equipagem do 4º BE Cmb foi terminar em Curitiba.

O primeiro lançamento da ponte 1901, teve lugar no rio Sapucaí em Itajubá, em outubro de 1924, sob a assistência do Major Jean Guerriot da MMF e próximo ao 29 quartel do 49 B E Cmb, no antigo Asilo Santa Lúcia.[33]

Na guarda, conservação e operação desta ponte, distinguiu-se o Sargento Alberto André Dias, figura destacada nas tradições dos pontoneiros dos 19 e 49 B E Cmb.[34]

Equipagem Americana de Madeira e Lona (Botes de Lona)

Chegada antes de 1920, no 1º BE Cmb atual. Com a vinda da equipagem francesa ela foi destinada ao atual 3º BE Cmb, então em São Gabriel e depois transferido para Cachoeira. Esta equipagem teve usado para rebocá-la inicialmente, tração bovina, conforme mostra foto da coleção do Maj Paulo Bolivar Teixeira destacado e entusiasmado pontoneiro dessa época.[35] Era leve do tipo DC — Divisão de Cavalaria.

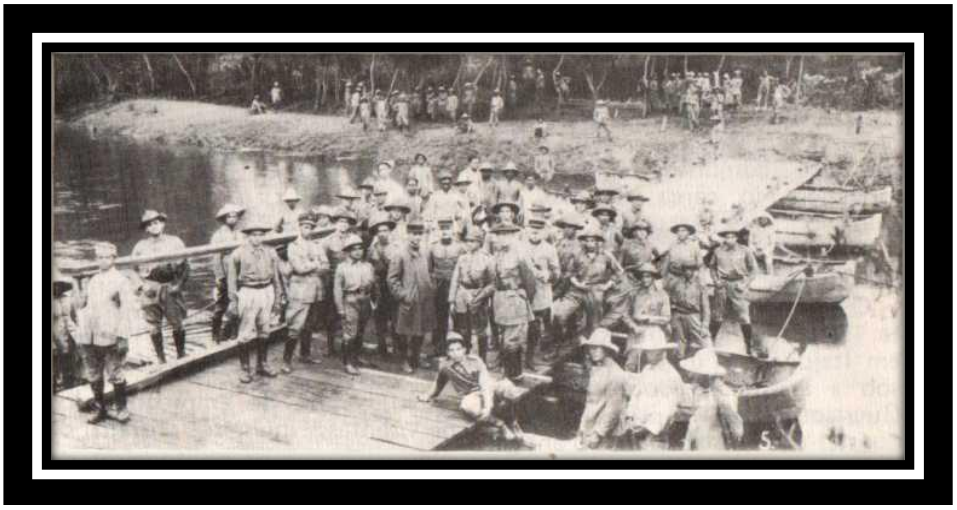
A Escola de Pontagem de Itajubá

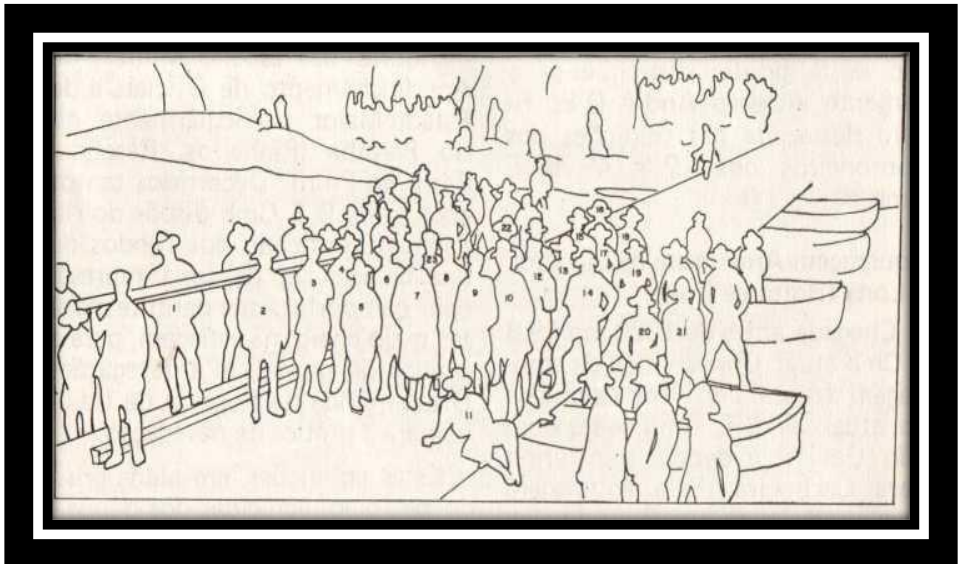
Segundo depoimento do general Aurélio Lyra Tavares, historiador da Arma de Engenharia, em Itajubá teve lugar, com a MMF, uma revolução no Exército, nas técnicas de construção e emprego de pontes. Revolução através do Major Jean Guerriot, da MMF.

Itajubá tornou-se escola de aplicação de pontagem, onde a MMF transferiu ao Exército, as técnicas de construção de pontes de equipagens e de circunstâncias, conforme ampla reportagem fotográfica da época, realizada pelo fotógrafo VIALLET, de Itajubá.

No campo do emprego tático de pontes, inúmeros foram os exercícios que os pontoneiros de Itajubá realizaram em apoio as manobras das escolas Militar, de Aperfeiçoamento de Oficiais e de Estado-Maior particularmente no rio Paraíba (Pinheiros, Resende, Barra do Piraí). Decorridos tantos anos, o 4º BE Cmb dispõe do rio Sapucaí retificado nos fundos de seu Quartel e, de uma represa, com comportas, que permite manter o rio cheio, na estiagem, para a prática de pontagem e navegação. Dispõe ainda da Represa de Itajubá para a prática de navegação.

Estas condições, em plena crise do petróleo, acrescidas dos depósitos de pontes do quartel, junto ao longo do rio, e mais a proximidade relativa de Itajubá, do Rio de Janeiro, de Resende, de Três Corações e Pindamonhangaba, devolvem aquelas condições para o 4º B E Cmb de Itajubá tornar-se novamente uma escola de Aplicação de Pontagem. E talvez, de local de experimentação de projetos em curso em São Paulo. Seria a concretização de parte do sonho do historiador da Arma de Engenharia Gen Lyra Tavares, quando Ministro do Exército, interrompido com sua saída daquela pasta em 1968.





ESCOLA DE ITAJUBÂ HISTORIA DA ARMA DE ENGENHARIA

ESCOLA DE PONTAGEM DE ITAJUBA - 1925

Exercício na “Escola de Pontagem de Itajubá", pelo **7º**BE e 3º ano de Engenharia da Escola Militar de Realengo, outubro de 1925, sob orientação da Missão Militar Francesa IMMF). Local — rio Sapucai junto ao quarte do 4° BE Cmb. Identificações: 1. AL JARBAS ARAGÃO; 2. AL HOMERO DE ABREU; 3. Ten A. B. PERESTRELO; 4. Cap. PAULO BOLÍVAR TEIXEIRA — Cmt Cia Trans. 1º BE, autor Manual de Transmissões e pai do Gen ATHOS C. TEIXEIRA; 5. Cap. ADALBERTO R. ALBUQUERQUE - Cmt Cia Pontoneiros 1? BE; 6. Cap. GOIANO PRIMO **— 7°** BE; 7. Maj. JEAN GUERIOT — Instrutor de Eng da MMF na Escola Militar; 8. Cel. BEZIERS DA FOSSE, da MMF, na Escola Militar; 9. Cel GONDIM — Cmt da EAO; 10. Cel JOSÉ ARMANDO R. PAULO - Cmt **7º** BE; 11. AL AURÉLIO LYRA TAVARES, ex-ministro do Exército e Embaixador na França; 12. Gen COFFEC — Chefe da MMF; 13. AL LUIZ F. LOBO; 14. AL ANTONIO BASTOS; 15. ALHISPE ISPIRUI; 16. AL JOSÉ.

Atualidade

Desde o término da II Guerra Mundial, além da B4-AI, a Engenharia foi equipada com a versátil ponte americana M2 (Manual T.5- 271) que ora fornece botes para assalto da cabeça-de-ponte, ora portadas de apoio a Infantaria, passadeira e ponte leve. Material que no Brasil tem sido fabricado com fibra de vidro no tocante aos pontões. Para transpor brechas o Exército foi equipado com

a ponte inglesa Bayley (Manual T.5- 277) depois fabricada no Brasil na Companhia Siderúrgica Nacional. A passadeira usada foi a Foot Bridge 1938 (Manual T.5-271). Ela substituiu a M-I como passadeira. Como novidade recente surgiu a M4-T6 — americana e a passadeira leve de alumínio.

Este material todo foi completado por botes pneumáticos de Assalto e Reconhecimento, sucessores dos primitivos 9 pontões de goma elástica da Guerra do Paraguai, do Corpo de Engenheiros, atual 1º BE Cmb.

Perspectivas

O futuro próximo do material de pontes do Exército é regulado pela Diretriz para Material de Transposição de Brechas e Cursos d'água, aprovada pela Portaria 141-EME — Reservada, de 12 de novembro de 1982.[36] Ela prevê a substituição gradativa do material existente, continuação do emprego de Bayley sobre suportes fixos e flutuantes (Uniflote) e Ponte Fita para a retaguarda. E além, um carro blindado lançador de pontes para brechas superiores a 10 metros.

A vedete do futuro próximo, espera-se seja a Ponte Fita P40, lançamento 2 m/minuto, fluxo de 400 veículos/hora e capacidade até 40 ton.

Ela será similar a RIBBON BRIDGE, em uso nos EUA, e substituirá as equipagens táticas B4-A-1 e B4-A-2 e, finalmente as M4-T-6.

O material do futuro será de fabricação nacional, em princípio, e desenvolvido em acordo com o Plano de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Exército, que já possui projetos específicos, em curso, relativos a particularmente, emprego tático. Todo este esforço de fabricar o material de transposição no Brasil, seria a concretização do sonho sonhado e tentado em 1918 pelos tenentes Renato Batista Nunes e Luiz Gonzaga Borges Fortes, ao construírem a B-1.

OSÓRIO; 17. Al. BETÃNIO B. GUIMARÃES; 18. Al. n/idt.; 19. Al. n/idt.;20. Al. ORLANDO M. TORRES; 21. AL SAY M. VIANI;22. Cap. PROCÓPIO DE SOUZA PINTO, instrutor Chefe Eng Escola Militar e 23. Ten JOSÉ LIMA FIGUEIREDO — mais tarde historiador. Na "Escola de Itajubá" no Sapucai, a MMF transferiu o know-how ao Exército, na construção de pontes de equipagem e circunstância, segundo o Gen LYRA TAVARES. (Fonte: BENTO, Cláudio Moreira — Cel. "Casos históricos do Brasil de transposição militar de brechas e cursos dágua (1645-1945)" **REVISTA DO EXÉRCITO,** *1985). A equipagem lançada e à Francesa 1901. A foto é do fotógrafo Viallet de Itajubá e a composição em pôster do fotógrafo Fadul — Rio de Janeiro. A troá é do atual 1º B E Cmb.*

NOTAS AO TEXTO

1. **V. do autor.** FORTE CINCO PONTAS, **in:** História do Brasil através dos Fortes. **Porto Alegre, GBOEx, 1982.**
2. **CALLADO, Manuel, frei.** O VALOROSO LUCIDENO. **São Paulo, Ed. Cultura, 1943, v. 1.**
3. **V. do autor "Síntese Histórica da FT na área da 3ª RM",** REVISTA MILITAR BRASILEIRA, **Jul/Dez 1973 (Bandeirantes no Sul)**
4. **Idem nota anterior — Fundação São Miguel — (com gravuras).**
5. **Idem nota 3 — Travessia do rio Pardo e acampamento Passo São Lourenço**

(com gravuras).

6. **Do autor A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul. in:** ANAIS DO SIM- PÓSIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, IHGB - IGHMB. **1979, p. 537-541.**

' 7. Do autor r ESTRANGEIROS E DESCEN DENTES NA HISTÓRIA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL. **Porto Alegre, IEL, 1975.**

8. **Do autor, EM TORNO DA MEMÓRIA DO TEN GEN HENRIQUE BÕHN SOBRE A** RECONQUISTA DO RIO GRANDE EM 1774-1775. **Em elaboração para publicação.**
9. **Idem nota anterior (texto original é em francês).**
10. **Idem nota (papel das guerrilhas portuguesas de Rafael Pinto Bandeira).**
11. **Idem nota 8 (Debret em** VIAGEM HIS- TÓRIQUE E PITORESQUE **aborda o uso de Pelotas.**
12. **Do autor "Marchas estratégicas dos Exércitos para a batalha do Passo do Rosário (20 Fev 1824).** "A DEFESA NAVIO NAL, **Nov/Dez 1978, p. 78.**
13. **Do autor "Os Brummer" — os primeiros pontoneiros do *Exército Brasileiro" in:*** ANAIS DO 1º SIMPÓSIO DA HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ PARA O RIO GRANDE DO SUL. ***São Leopoldo, Ed. Rotermund, 1974 e nota 7.***
14. ***idem nota 7 (Síntese biográfica do Mal Emílio Mallet).***
15. ***Idem nota anterior (Síntese biográfica Emiliano Emmerich) e nota 13.***
16. ***Ver de Genserico Vasconcelos —*** HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL. ***Rio, Bi- blex, 1941, v.J/(Travessia do Paraná).***
17. ***TAVARES, Aurélio Lvra, Gen.*** VILA- GRAN CABRITA. ***Rio, Biblex. 1981.***
18. ***TAVARES, Aurélio Lyra, Maj.*** HISTÓRIA DAARMA DE ENGENHARIA. ***Rio Biblex. 1941.***
19. ***LOPES, Cândido. A Campanha do Paraguai. Rio, Record, 1973.***
20. ***Idem notas 17 e 18 (Detalhes sobre a travessia).***
21. ***Do autor "Guerra do Paraguai um Laboratório de Doutrina Militar Pouco Ex- plorado"***RIHGB — ***Abr/Jun. p. 128.***
22. ***Ver notas 13, 17 e 18, focalizando da estrada do Chaco.***
23. ***Idem nota 13.***
24. ***Idem nota anterior.***
25. ***TAUNAY.*** MEMÓRIAS. ***São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1946.***
26. ***Conclusão sobre a Engenharia na FEB com o apoio em TAVARES, Aurélio de Lyra, Gen.*** HISTÓRIA DA ARMA QE ENGENHARIA, ***João Pessoa, MFP, 1966 e LOPES, José, mal.*** A ENGENHARIA NA FEB. ***Rio, DGE, 1959 e sobre a Engenharia em Fernando Noronha, do autor, Síntese Histórica do 4? B E Cmb.*** REVISTA DO EXÉRCITO, ***n° 4, Out.Z Dez, 1982 e publicação do 4? B E Cmb, sob o mesmo título e LIMA, Raul Cruz,*** O Quebra Canela. ***Rio, Bibliex, 1981.***
27. ***Depoimento do General YVENS, (Ely Marcondes), que dirigiu a navegação das portadas B4 — Al, na manobra citada, cujo relatório se encontra arquivado no 29 B E Cmb.***
28. ***V. do AUTOR.*** Engenheiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul. ***Porto Alegre, IEL, 1975 e "Os Brummer — os primeiros pontoneiros do Exército Brasileiro*** "in" Anais do ***79*** Simpósio da História da Imigração Alemã para o RGS. ***São Leopoldo, Ed. Rotermund, 1974.***

AZEVEDO, Pedro Cordolino, 2º ten. Pontes de Campanha Sistema Cristensen:

29. in: Boletim Mensal do EME. ***Ago, Set, Dez 1912 (pp.453/563; 662/612 e 285/ 296).***
30. ***BERNARDES, Edgar Barreto, Ten Cel Cmt B Es E. Nota Especial n9 1 de 2 de fevereiro de 1966 e anexos A-G (Focaliza histórias pontes B1 até B4-Al.***
31. ***V. do autor. Síntese Histórica do 49 B E Cmb*** Revista do Exército ***Dez/1982 e plaqueta editada pelo 49 B E Cmb, em 1982.***

32. ***Livro Carga Geral do 49 B E Cmb iniciado em 1918.***
133. Fotos de Viallet, no Museu do 4º H E Cmb.

34. ***Livro Histórico nº 1, do 49 B E Cmb ano 1945 (elogio).***

35. ***Coleção pertencente a seu filho Gen Div Athos Cezar Baptista Teixeira e cedida ao autor.***

Boletim Reservado do Exército nº 11, de 30 de novembro de 1982 (Diretriz para material de transposição de brechas e cursos d'água.

O Cel. Cláudio Moreira Bento, além dos cursos da AMAN, EsAO e ECEME, possui o de Analista da EsNI e pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras pelo EME. Comissões Principais: Adjunto do Estado-Maior dos IV Exército, // Exército, Estado-Maior do Exército e Assessor do DEC. Instrutor de História Militar da AMAN e ex-Comandante do 4° BE de Combate em Itajubá — MG. Adjunto da Comissão de História do Exército Brasileiro. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Rio de Janeiro e cidades de São Leopoldo, e Pelotas. Membro da Academia Brasileira de História e Academia Sul-Rio-Grandense de Letras. É atualmente Diretor do Arquivo do Exército. Preside a Comissão de Pesquisas Básicas de História de A Defesa Nacional. Condecorações: Cavaleiro da OMM, Medalhas de Ouro, do Pacificador, da Inconfidência, Santos-Dummont e do Sesquicentenário da PMSP. Trabalhos Publicados: As Batalhas dos Guararapes, Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS e o manual Como Estudar e Pesquisar a História do Exército, publicado pelo EME. Participou da pesquisa, elaboração e edição das obras História da Doutrina Militar e Militar do Brasil, editadas pela AMAN em 1979-1980. Seu último trabalho — A História do Brasil através de seus Fortes — foi distribuído como brinde pela GBOEx.

REVOLUÇÃO FARROUPILHA — DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E AÇÃO PACIFICADORA DE CAXIAS

Cláudio Moreira Bento

INTRODUÇÃO

De 1835-45 teve lugar no Rio Grande do Sul, então Província do Rio Grande de São Pedro, a Revolução Farroupilha. Ela foi resultado, segundo interpretações dominantes, de insensibilidade política do Governo central e intolerância do provincial, em defesa de interesses do que na época eram classificados de "galegalidade", ou lei dos galegos ou portugueses, que ainda exercia grande influência no Brasil, em que pede a Independência, em 7 de setembro de 1822.

Segundo o historiador do Rio Grande do Sul, Arthur Ferreira Filho, esta

revolução "foi a mais importante das guerras civis sul-americanas pela sua longa duração, beleza de seus ideais e valor de seus campeões".

Nela teve início, em 20 de setembro de 1835, com a conquista farrapa de Porto Alegre, o longo processo revolucionário gaúcho que depois de transitar pelas revoluções de 1893, 1923, 1924-26 e 1930 teve seu epílogo, segundo Osório Santana Figueiredo, em 20 de setembro de 1932, no combate de Cerro Alegre, em Piratini, com a prisão, seguida de exílio, em Pernambuco, do Dr. Augusto Borges de Medeiros.

Esta revolução consagrou, aos 37 anos, como Pacificador da Família Brasileira, ameaçada de dividir-se pelas lutas fratricidas do período 1831-45, e como estrategista e tático, consumando-o maior de nossos Generais, Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias e atual Patrono do Exército Brasileiro.

PRINCIPAIS FONTES PARA ESTE ESTUDO

As operações ao nível estratégico se desenvolveram em cinco fases distintas, segundo interpreto, com apoio na análise crítica das seguintes obras apresentadas em ordem cronológica:

1. ARARIPE, Tristão de Alencar. "Guerra Civil no Rio Grande do Sul". RIHGB, Tomo 43, Parte 2, 1880.
2. ASSIS BRASIL, J. F. História da Revolução Rio-grandense, São Paulo, 1887.
3. RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Aim. Lit. e Estat. do RGS, Rio Grande, Liv. Americana, 1889-1917.
4. VARELA, Alfredo. História da Grande Revolução, Porto Alegre, Livraria Globo, 1933, 6v.
5. LAYTANO, Dante. História da República Rio-grandense, Porto Alegre, Livraria Globo, 1936.
6. FRAGOSO, Augusto Tasso. A Revolução Farroupilha, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1939.
7. FERREIRA Fl LHO, Arthur. História Geral do RGS, Porto Alegre, Livraria Globo, 1958, 5? ed.
8. CALMON, Pedro. Historiado Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1959, 7v.
9. SPALDING, Walter. A Epopéia Farroupilha, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1963.
10. FAGUNDES, Morivalde Calvet. História da Revolução Farroupilha, Porto Alegre, Martins Livreiro et alli, 1984.

Foram consultados os Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; a coleção do Jornal O Povo e Ordens do Dia e Ofícios do Barão de Caxias no período 1842- 1845; "Apontamentos", de Manoel A. da Silva Caldeira, e "Memórias", de Chico Pedro, publicados na RIHGRGS em 1827 e 1921 etc.

1ª FASE
VITÓRIA DA REVOLUÇÃO

20 de setembro de 1835 a 15 de janeiro de 1836
(cerca de 4 meses)

Consistiu na tomada de posse pelos revolucionários de Porto Alegre, em 20

de setembro de 1835, seguida, no mês de outubro, de diversas ações para superar reações apresentadas em Rio Pardo, São Gabriel, Pelotas, São José do Norte, Rio Grande e Colônia São Leopoldo.

Ao final do mês, as principais lideranças militares contra a revolução haviam sido neutralizadas ou obrigados a imigrar. O Presidente da Província deposto havia-se dirigido ao Rio de Janeiro. Ficou assim todo o Rio Grande do Sul em poder dos revolucionários, que colocaram na Presidência da Província o Dr. Marciano Ribeiro (médico mineiro e deputado) e, no local do Comandante das Armas, o Coronel Bento Manuel Ribeiro, há pouco destituído do Comando da Fronteira do Rio Pardo.

A revolução ocorreu de surpresa, aproveitando a situação em que os Comandantes das Armas e da Fronteira do Jaguarão, principais reações esperadas, estavam em suas estâncias, crentes de que o líder político militar do movimento, o Coronel Bento Gonçalves da Silva, Comandante Superior da Guarda Nacional da Província, encontrava-se em Corrientes, na Argentina, em licença. O Governo central era exercido pelos liberais.

2ª FASE
REPÚBLICA RIO-GRANDENSE PROCLAMADA E INSTALADA
É OBRIGADA A IMIGRAR

15 de janeiro de 1835 a 28 de março de 1837
(cerca de 14 meses)

Com a nomeação do novo Presidente da Província, Dr. Araújo Ribeiro, pelo Governo central, esta autoridade assumiu o Governo na Cidade do Rio Grande, em 15 de janeiro de 1836, ponto estratégico militar que retornou ao controle do Governo central através de hábil manobra política. Ponto estratégico que serviu para o Governo, no Rio, introduzir, via marítima, importantes reforços militares terrestres e navais, para consolidar aquela posição e combater, a partir dela, a Revolução. Aderiu â causa legal 'o Coronel Bento Manuel Ribeiro, fator importante que evitou o ataque de reconquista da Cidade de Rio Grande pelos revolucionários.

No confronto que se seguiu, segundo Canabarro Reichardt[1] houve divergências de estratégias entre Bento Gonçalves, líder político-militar, e João Manoel de Lima e Silva, Comandante das Armas da Revolução. 0 primeiro foi favorável à concentração para derrotar Bento Manuel para, a seguir, investir a Cidade de Rio Grande. O segundo foi favorável ao investimento, a um só tempo, de Bento Manoel, na Campanha, e da Cidade de Rio Grande. Dessa hesitação decorreu serem os revolucionários batidos por partes, com a perda definitiva de Porto Alegre, em 15 de julho de 1836, reconquistada num ousado golpe-de-mão pelo então Major Manoel Marques de Souza, seguido da prisão do Governo revolucionário enviado para o Rio. Isto provocou a desistência de João Manoel de investir Rio Grande e, pouco depois, a prisão de Bento Gonçalves, em 4 de outubro de 1836, na Ilha do Fanfa. Este fato ocorreu quando retirava-se de Porto Alegre, numa frustrada tentativa de reconquistar aquela Capital ou mantê-la sob sítio terrestre.

Neste quadro extremamente adverso, o Coronel Antônio de Souza Netto, com sua Brigada Liberal, bateu, em Seival, em 10 de setembro de 1836, a força legal de Silva Tavares, proclamado no dia seguinte, em Campo do Menezes, a República Rio-grandense, logo reconhecida pela Câmara de Jaguarão, e a seguir pela de Piratini.

Pressionados por Bento Manoel, os chefes João Manoel e Antônio Netto

reuniram suas forças em Piratini, na Serra dos Tapes, escolhida Capital da República Rio- grandense, para a instalarem e estruturarem seu Exército.

Em 4 de dezembro de 1836, sob pressão de Bento Manoel, a República Rio-grandense e o seu Exército foram obrigados a se internar no Uruguai. Deixaram o Rio Grande sob controle militar dos imperiais. Bento Gonçalves foi escolhido o Presidente da República e Comandante-em-Chefe de seu Exército, quando se encontrava preso no Rio de Janeiro.

Assumiu então a liderança militar farrapa o''Coronel Antônio Netto, em substituição ao primeiro General da República, João Manoel de Lima e Silva, que se internou no Uruguai para tratar de ferimento no rosto, recebido no combate de São Gonçalo, de 2 de junho de 1836, em Pelotas. Pois, já se assinalava, nesta altura, reação à sua liderança militar, por estar em condições de saúde precárias.

3ª FASE
RETORNO DA REPÚBLICA DO URUGUAI PARA VIVER SUA FASE ÁUREA

28 de março de 1837
a 18 de julho de 1839
(cerca de 27 meses)

Desinteligências entre o Presidente da Província, Brigadeiro Antero Ferreira Brito[2] e o seu Comandante das Armas, o Coronel Bento Manoel Ribeiro, terminaram por modificar o curso da Revolução.

O Presidente saiu de Porto Alegre para prender e destituir seu Comandante das Armas. Mas este antecipou-se e prendeu o Presidente, em 28 de março de 1837, no Passo de Itapevi, em Alegrete. Assim, Bento Manoel, pela segunda e última vez, passou-se para o lado republicano, para onde levou a vitória, como fiel da balança e novo ponto de inflexão da guerra em favor da Revolução.

Os republicanos então retornaram ao Rio Grande. Restabeleceram a Capital em Piratini, conquistaram Caçapava em 8 de abril de 1837 e colocaram sob sítio, em 13 de maio de 1837, a Capital de Porto Alegre. Este sítio se prolongaria por 3 anos. Conquistaram Triunfo, em 15 de agosto. Três dias depois, em São Borja, teve lugar a morte brutal, depois de emboscado e torturado, do General João Manoel Lima e Silva, aos 32 anos. Era tio do futuro Duque de Caxias.

Os republicanos, ao colocarem Porto Alegre sob sítio terrestre, objetivaram estrategicamente, segundo interpreto:

1) Fixar importantes efetivos na Capital.
2) Impedir apoio mútuoterrestre (Rio Grande — Porto Alegre).
3) Impedir envio de reforços terrestres de Rio Grande a Porto Alegre, pelo litoral, ou a partir de Santa Catarina.
4) Impedir expansão de pontos fortes terrestres, com apoio naval ao longo do Jacuí e seus afluentes, assegurando assim a livre circulação e comunicações republicanas no interior do Rio Grande.
5) Melhor realizar a espionagem dentro dos muros da sitiada Porto Alegre, através de agentes republicanos infiltrados.
6) Assegurar ali a articulação da Campanha com a região serrana (Cima da Serra) e, em decorrência, com Santa Catarina e São Paulo, por terra.

Assim, enquanto os republicanos mantiveram Porto Alegre sob sítio, viveram o período áureo e de maior segurança no campo militar. Foi em razão do alto

sentido estratégico do sítio republicano, em Porto Alegre, que, por cerca de 3 anos, o esforço militar imperial empenhou-se em levantá-lo. Desempenhou então destacado papel, para defender e apoiar logistica- mente Porto Alegre sitiada, o seu filho, o Tenente-Coronel Francisco Pedro de Abreu, no comando do célebre Esquadrão da Barra e depois 59 Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional.

Tal ação ele a exerceu a partir de outubro de 1837, através do Forte da Picada ou de Chico Pedro, que estabeleceu como sua base de operações em ilha, na foz do rio Jacuí com a Guaíba, ligado à margem oposta do porto de Porto Alegre, por uma picada.

A partir daí, em diversas ações com Cavalaria e Infantaria, ao longo da Lagoa dos Patos até o rio Camaquã e, ao longo do rio Jacuí até Rio Pardo, com apoio naval, realizou memoráveis golpes-de-mão sobre os republicanos, in-quietando-os, aprisionando-os e trazendo gado para alimentar as tropas, a população e os hospitais de Porto Alegre, aumentando, assim, a capacidade de resistir da Capital. Atuou como uma espécie, hoje, de tropa de fuzileiros navais, transportando-os, inclusive, pela barca a vapor A Liberal, pioneira, no Brasil, em operações militares e construída em Pelotas, em 1832.

Toda essa movimentação revolucionária de 2 anos, até 15 de setembro de 1839, foi realizada com o Governo central nas mãos do Partido Liberal. Neste período, foram enviados ao Sul 1.904 homens, que representaram cerca de 17% do efetivo total enviado até a Pacificação.

Assumindo o Governo o Partido Conservador, foi intensificado o combate à Revolução, com envio de reforços, até abril de 1939, no total de 5.772 homens, cerca de 30% do total enviado até a Pacificação.

Em fevereiro de 1838, o Presidente, General Elzeário de Miranda Brito, visando a derrotar os republicanos que sitiavam Porto Alegre, executou a seguinte manobra: Embarcou suas tropas em Porto Alegre e as desembarcou na margem esquerda do Jacuí. Por uma manobra desbordante dos rios Cai, Sinos e Gravata í, tentou cair sobre os sitiantes, pela retaguarda. Estes, ao comando do Coronel José Mariano de Mattos, levantaram o sítio e retraíram para Cima da Serra, de onde avançaram sobre Lages, em Santa Catarina. Bento Gonçalves pressionou Porto Alegre, mas foi rechaçado pelo General Elzeário ao longo do Jacuí, até Rio Pardo. Esta cidade foi retomada pelos imperiais em março de 1838. Os republicanos reagiram e recuperaram Rio Pardo, em 30 de maio de 1838, na maior e mais retumbante vitória das que obtiveram. Logo a seguir, restabeleceram o sítio de Porto Alegre.

A segunda tentativa do General Elzeário de desbordar os sitiantes foi anulada com a vitória obtida pelos republicanos, em Cai, em 19 de fevereiro de 1839, ao comando do General Bento Manoel Ribeiro.

No campo naval os imperiais desalojaram os republicanos dos Fortes do Itapoam e da Ilha do Junco, na estreita entrada da Lagoa dos Patos, no rio Guaíba[3]. Neutralizaram a interferência de barcos farrapos, na navegação imperial, ao longo da Lagoa dos Patos, por navegarem em comboios. Tentaram destruir o estaleiro republicano no rio Camaquã (Passo do Mendonça).

Logo a seguir, em 1839, teve lugar a expedição republicana terrestre e naval a Santa Catarina visando à conquista de um porto de mar, em Laguna, para Repúbica Rio-grandense. O Capitão José Garibaldi. Comandante da Marinha da República, depois de construir os lanchões Seival e Farroupilha no estaleiro do rio Camaquã, atravessou a Lagoa dos Patos e transportou os barcos para o rio

Tramandaí. Fez então longa e épica travessia, com os barcos transportados em enormes carretas. Do rio Tramandaí atingiu o oceano e depois Laguna, em Santa Catarina, somente com o lanchão Seival, em razão de o Farroupilha haver sido engolido por uma tempestade em alto-mar[4]. Proclamada a efêmera República Juliana, ela teve seu epílogo com a derrota da esquadra republicana pela esquadra imperial, no combate naval de Laguna, de 15 de novembro de 1839.

A expedição a Laguna, em julho de 1839, acompanhada do abandono definitivo da causa republicana, para um período de neutralidade, pelo General Bento Manuel Ribeiro, em 18 de julho de 1839, teve um lugar com o Partido Liberal no poder no Rio, desde abril de 1839.

Assim, com a malograda expedição a Laguna e abandono da causa republicana pelo General Bento Manuel, encerrou-se a fase áurea da República Rio-grandense, com Capitais em Piratini e Caçapava, de onde editaram o jornal oficial O Povo.

4ª FASE
DECLÍNIO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE

18 de julho de 1839 a dezembro de 1842
(cerca de 3 anos e 6 meses)

O ano de 1839 terminou para os republicanos com a derrota naval em Laguna, em 15 de novembro de 1839 e com a vitória terrestre de Santa Vitória (Bom Jesus) a 14 de dezembro de 1839, em que forças retirantes de Santa Catarina, ao comando do Coronel Teixeira Nunes, bateram e dispersaram a Divisão Paulista, ou Divisão da Serra, que invadira Rio Grande, a partir de Lages, em Santa Catarina.

O ano de 1840 foi inicialmente de equilíbrio. Assumiu o comando das Armas da Província o General Manoel Jorge Rodrigues. Ele decidiu logo por atacar os republicanos que sitiavam Porto Alegre.

Planejou desbordar o sítio como o tentara duas vezes, sem êxito, o General Elzeário. Só que agora com mais forças e depois de operar junção, na margem direita do rio Cai, com coluna ao mando do Brigadeiro oriental Izaías Bonifácio Calderón, após partir do canal São Gonçalo, próximo a Pelotas, e atacar Caçapava, a Capital da República. Como resultado desta manobra teve lugar, em 3 de maio de 1840, a indecisa Batalha de Taquari e, no campo estratégico, a consolidação do sítio republicano de Porto Alegre.

O grande endividamento interno e externo da República abalou seu crédito por esta época, com reflexos negativos no apoio logístico à guerra e na unidade do movimento. Tiveram então lugar as primeiras gestões visando à pacificação. Circunstância coincidente com a maioridade de D. Pedro II.

Em 10 de julho de 1840, já com o Partido Liberal novamente no poder, no Rio, teve lugar o mais sangrento combate da Revolução, em São José do Norte, mas assinalado por nobres gestos dos Comandantes rivais Bento Gonçalves e Coronel Antonio Soares de Paiva.

A falta de Infantaria tornou-se gritante para os republicanos.

Em 14 de maio de 1841, Bento Gonçalves reassumiu a presidência em São Gabriel.

Assumiu a Presidência do Rio Grande o General Soares Andréia, futuro Barão de Caçapava. Concentrou seu esforço em obrigar os republicanos a

levantar o sítio de Porto Alegre.

Andréia, com o concurso 'e forças navais e terrestres, em torno de Porto Alegre, tentou cercar os republicanos que a sitiavam. Lançou contra eles, a partir de Santa Catarina, uma Divisão ao comando do General Pedro Labatut, reedição da malograda Divisão Paulista ou Divisão da Serra. Assim, Porto Alegre serviria de bigorna e a Divisão Labatut de martelo. Em Taquari, interposto entre Porto Alegre e a Campanha, Andréia deixou forte efetivo destinado a cortar a retirada dos sitiantes de Porto Alegre, pretendida reedição da armadilha da Ilha do Fanfa. Para fugir â armadilha, Canabarro e Bento Gonçalves, sucessivamente, deixaram o sítio de Porto Alegre e marcharam para Cima da Serra, ao encontro de Labatut, visando também a atingir Campanha por um amplo movimento desbordante que foi o mais épico feito terrestre farrapo. Eles anularam a manobra de Labatut, conseguiram atingir a Campanha, por Santa Maria, desbordando Taquari, mas enfraqueceram o sítio de Porto Alegre.

Andréia, apesar do insucesso de Labatut, conseguiu uma grande vitória estratégica, alternativa da derrota pretendida dos sitiantes, ou seja, obrigá-los a levantar, em definitivo, o sítio de Porto Alegre. A partir dessa vitória, as forças da terra imperiais, com apoio naval, foram-se espraiando e se fixando em pontos fortes e ao longo das barrancas norte do rio Jacuí e afluentes e confinando os republicanos na Campanha Rio-grandense e nas Missões (São Borja e Cruz Alta), tendo como Capitais São Gabriel e depois Alegrete. Nas Missões, com pontos fortes em São Borja e Cruz Alta. A região de Cima da Serra passou ao controle imperial.

O General João Paulo dos Santos Barreto, agora o Comandante imperial, concentrou seu Exército, forte com 5 mil homens, na região de Cachoeira (Passo São Lourenço). Sua estratégia era penetrar na Campanha e travar uma batalha campal com os republicanos. E, assim, procedeu a uma longa marcha pela Campanha, de 4 de março a 13 de junho de 1841, ao longo da qual sofreu uma guerra de desgaste ou de recursos, eufemismo de guerra de guerrilhas. Chegou ao final, na estância do Carmo, à margem direita de Ibicuí, em 21 de julho de 1841, destituído do comando, com a Cavalaria quase a pé, a Infantaria extenuada e desfalcada pela peste, disenteria e deserções. Enquanto acreditava estarem os republicanos fugindo de um combate decisivo, estes estavam desenvolvendo uma guerra de guerrilhas típica da área então chamada guerra de recursos.

Aproveitando o insucesso desse *raid*, imaginaram os republicanos um ataque a Rio Grande que não foi efetivado, mas preocupou seriamente a Corte.

O Governo central, desde março sob controle dos líderes do Partido Conservador, substituiu o General João Paulo pelo Marechal Tomás Joaquim Pereira Valente e Conde do Rio Pardo. Este, durante o longo período de 14 meses, não alterou o quadro estratégico.

O esforço operacional do Império voltava-se então para Minas e São Paulo. Mas dedicou-se a preparar-se logisticamente, ou seja, refazer-se dos desgastes sofridos pelo General João Paulo. Recebeu esforços de 5.450 homens, ou metade do efetivo total dos 11 mil enviados ao Sul, desde 1835.

As revoluções liberais de Minas Gerais e São Paulo haviam trazido um alento moral aos republicanos. Mas este espírito pouco perdurou, pois a discórdia entre os republicanos já começara a lavrar. Discórdia que se evidenciou, mais tarde, na instalação da Assembléia Constituinte, em Alegrete, em 19 de dezembro de 1842, ocorrida cerca de 20 dias depois de Caxias haver assumido, em Porto Alegre, a Presidência da Província, cumulativamente com o

Comando-das-Armas.

5ª FASE
A PACIFICACÃO DO RIO GRANDE
5 de novembro de 1842 a 1 9 de março de 1845
(cerca de 28 meses)

Ao assumir a Presidência e o Comando-das-Armas, em 9 de novembro de 1842, Caxias, precedido da justa aura de Pacificador do Maranhão, São Paulo e Minas Gerais, encontrou o seguinte quadro estratégico: a tropa imperial, forte de 11.500 homens, mantinha grandes efetivos no corte de São Gonçalo, em Pelotas e em Porto Alegre e em Rio Pardo.

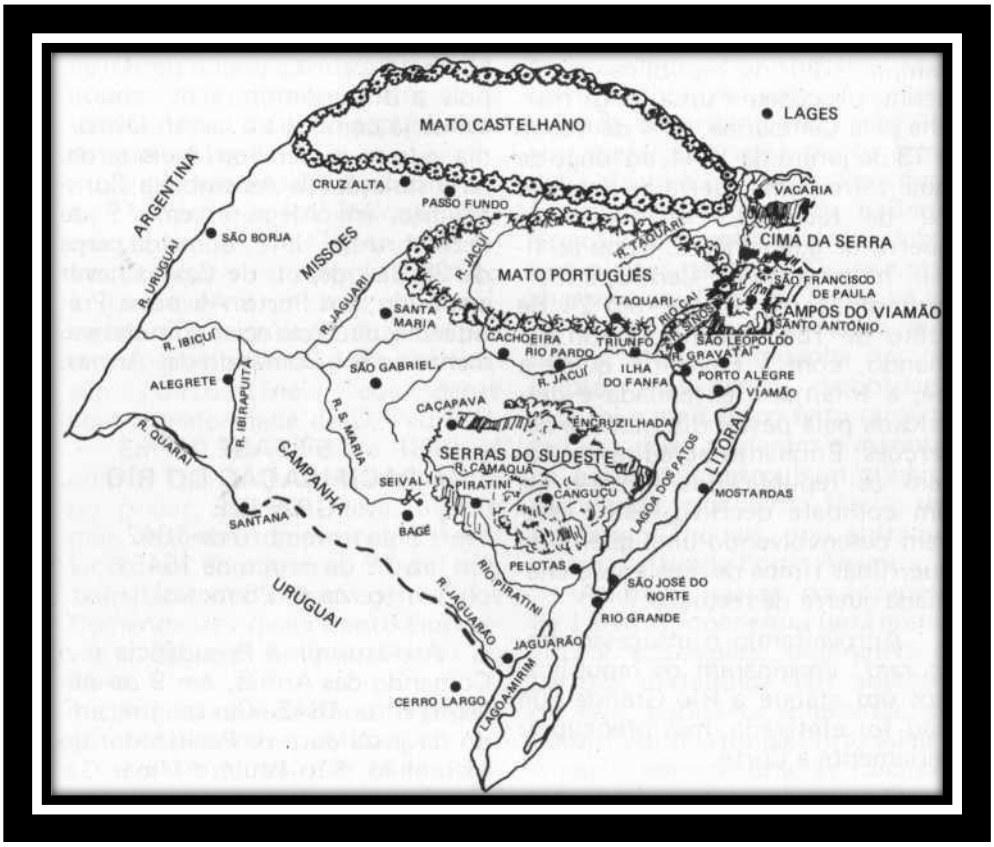
O grosso do Exército acampava no estratégico Passo de São Lourenço, no rio Jacuí, a montante de Cachoeira do Sul. Era passo- chave para o ingresso na Campanha Rio-grandense e nas Missões. Já fora usado para concentrar o Exército Demarcador de Gomes Freire, na Guerra Guaranítica (1754-56), pelo Marquês de Barba- cena, para concentrar o Exército do Sul, depois de Passo do Rosário (20 de fevereiro de 1827) e depois pelo General João Paulo em 1841, para investira Campanha.

O grosso do Exército estava desmontado, mas refeito logisticamente da desgastante expedição do General João Paulo.

A Marinha exercia pleno domínio das águas navegáveis do Rio Grande: Lagoa dos Patos e Mirim e rio Jacuí etc.

REVOLUÇÃO FARROUPILHA – DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E AÇÃO PACIFICADORA DE CAXIAS NO RIO GRANDE DO SUL, DURANTE A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

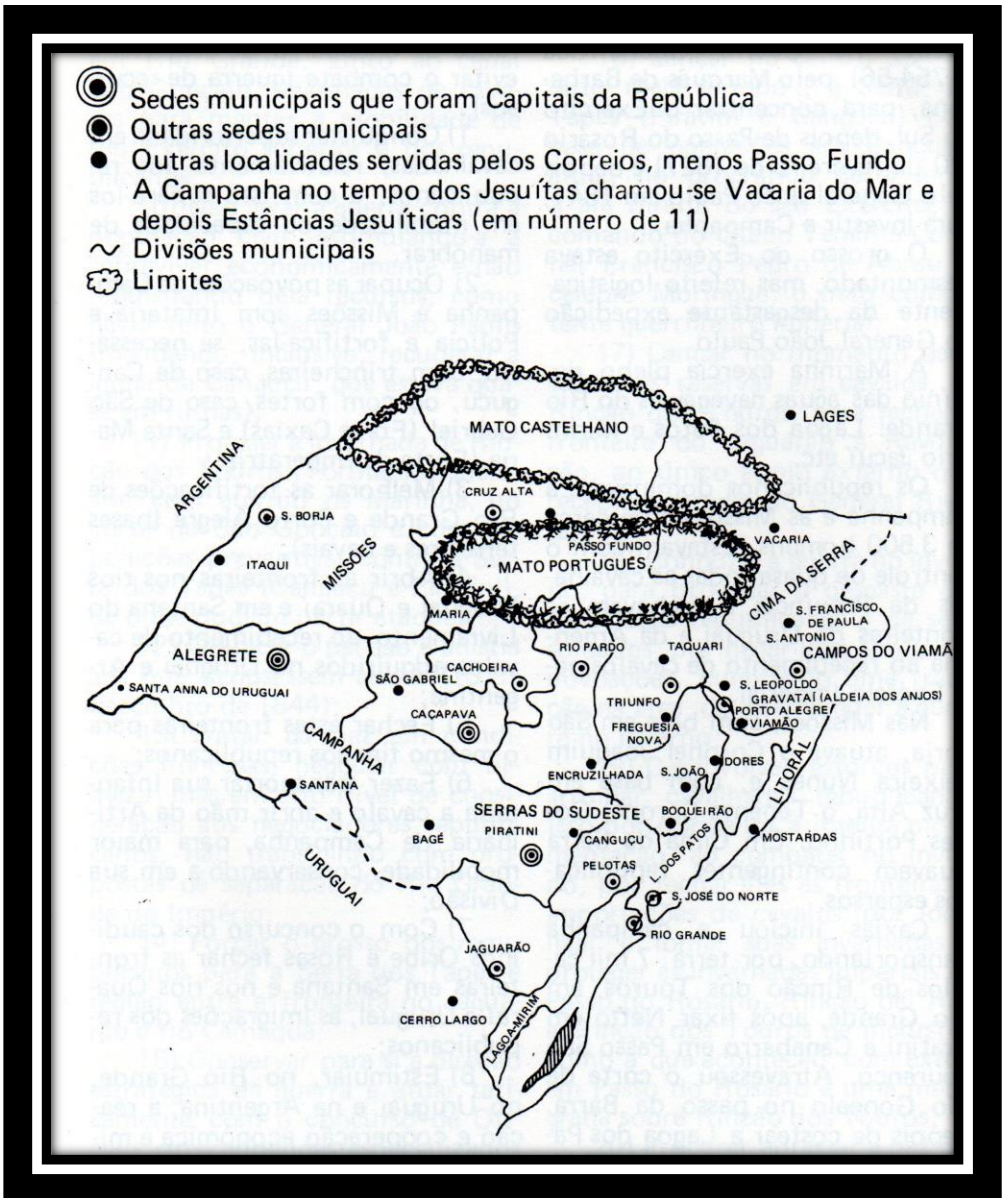
TEATRO DA GUERRA



Piratini e Caçapava, as duas primeiras Capitais farrapas, buscaram abrigo nas serras do Sudeste.

ATUAL RIO GRANDE DO SUL DURANTE A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

TEATRO DE GUERRA



Os republicanos dominavam a Campanha e as Missões com cerca de 3.500 homens. Estavam com o controle de quase todas as cavalhadas da Província e fechavam as fronteiras do Uruguai e da Argentina ao recebimento de cavalos pelo Exército Imperial.

Nas Missões, com base em São Borja, atuava o Coronel Joaquim Teixeira Nunes e, com base em Cruz Alta, o Tenente-Coronel Gomes Portinho. Em Cima da Serra atuavam contingentes republicanos esparsos.

Caxias iniciou a campanha transportando, por terra, 7 mil cavalos de Rincão dos Touros, em Rio Grande, após fixar Netto em Piratini e Canabarro em Passo São Lourenço. Atravessou o corte de São Gonçalo no passo da Barra. Depois de costear a Lagoa dos Patos e o rio Jacuí, por cerca de 80 léguas, atingiu o Passo São Lourenço. Caxias desenvolveu esforços nos seguintes pontos, o que conseguiu plenamente, em que pese desgastante e persistente ação do Exército da República, sob a liderança de Canabarro, de desgastar e evitar o combate (guerra de recursos):

1) Conquistar superioridade em cavalhadas, relativamente aos republicanos, e com isto superá-los em mobilidade ou capacidade de manobrar.

2)Ocupar as povoações da Campanha e Missões com Infantaria e Polícia e fortificá-las, se necessário, com trincheiras, caso de Canguçu, ou com fortes, caso de São Gabriel (Forte Caxias) e Santa Maria (Forte da Imperatriz);

3) Melhorar as fortificações de Rio Grande e Porto Alegre (bases terrestres e navais);

4) Abrir as fronteiras nos rios Uruguai e Quaraí e em Santana do Livramento, ao recebimento de cavalos adquiridos no Uruguai e Argentina;

5) Fechar estas fronteiras para o mesmo fim aos republicanos;

6) Fazer transportar sua Infantaria a cavalo e abrir mão da Artilharia de Campanha, para maior mobilidade, conservando-a em sua Divisão;

7) Com o concurso dos caudilhos Oribe e Rosas fechar as fronteiras em Santana e nos rios Quaraí e Uruguai, às imigrações dos republicanos;

8) Estimular, no Rio Grande, no Uruguai e na Argentina, a reação e cooperação econômica e militar de imperiais ou dissidentes dos republicanos imigrados naqueles países ou por eles neutralizados no Rio Grande;

9) Desenvolver em Passo do Rosário, Rincão Del Rey, em Rio Pardo, e no Rincão dos Touros, em Rio Grande, junto ao canal São Gonçalo, invernadas de cavalos para manter a mobilidade de seu Exército superior a dos republicanos;

10) Não levar a guerra contra a população civil, estimulando-a a sobreviver economicamente e não requisitando dela recursos, como havia feito o General João Paulo (mandando, inclusive, recuperar a igreja de Canguçu, que estava quase em ruínas);

11) Proteger a invernada de Rincão dos Touros (Torotama), inclusive com auxílio da Marinha, no corte de São Gonçalo e com expedições preventivas contra a Serra dos Tapes (Canguçu e Piratini), de onde podiam partir ataques;

12) Oferecer o perdão e anistia aos que depusessem armas (18 de dezembro de 1844);

13) Tratar da paz em condições honrosas, negociar com firmeza, mas em alto nível de consideração aos negociadores republicanos, não transigindo com propostas de separação do Rio Grande do Império;

14) Forçar o grosso dos republicanos para a Serra dos Tapes e região entre a"[1] fronteira no Jaguarão e rio Camaquã;

15) Conservar para si a direção estratégica da guerra e atuar taticamente com o concurso de Oficiais rio-grandendes especializados naquele modo de luta típica das coxilhas que se estava travando. Assim, recorreu ao Brigadeiro Bento Manoel e ao Tenente-Coronel Francisco Pedro de Abreu, ou Chico Pedro, conhecedores da terra e gente rio-grandenses;

16) Lançar no centro do "reduto mais farrapo", a Serra dos Tapes (Piratini e Canguçu) com base de operações em Canguçu, atual, nó orográfico desta serra, a ala direita do seu Exército, ao comando do citado Tenente-Coronel Francisco Pedro de Abreu, o célebre Moringue, o mais competente guerrilheiro imperial;

17) Lançar no momento decisivo suas reservas em cavalos, de Rincão dos

Touros, para fechar a fronteira do Jaguarão â Revolução, ao único apoio externo que recebiam através do General Rivera;

18) Conduzir a guerra no inverno, para provocar o desgaste das cavalhadas republicanas e de seus soldados, por negar-lhes apoio nas povoações, quebrando uma tradição na área, de interromper a guerra no inverno;

19) Desenvolver esforços para arruinar cavalhadas republicanas. Isto por obrigá-los â intensa movimentação, ao combater no inverno, por fechar-lhes as fronteiras a importações de cavalos, por localizar e tomar suas invernadas e proteger as invernadas imperiais de Passo do Rosário, Rincão dei Rey e Rincão dos Touros de incursões como a que aconteceu, com êxito, em Passo do Rosário e uma malograda sobre Rincão dos Touros;

Procurar apressar a paz para prevenir interferência de Rosas e até da Inglaterra, que esboçou desejos de proteger os farrapos, segundo Antônio da Fontoura, em seu Diário. Não se travaram encontros expressivos nesta fase. Os mais significativos foram os de Ponche Verde, a surpresa de Porongos, dois combates de Canguçu e o combate do Serro de Palma, em Candiota, última vitória republicana. Em 1 9 de março de 1845, em Ponche Verde, foi selada a Paz da Revolução Farroupilha.[6]

Foi o reencontro da Família Brasileira envolvida em lutas fraticidas desde a Abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831.

Por desejo dos revolucionários, Caxias foi mantido na Presidência da Província do Rio Grande. De Ponche Verde a Bagé e depois até Porto Alegre, Caxias foi ovacionado.

Ligou-se desde então afetivamente aos rio-grandenses republicanos, que se tornaram seus amigos e colaboradores nas guerras externas contra Oribe e Rosas (1851-52) e da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-70).

A Revolução Farroupilha, se por um lado foi mal para a Unidade Nacional, pelas cerca de 3 mil vidas que imolou, resultou um benefício para a preservação da Soberania e Integridade Nacionais, por haver-se constituído num laboratório de táticas e de formação de chefes de Cavalaria para as guerras externas de 1851-52 e 1864-70, onde imperiais e republicanos marcharam irmanados lado a lado, ombro a ombro, em defesa da Soberania e da Integridade do Brasil.

Mais da metade do Exército Imperial esteve no final da Revolução Farroupilha ao comando de Caxias.

Na ação de Caxias, observa-se a ênfase que emprestou aos princípios de guerra da manobra, da ofensiva, da segurança e da unidade de comando.

Com isto pôde enfrentar a estratégia do fraco contra o forte, ou a guerra de guerrilhas nas coxilhas do Rio Grande, baseada nos princípios da guerra da manobra, da segurança, da economia de meios e, fundamentalmente, da surpresa.

CONCLUSÕES

Quando tiveram início as negociações de paz que culminaram com a Paz de Ponche Verde, segundo Henrique Oscar Wiedrsphan os farrapos reconheciam a precariedade de sua situação, confinados a uma área da Província quase sem recursos, sem disporem de nenhuma vila ou povoado como base de suas operações, ou para servir de sede ao que restava do Governo e administração civil, vagando sem destino certo e procurando evitar um confronto com a coluna principal de Caxias. D. Pedro II decidiu ainda terminar a guerra nas condições propostas pelos farroupilhas, basicamente estruturadas por Bento Gonçalves, e disto encarregou Caxias que, desde então, declarou "estar disposto a carregar

com qualquer responsabilidade, que possa sobrevir, uma vez que tenho consciência de que obro no bem da Província e do Brasil".

Por estar doente, Bento Gonçalves mandou o pelotense Tenente-Coronel Ismael Soares da Silva representá-lo em reunião convocada por David Canabarro para deliberarem sobre a Paz. Independente da representação, mandou sua opinião a respeito, que sintetizo da carta a Canabarro, de 22 de fevereiro de 1845, da Estância do Velho Netto.

"Tendo emitido minha opinião, resta repetir-vos que a paz é absolutamente necessária, que os meios de prosseguir a guerra se escasseiam, o espírito público (opinião pública) está contra qualquer idéia que tenda a prolongar seus sofrimentos, classificando de caprichosa a continuação da atual. Uma conclusão é sempre preferível aos azares de uma derrota e a história antiga e moderna nos fornecem mil exemplos que não devemos desprezar" (o grifo é do autor).

E, em carta de 6 de março de 1845, a Dionísio Amaro da Silva, 5 dias depois da Paz de Ponche Verde, Bento Gonçalves faz justiça a Caxias ao escrever:

"Sabes melhor que ninguém que aceitei a negociação da paz ao ponto de ir convosco ao Campo do Barão de Caxias, depois de muitas viagens que para aquele efeito ali havia ido. Sabes que o mesmo Barão de Caxias havia acordado o meio de uma paz verdadeiramente digna de ambas as partes. . . Por fim temos uma paz em que só conseguimos algumas vantagens pela generosidade do Barão de Caxias. Deste homem verdadeiramente amigo dos rio-grandenses, que, não podendo fazer-nos publicamente a paz, por causa da péssima escolha dos negociadores e da estupidez sem igual dos que a dirigiram, fez-nos o Barão o que JA não podíamos esperar, salvando assim, em grande parte, nossa dignidade."

Finalizando a carta, escreveu

"Sigo para a minha pequena fazenda unicamente com a ingente glória de achar-me o homem, talvez, mais pobre do país."

Bento Gonçalves em realidade foi quem fez as primeiras sondagens da paz com Caxias e das quais resultou o esboço que se concretizou.

Caxias então mandou responder a Bento Gonçalves que dissesse as condições de paz solicitadas pelos farrapos, que, desde que não fosse a separação da Província, podiam pedir o que quisessem, pois tinha poderes para tratar do assunto e que o envio de emissários à Corte era só para preencher formalidades.

Assinada a paz, Caxias teve dificuldades, por pressão dos escravocratas, de cumprir a Cláusula IV: "São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram a República Rio-grandense."

Os escravocratas a julgavam uma afronta ao direito de propriedade. Chegaram a exigir o cumprimento do Artigo 5 das Instruções Reservadas de 18 de dezembro de 1844, enviadas a Caxias';

"Art. 5º — Os escravos que fizeram parte das forças rebeldes apresentadas serão remetidos para esta Corte à disposição do Governo Imperial, que lhes dará o conveniente destino."

Canabarro ia cedendo, no que foi desestimulado por Vicente da Fontoura. Canabarro entregou 120 soldados negros dos célebres lanceiros negros farrapos do 1º Grupo de Lanceiros e de um Batalhão de Caçadores para serem levados para a Real Fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro inicialmente como escravos estatiza- dos. Lanceiros negros farrapos sobre os quais escrevemos em O Negro na Sociedade do RGS (Porto Alegre, IEL, 1975).

Mas o Barão resistiu à pressão. Concedeu-lhes a alforria prometida, antes

de embarcarem para a Fazenda de Santa Cruz no Rio, com a condição de não retornarem ao Rio Grande. Aplicou, então, o Aviso Ministerial de 19 de novembro de 1838, que assegurou liberdade a todos os soldados republicanos ex-escravos que desertassem de suas fileiras e se apresentassem às fileiras imperiais.[7]

Assim, entre cumprir a instrução reservada que implicava manter escravos, fora do Rio Grande, os negros que lutaram pela República, e a libertá-los totalmente, conforme a Convenção de Ponche Verde, conciliou a divergência, libertando os soldados negros da República e enviando-os, nesta condição, para a Real Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

São aspectos importantes de dois destacados chefes brasileiros que foram estudados pelo rio-grandense, filho de Montenegro, Henrique Oscar Wiedrsphan, em sua alentada obra sobre a Revolução.

GUERRA DE GUERRILHAS FARRAPA

A guerra de guerrilhas desenvolvida pelos republicanos na Campanha, antigo território de Vacaria do Mar e depois território das 11 estâncias jesuíticas, possui suas raízes na Guerra Guaranítica de 1754-56. Então, sob a liderança do índio Sepé Tiaraju e, depois de sua morte, por seus substitutos, foi levada a efeito uma guerra de desgaste contra os Exércitos da Espanha e Portugal, a partir de Bagé e até os Sete Povos.

Na invasão de Vertiz y Salcedo pela Campanha, em 1774, o mesmo tipo de guerra foi levado a efeito por Rafael Pinto Bandeira e seus guerrilheiros contra o invasor.

Este tipo de guerra possui ações preventivas, consistentes em remover dos possíveis caminhos de invasões do Rio Grande o gado vacum, muar e cavalar nele existentes, para afetar a alimentação e transportes do invasor. Ou procurava, como objetivo militar, arrebatar dos oponentes suas cavalhadas e vacuns, o que equivalia a tirar sua mobilidade e capacidade de alimentação.

Esta guerra de desgaste aperfeiçoou-se nas guerras ocorridas no Rio Grande até à Revolução Farroupilha e prolongou-se pelo menos até a Coluna Prestes, composta significativamente de gaúchos revolucionários de 1923, hábeis na guerra de desgaste, e sua decorrência, a guerra de movimento, sem a busca de encontro decisivo, ou fuga de um encontro, para durar o máximo na ação e assim atingir objetivos políticos.

REPUBLICANO FEDERATIVO – SEPARATISMO DOS FARRAPOS

Já faz quase século e meio que se discute o caráter da Revolução Farroupilha. Para muitos foi separatista. Para outros, ela foi republicano-federativa. Entre estes, registro dentre muitos Fernando Luiz Osório e seu filho de mesmo nome, respectivamente filho e neto do Marechal Manoel Luiz Osório, além de biógrafos desse grande cidadão e soldado brasileiro.

O General Souza Docca defendeu ardorosamente esta tese como agora o faz seu sobrinho Calvet Fagundes. Este procura provar que o caráter de República e Federação da Revolução havia sido estratégia definida antes da Revolução, pelo seu estrategista político, o Dr. Marciano Ribeiro, médico mineiro que presidiu o

primeiro Governo revolucionário farrapo.

Inclino-me para esta tese e chamo em meu favor o Manifesto de Bento Gonçalves emitido de Piratini, em 1838, e, 1 ano depois, a Proclamação aos Catarinenses, do Coronel Joaquim Teixeira Nunes, convidando-os a se federarem ao Rio Grande.

Para o filho do General Osório a idéia de separatismo da Revolução Farroupilha, ainda predominante fora do Rio Grande ao seu tempo, era fruto do ambiente conjuntural fora do Rio Grande ao tempo da Revolução, visando a confundir a opinião pública, através da propaganda imperial, o que é normal num fato dessa natureza. Tempo de guerra é mentira como terra.

Conceito conjuntural que chegou até ele, e até nesses dias, "sem a crítica devida ou curiosidade intelectual de examinar o tema com isenção."

Enfim, é ainda assunto até hoje polêmico entre rio-grandenses e não-rio-grandenses.

Assim sendo, recorreremos aos depoimentos feitos por duas grandes personalidades não-rio-grandenses. O primeiro, do General Augusto de Tasso Fragoso, maranhense, considerado o Pai da História Crítica do Exército ao escrever a Revolução Farroupilha (Rio, Bibliex, 1938), o mais importante estudo crítico-militar da Revolução. No citado trabalho, embora apóstolo da unidade e da integridade territorial, ele escreveu:

"Muitos farrapos caíram heroicamente na luta, sem que possamos saber-lhes os nomes e glorificá-los como merecem. Eles foram propagadores de grandes idéias, notadamente da organização republicana e da emancipação dos escravos."

E o grande poeta Olavo Bilac, Patrono do Serviço Militar do Brasil, em sua memorável campanha específica, depois de auscultar a alma nacional de norte a sul, escreveu:

"Os farrapos, esses primeiros criadores de nossa liberdade política, não olhavam para si. Olhavam para a estepe infinita que os cercava e para o infinito céu que os cobria. E nesses dois infinitos viam dilatar-se, irradiar e vencer ao ar livre o seu grande ideal de justiça e fraternidade", que se traduzia por República e Federação.

NOTAS

1. REICHART, H. Canabarro. Vida de David Canabarro, Porto Alegre, Livraria Globo, 1932.
2. SAN MARTIN, Olyntho. Bento Manoel Ribeiro, Porto Alegre, Livraria do Centro, 1935.
3. BENTO, Cláudio Moreira. Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS, Porto Alegre, IEL, 1975 (ver Greenfell).
4. A Grande Festa dos Lanceiros, Re cife, UFTPE, 1971 (Garibaldi, Lanchão Seival, John Griggs).
5. WIEDRSPHAN, H. O. O General Farroupilha João Manoel de Lima e Silva, Porto Alegre, Sulina, 1984, f. 130.
6. Convênio de Ponche Verde, Porto Alegre, Sulina, 1980.
7. "Anais do Congresso de História do Segundo Reinado", RIHGB, 1984. V. 2 (185-244), op. cit. nota 6.

MARECHAL JOSÉ CAETANO DE FARIA

(Projeção de sua obra como Chefe do EME e Ministro da Guerra na Reforma Militar)

Cláudio Moreira Bento

INTRODUÇÃO

No contexto da Reforma Militar (1898-1945) que alçou o Exército dos baixos índices de operacionalidade revelados na Revolta de Canudos em 1896 aos expressivos índices que demonstrou na Itália, através da Força Expedicionária Brasileira que muito bem o representou, ao lutar contra ou em aliança, com representações dos melhores Exércitos do mundo presentes na Europa na Segunda Guerra Mundial, a ação reformadora do Marechal José Caetano de Faria, de 1910-1918, como Chefe do Estado-Maior do Exército e Ministro da Guerra assumiu especial relevo e se situou, segundo interpreto, ao nível das obras específicas dos Marechais Hermes da Fonseca e Eurico Gaspar Dutra.

Sua ação reformadora se constituiu em ponto de inflexão para o Exército brasileiro moderno. Exército desdobrado em três dimensões — o de Paz, o de Manobras e o de Guerra, com caráter nacional e autêntica representação do Brasil em Armas, no qual ser soldado deixou de ser profissão desprezível pela sociedade brasileira para ser um dever cívico para expressiva parcela dessa mesma sociedade.

Dentre suas múltiplas ações reformadoras, ressalto: a execução em 1916 do primeiro Sorteio Militar; a extinção da Guarda Nacional e passagem da mesma ao controle do Exército, como Reserva, de todas as outras forças terrestres sob o título de Forças Auxiliares. E mais, por um fato singular relevante e pouco ressaltado, ou seja, o estímulo, agasalho e proteção, na sombra de sua indiscutível autoridade profissional e moral, como Chefe de Estado-Maior e Ministro da Guerra, da atuação revolucionária dos "Jovens turcos" sob o Lema — "Rumo à tropa" — através de A Defesa Nacional e diretamente, em algumas unidades da Vila Militar, como instrutores.

Como Ministro da Guerra, referendou, em 29 de outubro de 1917, declaração de Guerra do Brasil à Alemanha, tendo antes enfrentado a Rebelião de Sargentos de 1915, no Rio, e a Revolta do Contestado em SC-PR em 1914-16, quando fez usar pela primeira vez, no Brasil, o avião em operações militares.

O que apresentamos a seguir baliza a vida e obra desse exponencial chefe, pensador escritor e jurista do Exército, aqui homenageado no ano do septuagésimo aniversário do Primeiro Sorteio Militar e cinquentenário de seu falecimento.

SÍNTESE DE SUA CARREIRA MILITAR

José Caetano nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 21 de março de 1855, filho de Caetano José Faria e Adelaide Lima de Faria. Sabe-se que seu avô havia sido destacado funcionário da cidade do Porto. Ingressou como soldado voluntário no Primeiro Batalhão de Artilharia junto à Escola Militar na Praia

Vermelha. De 1868-1875, percorreu as graduações: Cadete segunda classe (1869), furriel (1870), segundo-sargento (1871), primeiro-sargento em 1874. Como segundo-sargento, dos 16 aos 19 anos, fez parte da escolta do Comandante da Divisão Brasileira de Ocupação do Paraguai. Ali foi elogiado "pela maneira distinta como se apresentou na revista que passou o Comandante da Divisão" e também "pela prontidão, solicitude e interesse com que pressuroso expedicionou com o seu regimento (4º RI) até Luque em perseguição aos revoltosos".

Atingido por uma febre do Chaco, quase deixou a pele no Paraguai. Em suas costas, exibia as marcas deixadas pela doença, que só não o vitimou por desvelos de um camarada que o encontrou à morte numa carroça.

De retorno, cursou com brilho o curso de Cavalaria da Escola da Praia Vermelha e galgou aos 20 anos, em 4 de dezembro de 1875, o posto de alferes.

Daí por diante galgou os demais postos por estudos ou merecimentos: ten (7 de dezembro de 1878), cap (26 de agosto de 1884), maj (27 de abril de 1891), ten cel (23 de julho de 1894), cel (24 de outubro de 1902), gen bda (27 de julho de 1905), gen div (14 de novembro de 1910) e marechal (13 de dezembro de 1916). Percorreu toda a escala hierárquica de soldado a marechal em 48 anos.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA SUPERIOR EM PORTO ALEGRE

De 1878-1888, por cerca de 10 anos portanto, como tenente e capitão, ligou-se a Escola Militar do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, como professor de Matemática Superior.

Lá casou com a gaúcha Isolina Andrade Neves, prima do General Eurico Andrade Neves, a qual ele desde então passou a chamar "Tetéia" com o sentido de pessoa pequena e muito graciosa. Dessa união nasceram: o Major Cav Epaminondas Andrade Faria, que cuidou do marechal até este falecer: Capitão Luís de Andrade Faria (picador do 1º RCG) e General-de-Brigada José Andrade Faria, pai de Ivan Rodrigues de Faria.

Durante sua permanência em Porto Alegre, Caetano de Faria fez largo círculo de amizades, tendo inclusive lecionado no meio civil.

ATUAÇÃO NA DERRUBADA DO "GOVERNICHO" NO RIO GRANDE DO SUL

Em 27 de abril de 1891, promovido a major, assumiu o comando do Primeiro Regimento de Cavalaria de Guardas. Logo a seguir, foi chamado pelo Marechal Floriano Peixoto, que o conhecia desde o Paraguai, para desempenhar uma missão secreta no Rio Grande do Sul, de onde acabara de chegar. Floriano incumbiu-o de observar para ele, com a maior imparcialidade, a situação no Rio Grande do Sul e esclarecê-la.

O Major Caetano viajou, observou e sintetizou para Floriano:

“Existem três partidos. 0 mais numeroso e mais forte é o de Gaspar Silveira Martins, mas composto de republicanos e sobretudo monarquistas. O segundo é o de Júlio de Castilhos. É menor que o primeiro, mas é coeso, disciplinado e composto exclusivamente de republicanos. O terceiro, que está no poder, é muito fraco e só sobrevive das divergências dos dois."

Floriano decidiu-se então em favor de Júlio de Castilhos, conforme conclusão de análise imparcial do Major Caetano, que estava inclusive de relações cortadas com aquele líder. A seguir, o Major Caetano participou do esquema militar de derrubada do ilegítimo "Governicho" para repor Júlio de Castilhos no poder. Sua ação foi mostrar cartas de Floriano aos chefes dos Correios e Telégrafos, pelas quais ele assumiu o controle daquelas repartições,

assegurando, por três dias, até a consumação da restauração de Castilhos em todo o Rio Grande do Sul, que só fossem passados telegramas pelos casilhistas.

Floriano, que sabia escolher os homens para missões difíceis, passou a dispensar-lhe atenções e deferências, pelo que Caetano de Faria foi apelidado por seus colegas "major Florianinho".

Lamentavelmente, o “Governicho", ao ser derrubado, estava em mãos do venerando e heróico Marechal Câmara e Visconde de Pelotas, que o transmitiu ao General Silva Tavares em Bagé, comandante local, circunstância que por pouco não resultou numa guerra civil. Guerra que foi adiada e, não fora o falecimento do Marechal Câmara no Rio, em 1893, ele teria sido o seu líder, segundo o seu biógrafo General Rinaldo Câmara.[1]

ATUAÇÃO NO COMBATE A REVOLTA DE ESQUADRA

Em 1º de setembro de 1892, como major, assumiu o posto de ten cel comandante do Regimento de Cavalaria da Brigada Policial do Distrito Federal.

Por ocasião da Revolta de Esquadra, de 6 de setembro de 1893 a 13 de março de 1894, teve atuação destacada. Foi junto com seu regimento elogiado pelo Presidente da República Mal Floriano Peixoto nestes termos:

". . . O regimento sob o seu comando, por sua disciplina e dedicação ao serviço, é e será sempre uma das fortes colunas sobre as quais se apoiam a República e seu Governo. . ."

Por ocasião da inauguração, na Praça 15 de Novembro, da estátua eqüestre do General Osório, em 13 de outubro de 1894, o Tenente-Coronel Caetano foi elogiado pelo Presidente da República "pela disciplina e dedicação ao serviço".

O regimento que comandou até 5 de julho de 1898 passou a denominar-se, em 15 de março de 1955, centenário de Caetano de Faria, Regimento Marechal Caetano de Faria.[2] Em 21 de abril foi batizado com este nome, tendo como padrinho os Dragões da Independência. Mais tarde, em 22 de dezembro de 1962, foi adotado oficialmente o Estandarte do Regimento "Marechal Caetano de Faria" da Polícia Militar da Guanabara, de autoria do neto do Marechal Ivan Rodrigues Faria.[3]

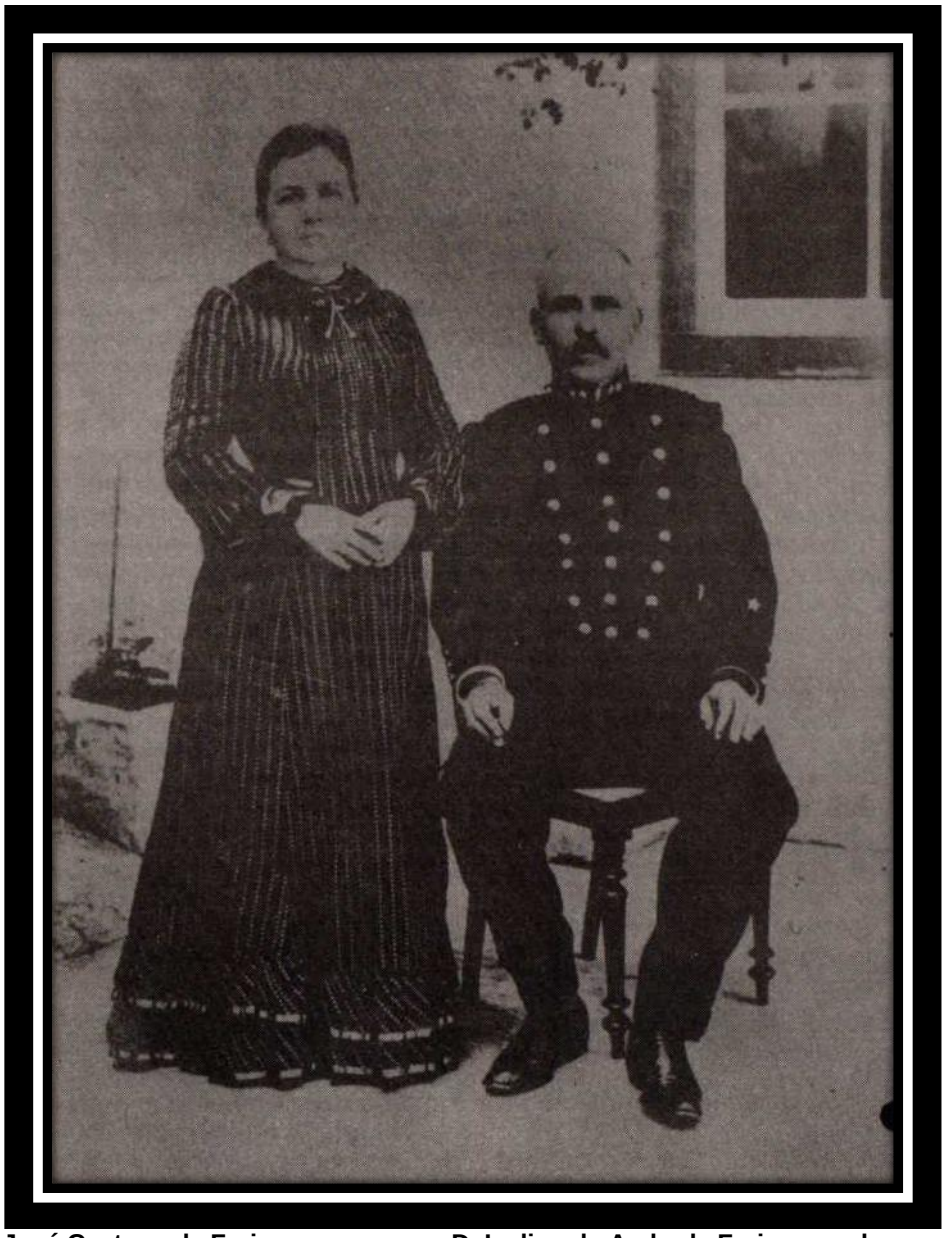
Hoje, o quartel só conserva o nome Regimento Caetano de Faria, cujas instalações abrigam os batalhões de Choque da PM RJ.

ATUAÇÃO NO COMANDO DO 1º RCG - DRAGÕES DA INDEPENDÊNCIA

De 6 de junho de 1898 a 24 de junho de 1904, durante sete anos, como tenente-coronel e coronel, comandou em São Cristóvão a unidade mais antiga do Brasil, criada em 1808 por D. João — o atual 1º RCG — Dragões da Independência, ora em Brasília, onde se instalaram definitivamente, em 4 de janeiro de 1968, ao comando do então Coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo e em atendimento à determinação do General Aurélio de Lyra Tavares, o primeiro a exercer o Ministério do Exército, antes denominado Ministério da Guerra.

A mais difícil missão de Caetano de Faria foi debelar a Revolta da Vacina Obrigatória da Escola Militar da Praia Vermelha, em 15 de novembro de 1904, movimento que determinou o fechamento, seguido da extinção daquela escola, para ressurgir no ano de 1905 em Porto Alegre, com o nome de Escola de Guerra, e onde, de 1905 a 1911, foi implementado o regulamento de 1905,

ponto de inflexão do ensino militar, de bacharelismo para profissionalismo e marcado pela criação do posto de aspirante-a-oficial em substituição ao de alferes.



Coronel José Caetano de Faria e sua esposa, D. Isolina de Andrade Faria, quando comandante do Primeiro Regimento de Cavalaria (atual Dragões da Independência), época em que comandou a Primeira Brigada do Exército (19 RC. 249 e 389 BI e duas baterias do 2º R. Art. e forças navais de Infantaria) no combate da Revolta Vacina Obrigatória da Escola Militar da Praia Vermelha, em 15 de novembro de 1904.

(Foto: Arquivo família Marechal Caetano)

Sob seu comando, o velho quartel passou por profundas reformas e melhoramentos visando ao bem-estar da tropa e melhores condições para a instrução. O quartel foi cercado por um alto muro. Para o refeitório geral, importou da Europa uma coberta de granito e níquel para quinhentos praças. Com auxílio inclusive do filho, o segundo-sargento Luís Andrade Faria, exímio picador, construiu picadeiro retangular. Construiu uma casa de máquinas de torrar e moer café e cortar alfafa e capim. Visando ao adestramento da Unidade,

organizou[4] Programa de Instrução discriminando obrigações dos capitães e subalternos. Aos sábados, reunia a oficialidade e ministrava sessões de Tática de Cavalaria, que traduziu num Regulamento para Exercícios da Cavalaria Brasileira,[5]aprovado em 1908.

Antes das grandes Manobras de 1905, em Santa Cruz, já realizava, junto com o Colégio Militar e a Escola Prática do Realengo, exercícios táticos no Alto da Tijuca.[6]

Caetano de Faria residia ao lado do quartel em casa destinada ao comandante. Mas seus três filhos solteiros, sob seu comando, eram obrigados a residir no Regimento.[7]

Ligou-se sentimentalmente ao Regimento. Em 1918, apoiou o deputado federal Gustavo Barroso em seu projeto de denominar o 1º RCG de Dragões da Independência. O sentimento republicano ainda muito arraigado fez adiar o projeto aprovado na Câmara, mas posto abaixo pelo Congresso.
Assim, decorridos somente dezoito anos, aquela denominação foi consagrada, em 20 de agosto de 1936.[8] Foram os Dragões da Independência, denominação aprovada três dias antes da morte do Marechal Caetano, que formaram ala no cemitério da entrada até a sua sepultura e que entregaram solenemente o Estandarte do Regimento Caetano de Faria, em cerimônia de rara beleza, em 21 de abril de 1955.

NOS PRIMÓRDIOS DA REFORMA MILITAR

Em 1904, comandou o sufoco da Revolta da Vacina Obrigatória, na Praia Vermelha. O Coronel Hermes da Fonseca, então, impediu que a Escola Militar do Realengo se revoltasse. Este fato é importante nas vidas de ambos, que passarão a liderar a profissionalização do Exército em função do Regulamento de 1905.

Nas manobras de Santa Cruz, iniciadas em 1905 sob a liderança de Hermes da Fonseca no comando do Quarto Distrito Militar (atual 1º RM), Caetano de Faria, como general-de-brigada, comandou a Brigada de Manobras e o 99 RC. Tornou-se um grande auxiliar de Hermes da Fonseca, a quem sucedeu na atual 1º RM, tendo um comando entre os dois. Quando Hermes assumiu o Ministério da Guerra, Caetano de Faria assumiu importantes comandos no Rio de Janeiro, inclusive o comando do citado Quarto Distrito Militar. Quando o Marechal Hermes assumiu a Presidência da República, Caetano de Faria foi o Chefe do EME.

Desse modo, houve continuidade na ação reformadora do Exército de 1907 a 1918, com Hermes da Fonseca e Caetano de Faria. Continuidade inspirada no grande Estado-Maior alemão, mola propulsora da hegemonia militar prussiana conquistada no período 1817- 1914, que tanta influência exerceu, inclusive, na Ciência da Administração, além de Fayol, Taylor e outros.

A continuidade administrativa no grande Estado-Maior alemão é traduzida pela longa permanência na sua chefia de homens altamente preparados para o cargo, dos quais muitos conhecidos mundialmente: G RO LM AN (1817-21), cinco anos; MUFFING (1821-29), cerca de oito anos; KRAUSENECK (1829- 50), cerca de 21 anos; REYHER (1850-57), cerca de sete anos; MOLTKE (1857-88), cerca de 31 anos; WALDERSEE (1888-91), cerca de 13 anos; VON SCHI-LIEFFEN (1891-1906), cerca de 15 anos, e MOLTKE, o Jovem (1906-14), cerca de oito anos. Ou seja, num século, oito Chefes do EM alemão.

Além disso, existia a KRIEGS AKADEMIE, diretamente subordinada ao Chefe do Estado-Maior, destinada a selecionar e instruir os oficiais para as grandes unidades e uma elite para o Estado-Maior. Essa idéia foi levada tão a

sério pelo Ministro Caetano de Faria que, pelo Regulamento de Ensino de 1913, ficaram subordinadas ao EME, além da Escola de Comando e Estado-Maior criada em 1905, a própria Escola Militar do Realengo e a EsAO, que ele criou como ministro e instalada em 1920. A continuidade foi assegurada em 1919 com o ministro da guerra Marechal Cardoso de Aguiar e Calógeras.[9]

Assim, dentro da Reforma Militar 1898-1945, se destacaram como construtores do Exército brasileiro: Hermes da Fonseca como o organizador, Caetano de Faria como o continuador, e Eurico Dutra como o consolidador da Reforma. Hermes trabalhou no problema cerca de 10 anos como Comandante do Quarto Distrito Militar, Ministro da Guerra e Presidente da República. Caetano de Faria, quase que por igual período como comandante do Quarto Distrito Militar e Primeira Brigada Estratégica, Chefe do EME e Ministro do Exército. O Marechal Dutra quase que também por igual período, como comandante da 1ª RM e nove anos como ministro.

ALGUNS TRAÇOS DO PERFIL DO MARECHAL JOSÉ CAETANO DE FARIA

Segundo Leitão de Carvalho, que privou com o Marechal Caetano de Faria, "este se assinalou pela inteligência, dedicação aos estudos, modéstia, urbanidade, grande vocação para soldado, acendrado amor à profissão e interesse por assuntos militares". Assim, pôde aumentar vasto conhecimento profissional. Sua agudeza de espírito o levou a acompanhar a guerra russo-japonesa 1904-1905 e a retirar ensinamentos doutrinários para o Exército brasileiro hauridonaor ganização e desempenho das divisões japonesas.[10]

Era mais inclinado à Doutrina do Exército alemão e seguidor do general alemão Bronsart Von Schellendorf no tocante à mobilização, idéia que viu vitoriosa na citada guerra. No trato profissional, revelava simplicidade e acessibilidade que lhe valeram sempre o apreço e a confiança dos chefes e camaradas. "Era prudente no manifestar-se e cauteloso no agir. Sob a falsa aparência de comodismo e displicência, escondia argúcia e prestimosidade, qualidade responsável pela descoberta de boas oportunidades de colaborar para o progresso do Exército".

No episódio da Revolta da Vacina Obrigatória, "revelou atitudes calmas e bondade ao advertir com respeito e camaradagem os revoltosos que se aproximavam para entregar-se à autoridade".

Ao receber os "jovens turcos" egressos, em 1912, de curso no Exército alemão, "revelou espírito liberal e compreensivo, animado de sincero desejo de aproveitar em benefício do Exército os conhecimentos que adquiriram em dois anos na Alemanha". Constitui-se então "o mais forte apoio da campanha empreendida pelos jovens turcos, decididos a forçar os chefes à modernização do Exército".

Estimulou a A Defesa Nacional, que usou inclusive para defender suas idéias.

Ao ser criticado pelas paginas de A Defesa Nacional pela adoção do Regulamento de Infantaria alemã, reconheceu a procedência e determinou a revisão do mesmo por comissão integrada, inclusive pelo autor da crítica.

Recebia as críticas dos jovens turcos de A Defesa Nacional com bondade, compreensão, benevolência, imperturbáve[1], e respondia- lhes sem azedume ou irritação:

— Já sei, vocês querem é decreto sobre decreto, regulamento sobre regulamento, sem dar tempo a que as idéias se transformem em fatos.

Enfim, exercia um poder moderador como um pai experiente sobre um filho idealista, sincero, mas inexperiente, e entre eles e grande parcela do Exército,

que via nos jovens turcos uma ameaça potencial à hierarquia e à disciplina. Assim, evitou crises e desvios na rota a que se propôs.

A Defesa Nacional nº 15, de dezembro de 1914, a pagina 71, assim traduziu o apoio que recebera até então do chefe do então chamado Grande Estado-Maior do Exército, à semelhança da denominação alemã:

"MINISTÉRIO CAETANO DE FARIA

A Defesa Nacional cumpre um elementar dever de gratidão tornando público o seu agradecimento pelo continuado e valiosíssimo concurso com que sempre a distinguiu o ilustre divisionário, em boa hora elevado à gestão do Ministério da Guerra.

Desde seu aparecimento, esta Revista contou não só com o decidido apoio material — já proporcionando a impressão das "Cartas sobre a tática" do General Griepenkerl,[11] já facultando a preparação de clichês nas oficinas do Grande Estado-Maior — mas também com a preciosa colaboração do Sr. General Faria.

Com os seus memoráveis artigos, emprestou S. Exa. um valor muito elevado a estas páginas, decorrente não só da sua reconhecida autoridade profissional, como da responsabilidade inerente ao seu cargo. Os trabalhos publicados nos nºs 2 e 4, "Atualidade Militar", Editorial do nº 4, nº 6 "Campos de Instrução", nº 9 "Quadro Suplementar", explanam magistralmente uma série das mais urgentes necessidades do nosso Exército, e a recapitulação que sobre esta matéria fizemos no Editorial do nosso número último[12] podia ser inteiramente subscrita por S. Exa., como síntese que é desses seus estudos.

O Exército deve pois estar confiante na ação de S. Exa., conhecedor perfeito dos nossos males, sabedor evidente de seus remédios, e sobretudo — tanto quanto permitam os recursos — firmemente desejoso de curá-los, como afirmou de forma inequívoca por ocasião de sua posse."

Antes de ascender ao generalato, já se havia imposto à admiração e respeito de todo o Exército, onde desfrutava de invulgar prestígio. Entusiasta de sua profissão e cônscio de seus deveres, orgulhava-se de ser bom cavaleiro E dedicava especial carinho à equitação e aos cavalos. Só montava bons cavalos, e submetia seus oficiais no 1º RCG a um Curso de Equitação com o argumento de que: "Não é suficiente montar; é necessário montar bem, com correção e harmonia".[13] Fazia questão de primar pelo "brilhantismo das apresentações, correção de uniformes e garbo".

Demonstra o prestígio que desfrutava no Exército o fato de haver presidido o Clube Militar por quatro anos, de 5 de agosto de 1908 a 30 de junho de 1911 e de 30 de dezembro de 1911 a 30 de dezembro de 1919, período em grande parte coincidente com sua Chefia do Estado-Maior do Exército e com o estágio no Exército alemão dos "jovens turcos" que iriam fundar A Defesa Nacional em 1913, no citado Clube Militar.[14]

Outro fato a caracterizar seu perfil militar era a sua assiduidade. Orgulhava-se de, até ser reformado e ao longo de 48 anos, jamais ter faltado ao serviço nem por motivo de saúde, de modo que ao reformar-se possuía mais tempo computável de serviço por férias e licenças especiais jamais gozadas do que anos de idade. A única vez em que se dirigiu para casa seriamente doente, foi chamado com urgência para atuar contra a Revolta da Vacina na Praia Vermelha. Depois de passar uma noite na Praça José de Alencar com o seu Regimento, onde foi medicado com urgência, atuou no sentido de coibir a revolta

e normalizar a Escola.

Ao retirar-se, cumprida a missão, comentou com seus oficiais: "Esses jovens alunos me tiraram a única oportunidade que tive até hoje de faltar ao Exército, pois realmente ontem eu estava muito doente."

Dizia sempre que oportuno, em gratidão ao Exército: "Enquanto eu tiver energia para poder retribuir ao Exército que me fez de soldado a marechal, não me negarei a trabalhar para ele."

E este fato ocorreria compulsoriamente aos 79 anos, quando foi obrigado a deixar a Presidência do Supremo Tribunal Militar por força de dispositivo da Constituição de 1934.

Conta-se que o marechal possuía senso de justiça incomum, razão por que exerceu por oito anos a Presidência do STM, inclusive à custa de artifícios de colegas, que renunciavam à Presidência para que ele a exercesse com sabedoria marcante.

Durante toda a carreira, se manteve eqüidistante dos partidos e imune às ambições. Sua vida desenvolveu-se no seio de sua classe respirando a autoridade dos quartéis, as canseiras dos acampamentos e as responsabilidades das repartições. Era um espírito fulgurante, dotado pelas durezas da guerra de circunspecção precoce. Imune à paixão política e à vida partidária como autêntico soldado, foi por isso escolhido para importantes comandos, que sempre honrou. José Caetano deu ao Exército e ao Brasil o melhor de suas energias. Seu perfil de soldado é exemplar. Sua vida militar é uma lição eterna de patriotismo, abnegação e firmeza[15] e talvez se deva, em muito, a este reiterado conselho aos jovens militares ao alto de seus 69 anos de serviços como soldado: "O Exército é a mais bela e nobre de todas as escolas, porém sem a política."

No STM, agigantou-se sua figura singela, de vasta cultura e sabedoria imensa. "Foi juiz sereno, firme e correto. Seus pareceres foram meticulosos, atilados e profundos. Em pouco, tornou-se o mais estimado de todos e o elegeram Presidente, como o dono natural da Casa", segundo Avelino Pessoa Cavalcanti.[16]

ATUAÇÃO DE CAETANO DE FARIA COMO CHEFE DO EME E MINISTRO DA GUERRA DE 1910 A 1918

Desde 1899, como Comandante do atual 19 RCG, o Marechal Caetano de Faria passou a integrar a Comissão da Reforma Militar do Exército.

Em 1908 e 1909, apresentou os regulamentos de Exercícios para Cavalaria Brasileira e de Remonta do Exército, muito elogiados por Hermes da Fonseca. Ao assumir as funções de Chefe do EME, então chamado grande Estado- Maior do Exército, â semelhança da Alemanha, que visitara nessas funções, já haviam decorridos mais de 10 anos de vivência com a problemática da Reforma Militar. No Estado-Maior, que exerceu de 30 de novembro de 1910 a 15 de março de 1914, desenvolveu mui tos estudos visando à Reforma Militar. Assim, ao ser designado às funções de Ministro da Guerra, de 15 de novembro de 1914 a 15 de novembro de 1918, as assumiu preparadíssimo e com planos a realizar, como talvez até hoje nenhum ministro teve oportunidade de fazê-lo.

Ao assumir a chefia do Estado- Maior, possuía as seguintes responsabilidades:

— instruir o Exército;

— zelar pela Unidade de Doutrina.

Assim, desenvolveu grandes esforços para assegurara Instrução e a Unidade

de Doutrina. Procurou remover os obstáculos estruturais que se antepunham à Instrução e à Unidade de Doutrina e criar condições melhores para levá-las a efeito.

Então, durante oito anos como Chefe do EME e Ministro da Guerra, o Marechal Caetano de Faria adotou as seguintes medidas, que abordaremos a seguir por campos da Doutrina Militar.

CAMPO DA ORGANIZAÇÃO

1. Como Chefe do Estado- Maior do Exército:

— Criação do quadro de Estado-Maior do Exército.

— Projeto de remodelação do Exército com base na Organização Divisionária (1912).

— Criação do Boletim Mensal do EME, hoje Revista do Exército, para debate e difusão da Doutrina.

— Subordinação da Imprensa Militar, criada em 1912, ao EME visando usá-la como instrumento a serviço da Instrução e da Unidade de Doutrina.

— Determinou entre muitos estudos que mandou o EME realizar:

— Estudo, planejamento e projeto visando à criação de reservas do Exército (segunda e terceira linhas).

— Estudo, planejamento e projeto visando à organização e articulação do Exército em brigadas, divisões e corpos de Exército. O último só em caso de mobilização.

— Estudo, planejamento e projeto visando adaptar a Lei do Serviço Militar de 1908 às necessidades de mobilização.

— Recomendação de que nenhuma tropa fosse movimentada no território sem conhecimento do EME, com vistas à mobilização.

2. Como Ministro da Guerra:

— Criação do Serviço Geográfico Militar e do Gabinete de Identificação do Exército, no qual possui o registro nº 1.

— Extinção da Guarda Nacional (Dec. 1790 de 12 de janeiro de 1918), que saiu da jurisdição do Ministro da Justiça para o da Guerra, como Exército de segunda linha, com a criação da figura do Oficial da Reserva R/2.

— Remodelação do Exército com base na Divisão (Dec. 11497 de 1915) que previu três efetivos — o de paz, o de manobras e o de guerra. Enfim, um Exército com Reserva.

— Criação do Primeiro Distrito de Artilharia de Costa no Rio de Janeiro (atual ACos/1).

— Criação e Regulamentação das Inspetorias das Armas e Serviços, valiosos instrumentos em benefício, principal mente, da instrução e da unidade de doutrina no âmbito das Armas e Serviços.

— Reestruturação modernizada da Remonta do Exército, sob o argumento de que o cavalo era importante instrumento de defesa do Brasil, ainda carente de ferrovias. Defendeu sua ideia através de A Defesa Nacional.

— Regulamentação de diversos órgãos de comando e administração.

— Implementação das 3ª e 5ª Divisões do Exército (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul).

— Criação de Regiões Militares.

— Adoção do RISG (Dec. 12008, 29 de maio de 1916; Regulamento de Instrução e não Interno).

— Implantou o Sorteio Militar em 1916, para o que teve o grande concurso do Presidente Wesceslau Brás, da imprensa, onde possuía muitos amigos, e da Liga de Defesa Nacional, na qual sobressaiu a pregação eficaz de Olavo Bilac.

— Adoção de uma única data anual para a apresentação de recrutas, acompanhada da proibição de reengajamento de soldados.

— Adoção da Caderneta de Reservista, documento que lutou para que fosse passaporte para o preenchimento de vagas nos serviços públicos municipal, estadual e federal.

— Definição de que todas as Forças Auxiliares, particularmente policiais, passassem à disposição do Exército.

— Criação do QOA, dando oportunidade a que praças por estudo atingissem o oficialato: resposta à aspiração justa captada no bojo da Revolta dos Sargentos de 1915.

— Lançamento das bases da Aviação Militar, através do contrato da Missão Militar Francesa para a aviação do Exército e que se instalaria na administração seguinte.

NO CAMPO DO EQUIPAMENTO

1. Como Chefe de Estado- Maior:

— Determinação de que todas as oscilações no poder bélico terrestre deviam ser informadas ao EME.

— Determinação ao EME, de planejar o equipamento em qualidade e quantidade suficientes para colocar o Exército de paz em pé de guerra.

— Defesa do aumento da capacidade de produção e produtividade das nossas fábricas de munições e proposta da instalação de uma fábrica de projéteis de Artilharia que veio a ser concretizada, em 1934, pelo Ministro Espírito Santo Cardoso, sob a Direção do hoje General Edmundo Macedo Soares e Silva, o construtor da CSV.

-- Determinação de estudos visando â distribuição e â regulamentação de viaturas, incluindo cozinhas de campanha rolantes para a Infantaria e cargueiros para as armas montadas, elementos indispensáveis, então, ao combate.

-- Tomada dos primeiros passos para a introdução da Aviação do Exército, ao sugerir o envio de oficiais e mecânicos em visita à França para absorção de know how.

— Articulação dos recursos em cavalhadas pelo interior do Brasil, descentralizando-os do Rio Grande do Sul, sob a forma de cudelarias visando melhorar a qualidade.

2. Como Ministro da Guerra:

— Reconstrução em 1915 do Forte de Coimbra na feição atual.

— Elaboração das instruções gerais para o Serviço Radiotelegráfico do Exército, a Arma do Comando.

— Concretização da Aviação do Exército, em 1916, sob a forma de três aviões que foram mandados para o Contestado, onde foram usados pela primeira vez em operações militares.

— Execução da contagem, manutenção e armazenamento, como Reserva de Guerra, de fuzis e mosquetões Mauser comprados em 1908, pelo Marechal Hermes.[17]

— Desenvolvimento da produção e produtividade da Fábrica de Cartuchos do Realengo.

— Envio aos EUA, em 1917, de Missão Militar que se instalou em Nova York, visando estudar armamento americano para adquirir lá os que faltavam ao Brasil.

NO CAMPO DA INSTRUÇÃO

1. Como Chefe do Estado- Maior:

— Elaboração dos Guias para Instrução da Tropa: de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia.

— Submissão â apreciação do Chefe do EME, visando à Unidade de Doutrina, aos programas de Ensino, na parte técnica, e à proibição de alterações nos regulamentos táticos das Armas sem ser por intermédio do EME.

— Adoção de Regulamento de Instrução visando à Unidade de Doutrina, através da harmonização dos regulamentos das diversas armas, nas quais noções comuns fossem apresentadas de forma idêntica e os termos usados fossem de mesmo significado para todo o Exército.

— Sugestão para o uso dos terrenos de Deodoro e Gericinó, até a Estrada Real de Santa Cruz, como Campo de Instrução de Gericinó.

Seu empenho foi tal que o Esquadrão de Trem da Primeira Brigada Estratégica que guarnecia a então Fazenda Militar de Gericinó, em 1913, passou a denominar-se Esquadrão de Trem General Faria, que adotou canção específica, cantada quando da inauguração do retrato do Chefe do EME e em sua presença:

"Do nosso comando
Seguimos o trilho,
E vamos ganhando, Já, um novo brilho. Nos serve de abono. De exemplo, de guia, Ilustre patrono O General Faria."[18]

— Adoção do Regulamento de Ensino de 1913 (Dec. de 30 de abril) que estruturou o Ensino Militar, subordinando-o à orientação direta do EME.

Neste regulamento de grande alcance, com vistas à Instrução e â Unidade de Doutrina, se insere o espírito da Escola Militar do Realengo, que perdurou por 31 anos (de 1913 a 1944). (Por ele, as escolas de Estado-Maior, Militar e a EsAO, criada dois anos mais tarde, subordinavam-se ao EME.)

COMO MINISTRO DA GUERRA

— Criação, em 24 de janeiro de 1915 (Dec. 13451), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, inaugurada só em 8 de abril de 1920.

- Dinamização da instrução militar nos seguintes segmentos, com vistas a criar condições, em caso de guerra, de elevar os efetivos do Exe'rcito:

— Reciclagem da instrução dos soldados antigos que começaram tudo de novo.

— Dinamização da instrução dos Tiros de Guerra, agora sob a orientação da Diretoria de Tiros de Guerra, para prevenir distorções de natureza política ocorridas sob a égide da Confederação Nacional de Tiro. Assim, em 1918, existiam 600 Tiros de Guerra, com 60.000 sócios.

— Instrução dos sorteados incorporados a partir de 1916 em função do Sorteio Militar e uso interno da figura criada. Voluntários para manobras.

— Estímulo à criação de escolas de instrução militar, para aproveitar oficiais da Guarda Nacional como oficiais da Reserva do Exército (Escolas Rio e Niterói), tendo jovens turcos como instrutores (Klinger, Paula Cidade e Euclides Figueiredo).[19]

— Envio â França de oficiais voluntários para, durante a guerra, acompanhar o Exército francês e lutar em suas fileiras. Casos mais conhecidos: Maj Art Fernando Leite de Carvalho (mais tarde Ministro da Guerra, em 1930-32), Tertuliano Potiguara, da Infantaria e herói da Batalha de San Quentín, e José

Pessoa Cavalcante de Albuquerque, da Cavalaria, introdutor de Blindados no Brasil,[20] e Cristóvão de Castro Barcelos, mais tarde Chefe do EME.

— Continuação do uso intenso na instrução do Exército, diretamente em unidades do Rio de Janeiro ou através de A Defesa Nacional, de oficiais egressos de cursos no Exército alemão, 1910- 1912.[21]

— Estímulo e prestígio dos oficiais que, através de periódicos militares e livros, debatessem assuntos de interesse profissional, com vistas a criar uma corrente de pensamento militar brasileiro. Estímulo que, ao tempo do Ministro Eurico Dutra, se traduzia na forma de elogio, segundo Umberto Peregrino.[22]

— Tentativa de formação de pilotos para o Exército, em 1914.

— Concretização do primeiro Campo de Instrução do Exército em Gericinó, onde, em 1917, tiveram lugar, com a presença do Presidente Wenceslau Brás, as primeiras manobras do Exército, campo que há 70 anos vem prestando assinalados serviços à Instrução do Exército[23] e que merece chamar-se Campo de Instrução Marechal Caetano de Faria.

— Envio para a França, em 1916, para se aperfeiçoarem em suas escolas de Aviação, do Primeiro-Tenente Alzjr Mendes Rodrigues e Segundos-Tenentes Bento Ribeiro Carneiro Monteiro (filho do Chefe do EmE) e Mário Barbedo. Bento Ribeiro já era brevetado desde 1915 pela Escola Farman na França. O Tenente Barbedo, um mês antes da inauguração da Escola de Aviação Militar, nos Afonsos, em 1919, foi vítima de acidente que o deixou paralítico. Recusou ser promovido a capitão. Em lugar disso, apelou ao Governo para que baixasse lei amparando famílias de acidentados ou mortos em acidentes de aviação, segundo o Brigadeiro Lavanère-Wanderley, historiador de nossa Força Aérea.[24]

NO CAMPO DA MOTIVAÇÃO

1. Como Chefe do Estado-Maior do Exército e Ministro do Exército:

— Apoio moral à ação dos "jovens turcos" que criaram A Defesa Nacional, colaborando, inclusive, com artigos relacionados ao final, nas fontes consultadas e servindo de elo, entre as novas gerações e parte das mais antigas, que viam indisciplina naqueles hoje beneméritos oficiais. E mais, com sua larga experiência e vivência, compatibilizou os sonhos dos "jovens turcos" com as realidades brasileiras sem, no entanto, deixar de exaltar o valor de seus trabalhos.

Acreditamos não fora essa sua ação de estímulo e equilíbrio, os "jovens turcos" não teriam conseguido os seus objetivos de modernização. Seria de se esperar mais choques hierárquicos e disciplinares além do histórico ocorrido.[25]

A Defesa Nacional foi um instrumento valioso para o Chefe do EME, e depois Ministro do Exército, Caetano de Faria, para convencer a opinião pública e o Exército de suas idéias, como o apoio da imprensa aos integrantes da Liga de Defesa Nacional, cuja fundação presidiu na Biblioteca Nacional em 7 de setembro de 1916, entre os quais se destacou Olavo Bilac, hoje patrono do Serviço Militar Obrigatório.

Para motivar o pessoal para o Serviço Militar Obrigatório, defendeu que o Certificado de Reservista devia ser recomendação para um emprego público municipal, estadual ou federal.

No primeiro aniversário de A Defesa Nacional, escreveu artigo específico no qual dizia, entre outras coisas, da revista e de seus mantenedores e idealizadores, a que chamou "prezados camaradas", ao parabenizá-los e elogiá-

los quando muitos os julgavam uma ameaça à disciplina e hierarquia, nesses termos:

"A revista A Defesa Nacional é obra de amor ao Exército e, portanto, de patriotismo. Ela conseguiu vencer. . . com tenacidade digna de elogio.

Insinuou-se aos poucos entre os oficiais, acostumou-os. . . prendeu-lhes a atenção, fez-se útil, auxiliando-os na solução de questões profissionais, e estimulou o estudo, franqueando suas colunas aos camaradas que desejarem"; e continuou mais adiante, "ela triunfou porque nunca se afastou do terreno profissional, porque seus leitores encontraram em suas páginas o estudo de questões de organização militar, de regulamentos táticos e do modo de executar serviços".

E terminava encorajando não só A Defesa Nacional como também a Revista dos Militares de Porto Alegre e Anuário da Escola Militar do Realengo.

"As publicações dessa ordem prestam também serviços inestimáveis àqueles que têm a responsabilidade pela vida e progresso do Exército, por meio da análise crítica dos regulamentos, pela sugestão de melhoramentos, permitindo, além, a colaboração de todos aqueles que em suas páginas vêm oferecer os frutos de seu estudo e experiência."

Conta-nos o jovem turco e mais tarde oficial de gabinete General Estêvão Leitão de Carvalho, "que era tão acessível, liberal e aberto a crítica o Chefe do EME, que tendo revisado um regulamento, foi o mesmo criticado sadiamente por um oficial. Caetano de Faria, julgando procedente, encarregou o referido oficial de chefiar uma Comissão para revisá-lo".

Dentro do Campo da Motivação, solicitou apoio dos governadores em prol do Serviço Militar Obrigatório, no que teve pleno acolhimento.

Enquanto preparava o Exército, obteve o apoio da imprensa, da Liga de Defesa Nacional e dos governadores do Estado para preparar a alma nacional para o Serviço Militar Obrigatório.

Assim, em 10 de dezembro de 1916, conseguia que o primeiro Sorteio Militar se realizasse em todo o Brasil. A cerimônia teve lugar no local do antigo QG do Exército.

"Nascia ali o Exército Brasileiro moderno de que com razão nos orgulhamos.

E para a sua formação, ninguém concorreu mais poderosamente no Exército do que o Marechal José Caetano de Faria, como Chefe do Estado-Maior e depois Ministro do Exército durante oito anos, de 1910 a 1918."

São as palavras abalizadas e cheias de autoridade de uma testemunha ocular e apóstolo da luta pelo Serviço Militar Obrigatório, o mais tarde consagrado historiador membro dos IHGB e IGHMB, General Estêvão Leitão de Carvalho, que durante a Segunda Guerra Mundial chefiou, em Washington, a Delegação Mista de Defesa Brasil- Estados Unidos, que ressaltou, em 1955, o valor e atualidade das Inspetorias de Armas e Serviços criadas por Caetano de Faria, e autor das célebres Memórias de um soldado legalista (Rio, Imp. Ma., 1961-64,3).

Lendo-se a biografia do Marechal Caetano de Faria, sente-se a sua preocupação em ressaltar a vitória do Sorteio Militar "graças à colaboração de amigos jornalistas".

— Outra preocupação do Marechal Caetano de Faria foi retirar o Exército da política, na qual muitos de seus integrantes se envolveram na Campanha Civilista, com grandes prejuízos para a operacional idade do Exército, afetada por aquele fato, segundo se conclui de seu programa de trabalho estampado por A Defesa Nacional em seu editorial, nº 14, de novembro de 1914.[26]

— Presença, ao lado do Ministro Alexandrino de Alencar, da Marinha, na reunião

de 29 de setembro de 1916, na Biblioteca Nacional, para o lançamento do Concurso Nacional de um Catecismo Cívico, com no máximo 150 páginas, e um Manual de Educação Morai e Cívica. O Catecismo Cívico, destinado a ser lido e estudado pelo povo e a circular em todas as casas de família, escolas, oficinas, quartéis no qual o Serviço Militar era apresentado como dever e um bem para o indivíduo (saúde e disciplina) e para a comunhão nacional (coesão e defesa). O Manual de Educação Moral e Cívica seria destinado a professores e alunos de faculdades, escolas, ginásios etc.

Neste dia foi aprovada a organização de Diretórios Regionais da Liga de Defesa Nacional, integrados por personalidades da maior projeção cultural.

Essa reunião teve grande repercussão no fortalecimento cívico e moral do Brasil. Foi presidida pelo Presidente Wenceslau Brás.[27]

NO CAMPO DO EMPREGO

1. Como Chefe do Estado-Maior:

— Elaboração e adoção do Regulamento de Manobras para a Infantaria.

— Levantamento de Carta Geral da Região do Contestado, na previsão de possíveis operações do Exército na região, o que de fato veio a ocorrer.

— Determinação de estudos visando a criar seção no EME para encarregar-se das ferrovias, em caso de mobilização, e atuar no sentido de que novas ferrovias a serem construídas atendessem às necessidades de defesa do Brasil.

2. Como Ministro da Guerra:

— Uso do Exército no combate vitorioso da Revolta do Contestado 1914-16, onde inclusive o avião foi testado pela primeira vez em operações militares.

O emprego do Exército no Contestado motivou precioso relatório, em 1915, do General Setembrino de Carvalho, comandante das forças lá em atuação. O relatório evidenciou falhas clamorosas a serem corrigidas, a seguir sintetizadas por Campo de Doutrina:

"Organização: Unidades com metade de efetivos, pessoal do QG em geral incompetente.

Equipamento: Animais na metade do previsto, insuficiente dotação de forragem, armamento insuficiente e muito danificado, material de transporte pouco ligeiro, barracas impróprias. O único ponto forte reside nas metralhadoras, cuja técnica é bem conhecida.

Instrução: Instrução teórica, Oficialidade dividida em culta e inculta. A culta não conhece bem a profissão. Falta de unidade de doutrina, que é haurida em material difuso por falta de manuais. A instrução da tropa é imperfeitíssima.

Emprego: Não existe prática de ligação e combinação entre as armas. A Infantaria é bastante deficiente, e a Cavalaria, mais ainda. O Serviço de Trem não foi posto à prova."

Isso tornou possível correções.

— Atuação no combate à Revolta dos Sargentos no Rio, em 1915, fato bem abordado na obra o mineiro que dobrou o caudilho, de Armelin Guimarães, e com exemplar no Museu da 4º BECmb, Itajubá e mais por Mc Cann.[28]

— Envio de Missão Militar Médica à França resumo História do Exército v. 3.

ALGUNS ASPECTOS HUMANOS DO MARECHAL CAETANO DE FARIA

Vocação Militar precoce, apresentou-se voluntário com 12 anos, em 1868,

para defender o Brasil no Paraguai. Seus superiores o contiveram, só permitindo que ele seguisse para aquele país quando a luta havia terminado e como segundo-sargento, aos 16 anos, integrando a Divisão Brasileira de Ocupação do Paraguai.

Durante sua longa vida militar, logo de início teve duas punições, às quais se seguiram 95 elogios marcantes.

A primeira punição foi como soldado, aos 14 anos, quando em serviço no Asilo dos Inválidos da Pátria, na Ilha do Bom Jesus, cujo teor em sua Fé de Ofício é o seguinte: "Em 24 de janeiro de 1870, recolhido preso â Fortaleza da Laje, por haver se comportado mal na repartição onde era empregado." A segunda foi no Paraguai, onde exercia, como segundo-sargento, também as funções de adjunto da Escola Elementar da sua unidade, o 49 RL Assim, em 28 de janeiro de 1873, reza sua Fé de Ofício: "Foi repreendido por procedimento desrespeitoso para com seu capitão comandante."

Era grande o apego de Caetano de Faria ao cavalo e à tradição. O cavalo baio de n9 6, que o Marechal Deodoro da Fonseca usara para proclamar a República, pertencia ao 19 RCG. Em respeito ao que aquele cavalo encerrava da história, mandou construir-lhe baia especial e proibiu que ele fosse montado. Quando o histórico cavalo morreu, em 28 de fevereiro de 1904, Caetano de Faria o sepultou em local de destaque no interior do Regimento. Balizou a sepultura com uma coluna de granito que sustentava placa de mármore com os dizeres:

"Baio nº 6 do Primeiro Esquadrão, montada do General Deodoro em 15 de novembro de 1889."

Modesto, respondeu ao neto, impressionado com sua importância e prestígio no Exército: "Meu neto Ivan — as glórias dos generais são devidas aos seus soldados."

Costumava, com toda a simplicidade, ir com familiares tomar leite tirado na hora, na casa de um português, sem que este soubesse sua identidade e importância. Estabeleceu-se então uma cordial amizade entre o português e o seu Caetano, de raízes em Portugal.

Alguém, observando aquela amizade descontraída, pediu ao português que intercedesse junto ao prestigioso marechal em favor de um problema particular relacionado com o Exército.

O português respondeu: "Eu o conheço como senhor Caetano. Não sabia que ele era tão importante. Pois sempre se comportou aqui com a maior simplicidade e modéstia."

A partir desse d ia, o português, como deferência muda, fazia acompanhar o copo de leite do senhor Marechal Caetano guarnecido com um guardanapo. Aos demais, era só alcançado o copo sem guarnição.

O Marechal Caetano possuía senso de humor e espírito esportivo. Houve um dia que em sua casa começaram a chegar coroas e telegramas por sua morte. A confusão foi desfeita, ao saber que quem havia falecido era um homônio seu em Mato Grosso. Levou na esportiva o incidente, como sediria hoje. Mas pôde sentir em vida o grau de estima que lhe dispensavam.

Certa feita, o marechal, à paisana, iniciou a atravessar uma prancha colocada entre a rua e a calçada, para evitar que os convidados do Derby Club, a inaugurar, molhassem os pés ou os sujassem de barro. Iniciada a travessia, vem em sentido contrário ao Marechal um guarda-marinha fardado, gaboso, peito estufado, e que, ao deparar com aquele velhinho, o obrigou a descer da prancha para ceder-lhe passagem.

Alguns assistentes alertaram o guarda-marinha.

"Paquete, aquele homem idoso é o Ministro da Guerra!"

Constrangido, o guarda-marinha dirigiu-se ao marechal e pediu- lhe mil desculpas. E o marechal, com a maior calma, disse ao jovem militar que o erro maior e indesculpável que cometera não fora o de disputar a passagem da rampa com o Ministro da Guerra, mas sim com um homem bem mais velho do que ele — o que não ficava bem para um jovem militar.

Se o guarda-marinha pudesse ser engolido naquele momento pelo chão a seus pés, teria sido de bom grado. Este fato foi-nos contado pelo historiador naval Almirante Arthur Oscar Saldanha da Gama, Vice-Presidente do IGHMB.

Morava na Rua Haddock Lobo, no local onde hoje se situa uma agência de automóveis, cujas oficinas iniciais aproveitaram as baias onde o marechal mantinha os cavalos, seus, dos filhos e netos. Amava e era amado pela família. Vez por outra surpreendia um filho ou neto com um beijo no rosto ou com o passar a mão nos cabelos do ente querido, objeto de seu carinho. Gostava da casa cheia, mesa farta e concorrida. Muitas pessoas disputavam sua hospitalidade. Houve até o caso do mais tarde Coronel Jaime Alves de Lemos, que foi se agregando à sua casa e terminou se considerando o quarto filho do marechal, e aceito como tal.

Por ocasião da Revolução de 32, um de seus filhos abraçou a causa revolucionária. Constrangido. procurou explicar ao pai sua posição. E este surpreendeu-lhe com esta resposta: "Meu filho. Não concordo com sua posição, mas respeito e sempre respeitei maneiras diferentes de pensar. Mas fique seguro de que como pai estarei a seu lado em qualquer circunstância."

Esse filho foi reformado administrativamente. Com sua esposa, D. Tetéia, falecida em 1930, o marechal formava um casal exemplar.

Ela era muito enérgica debaixo de sua pouca estatura, 1,55m, e aparentada com o General Andrade Neves, o Barão de Triunfo.[29]

O marechal era parente do Barão do Rio Branco, que freqüentava churrasco que oferecia em Copacabana, quando esta era quase um deserto, junto ao Forte.

Aliás, nessa praia, cedida pelo Prefeito do Rio, o Marechal Caetano fez uma tentativa de Remonta, como o Marechal José Pessoa o faria na Ilha de Marajó. A iniciativa não vingou em razão da abundância de pitangas, que faziam mal aos cavalos.

O lazer do marechal era dedicado a assistir a corridas no Jockey Club, onde desempenhou com rara competência as funções de juiz de corridas. Gostava de jogar pôquer com os amigos, bancado em quantias simbólicas e ínfimas. Era participante o grande Ministro da Marinha em três governos; o Almirante Alexandrino Faria de Alencar, filho de Rio Pardo, grande amigo e parente do marechal. Aliás, os dois, sempre que viam um jovem com vocação militar, procuravam influenciá-lo: o Almirante Alexandrino indicando a Marinha, e o Marechal Caetano, o Exército.

Foi alvo dessa disputa o jovem Aurélio de Lyra Tavares, ao assistir a uma reunião na casa do marechal. Este possuía vasta biblioteca, parte da qual legou em testamento aos Dragões da Independência. Lia muito sobre História Militar e Geral e História Natural, e nesta, com especial predileção, tudo referente a pássaros e flores. Gostava de poesia, balé e particularmente ópera, assunto sobre o qual desenvolveu alentada discoteca.[30]

Criado, como dizia, em cima do lombo de cavalo, seu meio natural de locomoção em todo o Rio, inclusive para ir e vir do trabalho, ir da Tijuca ao Jockey Club e mesmo Copacabana, terminou com problemas de coluna, que lhe provocavam dificuldades em caminhar, recorrendo então ao uso de uma cinta.

Deixou de montar com cerca de 70 anos.

Ao ser aposentado compulsoriamente, em 1934, retirou-se, até morrer, do convívio social, para a casa assobradada na Rua do Matoso, junto com seu filho Epaminondas, viúvo e que fora seu ajudante-de-ordens.

Para ali se mudara ao enviuvar, e ali veio a falecer. Manteve-se ao seu lado até morrer, em 1930, o seu amigo e fiel ordenança Messias, que, embora reformado, continuou servindo ao marechal, não abdicando porém do seu uniforme, comprovando na sua simplicidade e humildade "que uma vez soldado, soldado até morrer".

Quando o marechal morreu, constatou-se que era pobre, que não possuía casa própria, nem qualquer outro patrimônio, a não ser a parte militar da sua biblioteca, que doou aos Dragões da Independência.

Deixou, ao contrário, uma dívida no Colégio Militar, perdoada pelo governo, decorrente da solidariedade do marechal em matricular, às suas custas, filhos de antigos colaboradores seus que não possuíam recursos para tal, muitos deles talentosos.

Era esse, em síntese, o que foi possível captar do lado humano do Marechal Caetano de Faria que, no dizer do Ministro da Justiça Alexandre Marcondes Filho, "fez de sua existência a marcha ascensional de uma suprema vocação militar, cuja vida é um roteiro luminoso porque é a biografia não de um simples soldado, mas de um grande e nobre soldado, cuja glória imorredoura está na maneira admirável e exemplar de como foi soldado" e que por essa razão conquistou "a imortalidade sob a forma de espécie de vida que ele adquiriu na memória dos homens", a qual, como pesquisador de História do Exército, temos o privilégio cívico de revigorar no Exército do presente para que ele a transmita ao Exército brasileiro do futuro, enfim, ao Exército brasileiro que todos desejamos eterno.

ÚLTIMOS TEMPOS DO MARECHAL

Aposentado compulsoriamente no Supremo Tribunal Militar em 1934, o marechal decidiu encerrar sua vida social. Assim como Caxias se retirara para Santa Mônica, onde viveu por quase dois anos, o marechal Caetano enclausurou-se na casa do filho mais velho Epaminondas, na Rua do Matoso, 97. Ali faleceu aos 81 anos, em 17 de agosto de 1936. Dispensou as honras militares, como o fez Caxias. Foi sepultado às 10 horas do dia seguinte, no Cemitério São Francisco Xavier/[1] Abriram o caminho do cortejo fúnebre, da casa ao cemitério, dois motociclistas, batedores da Inspetoria de Veículos. Do portão até sua sepultura, formaram ala os Dragões da Independência. Compareceram ao sepultamento o Ministro da Guerra João Gomes e seu Gabinete, o Chefe da Casa Militar General Francisco José Pinto, representando o Chefe da Nação, os ex-Ministros da Guerra Generais Espírito Santo Cardoso e Aurélio Goes Monteiro, os ex-chefes do EME Pantaleão Pessoa e Andrade Neves, o comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, General Lúcio Esteves, e o Coronel Renato Paquet, comandante do atual Primeiro RCG — Dragões da Independência, ora em Brasília. Falou na ocasião o Dr. Victor Nunes.

A sua morte foi muito sentida, e muito concorridos seu velório e sepultamento. O Jornal do Commercio de 19 de agosto de 1936 comentou, a certa altura:

"A bondade, a delicadeza e, sobretudo a elevação de sentimentos do Marechal Caetano de Faria, quer como militar ou homem público, ou nas suas relações pessoais, granjearam-lhe incontestável popularidade.”

O Jornal de 17 de agosto, com o título "A morte do Marechal Desse ensaio, que não deve ser desconhecido dos chefes do Exército em seus vários níveis, bem como de seus historiadores, destacamos sua abordagem sobre a Revolta dos Sargentos em 1915, com raízes sócio-econômicas, a ação da Liga de Defesa Nacional de 1916- 1924, de caráter nacionalista, que envolveu, de 1919 a 1922, a juventude da Escola Militar do Realengo, motivada pela Missão Indígena, envolvida, anteriormente, pelo idealismo pregrado pela Liga de Defesa Nacional através do Catecismo Cívico e Manuai de Educação Morai e Cívica, publicações editadas antes do Centenário da Independência. Obras que, penso, tenham influenciado os promotores da Semana de Arte Moderna, sob a inspiração também, acredito, da obra do Conde Afonso Celso, Por que me Ufano de meu País.

O ambiente de civismo nacionalista se traduziu no título Missão Indígena, para distingui-la de Missão Militar Francesa, que ressuscitou o jornal <4 Cruzada, a serviço da construção do Brasil Grande, mimeografado em 500 exemplares pelos alunos da Escola do Realengo, cuja direção era integrada pelos alunos Osório Tuiti de Oliveira Freitas, presidente; Edmundo Macedo Soares e Silva, redator; Artur da Costa e Silva, diagramador e impressor, e Juarez Fernandes Távora, colaborador em geral. Foi destacado colaborador desse jornal o aluno Humberto de Alencar Castello Branco.[33]

O que o futuro reservou a esses ex-alunos faz parte da História Contemporânea.

Esta foi a semente que Wenceslau Brás e Caetano de Faria ajudaram a plantar.

Caetano de Faria preocupou-se em desengajar muitos oficiais da política na qual haviam se enterrado no contexto da Campanha Civilista, nas políticas de salvações nacionais, visando minar as oligarquias estaduais.

Esse envolvimento afastou o Exército das reformas esboçadas pelo Ministro Hermes da Fonseca. Segundo McCann, "apesar de os oficiais profissionais reformistas concordarem com Rui Barbosa em que a Nação governa e o Exército a obedece, os oficiais políticos terminaram vencendo".

Assim, o bombardeio da cidade de Salvador, em 1912, a partir do Forte do Mar, no contexto das políticas de salvações nacionais, significou um bombardeio do programa reformista iniciado por Hermes da Fonseca e só retomado com o Marechal Caetano, como Ministro, em 1914, com o clima favorável em função da Primeira Grande Guerra.

No Ano-Novo de 1915, sob a inspiração e o aplauso de A Defesa Nacional, o Ministro Caetano de Faria fez uma proclamação aos oficiais, convocando-os "a concentrar todas as energias nos trabalhos profissionais" e a abandonar "de uma vez por todas as ambições políticas e as ocupações colaterais", segundo Leitão de Carvalho, citado por McCann no livro mencionado.[34]

Assim, a obra reformadora do Marechal Caetano de Faria, comparada com as circunstâncias e re cursos disponíveis, foi seguramente a mais importante na República Velha. Ele de fato lançou os fundamentos do Exército moderno ao executar o Sorteio Militar, depois de 40 anos de aprovado constitucionalmente o Serviço Militar Obrigatório.

HOMENAGENS RECEBIDAS

O Marechal Caetano de Faria recebeu medalhas e condecorações: Ordem Militar de Aviz — Grau de Cavaleiro; Campanha do Paraguai; Medalha Militar de Ouro de 30 anos e Grã-Cruz nº 1 da Ordem do Mérito Militar. Recebeu a Medalha da Vitória Aliada na Primeira Guerra Mundial e a Legião de Honra da

França — Grau Cavaleiro. Todas elas foram doadas ao Museu do Exército.

Por ocasião do centenário do seu nascimento, o Governo federal, através do Ministério da Justiça, em 15 de março de 1955, deu o nome de Regimento Marechal Caetano de Faria ao comando de Cavalaria da Polícia do antigo Distrito Federal e instituiu a Medalha Marechal Caetano de Faria.[35] O Congresso Nacional, na voz do Deputado Vicente Rondon, líder do PSP, evocou a vida e obra do Marechal Caetano de Faria.[36] Houve exposição alusiva no Salão Assírio, em 15 de abril de 1955, marcando o início das comemorações.

O Gabinete de Identificação do Exército, por ele criado, também o homenageou, bem como o Supremo Tribunal Militar e o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em palestra do Marechal Estêvão Leitão de Carvalho.[37]

Nos bons exemplos e ensinamentos dos Chefes do Exército do passado, se inspira e se renova o Exército do presente e se alicerça o Exército brasileiro do futuro, que desejamos eterno.

E a vida e a obra do Marechal José Caetano de Faria, em prol da construção do Exército, se enquadram com relevo nesse contexto e são evocadas no cinqüentenário de sua morte, neste ano de 1986, lembrando que ele sonhou e procurou construir ao seu tempo, com o concurso da sociedade brasileira, "um Exército eqüidistante dos partidos, afastado das lutas partidárias, com função restrita à sua destinação constitucional, motivo de veneração pública por seu passado de glórias, pela correção de seu comportamento, pela inflexibilidade no cumprimento do dever e indiferença aos aplausos efêmeros e mentirosos de exploradores políticos, e a maior e mais sólida garantia dos interesses do povo brasileiro, do qual é parcela armada".

O presente trabalho, feito por solicitação do Gen Div Ref Francisco de Azevedo Pondé, historiador presidente do Instituto de Geografia Militar, e coincidente com os interesses da Comissão de Pesquisa Histórica de A Defesa Nacional e do Arquivo do Exército, resultou da integração das fontes consultadas,relacionadas e soldadas pela história oral familiar preservada pelo neto do marechal, Ivan. Assim encontramos a memória desse grande chefe seriamente comprometida e ligada a uma obra secundária desempenhada fora do Exército, o comando de Cavalaria da Polícia do antigo Distrito Federal que, em 1955, passou a chamar-se Regimento Caetano de Faria, hoje ligado só ao quartel ocupado por tropas de choque do Estado do Rio de Janeiro.

Perguntaram-me seus familiares porque não denominei o Campo de Instrução de Gericinó de Campo de Instrução Militar Marechal Caetano de Faria, em razão, segundo os mesmos familiares, de ser uma das realizações de que o Ministro da Guerra Caetano de Faria mais se orgulhava. Ficam aqui o registro e a lembrança às autoridades competentes.[38]

PRESTAÇÃO DE CONTAS AO PRESIDENTE WENCESLAU BRÁS AO FINAL DO GOVERNO

Ao final do quadriênio 1914-1918, coincidente com a Primeira Guerra Mundial, o General Caetano de Faria, como Ministro da Guerra, enviou alentado relatório ao Presidente da República.

Sobre o Serviço Militar Obrigatório adotado em 1874 e postergado, no tocante à sua execução, por 42 anos, escreveu:

"V. Exa. Sr. Presidente trazia no programa do seu governo a solução desse problema. Solução que eu como Chefe do Estado-Maior do Exército havia reclamado constante mente. Tínhamos pois o dever de resolvê-lo.”

Depois de uma longa exposição, faz considerações finais muito objetivas em

relação ao grau de operacional idade atingido pelo Exército até 1916, até então sem capacidade de mobilização, em caso de guerra, por não possuir estrutura de formação da Reserva. Considerações que sintetizou:

— Exército ativo organizado, com todos os seus órgãos essenciais, com um efetivo elevado de 18.000 para 50.000 e capacidade de mobilização pela incorporação de reservistas.

— Estar em pleno desenvolvimento a organização da reserva de Primeira Linha do Exército e o Exército de Segunda Linha, que resultou da transformação da Guarda Nacional, daí em diante subordinada ao Exército.

— Possibilidade de as forças estaduais poderem ser mobilizadas, em caso de guerra, como forças auxiliares do Exército, em função de acordos celebrados com os Estados.

— Estar em pleno vigor a Lei do Serviço Militar Obrigatório, com bastante elasticidade, visando atender às necessidades do Exército.

— Contar cada Estado da Federação com ao menos uma unidade do Exército.

— Estarem todas as novas Unidades do Exército aquarteladas, contando com o respectivo apoio administrativo e cada conscrito dispondo de fardamento, equipamento e armamento próprios.

— Disporem os arsenais e Intendência de estoques além do distribuído à tropa como reserva de guerra.

Sobre os conscritos levados aos quartéis pelo Sorteio Militar, escreveu:

"Os conscritos encontram hoje, nos quartéis, oficiais para instruí-los e educá-los, restituindo-os à vida civil habilitados a defender eficazmente a pátria. Entre esses conscritos, alguns nunca haviam visto a Bandeira Nacional, outros não falam nosso idioma, e grande número deles é de analfabetos. Mas quando deixam a caserna, sabem ler e escrever, são cidadãos brasileiros porque falam nossa língua, conhecem nossa Bandeira e sabem defendê-la com as armas na mão. Hoje, em cada caserna, uma escola luta contra o analfabetismo e proporciona aos que sabem ler a instrução necessária para serem graduados a sargentos. A oficialidade tomada de invejável ardor patriótico não poupa esforços para elevar o nível profissional do Exército.

O Estado-Maior do Exército, fiscalizando toda a instrução, desde as escolas superiores até os corpos de tropa, e elaborando ou examinando todos os regulamentos a ela relativos, vai naturalmente estabelecendo a unidade de doutrina.

Estou convencido de que o melhor método para o aperfeiçoamento do Exército é o que estamos seguindo.

Mandar oficiais competentes estudar as organizações européias e acompanhar lá as operações de guerra, a fim de que, com o conhecimento que possuírem das nossas condições, concluam o que nos convém adotar.

Não quero dizer com isso que não seja vantajosa a vinda de oficiais estrangeiros, de real competência, para lecionar, na Escola Militar ou na de Estado-Maior, matérias em que se tenham especializado, como as de Serviço de Estado- Maior, Estratégia, Jogos de Guerra etc."

Ao deixar o Ministério, Caetano de Faria inaugurou o mais importante setor do Campo de Instrução de Gericinó, contendo linhas de Artilharia e para o tiro de combate de Infantaria, o que de fato tornou realidade o primeiro Campo de Instrução do Exército, um sonho que perseguiu desde que era Chefe do Estado-Maior.

No Realengo, implantou o primeiro Campo de Aviação Militar, no local do antigo polígono de tiro, por apresentar à época melhores condições do que o Campo dos Afonsos e o Campo de Santa Cruz.

Suprimiu a Escola Prática do Realengo e só deixou a Escola Militar do Realengo. A parte prática foi substituída por um ano de estágio na tropa de parte dos aspirantes a oficial.[39]

APÊNDICE CAETANO DE FARIA E O ENSINO DA TÁTICA

Em 1916, os "jovens turcos" de A Defesa Nacional, Tenentes Estêvão Leitão de Carvalho e Bertholdo Klinger, traduziram do alemão e editaram O Guia para o Ensino da Tática, obra que mereceu do Ministro da Guerra, General José Caetano de Faria, o estímulo de seu prefácio ao lado de judiciosas considerações de ordem tática, reveladoras de sua apreciável cultura profissional. Enfatizou o fato de as soluções táticas apresentadas apoiarem-se “frequentemente em fatos da História Militar".

Com muita felicidade, para demonstrar a importância da preparação tática de um Exército, recorreu â síntese do general russo Kuropatkine, depois de sua derrota na guerra russo-japonesa, na qual o Exército do Japão fora instruído por uma missão militar alemã.

As causas da derrota militar russa deveram-se, segundo o general russo:

"1) à negligência do Comando;
2) à ignorância dos oficiais;
3) à insuficiência da preparação tática do Exército".

A presente transcrição foi feita do exemplar existente no Arquivo do Exército na seção Corpo de Doutrina do Exército — Evolução, através dos regulamentos, em implantação, e que foi ofertado pelos tradutores, em 27 de agosto de 1916, ao Coronel Alberto Cardoso de Aguiar, Chefe de Gabinete do Estado-Maior do Exército, que sucedeu Caetano de Faria no Ministério da Guerra e deu grande impulso à Reforma Militar. O livro, traduzido e editado pela Biblioteca de *A* Defesa Nacional, *era usado pelas Reais Escolas de Guerra prussianas.*

PREZADOS CAMARADAS TENENTES ESTÊVÃO LEITÃO DE CARVALHO E BERTHOLDO KLINGER

Terminei a leitura da obra que traduzistes, tomando-a desse modo accessível a todos os officiaes do nosso Exercito.

Esse trabalho foi mais uma prova que destes do vosso amor profissional, e da dedicação à instrucção da nossa tropa.

O livro tem reputação merecidamente firmada; sua leitura empolga todo aquelle que tem realmente alma de soldado, e se dedica sinceramente á profissão militar.

Sente-se que seus autores são profissionaes profundamente conhecedores do assumpto, sabendo dirigir-se a seus camaradas em linguagem clara e precisa, discutindo com rigor os diversos casos que se podem apresentar na solução de cada problema tactico, indicando as soluções, e apoiando-as frequentemente em

factos da historia militar.

Naturalmente elles citam muitas vezes os artigos do regulamento de campanha allemão; como traductores, entendestes dever conservar essas citações; não é censurável esse vosso escrupulo, julgo entretanto que em uma nova edição ellas poderão desapparecer.

A traducção está bem cuidada; por isso, e pelo mérito do livro, estou convencido de que, em breve, todos os nossos officiaes o conhecerão.
É principalmente nas nossas Escolas Militares, a cujos alumnos é especialmente destinado, que elle deve ser lido e estudado.

Sob o modesto titulo — *Guia para o ensino da-tactica* - elle é um magnífico compêndio, no qual o official estudioso encontrará indicações seguras para qualquer situação tactica em que se veja collocado.

"Contar com sua intelligencia, bom senso, sangue-frio ou a inspiração de momento para resolver os terríveis problemas que o inimigo propõe, seria da parte do Chefe, ou do official, uma soberana imprudência.

"Entrincheirar-se na velha fórmula - só a guerra ensina a guerra — seria procurar uma desculpa, ou pretexto, se não para a preguiça, pelo menos para a indolência é a inacção.

"Póde-se ficar apto a fazer a guerra, preparando-se durante a paz.''(*)

O general Kuropatkine, depois da guerra russo-japoneza, apresentou em um documento celebre, como causas essenciaes da inferioridade de sua nação no campo da lucta:

1º, a negligencia do commando;

2º, a ignorância dos officiaes;

3º, *a insufficiencia da preparação tactica.*

E, na verdade, sendo a tactica a *arte de empregar as tropas para assegurar a execução das disposições combinadas pela estratégia,* se não houver uma preparação muito apurada nos diversos ramos em que aquella arte se subdivide, afim de poder attender aos differentes modos de actividade das tropas, como sejam o combate, as marchas, etc., a situação do general em chefe será sempre de hesitação e de receio.

Na - *Theoria da grande guerra* — do general Clausewitz, a primeira phrase que se lê é a seguinte:

"O combate é o instrumento da estratégia para chegar ao fim da guerra."

Assim, pois, a tropa deve ter a preparação tactica necessária para chegar á posição do combate, e leval-o a effeito, quaesquer que sejam as difficuldades, pondo em contribuição não só sua instrucção, como sua

educação moral.

Só assim ella corresponderá ao que delia espera o commando em chefe.

Portanto, todos os esforços para aperfeiçoar essa preparação representam serviços valiosos prestados ao exercito, e conseguintemente á Nação.

Acceitae, pois, as cordiaes felicitações.

de vosso camarada

General Faria.

(*) Bastien, noções de tactica geral.

NOTAS DO TEXTO

1. CÂMARA, Rinaldo Pereira, Gen, O *Marechal Câmara.* P. Alegre, Liv. Globo, 1970, v. 3.
2. Dec. 37,021 de 15 de março de 1955, de Café Filho. O autor, declarado aspirante em 15 de fevereiro de 1955, se hospedou nesta unidade nos dias 15, 16 e 17, em trânsito para o Rio Grande do Sul, um mês antes de ser dada a denominação histórica. Em 21 de abril, o regimento recebeu o seu Estandarte dos Dragões da Independência e foi distribuída a Medalha Marechal Caetano de Faria.
3. Dec. 1.402 de 22 de dezembro de 1962, do Governador Carlos Lacerda.
4. Livro Histórico dos Dragões da Independência — Brasília.
5. A Biblioteca do IHGB possui exemplar, bem como a obra do mesmo autor, *O gesto de amizade e de elogio aos portugueses,* Rio, 1928, por certo lembrando suas raízes em Portugal, no Porto.
6. Desde o comando do Coronel Benedito Onofre Bezerra Leonel, teve início a edição de cópias de manuscritos da documentação histórica do CMRJ, onde se conclui um pioneirismo da Casa de Tomás Coelho na Reforma Militar e por avaliar.
7. Depoimento do neto do marechal Ivan Gonçalves Faria (muito precioso, por sinal).
8. AQUINO FILHO. *Dragões. . .* p. 92 (vide bibliografia).
9. Relatório Ministro Calógeras, segundo o General Francisco de Paula Pondé, diz que foi fácil sua tarefa por ter se orientado por planejamento deixado pelo Ministro Cardoso de Aguiar.
10. A organização japonesa para essa guerra foi influência do trabalho de uma missão militar alemã no Exército do Japão, missão alemã que substituiu uma missão militar francesa depois da guerra sino-japonesa de 1894-95 e assinalada pela vitória do Japão, que conquistou a Ilha de Formosa, atual China Nacionalista.
11. Traduzida peço jovem turco de *A Defesa Nacional,* Segundo-Tenente José dos Mares Maciel da Costa, que estudamos in: BENTO. Fundação de *A Defesa Nacional* (vide bibliografia).
12. Publicado ao final como anexo (A *Defesa Nacional* nº 14 de 10 de novembro de 1914).
13. VASCONCELOS. Centenário do nascimento de Caetano de Faria — GUEs — Vila Militar, 1955.
14. Idem, fonte nota 11 e *Revista do Clube Militar,* 1937, dirigida pelo então Capitão Jonas Correia e alusiva ao cinqüentenário do Chefe Militar.
15. MAGALHÃES. Síntese discurso (vide bibliografia).
16. CAVALCANTI. *Brasil Ilustrado* (vide bibliografia).
17. FONSECA. Dois ensaios de História. Relata a atuação seu pai. General Clodoaldo da Fonseca, na aquisição de armamentos na Europa para a Organização de 1908 (vide bibliografia).
18. Essa canção foi impressa e largamente difundida na Vila Militar. Conhecemos exemplar em posse de seu neto Ivan e hoje incorporado ao Arquivo do Exército. O Campo de Instrução foi concluído em setembro de 1918. Ver Relatório Ministro, 1918.
19. Ver do autor, na bibliografia, ensaios sobre Paula Cidade e Klinger e no Arquivo do Exército, ensaio inédito sobre Euclides Figueiredo, junto com sua Fé Ofício.
20. Ver CÂMARA, Hiran Freitas. *Marechal José Pessoa* — a *força de um ideal.* Rio, Bibliex, 1985.
21. Idem, nota 19.
22. Palestra no Arquivo do Exército, agosto de 1985 — Sessão Centenária Chefes do Exército,

ao focalizar o centenário do Marechal Dutra, de que foi Aj-0 na Presidência da República.

23. Em 1981, quando comandava o 4º BECmb, em Itajubá, em visita à família do Presidente Wenceslau Brás, examinando livros mostrados por D. Rúbia, uma neta do grande estadista, caiu do interior de um deles um esboço a lápis. Prestando atenção, concluímos que era um artístico esboço a lápis feito pelo Tenente Pedro Cordolino de Azevedo, então professor de Topografia no Realengo e que servira para orientar o Presidente em visita feita ao Campo de Instrução de Gericinó, em 1915.
24. Ver bibliografia ao final.
25. CIDADE, Francisco Paula. Síntese três séculos literatura. . . Rio, Bibliex, 1955. pp. 346-349.
26. Idem, nota 12.
27. FONSECA e ESCOBAR, contém detalhes (vide bibliografia).
28. Vide bibliografia. A Nação Armada. É brazilianist, membro correspondente do IGHMB, que tem prestado bons serviços à História do Exército; colabora com A Defesa Nacional e no momento pesquisa o Exército na República.
29. CORREIA, Jonas Moraes Correia Neto, Gen Barão do Triunfo. Rio, SGeEx, 1970.
30. Depoimento de Ivan Faria, neto do marechal (ver final bibliografia).
31. Não relocalizado ainda o local.
32. Ver McCANN. *Nação Armada* que desenvolve bem o assunto e Armelin Guimarães em O *Mineiro que Dobrou o Caudilho,* publicado em *O Sul de Minas,* exemplar no Museu do 49 BECmb e no Arquivo de João Aldano, em Itajubá.
33. A *Cruzada* havia nascido em 1905 na Escola Preparatória de Tática, segundo Cidade, em op. cit. nota 25.
34. Idem, nota 32. Conclusões com apoio em McCann In:*Nação Armada.*
35. Idem, nota 15 (Dec. 37.022 de 15 de março de 1955).
36. Figura no *Diário Oficiai* de março de 1955.
37. Ver bibliografia n9s 10, 11 e 12 de Leitão de Carvalho.
38. O atual General Francisco Silveira do Prado, destacado ex-comandante do 8º BC em São Leopoldo durante a Segunda Guerra Mundial, recorda, entre 1914-18, que o Ministro da Guerra era um exemplo no fardar-se. Assim ele, como aluno do CMRJ, e seus colegas fardavam-se "à Caetano de Faria" e enselhavam os cavalos "à Caetano de Faria", sinônimo do bem fardar-se e arreiar a cavalhada, tal era o exemplo do chefe.
39. Ver Relatório Caetano de Faria ao Presidente Wenceslau em março de 1918.

MARECHAL JOSÉ CAETANO DE FARIA
(1855-1936)

Principais fontes consultadas, além das
mencionadas no texto

1. AQUINO FILHO, Alcides T. *Dragões da Independência.* Rio, Bibliex, 1972 (pp. 95, 103, 155).
2. ARQUIVO DO EXÉRCITO. Fé de Ofício do Marechal José Caetano de Faria (1855-1936).
3. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. Paula Cidade, um escritor e soldado a serviço do progresso do Exército. *A Defesa Nacional,* nº 705, set/out 1983 (pp. 13-35).
4. . Centenário de Bertoldo Klinger. *A Defesa Nacional,* n9 711, set/out 1984 (pp. 5-16).
5. . Fundação de *A Defesa Nacional. A Defesa Nacional,* 711, set/out 1984 (pp. 168-169).
6. - . Uma testemunha dos grandes momentos de nossa História. *Revista Militar Brasileira,* v. 98, 1972 mar/jun (1 9 RCG, pp. 105-112).
7. BRAGA, Gustavo Lisboa, Cap. Marechal José Caetano de Faria — traços biográficos. *A Defesa Nacional,* n9 489, abr 1955, pp. 87/88.
8. CANN, Frank Mc. Influência estrangeira no Exército brasileiro. *A Defesa Nacional,* n9 717, jan/fev 84 (pp. 83-117, ref. Mal Caetano de Faria p. 87).
9. ------. *A Nação Armada.* Ensaios sobre a história do Exército Brasileiro. Recife, Ed. Guararapes, 1982.
10. CARVALHO, Estêvão Leitão de, Gen. Marechal Caetano de Faria, traços de sua ação no EME e no Ministério do Exército. *A Defesa Nacional,* 1955, jun, pp. 97/108.
11. --. *Discursos, conferências.* (Rio, SMG, 1965).
12. ---. Centenário do Marechal Caetano de Faria. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil,* nºs 27 e 28, 1955.
13. CAVALCANTI, Avelino Pessoa. Centenário do Marechal Caetano de Faria. *Brasil Ilustrado,* 3/4 1955. (Afirma de Caetano de Faria. "É um homem exponencial, destinado à glorificação perpétua.")

14. DENYS, Odylo, Mal. *Cido Revolucionário Brasileiro,* Rio, Nova Fronteira, 1980 (ref. Marechal Caetano de Faria, pp. 167 e 170).
15. DIÁRIO OFICIAL, Brasil 19.03.1955. Denomina o Marechal Caetano de Faria o RC da Polícia Militar do DF (Dec. 37.021 de 1 5de março de 1955) e Permissão Uso Medalha Marechal Caetano de Faria (Dec. 37.022 de 15 de março de 1955), ambos do Presidente Café Filho.
16. ESTADO DA GUANABARA. Dec. 1.402 de 22 de dezembro de 1962. Aprova Estandarte do Regimento Marechal Caetano de Faria da Polícia Militar do Estado da Guanabara. *Diário Oficial,* nº 6, de 9 de janeiro de 1962.
17. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército brasileiro.* Rio, Sergraf IBGE, 1972. v. 2 (Ref. Ministro da Guerra Caetano de Faria).
18. ---*. História do EME.* Rio, Bibliex, 1984 (ref. Marechal Caetano de Faria, pp. 28, 32, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 53, 54, 55 e 56).
19. FARIA, José Caetano de, Gen. Artigos no *Boletim Mensal do EME.*
— O oficial como educador — sua função social, abr. 1912 (pp. 23-31).
— À Guerra na Europa, set 1914 (pp. 221-239).
— A pequena guerra (guerrilhas), nov 1914, (pp. 415-423).
20 ----- . Artigos publicados em *A Defesa Nacional:*
— Atualidade militar, nº2, nov. 1913, pp. 37-40.
— Atualidade militar, nº 4, jan 1914, pp. 107-109.
— Campos de instrução, nº 6, mar 1914, pp. 175-177.
— Remonta no Exército, nº 8, mai 1914, pp. 275-276.
— 1º aniversário de *A Defesa Nacional,* nº 13, out 1914, pp. 2-3.
21. *. A falência da Rússia proletária.* Rio, s/ed. 1927.
22. . O *gesto de amizade e elogio aos portugueses.* Rio, s/ed, 1928 (Existe exemplar no IHGB.)
23. — . Relatórios como Ministro da Guerra 1914, 1915, 1916e 1918 (no Arquivo do Exército e Biblioteca do Exército).
24. FARIA, Ivan. Depoimento e Arquivo do Marechal Caetano de Faria, seu avô.
25. FONSECA, Mário H. da, e ESCOBAR, J. *Primórdios da defesa nacional.*Rio, Tip. Glória, 1943.
26. FONSECA, Roberto Piragibe. *Ressurreição do Exército nacional — Dois ensaios militares.* Rio, 1974. (Edição 200 exemplares — trata da compra de armamento para o Exército em 1908.)
27. GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO DA GUERRA. Registro nº 1 de José Caetano de Faria, filho de Caetano José de Faria e Adelaide Lima de Faria com 1,66 m de altura etc. (Foi o primeiro a ser identificado em 21 de agosto de 1916). Cópia.
28. GREENHALGH H. FARIA BRAGA. Cartão com foto e síntese biográfica do Marechal Caetano de Faria.
29. IHGB. Biblioteca. Projeto do Regulamento da Cavalaria Brasileira. 1908 (Gen C. Faria).
30. JORNAL DO COMMERCIO. Sepultamento do Marechal José Caetano de Faria. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1936, p. 6, coluna 6.
31. JOUBIN, P. J. Mallet, Ten Cel. Indicações sobre descendentes e localização do Arquivo do Marechal Caetano de Faria.
32. LAGO, Laurêncio, Gel Hon. *Ministro do Supremo Tribuna! Militar.* Rio Imp. Mil. 1944.
33. LAVENÈRE-WANDERLEI, Nelson Freire. Ten Brig do Ar. *História da Força Aérea Brasileira.* Rio, Ministério da Aeronáutica, 1975, 2. ed. (Prefácio do Brigadeiro Eduardo Gomes.)
34. LIVRO HISTÓRICO DO 1° RCG - *Dragões da Independência.* Brasília, DF.
35. MARCONDES FILHO, Geraldo. Ministro da Justiça. 21 de abril de 1955. Discurso de entrega da Medalha Marechal Caetano de Faria no Regimento do mesmo nome, Rio.
36. O JORNAL. Morte do Marechal Caetano de Faria — pacificador do Contestado e introdutor do Sorteio Militar. Rio, 18 de agosto de 1936.
37. *. História da identificação do Exército.* Rio, 25 de agosto de 1941, p. 13.
38. POLICIA MILITAR DO DISTRITO FE DERAL. Anexo ao Boletim 66 de 21 de março de 1955. Entrega de Estandarte do Regimento Marechal Caetano de Faria.
39. QUARTO BATALHÃO DE CAÇADORES da Força Pública de São Paulo. Boletim Comemorativo de 1 P de maio de 1955, do Ten Cel Comandante Agenor Almeida Castro — Condecoração Marechal Caetano de Faria.
40. REGIÃO MILITAR — Primeira. Boletins internos de 21 de janeiro de 1909 a 25 de novembro

de 1910 do então Distrito Militar, que abrange o comando do Gen Div Caetano de Faria (esta no Arquivo da 1º RM — Rio).
41.--. História Síntese BI de 24 de outubro de 1984, pesquisa do Cel Cláudio Moreira Bento com Presidente da CPHB de *A Defesa Nacional.* Por solicitação Cmt 1ª RM.
42. REVISTA A DEFESA NACIONAL. General Caetano de Faria, nº 15, dez 1914
43. SANTANA, Damião Mendonça de, Cap Marechal Caetano de Faria — centenário. *Jornal do Brasil.* Rio, 20 de setembro/21 de fevereiro de 1955, 2. ed, pp. 1 e 2.
44. SENA, Davis Ribeiro, Cel. Serviço Militar Obrigatório. *A Defesa Nacional,* nº 715, set/out 84.
45. SANTOS, Francisco Ruas, Cel. índice de *A Defesa Nacional,* (1913-57). (Arquivo do Cel C. M. Bento.)
46. *. Coleção Bibliográfica Militar.* Rio, Bibliex, 1960.
47. . Sentido da evolução do Exército, 1907-39. Estudo em 1970, 27 pp., com esboços, integra o arquivo do Cel C. M Bento.
48. TORRES, Theodorico Lages Gentil. *Ministro da Guerra do Brasil 1908-1945* Rio, 1946. pp. 170-182.

Merecem destaque os artigos cedidos por Ivan Gonçalves Faria ao autor e mencionados nos nºs 13, 15, 16, 18, 27, 28, 34, 36, 37, 38, 39, 43, que ele tem preservado, e as informações familiares valiosas sobre o lado humano do Marechal Caetano.

O BRASILEIRO QUE FOI GENERAL DE SIMON BOLÍVAR — TRAÇOS DE SEU PERFIL MILITAR —

Cláudio Moreira Bento

A PROJEÇÃO HISTÓRICA DE ABREU E LIMA

1. Significação Histórica na Venezuela

O historiador Vamireth Chacon na obra - Abreu e Lima — General de Bolívar (Rio, Paz e Terra, 1983), delineou, com apoio em farta e segura documentação, a real dimensão, da até então muito discutida e controversa vida e obra do ilustre brasileiro de Pernambuco - José Ig- nácio de Abreu e Lima. Este egresso como capitão de Artilharia, em 1816, da Academia Real Militar, do Largo de São Francisco, no Rio, hoje raiz da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende. Figura heróica e romanesca, se singularizou por haver lutado pela independência da Grã-Colòmbia sob as ordens de Simon Bolívar: participação caracterizada por sua atuação em diversas ações militares e, principalmente como tenente-coronel nas batalhas de Boyacá e Carobobo, decisivas, respectivamente, para a libertação da Colômbia e da Venezuela e fim do controle espanhol sobre a região do Caribe e, na batalha de Ayacucho, a Batalha das Nações, que assegurou a independência do Peru e se projetou como a última batalha da libertação colonial da América do Sul.

Em todas as ações, seja como secretário, chefe de Estado-Maior e comandante de tropas, impõs-se como “chefe valente ilustrado e fiel". Como comandado e comandante conduziu-se com cordura e prudência e se constituiu exemplo de ordem e subordinação e, por tudo “benemérito da Venezuela em grau heróico e iminente", segundo se conclui de atestado muito lisonjeiro passado, em 24 de abril de 1831, por seu último comandante na Venezuela — o general Mariano Montilla, então comandante do Departamento de Magdalena que Abreu e Lima fora chefe de Estado-Maior.

Ao retornar ao Brasil, depois de estar 15 anos afastado por seu envolvimento na Revolução Pernambucana de 1817, foi, por atos sucessivos do Império do

Brasil, considerado no gozo dos direitos de cidadão brasileiro; permitido-lhe usar os títulos de General da Colômbia e as condecorações que este país lhe conferiu relativas às ações militares de Boyacá, Cara- bobo e Puerto Cabello, onde teve grande destaque como combatente e honrou sua formação na Academia Real Militar do Rio de Janeiro e mais sua placa de Libertador da Venezuela, que vez por outra usava com justificado orgulho.

Hoje, quem visitar o Forte Tuma, em Caracas, depara à sua entrada com imponente monumento a Los Próceres da La Independência, no qual, encabeçando a lista dos generais-de-brigada, o turista encontrará o nome JOSÉ IGNA- CIO DE ABREU Y LIMA, brasileno - inscrição que se constitui em sua consagração militar. Sua consagração como pensador político independente que foi depois de retornar ao Brasil e até falecer, consta de sua lápide logo à entrada do Cemitério dos Ingleses, no Recife, com a seguinte inscrição: “Aqui jaz o cidadão brasileiro, general José Ignácio de Abreu e Lima, propugnador esforçado da liberdade de consciência". Faleceu em 8 de março de 1869. Foi-lhe negada sepultura no Cemitério Público, pelo Bispo D. Francisco Cardoso Ayres. Isto por haver recusado a abjurar o seu catolicismo- ecumênico do que, talvez, tenha sido um precursor entre nós.

Tentar recompor o itinerário e traços do perfil militar do general Abreu e Lima é o nosso objetivo, ao lado de algumas colocações em torno da falsa imagem que tem sido dele projetada e da real que passou a ter, em função do magnífico trabalho de Vamireth Chacon, junto ao Tribunal Brasileiro de História. Tribunal que por certo colocará Abreu e Lima na galeria dos heróis brasileiros precursores de nossa emancipação política, ao lado de seu pai, mártir da Independência do Brasil e seu homônimo.

2. A falsa imagem de Abreu e Lima — uma interpretação

Até o livro de Vamireth Chacon, a verdadeira imagem de Abreu e Lima era desvirtuada por conceitos, negativos, dúbios, apressados emitidos no calor das inúmeras brigas, disputas e polêmicas filosóficas, políticas, históricas e até patrimoniais que entreteve com adversários do porte de Ramon Gusman, na Venezuela, Evaristo da Veiga, Regente Diogo Feijó, Cônego Januário da Cunha Barbosa, Visconde de Porto Seguro, Monsenhor Pinto de Campos, Bispo Cardoso Aires, colônia portuguesa no Recife, família Cavalcanti, em Pernambuco e Inquisição, para citar os mais poderosos e importantes.

Assim foi alvo de ataques, farpas, ironias e intrigas diversas, incorporadas à Memória Nacional por jornais, publicações e registros da época e deles exumados, para usos diversos, sem a devida e serena crítica pelo Tribunal de História.

Segundo se conclui de Vamireth Chacon, Abreu e Lima foi um solteirão inveterado, dono de um temperamento irascível, impulsivo, agitado, polêmico, do tipo que não levava desaforo para casa. Assim contam-se inúmeros casos de ter ido às vias de fato. Suas atitudes muitas vezes beiravam o quichotismo. Era um hipocondríaco notável, sempre atormentado por dores de cabeça, mais de fundo emocional do que orgânico. Era afetivo para com seus amigos, o que prova a consideração que os Generais Bolívar e Paez e respectivas famílias lhes dispensavam. Carregava uma mágoa pelos privilégios reservados aos portugueses no Exército e na Academia Real Militar e uma grande admiração e amor por seu pai, cuja execução à morte, por estar implicado na Revolução Pernambucana de 1817, foi obrigado a assistir no Campo Santana ou da Pólvora da Bahia. Herdara em grande parte o temperamento do pai, sua valentia e até o

nome, chegando ao ponto de adotá-lo igual, em 1816, em requerimento. Era de certo modo puro e ingênuo e presa fácil de diversas intrigas em que o enredaram ao longo de sua vida. Por outro lado, era fiel às suas convicções, pensador político fecundo, defensor intransigente da liberdade de consciência e orgulhoso da sua independência do governo, ao qual só recorreu uma vez pedindo que reconhecesse seus títulos e condecorações conquistados nas guerras de Independência da Colômbia e da Venezuela.

Por todas estas características, segundo interpreto, apareceu no campo das idéias dominantes e cristalizadas de seu tempo, "à semelhança de um macaco solto numa loja de louças e cristais". Com isto despertou as mais variadas reações e ataques preventivos de seus diversos contendores e entre estes cite-se seus.próprios irmãos.

Argeu Guimarães ao estudá-lo, em 1920, percebendo as contradições do General de Bolívar que despertou à época em que viveu tantas reações e inimizades incontroláveis, escreveu:

"Não há porque deprimir Abreu e Lima pelas contradições que o afligem, elas muitas vezes são aparentes. Por que, em realidade, se trata de um alto espírito que não cessa de evoluir."

3. **A Real Imagem de Abreu e Lima**

Vamireth Chacon, com sua autoridade de historiador das idéias políticas e autor inclusive dos excelentes trabalhos traçando o perfil parlamentar e pensamento político, em 1982, do senador Manoel Luiz Osório e Marquês do Herval e do deputado Euclides de Figueiredo, assim apresenta o seu co-estaduano, com apoio em análise modelar e isenta, em que pese o apreço, profunda admiração e, até certo ponto, identificação com o general Abreu e Lima, conforme o referiu.

"Liberal radical, transformado em liberal moderado clássico. Defensor da monarquia hereditária constitucional, socialista utópico e católico ecumênico."

Para Morivalde Calvet Fagundes em a Maçonaria e as Forças Secretas da Revolução, Abreu e Lima atuou como um maçom liberal retrógrado e restaurador, ao lutar no Brasil pela restauração de D. Pedro I no trono do Brasil, após haver estado com este na Europa. E, assim sendo, se opunha aos "maçons moderados e exaltados atuando no Rio de Janeiro".

Abreu foi, ainda na Venezuela, envolvido em intrigas por sua posição favorável à monarquia constitucional hereditária. Posição expressa em carta ao General Santander, em 14 de junho de 1823, da seguinte forma:

"Concordar com o sistema imperial constitucional é o passo mais acertado para os brasileiros. Pois, toda a outra forma de governo nos teria confundido e reduzido a uma completa anarquia e dissolução. O Brasil é imenso e povoado somente no litoral, por uma mistura de classes que jamais poderíam integrar-se sob nenhum sistema, que se afasta muito do sistema imperial antigo.

Fica claro que Abreu e Lima foi à Venezuela e Colômbia lutar pela independência e não pela República.

Portanto, era coerente sua atitude, ao retornarão Brasil, de defender o retorno de D. Pedro I, e na sua ausência sua irmã, a Princesa D. Januária, como regente. Ainda em 1840, como sinal de vitória de sua tese, visitou o Imperador D. Pedro II para cumprimentá-lo pela maioridade. E o fez fardado de General da Colômbia, com todas as suas condecorações. Daí em diante não mais usou a farda e as medalhas conquistadas em combate e somente, vez por outra, a pla-ca de Libertador da Venezuela. Deixando a política, dedicou-se a escrever seu

primeiro trabalho - Compêndio de História do Brasil ... Ele o dedicou:

"Ao muito alto, muito poderoso Senhor D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil — em sinal de profundo respeito e da mais pura afeição e lealdade."

Talvez se San Martin, adepto da monarquia constitucional, não tivesse sido voto vencido em sessão maçônica em Guaiaquil, da qual se retirou abruptamente e em silêncio, para a Europa, vencido pelo ponto de vista de Simon Bolívar, republicano constitucional, outro seria hoje o mapa da América do Sul. Talvez constituída de três ou quatro poderosas nações. A manutenção da Unidade do Brasil, com a Monarquia, em contraposição com o fracionamento da Unidade da América do Sul espanhola, com a República, parece comprovar o acerto do ponto de vista do brasileiro General de Bolívar, que defendeu o libertador até seus últimos instantes com a pena e com a espada, o que os bolivaria- nos nunca devem olvidar.

Abreu e Lima, em sua posição monárquica, não se deixou levar por mágoas contra a monarquia absoluta em Portugal, em nome da qual seu pai foi fuzilado à sua vista em Salvador, em 1817, por estar envolvido na Revolução Pernambucana, em função da qual ele foi obrigado a afastar-se do Brasil por 15 anos.

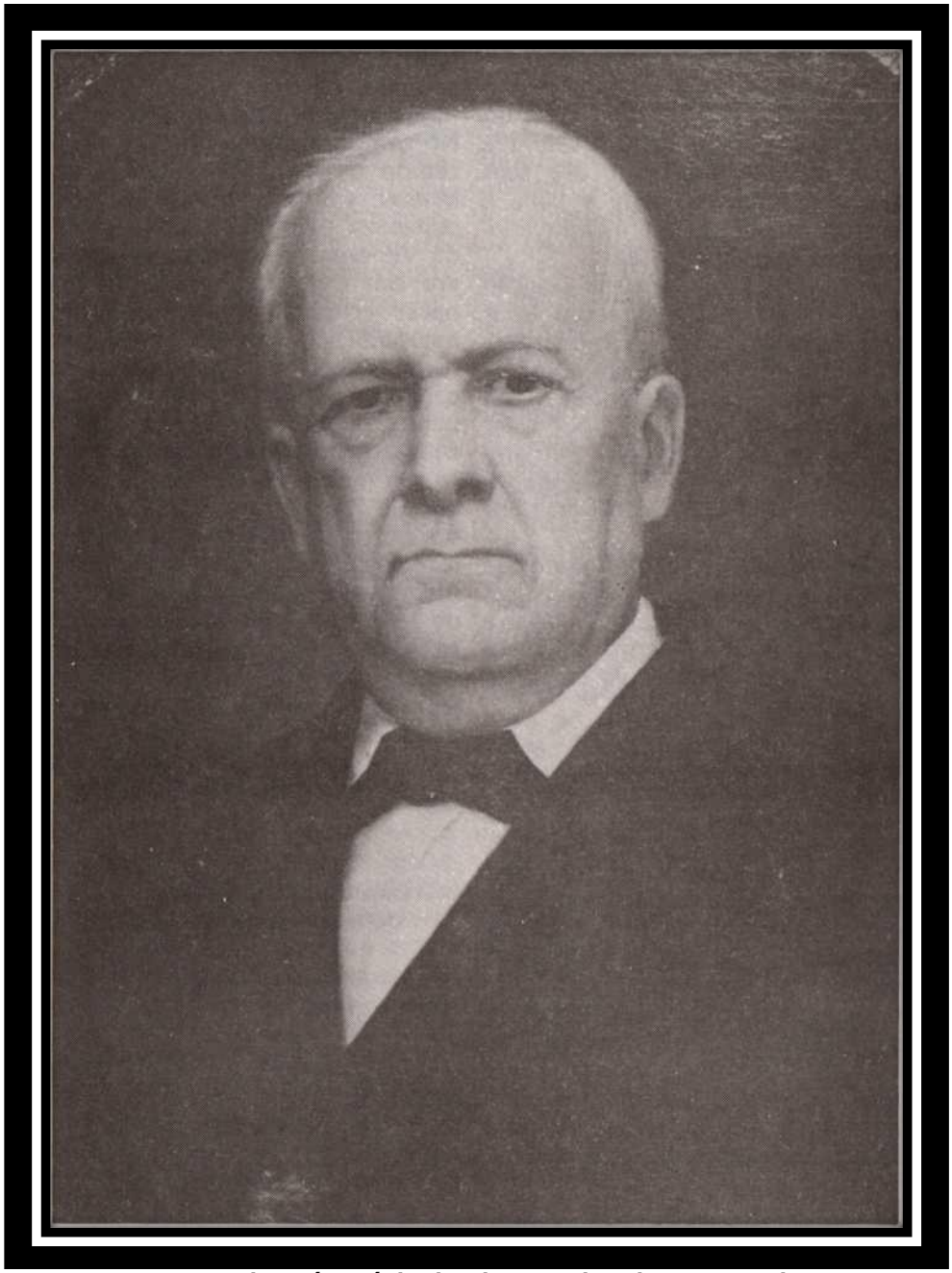
Penso que o acolhimento de Abreu e Lima pelos ingleses em seu cemitério, no Recife, ligue-se a sua vinculação à maçonaria inglesa defensora da monarquia constitucional.

4. **A falsa visão ultrapragmática de Abreu e Lima**

O erro mais grave e o maior desserviço à memória de Abreu e Lima foi cometido por analistas apressados e ultrapragmáticos, ao explorarem sua figura como precursora do comunismo e depois do socialismo no Brasil. Isto por terem-no julgado apressadamente um anticlerical, acatólico e filho natural de um padre que por esta razão alimentou diversas polêmicas com a Igreja e seus ministros, como a de acusar a Bíblia de falsa e criticar a Inquisição em sua época. Atitudes que terminaram por ser-lhe negada sepultura em cemitério público, que era também o católico, em função da União da Igreja com o Estado no Império. No campo das idéias por haver recebido o apelido de General das Massas, em relação as suas preocupações pelo novo, ao retornar da Venezuela, por haver escrito livro sob o título Socialismo-, por haver estudado e clinicado Homeopatia no Recife e idealizado torná-la acessível à população mais carente do Recife, aliás ideal que parece ter sido colocado em prática agora em Niterói; por haver feito sua malograda campanha de deputado, junto aos trabalhadores do porto de Recife e por outros motivos. Situação agravada pelos incontáveis ataques que recebeu de seus inúmeros adversários que terminaram por confundir e des-virtuar sua real imagem póstera. Os que o têm explorado assim — desistam de fazê-lo. Abreu e Lima não foi nada disso, conforme o provou Vamireth Chacon.

Traços do perfil militar
de Abreu e Lima

Soldado de artilharia do
regimento de Pernambuco



General José Ignácio de Abreu e Lima (1794—1869)
(Arquivo do IHGB Lata 48 — nº 11)

José Ignácio de Abreu e Lima nasceu no Recife, em 8 de março de 1794, quando seu pai José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima - conhecido pela alcunha de Padre Roma, possuía 26 anos. Consta com apoio em diversos documentos que seu pai grande orador, ousado e valente, havia estudado antes no Convento do Carmo de Goiana e com o nome de Frei José de Santa Rosa. E que dali seguira para a Europa, onde graduou-se em Teologia, em Coimbra e fora sagrado padre em Roma (daí seu apelido de Padre Roma) pelo mais tarde Papa Pio VII, que o secularizaria por breve oficial. Estes dados não estão ainda comprovados por documentação firme e segura.

Para Argeu Guimarães, Abreu e Lima herdara do pai "o temperamento impulsivo e agitado, caráter veemente, espírito insatisfeito e acentuada

fisionomia de batalha- dor e idealista”.

Segundo se conclui do historiador pernambucano Pereira da Costa, Abreu e Lima estudou em escola secundária leiga que passou a funcionar no Seminário de Olinda, inaugurado em 22 de fevereiro de 1800, por D. Azeredo Coutinho, bispo de Olinda e Governador Civil de Pernambuco.

Seminário que, segundo o mestre Pedro Calmon, se constituiu num dos núcleos revolucionários mais intensos e influentes desse tempo. "Seminário que teria grande projeção na Revolução Pernambucana de 1817, chamada ainda por Pedro Calmon de "Revolução dos Clérigos". Pois nela tomaram parte, segundo Renato Alencar, 60 padres e 10 frades, e quase todos os maçons. Estes iniciados, em maioria, em loja maçônica criada em Pernambuco em 1809, da qual faziam parte o padre João Ribeiro Pessoa, alma da Revolução, e o padre Miguelinho, ambos professores do Convento de Olinda segundo Morivalde Calvet Fagundes, iniciados maçons em Lisboa, em 1807. A esta Loja de Pernambuco teria pertencido de forma atuante o padre Roma, pai de Abreu e Lima. Abreu e Lima na escola leiga do Convento, segundo Pereira da Costa, adiantou-se em Humanidades (Latim, Filosofia, Retórica e Francês). Em 1811, ao conhecer a carta de lei de 4 de dezembro de 1810, do Príncipe D. João, que criou a Academia Real Militar, Abreu e Lima assentou praça no Regimento de Artilharia da guarnição de Pernambuco, com parada em Recife (local defronte à Santa Casa em 1824 - fim da rua Larga do Rosário).

Esta Unidade, ao lado do Convento de Olinda, irá ter papel decisivo na Revolução Pernambucana de 1817. Nela teve lugar, na manhã de 6 de março de 1817, o início da revolução, com a revolta e tomada do quartel pelos revolucionários. Revolta cujo início foi assinalado pela morte, a golpe de espada, do comandante do Regimento, Brigadeiro Manoel Barbosa da Costa, fulminado pelo capitão José Barros de Lima - O Leão Coroado, do mesmo Regimento, com auxílio de seu genro.

Abreu e Lima ao ingressar, o fez como soldado. Tinha que provar perante um Conselho do Regimento, formado pelo comandante, auditor e três capitães, idoneidade e filiação.

E possível que os seus futuros colegas, capitães de 1816 e revoltosos do citado Regimento, tenham lhe atestado idoneidade e filiação: (Capitães Domingos Teotônio, Jorge Martins Pessoa, José Barros Lima e Amaro Francisco de Moura).

Assim, antes de partir para o Rio, Abreu e Lima havia tomado contato com os três mais influentes núcleos da Revolução nativista de 1817 em Pernambuco: Convento de São Bento, Loja Maçônica de Pernambuco e o Regimento de Artilharia, onde era muito grande a animosidade entre oficiais brasileiros e portugueses.

Matrícula na Academia Real Militar

Em 10 de setembro de 1811, o Conde de Linhares autorizou a matrícula de Abreu e Lima, no ano de 1812, nos estudos da Academia Real Militar nos seguintes termos, em aviso à Junta da Academia.

"Aviso sobre,

JOSÉ IGNACIO DE ABREU E LIMA MELLO

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor - O Príncipe Regente, nosso Senhor maior, houve por bem conceder licença a JOSÉ IGNÁCIO RIBEIRO DE ABREU E LIMA MELLO, Soldado da oitava Companhia do Regimento de Artilharia da Guarnição da Praça de Pernambuco, para poder matricular-se nos estudos da Academia Real Militar, ao ano próximo futuro. . .

Ass: Conde de Linhares."

Em 15 de abril de 1812, o segundo ano de funcionamento da Academia Real Militar no Largo de São Francisco, Abreu e Lima foi matriculado na Academia como segue, conforme o livro de matrícula:

"JOSÉ IGNACIO RIBEIRO DE ABREU E LIMA - O José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima, soldado de Artilharia de Pernambuco, de idade de dezessete para dezoito anos, foi admitido à matrícula do primeiro ano Matemático na classe obrigatória, por despacho da Junta Militar, em 15 de abril de 1812."

Abreu e Lima ingressou na Academia Militar Real como soldado de Artilharia e não como cadete. A condição de soldado, bem como a de cadete de Artilharia pela Carta de Lei que criou a Academia, caracterizava a classe dos obrigados à graça, distinta dos demais, da classe dos voluntários. Como obrigado passou a receber o soldo e farinha (alimentação) de sargento de Artilharia, de igual forma que os cadetes de Artilharia. Ainda como obrigado. Abreu e Lima passou a participar de acordo com a Carta de Lei que criou a Academia Real Militar, com maior rigor dos Exercícios Científicos e a dar aulas teóricas e práticas, o que também era exigido dos voluntários mais aplicados. Passou a concorrer, ao final do ano, com os prêmios (partidos) em dinheiro conferidos aos alunos de maior distinção.

Os obrigados também se distinguiam dos voluntários por estarem sujeitos a praticar no Regimento de Artilharia nos dias que a Junta da Academia ordenasse, em acordo com o comandante do Regimento e sem prejuízo dos estudos.

Assim Abreu e Lima não ingressou como cadete na Academia Real Militar, condição conferida aos filhos dos majores de 1ª linha de Portugal e postos superiores e dos mestres de Campo de Auxiliares e Ordenanças e outros que por seus pais e quatro avós provassem nobreza notória. Assim, não era exigida nobreza notória para o ingresso na Academia.

Acreditamos que a condição de soldado e de cadete de Artilharia fosse precursora da classe nobre de soldado particular criada, em 1820, por D. João IV, oito anos depois da matrícula de Abreu e Lima e destinada aos filhos da burguesia, ou a filhos de pais notáveis no mundo civil "pelo emprego ou cabedais". Classe criada com a de segundo cadete destinada aos filhos dos oficiais de 1ª linha no Brasil e aos condecorados, com alguma ordem de Portugal. Como todos os alunos da Academia Real Militar, Abreu e Lima passou a desfrutar os privilégios e franquias concedidos aos alunos de Universidade de Coimbra. Em 1818, decorridos seis anos de sua matrícula, foi permitido que filhos legitimados gozassem privilégios dos pais, para os efeitos do Estatuto do Cadete.

O curso na Academia Militar Real era inicialmente de sete anos. Destes, os quatro primeiros matemáticos, ao final dos quais o aluno era designado oficial do Exército de Portugal, bem com a respectiva Arma. Os três últimos anos eram os militares cinco, seis e sete anos. A Carta de Lei exigia que para sair alferes de Cavalaria e Infantaria era necessário o 1º matemático e o 1º militar (quinto da escola).

O executivo da Junta da Academia cumulativamente com direção de exercícios militares anuais da Academia Real Militar de ataque e defesa de praças era o coronel de Engenheiros Mário Jacinto Nogueira da Gama, de fato o primeiro comandante na extensa e honrosa galeria de ex-comandantes ou dirigente da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende. O coronel Jacinto atingiu o marechalato e o título de Visconde de Baependi. Foi ministro do Império, deputado senador e presidente do Senado no Império e autor do primeiro orçamento unificado do Brasil. Foi na Fazenda de Santa Mônica por ele

construída, em Valença, que passou os últimos 800 dias de vida e faleceu em 7 de maio de 1880 o Duque de Caxias, aos cuidados do filho do Visconde de Baependi, que era casado com uma das suas filhas, a baronesa de Santa Mônica.

Por todas estas razões o Exército está recuperando a sede daquela fazenda a única casa ainda de pé ligada ao Duque de Caxias.

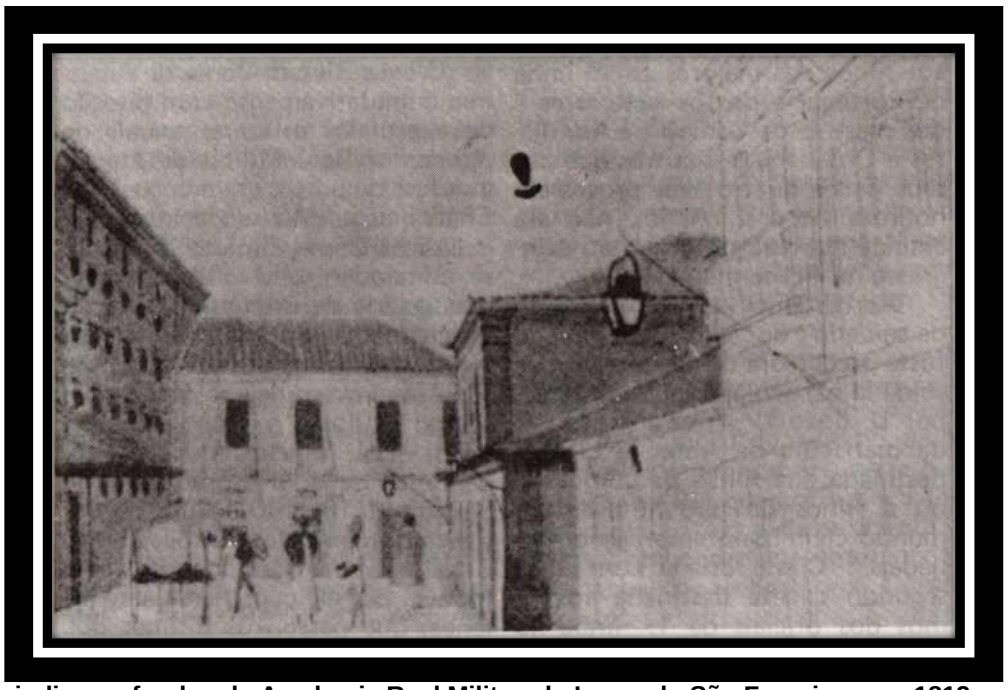
No 1º Ano Matemático da Academia Real Militar — 1812

Abreu e Lima cursara sucessivamente o 1º, 2º e 3º anos do Curso Matemático e 1º ano do Curso Militar. Deixara a Escola depois de maio de 1816, quando cursava o 4º último ano Matemático. Deduz-se que como obrigado tenha praticado durante todo o tempo no Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro. O Duque de Caxias tirará curso equivalente ao de Abreu e Lima. Ou seja, freqüentará sucessiva mente o 1º Matemático, 1º Militar, 2º Matemático e 3º Matemático. Não chegou a iniciar o 4º Matemático como fez Abreu e Lima sem concluí-lo.

A hierarquia escolar funcionava. Abreu e Lima entrou como soldado. No ano da inauguração, em 1811, havia entrado somente um soldado proveniente do Regimento de Artilharia da Bahia.

O posto predominante era ode cadete e havia até majores.

Abreu e Lima trazia como vantagem seus conhecimentos de latim e francês aprendidos na escola do Convento de Olinda. Isto lhe dava um status especial, de colocação na cabeça da lista de matrícula e, ao final do curso, uma vantagem para escolha do local para servir, conforme regulamento da Academia.



A seta indica os fundos da Academia Real Militar, do Largo do São Francisco em 1812, ano em que nela ingressou como soldado de Artilharia do Regimento Pernambucano, com 18 anos, José Ignácio Abreu e Lima (Fonte: BARATA, Escola Politécnica no Largo de São Francisco, 1973).

As matérias previstas no 1º ano eram Aritmética, Álgebra (equação 3º e 4º graus). Geometria, Trigonometria Retilínea e noções de Esférica e Desenho. Eram indicadas obras específicas dos seguintes autores franceses:

- Sylvestre François Lacroix (1765-1843) — Matemático

- Adrien Marye La Gendre (1752—1834) — Geômetra
  - Jean BaptisteJ. Delambre (1759-1808) – Astrônomo
  - Euler Leonard (1707-1783) — Geômetra (suíço)

Abreu e Lima continuou como soldado de Artilharia e se mostrou muito assíduo, com só duas faltas em abril e duas em maio justificadas.

No 2º Ano Matemático da Academia Militar Real — 1813

As matérias previstas foram Resoluções de Equações, Analítica, Cálculo Diferencial e Integral, Descritiva e Desenho.

A Carta de Lei indicava as obras específicas dos seguintes mestres franceses:

— Sylvestre François Lacroix (1765- 1843) — Matemático
— Gaspar Monge (1746-1818) - Geômetra

Durante todo o curso Abreu e Lima continuou como soldado de Artilharia, depois de matriculado em 2 de abril. Seu nome apresentou a supressão do sobrenome Mello e a apóstrofe em d'Abreu. Foi assíduo, com faltas justificadas: quatro em maio; quatro em julho e duas em agosto e outubro.

Ao final do ano, em 24 de novembro de 1813, figurou como furriel do Regimento de Artilharia de Pernambuco, requerendo promoção a 2º Tenente.

No 3º Ano Matemático da Academia Militar Real — 1814

Em função de sua dedicação aos estudos, foi matriculado no 39 ano, 21 de março de 1814, na condição de 29 Tenente do Regimento de Artilharia de Pernambuco e com o nome José Ignácio Ribeiro d'Abreu e Lima. De sua assiduidade dizem suas faltas: abril - duas; maio - uma justificada, outra não; junho- uma justificada, julho — três justificadas e três não; agosto idem; setembro — três; outubro - três justificadas; novembro — quatro justificadas. As matérias previstas foram Mecânica (Estática e Dinâmica); Hidráulica (Hidrodinâmica e Hidroestática); Balística e Desenho. Foram indicados os seguintes autores franceses e dois ingleses:

— Louis Benjamin Fracoeur — Mecânica
— Gaspard Clair François M. Prony (1755—1839) — Hidráulica
— Olinthus Gilbert Gregory (1774—1841)— Mecânica (inglês)
— Jean Antoine Fabre (1749-1834)- Engenheiro
— Abade Charles Bossut (1730—1814)—Matemático
— Etienne Bezout (1730-1783)-Matemático
— Benjamin Robins(1707—1751) — Matemático (inglês)
— Leonard Euler (1707-1783)-Geômetra (conhecido como Eulero)

No 1º Ano Militar da Academia Real Militar — 1815

Em 5 de março Abreu e Lima foi matriculado no 19 ano Militar da Academia, que correspondia ao 5º ano do curso completo. Inter rompeu assim o Curso Matemático.

Este ano era atribuído a dois professores. O primeiro lecionava Tática Estratégia, Castramentação (Arte de Acampar), Fortificação de Campanha e Reconhecimento de Terrenos. 0 segundo professor lecionava Química.

Para assuntos militares devia- se atentar no que de importante havia aparecido sobre a matéria e, em especial, nos escritos dos generais franceses:

— Barão Simon François Gai de Vernon (1760-1822). Havia sido capitão de Engenheiros em 1790 e servido com distinção no Exército do Reno (1792—93). Como major-general no Exército do Norte ele fez aceitar o plano de campanha

de que resultou as batalhas Honds Choote e Menin e a libertação de Dunkerque. Integrou a direção da Escola Politécnica - 1798-1811. Fez a campanha de 1812 e dirigiu, em 1813, a defesa de Torgau.

Era autor de duas obras notáveis sobre Fortificações de Campanha.

— Conde de Cessac, Jean Girard Lacuée (1752-1841). Capitão em 1785. Integrou em 1789, Comitê instituído pela Assembléia Francesa para reorganizar o Exército da França. General-de-Brigada, em 1793, encarregado de organizar a defesa da Fronteira dos Pirineus. Dirigiu o Bureau de Guerra em 1795. Presidente da Seção de Guerra do Conselho de Estado, em 1803. Ministro da Guerra em 1808, Inspetor Geral de Infantaria 1814. Obras principais:

— O guia de oficial em campanha — 1786, 2v.

— Projeto de Organização do Exército Francês — 1789.

— Arte Militar (sobre Tática e Estratégia depois da Revolução Francesa).

Portanto, as obras sobre fortificações em campanha do General e Barão Gay de Vernon juntas com as sobre Artilharia (Estratégia e Tática) e Serviço em Campanha do Conde Cessac tiveram grande influência na formação dos oficiais egressos de nossa Academia Real Militar.

Curiosamente, D. João, obrigado por Napoleão a transferir-se para o Brasil com a Família Real, procurou basear o ensino científico da Academia Real Militar em cientistas franceses e o ensino militar em obras de dois generais franceses que se destacaram na formulação da Doutrina Militar da Revolução Francesa que foi abordada pela Cadeira de História da Academia Militar e de forma sintética na obra:

— AMAN - História da Doutrina Militar na Antiguidade da // GM. Barra Mansa, Gazetilha 1979- pp. 79-83

Abreu e Lima estudou nestas obras em 1815 e o futuro Duque de Caxias em 1819.

O curso de Química era baseado na obra dos seguintes cientistas franceses:

— Antoine Laurenti Lavoisier (1743-1754)

— Louis Nicolas Vauquelin (1763-1825)

— Antonio François Fourcroi (1755-1809)

— Jean Antoine Chaptal (1752 - 1832)

O curso de Estratégia, Tática e Serviço em Campanha de Abreu e Lima de 1815 foi complementado com os quatro anos de exercícios práticos no Regimento de Artilharia e mais nas manobras anuais da Academia de ataque e defesa de praças. Isto conferiu a Abreu e Lima uma muito boa formação militar para a época e da qual iriam se beneficiar as guerras de libertação da Colômbia, Venezuela e Peru e os generais de que Abreu e Lima foi Chefe de Estado-Maior.

No 4º Ano Matemático da Academia Real Militar — 1812

Abreu e Lima foi matriculado no último ano matemático, em 6 de março de 1816. Sabe-se que frequentou março e abril com 11 faltas justificadas. Daí por diante é um mistério o seu itinerário, que carece ser mais esclarecido.

Sabe-se que em 11 de maio de 1816 havia atingido o posto de Capitão de Artilharia, com 22 anos, a concluir por requerimento que fez ao Secretário da Junta da Academia, no sentido de que certificasse se ele havia freqüentado, ou não, matriculado, o quinto Matemático) da mesma Academia.

Em resposta, deduz-se que ha via freqüentado matriculado "tendo cometido 11 faltas justificadas na freqüência dos meses de março e abril de 1816.

Aí terminam os registros de Abreu e Lima na Academia Real Militar onde ele ascendeu por estudos e valor, em quatro anos, do posto de soldado ao de capitão de Artilharia. Seus conhecimentos de francês, em curso a base de obras francesas, deve ter sido de real valor para ele como aluno e monitor.

A Carta de Lei que instituiu a Academia Real Militar, por certo, foi obrigada em seu início a queimar etapas e dispensar diversas exigências. Pois são diversas as ocasiões em que se deparam exceções ao espírito da Lei. Por exemplo, a idade de ingresso era 15 anos e Abreu e Lima o fez com 18 anos, talvez com a ressalva "de obrigado a graça".

Comparação: Formação de Caxias e Abreu e Lima

Abreu e Lima frequentou a Academia Real Militar de 1812 1816 e o futuro Duque de Caxias e o maior de nossos generais, de 1818-1821. Abreu e Lima ingressou aos 18 anos como soldado de Artilharia e obrigado a graça. Saiu pouco mais de quatro anos depois como capitão de Artilharia, aos 22 anos, depois de ser furriel e 2º tenente. Caxias ingressou aos 15 anos, como cadete de Infantaria e voluntário. Saiu quatro anos depois como tenente de Infantaria, aos 19 anos, tendo passado por alferes ao final do 2º ano de curso. Na falta de outro parâmetro esta comparação parece falar alto da aplicação e distinção do curso de Abreu e Lima. Caxias galgou a posição de maior de nossos generais sem frequentar outra escola que não da Academia Real Militar.

Ambos foram influenciados pela Doutrina Militar da Revolução Francesa, particularmente através das obras do general e Barão Cessac. Abreu e Lima teve a vantagem do conhecimento da língua francesa na Escola do Seminário de Olinda.

Indefinições no itinerário de Abreu e Lima (1816-1817).

Não se dispõe de fontes firmes e seguras sobre o itinerário de Abreu e Lima, entre sua saída da Academia Real Militar e sua fuga, com apoio da Maçonaria, para os Estados Unidos em 1817? Da Academia penso tenha retornado para o Recife, para o seio de sua unidade de origem — O Regimento de Artilharia, de onde saíra como soldado pouco mais de quatro anos antes. Ali teria encontrado um ambiente hostil e dividido por forte animosidade, entre oficiais brasileiros e oficiais portugueses servindo na Unidade.

Assim acreditamos que por seu temperamento Abreu e Lima tenha se envolvido num incidente com oficiais portugueses, classificado de indisciplina grave. Incidente que teria resultado seu envio preso, para a Fortaleza de São Pedro, em Salvador, "por assuada, resistência e ferimento". Ou seja, por reunir gente armada para motim, resistir a prisão e ferir os que

[1] *Pedro Calmon acaba de deparar com documento em que depois do fuzilamento do Padre Roma, Ábreu e Lima foi mandado para Angola, onde sabe-se que esteve e de onde teria ido para os EUA. É necessário outras fontes para esclarecer o período em que deixou a Academia Real Militar até chegar aos EUA o prenderam. Que este fato teve repercussão muito negativa nos seus colegas capitães brasileiros do citado regimento em Recife que iriam ter papel decisivo na eclosão da Revolução nativista de 1817. Primeiro o Capitão Domingos Tetônio que estivera na Bahia em contato com os maçons, bem como no Rio de Janeiro, antes de se colocar na liderança militar do movimento nativista. Segundo o Capitão José de Barros Lima, O Leão Coroado, que ao fulminar com a espada o comandante do Regimento, marcou o início da Revolução de 1817. Julgamos que Abreu e Lima se envolveu na*

Revolução e era peça importante da mesma na Bahia. Pois quando seu pai se dirigiu à Bahia e foi preso em caminho com um filho menor, ía com a missão de entender-se com os maçons e visitar seu filho homônimo preso, talvez para conspirar com ele. Lamentavelmente seu pai foi preso e julgado e Abreu e Lima, como um duplo e muito penoso castigo, foi obrigado a assistir seu fuzilamento. É esta visão do martírio do seu pai pela causa da Independência do Brasil, por certo o marcou fundo para o resto da vida, o que o faz merecedor de todos os brasileiros de um profundo respeito e admiração. Impressionou-o,sobremodo, o eloquente e histórico exemplo de coragem que seu pai e mártir da Independência lhe deu ao assim proceder.

O Padre Roma, a 29 de março, véspera do domingo de Páscoa, marchou serenamente para a morte, depois de reconciliar-se com Deus. Dispensou a venda nos olhos. Volvendo-se para o pelotão de fuzilamento falou, segundo Argeu Guimarães, pondo a mão sobre o coração:

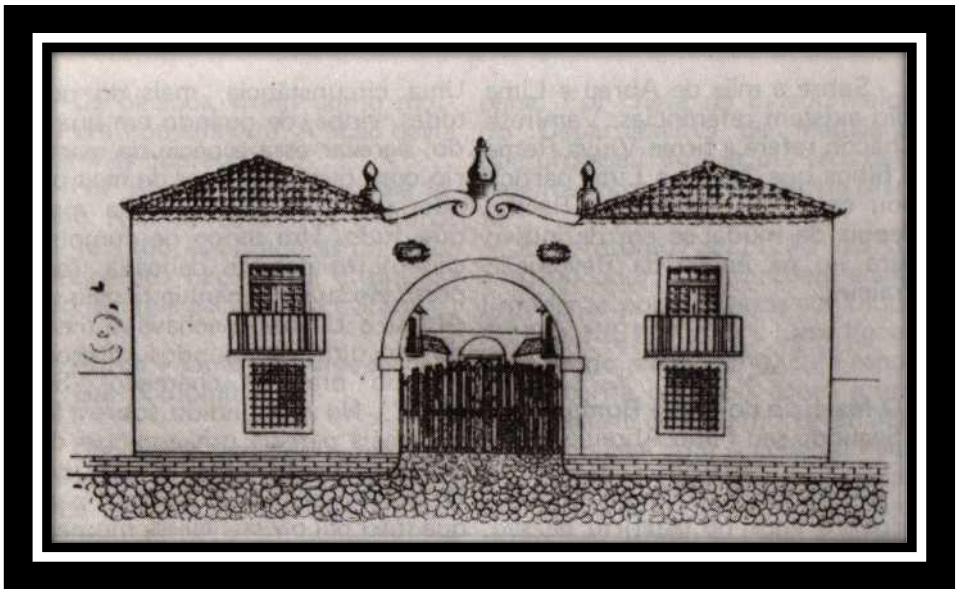
"Camaradas eu vos perdôo a minha morte. Lembrai-vos que aqui é a fonte da vida! Atirai!"

Assim inscreveu-se heroicamente dentro dos maiores mártires da Independência do Brasil e na lista mais autêntica da nobreza do Brasil independente, a nobreza do martírio pela Independência da Pátria.

Abreu e Lima teve preocupação em demonstrar possuir nobreza de sangue. Se ele a possui não conseguiu provar. E hoje é desnecessário tentar fazê-lo, por possuir ele, como seu pai, a nobreza do martírio e do sofrimento pela Independência do Brasil que ajudaram a conquistar como revolucionários em 1817.

Por esta razão devem não só serem considerados, como principalmente tratados como heróis da Independência do Brasil.

Decorridos seis meses do fuzilamento de seu pai Abreu e Lima conseguiu, com apoio da Maçonaria, evadir-se da Fortaleza São Pedro, em fevereiro de 1818. Segundo se conclui de Argeu Guimarães, Abreu e Lima nasceu quando seu pai ainda era padre, e que teve legitimados os filhos por breve apostólico, depois de deixar as vestes sacerdotais.



Quartel de artilharia, onde explodiu a revolução de 1817, com o assassinato do brigadeiro Manoel Joaquim Barboza. Estava situado no extremo da rua larga do Rosário, no sítio fronteiro ao atual edifício da Santa Casa. Serviu depois de quartel da Polícia e foi demolido em 1872 (Da galeria do Inst. Arqueológico).

Sobre a mãe de Abreu e Lima não existem referências. Vamireth Chacon refere a firma Viúva Roma e filhos que Abreu e Lima participou com seus irmãos no Recife, depois de mudar-se em definitivo para lá, na época da Revolução Praieira.

O Martírio do Padre Roma, Segundo seu Filho Abreu e Lima

De retorno ao Brasil e decorridos 26 anos do martírio de seu pai pela causa da Independência do Brasil, Abreu e Lima assim o descreveu em seu Compêndio de História do Brasil -2v.

"No momento em que escrevo estas linhas, tantos anos depois, assalta-me todo o horror daquela tremenda noite. Nela fui quase companheiro da vítima. Era eu que parecia o condenado, e não ele. Vi morrer milhares de homens nos campos de batalha e muitos nos suplícios. Mas, nunca presenciei tanta coragem, tanta abnegação da vida, tanta confiança nos futuros destinos da sua pátria. Enfim tanta resignação. Era meu pai quem me animava, porque eu parecia inconsolável. Uma mão de ferro me arrancava o coração. Meu pranto e minha dor comoviam a todos que se achavam presentes. Era mister separar-me, então, para dar alívio às minhas lágrimas. E me conduziam a outra prisão, de onde eu voltava depois, a poder de minhas súplicas. Isto, até que foi forçoso me arrancarem dos braços de meu pai para sempre.

Uma circunstância, mais do que todas, vinha, de quando em quando, agravar essa espécie de martírio com que os algozes de meu pai queriam amargurá-lo ainda mais que tudo. Um moço de compleição muito débil e delicada, fora preso em sua companhia (irmão de Abreu e Lima). E achava-se metido em um dos imundos calabouços do oratório chamado "Segredo". Nu e estendido sobre a lama, mais parecia um espectro do que ser vivente. Coberto de lodo, faziam-no sair algumas vezes para que meu pai o visse. Nesse momento, terrível para seu coração de pai, parecia comovido. Beijava o meu irmão, e como para distrair-se dirigia a palavra a algum dos sacerdotes que o acompanhavam. Com toda essa prova de tremenda e brutal ferocidade, não fez desmentir, um só instante, a sua resignação como filósofo e como cristão. Chegando ao lugar de suplício, fez um pequeno discurso alusivo à sua situação, desculpando os soldados do ofício de algozes. Depois pediu- lhes que atirassem com sangue-frio para não martirizá-lo. Elevando ambas as mãos algemadas ao peito, fez dela o alvo de seus tiros.

Durante o Conselho de Julgamento protestou contra a sua competência. Defendeu-se sem culpar ninguém. E negou-se a todas as sugestões que lhe fizeram para descobrir o objeto da sua missão. No oratório ninguém lhe ouviu uma queixa contra pessoa alguma. E no lugar do suplício excedeu em longanimidade a todos quantos o precederam, na mesma desgraçada sorte.

Os baianos viram como morreu um homem livre. A lição devia ficar-lhes impressa.

Por isto julgamos que José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima, pai e filho são credores do reconhecimento nacional a altura do martírio que esta página traduz.

Abreu e Lima a Serviço da Gran Colômbia

Depois de um ano e um mês desde sua fuga da Bahia, Abreu e Lima chegou em La Guaira, em outubro de 1817. Ali ingressou como capitão nas forças da Gran Colômbia (Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá) sob a liderança do

General Simon Bolívar. Ao oferecer seus serviços, em carta a Bolívar, declinou sua condição de egresso da Academia Real Militar do Rio, haver sido instrutor de oficiais em Angola e ter lecionado Matemática. Oferecia seus serviços e sua disposição de sacrificar-se pela Independência da Venezuela.

Lutaram pela mesma causa, segundo Vamireth Chacon, na obra citada sobre Abreu e Lima, o irmão deste, Luiz Ignácio Ribeiro Roma, que o acompanhou desde a Bahia, Francisco Antonio Barreto, Emiliano Benício Mundrucu e o poeta José Natividade Saldanha.

Abreu e Lima ligou-se por laços de admiração e respeito recíprocos aos seguintes generais entre outros da Gran Colômbia que o comandaram e que regulavam em idade com ele:

— Simon Bolívar: Abreu e Lima ligou-se muito a Bolívar, o defendeu com sua espada e com sua pena. Foi chefe de Estado-Maior do Departamento de Madalena que protegeu Bolívar até seus derradeiros momentos em Santa Marta.

— José Antonio Paez (1790—1873) Foi fundador da Venezuela e seu Presidente por três vezes em 1830, 1838 e 1861. Abreu e Lima ligou- se a fundo neste chefe, cuja esposa Barbarita o tratou como a um filho, esteve quase à morte em Maracay. Esteve com o General Paez em Boyacá, Carabobo, Queceras dei Médio e Puerto Cabello. Paez promoveu Abreu e Lima a tenente-coronel e a coronel. A ele Abreu e Lima dirigiu, em 1869, uma carta célebre que o Diário de Pernambuco, do Recife, transcreveu em 20 e 21 de março de 1873. - Carlos Soublette. Abreu e Lima foi chefe de Estado-Maior deste general depois da Batalha de Boyacá, percorrendo então o Norte e o Vale do Apure e o Oriente. Soublette foi Ministro da Guerra de Bolívar e depois presidente da Venezuela. Era um talentoso e ilustrado chefe. Abreu e Lima foi honrado em ser por ele requisitado para servir depois de Carabobo.

- Rafael Urdaneta (1789-1845) lutou pela Independência de vários países. Foi Presidente Provisório da Colômbia em 1830, cargo que ofereceu a Bolívar e este recusou. Foi ele que promoveu, a pedido de Bolívar, o brasileiro Abreu e Lima general da Gran Colômbia em 1830. Deposto com a separação da Colômbia da Gran Colômbia, foi para Venezuela onde foi senador e ministro. Faleceu em Paris quando, na Europa, negocia va a Independência da Venezuela. Abreu e Lima fora seu chefe de Estado-Maior no Departamento de Zulia, 1826-1827.

- Antonio José de Sucre (1795- 1830). Um dos mais ilustres imediatos de Bolívar. Libertou o Equador na batalha de Pechinca, 1822 e o Peru, em Ayacucho, onde o Coronel Abreu e Lima esteve sob suas ordens. Foi Presidente da Bolívia em 1826-1828. Foi assassinado em 1830, no contexto da guerra civil que resultou na separação da Colômbia da Gran Colômbia.

- Mariano Montilla. Foi o último comandante do General Abreu e Lima no Departamento de Madalena de 1827-1831, onde este exerceu as funções de Chefe de Estado-Maior. Foi o General-de-Divisão Montilla que atestou, oficialmente, os serviços militares à Gran Colômbia prestados pelo brasileiro Abreu e Lima, como traçou o seu perfil militar.

— Francisco de Paula Santander (1792-1840). Comandou Abreu e Lima em Boyacá, condecorando-o por sua bravura na conquista da ponte do Boyacá. Recebeu desse general uma medalha de seu uso com a esmeralda de Muzo.

Na guerra civil que resultou na separação da Colômbia, Abreu e Lima brigou com Santander e ficaram em campos opostos. Santander foi duas vezes Vice-Presidente da Colômbia separada.

Primeira Missão de Abreu e Lima

A primeira missão de Abreu e Lima foi como jornalista, no Correio de

Orinoco, Angostura, QG de Bolívar, de 13 de fevereiro de 1819-23 de março de 1822. Neste jornal defendeu a Revolução de Pernambuco de 1817, na qual seu pai foi martirizado e se contrapôs ao julgamento feito deste movimento nativista, por Hipólito da Costa. Noutro número investiu contra o que classificou de três jugos: a monarquia absoluta, o fanatismo religioso e os privilégios feudais.

Itinerário Militar de Abreu e Lima

Abreu e Lima acompanhou Bolívar em 1819, desde seu QG em Angostura (Ciudad Bolívar) no rio Orinoco, através de épica e sofrida travessia dos Andes para um encontro decisivo com os espanhóis. Isto depois de haver conquistado o apoio dos lhaneros, cavaleiros do Orinoco, sob a liderança do General José Antonio Paez, que até então apoiavam os espanhóis. Aí teria início a grande amizade de Abreu e Lima com o General Paez. Abreu e Lima teve seu batismo de fogo em Topaga, contra tropas de elite, adestradas por oficiais ingleses de Wellington. Depois de Topaga lutou em Molinos, ambos combates em torno do Pântano de Vargas.

Em 7 de agosto de 1819 tomou parte na Batalha de Boyacá que abriu o caminho para Bogotá e assegurou a Independência da Colômbia, por varrer os espanhóis do Planalto Central da Colômbia e do Vale do Madalena.

Atua na Conquista da Ponte de Boyacá

Abreu e Lima, integrando a vanguarda ao comando de Santander, tomou parte onde a luta foi mais acesa, pela posse da ponte de Boyacá, tendo-a atravessado com os Guias de Mujica. Foi condecorado por esta participação por Santander. Libertada Bogotá, Abreu e Lima acompanhou a Divisão de Soublete para o Norte, na qualidade de seu Chefe de Estado-Maior. Lutou em Cucu- ta, onde segundo diz, salvou a Divisão que se embriagara. Do Norte da Colômbia veio para o vale do Apure e de lá para o Oriente. Ali foi abandonado moribundo e retornou mais morto que vivo para Angostura. Restabelecido, se dirigiu ao rio Apure para servir como Ajudante-de-Campo do General Paez, ao qual tomara-se de grande amizade e batia-se por ele como se fora o seu pai. Paez acolhera Abreu e Lima como se fora um filho, salvo da morte em Maracay por sua esposa Barbarita. Com o Exército de Bolívar e como Ajudante-de-Campo da 1ª Divisão ao Comando de Paez, Abreu e Lima seguiu na direção de Caracas, em 3 de abril de 1819. Assistiu de uma colina a batalha de Queseras dei Médio, na qual seu líder, o General Paez, com sua Cavalaria lhanera, mediante um ardil, obteve retumbante vitória sobre o general espanhol Torrilo.

A Abreu e Lima coube redigir como Ajudante-de Campo a Parte de Combate, onde assinalou:

"O General Paez e seus bravos companheiros se ham exedido a si mismos, haciendo mucho mas de Io que justamente dibia esperar se de su valor yjde su intrepidez."

Prosseguindo, teve lugar a Batalha de Carabobo, de 24 de junho de 1821. Nela coube a 1ª Divisão de Paez, e atual 1ª Divisão de Infantaria em Maracaibo — Estado de Zulia, na Venezuela, decisivo papel que tivemos oportunidade de estudar em 1979, talvez pela primeira vez na Cadeira de História da AMAN à luz dos Princípios de Guerra e de Manobra e Elementos, junto com a de Boyacá

(anexas). NelaoTenente-Coronel Abreu e Lima, Ajudante-de-Campo da 1ª Divisão Paez, foi ferido entre outros tantos bravos, por combater no ponto focal e decisivo da batalha. Inclusive de lança em punho, como um simples lhanero, dentre os 100 que decidiram a batalha. Nesta batalha comparada à de Yorktown, foi destruído o único Exército com o qual a Espanha podia manter o seu poder. A Venezuela teve assim consolidada sua Independência, como República.

Após a vitória de Carabobo, Abreu e Lima participou do encontro vitorioso de Sabana de La Guardia, último obstáculo e conquista de Porto Cabello que será o maior momento de sua carreira militar.

Herói de Porto Cabello

Coube-lhe como Ajudante-de-Campo da 1ª Divisão de Paez comandar uma das duas colunas sobre o Porto Cabello - o último reduto espanhol no Caribe.

Ali Abreu e Lima atuou como artilheiro, ao organizar e dirigir barragem de Artilharia sobre a cidade, causando danos consideráveis no casario.

Foi além, o redator dos boletins de combate. Dois em 28 de abril 1822. Um descrevendo a reunião dos navios de guerra para o bloqueio e o segundo o início do combate noturno. No terceiro, em 3 de maio, anunciou a junção das duas colunas, uma sobre seu Comando que irrompeu pelo Puerta de Ia Estacada, o único acesso da tropa espanhola que executava a cobertura externa da estacada que envolvia Puerto Cabello.

Por sua bravura, em Puerto Ca bello, o brasileiro Abreu e Lima permaneceu na memória local por muitos anos, conforme assinalaria em 1883 o futuro Barão de Japurá, como embaixador do Brasil na área em foco.

Em 22 de janeiro de 1824, o General Paez promoveria Abreu e Lima, por competência e bravura, a coronel, aos 30 anos, depois de certa ocasião o haver chamado de guapo ou bravo - o maior elogio que podia partir de Paez.

Neste posto ele tomaria parte na Batalha de Ayacucho, de 12 de fevereiro de 1824, integrando as forças enviadas por Bolívar, ao Comando de Antonio José Sucre. Antes Abreu e Lima fora encarregado de conduzir ao Peru reforços militares, via **marítima.**

Prenúncios da Guerra Civil

Abreu e Lima, ingênuo, foi colhido pelos primeiros ventos da guerra civil. Foi provocado pelo jornalista adverso Antonio Leocádio Gusman do jornal El Argos. Este insinuou que Abreu e Lima era mercenário, incompetente como militar e que não merecia confiança de Bolívar, em razão de ligar-se a sua sobrinha Benigna. Fez colocações maldosas contra o Brasil em favor da Argentina, na guerra Cisplatina (1825-28), que ambos sustentavam e outra série de colocações negativas que comprometiam a imagem de Abreu e Lima conforme se conclui de Pedro Calmon na História de D. Pedro //. Abreu e Lima "estopim curto", na noite de 9 de setembro de 1825, encontrou o jornalista Gusman na rua e desferiu-lhe golpes de sabre no rosto, o que o obrigou a usar barba pelo resto da vida. Em consequência, sofreu violentos e injustos ataques. Foi submetido a Conselho de Guerra. Houve insinuações que havia sido mandado por Bolívar assassinar Gusman. Existiam em Bogotá desconfianças contra oficiais estrangeiros. Além disso Abreu e Lima capitalizou as desconfianças que ali existiam contra o Imperador do Brasil. Em 11 de setembro de 1825, defendeu-se

Abreu e Lima no Conselho de Generais. Mas em vão. Foi condenado, em 8 de outubro de 1825, a seis meses de pena que cumpriu recluso no deserto de Bajo Seco, entre o Lago Maracaibo e os Andes, no Departamento de Zulia, tendo inclusive se retirado do serviço ativo por petição de 8 de novembro de 1826. Abreu e Lima passou maus momentos de solidão e com a opinião pública em geral voltada contra ele, Gusman chegou ao ponto de ir até o quartel de Abreu e Lima e exigir que seu comandante o executasse à morte. Gusman seria mais tarde Ministro do Interior dos que obrigaram Bolívar, mesmo à morte, a exilar-se. Era pois um inimigo poderoso e Abreu e Lima caiu como um anjo em sua armadilha.

A Guerra Civil

Em 1827 Abreu e Lima foi requisitado para chefiar o Estado- Maior do Departamento da Zulia, ao Comando de Urdaneta. Serviu de intermediário parlamentar entre Urdaneta, no Zulia, e Santan- der, em Bogotá, visando a aplainar divergências entre ambos. Nesta ocasião rompeu com Santander. Em 1827 ainda, foi para Bogotá junto com Urdaneta, a pedido de Bolívar. Assumiu a chefia do Estado-Maior do Departamento de Madalena, onde permaneceu até 1831.

Retornando do Peru, Bolívar requisitou os serviços de Abreu e Lima para fornecer subsídios ao Abade de Pradt, na Europa, para este defendê-lo de graves acusações que Benjamin Constant lhe assacara (não o brasileiro).

Abreu e Lima escreveu em 1828 30 farto material publicado em jornais e panfletos sob o título Resumem histórico de ia última dictadura dei Libertador Simon Bolívar, comprobada por documentos. Nele Abreu e Lima, com apoio em documento que Bolívar lhe facilitou de seu arquivo, respondeu minuciosamente aos ataques de Benjamin Constant.

Este material foi publicado, em 1922, pelo Governo da Venezuela, como homenagem à Independência do Brasil.

Este trabalho foi decisivo para a promoção do brasileiro Abreu e Lima a general-de-brigada do Exército da Colômbia, assinada pelo Presidente Urdaneta, por indicação de Bolívar.

A pressão sob Bolívar aumentou. Houve um atentado contra sua vida. Sucre foi morto numa emboscada. Bolívar doente, com os últimos que se mantiveram fiéis a ele, retirou-se pelo vale do Madalena, para Bogotá e dali para o litoral visando o exílio.

Abreu e Lima como general continuou na chefia do Estado- Maior do Departamento de Madalena, por onde tinha lugar a retirada de Bolívar, departamento sobre o comando do general Montilla.

Fazia parte da tropa de proteção a Bolívar que terminou falecendo, em 17 de dezembro de 1830, em Santa Marta.

Comandante da Brigada Pacificadora do Rio Hacha

Decorrido uma semana da morte de Bolívar, o General Abreu e Lima reuniu e assumiu o Comando da Brigada Pacificadora dei Hacha, composta de Infantaria e Cavalaria de elite dos batalhões do Apure e Yaguachi e Esquadrão de Hussards da Madalena. Lançou proclamação solidarizando-se com o General Rafael Urdaneta, Presidente da República, sob forte pressão dos colombianos. Em sua proclamação, apoiada por toda a sua tropa, após afirmar que o Libertardor Simon Bolívar havia sucumbido â calamidades públicas, todos reafirmaram os seguintes objetivos: defender a Integridade Nacional; obedecer e

respeitar o Presidente Urdaneta, penhor dessa Integridade; respeitar a autoridades de Madalena; defender até a morte o santuário das cinzas do Libertador; convocar a solidariedade de todos os militares, para salvar a Colômbia das guerras da anarquia e da guerra civil. Mas a guerra civil veio e Abreu e Lima deu combate a rebeldes nas províncias do rio Hacha e Santa Marta, vencendo-os, inclusive ao chefe Coagiro.

Fé de Ofício do General Brasileiro de Bolívar

Quatro meses da morte de Simon Bolívar, o General Mariano Montilla, Comandante de Abreu e Lima no Departamento de Madalena, firmou a honrosa certidão dos serviços militares prestados pelo brasileiro Abreu e Lima à Independência da Gran Colômbia, de 1818-1831, de capitão a general. Em linguagem atual ele atesta o seguinte, com complementos interpretativos do autor entre parênteses.

"Participou de várias campanhas da Independência, com honra e distinção, sendo ferido em Cara- bobo. Por esta razão obteve a confiança dos primeiros generais da República (Bolívar, Paez, Soublete, Urdaneta, Sucre), e em especial de S. Exa. o Libertador Simon Bolívar. Tomou parte em quase todas as principais batalhas (Boya- cá, Carabobo, Porto Cabelloe Ayacucho) desde 1818 até a inteira liberdade de Gran Colômbia (Colômbia, Venezuela, Panamá e Equador atuais). Por sua conduta sempre plena de valor e intrepidez, galgou, sucessivamente, até o posto de general-de-brigada que atualmente exerce. Obteve várias medalhas e distinções (medalha de Boyacá, Carabobo, Porto Cabello e Libertador da Venezuela). Que esteve sempre no Exército onde obteve comissões importantes e serviu ao lado dos primeiros e mais distinguidos chefes (Bolívar, Paez, Soublete, Urdaneta, Sucre e Santander). Desempenhou comissões muito importantes dentro e fora da Gran Colômbia (missões no Peru e Estados Unidos). Em todas portou-se com honradez sem limites e desinteresse inimitável. Nos vários comandos que exerceu, se conduziu com cordura e prudência. Comandando ou obedecendo, foi exemplo de subordinação e ordem e de conduta inatacável. Comandou em 1824 a Esquadra de Divisão enviada da Venezuela em auxílio ao Peru (atuou em Ayacucho). E benemérito em grau heróico e eminente da Pátria (Gran-Colômbia). Em todos os acontecimentos políticos Abreu e Lima mostrou firmeza e caráter, e sobretudo lealdade e bondade a toda prova.

Nos três anos e meio que serve sob minhas ordens neste Departamento de Madalena, desempenhou graves e delicadas comissões. Ele foi o chefe que, por sua moderação e sagacidade, pacificou as províncias do rio Hacha e de Santa Marta, depois de bater os grupos rebeldes em diversos encontros. Sua conduta foi sempre plena de valores e entusiasmo pela República da Gran Colômbia e pelos serviços e pautada por lealdade, firmeza e honradez. Foi um dos chefes militares que mais mereceram em todas as épocas a minha pgrti- cular confiança, amizade e estima, bem como a do Governo.

A certidão firmada pelo próprio General Montilla, em Cartagena, em 24 de abril de 1831, honra a Abreu e Lima, a Academia Real Militar do Brasil onde estudou e o Brasil,principalmente por estas adjetivações: Valor e intrepidez, honradez sem limites, desinteresse inimitável, exemplo de subordinação, ordem e de conduta inatacável, firmeza de caráter, lealdade e bondade a toda prova, cordura e prudência.

Retorno ao Brasil

Abreu e Lima com a vitória das forças que combatiam Bolívar e se sagraram vitoriosas na separação da Colômbia, sofreria como outros próceres as naturais represálias. Estas consistentes em prisões, expulsões ou convites para deixarem a Colômbia sob o falso estigma de "desafeitos ao sistema constitucional e suspeitosos à causa pública".

Abreu e Lima foi expulso da Colômbia junto com os últimos fiéis a Bolívar até o fim, por Decreto de 9 de agosto de 1831, do novo Ministro da Guerra, General José Maria Obando (1795-1861). Este com a deposição de Urdaneta da Presidência, presidiu a Colômbia 5 meses em 1831, sendo eleito mais tarde Presidente. Obando morreu em combate, em 1861, quando tentava derrubar a Confederação Granadina.

Abreu e Lima retornou ao Brasil, depois de uma breve estada na Europa onde esteve com D. Pedro I. Aqui passou a lutar pelo retorno de D. Pedro ou de sua irmã como regente, pelo jornal O Raio de Júpiter. O governo reconheceu estar ele na plenitude de seus direitos de brasileiro e título de general e medalhas ganhas na Independência da Venezuela, Colômbia e Peru.

Em 1840, decidida a maioridade, usou pela última vez seu uni forme de general de Bolívar ao visitar o Imperador D. Pedro II.

Depois enterrou o militar e dedicou-se, até morrer, ao ofício de escritor (jornalista, filósofo, historiador), atividades amplamente abordadas por Vamireth Chacon em sua obra específica e por Barbosa Lima Sobrinho em A Defesa Nacional de 1965 e por José Honório em Teoria da História do Brasil e em História e Historiadores do Brasil.

Neste contexto chegou a ser condenado à pena perpétua, logo comutada, por acusação de envolvimento na Revolução Praieira, em Pernambuco.

Em 15 de agosto de 1948, através do jornal A Barca de São Pedro, no Recife, escreveu sobre um “Estado-Maior de um Exército", artigo a merecer uma análise específica quando localizado.

Opinião de Abreu e Lima Sobre a Guerra do Paraguai

Ao escrever ao General Paez em 18 de setembro de 1868, Abreu e Lima retomou os assuntos militares. Evocou sua atuação militar na Gran Colômbia e terminou por fazer as seguintes considerações ao seu comandante em Carabobo: “General Paez, saiba que os brasileiros são tão bons soldados e tão valentes como os venezuelanos. E mais, que a Cavalaria do Rio Grande não é inferior à de Aguera."

Sobre a Guerra do Paraguai em curso e no seu terceiro ano referiu ao General Paez: "Se V. conhecesse as nossas cidades, o nosso comércio, a nossa riqueza territorial, a nossa população, se espantaria de ver que semelhante povo gastaria três anos em uma guerra que teria durado quando muito seis meses, se tivéssemos um bom general ou um almirante sequer".

Mal sabia Abreu e Lima que este grande general, egresso como ele cinco anos mais tarde da Academia Real Militar, estava justamente aparecendo com duas manobras consagradoras de seu gênio militar na História Militar Mundial.

Era o Marquês de Caxias que havia flanqueado Humaitá por terra e água e feito cair pela manobra o principal objetivo militar da guerra - A Fortaleza de Humaitá, a Sebastopol Americana, utilizando, para reconhecimentos, balões operados pelos irmãos Allen, veteranos do Exército do Norte na Guerra de

Secessão nos EUA, conforme revelou-nos o historiador de nossa Força Aérea — Brigadeiro Nelson Lavanère Wanderley.

E mais, que tinha iniciado na época da carta de Abreu e Lima a Paez, a preparar a célebre Manobra de Piquiciri, que tornou possível envolver aquela posição fortificada através de Estrada Estratégica, construída sobre o Chaco, pelos Corpos de Pontoneiros e de Engenheiros do Exército, sob inspiração do general baiano Argolo Ferrão.

Estrada que permitiu ao Marquês de Caxias desembarcar na retaguarda profunda do Exército adversário, em São Fernando, entre Assunção e o Grosso do Exército Adversário. Ação memorável que permitiu ao Marquês de Caxias na série de batalhas de Dezembro - a Dezembrada de 1868, destruir a capacidade estratégica do General Solano Lopes e abrir caminho para a conquista do objetivo político da guerra - a capital Assunção.

Manobra que consagrou Caxias na galeria dos grandes generais e onde ele correu o risco calculado, ao arriscar o princípio de guerra da segurança, por marchar com o Exército pela região inundável, do Chaco, em benefício do princípio de guerra da surpresa. Esta obtida com o desembarque em Santo Antônio e ao nível estratégico, condição rara na História Militar da Humanidade.

Explicação da Duração Prolongada da Guerra

A duração da guerra já há três anos, segundo Abreu e Lima, tem a seguinte explicação:

O Brasil teve de enfrentar uma enorme distância de apoio logístico, desde o Rio de Janeiro até o Passo da Pátria. O cordão umbilical Rio-Exército em Campanha, foi assegurado por nossa Marinha de Guerra, através de quilômetros de mar e rios.

Ela Foi sem dúvida um grande general adversário. Ele foi enfrentado pelos russos na guerra Russo- Japonesa de 1904 e pelos ingleses na guerra dos Boers — 1895. E, em data recente, ainda pelos ingleses na guerra das Malvinas, onde tiveram que montar verdadeiras bases logísticas flutuantes.

O Teatro de Guerra desenvolveu-se ao longo do rio Paraguai dominado por fortificações fluviais do porte e valor defensivo de Curuzu, Curupaiti e Humaitá. Fortalezas erigidas sobre a margem esquerda cheia de obstáculos naturais e desconhecidos do Exército aliado, que não dispunha de cartas, esboços e informações sobre o terreno. Informações que eram obtidas em desgastantes reconhecimentos de Cavalaria a viva força, numa extensa planície, sem dominâncias.

Assim, escrevi certa feita que o Brasil enfrentou os seguintes generais adversários:

Distância de Apoio Logístico, o general Terreno, desconhecido e difícil por natureza e agravado por fortificações. E mais os generais

Tifo e Cólera que ceifaram milhares de vidas brasileiras e aliadas. E os chefes e soldados paraguaios valorosos souberam tirar o melhor partido dessas circunstâncias adversas aos aliados.

CONCLUSÃO

Abreu e Lima ingressou como soldado de Artilharia, na Academia Real Militar, com 18 anos, dela se desligando como capitão de Artilharia em 1816. Seu pai, fuzilado na Bahia, à sua frente, é mártir da Independência dó Brasil, ao

nível de Tiradentes. Abreu e Lima merece, pelo martírio do pai, pela Independência e sua participação e sofrimento naquele movimento nativista, o respeito de todos os brasileiros. A serviço da Gran Colômbia honrou como soldado o curso que tirou na Academia Real Militar, que colocou a serviço da Independência de Nações Irmãs como atesta a lisonjeira Fé de Ofício passada por seu último comandante, o General Montilla. Ele desfrutou da consideração, respeito e amizade de Símon Bolívar e de seus mais destacados generais. Lutou na Gran Colômbia não pela República, mas pela Independência. Pois conservou-se monarquista constitucional, com sistema capaz de manter a Unidade do Brasil como a história o provou. General de Bolívar, teve este título e condecorações recebidas reconhecidas pelo Brasil. Foi um liberal clássico e um socialista utópico, com nenhuma conotação com o Socialismo Europeu e o Comunismo, co mo pretendem alguns que o tem explorado indevidamente sob estes aspectos. Foi escritor e jornalista de vocação e soldado de contingência, pensador político fecundo, patriota acendrado. Lutou e sofreu como poucos em defesa da Liberdade de Consciência. Sofreu até depois da morte, em razão de seus restos mortais serem recusados em cemitério público pelo bispo D. Cardoso Ayres. Apesar de protestos populares, a negativa consumou-se. Católico ecumênico e maçom grau 33, não teve a sorte do Visconde de Inhaúma, Joaquim José Ignácio, cujo veto de sepulta- mento em cemitério público por D. Pedro Maria Lacerda - Bispo no Rio de Janeiro, foi derrubado a força de sua condição de Vice- Almirante da Marinha Imperial do Brasil, de grande herói da guerra do Paraguai, como comandante em chefe das Forças Navais Brasileiras na guerra do Paraguai e depois Chefe do Estado-Maior da Armada e Ministro da Marinha.

Abreu e Lima desde 1937 é patrono da cadeira 35 do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, ao lado do Duque de Caxias, cadeira 58 e do Visconde de Inhaúma - cadeira 77. Leva seu nome instituição cultural da Venezuela.

Ele está a merecer um julgamento sereno no Tribunal da História do Brasil e a consagração merecida depois de tanto silêncio em torno de sua vida e obra. Silêncio em parte pela exploração indevida de seu nome por comunistas que, assim procedendo, vêm rezando em vão, em sepultura indevida, e de longa data, particularmente no Recife; por verem em Abreu e Lima o que ele não foi e o que eles desejariam que fosse.

Um meio de reparar a incompreensão e confusão em torno da real projeção de sua vida e obra na Colômbia, Venezuela e Brasil seria transformá-las numa co-produção cinematográfica. Obra que consagraria seu pai como mártir da Independência do Brasil na revolução nativista precursora de Pernambuco de 1817.

E a vida aventurosa de Abreu e Lima se presta a um filme. Possui todos os ingredientes para tornar-se um sucesso na América do Sul. E mais do que isto, um elo de compreensão e maior aproximação entre o Brasil e o restante da América do Sul, como prova que tudo daqui para a frente deve nos unir e nada nos separar no grande objetivo de construir um grande futuro para a América do Sul, que está demorando a chegar por falta de uma maior unidade de esforços entre seus países.

FONTES

A presente análise baseia-se nas seguintes fontes:

1. *AMAN — Carta de Lei Criação da Academia Real Militar - 1810. Rio Imp. Éx. 1961 (Currículos, obra e autores indicados).*
2. *AMAN — História Militar da América do Sul. Resende, Graf. Acadêmica, 1980 (Batalhas de Boyacá, Carabobo e Ayacucho de libertação da Colômbia, Venezuela e Peru, que Abreu e Lima lutou como ten-cel e cel).*
3. *ARQUIVO NACIONAL - Requerimento de José Ignácio de Abreu e Lima — Cap em maio de 1816 — Armário 2, maço 59, nº de ordem 1477. Cap em maio de 1816 — Armário 2, maço 59, nº de ordem 1477.*
4. *BENTO, Cláudio Moreira, cel — Fontes da Cultura em Arte da Guerra do Duque de Caxias. Revista do Exército Brasileiro — jul./set., 1983, pp. 4-11 (Focaliza curso de Caxias na Academia Real Militar).*
5. *BENTO, Cláudio Moreira — Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — História da Academia Militar das Agulhas Negras, 1975. RUHGB, n° 336, jul./set., 1982, pp. 169-194.*
6. *CALMON, Pedro — História de D. Pedro //. Rio, José Olímpio, 1975, t. 1, p. 162 (Incidente Abreu e Lima-Gusmán).*
7. *CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO — Visconde de Inhaúma In: O Verde Oliva, Brasília, jul. 84 n? 100, p.2.*
8. *CHÃCON, Vamireth — Abreu e Lima — general de Bolívar. Rio, Paz e Terra, 1983 (Fonte básica relativa a projeção histórica de Abreu e Lima e seu itinerário militar na Grã-Colômbia).*
9. *COSTA, F.A. Pereira — José Ignácio Abreu e Lima In: Dicionário Biográfico de pernambucanos célebres. Recife, Tip. Universal, 1982, pp. 566-567.*
10. *ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO - História do Exército Brasileiro — Perfil Militar de um povo. Rio Sergraf, 1972, v. 2 (Revolução Pernambucana 1817).*
11. *FAGUNDES, Marivalde Calvet, gen — Maçonaria e as forças secretas da Revolução. Rio, 1984, 2ª ed.*
12. *GUIMARAES, Argeu — Um brasileiro na epopéia boliviariana. Recife, Imp. Graf., Ed. 1920.*
13. *INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. ARQUIVO - Carta de 4/10/1978, do ten-cel Cláudio Moreira Bento, de Resende-RJ, oferecendo seu trabalho sobre as batalhas de Carabobo e Boyacá, de independência da Venezuela e Colômbia. Lata 718. Pasta 3 (Análise militar à luz/Princípios de Guerra e da Manobra e seus elementos. Nelas lutou o brasileiro ten-cel José Ignácio Abreu e Lima).*
14. *LIMA, Oliveira — Anotações in: História da Revolução Pernambucana/1817. Recife, Imp. Industrial (3? Edição Comemorativa Centenária Revolução).*
15. *MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — Emancipação política da América do Sul in: Atlas Histórico Escolar. Rio, Bibliex, 1979. Pub. 410 (Coleção Benício, v. 85, p. 55).*
16. *MUSEU DA ESCOLA FEDERAL DE ENGENHARIA. UFRJ — Livros de frequência, matrículas, registros e avisos da Academia Real Militar 1811, com dados sobre Abreu e Lima.*
17. *PONDÉ, Francisco de Paula A., gen — Academia Real Militar in: Anais do Congresso de História da Independência do Brasil. Rio, Imp. Nac. 1975, v. 4 (Editada pelo IHGB. Livros de matrícula, frequência e avisos e ordens da Academia a que refere, os relocalizei no Museu da Escola Federal de Engenharia).*
18. *REPÚBLICA DA VENEZUELA - PRE SIDÉNCIA — Carabobo geração de He róis. Caracas, 1971.*
19. *RODRIGUES, José Honório — Teoria da História do Brasil. São Paulo, Prog. Edit., 1949 e História e Historiadores do Brasil. Ed. Fulgor, 1965.*
20. *SOBRINHO, Barbosa Lima — Abreu e Lima general do Bolívar. A Defesa Nacional, 1965 (Estuda Abreu e Lima como escritor, jornalista e historiador).*

Colaboraram na presente pesquisa: Tenentes Raimundo Umbelino de Lima, Roberto Cardoso e sargento Almir dos Santos Monsores, do Comando da 1ª RM; D. Elza Freitas, do Museu da Escola de Engenharia, e funcionários José Gabriel, Jaime, Eliseu, Mirtes e Celina do Arquivo Nacional.

ANEXO 1

A BATALHA DE BOYACA DE 7 DE AGOSTO DE 1819 NA QUAL ABREU E LIMA LUTOU

SITUAÇÃO GERAL

Simon Bolívar em seu QG em Angostura (Ciudad Bolívar) no baixo Orinoco, partiu para travessia dos Andes à procura de um encontro decisivo com os realistas (espanhóis). Isto, depois de:

— receber do Congresso poderes militares plenos;

— conquistar o apoio dos "lhaneros" (cavaleiros que habitavam as planícies do Orinoco e que vinham apoiando os realistas) e ser reforçado por veteranos ingleses e irlandeses das guerras napoleônicas que constituíam a Legião Britânica (120 homens).

SITUAÇÃO PARTICULAR

Após sofrida e épica marcha e escalada dos Andes, Bolívar procurou atrair o Exército Realista sobre si, isolá-lo em Bogotá e destruí-lo. Assim o atraiu na direção de Paipa, onde se encontrava. A seguir contramarchou, a noite, atravessou o rio Sogamoso. Na manhã de 5 de agosto conquistou Tunja, aprisionou sua guarnição e se apossou de 600 fuzis, além de ameaçar cortar a retirada do Exército Realista para Bogotá. Para evitar isso o Exército Realista contramarchou para o Sul. Ao realizar este movimento foi interceptado por Bolívar próximo a ponte sobre o rio Boyacá onde teria lugar a batalha do mesmo nome, em 7 de agosto de 1819.

A BATALHA (ESBOÇO ANEXO) - TOMADA DE DISPOSITIVO

O Exército Realista ao comando do Gen Barreiro julgando que Bolívar não o impediria de atravessar o rio Boyacá, decidiu descansar ao norte desse rio, após cobrir-se face a direção de Tunja com sua Vanguarda.

Informado da situação do Gen Barreiro, Bolívar decidiu atacá-lo, interpor-se entre ele e Bogotá e a seguir destruir o seu Exército. A Batalha teve início com um choque da Vanguarda de Bolívar, ao comando de Santander, nas alturas de Casa de Telha. Santander atacou com ímpeto e desbordou os flancos da Vanguarda Realista, isolando-a do grosso ao penetrar no espaço entre ambos. A seguir pressionou-a para o Sul, obrigando-a a atravessar a ponte do Boyacá, onde tomou posição na margem do Sul.

Enquanto isto se passava, a Retaguarda de Bolívar, ao comando de Anzoategui atuou sobre o grosso de Barreiro que começou a deslocar-se na direção da ponte de Boyacá. Pressionado por Anzoategui, Barreiro abandonou o caminho e ocupou o seguinte dispositivo em alturas paralelas ao mesmo.

— Ala esquerda — 2º Btl dei Rey — Inf — Centro — 1º Btl dei Rey — Int e Art — Ala direita — Btl de Caçadores — Inf

— Deixou em reserva 2 Esqd de Dragões — Cav

— O Gen Anzoategui adotou o seguinte dispositivo para investir o grosso realista:

— Ala esquerda — Btl Riflese Legião Britânica — 500 homens — Inf

— Centro — Btl Barcelona — 300 homens — Inf e Lanceiros — 300 H Cav

— Ala direita — ^Btl Bravos de Paez — 300 H

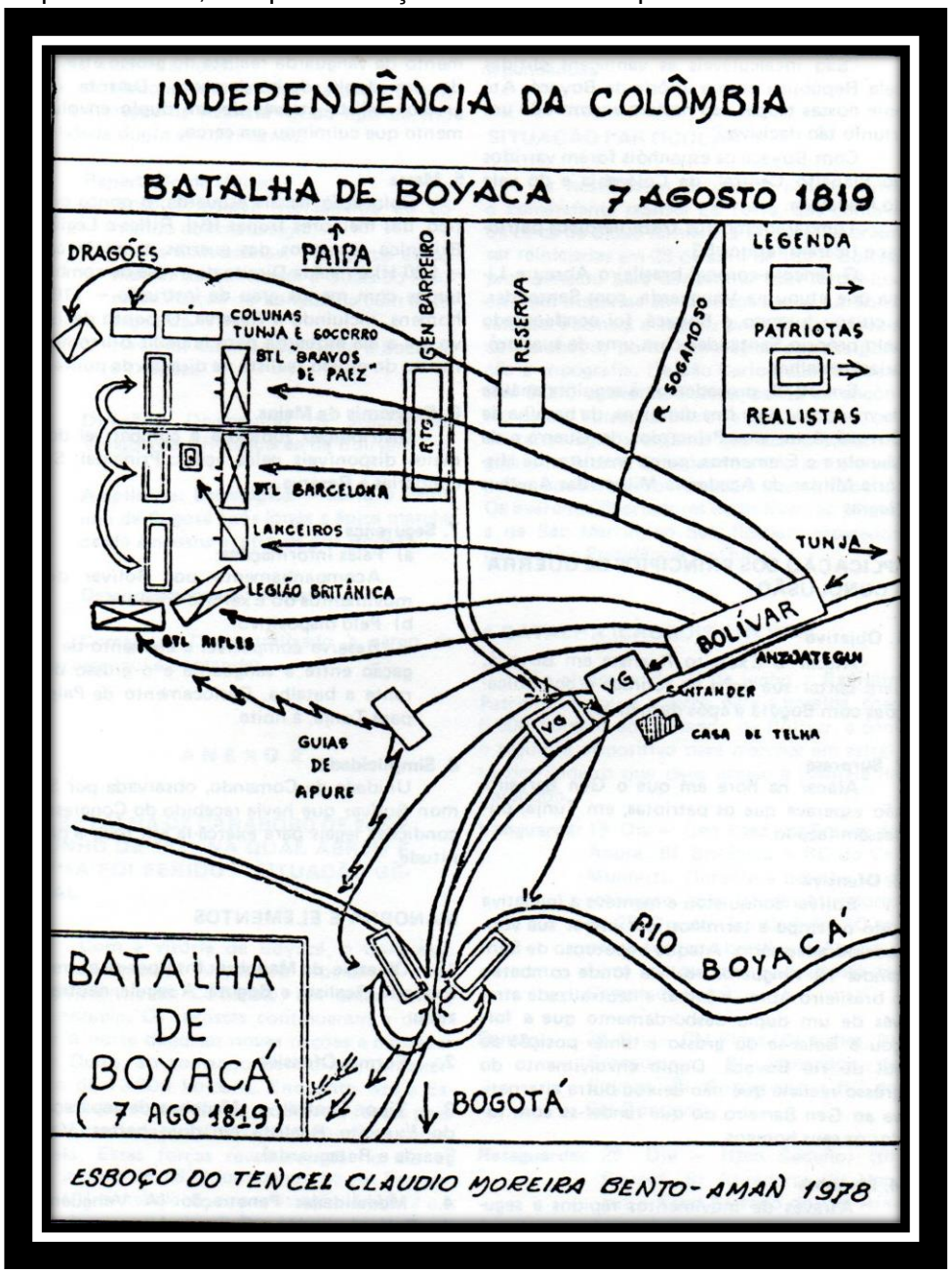
— Reserva — Eixada para atuar na ala esquerda realista:

1º Escalão — Dragões — 80 H — Cav
2º Escalão — Colunas de Tunja e Socorro — 800 H

— Destinou os guias de Apure para manter a ligação entre a vanguarda de Santander o grosso a seu comando. O tenente-coronel brasileiro Abreu e Lima integrou a Vanguarda de Santander que lutou e isolou a Vanguarda Realista do grosso e a pressionou além da ponte de Boyacá.

DESFECHO DA BATALHA

Sob a liderança de Anzoategui teve início a manobra sobre o grosso realista. No centro, o Btl Barcelon fixou o centro realista no que foi coadjuvado pelos lanceiros que atuaram contra a Artilharia que dificultava a progressão do centro. A ala esquerda já havia avançado o suficiente para interpor-se entre o grosso realista e a ponte do Boyacá. Fixada a direita e o centro realista, a ala direita patriota forte de 1100h após reforçada pela reserva, completou a ação sobre a ala esquerda realista.



Após muita resistência Anzoategui conseguiu concretizar a ação sobre o Gen Barreiro.

Este cercado pelas elevações à sua retaguarda e patriotas na frente e flancos, foi obrigado a render-sé junto com 1600 homens.

Santander, após várias tentativas, conseguiu atravessar o Boyacá, bater a vanguarda realista e perseguir seus remanescentes com dois batalhões e dois esquadrões de Cavalaria, tropa que o brasileiro Abreu e Lima integrava. Com a derrota e rendição do Exército Realista que operava na região, foi aberto o caminho para Bogotá, onde Bolívar entrou triunfalmente após o Vice-Rei haver fugido para Cartagena. A vitória de Boyacá criou condições.para a Declaração da Independência da Colômbia e prosseguimento da libertação sul-americana do jugo espanhol com maior intensidade.

Sobre a importância da vitória em Boyacá escreveu Simon Bolívar no dia seguinte:

"São incalculáveis as vantagens obtidas pela' República com a vitória de Boyacá. Até hoje nossas tropas não haviam encontrado um triunfo tão decisivo."

Com Boyacá os espanhóis foram varridos do Planalto Central, da Colômbia e do vale do Madalena.

Tombaram mortos treze heróicos patriotas e ficaram feridos 53.

O tenente-coronel brasileiro Abreu e Lima que atuou na Vanguarda, com Santander, e cruzou lutando o Boyacá, foi condecorado pelo próprio Santander com uma de suas próprias medalhas.

Em 1978, procedemos a seguinte análise da manobra, para fins didáticos, da batalha de Boyacá, à luz dos Princípios de Guerra e da Manobra e Elementos, como instrutor de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras.

APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DE GUERRA - CONCLUSÃO

1. **Objetivo**

Atacar o Exército Realista em Boyacá, para cortar sua linha de retirada e comunicações com Bogotá e após destruí-lo.

2. **Surpresa**

Atacar na hora em que o Gen Barreiro não esperava que os patriotas, em Tunja, pudessem fazê-lo.

3. **Ofensiva**

Bolívar conquistou e manteve a iniciativa todo o tempo e terminou por impor sua vontade ao adversário. Ataque impetuoso de Santander na vanguarda realista (onde combateu o brasileiro Abreu e Lima) e neutralizada através de um duplo desbordamento que a forçou a isolar-se do grosso e tomar posição ao sul do rio Boyacá. Duplo envolvimento do grosso realista que não deixou outra alternativa ao Gen Barreiro do que render-se com todos os seus homens.

4. **Manobra**

Através de movimentos rápidos e seguros, Bolívar colocou sua massa de manobra à retaguarda dos realistas, ameaçando sua .linha de retirada para Bogotá. Na Batalha, ao dividir com sua Vanguarda (onde Abreu e Lima lutou), o grosso realista de sua Vanguarda. Isolamento da vanguarda realista do grosso através de um duplo desbordamento. Derrota do grosso realista através de um duplo envolvimento que culminou em cerco.

5. **Massa**

Colocação na ala esquerda, o ponto crítico, das melhores tropas (Btl, Rifles e

Legião Britânica veteranos das guerras napoleônicas — 520 H) e na Ala'Direita da massa de combatentes com menos grau de instrução — 1100 homens, incluindo a Reserva. O ponto decisivo era a ala esquerda para impedir o irrompi- mento do grosso realista na direção da ponte.

6. **Economia de Meios**

Distribuição judiciosa e compatível dos meios disponíveis pelas ações: Principal, Secundárias e Referva.

7. **Segurança**

a) Pelas informações:
Acompanhamento por Bolívar dos movimentos do Exército Realista.

b) Pelç dispositivo:
Reserva compatível e elemento de ligação entre a vanguarda e o grosso durante a batalha. Deslocamento de Paipa para Tunja, à noite.

8. **Simplicidade**

Unidade de Comando, observada por Simon Bolívar que havia recebido do Congresso condições legais para exercê-la em toda a plenitude.

MANOBRA E ELEMENTOS

1. **Objetivo da Manobra:** Interpor-se entre o Exército Realista e Bogotá. A seguir, neutralizá-lo.

2. **Forma:** Ofensiva.

3. Tipo: Central — (Manobra de separação do Exército Realista em duas partes: Vanguarda e Retaguarda).

4. **Modalidade:** Penetração (A Vanguarda de Bolívar, onde o General Abreu e Lima atuou, penetrou no espaço entre a Vanguarda e o grosso realista separando-os).

A Manobra de Santander contra a Vanguarda Realista foi do tipo ala, modalidade duplo desbordamento.

A Manobra da Retaguarda patriota contra a Retaguarda Realista foi do tipo ala, modalidade duplo envolvimento.

5. **Repartição de Meios:**

a) Ação Principal: Retaguarda ao comando de Anzoategui.
b) Ações Secundárias: Vanguarda ao comando de Santander e Guias do Apure na ligação da Vanguarda com a Retaguarda.
c) Reserva: Colunas de Tunja e Socorro e Dragões.

6. **Direções:** Divergentes de atuação da Vanguarda e Retaguarda de Bolívar.

7. **Amplitude:** Estratégica — abriu o caminho de Bogotá após longa e épica marcha desde Angostura, através dos Andes.

8. **Desencadeamento:** Sucessivo.

9. **Comando:** Descentralizado a cargo de Anzoatengui e Santander.

ANEXO 2

A BATALHA DE CARABOBO DE 24 DE JUNHO DE 1821 NA QUAL ABREU E LIMA FOI FERIDO - SITUAÇÃO GERAL

Com a vitória de Boyacá, o Congresso Venezuelano de Angostura proclamou a independência da Colômbia, em união com a Venezuela. Os realistas continuaram a dominar o norte daquelas novas nações e a manter em Quito, ao comando de Morillo, um exército de 12.000 homens. Enquanto isto a Espanha reuniu em Cadiz, poderosas forças para abafar as independências da Colômbia e Venezuela. Estas forças revoltaram-se no dia 1? de janeiro de 1820, obrigando ao rei Fernando VII restabelecer a constituição de 1812 e a convocar as Cortes. O Gen Morillo foi orientado a negociar com os patriotas, em 25 de novembro de 1820, um armistício de 6 meses. A trégua foi rompida, em 28 de janeiro de 1821, pela cidade de Maracaibo que declarou sua independência.

SITUAÇÃO PARTICULAR

As hostilidades, de mútuo acordo entre o comandante realista La Torre, que contava de cerca de 6.000 homens, e Bolívar, deveriam ser reiniciadas em 28 de abril de 1821. Bolívar providenciou para concentrar suas forças que estavam dispersas em diversos locais. La Torre saiu de Valência e tomou posição na planície de Carabobo, ponto estratégico por sua posição e topografia. De São Carlos, após concentrar 6.000 patriotas, Bolívar partiu ao encontro de La Torre, na planície de Carabobo, onde teria lugar a batalha que acabaria com a guerra no Norte. Os espanhóis ficariam em seu poder apenas com o Panamá e Puerto Cabello. Os exércitos libertadores de Bolívar, ao Norte, e de San Martin, ao Sul, ficariam separados pela antiga Presidência de Quito.

A BATALHA (CROQUIS ANEXOS)

Ao alvorecer de 24 de junho, o Exército Patriota iniciou a marcha para a batalha, com 6.000 homens ao comando de Bolívar, e com o seguinte dispositivo para marchar em estreito desfiladeiro que dava acesso à planície de Carabobo.

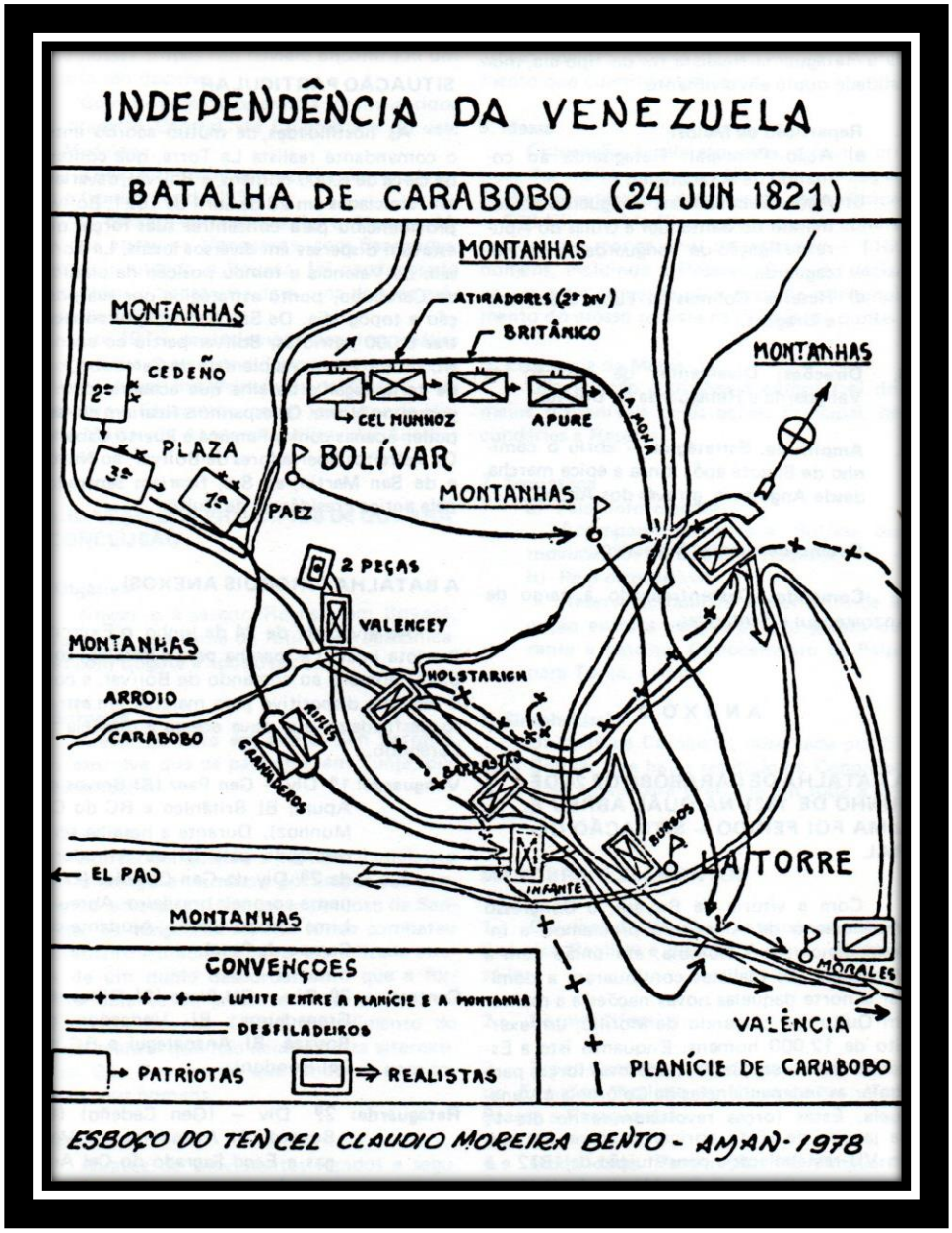
Vanguarda: 1ª Div — Gen Paez (BI Bravos do Apure, BI Britânico e RC do Cel Munhoz). Durante a batalha seria reforçado pelo BI de Atiradores da 2ª Div do Gen Cedeno. (O tenente-coronel brasileiro Abreu e Lima atuou como Ajudante-de-Campo de Paez).

Centro: 3ª Div — Cel Plaza (BI Rifles, BI Granadeiros, BI Vencedor de Boyacá, BI Anzoategui e RC do Cel Rondon).

Retaguarda: 2ª Div — (Gen Cedefio) (BI Boyacá, BI Atiradores, BI Var gas e Esqd Sagrado do Cel Arameng).

Das alturas de Buenavista, Bolívar divisou o dispositivo adotado pelos realistas na planície de Carabobo. Dispositivo em profundidade e assim disposto por La Torre, ao longo do caminho São Carlos — Valência, na montanha e planície:

Vanguarda: BI Valencey e duas peças de Artilharia, em posição dominante e fechando o caminho do desfiladeiro, ao norte do arroio Carabobo. Unidade ao comando do intrépido e bravo Cel Dom Thomaz Garcia que neste dia escreveu uma bela página da competência e valor militar, que causou profundo respeito aos patriotas e honrou ainda mais a grande vitória de Simon Bolívar — O Libertador.



Centro: Os BI Hostalrich de Barbastro e Burges.

Flancoguarda: O BI Infante, cobertura na entrada da planície face à direção de El Pao, para prevenir um desbordamento patriota por aquele desfiladeiro.

Reserva: Cavalaria de Morales, forte de 1.500 homens (RC Hussardos, RC Guias, RC dei Rey e mais o equivalente a quatro Esquadrões de Cavalaria).

Às 11 OO horas, o Exército Patriota chocou-se com o BI Valency apoiado por duas peças de Artilharia. Estavam postados em alturas dominantes do desfiladeiro, inacessíveis e não desbordáveis. Na impossibilidade de um ataque frontal, em frente estreita. Bolívar, através de um guia, descobriu e decidiu usar o caminho de La Mona, pouco conhecido e quase impraticável, que desembocava na planície de Carabobo, em local não defendido por La Torre e sobre o flanco direito do Exército Realista. Com as 3? e 2? Div Bolívar fixou o BI Valency. A seguir desfilou sob os fogos deste, com a Div de Paez, para progredir pelo caminho de La Mona. Com uma hora de marcha, em terreno dificílimo, Paez atingiu as proximidades da entrada da planície, onde foi chocar-

se com o BI Burgos que sob a chefia direta de La Torre, para lá o havia dirigido, ao perceber a tentativa envolvente de seu flanco direito. Este BI não levou muito tempo a ser socorrido pelos Bi Hostalrich e Barbastro. Paez, em terreno confinado, engajou sucessivamente, por escalões, os BI Bravos do Apure e Britânico e parte do Atiradores que recebeu em reforço. A luta aí se tornou feroz. Com grande ímpeto ofensivo e agressividade os patriotas conseguiram recalcar os realistas e formar a Infantaria numa frente de 400 metros por duas fileiras de fundo e, assim, carregar à baioneta, os três BI realistas. Neste exato momento, tentam intervir na batalha 500 cavalarianos realistas que são rechaçados e postos a correr por 100 cavalarianos patriotas que haviam atingido o local da batalha e que se comportaram com bravura admirável e decidiram a batalha. (Nesta ação o Ajudante-de-Campo de Paez, Abreu e Lima, atuou e foi ferido.) A vista disso, o BI Hostalrich logo seguido pelo BI Burgos desintegraram-se e começaram a fugir em desordem. Somente o BI Barbastro retraiu em ordem e combatendo. Enquanto isto, as 3ª e 2ª Div pressionam o BI Valency que percebendo a ameaça de sua retaguarda retraiu em ordem para a planície. Patriotas mais desejosos de participar, por dificílimos caminhos, caíram sobre o BI Infante que logo se desintegrou e começou a fugir em desordem, sobre a ação fulminante de elementos dos BI Rifles e Granadeiros da Div do Cel Plaza, que aí encontraria sua morte gloriosa. O BI Barbastro após continuada resistência também desintegrou-se ante a forte e de terminada ofensiva patriota. Somente o BI Valency resistiu a todos os embates. Pressionado por todos os lados, retraiu em ordem na direção de Valência, onde chegou ao anoitecer. A noite favoreceu sua retirada, sem pressão, para Porto Cabello, onde chegou após legar um belo exemplo aos fugitivos realistas e aos patriotas, além de honrar sobremodo as armas espanholas e valorizar a vitória patriota neste dia.

Sob seus quadrados encontrou morte heróica o Gen Cedeno "O Bravo dos Bravos" da libertação da Colômbia e Venezuela. Os patriotas tiveram 200 baixas a lamentar e entre elas o brasileiro Abreu e Lima, ferido. Com a difícil vitória de Carabobo surgiu mais uma nação sul-americana — A República da Venezuela, conforme reconheceu na oportunidade o Congresso de Cucuta:

> "Após esta batalha deixou de existir o único Exército em que o colonizador fundava suas últimas esperanças de manter em seu poder a Venezuela. . . a memorável jornada de Carabobo consolidou igualmente a existência desta nova República" — A República da Venezuela.

Por sua participação heróica o brasileiro Abreu e Lima foi condecorado nesta ação.

NOTA: A presente descrição foi feita com apoio na tradução e interpretação das seguintes obras editadas no transcurso do Sesquicentenário da Batalha de Carabobo e cedidas gentilmente a Cadeira de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras, pelo Consulado Geral da República da Venezuela no Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1978.

1. *BASTARDO, J. L. Salcedo. Visão e revisão de Bolívar. Rio, Agir, 1976.*
2. *BLANCO, Eduardo. Carabobo. Caracas, Presid. República, 1971.*
3. *CONSEJO MUNICIPAL. Carabobo. Caracas, 1971.*
4. *Dl AZ, J. A. Perez. Carabobo. Caracas, Congresso de La República, 1971.*
5. *PRESIDÊNCIA DE LA REPÚBLICA DE VENEZUELA. Carabobo generacion de heroes. Caracas, 1971.*

As obras 2, 3 e 5 contém as partes de combate de Simon Bolívar sobre a batalha. O esboço, anexo ao presente trabalho, é uma síntese dos quatro mapas existentes da obra n° 3, que apresentam o desenvolvimento da batalha de Carabobo.

APLICAÇAO DOS PRINCÍPIOS DE GUERRA - CONCLUSÃO

1. **Objetivo**

Atacar o flanco direito do Exército Realista, na planície de Carabobo.

2. **Surpresa**

Uso por Bolívar do caminho de La Mona, pela Divisão Paez, reforçada. Caminho dificílimo usado e não esperado pelos realistas que provocou o irrompimento dos patriotas, de surpresa, no flanco direito realista. (O brasileiro Abreu e Lima aí atuou).

3. **Ofensiva**

Bolívar depois detido no disfiladeiro, em frente estreita, lançou Paez, através do caminho La Mona. A partir daí conquistou e manteve a iniciativa das ações, todo o tempo, acutilando o adversário até Valência.

Ao grande ímpeto ofensivo e agressividade da Divisão Paez, onde lutava como Ajudante-de-Campo o brasileiro Abreu e Lima, se deveu o início do fim dos realistas.

4. **Manobra**

Esta caracterizada particularmente pelo deslocamento rápido e por caminho tido por impraticável, o caminho de La Mona, da Div Paez para desbordar o flanco direito realista e desequilibrar o centro de gravidade do general La Torre.

5. **Massa**

Lançar sobre o ponto crítico o flanco direito a 1ª Divisão de Paez, a mais indicada para o tipo de operação, reforçada por um BI de Atiradores da 2ª Divisão do general Cedeno.

6. **Economia de Meios**

Distribuição judiciosa e mais compatível dos meios disponíveis pela ação principal e pelas demais.

7. **Segurança**

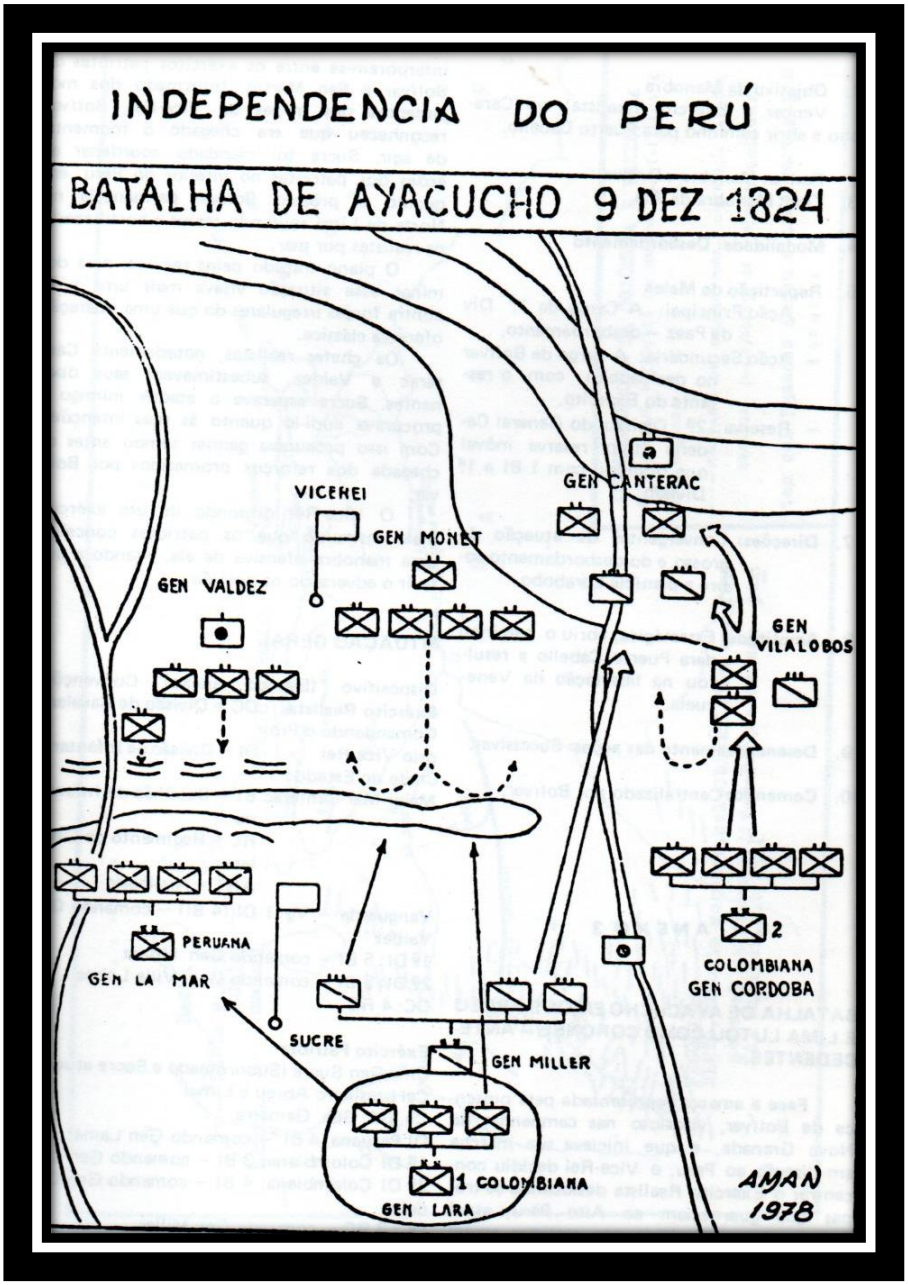
Pelas informações por procurar levantar o dispositivo adversário na planície e, depois, ao procurar um caminho que pudesse servira um desbordamento. Segurança pelo dispositivo usada por Paez, ao engajar, sucessivamente suas peças de manobra por escalões. Depois por formar sua Infantaria em duas fileiras para a carga e aplicação da reserva de 100 cavalarianos no momento certo contra 500 cavalarianos realistas (contexto em que atuou como um simples lanceiro e foi ferido o brasileiro Abreu e Lima.)

8. **Simplicidade**

Uma fixação do grosso realista ao longo de desfiladeiro, combinado com uma manobra desbordante que provocou a mudança brusca do centro de gravidade realista, todo em coluna.

9. **Unidade de Comando**

Foi observada por Bolívar e por seus generais.



MANOBRA E ELEMENTOS - ANÁLISE

1. **Objetivo da Manobra**
   Vencer o Exército Realista, em Cara- bobo e abrir caminho para Puerto Cabello.

2. **Forma: Manobra ofensiva**
3. **Tipo: Manobra de Ala**

4. **Modalidade: Desbordamento**

5. **Repartição de Meios**
   — Ação Principal: A Cargo da 1? Div de Paez — desbordamento.
   — Ação Secundária: A cargo de Bolívar no desfiladeiro, com o restante do Exército.
   — Reserva: 2ª Divisão do General Cedeno (tipo reserva móvel que reforçou com 1 BI a 1ª Divisão.

7. **Direções:** Convergentes de atuação do grosso e do desbordamento sobre a planície Carabobo.

8. **Amplitude:** Estratégica, abriu o caminho para Puerto Cabello e resultou na libertação da Venezuela.

9. **Desencadeamento das ações:** Sucessivas.

10. **Comando:** Centralizado por Bolívar.

11.

ANEXO 3
BATALHA DE AYACUCHO EM QUE ABREU E LIMA LUTOU COMO CORONEL - ANTECEDENTES

Face a ameaça representada pela presença de Bolívar, vitorioso nas campanhas da Nova Granada, e que iniciava sua marcha em direção ao Peru, o Vice-Rei decidiu concentrar o Exército Realista deslocando as tropas que guarneciam ao Alto Peru, atual Bolívia. Isso permitiria aos realistas serem fortes no momento decisivo, encurtando suas linhas de comunicações e suprimento além de interporem-se entre os exércitos patriotas de Bolívar e San Martin. Informado dos movimentos das tropas do Vice-Rei, Bolívar reconheceu que era chegado o momento de agir. Sucre foi mandado coordenar as ações dos patriotas no interior do Peru, enquanto o próprio Bolívar permanecia no Norte de Lima reunindo meios e hostilizando os realistas por mar.

O plano traçado pelos realistas para dominar essa situação visava mais uma ação contra forças irregulares do que uma operação ofensiva clássica.

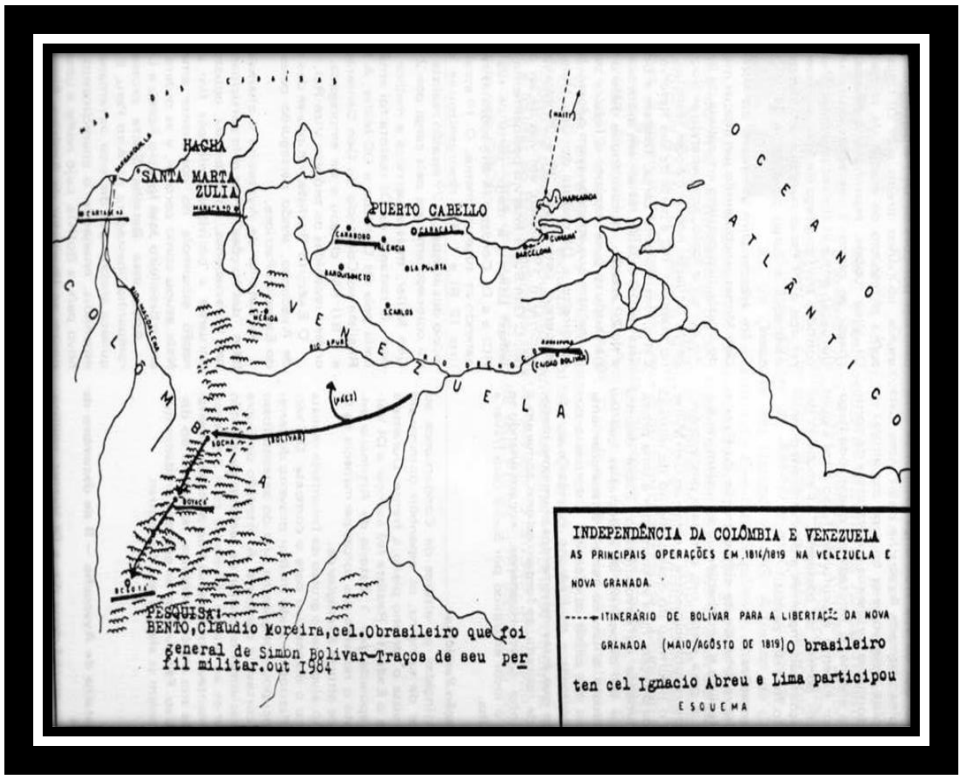
Os chefes realistas, notadamente Canterac e Valdez, subestimavam seus oponentes. Sucre esperava o ataque inimigo e procurava iludi-lo quanto às suas intenções. Com isso procurava ganhar tempo antes da chegada dos reforços prometidos por Bolívar.

O Vice-Rei, dispondo de um exército mais instruído que os patriotas, concebeu uma manobra ofensiva de ala, visando a destruir o adversário na posição.

SITUAÇÃO GERAL

Dispositivo (Esboço anexo) Convenções **Exército Realista** DC = Divisão de Cavalaria
Comandando o Próprio Vice-Rei Dl = Divisão de Infantaria Chefe do Estado-
Maior Mar Canterac BI = Batalhão de Infantaria
RC = Regimento de Cavalaria
ART = Artilharia
Vanguarda — Vg: 1 Dl (4 BI) — comando Gen Valdez
1ª Dl: 5 BI — comando Gen Monet
2ª Dl: 5 BI — comando Gen Vil la Lobos
DC:4 RC

Exército Patriota
Cmt Gen Sucre (Subordinado a Sucre atuou o Cel brasileiro Abreu e Lima) ChEM:Gen Gamarra
Dl Peruana: 4 BI — comando Gen Lamar
1ª Dl Colombiana: 3 BI — comando Gen Lara
2ª Dl Colombiana: 4 BI — comando Gen Cordoba
DC: 3 RC — comando Gen Miller



Terreno

Ao Sul da vila Huananga estende-se uma campina chamada Ayacucho pelos incas. Esta campina desenvolve-se no sopé das alturas de Condorcunca, primeiros contrafortes de cordilheira andina. É limitada em quase toda largura por extenso e profundo fosso com alguns poucos pontos de passagem. As encostas das elevações são íngremes e dificultavam o movimento fora dos passos.

Informações

Sucre sabedor da concentração do Exército Realista e em obediência às ordens de Bolívar e para evitar um combate desfavorável, lançou reconhecimentos a cargo do Gen Miller. Este o informou do deslocamento do inimigo na sua direção. Para se contrapor a uma provável ameaça de envolvimento, Sucre decidiu adotar um dispositivo de expectativa que lhe permitisse a um só tempo estabelecer uma defesa ou passar a ofensiva. Informado dos deslocamentos do Exército Patriota e acreditando que esses movimentos eram uma manobra de retirada, as forças realistas tomaram o caminho Cusco-Huananga, encaminhando-se para o local escolhido por Sucre para travar a batalha.

Situação Particular

Atingidas as alturas de Condorcunca ao Norte da campina, os espanhóis dominavam pela vista o terreno plano a frente. Durante a noite o Exército Realista fez avançar a Dl Val- dez apoiada por 1 Bateria de Artilharia enquanto o restante das forças permanecia na linha de alturas à retaguarda.

Ao alvorecer o grosso da Infantaria realista tomou o dispositivo para o combate. O Exército Patriota tirando melhor proveito do terreno, ocupou posições na orla do extenso fosso que cortava a campina. A intenção de Sucre foi inicialmente conter os realistas para então lançar-se ao ataque. Coerente com essa decisão manteve em Reserva boa

parte da Infantaria de sua maior confiança, no centro do dispositivo. Fez avançar as grandes unidades que ocupavam as alas do seu dispositivo.

A Batalha de Ayacucho — 9 de dezembro de 1824

Na manhã desse dia, a Dl Valdez, realista, que desde a véspera atingira a campina iniciou o ataque acompanhado de violento bombardeio das posições da Dl Peruana. Simultaneamente, no flanco direito, a 2ª Dl Colombiana sofria o impacto do ataque de elementos da Dl Villa Lobos, espanhola, que acabara de chegar ao plano. Estas ações causaram certa flutuação entre as fileiras patriotas. Mas foram contidas pelo emprego de 1 BI da Reservarem reforço a Dl Peruana, e por um potente contra-ataque a cargo da própria 2ª Dl Colômbia na.

De acordo com as ordens do Vice-Rei, o Gen Monet lançou então um ataque ao Centro do dispositivo patriota em coluna de Brigadas. Ao atingir o fosso, apercebendo-se Sucre de ligeira flutuação nas formações realistas, lançou no ataque 1 RC e parte de sua Reserva (1 BI). Estes, em violenta carga, fizeram a Bda Realista de 1º escalão refluir em desordem sobre a do 2º escalão. Aproveitou-se disso a Cavalaria patriota para transpor o fosso e perseguir os realistas que abandonavam o local. No flanco direito a Dl realista do Gen Villa Lobos procurava cerrar seus 29 e 39 escalões para socorrer o 1º escalão, em vias de ser destruído. O Gen Sucre interviu pessoalmente nas batalhas: Lançou a maior parte de sua DC 12 RC) e a Dl Cordoba (4 BI) sobre as realistas, batendo-as sucessivamente. O 1º escalão realista (2 BI e 1 RC) desorganizou-se logo ao início dos ataques. O 2º escalão realista (2 RC) foi colocado em fuga pela carga dos 2 RC do Gen Miller, mais aguerridos e melhor montados. O restante da Dl realista foi então abordada pela Dl Cordoba e DC Miller. A Reserva Realista ao Comando do Gen Canterac (1 RC e 1 BI) não chegou a ser empregada, face às ordens recebidas do próprio Vice-Rei.

O Exército Realista, retirou-se dos campos de Ayacucho, sendo perseguido pelas tropas do Exército Patriota.

A Batalha de Ayacucho é chamada também “das Nações". Pois nela participaram tropas venezuelanas, colombianas, equatorianas, peruanas e bolivianas, ela pôs fim a dominação espanhola no continente americano. Nela atuou como coronel, e as ordens de Sucre, o brasileiro José Ignácio Abreu e Lima.

Após essa Batalha Sucre prosseguiu a campanha libertadora no Alto Peru. Em Chuquisaca acabou por derrotar os remanescentes espanhóis, ensejando o aparecimento de um novo país, a Bolívia, cujo nome é uma homenagem ao libertador da América, Simon Bolívar.

SESQUICENTENÁRIO DO COMBATE DO SEIVAL, O BERÇO DA REPÚBLICA BRASILEIRA

Cláudio Moreira Bento

No curso da História do Brasil identifica-se a idéia republicana em inúmeras manifestações políticas e culturais. Assim como hoje nos preparamos para as comemorações do Centenário da Proclamação da República, reconhecendo que ela foi um grande passo no aperfeiçoamento das instituições, não devemos deixar de ressaltar também as heranças positivas do Império, dentre as quais a nossa tão decantada unidade nacional.

Vê-se, portanto, que a República veio no devido tempo, porque, se prematura, comprometeria nossa grandeza e nossa unidade. Este artigo do Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO, Chefe da Comissão de Pesquisa História Básica de A DEFESA NACIONAL, mostra que, em 1836, estava-se formando concretamente a base histórica nacional para o 15 de Novembro de 1889, uma perspectiva digna de um historiador como ele. Por mais forte razão está a DEFESA NACIONAL dentro do espírito da Diretriz para as Atividades Culturais do Exército, quinquênio 1986/1990 (Portaria Ministerial 1130 de 26-11-1985), em um dos seus objetivos: "Participar de forma expressiva nas atividades comemorativas do Centenário da República Brasileira".

Em 10 de setembro de 1986 transcorre o Sesquicentenário da mais importante vitória farroupilha, no combate do Seival, vitória obtida por forças ao comando do coronel da Guarda Nacional Antônio de Souza Netto, contra forças imperiais, ao comando do tenente coronel João da Silva Tavares, então o maior esteio do Império e a única reação armada significativa à Revolução, em 20 de setembro de 1835.

O combate tomou este nome por ter sido travado na coxilha do Seival, junto às pontas do arroio de mesmo nome, afluente do arroio Candiota, no atual Município de Bagé, situada na altura do km 178 a BR 293 (Pelotas-Bagé).

O nome Seival adveio de arvoredo existente no local, caracterizado por produzir bastante seiva[1], segundo Tarcísio Taborda, também um dos biógrafos do coronel Silva Tavares. Para outros de uma plantação de seibos, chamada em conjunto Seival.

A vitória do Seival que considero o mais brilhante feito das armas farrapas durante o Decênio Heróico, teve lugar num dos momentos mais críticos da Revolução Farroupilha.

Ou seja, depois de Porto Alegre haver retornado ao Império, em 15 de junho de 1836, com a prisão do Governo Revolucionário da Província, que foi enviado preso para o Rio, e do levantamento do bloqueio naval farrapo de Porto Alegre, em 23 de agosto de 1836, que havia sido estabelecido na entrada do Guaíba, com apoio nos fortes Itapuã e Junco e uma esquadrilha farrapa neutralizada neste dia, segundo Moacyr Flores[2].

Completou a criticidade do momento, a derrota da Divisão do Centro, ao comando de Bento Gonçalves, na ilha do Fanfa, em 4 de outubro de 1836, do que decorreu sua prisão e envio preso para o Rio de Janeiro e depois Bahia.

Reveses que obrigaram, pelas manobras do coronel Bento Manoel Ribeiro, a serviço do Império, a ser levantada toda a concentração farrapa em Pelotas, ao comando do major João Manoel Lima e Silva, Comandante-das-Armas da Revolução, depois de uma tentativa repelida, em 22 de julho de 1836, de conquistar a cidade de Rio Grande, então sede do Governo Provincial exercido por Delegado do Império rio-grandense Dr. Araújo Ribeiro[3]

Assim, neste quadro extremamente adverso, Seival foi providencial por sua retumbância, para alimentar as esperanças combalidas dos revolucionários e provocar apreensões ao Império. Seival criou condições para a Proclamação da República Rio-Grandense pelo coronel Antônio de Souza Netto, na madrugada do dia seguinte, no campo de Joaquim Menezes, junto ao passo das Pedras, á margem esquerda do Jaguarão, atual região da estação Santa Rosa, na ferrovia Bagé-Pelotas, segundo o general Calvet Fagundes[4].

Proclamação da República Rio-Grandense que por sua vez animou a luta até a paz honrosa de Ponche Verde, em 1º de março de 1845, obra de rara sensibilidade e engenharia político-militar que consagrou, aquele tempo, o Duque de Caxias, com o honroso título de Pacificador, além de transformar antigos revolucionários em seus dedicados e valorosos colaboradores nas guerras externas, onde "republicanos e imperiais marcharam lado a lado, ombro a ombro, contra o inimigo comum". Então amorteceu nos corações de ex-farroupilhas o ideal republicano adiado em nome de valores mais altos sob ameaça — a Integridade e a Soberania do Brasil.

Foi ainda durante a Revolução que o lanchão "Seival", em homenagem ao mais brilhante feito das armas farrapas, levou até Santa Catarina o ideal de República. Isto ao ajudar, depois de um feito épico de transposição da Lagoa dos Patos para o Oceano, a conquistar o porto de Laguna, em Santa Catatina, quando foi proclamada a efêmera República Juliana, conforme estudamos, em

1971, por ocasião da inauguração do Parque Histórico Marechal Manoel Luiz Osorio que inclui uma réplica do "Seival"[5].

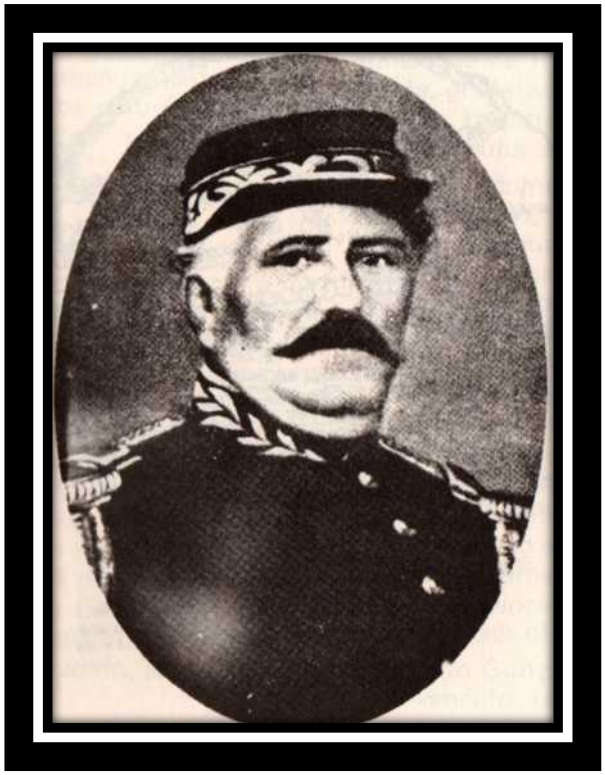
Foi buscando inspiração na República Rio-Grandense, proclamada em decorrência da vitória do Seival, que estudantes gaúchos, em São Paulo, particularmente da Escola de Direito do Largo do São Francisco, fundaram, em 20 de setembro de 1881, o Clube 20 de Setembro que se inseriu na campanha republicana que culminou com a Proclamação da República, quase centenária, em que vivemos, em 15 de novembro de 1889, pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca. Grupo no qual pontificaram, como primeiros historiadores rio-grandenses da Revolução, Alcides Mendonça Lima e Assis Brasil e mais, dentre muitos, Júlio Prates de Castilhos e Borges de Medeiros, os quais, junto com outros constituintes, por ocasião da Constituição de 1891, adotaram como símbolos do Estado do Rio Grande do Sul todos os símbolos da República Rio-grandense. Isto depois de terem usado durante o Império, nas bandeiras dos clubes republicanos, os lenços farroupilhas idealizados por Bernardo Pires, mártir do Seival, onde foi ferido a bala duas vezes. Ele também foi o desenhista da bandeira e do brasão da República Rio-grandense, em Piratini em 1838, conforme estudamos amplamente em História dos Símbolos do Rio Grande do Sul subsídios para sua revisão histórica, tradicionalista e legal[6].

Em que pese a importância da projeção histórica do combate do Seival, até na República Brasileira, fundada em 15 de novembro de 1889 pelo Marechal Deodoro da Fonseca, além de ser a maior, mais brilhante e retumbante vitória farroupilha, sua abordagem detalhada não tem merecido a atenção dos historiadores nos últimos 150 anos a exceção de Alfredo Varela em sua monumental História da Grande Revolução e, em data recente, o general Morivalde Calvet Fagundes em sua História da Revolução Farroupilha, até agora o maior marco do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

Abordar com o máximo de detalhes e pela primeira vez descrevê-lo e analisá-lo militarmente, integrando os trabalhos citados e mais outros detalhes esparsos obtidos é o objetivo do presente estudo. Ele visa também evocar o combate e os seus protagonistas, dentro do espírito da Paz de Ponche Verde, exaltando o valor, a coragem e a fidelidade às verdades que cada um dos lados defendeu e pelas quais muitos lutaram até morrer.

É uma página imortal, cheia de ensinamentos da História Militar do Brasil, no Rio Grande do Sul, escrita a ferro e sangue. É um elogio à fibra, à garra, à coragem e ao valor de cada um dos cerca de 1.000 rio-grandenses que nele se bateram com honra e denodo.

Combatentes imperiais ali batidos pelos republicanos que, em Ponche Verde, 9 anos mais tarde, segundo o general Osório, "receberam com amor os republicanos que perseguiram com pertinência, e estes que haviam se batido com valor, transigiram com dignidade"[7]. E mais, foi o vencedor do Seival que na invasão do Paraguai, em 1865, fez a Vanguarda do Exército, ao comando de Osório. Netto foi dos primeiros a pisar em solo inimigo em Passo da Pátria e, lado a lado a Osório, marchou até Tuiuti onde teve destacada ação em Potrero Pires, comandando esquadrões com cavalos amilhados, com função tática importante, a concorrer para que Osório vencesse em Tuiuti, em 24 de maio de 1866, a maior batalha campal da América do Sul.



Brigadeiro Antonio Netto o vencedor de Seival e proclamador da República Rio-Grandense. Na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-70) comandou a Brigada Vanguarda do Exército Nacional. Desembarcou com Osório, em Passo da Pátria. Continuou na vanguarda e destacou-se em Potrero Pires — Tuiuti, comandando esquadrões com cavalos amilhados com importante função tática a concorrer para a vitória. Consagrou-se então herói da nossa integridade e como um dos grandes chefes da Cavalaria do Brasil. (Foto: FAGUNDES, Morivalde Calvet — Rev. Farroupilha).

Em 20 de setembro de 1835, o cel Bento Gonçalves da Silva, Comandante Superior da Guarda Nacional da Província, com apoio em parte expressiva da mesma, menos as de Herval do Sul, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte e Porto Alegre e mais o apoio de toda a Guarnição do Exército da Província, a mais forte do Brasil (3RC, 1BC e 1B Artilharia), conseguiu dominar em um mês toda a Província e depor o seu Presidente — o Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga[8] e o Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto[9], seu Comandante-das-Armas, substituindo-os pelo Dr. Marciano Pereira Ribeiro[10] e coronel Bento Manoel Ribeiro[11] respectivamente.

O Império mandou como substituto do rio-grandense, filho de Rio Grande, Dr. Fernandes Braga, outro rio-grandense — o Dr. Araújo Ribeiro, filho de Barra do Ribeiro e primo e amigo do cel Bento Manoel Ribeiro. Face a problemas apresentados a sua posse, pela Assembléia Provincial, o cel Bento Manoel decidiu apoiá-lo militarmente. Partiu para a campanha para liderar a reação e aconselhou a Araújo Ribeiro fizesse a sua parte, a partir de Rio Grande, onde assumiu o Governo da Província e reconquistou e consolidou, de modo incruento, aquela estratégica posição[12].

E teve lugar então uma disputa armada entre dois Governos Provinciais. O revolucionário instalado em Porto Alegre, sob liderança do Presidente Marciano Ribeiro, tendo como Comandante-das-Armas o major João Manoel de Lima e Silva[1 3] que concentrou grandes forças em Pelotas para reconquistar Rio Grande e depor o Governo Imperial, ali instalado em local aberto a recursos navais e terrestres de toda a ordem. Governo tendo como Comandante-das-Armas,

atuando no interior da Província, o cel Bento Manoel, procurando socorrer o Presidente da Província, pressionado a partir de Pelotas.

SITUAÇÃO GERAL

Neste momento histórico, os revolucionários não perceberam a inteligente e incruenta manobra do Presidente Araújo Ribeiro de apossar-se de Rio Grande e consolidá-la, gradativamente, como base naval e terrestre inexpugnável da contra-revolução.

Para recompensar a ajuda e os revolucionários para reconquistá-la, teriam, segundo Canabarro Reichardt[14], incorrido em uma falsa avaliação estratégica. Ou seja, dividiram os esforços ofensivos a um só tempo: Sobre o cel Bento Manoel, na Campanha, ao longo do vale do Jacuí; sobre o Presidente Araújo

Ribeiro, em Rio Grande, e sobre o cel Silva Tavares junto a Fronteira do Jaguarão.

Segundo o autor citado, João Manoel, Comandante-das-Armas, tPʳia sido favorável a atacar a um só tempo os três objetivos.

Bento Gonçalves, ao contrário, voto vencido, teria se manifestado favorável a bater-se por partes o adversário. Primeiro Bento Manoel, na Campanha, antes de operar junção com Silva Tavares. Depois este e, finalmente, concentração geral para investir Rio Grande, como fizera no plano inicial da revolução de setembro de 1835.

Em 2 de junho de 1836, o major João Manoel conseguiu abrir o Passo dos Negros, do São Gonçalo, fechado por Esquadrilha ao comando do capitão Grenfell[15] e defendido pelos coronéis imperiais Silva Tavares e Izaias Bonifácio Calderón.

Através do passo lançou tropas ao comando dos coronéis Antônio Netto e Domingos Crescêncio de Almeida[1 6].

Na perseguição de Silva Tavares e Calderón eles percorreram o atual município de Santa Vitória do Palmar até que os obrigaram a se internarem no Uruguai, por São Miguel. Existe versão que Silva Tavares e Calderón atraíram Netto e Crescêncio, para aliviarem a pressão sobre Rio Grande, só atacada quase 50 dias após a abertura do Passo dos Negros e sem eficácia.

Neste ínterim Porto Alegre caiu em mãos imperiais por desguarnecida. Todo o Governo foi preso. Netto retornou da fronteira do Chuí e foi cobrir a fronteira do Jaguarão. Bento Gonçalves tentou reconquistar Porto Alegre, sem sucesso. Pressionado foi obrigado a retirar-se para a Campanha. Assim terminou por ser preso na Ilha do Fanfa, em 4 de outubro de 1836, com expressiva parcela de sua tropa, que compunha a Divisão do Centro. Enquanto isto. Domingos Crescêncio que veio em seu socorro nada conseguiu fazer.

Assim, Rio Grande retornou ao Império, seguido de Porto Alegre; da neutralização da posição farrapa em Itapoã, em 6 de agosto de 1836; da derrota de Bento Gonçalves no Fanfa e da queda pela manobra da posição de João Manoel, em Pelotas, isto significou: Perda das estratégicas bases militares e navais em Rio Grande e Porto Alegre; prisão da liderança revolucionária civil, em Porto Alegre, incluindo o Presidente da Província revolucionária e mais 31 companheiros; liberação da ligação naval Porto Alegre-Rio Grande, pela neutralização dos fortes farrapos Junco e Itapoã e a prisão do próprio líder político-militar Bento Gonçalves que era a própria encarnação do espírito rio-grandense.

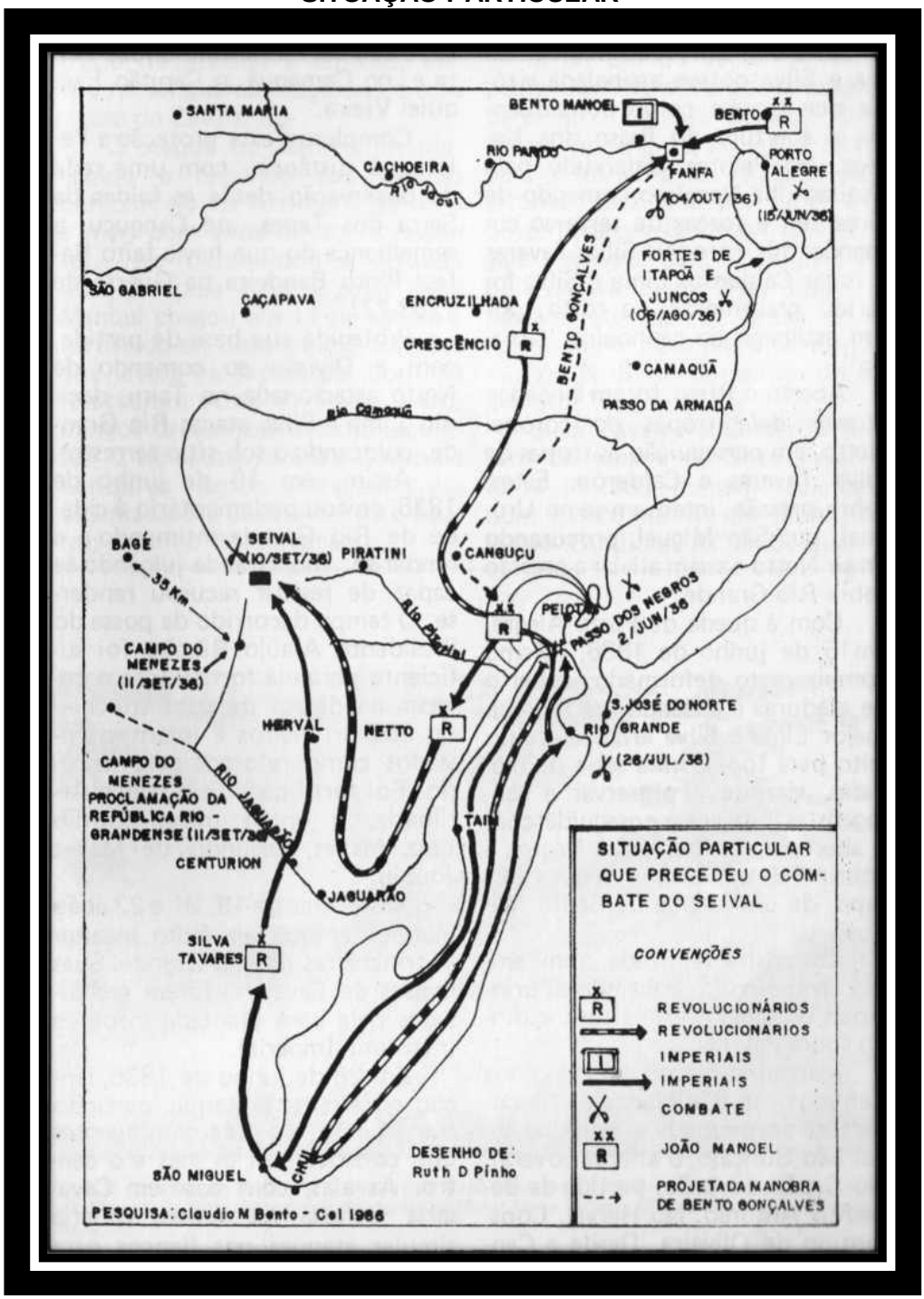
Se isto não bastasse, João Manoel, depois da tardia e malograda tentativa de conquistar Rio Grande, em 26 de julho de 1836, foi obrigado pela manobra a deixar Pelotas e procurar proteção na Serra dos Tapes (Piratini-Canguçu) escolhida para capital da República Rio-Grandense.

Neste quadro extremamente adverso é que a vitória do Seival surgiu com um raio de esperança, uma tábua de salvação, uma bandeira de mobilização a provar que nem tudo estava perdido. Fato que teve repercussão extremamente negativa e preocupante entre os imperiais, pela retumbância da vitória e incerteza decorrente da proclamação da República Rio- Grandense.

Em 2 de junho de 1836, tem lugar o combate de São Gonçalo, no qual o major João Manoel Lima e Silva obteve assinalada vitória que trouxe como consequência a abertura do Passo dos Negros, em Pelotas, defendido pela

Esquadrilha Naval ao comando de Greenfell e forças de terra ao comando dos coronéis Silva Tavares e Isaias Calderón, Lima e Silva foi ferido gravemente no rosto, por um estilhaço da canhoeira "Oceano".

SITUAÇÃO PARTICULAR



Aberto o Passo,foram lançadas através dele tropas do coronel Netto, em perseguição às tropas de Silva Tavares e Calderón. Estes, sobre pressão, internam-se no Uruguai, por São Miguel, procurando atrair Netto e assim aliviar a pressão sobre Rio Grande.

Com a queda de Porto Alegre, em15 de junho de 1836, mesmo com o rosto deformado, coberto de ataduras e ardendo em febre, o major Lima e Silva

levantou-se do leito para tomar uma série de medidas, visando a preservar a vantagem estratégica conseguida com a abertura do Passo dos Negros e cobrir Pelotas, último reduto farrapo, de um ataque de Bento Manoel.

Cobertura realizada num amplo semi-círculo, cobrindo as principais direções estratégicas incidindo sobre Pelotas.

Marcelino Nunes, no Passo dos Canudos, no São Gonçalo. Na cobertura aproximada e ainda no canal São Gonçalo, o alferes Soveral. No Capão do Leão, partida de Benedito Antônio. No Herval, Constantino de Oliveira. Desde a Candiota e até Piratini, Oliveira Nico e João José Damasceno. Em Canguçu, o ten cel Florentino Souza Leite e, no Camaquã, o Capitão Ezequiel Vieira.

Completou esta proteção a Pelotas, â distância, com uma rede de observação desde as faldas da Serra dos Tapes, até Canguçu, a semelhança do que havia feito Rafael Pinto Bandeira na Guerra de 1763-77[17].

Protegida sua base de partida, com a Divisão ao comando de Netto estacionada no Taim, decidiu Lima e Silva atacar Rio Grande, colocando-a sob sítio terrestre.

Assim, em 16 de junho de 1836, enviou parlamentário à cidade de Rio Grande intimando-a a render-se. Rio Grande julgando-se capaz de resistir recusou render- se. O tempo decorrido da posse do Presidente Araújo Ribeiro foi suficiente para ela fortificar-se e colocar na defesa de suas trincheiras 800 artilheiros e infantes, enviados como reforços pelo Império. Foi fortificador e dirigiu a Artilharia, o então major Emílio Luiz Mallet, segundo de Mallet Joubin.

Nas noites de 19, 21 e 22 João Manoel tentou, sem êxito, assaltar as trincheiras de Rio Grande. Suas massas de Cavalaria foram rechassadas pela bem plantada tropa de Infantaria Imperial.

Em 26 de junho de 1836, lançou o derradeiro ataque, partindo sua Divisão em três contingentes que constituíram as alas e o centro. Às alas, com base em Cavalaria armada de lanças, caberia simular ataques nos flancos para atraírem sobre si os defensores. A seguir, o Centro, mais numeroso e contando com um pelotão a pé, armado de pistolas e espadas, atacou na vanguarda, seguido de uma massa de Cavalaria.

O ataque do Centro foi percebido e recebido sob intenso bombardeio da Artilharia de terra e mar, com tiros diretos e razantes. Isto determinou a retirada imediata para Pelotas, onde João Manoel chegou em 11 de agosto e fortificou-se, instalando 5 canhões que levara na expedição. Com ele retornaram Antônio Netto e Domingos Crescêncio. No dia seguinte, 12 de agosto, criou o Corpo de Lanceiros Negros, entregando sua organização a Joaquim Pedro Soares, segundo Wiedersphan.

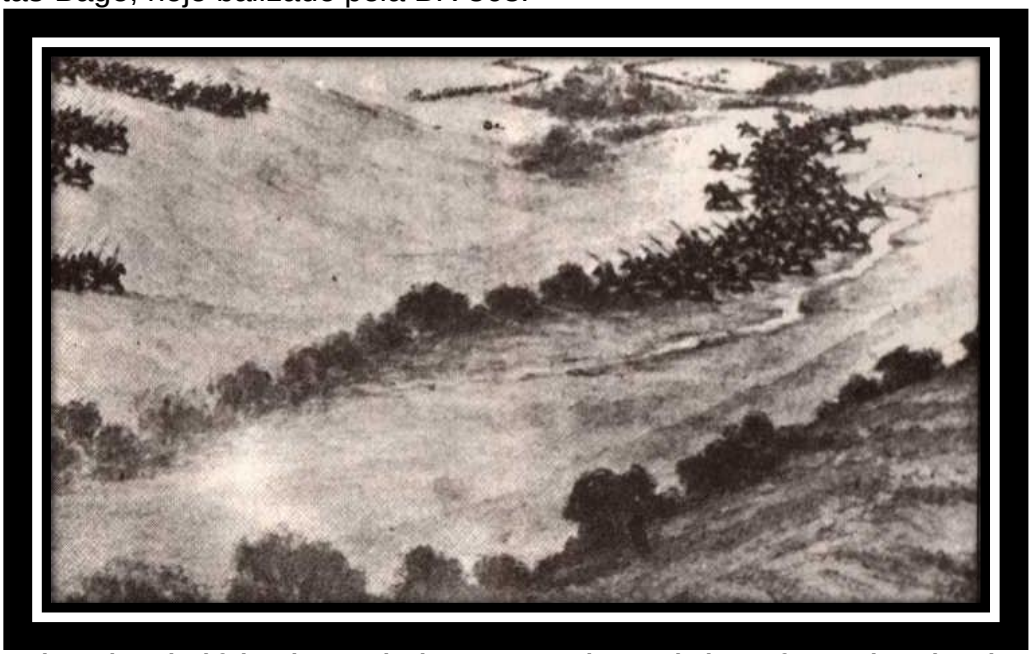
Bento Gonçalves em dificuldades pediu que Domingos Crescêncio se dirija a Triunfo, para acolhê-lo ao Sul do Jacuí. A Netto pediu que lhe conseguisse cavalos para remontar sua Divisão. Crescêncio se dirigiu a Triunfo e Netto para a fronteira do Jaguarão para arrumar cavalos e por saber que Silva Tavares e Calderón, que obrigara a emigrar para o Uruguai, depois da vitória de 2 de junho, já haviam retornado ao Brasil, no final de julho, pelo passo Centurión (antigo N. S. de Conceição do Jaguarão)[1 B].

Silva Tavares e Calderón tiveram de separar-se. Silva Tavares, forte de 500 homens, acampou num rincão na foz do Seival, no arroio Candiota. Aí soube que no passo do Lageado, do rio Jaguarão, acampava uma tropa. Dia 10 de setembro Silva Tavares saiu em direção desta força, em reconhecimento, e a encontrou a uma légua de onde acampara.

Netto, ao divisar Silva Tavares nas pontas do Seival, partiu sobre ele. Silva Tavares galgou a coxilha do Seival e tomou a melhor posição em suas partes

mais elevadas, onde dispôs suas tropas e aguardou o combate.

A coxilha do Seival ficava próximo à casa dos Lucas, ao longo do caminho Pelotas-Bagé, hoje balizado pela BR 363.



O combate de Seival foi o choque de duas massas de Cavalaria conforme alegoria acima de Miranda Junior, sob orientação do então Major Maya Pedrosa (Fonte:* Histórica do Exército, *v. 2).

O COMBATE DE SEIVAL

Forças em presença

Imperiais: Brigada Provisória de Cavalaria da Comarca do Rio Grande, ao comando do coronel comandante Superior da Guarda Nacional da Província, João da Silva Tavares[19]e reforçada por tropas do cel Isaias Bonifácio Calderón, que incluía muitos orientais e no momento ausente, com pequena escolta, a procura de contato com o cel José dos Santos Loureiro[20].

A tropa imperial era nucleada por amigos de Silva Tavares das regiões atuais de Jaguarão e Herval do Sul, bem como seus parentes das famílias Nunes, Fagundes, Medeiros[21].

Seu efetivo numerava cerca de 500 homens, segundo o mais categorizado historiador da Revolução[22].

Revolucionários: 1ª Brigada do Exército Liberal, ao comando do coronel da Guarda Nacional Antônio de Souza Netto, reforçado pelo recém-criado e ainda em organização Corpo de Lanceiros Negros.

A 1ª Brigada de Netto originou-se da Legião""de Guardas Nacionais do Termo de Piratini, criada em 14 de outubro de 1835, pelo Presidente José Mariano Ribeiro, colocado pela Revolução de 20 de setembro na Presidência da Província, em substituição a Fernandes Braga. Foi constituída de dois esquadrões ou quatro companhias. Uma companhia recrutada em Piratini e as outras três, uma no distrito de Bagé, até o Piraí e as duas restantes uma em Canguçu atual e a outra em Pedro Osório atual, ao norte do rio Piratini[23].

Reforçada no Seival pelos Lanceiros Negros do tenente-coronel Joaquim Pedro Soares e major Joaquim Teixeira Nunes[24], atingiu um efetivo estimado em cerca de 430 homens[25]. O seu número de chefes atingiu, no dia seguinte ao

combate, 52 oficiais e sargentos[26], que assinaram a Proclamação da República Rio-Grandense.

Principais lideranças (experiência anterior a Seival)

Imperiais: 1) Coronel João da Silva Tavares[27]. Nascido em Herval (15 de março de 1790). Era filho de um português. Possuía 46 anos no combate do Seival. Com 21 anos ingressou num Regimento de Milícias, na Fronteira do Rio Grande. Participou da Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental, ao comando de D. Diogo de Souza 1811-1812. Integrou a vanguarda da Divisão de Voluntários Reais que, em 1816, ao comando do General Lecor, penetrou no Uruguai pelo Chuí e terminou por entrar no Uruguai e participar da tomada de posse de Montevidéu.

Participou da 2ª Guerra contra Artigas, cujo epílogo foi sua derrota em Taquarembó, em 22 de janeiro de 1820, e da Guerra Cisplatina 1825-28, ao final da qual era capitão.

Neste posto foi nomeado Comandante de Companhia e do Distrito Militar do Herval, prestando assinalados serviços na segurança da fronteira no rio Jaguarão.

Criada a Guarda Nacional em 1831, nela exerceu as funções de major e tenente-coronel até 1835.

A Revolução de 20 de setembro de 1835 encontrou nele a única reação militar efetiva, em todo o Rio Grande. Contou como apoio dos ervalenses que tinham sobradas razões para apoiar o Império. Seu sogro Bonifácio Nunes, o Patriarca de Herval, havia sido um dos colaboradores do legendário Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira. E com ele, concluída a Guerra 1763-1776, na qual foi definido o destino brasileiro do Rio Grande do Sul, muitos ex-colaboradores "da primeira espada continentina" se radicaram em Herval atual. De iguais sentimentos partilhava o major Manoel Marques de Souza, cujo avô tivera papel importante na citada guerra. O que foi a luta de Silva Tavares em defesa da sua verdade — o Império, até o Seival e depois falam as suas ações.

De 20 de setembro de 1835 — 10 de setembro de 1836, por quase um ano foi intensa a ação militar de Silva Tavares. Como Netto, até a Revolução Farroupilha, possuía pouca experiência operacional.

Revolucionários: 1) Coronel Antônio de Souza Netto sobre o qual escrevemos amplamente em 20 de setembro de 1985[28]. Nasceu em Povo Novo — Rio Grande, em 11 de fevereiro de 1801, tendo por ocasião do combate de Seival 35 anos. Estreou como Capitão de Milícias na Guerra Cisplatina 1825-27, na cobertura da Fronteira, no corte do Jaguarão. Iniciando a Revolução Farroupilha, como capitão da Guarda Nacional, ascendeu durante a mesma, por seu valor, a coronel e logo a seguir a general. Lutou de 1835-45, sem descanso, até o último dia, tornando-se a segunda figura depois de Bento Gonçalves.

Foi o mais exímio cavaleiro farrapo. Sua liderança era incon- teste sobre seus comandados. Até Seival era pouca a sua experiência militar. No curso da Revolução veio a tornar-se respeitado líder de combate de Cavalaria. Na Guerra do Paraguai coube-lhe fazer a vanguarda do Exército de Uruguaiana até Tuiuti, a maior batalha campal da América do Sul, após a qual, acometido por febre, morreu e foi sepultado em Corrientes na Argentina. Desde 1966, centenário de sua morte, repousa em Bagé, próximo do túmulo de Silva Tavares, seu, oponente no Seival. Unidos agora, na morte, como estiveram em muitos momentos em defesa da integridade e da Soberania do Brasil.

E completaríamos, dois valorosos soldados do Brasil, no Rio Grande, que

foram exemplares e coerentes na defesa de suas verdades na Revolução Farroupilha.

Segundo Jacinto Eurico Sales em História de Bagé (Palegre, Ed. Globo, 1950 p. 52) os restos mortais de Netto haviam sido exumados de Corrientes, na Argentina e foram transportados para Montevidéu por seus familiares, de onde saíram em 1966 para descanso eterno ao lado dos restos mortais de seu pai, em Bagé, conforme desejo manifesto em vida.

Assessoria militar clássica

Em Seival ambos contendores dispuseram de pelo menos um assessor militar com larga experiência no Exército Imperial. Senão vejamos:

Imperiais: Major João Frederico Caldwell. Nascido em Santarém — Portugal, em 1801. Era filho do tenente-general Frederico Caldwell, inglês a serviço de Portugal, com uma portuguesa. Cadete aos 9 anos, do atual Regimento de Cavalaria de Guardas em Brasília. Como Alferes, aos 16 anos, lutou contra a Revolução Pernambucana de 1817, em Pernambuco. Em 12 de outubro foi promovido a 1º tenente do citado Regimento, ora em Brasília, no qual serviu por cerca de 20 anos.

Durante a Guerra Cisplatina 1825-28, foi designado major de Brigada, da 2ª Brigada de Cavalaria Ligeira ao comando do Coronel Bento Gonçalves sob cujas ordens serviu de 15 de setembro de 1826 — 31 outubro de 1827 (mais de um ano).

Sobre seu desempenho escreveu Bento Gonçalves:

"Este honrado militar, não só desempenhou as obrigações de seu cargo, como serviu de instrutor aos três corpos que compunham a brigada. Deixou-os quase em estado de primeira linha, tanto em manobras, quanto no espadão, apesar de andarem sempre em frente do inimigo. Tomou parte na Batalha de 20 de fevereiro de 1827 (Passo do Rosário), e em todos os encontros que teve a Brigada, em diversas ocasiões, neles mostrou presença de espírito, desempenhando tudo que lhe ordenei com atividade. É subordinado de exemplar conduta, tanto militar como civil.. ,[29]

Dentre os corpos que ele adestrou estava o do oriental Izaias Bonifácio Calderón ao qual, por certo, acompanhava como assessor, ao tempo do Combate do Seival.

Caldwell desligado do Exército, por sua condição de filho de inglês, embora anglo-lusitano, aderiu, em Jaguarão, à causa da legalidade.

No combate do Seival teve a mão direita amputada por um golpe de espada e ficou prisioneiro por 43 dias, até conseguir fugir.

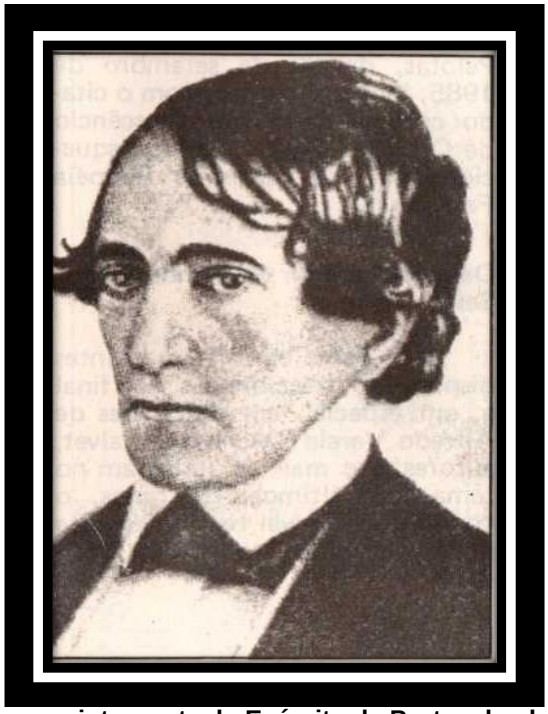
Mais tarde veio a prestar relevantes serviços ao Brasil, na guerra e na paz. Comandou a 3ª Região Militar de 1848-1865, por cerca de seis vezes. Em 1870 foi Ministro da Guerra e logo a seguir Conselheiro de Guerra e, Ajudante-General do Exército até falecer em 26 de fevereiro de 1873.

A sua influência doutrinária na Brigada de Silva Tavares é evidente. Segundo depoimento de participantes do Combate do Seival, Caldwell ao contemplar dispositivo avançando, da tropa de Netto, teria concluído:

“Netto vem atacando para triunfar!".

Revolucionários: Tenente Coronel Joaquim Pedro Soares (1770-1850). Sobre sua ação militar no Seival escreveu Caldeira:

"Joaquim Pedro Soares tinha sido oficial de 1ª Linha do Exército Imperial, na Guerra Cisplatina 1825-28. Era valente, enérgico e muito militar. Possuía muita instrução e prática de oficial de Secretaria.



Cel Joaquim Pedro Soares ex-integrante do Exército de Portugal e do Brasil foi quem dispôs taticamente a tropa do Netto Seival, do que resultou a vitória.

Foi ele quem organizou o casco do 1º Corpo de Lanceiros Negros de 1ª Linha. No ataque do Seival foi ele quem dispôs a força de Netto para o ataque.

Ele manteve um esquadrão em proteção (em reserva). Foi este esquadrão ao comando do capitão Antônio Meireles Gonçalves que tomou conta do campo (de batalha) e obteve o triunfo"[30].

Aqui está uma realidade até então não explorada. Foi este esquadrão em reserva que fez a penetração no centro do dispositivo imperial, no momento oportuno, dividindo em dois e tornando impossível o apoio mútuo entre as alas direita e esquerda.

O citado capitão chamava-se, em realidade, Antônio Gonçalves Menezes Meireles. Foi promovido a tenente-coronel de 1ª Linha por João Manoel, em 19 de novembro de 1836, ao estruturar o Exército Rio-grandense. Em 1841, era Chefe Geral de Polícia em São Gabriel[31].

O tenente-coronel Joaquim Pedro Soares, segundo estudos que acabamos de proceder, com apoio em documentos que encontramos no Arquivo do Exército e que aqui sintetizamos, nasceu em Campo Maior - Portugal, em 1780. Era filho de militar. Sentou praça com 10 anos. Em 1797 foi promovido a cabo de RI. Esteve prisioneiro dos franceses durante a invasão de Napoleão a Portugal. Em 1816 veio para o Brasil, como 2º sargento, integrando a Divisão de Voluntários Reais ao comando de Lecor. Fez as campanhas de 1816, 1820 e Guerra Cisplatina. Combateu em Passo do Rosário como tenente do 1º Esquadrão comandado pelo capitão Domingos Crescêncio de Carvalho, mais tarde um dos esteios da Revolução. Esquadrão pertencente ao 4º Regimento de Cavalaria de Linha de Jaguarão, que por ocasião da Revolução de 20 de setembro de 1835 era comandado pelo capitão Crescêncio que aderiu com o Regimento à Revolução liderada por Bento Gonçalves, ex-comandante desta unidade. Joaquim Pedro havia se reformado em 4 de julho de 1831, sem vencimentos. Foi organizador e primeiro comandante dos Corpos de Lanceiros Negros e Ajudante Geral do Exército da República Rio Grandense. Preso em Piratini junto com José Mariano de Mattos é enviado preso para o Rio.

Desconhece-se o seu destino após.

Seu ligeiro perfil mostra o seu valor militar e capacidade para dispor as forças revolucionárias para o combate.

Influiu junto com o cel Lucas de Oliveira para que o cel Netto proclamasse a República. Foi, portanto assessor militar e político de Netto, no Seival e, em Campo de Menezes. A História da Revolução Farroupilha o tem esquecido e não reconhecido a projeção de sua atuação. Por ocasião do combate do Seival, Joaquim Pedro possuia em torno de 55 anos.

O cel Manuel Lucas de Oliveira que secundou Netto no combate do Seival possuia cerca de 26 anos então.

Sua experiência militar até então era pouco expressiva. Foi "aprendendo vendo, tratando e pelejando", na Academia Militar das Coxilhas, até substituir Netto no comando da Brigada Liberal. Possuía muita liderança sobre seus homens. É uma figura singular que estudamos no Diário Popular de Pelotas, de 20 de setembro de 1985, junto, inclusive, com o citado coronel Domingos Crescêncio de Carvalho, figura também esquecida entre os vultos da Epopéia Farroupilha.

Descrição militar do combate do Seival

Com apoio em diversas fontes disponíveis relacionadas ao final e, em especial, em descrições de Alfredo Varela e Morivalde Calvet, autores que mais se detiveram no tema nos últimos 150 anos, o combate do Seival teve o seguinte desenvolvimento, segundo interpreto:[32]

1ª FASE
Tomada do dispositivo e início do combate a bala

Os imperiais ao comando de Silva Tavares escolheram o terreno do combate. Ocuparam o alto da coxilha do Seival desdobrados em três grupamentos. A Ala Esquerda apoiada numa depressão e ao comando de Silva Tavares e a Ala da Direita ao comando do valente major David Francisco Pereira. À retaguarda das duas alas foi colocada a Reserva, forte de 2 esquadrões, ou quatro companhias.

Os revolucionários ao comando de Netto e sob a orientação tática do tenente coronel Joaquim Pedro tomaram o seguinte dispositivo na várzea, no sopé da coxilha do Seival.

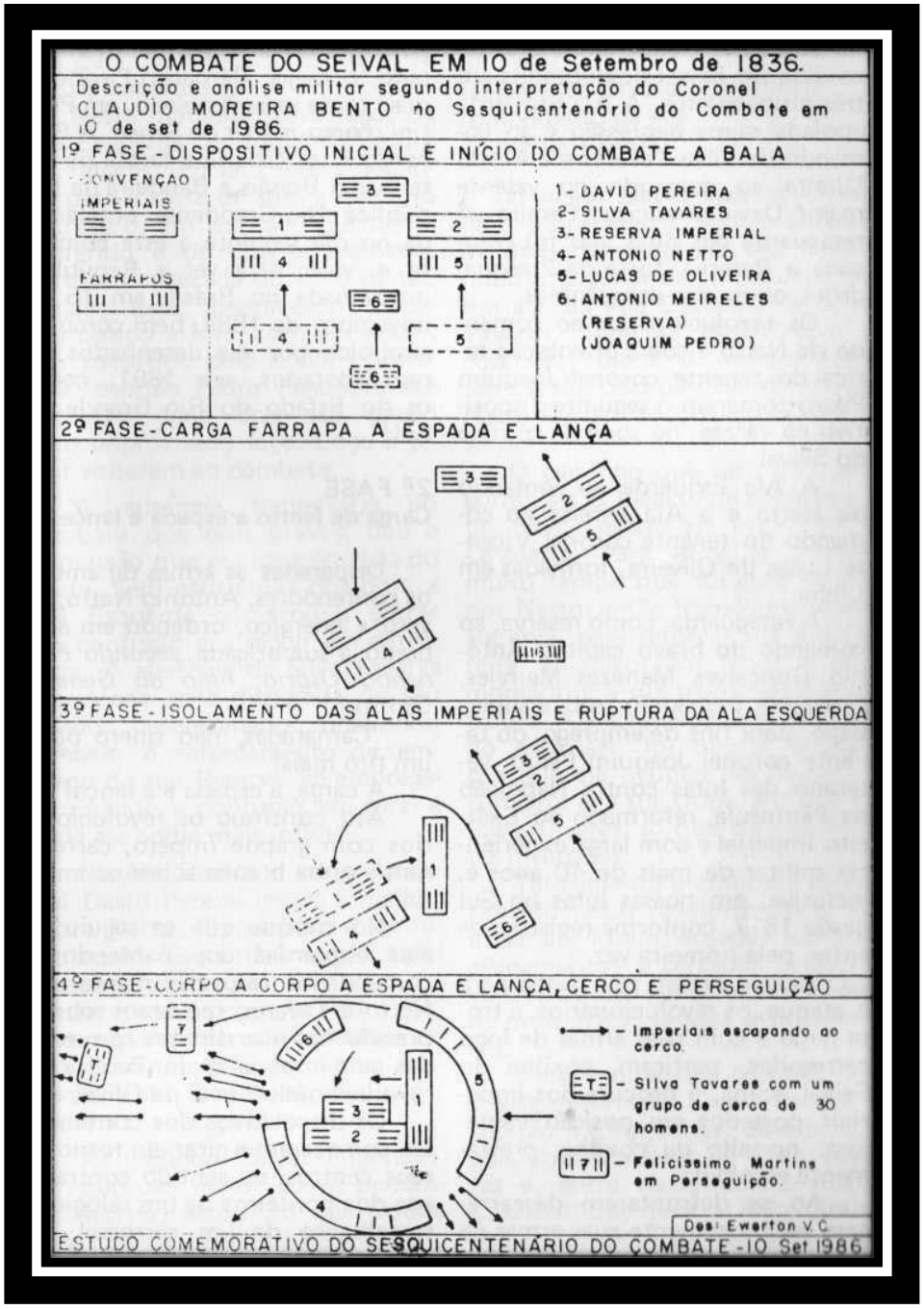
A Ala Esquerda ao comando de Netto e a Ala Direita ao comando do tenente coronel Vicente Lucas de Oliveira, formadas em Linha.

À retaguarda, como reserva, ao comando do bravo capitão Antônio Gonçalves Menezes Meireles, ficou um esquadrão, sob a supervisão, para fins de emprego, do tenente coronel Joaquim Pedro, veterano das lutas contra Napoleão na Península, reformado do Exército Imperial e com larga experiência militar de mais de 40 anos e, inclusive, em nossas lutas no Sul desde 1817, conforme registramos antes, pela primeira vez.

Dada a ordem por Netto para o ataque, os revolucionários, a trote largo e com suas armas de fogo carregadas, partiram, coxilha do Seival acima, à procura dos imperiais postados em posição vantajosa, no alto da coxilha, previamente escolhida.

Ao se defrontarem descarregam reciprocamente suas armas de fogo. Neste momento foi atingido por dois disparos, sem ser desmontado, o major Bernardo Pires que mais tarde seria festejado, em Piratini, como mártir de Seival. A Ber-

nardo Pires caberia a tarefa de desenhar o Brasão e Bandeira da República Rio-Grandense proclamada no dia seguinte a este combate e, viver para ver a República proclamada no Brasil, em 15 de novembro de 1889, bem como os símbolos por ele desenhados serem adotados, em 1891, como os do Estado do Rio Grande do Sul[33].



2ª FASE
Carga de Netto a espada e lança

Disparadas as armas de ambos os contenderes, Antonio Netto, severo e enérgico, ordenou em algo brado a sua brigada, segundo Fernando Osório, filho do General Osório:

"Camaradas, não quero ouvir um tiro mais!

A carga, a espada e a lança!"

Ato contínuo os revolucionários com grande ímpeto, carregaram a arma branca sobre os imperiais.

No choque que se seguiu, as alas esquerdas dos contendores, comandadas respectivamente por Netto e Tavares, recuaram sobre a pressão das alas direitas comandadas pelo imperial major Pereira e o revolucionário Lucas de Oliveira.

Os dispositivos dos contendores começaram a girar em torno de seus centros, no sentido contrário aos dos ponteiros de um relógio, a semelhança de um carrossel, segundo Calvet Fagundes, ocorrendo um perigoso distanciamento entre as alas imperiais.

Neste momento teve lugar na Ala Esquerda, ao comando de Silva Tavares, um fato muito negativo para a sorte de suas armas. No entrevero, um lançaço, que lhe foi desferido e de que se esquivou, cortou a cabeçada do freio de seu cavalo. Este desenfreado disparou campo a fora, com seu ginete. Foi socorrido pelo bravo e intrépido capitão Pedro Fagundes seu cunhado, após laçar seu cavalo com improvisado laço. Logo a seguir voltaram ao combate.

A ausência temporária do combate dos dois bravos, deu a impressão que era uma retirada do chefe. Sem assistência dos dois, a Ala Esquerda começou a entrar em confusão e a seguir em derrocada. A ausência de Silva Tavares provocada pela disparada de seu cavalo desenfreado ocasionou também o retardamento do emprego de sua Reserva, só empregada quando a confusão era geral e nada ela podia mais influir.

Na Ala Direita o major imperial David Pereira levava a melhor sobre Netto. Percebendo a confusão na Ala Esquerda imperial e seu afastamento da Ala Direita, o tenente coronel Joaquim Pedro lançou naquele intervalo a Reserva revolucionária. Esta procurou desbordar a Ala Direita imperial e cair sobre a sua retaguarda.

Aí segundo Calvet Fagundes, "o valoroso major David pensando acertar, errou", o que trouxe sérias conseqüências para a derrota que iriam sofrer.

3ª FASE
Isolamento das alas imperiais e rompimento da Ala Esquerda-Vitória!

O major David levando a melhor sobre Netto, vendo ameaça de desbordamento de seu flanco direito, seguida de isolamento de sua ala, da Ala Esquerda de Silva Tavares, onde se estabelecera a confusão, desde a disparada de seu cavalo, decidiu desenganjar de Netto e ir em socorro de Silva Tavares.

O caminho que teve que percorrer até o local onde pensava estar Silva Tavares era impróprio à Cavalaria. Para atingi-lo perdeu muito tempo que foi aproveitado por Netto, então transformado em Reserva, para reforçar sua Ala Direita. O major foi ferido e desmontado e a sua tropa não encontrou a Ala Esquerda que, no giro do carrossel, foi ocupar a posição que ele ocupara no início do combate e, a sua tropa, a inicial de Silva Tavares, só que com as frentes invertidas.

Taticamente o combate estava vencido pelos revolucionários. Os imperiais foram isolados em três grupamentos e cercados pelos revolucionários. Foi grande o número de mortos, feridos e prisioneiros.

Dentre os mortos, os intrépidos e valentes major David Pereira e capitão Pedro Canga, dois principais colaboradores de Silva Tavares e, entre os feridos,

o major Caldwell que teve a mão direita decepada, além de ter sido feito prisioneiro.

4ª FASE
Corpo a corpo a arma branca e Perseguição

As tropas de Silva Tavares ao término do combate de Seival ficaram em grande parte cercadas sem chances de uma retirada. Dentre os que conseguiram romper o dispositivo registre-se o próprio coronel Silva Tavares em companhia de cerca de 30 companheiros que procuraram atingir o rio Camaquã[35].

Em perseguição aos imperiais que conseguiram escapar do local do combate, foi destacada da Ala Direita revolucionária, uma fração tendo como guia Felicíssimo Martins, com ordens de não ultrapassar o arroio Velhaco, afluente do Camaquã[36].

Se tivesse ordem de ultrapassar teria prendido o capitão Jorge de Mazarredo[37], que no início da Revolução comandava o 29 Regimento de Cavalaria em Bagé, e que, por não aderir à mesma, o então tenente Osório o conduziu são e salvo à fronteira. O Capitão Mazarredo encontraria a morte mais tarde na defesa de Porto Alegre, sob sítio republicano.

Os remanescentes revolucionários se retiraram em direção do Camaquã. Não foram aprisionados em maior número, em razão da tropa de perseguição haver sido incumbida de um reconhecimento que a atrasou e a perseguição ser limitada ao arroio Velhaco[33].

Netto montava neste dia um cavalo tordilho negro que ele mesmo havia domado antes da guerra e Silva Tavares um baio sebrumo segundo Alcy Cheuiche em seu A Guerra dos Farrapos (Palegre, Mercado Aberto, 1985) 2ª Ed., com apoio em historiadores da Revolução.

Dentre os vencedores do Seival foi possível relacionar: cel Antônio de Souza Netto, ten cel Lucas de Oliveira, ten cel Joaquim Pedro Soares, majores Bernardo Pires, Francisco da Costa, Joaquim Teixeira Nunes, capitães Marcelino Pereira, Firmino Alves, Antônio Gonçalves Menezes Meireles, Felicíssimo Martins (guia), Vasco Marques, Antônio Almeida Lara e o oriental Calengo Saenz. Ou seja, 13 dos 52 signatários da Proclamação da República. Possivelmente participaram como capitão Flo- risbelo de Souza Netto (pai de Zeca Netto), como tenentes Bento Palomeque, Vicente Ferrer de Almeida e Ezequiel Antônio da Silva, José Antônio Coritiba e Bento Correia da Silva como sargentos.

Baixas no combate do Seival

Araripe dá o seguinte total de baixas imperiais:[39]
356/560 combatentes.
Baixas assim distribuídas:
180 mortos;
60 feridos;
116 prisioneiros
E assinala: "Seival foi considerado na rebeldia como um dos seus mais gloriosos feitos".
Segundo Varela as baixas imperiais somaram:[40]
318/500 combatentes.
Baixas assim distribuídas:
167 mortos;

151 prisioneiros,
Entre os quais muitos feridos.
Entre os 167 mortos 12 eram oficiais, sendo:
1 major — major David Francisco Pereira;
1 capitão — capitão Pedro Nunes Fagundes;
4 tenentes;
6 alferes.

O Combate do Seival foi de características de aniquilamento. Os imperiais sofreram 356/500 baixas (180 mortos, 60 feridos e 116 prisioneiros. Isto deve-se a bravura dos imperiais no corpo a corpo, espada e a lança e ao espírito altamente ofensivo dos revolucionários. (Fonte: Rev. Far. cic IPIRANGA-RS)

Além dos ervalenses David Pereira e Pedro Nunes, segundo Manoel da Costa Medeiros[41] tombaram mortos no combate a nata da mocidade ervalense: Serafim Vieira, Jerônimo Amaro da Silveira e Albino Inácio Medeiros. Além de ficarem prisioneiros, segundo Al varo Tavares de Souza:[42] Anália Nunes, Joca Tavares, filho do cel Silva Tavares e prisioneiros e feridos Peregrino Dutra Fagundes e Sérgio Muniz.

Silva Tavares perdeu aí os seus mais destacados líderes de combate Davi José Pereira e Pedro Canga e seus colaboradores desde a primeira hora. Seu filho Joca Ta vares, com 18 anos foi remetido para o Uruguai por Netto, aos cuidados do cel Calengo Saenz muito ligado por amizade à família Tavares, mas oriental e revolucionário.

Joca Tavares mais tarde se destacou na Guerra do Paraguai e na Revolução de 93.

O cel Silva Tavares apesar dos percalços que passou em combate foi dos poucos a conseguir escapar do local da luta.

Decorrido 50 dias do combate do Seival, o cel Silva Tavares foi preso por David Canabarro, na casa do sogro Bonifácio Nunes, em Erval. Foi em 17 de dezembro de 1836. Permaneceu preso até 5 de fevereiro de 1837, quando conseguiu fugir com o concurso de um sargento de nome Segismundo, depois

de 50 dias preso. Em ambas ações os revolucionários e depois de 11 de setembro, republicanos se apoderaram de copioso material bélico que era usado pelo cel Silva Tavares. O sargento Segismundo era de Pernambuco.

Entre os prisioneiros imperiais estavam dois majores. Um o major Frederico Caldwell, com a mão direita decepada por um golpe de espada. Depois de 43 dias preso conseguiu evadir-se e prestar à pacificação no Rio Grande, por Caxias, distintos serviços conforme atestou o próprio Barão:

"Este distinto oficial, com zelo, inteligência e bravura tem servido ao Exército, em comando,desde o começo da revolta que assolou esta Província.

Defendendo a Integridade do Império e os direitos de S. M. o Imperador, perdeu a mão direita no combate do Seival. É digno de bastante consideração. E apesar de estar impossibilitado de combater â testa de seu Regimento, em consequência da perda da mão direita, durante o tempo que comandei o Exército prestou muito bons distintos serviços[43].

Estudamo-lo repito, em Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS mostrando que depois do Seival construiu uma bela carreira militar.

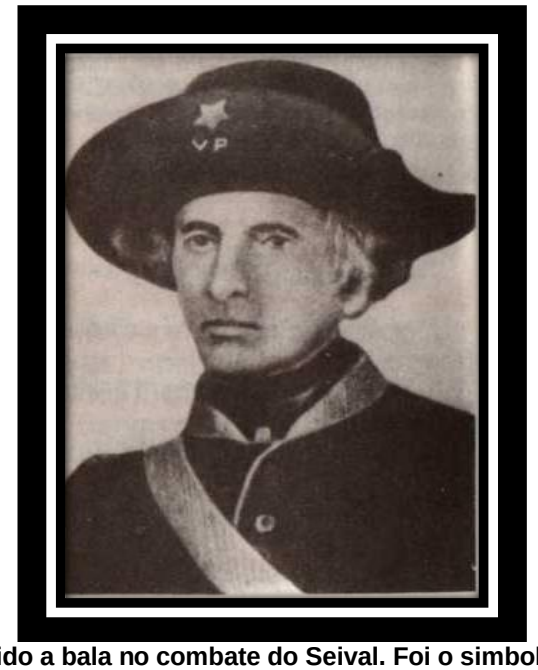
As baixas dos revolucionários totalizaram 34:

Baixas assim distribuídas:

8 mortos;

26 feridos.

Entre os mortos registre-se Marcelino Nunes, após um duelo particular com Pedro Canga que será descrito adiante. Entre os feridos e já referido em local próprio, Bernardo Pires, logo a seguir o simbolista farrapo e que estudamos amplamente[44].



Major Bernard Pires, ferido a bala no combate do Seival. Foi o simbolista farrapo junto com o Cel José Mariano de Mattos futuro ministro da guerra do Império em 1864. Participou de 6 campanhas externas 1812-1870 em defesa da Integridade do Brasil. (Foto: BENTO, *Símbolos do RGS).*

Recorrendo aos efetivos presentes no combate de 500 imperiais e 430 revolucionários adotados por Moacyr Flores[45] contra, respectivamente, 318 baixas/500 imperiais e 36 baixas/430 revolucionários, o combate de Seival assumiu características de combate de aniquilamento ou de destruição do adversário.

Isto se agrava ao saber-se que do efetivo de 182 que conseguiu escapar do

Seival, somente 30 o fizeram com ordem certa. Os restantes 150 o fizeram no desespero e desordenamente na base do "salve-se quem puder!"

Por isto Seival foi a maior vitória obtida pela Revolução Farroupilha e não têm exagerado categorizados historiadores que a têm adjetivado de "retumbante", "brilhante" e "absoluta" e outros termos equivalentes. O número de baixas reflete a bravura inaudita dos imperiais que foram dobrados em decorrência de imponderáveis, como o corte da cabeçada do cavalo do coronel Silva Tavares e do erro tático do major David que morreu duplamente ferido, segundo Tarcísio Taborda[46] como se verá.

Com esta impressão ela espalhou-se pelo Rio Grande e pelo Império. Seja pela retumbante vitória militar, seja pela sua consequência — a Proclamação da República Rio-Grandense. Ela teve grande repercussão negativa no Império e muito positiva entre os agora republicanos. Somou-se a ela, a vitória, ainda no dia da Proclamação da República, obtida pelo cel João Antônio da Silveira, com auxílio de Canabarro e Guedes, sobre o cel José dos Santos Loureiro[47].

Seival e República compensaram, no ânimo dos republicanos, os reveses da queda de Porto Alegre, em 15 de junho de 1836, a neutralização das fortificações de Itapuã e ilha do Junco, acompanhada do auto-afundamento da esquadrilha farrapa que os apoiava, como resultado de operação vitoriosa imperial sobre aquela posição, em 23 de agosto[48], 17 dias antes do Seival e, mesmo, a prisão de Bento Gonçalves e da Divisão do Centro, na ilha do Fanfa, em 4 de outubro, ou cerca de 25 dias da vitória do Seival.

Nestes últimos cento e cinquenta anos foi-se perdendo a noção da significação histórica do Seival e a sua projeção na quase centenária República que vivemos. Até hoje, insistimos, somente mereceu um estudo sério de reconstituição, de parte de Varela e, ultimamente, do general Morivalde Calvet Fagundes que procurou enxugar, sintetizar e melhor explicar, com apoio em Varela, o que teria se passado no Seival.

As fontes sobre o combate são falhas acerca de seus quase 1.000 participantes. Os próprios oficiais e sargentos que dela participaram e que em número de 52 foram signatários da Proclamação da República Rio-grandense, têm tido seus nomes omitidos. Seria fonte básica e importante para aprofundar estudos e que estamos tentando lo calizar e explorar pela primeira vez.

Quando da vitória do Seival, seguida da Proclamação da República Rio-Grandense, o território do Rio Grande era composto de 14 municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Santo Antônio, Cachoeira, Pelotas, Piratini, Alegrete, Caçapava, São José do Norte, Triunfo, Jaguarão, São Bor- ja e Cruz Alta, (ver esboço nº 1).

Segundo Arthur Ferreira Filho:[49]"Somente Porto Alegre, Rio Grande e Vila São José do Norte" situadas em locais cercados por água e facilmente fortificados na parte terrestre "estavam em poder dos imperiais". Neste tempo todas as águas interiores já eram domínio de Divisão Naval ao comando de Grenfell, a qual teve papel decisivo na prisão de Bento Gonçalves na ilha do Fanfa, cuja travessia devia ser feita em 4 lances que incluíam 3 ilhas.

Os 52 signatários da Proclamação da República Rio-Grandense

Os autores que escreveram sobre a Revolução Farroupilha sistematicamente têm citado o texto da Proclamação que fora assinado por 52 oficiais e sargentos da Divisão Liberal. À procura de seus nomes recorremos, sem êxito, aos Arquivos Nacional, do Exército, do Itamarati, do Museu histórico Nacional, da Biblioteca Nacional, Histórico do RGS, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Câmara de Piratini e Museu da Revolução

Farroupilha, também em Piratini.

Recorremos a competentes pesquisadores. Sua descoberta seria reveladora. Aqui deixamos um desafio aos pesquisadores do assunto. Continuaremos na busca. Talvez a resposta se encontre no Uruguai.

A vitória do Seival á luz dos Princípios de Guerra e dos elementos da Manobra

A fiel observância dos Princípios de Guerra[50] têm explicado muitas vitórias militares, como a sua inobservância têm explicado muitas derrotas. Aplicando-os ao caso da vitória do Seival, conclui- se que eles foram observados por Netto, inconscientemente, por desconhecê-los, como também outros grandes capitães da História. Passemos a uma análise sumária desses princípios no Seival.

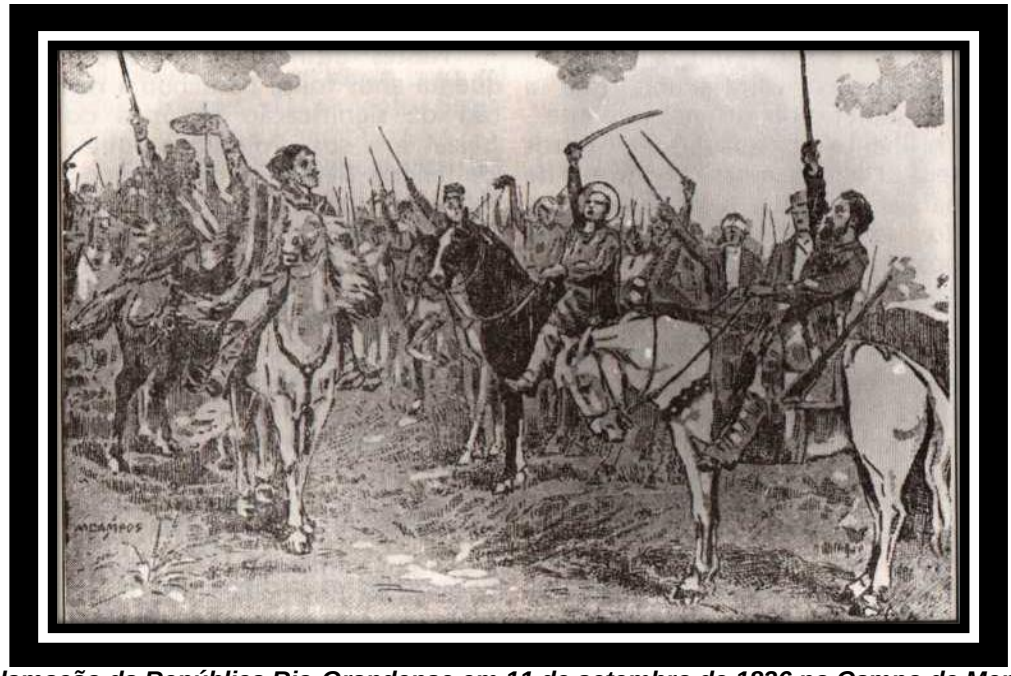
Princípio do Objetivo: Foi marcado como objetivo principal atacar a Ala Esquerda ao comando de Silva Tavares. Sobre ela foi conduzido o esforço ou ação decisiva. Apesar de mais forte e apoiada, à esquerda, em terreno difícil para os atacantes, ou não desbordável, ela cedeu à pressão do ataque revolucionário desde o início.

Princípio da Surpresa: Não foi caracterizada significativamente. Pode se considerar que a Ala Direita imperial foi surpreendida com lançamento da Reserva de Netto em direção a sua retaguarda, através do significativo espaço que se formou entre as alas imperiais.

Princípio de Ofensiva: Pode ser caracterizada pela conquista e manutenção da iniciativa até impor a sua vontade ao adversário. Ou atacar, atacar sempre! A iniciativa do ataque esteve sempre com os revolucionários. Foram ao encontro dos imperiais a trote largo, coxilha do Seival acima. Descarregaram suas armas de fogo e a seguir passaram a carga a espada e a lança. Quando a situação não corria bem na Ala Esquerda que vinha sendo repelida, lançaram, pelo espaço aberto entre as alas imperiais, a Reserva sobre a retaguarda da Ala Direita imperial que aliviou a pressão sobre Netto, a desengajou e foi socorrer a Ala Esquerda. Liberta a Ala Esquerda revolucionária, ela se transformou numa Reserva e partiu de imediato para a luta. Daí por diante o Princípio da Ofensiva continuou bem observado. O número de baixas imperiais de 316/500 são um testemunho eloquente da aplicação do Princípio da Ofensiva. Caracteriza-o, também, o lançamento de uma fração da Ala Direita revolucionária em perseguição aos imperiais que procuravam escapar do campo da luta.

Princípio da Manobra: Através de movimentos rápidos e seguros colocar nossos meios em posição vantajosa, em relação aos do adversário.

Netto manobrou a trote largo, coxilha do Seival acima, para ficar face a face com o adversário. Mas o que caracterizou o Princípio da Manobra, foi o lançamento oportuno da Reserva no espaço criado entre as alas adversárias e ameaçando a retaguarda da Ala Direita imperial que vinha obtendo clara vantagem sobre a Esquerda revolucionária ao comando de Netto. Esta manobra determinou o desengajamento da Direita imperial que partiu em auxílio da Esquerda, para evitar inclusive o isolamento das duas, o que não conseguiu. Princípio de Manobra atendido com o retorno ao combate da Esquerda revolucionária e com o lançamento de uma fração, desligada da Ala Direita revolucionária, em perseguição aos imperiais que conseguiram escapar da destruição em combate, na direção do rio Camaquã.



***Proclamação da República Rio-Grandense em 11 de setembro de 1836 no Campo de Menezes pelo General Netto com apoio na sua Brigada Liberal vencedora de Seival. (Foto: TAB0RDA, a* fíev. em BAGÉ).**

Princípio da Massa: Consistiu em ser mais forte no ponto decisivo ou no objetivo da operação. O objetivo da operação foi romper a Ala Esquerda imperial, ao comando pessoal do valente e bravo coronel Silva Tavares. E sobre ela foi conduzida a maioria dos meios, que desde o primeiro instante demonstraram nítida vantagem em que pese o adversário ter apoiado o flanco esquerdo num terreno impraticável à Cavalaria.

Princípio da Economia de Meios: Consiste na distribuição judiosa e compatível dos meios disponíveis entre as ações Principal, Secundária e Reserva. E esta harmonia foi conseguida. A ação principal a cargo da Diretoria revolucionária sobre a Esquerda Imperial foi compatível quanto aos meios recebidos. A ação secundária conduzida sobre a Direita Imperial mostrou compatibilidade, senão para obter vitória, pelo menos para fixá-la. A reserva foi compatível e quando empregada trouxe uma repercussão tática muito positiva que se constitui em ponto de inflexão a caracterizar a vitória certa.

Tanto a ação secundária como a reserva proporcionaram grande segurança à Ação Principal. A Ação Secundária, liberada da pressão inicial que sofreu, foi reforçar a Direita, como uma espécie de Reserva à Ação Principal.

Princípio de Segurança: Aí no Seival pode ser caracterizado pela Reserva mantida no início do combate e lançada no momento decisivo pela brecha entre as alas imperiais e diretamente sobre a retaguarda da Ala Direita imperial, que vinha levando nítida vantagem sobre a Esquerda revolucionária. Segurança caracterizada na fração encarregada da perseguição, de executar reconhecimentos prévios para prevenir surpresas, embora isto tenha possibilitado uma evasão maior, além do arroio Velhaco, limite para a perseguição.

Princípio da Simplicidade: Manobras e planos simples, transmitidos ao executantes, com clareza, precisão, concisão e facilmente entendidos. 0 plano de ataque foi simples. Duas alas atacantes dirigidas sobre as duas alas adversá-rias, dispondo de uma Reserva para ser lançada no momento oportuno. Os executantes, é fácil concluir, bem entenderam e executaram o plano.

Como exemplo de clareza, precisão e concisão na transmissão de ordens, virou legenda esta ordem de Netto:

"Camaradas! Não quero ouvir mais um tiro!

A carga! A espada e a lança!"

Unidade de Comando: Foi exercida por Netto em toda a sua plenitude. A operação subordinou- se a ele. Houve disciplina intelectual. Netto apesar de recorrer à assessoria militar do experimentado ten cel Joaquim Pedro Soares, na definição do dispositivo de ataque e particularmente no emprego judicioso da Reserva, não perdeu sua autoridade e liderança incontestáveis. E ser assessorado por quem sabe é sinal de grandeza de um comandante. Tanto que hoje eles dispõem da assessoria chamada de Estado-Maior. Do lado imperial tem-se a impressão que o major Frederico Caldwell não conseguiu impor sua competente assessoria.

Tanto é que teria escapado de sua boca no momento em que os revolucionários iniciavam o ataque esta abalizada impressão:

"Netto vem para triunfar!"

E foi procedente a sua impressão. Não se tem notícia se o capitão Mazzarredo, que comandava em Bagé, em 1835, o 2º Regimento de Cavalaria de Linha, influenciou no dispositivo imperial.

Acerca da inobservância dos princípios de guerra pelos imperiais responsáveis pelo insucesso colhido deixo a análise ao leitor interessado, para ver como os princípios de guerra explicam as vitórias e as derrotas. Daí a importância de um comandante testar seus planos e manobras â luz desses princípios.

Manobra e elementos

A manobra que culminou com a vitória do Seival, cujo objetivo foi romper a Ala Esquerda imperial e destruir o adversário a caracterizo:

Manobra Ofensiva, do tipo Central, na modalidade Ruptura (Penetração).

As direções do ataque das alas foram paralelas. Os meios foram repartidos pela Ala Direita, encarregada da Ação Principal, pela Ala Esquerda, encarregada da Ação Secundária e pela Reserva. A sua amplitude foi tática.

Esta manobra, quanto à modalidade, apresenta uma característica singular. Sendo o objetivo a ruptura da Ala Esquerda a arma branca, para dividi-la e criar flancos e sobre eles rebater os defensores, o que ocorreu foi inicialmente uma Penetração no espaço entre as alas imperiais, sem resistência nenhuma. Penetração conduzida sobre a retaguarda da Ala Direita, que se constitui num desbordamento de negativa repercussão tática para os imperiais. Penetração que criou condições para o rompimento da Ala Esquerda Imperial e a neutralização, por algum tempo, da Ala Direita. Seu idealizador, insisto, foi o cel Joaquim Pedro Soares que tem sido esquecido e desconhecido e cujo perfil aqui revelamos pela primeira vez, com apoio em documentos existentes no Arquivo do Exército.

História Militar, o alimento do cérebro de um Exército na Paz

O estudo da História Militar tem sido exaltado pelos grandes capitães da História, como de grande valor na formação dos grandes Generais.

Bento Gonçalves concluímos da sua grande dedicação à História Militar Romana. O estágio cultural militar que atingiu foi decorrência de sua vivência militar e de seu auto-didatismo em História Militar[51].

Em Zeca Netto se observa um certo auto-didatismo em História Militar, da leitura de suas Memórias e objeto de comentário nosso na Revista do Clube Militar e jornal Tradição[62].

0 marechal Ferdinand Foch, comandante dos aliados na vitória na 1? Guerra Mundial e inclusive de cerca de 23 brasileiros enviados à França para, combatendo, se atualizarem nas doutrinas vigentes, assim definiu a importância da História Militar:

"Para sustentar em tempos de paz o cérebro de um Exército e prepará-lo para a guerra não há livro mais fecundo em meditações do que o de História Militar"[53].

Como cérebro, Foch referia-se aos chefes, planejadores, pensadores e historiadores militares.

Napoleão já havia definido que "o conhecimento superior da Arte da guerra se adquire pela experiência e pelo estudo da História Militar. Eis aí um meio de fazer um grande general e aprender os segredos da Arte da Guerra"[54].

Sob a influência de Foch, oficiais brasileiros que combateram ao lado da França na H Guerra Mundial (entre os quais se tornaram mais conhecidos por sua projeção Fernando Leite de Castro, José Pessoa Cavalcante, Tertuliano Portiguara, Rego Barros) e, mais a Missão Militar Francesa 1920- 1939, convenceram o Exército Brasileiro a buscar na História Militar e Geografia Militar da América do Sul, as bases de suas táticas e estratégias, ou nas soluções táticas, estratégicas, logísticas e de engenharia humana isoladas nestes estudos.

Foi neste contexto que muitos oficiais do Exército se lançaram neste tipo de estudo, como o ilustre general Augusto Tasso Fragoso. Ele estudou a Batalha do Passo do Rosário de 20 de fevereiro de 1827, precedida de um estudo introdutório, desde a fundação da Colônia do Sacramento. Aliás estudada de molde a esgotar o assunto, pelo cel Jonathas do Rego Monteiro que logo a seguir estudou a guerra do Sul 1763-1766. Tasso Fragoso estudou a Revolução Farroupilha, até hoje o melhor estudo militar sobre o assunto. Saltou a Guerra contra Oribe e Rosas 1851-52, que mereceu de Genserico Vasconcelos excelente estudo e, estudou e escreveu sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, 1865-70. Foi alvo de sua superior consideração a invasão francesa no Rio de Janeiro.

Outro grande estudioso foi Francisco Paula Cidade com Lutas no Sul com espanhóis e descendentes e Notas de Geografia Sul-Americana e com o clássico Síntese de 3 séculos Literatura Militar Brasileira, entre outros.

Este período foi assinalado por diversos estudos biográficos de chefes militares.

Enfim todos procuravam inspirações na História Militar do Brasil para alimentar o cérebro do Exército na paz e prepará-lo para a guerra, com subsídios táticos, estratégicos e logísticos retirados da Arte Militar do Brasil, embutidos em quase 5 séculos de sua História Militar, assinalada por lutas internas e externas. O cérebro do Exército, referido por Foch, teria de retirar elementos para a construção do Exército do Brasil, grande nação ou potência, dando continuidade ao sonho de Caxias neste sentido, em 1861, ao adotar ordenanças de Portugal com adaptações que introduziu "até que se possua doutrina genuína". E o esforço de Tasso Fragoso iniciado em 1822 foi seguido por muitos durante o tempo de influência da MMF (1920-39).

A História Militar é importante em sua dimensão crítica, à luz dos fundamentos da Arte da Guerra e inútil quando estudada descritivamente ou de forma memorativa, tendência fácil que tende a predominar dentro da lei do menor esforço:

Frederico o Grande que estudava criticamente toda a História Militar que lhe caía às mãos, ao perceber que o professor de seu filho lhe ensinava descritivamente e decorando datas e nomes o chamou a parte e disse:

"Não ensine História a meu filho como a um papagaio. Faça-o raciocinar e tirar conclusões e lições".

Aí está a diferença entre a História Militar crítica conseqüente, para alimentar o cérebro de um Exército e a inconseqüente,descritiva e memorativa, que não leva a nada e desprestigia a História Militar tão exaltada pelos grandes capitães.

Esta dimensão tem predominado levando o estudo da História Militar ao desprestígio como cultura inútil. É lamentável.

E o caminho mais fácil. É preciso combatê-la.

E talvez a ela se deva o estágio atual da História Militar Crítica com poucos operários.

Ao estudarmos a História Militar do Brasil constate pelo menos dois momentos em que ela foi genuína e se impôs[55], como dou trina militar de inspiração brasileira.

Vale recordar! Nas guerras holandesas, a guerra levada a efeito pelos pernambucanos em especial era denominada "Guerra Brasílica". Ela seguia inspirações próprias que desconcertavam os holandeses então dotados da mais moderna Doutrina Militar que já havia superado a Doutrina Espanhola, na Europa.

O Brasil, no entanto, sob a égide da Doutrina Espanhola, no período de União das Coroas Ibéricas 1580-1640, conseguiu enriquecê-la com a Doutrina baseada nas Emboscadas e vencer e expulsar o invasor.

No Sul desenvolveu-se a Guerra à Gaúcha, segundo inspirações regionais. Por ocasião da Revolução Farroupilha ela já possuía quase um século de desenvolvimento. Caxias reconhecendo sua existência e desconhecendo como combatê-la, inteligentemente recorreu a dois especialistas para combatê-la. Escolha que recaiu em Bento Manoel Ribeiro e Chico Pedro ou Moringue. (ten cel Francisco Pedro de Abreu).

Seguramente existirão em nossa História outros casos semelhantes que ajudarão a informar a Doutrina do Exército do futuro.

E isto, só o estudo crítico da História Militar do Brasil poderá revelar. E estudo feito sistematicamente por equipes habilitadas, o que hoje não se dispõe.

É esta a mensagem que procuramos aqui deixar neste estudo sobre o combate do Seival, que enriqueceu o Patrimônio Cultural Militar Terrestre do Brasil, construído em quase 5 séculos de lutas internas e externas, predominantemente vitoriosas que, ajudaram a delinear, definir e manter um Brasil de dimensões continentais.

Patrimônio cultural militar do Brasil à espera de um esforço de preservação e análise profunda visando dele isolar subsídios capazes de contribuírem para a formulação da Doutrina do Exército Brasileiro, com progressivos índices de nacionalização, com apoio em suas experiências de quase 5 séculos em lutas internas e externas predominantemente vitoriosas. Insistimos.

Do estudo das grandes nações e potências guardamos a convicção que todas são igualmente grandes nações e potências militares com doutrinas militares próprias ou expressivamente nacionalizadas.

Daí o caminho do Brasil grande nação, potência ou grande potência

sonhada pelos brasileiros, transitar obrigatoriamente pelo de grande nação, potência, ou grande potência militar. Condição a atingir não só no domínio da Ciência Militar ou Tecnologia, mas no domínio da Arte Militar Brasileira, que constitui o Patrimônio Cultural Militar Brasileiro embutido em quase 5 séculos desde o Descobri mento do Brasil, repetimos, de lutas internas e externas responsáveis em grande parte pelo delineamento, definição e manutenção de um Brasil de dimensões continentais.

Aspectos dos lanceiros rio-grandenses imperiais e republicanos que lutaram em Seival em 10 de setembro de 36, num combate a espada e a lança. Muitos eram veteranos das guerras contra Artigas 181 6-20 e da Guerra da Cisplatina 1825-28. De 1754-1836, por cerca de 80 anos haviam desenvolvido um tipo de guerra típica da região, chamada "Guerra à gaúcha", manifestação genuína da Doutrina Militar Brasileira, no Sul, como a Guerra de Emboscadas, chamada Guerra Brasílica na Europa, havia sido no Nordeste 1630-54. Caxias, o inspirador da Doutrina Militar do Brasil, em 1855, percebeu a realidade da Guerra à gaúcha e para combatê-la usou especialistas como Bento Manuel Ribeiro e Chico Pedro de Abreu. (Fonte: SALES, História de Bagé).

Morte do legendário capitão Pedro Nunes Fagundes no combate do Seival

Pedro Nunes Fagundes era filho do patriarca de Herval do Sul — Bonifácio Nunes. Este por sua vez havia sido um dos destacados guerrilheiros do famoso brigadeiro Rafael Bandeira, "a primeira espada continentina", e herói legendário da guerra 1763-1776 que culminou com a expulsão dos espanhóis de São Martinho e Santa Tecla e Vila do Rio Grande em 1 9 de abril de 1776. Episódios que estudamos detalhadamente[56].

Os laços de admiração ao Império, estabelecidos desde o Brasil Colônia, quando D. Maria I prestigiou Rafael Pinto Bandeira que fora levado ao Rio preso, pesou nos ânimos dos familiares de Bonifácio Nunes. Isto, no sentido de fidelidade ao Império. De igual forma no major Marques de Souza, neto do grande fronteiro marechal Manoel Marques de Souza que substituiu Pinto Bandeira no comando da Fronteira do Rio Grande, que se extendia até o Jaguarão.

A reação da família Pinto Bandeira à revolução não deixou a menor dúvida.

0 único neto de Ra fael, Diogo, filho do cel Vicente Ferrer da Silva Freire, foi morto por revolucionários junto com seu pai, em. 26 de janeiro de 1836, em sua fazenda no rio dos Sinos, em São Leopoldo, por homens que atendiam ao Cabo Rocha[57].

Em Mostardas, tombou morto fuzilado, por ordem de Onofre Pires, um membro da família Pinto Bandeira — o capitão Francisco Pinto Bandeira[58].

O major Marques de Souza foi preso em Pelotas, em 8 de abril de 1836, e encarcerado na Presi- ganga, em Porto Alegre, ao largo do Guaíba, onde apanhou um reumatismo que o fez sofrer pelo resto dos seus dias.

Isto serve para justificar a sinceridade do partido imperial, ou Camararu, adotado pelos familiares de Bonifácio Nunes, como o seu genro cel João Silva Tavares, e o seu filho Pedro Canga e outros parentes em Herval.

Pedro Nunes havia combatido na Guerra Cisplatina e se firmado por sua bravura entre os seus conhecidos. Aliás, segundo P. S. de Mallet Joubim, membros das famílias Tavares, Nunes, Fagundes e Medeiros se faziam presentes, com destaque, em todas as lutas externas, desde Bonifácio Nunes na Guerra 1763-1776 até o General Joca Tavares, seu neto, na Guerra do Paraguai e, por fim, na Revolução Federa lista 1893-95. Foi ao neto de Bonifácio Nunes e filho do coronel Silva Tavares que como coronel tocou comandar a cena final da Guerra do Paraguai, em 1? de março de 1870, em Cerro Corá. Isto ao dar a derradeira carga sobre o general Francisco Solano Lopes que foi lanceado pelo ordenança de Joca Tavares que passou a História como Cabo Chico Diabo ou José Francisco Lacerda, popularizado nesta quadra popular:

"O Cabo Chico Diabo deu cabo ao diabo do Chico" (Francisco Solano Lopes). A lança de Chico Diabo e seu retrato se encontram em Pelotas, no Museu Municipal.

Joca Tavares, com 18 anos, recorde-se, lutou e foi preso no Seival.

Lariceiro Negro Farroupilha integrante do Corpo de Lanceiros Negros em Pelotas em 12 de agosto de 1836 pelo Major João Manoel de Lima e Silva e que tiveram participação no combate do SEIVAL. (Fonte: BENTO. O *Negro na Sociedade do RGS,* 1976).

Perfil de Pedro Canga

Segundo Varela, Pedro Canga "era gaúcho de grandes artes no campo de batalha, como em torneios de música gauchesca pelas estâncias.Em improvisos de viola não possuía rivais[59]. Era tido e havido, desde a Guerra Cisplatina 1825-28, da qual participou ativamente, como "a primeira lança de sua época, além de dado a fabulosos rasgos de intrepidez".

Ainda no Seival salvou seu cunhado e líder Silva Tavares, ao lançar, de improviso, o seu cavalo que desenfrenado por um lança- ço que lhe cortara a cabeçada do freio, deixou o combate em desabalada carreira.

Durante o combate sua lança vergou 4 ou 5 vezes, quase que inutilizada pelos muitos lançaços que desferiu feroz, a torto e a direito. Mas, calmo, blasfemando e dominando o inimigo com o olhar, endireitava a lança sobre a cabeçada do lombilho e logo começava a "desferir terríveis, contínuos e de-vastadores lançaços", segundo ainda Varela.

Lutava do lado revolucionário Marcelino Nunes, não menos valente e façanhudo. Na Guerra Cisplatina 1825-28, além de parentes e inseparáveis amigos, competiam em bravura, coragem e intrepidez.

A revolução os colocou em partidos contrários. Ambos desejavam um encontro para provar qual o mais valente. Decidido o combate e quando Pedro Canga vai abrindo a ferro o caminho da retirada, Marcelino Nunes percebeu e saiu a seu encalço. Pedro Canga aceitou o desafio. No momento que Marcelino se dirigia armado de lança, Pedro Canga atirou suas boleadeiras. o Cavalo de Marcelino, boleado, corcoveou e caiu no chão e lançou Marcelino fora da sela. Este, no afã de dominar seu cavalo deixara cair a lança. Pedro Canga de lança em riste avançou sobre Marcelino que recorreu a espada. Marcelino conseguiu aparar dois violentos lança- ços. O terceiro golpe quebrou sua espada junto ao corpo. A seguir Marcelino tombou sobre o certeiro e mortal lançaço no peito. Pe-dro Canga foi atingido mortalmente, a bala, pelos revolucioná- rios e tombou morto ao lado do primo[60].

A lança de Pedro Canga foi recolhida como relíquia e foi por muitos anos guardada por seu sobrinho coronel José Facundo[61].

Manuscrito pertencente à família Silva Tavares, diz que Pedro Canga era valente, mas cavalheiresco. Quando vencedor nunca o viram ferir um inimigo na perseguição. Divertia-se fazendo-o desmontar com a haste da lança. Quando isto ocorria ria a gargalhadas e quando o inimigo pedia para ser poupado ele o fazia prisioneiro[62].

Pedro Canga lembra, de certa forma, um companheiro de seu avô do tempo em que eram comandados de Pinto Bandeira. Tra- ta-se do gaúcho autêntico, natural de Rio Pardo, cabo José Maria Rodrigues, alcunha Corrupio. Este foi considerado o maior ginete de seu tempo. Dominava uma técnica de, ao montar um bagual, fazê-lo girar em torno de si, daí o apelido de Corrupio[67].

Quando Rafael Pinto Bandeira foi convidado para ir a Lisboa e lá ser homenageado e admirado por seus feitos militares pela Corte, levou como seu auxiliar o cabo Corrupio. Este teve oportunidade, na praça de Campo Pequeno, em Lisboa, de dar uma demonstração de suas habilidades, ao montar um potro bravio e obrigá-lo a executar quantos curripios desejou, sob aplausos calorosos da Corte.

De volta recebeu uma vasta porção de terras entre os arroios Santa Maria e Alegre, em Pinheiro Machado. Terminou perdendo tudo, depois da morte de Pinto Bandeira.

Mais tarde, antes da Guerra do Paraguai, numa de suas idas ao Rio para tratar de interesses de brasileiros no Uruguai, o vencedor do Seival, agora general Antônio de Souza Netto, proporcionou â Corte, na Quinta da Boa Vista, uma demonstração de equitação gaúcha que provocou grande admiração e aplausos dos assistentes.

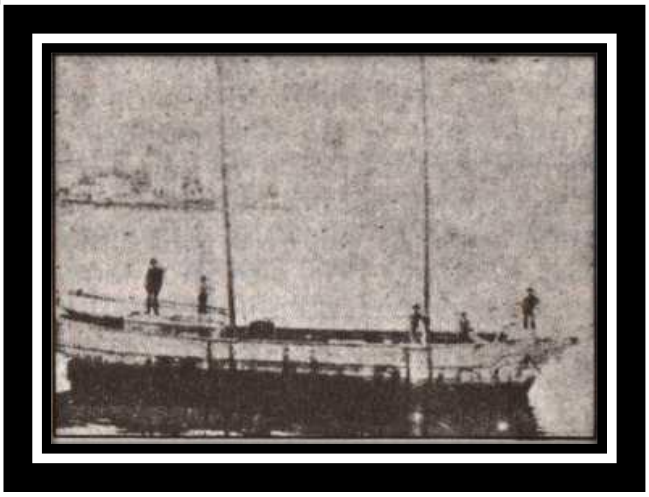
Tratava-se de uma demonstra cão do maior cavaleiro Rio-Gran- dense[64], conforme tivemos oportunidade de abordar no Diário Popular, Pelotas 20 de setembro de 1985. Montou então um cavalo anglo-árabe segundo Eurico Sales em História de Bagé. Aliás autor que menciona que, em 1935, Joa quim Luiz Osório mandou construir, no Seival, um Arco do Triunfo revela como veterano do Seival o revoluciona'rio Vasco Marques, bem como o apelido de Florentino Manteiga ou Florentino Souza Leite, amigo de Bento Gonçalves e muitos outros dados valiosos sobre Bagé — a Rainha da Fronteira, que foi cenário do combate do Seival.

A morte do Major David Francisco Pereira

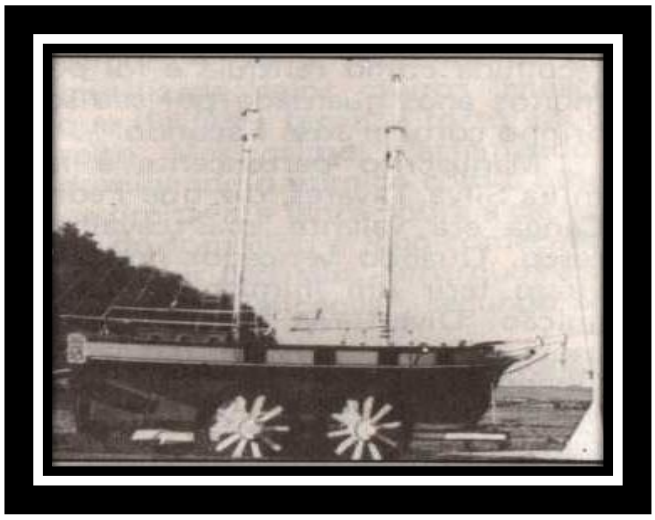
Segundo Innocêncio Pereira Nunes, neto do major David Francisco Pereira e sobrinho neto de Pedro Nunes ou Pedro Canga, e com apoio em testemunho que o general Netto transmitiu a seu pai de que foi amigo, o major David teve fim nas seguintes circunstâncias, segundo interpreto: Na iminência de ser desbordado e ver a situação difícil da Ala Esquerda partiu em seu socorro, deixando livre a Ala Esquerda revolucionária ao comando de Netto. Teve então de atravessar uma sanga afluente do Seival, após o que foi atingido por uma bala que que lhe partiu a coxa e o desmontou. A seguir apoiando a mão esquerda num cupim empunhou a espada com a direita em posição defensiva, procurando defender-se da carga ao "comando de Netto. Este sabendo da situação do major David correu ao seu encontro, apeou-se e pediu-lhe a espada. O major recusou-se entregá-la. Netto falou-lhe respeitosamente: "Coloque a espada na bainha e me dê o braço!” — "A minha dignidade não permite. Respondeu o major David!”

Netto desistiu e foi a procura de alguns prisioneiros para ajudá-lo. Um revolucionário que comandava um grupo que recolhia feridos e enterrava os mortos sem saber da intenção de Antônio Netto intimou o major David:

"Entrega a espada senão morre!"



Lanchão "Seival" construído no Rio Camaquã que levou a República e Santa Catarina em 1839, depois da épica transposição da Lagoa dos Patos, por terra, em carretas, até o Oceano Atlântico. (Fonte: FRAGOSO. Revolução Farroupilha).



Réplica do Lanchâb farrapo "Seival" homenagem da República Brasileira e do Exército em 1970 ao introduzí-lo no Parque Histórico Mal Manoel Luiz Osório, como homenagem à projeção do combate do Seival e do próprio barco, na concretização da República em 15 de novembro de 1889. (Fonte: BENTO, *A Grande Festa dos Lanceiros* — 1971).

Navio Patrulha Costeiro "PIRATINI" sediado em Belém, homenagem da Marinha de Guerra a República Rio-Grandense e a seu li'der Bento Gonçalves da Silva. (Foto: Arquivo Carlos Norberto Bento 1º Ten Marinha).

O major respondeu-lhe com um golpe de espada vibrado no ar. Ato contínuo o soldado revolucionário disparou-lhe um tiro de clavina, cuja a bala atravessou-lhe o peito e o fulminou.

Este gesto contado pelo próprio vencedor do Seival, tem impressionado vivamente historiadores como Paulino Jaqques, Eurico Sales, Walter Spalding e Tarcísio Taborda que o tem difundido em suas obras a partir de Inocêncio Nunes, em 1911, no Almanaque Literário e Estatístico do RGS.

O major David era o comandante da Ala Direita imperial e não da Esquerda, esta comandada pelo próprio coronel Silva Tavares, conforme se conclui de Varela que analizou com profundidade todas as fontes disponíveis.

Outras informações sobre Seival

Segundo Fernando Luiz Osório, na História do General Osório, os feridos do Seival foram recolhidos e tratados na casa de um irmão do major legalista Joaquim Menezes, em cujo campo — Campo do Menezes, foi proclamada a República Rio-Grandense. Serviram de enfermeiras senhoras de família que se comportaram como verdadeiras heroínas de Caridade[66].

Os Anais do Arquivo Histórico do RGS revelaram este interessante comprovante que os revolucio nários contaram com cavalos bons no Seival.

Teo'dolino Farinha em carta escrita em Jaguarâo, em 11 de junho de 1838, a Domingos José de Almeida, reclama o pagamento de um empréstimo feito aos revolucionários antes da Proclamação da República e no valor de 780 patacões.

E escreve a certa altura: "Não posso perder esta quantia, sabendo ter este dinheiro sido tão bem aplicado, pois o general Netto levou algum para a compra de cavalos que o ajudou a proporcionar o dia do Seival".

A projeção do combate do Seival em O POVO em 1838

O jornal O Povo pouco refere- se ao combate do Seival, como a 20 de setembro.

Na sua edição de 26 de setembro de 1838 ele publicou duas poesias, surgidas em Bagé, nas comemorações dos "memoráveis dias 10 de setembro (Seival) e 20 de setembro (ataque a Porto Alegre).

Sobre Seival escreveu sob o título:

Dedicado ao memorável 10 de setembro de 1836

Parabéns Continentinos
Eis o dia Soberano,
Em que no Seival soou
O grito Republicano

Eia, as Armas Patriotas,
Caracter, Honra e Dever!
Juramos no Altar da Pátria
Independência, ou morrer!

Embora sobre nós cahia
Do Estrangeiro, o poder. . .
Nos combates bradaremos
Independência, ou morrer.

E vós províncias irmanas.
Recordar vosso dever. . .
Proclamai Federação!
Independência, ou morrer!

Sim caros Compatriotas?
Vinde conosco aprender. . .

Bradar nos Campos de Marte.
Independência, ou morrer.

Se queres nossa União
Sem jamais, escravas ser,
As Armas! Federação!
Independência, ou morrer!

Firme em nosso juramento
Protestamos ao manter
Sábias Leis de hum Povo Livre!
Independência, ou morrer!

Este poema revela a importância maior dada na época, em Bagé, a projeção do 10 de setembro de 1836, assinalado pela vitória do Seival, relativamente a 20 de setembro, início da Revolução Farroupilha.

O 20 de setembro foi festejado com esta poesia bem inferior, em fundo, forma e tamanho.

Celebramos Patriotas!
Hoje o dia omnipotente
Queda Férrea escravidão
Libertou, o Continente.

Não é bom Republicano
Quem não se expõe á morrer
Nos combates em defesa
Do Solo que o vio Nascer.

Tente embora escravizarmos
Imperial bando extrangeiro
Faremos nadar a Pátria!!
Em mar de sangue primeiro.

Quem não Zela o bem da Pátria.
Contra extrangeira potência,
He monstro e existir não deve,
Não deves ter existência.

As Armas Continentina,
Mostrai ser Nação potente,
Reconheça a Monarquia
Que somos Independentes.

O Continente era tradicional nome do Rio Grande do Sul e continentinos os rio-grandenses.

Os imperiais eram considerados estrangeiros.

Na poesia comemorativa da vitória do Seival fica claro o apelo as outras províncias no sentido de se federarem ao Rio Grande.

NOTAS AO TEXTO

1. Citado por MEDEIROS, Manoel da Costa. História do Herval. Palegre. Munic. Herval, 1980 p. 101. Refere a pedido de Tar- ci'sio Taborda de preservação do arvoredo Seival, assunto tratado no Correio do Povo de 23 set 1976.
2. A Revolução Farroupilha. Palegre, Martim Livreiro — Editor, 1985. p. 54 e Notas para a História da Rev. Far. Palegre, PUC, 1973, p. 51, nota 54.
3. Dr. José Araújo Ribeiro. Nasceu na Barra do Ribeiro, em 20 jul 1800. Estudou no Rio e depois em Coimbra, onde pertenceu a uma sociedade secreta — A Gruta, favorável a República do Brasil, segundo Fernando Osório em a História do General Osório. Antes de ser nomeado Presidente do Rio Grande que assumiu, em Rio Grande, em 15 de janeiro de 1836, havia exercido cargos diplomáticos no EUA, na Inglaterra e na França. Presidira Minas Gerais, no segundo semestre de 1833. Foi abilissimo. Acreditamos teria termina'do por pacificar o Rio Grande não fora a inabilidade do marechal An- tero Brito. Inabilidade caracterizada por Bento Manoel em ofício publicado em SPALDING. A Epopéia Farroupilha, Rio, Bibliex, 1963, p. 322 (Merece uma meditação). Foi senador pelo Rio Grande em 1845. Escreveu livro sobre Filosofia. Foi agraciado com o título de Visconde do Rio Grande por sua inteligente ação na revolução, ao reconquistar Rio Grande, a mais importante posição estratégica na Revolução, sem disparar um só tiro. Aliás fato até agora inexplorado, mas de grande alcance estratégico. É estudado por Olintho Sanmartim. Porto Alegre, Globo, 1940 (Separata dos Anais III Congresso His. e Geogr. do RGS e em Imagens da História. Palegre, 1951).
4. História da Revolução Farroupilha. Palegre, Martim Livreiro, 1985. p. 154 (Localização com apoio em Jorge Reis).
5. BENTO, História do Lanchão Farroupilha Seival e John Criggs o norte-americano líder do lanchão Seival. In: A grande festa dos lanceiros. Recife, .UFPE, 1971 (Lançado na inauguração dq Parque Histórico Nacional dqs Guararapes, em Recife)
6. Editada pela Faculdade Federal Rural de Pernambucq, Recife, 1971,com prefácio do professor Vasconcelos Sobrinho, grande ecólogo brasileiro. O trabalho antes havia sido publicado no Diário Popular, em Pelotas. Síntese biográfica de Bernardo Pires foi publicado no Diário Popular, Pelotas 20 set 1985.
7. OSÓRIO. História do General Osório. Rio, 1894. v. 1. p. 419. (Reeditado pelo Parque Osório e Curso Objetivo).
8. Antônio Rodrigues Fernandes Braga. Era filho do Rio Grande. É estudado em NEVES, Décio Vignóli. Vultos do Rio Grande. Rio Grande, Prefeitura 1983, bem como o seu irmão Pedro Chaves, um dos responsáveis pela radicalização, segundo o general Osório que foi por ele perseguido. Tem sido olvidado que Fernandes Braga foi nomeado pelo Regente Marechal Francisco Lima e Silva, pai do futuro Duque de Caxias e por interferência do seu irmão major João Manoel Limae Silva, comandante do 89 BC, atendendo a representação de Bento Gonçalves, segundo se conclui de CASSOL ot ABRAO, Caçapava — Capital Farroupilha. Palegre, Martim Livreiro, 1985, pp. 117. Rodrigues Braga segundo Fernando Osório, havia pertencido em Coimbra, junto com seu sucessor Araújo Ribeiro,à Sociedade Secreta Gruta, que de retorno ao Brasil lutariam pela'República. Formava com eles o futuro Marquês do Paraná. Fernandes Braga, ao que tudo im dica, deixou-se enredar pelo jogo dos radicais os "retrógrados imperiais e os esquentados republicanos" segundo se conclui do general Osório que foi vítima dos dois. Foi senador em 1870 e faleceu em 1875.
9. Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto (1775-1848). Natural do Rio Pardo, 7 abr 1775. Cadete dos Dragões do Rio Pardo, em 1791, sob o comando do grande fronteiro tenente coronel Patrício Correia Câmara. Participou das campanhas de 1801,1811 e 181 2 ao final da qual foi promovido a sargento-maior (major) (13 de maio de 1813). Na primeira guerra contra Artigas comandou o Regimento de Dragões nos combates de Carumbé e Catalan onde se distinguiu e foi promovido a tenente coronel. Em 1818 invadiu com seu regimento o Uruguai, onde se conservou até a derrota de Artigas em Taquarembó. Em 25 de julho de 1820 atingiu o posto de coronel do Regimento de Dragões, ao qual vinha servindo há 29 anos, dos quais 4

como seu comandante. Em 1821 comanda a Divisão Direita estacionada sobre a fronteira Brasil-Uruguai. Em 1822, com sua Divisão, participa do sítio do General D. Álvaro Costa, em Montevidéu, onde penetrou em 12 de outubro de 1824, quando foi efetivado brigadeiro. Em 1825 estabeleceu seu QG em Salto e, em 19 de dezembro é o governador da Praça Montevidéu.

Em 1º de janeiro de 1827, convidado pelo Marquês de Barbacena, assume, em Santana, o comando da 1ª Divisão de Infantaria do Exército do Sul.

No comando dessa Divisão tomou parte na indecisa Batalha de Passo do Rosário ou Ituizangó, de 20 de fevereiro de 1828. Foi sua Divisão a que mais sofreu. O ataque que ela desfechou, inicialmente sobre o Exército Republicano ao Comando de Alvear, foi dirigido pelo general Henrique Brown, Chefe do Estado-Maior de Barbacena. Depois da batalha foi nomeado Comandante Geral das Cavalarias. Em 26 de outubro de 1827 foi graduado marechal de Campo. Em 5 de fevereiro de 1829, depois da Guerra Cisplatina, assumiu o comando do Exército do Sul que havia sido desmobilizado no ano anterior. Em 1830 nomeado sucessivamente Comandante- das-Armas de Pernambuco e São Paulo conseguiu, no Rio, assumir em lugar daquelas funções a de Comandante-das-Ar- mas do Rio Grande que exerceu até a Revolução de 20 de setembro que o depôs. Encontrava-se, então, em sua estância de Taquarembó, próximo a Santana do Livramento. Foi obrigado a radicar-se no Uruguai. Eram seus inimigos o Barão de Serro Largo e marechal José de Abreu, morto em ação em Passo do Rosário e os coronéis Bento Gonçalves e Bento Manoel que ele substituiu dos comandos em Jaguarão e Rio Pardo e seus companheiros em Passo do Rosário. Sua derrubada foi um dos maiores objetivos da Revolução de 20 de setembro.

Em 15 de abril de 1837 reassumiu o comando-das-Armas mas foi completamente batido nos campos de Atanagildo, segundo Pretextato Maciel, depois de obter uma pequena vitória em 15 de junho de 1837, em Botucarai.

Em 30 de abril de 1838, a Divisão que Comandava em Rio Pardo, no comando das Armas do marechal Antônio Elziario, foi fragorosamente derrotado no Combate do Rio Pardo.

Em conseqüéncia foi submetido a Conselho de Guerra do qual foi absolvido.

Em 2 de dezembro de 1839 foi efetivado marechal-de-campo. Presidiu Minas Gerais de agosto de 1840 — a abril de 1841.

Faleceu em Porto Alegre, em 22 de dezembro de 1848.

Aí está pois o perfil do homem para cuja derrubada foi feita a Revolução de 20 de setembro.

Seu perfil é mais o de um político do que o de um profissional militar. Do ponto de vista operacional nada é relevante. Talvez tenha se imposto por seu radicalismo simpático às elites do Leste, mas que afrontavam os interesses de seus co-estaduanos, em cuja memória não ocupa um lugar de simpatia.

O perfil operacional do Marechal Barreto bem como dos demais que antecederam Caxias, a excessão do coronel Bento Manoel Ribeiro, não eram ideais para combater a Revolução Farroupilha, conforme muito bem assinalou Osório, que inclusive lutou na fase inicial da Revolução, antes do Seival, para a derrubada do Marechal Barreto e que foi perseguido pelo Marechal Elziario ao ponto de quase interromper sua carreira. Disse Osório, já do alto de sua autoridade de herói popul</ nacional ao explicar a duração da Revolução tendo entre outras causas "a falta de habilitação dos generais aos quais entregou a direção da Guerra" a exceção de Caxias "que teve o bom senso de não se deixar dirigir pela Corte. Cercou-se de um pessoal capaz. Deu o comando das forças aos que conheciam o gênero de guerra todo peculiar do Sul" (Ver História General Osório p. 420). E no rol dos que antecederam Caxias se inclui os generais Antero Brito, Elziario Miranda Brito, Manoel Jorge Rodrigues, Francisco Soares Andréa (o mais experimentado). Santos Barreto e o Conde do Rio Pãrdo.

Na maioria eram portugueses ou engenheiros militares ou com uma experiência operacional nos primeiros postos na Península Ibérica. Constatar o que Osório

concluiu é obra de simples verificação que tive oportunidade de fazê-lo e registrar em notas, em obra a editar, focalizando o desenvolvimento estratégico da Revolução e o perfil de Bento Gonçalves. Os dois rio-grandenses que combateram os farrapos Marechais Barreto e Antero de Brito tiveram comportamento desastroso que concorreram para a eclosão da Revolução e para o seu prolongamento por mais 7 anos, quando ela estava prestes a ser debelada, pela ação combinada de Araújo Ribeiro e Bento Manoel Ribeiro. É eloqüente a carta deste último ao Comandante-de-Armas, Chagas Santos, publicada por SPAL- DING. Epopéia Farroupilha. Rio, Bi-bliex. 1963 pp. 326-327. Ela talvez justifique Bento Manoel em sua passagem pela segunda vez para o lado da Revolução.

10. Dr. Marciano Pereira Ribeiro. Era mineiro. Estudou Medicina em Edimburgo- Escócia. Era Liberal. Foi eleito à Assembléia Provincial do Rio Grande. Deposto o Presidente Fernandes Braga foi colocado em seu lugar pela Revolução. Exerceu a Presidência da Província sozinho durante 3 meses e 25 dias e, compartilhada com o Presidente Araújo Ribeiro que tomou posse em Rio Grande, durante 5 meses, até ser preso em 15 de junho de 1836 e ser enviado ao Rio para a Fortaleza de Santa Cruz. Portanto, Presidente da Revolução Farroupilha durante quase 9 meses.

Libertado da prisão retornou ao Rio Grande do Sul quando radicou-se em São Gabriel onde faleceu em 4 de março de 1840. Buscas procedidas para localizar seu túmulo a nosso pedido e levadas a efeito por Osório Santana Figueiredo resultaram infrutíferas.

O estudo em "Mineiros na Revolução Farroupilha". Folha do Sul, Itajubá, 22 de junho de 1985, comunicado ao IHGB e também publicado na mesma época no Diário da Manhã de Pelotas — RS. Focalizamos além, os mineiros Domingos José de Almeida (que estudamos no RIHGB). José Pinheiro Ulhoa Cintra, Filho de São João Del Rev (estudado por CASSOL e ABRAO. Capaçava. . . Palegre, Martim L E., 1985), cel José da Silva Brandão (mineiro de Ouro Preto). Não mencionamos aí o maestro José Mendanha autor do Hino da República Rio-Grandense que estudamos em O Negro na Sociedade do RGS. (Palegre, IEL, 1975) e agora acabamos de descobrir o mineiro, segundo conclui de Almeida, Francisco Ferreira de Freitas que fundou em Canguçu e da qual foi o primeiro venerável, a Loja Maçônica Fidelidade e Esperança. Loja que foi freqüen- tada por Bento Gonçalves e pelo tenente coronel Francisco José da Rocha, grau 30 na Maçonaria e que libertara Bento Gonçalves do Forte do Mar, na Bahia. Segundo se conclui dos AAHRGS dv. Francisco da Rocha mbrou em Ganguçu lá pelos anos 40-41 onde foi Chefe de Polícia. E Fran.cisco Ferreira Freitas é recebido pelas mais altas autoridades republicanas com toda a consideração de-corrente, seguramente, de sua importância na Maçonaria. Até então era tido como fluminense.

11. Foi general da República e Brigadeiro do Império. Natural de Sorocaba veio criança para o Sul. Fez carreira militar brilhante nas Milícias e fortuna como es- tancieiro sendo que depois da Independência, em Quarai, na Região do Cerro do Jarau. Foi a mais brilhante espada do seu tempo. Na Revolução Farroupilha foi personagem discutida. Lutou inicialmente do lado farroupilha depois do lado imperial, novamente do lado farroupilha e depis de um período de neutralidade terminou lutando do lado imperial, sob o comando de Caxias.

Em realidade sempre levou a vitória para o lado que defendia. É uma figura singular que acabamos de estudar para obra projetada O Exército farrapo e os seus Chefes. Embora se, extremamente discutível do ponto de vista político e psicológico, indiscutivelmente foi a maior espada da Revolução Farroupilha, no tipo de guerra característico da região, chamada por Hélio Moro Marian- te de "Guerra à Gaúcha" na obra Farrapos Guerra à Gaúcha. Porto Alegre, Martim L E., 1985. Caxias consciente da existência dessa guerra que ele não conhecia, convidou Bento Manoel para ajudá-lo, bem como a outro expoente da mesma, o coronel Francisco Pedro de Abreu ou Moringue. Bento Manoel até hoje tem sido ridicularizado por suas atitudes que encontraram defensores do gabarito de Souza Docca e Oswaldo Aranha.

Está a merecer um julgamento sereno pelo Tribunal da História, SPAL- DING. Epopéia Farroupilha, publica carta sua explicando porque prendeu o marechal Antero de Brito no passo Ita- pevi, em Alegrete.

Merece ser meditada!

12. A iniciativa de Bento Manoel em apoiar Araújo Ribeiro é descrita pelo então deputado

Sá Brito em suas Memórias. Bento Manoel, fingindo-se doente, recusou votar na Assembléia Legislativa. Acertou um plano com Araújo Ribeiro para que tomasse posse em Rio Grande e enquanto ele partiria para o interior a mobilizar meios militares. E foi o que se passou. Cada um fez muito bem a sua parte. Araújo Ribeiro firmou-se em Rio Grande de modo incruento. Quando os revolucionários se deram conta, ela já era uma base naval e terrestre imperial inexpugnável.

13. João Manoel de Lima e Silva. Era major comandante do 89 BC em Porto Alegre. Era irmão do Regerite Mal Francisco de Lima e Silva, pai do mais tarde Duque de Caxias e portanto primo deste; Participou do 20 de Setembro. Com a passagem de Bento Manoel para o lado imperial assumiu o Comando-das-Armas da Revolução. Concentrou fortes meios em Pelotas para reconquistar Rio Grande. Proclamada a República dirigiu-se a Piratini onde foi promovido a general da República, antes mesmo de Bento Gonçalves. Pouco mais tarde internou-se no Uruguai a procura de tratamento para ferimento grave. Retornou mais tarde, sendo destacado para São Borja onde foi assassinado.

Exumado foi solenemente sepultado em Caçapava. Acabamos de estudá- lo para obra O Exército Farrapo e seus Chefes. Acaba de ser estudado por WIEDRSPHAN. O General farroupilha João Manoel de Lima e Silva. Palegre, Martin L E„ 1985.

14. REICHARDT, Canabarro. Bento Gonçalves. Palegre, Ed. Globo. 1932, p. 210.
15. João Pascoe Grenfell (1801-1869). Inglês nascido no condado de Sorrey, esteve a serviço da Marinha do Brasil de 1824- 1852. Lutou na Guerra Cisplatina 1825- 27, na Revolução Farroupilha 1836-45 e na Guerra Oribe e Rosas 1851-52. Na Revolução Farroupilha como Chefe de Divisão, Comandante das Forças Navais na Província do Rio Grande, conseguiu a partir de Rio Grande estabelecer a supremacia naval imperial sobre todas as águas interiores da Província. O estudamos em Estrapgeiros e descendentes' na História Militar do RGS. Palegre, IEL, 1975, pp. 196-200. No dia 20 de maio de 1837 Grenfell conseguiu celebrar um Armistício com os republicanos pelo qual o canal São Conçalo serviría de limite entre os beligerantes. Este Armistício teria sido rompido pelo coronel Silva Tavares e ido águas abaixo. É um ponto da história a ser esclarecido.

Grenfell teria sido taxado pelos radicais imperiais por esta tentativa de "traidor e infame estrangeiro". Teriam inclusive os mais exaltados pedido a sua morte. Isto dá a medida da radicalização "dos retrógrados imperiais e dos esquentados republicanos" os quais que fizeram a revolução prolongar-se por 10 anos a despeito dos desejos de paz da maioria. Aqui aplica-se uma variante de afirmação de Joaquim Nabuco — "Não se pode fazer uma revolução sem os exaltados, mas não se pode governar com eles". Que podería ser completa, mas também não se pode combater uma revolução sem os exaltados e radicais, mas não se pode governar com eles. E como o então tenente, capitão e major Manoel Luiz Osório foi vítima deles na Revolução Farroupilha, classificada de "seu martírio militar", o descreve o filho na História do General Osório.

16. Estudamos este particular em Canguçu reencontro com a História. Palegre, IEL, 1984. Era capítulo pouco conhecido em nossa História Militar.
17. Ver WIEDRSPHAN. General João Manoel. . . Palegre, Martim L E., 1985. p. 115. Estudo os Lanceiros Negros. In: O Negro na Sociedade do RGS. (Palegre, IEL, 1975) e em A Grande Festa dos Lanceiros. Recife, UFPE, 1971. MA- RIANTE, Hélio Moro. Farrapos Guerra à Gaúcha. Palegre, Martim L E., 1985, fornece interessantes achegas ao tema.
18. Na frente deste passo se decidiu a guerra de 1801, no Rio Grande. Ele foi atravessado em 1812 pelo Exército Pacificador de D. Diogo de Souza. Possuía o nome de N. S. da Conceição do Jaguarão e tem sido confundido como localidade de Jaguarão, então Serrito do Jaguarão.
19. SOUZA, Álvaro Tavares de. Cel João da Silva Tavares de. ■ ■ Rio, SGeEx, 1970. p. 22.
20. Calderón era oriental a serviço do Brasil. Lutou na Batalha do Passo do Rosário ao comando de Bento Gonçalves. José dos Santos Loureiro era chefe legalista na região das Missões. Foi batido pelo coronel João Antônio da Silveira, por Ca- nabarro e Jacinto Guedes, em 11 de setembro, dia da Proclamação da República Rio Grandense, segundo Arthur Ferreira Filho História Geral do RGS. Pa- legre, Globo,

1978. 5? ed. p. 95.

21. MEDEIROS. História do Herval. Palegre, Herval, 1980, p. 101.
22. VARELA. História da Grande Revolução v. 1, p. 199.
23. ALMEIDA, David. História de Piratini. Pelotas, EDDA, 1963.
24. Ver estudos de nossa autoria sobre Teixeira N unes em A grande Festa dos Lanceiros. Recife, UFPE, 1971 e Canguçu reencontro com a História. Palegre, IEL, 1984 e Diário Popular. Pelotas, 20 de setembro de 1985.
25. FRAGOSO, Augusto Tasso, gen. A Revolução Farroupilha. Rio, Bibliex, 1939. p. 430.
26. OSÓRIO, História do General Osório. Rio, 1894, v. 1 p. 321 (Edição do Parque Histórico Osório reproduz esta edição).
27. SOUZA, Álvaro Tavares de. Coronel João da Silva Tavares. Rio, SGeEx, 1970 o estuda. Tarcísio Taborda também o estudou nos anos 70. Alfredo Rodrigues o estudou no Almanaque Literário e Estatístico do RGS anos de 1904, 1907, 1908 e 1909.
28. Diário Popular. Pelotas, 20 de setembro de 1985 (Publicamos sua biografia, resultado de pesquisas).
29. O estudo em Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS (Palegre, IEL, 1975, pp. 189-196).
30. CALDEIRA, Apontamentos para Rev. Far. RIHGRS. 27, 1927.
31. Anais do Arquivo Histórico do RGS, v. 3, p. 732 (Aliás marcante a contribuição de Moacyr Domingues no Arquivo Histórico do RGS que permitiu-nos significativos avanços nos estudos sobre a Revolução Farroupilha. Isto não poderia deixar de aqui ser ressaltado.
32. Ver sua biografia p. cit. nota 6, de nossa autoria e Diário Popular, Pelotas, 20 de setembro de 1985 em que o estudamos como o simbolista farrapo.
33. VARELA. História da Grande Revolução cita diversas vezes este depoente.
34. Idem nota 7. Vários autores tem repetido a frase com algumas variantes desde então. Varela, Fragoso e Arthur Ferreira Filho.
35. Idem nota 19 p. 24. (Diz que "menos de 30 conseguiram escapar do desastre, inclusive Silva Tavares").
36. Idem nota 33, p. 202.
37. Idem nota anterior p. 206.
38. Idem, Idem.
39. ARARIPE. Guerra Civil do RGS. RIHGB, tomo 43, 1888, p. 148. Esta obra mereceu crítica do brigadeiro José Gomes Portinho e que reproduzí ao biografá-lo no Jornal do Povo. Cachoeira do Sul, de 22 de setembro de 1985. Convém levar em conta suas equilibradas e sensatas observações que corrigem vários erros consagrados como verdades.
40. Idem nota 22, p. 206.
41. Idem nota 21, p. 101.
42. Idem nota 19, pp. 23-24. Parece que ouve um equívoco nesta obra, de confundir-se os comandantes das alas imperiais. A esquerda estava com Silva Tavares e a direita com David Pereira. O arroio Belfaco a que refere é Velhaco, possível erro de impressão.
43. Transcrito de SILVA, Pretextato Maciel de Os Generais do Exército Brasileiro, v. 2, p. 119.
44. Idem nota 22, p. 206.
45. Idem nota 6.
46. Revolução Farroupilha. Palegre, Martim L E., 1985, p. 55.
47. Revolução Farroupilha em Bagé. Bagé, Fumba, 1985. Trabalho em que nos baseamos para descrever a Revolução, em Bagé, no Diário Popular, Pelotas, 20 de setembro de 1985.
48. FERREIRA, Filho. História Geral do RGS. Palegre, Globo, 1977. p. 45.
49. Idem Moacyr Flores, nota 46 que trata com detalhes esta operação, bem como reportagem de Nelson Mariano em Zero Hora, Porto Alegre, 19 de março de 1985, pp. 34 e 35 que procura localizar barcos que farrapos afundaram, em 23 de agosto de 1836, para que não caíssem em mãos dos imperiais. Relata o trabalho dos pesquisadores Cary Valiz, Flávio Levi e Darci Ribeiro. Abordamos o assunto ao tratarmos de Grenfell e Parker na op. cit nota 15.

50. Idem nota 47, p. 98.
51. BENTO, Cláudio Moreira. Fundamentos da Arte de Guerra. In: Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro. Brasília, EME, 1978, pp. 60-81. (índice Princípios de Guerra e Elementos de Manobra, etc.).
52. Bento Gonçalves da Silva. Diário Popular, Pelotas, 17 de novembro de 1985.
53. Revista do Clube Militar jan/fev 1984, pp. 21.23 e Jornal Tradição 1984.
54. Idem nota 50, p. 21.
55. Idem nota anterior.
56. No Nordeste tivemos oportunidade de estudar detalhadamente as Guerras Holandesas e sobre elas produzimos estudo As Batalhas do Guararapes — Análise e Descrição Militar. Recife, UFPE, 1971. 2 v. De retorno produzimos na História do Exército. Brasília, EME, 1972, 3v, o capítulo referente as guerras holandesas. E introduzimos estas considerações doutrinárias no op. cit nota 50, pp. 187-202.
    No Sul temos estudado sua História desde a fundação da Colônia do Sacramento até a Revolução de 1924-26, onde a Guerra à Gaúcha está evidente e predominante, inclusive na Coluna Prestes, segundo concluo de O'DONNEL, Fernando.
57. A Guerra da Restauração do Rio Grande. In: Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande. Rio, IHGB, IGHMB, 1979. v. 2.
58. FELIZARDO, Cel Vicente Ferrer. . . in: Anais do Congresso de História da Bahia. Salvador, Graf. Beneditina, 1950.
59. Idem nota 26 em que é descrita a circunstância muito negativa para Onofre Pires. Arthur Ferreira Filho aborda o assunto História Geral do RGS. 5 ed. p. 94.
60. VARELA. História da Grande Revolução. v. 1 p. 199.
61. Idem nota anterior, p. 59.
62. Idem nota 19, p. 221.
63. Idem nota 31, p. 101.
64. Idem nota anterior, p. 10.

FONTES CONSULTADAS

1. ABREU, Antônio Paulino Limpo de. Ofício narrando ataque à ilha do Fanfa referência in: Anais da Biblioteca Nacional n9 99, 1979, mss 506, p. 82.
2. ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. 75 manuscritos sobre a Revolução Farroupilha n9s 477-552. v. 99, 1979, pp. 78- 89 (merecem destaque por seu valor os n9s 502, 506, 512, 521,524 e 549.
3. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra Civil no RGS. RIHGB, 1881.
4. BENTO, Cláudio Moreira. Revolução Farroupilha Desenvolvimento Estratégico. Diário Popular. 20 de setembro de 1985 e Defesa Nacional. 19 sem 1986 (Conferências nos IGHMB, IGHB, IHGRGS (19 set 85), IHGPel (20 set) e Cenáculo de Artes e Letras — RJ).
5. IDEM. Bernardo Pires. In: Símbolos do RGS, subsídios para revisão histórica, tradicionalista e legal. Recife, UFRPE, 1971.
6. IDEM. Cel Joaquim Teixeira Nunes. In: Canguçu reencontro com a História. Palegre, IEL 1984.
7. IDEM. História do Lanchão Farroupilha "Seival". In: A grande festa dos Lancei- ros. Recife, UFPE, 1971, pp. 46-51.
8. IDEM. Corpo de lanceiros negros farroupilha In: O negro e descendentes na sociedade do RGS. Palegre, IEL, 1975, pp. 165-173.
9. IDEM. Ten Gen João Frederico Caldwell. In: Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS Palegre, IEL, 1975, pp. 187-193.
10. IDEM. A Zona Sul do RGS na Revolução Farroupilha. Diário Popular, Pelotas, 20 de setembro de 1985.
11. IDEM. José Mariano de Mattos. Diário Popular, Pelotas, 20 de setembro de 1985.
12. IDEM. Manoel Lucas de Oliveira. Diário Popular, Pelotas, 20 de setembro de 1985.
13. IDEM. General Antônio de Souza Netto. Diário Popular, Pelotas, 20 de setembro de 1985.
14. IDEM. Cel Joaquim Pedro Soares, estudo inédito do livro em preparo O Exército farrapo e seus Chefes.

15. CALDEIRA, Manuel Alves daSilva. Apontamentos sobre a Rev. Far. RIHGRGS, n9 27, 1927.
16. FAGUNDES, Morivalde Calvet. Vitória no ideal federativo in: História da Revolução Farroupilha. Palegre, Martim Livreiro, 1985, pp. 151-156.
17. FARINHA, Teodolino. Carta a Domingos José de Almeida de Jaguarão, 11 de junho de 1838. In: Anais do Arquivo Histórico RGS. v. 8, pp. 143-144.
18. FERREIRA FILHO, Arthur. História Geraldo RGS. Palegre, Ed. Globo, 1985.
19. FLORES, Moacyr. Revolução Farroupilha. Palegre, Martim Livreiro, 1985, 2? ed.
20. JAQUES, Paulino. Combate do Seival. In: A Guerra dos Farrapos. Rio, Rifer Editora, 1959 (pp. 135-142).
21. MACIEL, Salvador José, mal. Apontamentos sobre os meios de Defesa do Rio Grande e pontos onde levantar fortificações de 2? e 3? ordens referências. In: Anais da Biblioteca Nacional n9 99, 1979, n9 524, p. 850.
22. MEDEIROS, Manoel da Costa. História do Hervai. Palegre, Prefeitura do Herval, 1980, p. 377.
23. NUNES, Bonifácio Inocêncio. Combate do Seival. In: ALERGS, 1911, pp. 199- 201.
24. OSÓRIO, Fernando Luiz. História do General Osório. Rio, Leuzinger, 1984. v. 1 p. 19.
25. PONTES, Rodrigo de Souza e Silva. Memória Histórica sobre as causas . .. de 20 de setembro em Porto Alegre ref. In: Anais da Biblioteca Nacional. Nº 91, 1979, pp. 89 mn n9 549.
26. PROJETO PRÓ-MEMÓRIA FARROUPILHA (Promoção da RBS e Banco Bamerindus) 1985.
27. RODRIGUES, Manoel Jorge, ten gen. Correspondência com a Corte jun 1840 - ago 1841. Referência. In: Anais Biblioteca Nacional, n9 99, 1979 mss 522, p. 85 (Noticias sobre os combates de São José do Norte e Taquari).
28. IDEM. Ordens do Dia e avisos 7 mar — 1 ago 1840. Referência. In: Anais Biblioteca. Nacional, n9 99, 1979 mss 521, p. 84 (O Arquivo do Exército possui índice onomástico elaborado por Gastão ABBOTT).
29. SALIS, Eurico Jacinto. História de Ba- gé. Palegre, Ed. Globo, 19 (pp. 60-61 — Seival).
30. SÂO LEOPOLDO, Visconde de. Memórias sobre a Revolução Farroupilha 1840- 46 inclusive, referência. In: Anais da Biblioteca Nacional, n9 99, 1979 mss 523, p. 85.
31. SOUZA, Álvaro T. Soares de. Cel João da Silva Tavares. Rio, SGeEx, 1970, pp. 22 23 (Seival).
32. TABORDA, Tarcísio. Bagé na Revolução Farroupilha. Bagé, Fumba, 1985.
33. VARELA, Afredo. A História da Grande Revolução. Palegre, Globo, 1933, 6v (Era o mais completo estudo sobre o combate do Seival).

PEDRO CALMON E A ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (AMAN)

Pedro Calmon visitou a Academia Militar das Agulhas Negras em três ocasiões distintas. A primeira em 8 de Junho de 1949, a segunda em 14 de junho de 1954, quando proferiu a aula inaugural, como Reitor da Universidade do Brasil, ea terceira e última em 7 de maio de 1980, centenário do falecimento do Duque de Caxias.

Na primeira vez, 8 de junho de 1949, deixou assinalado no Livro de Personalidades Ilustres da AMAM estas palavras na página 22: "Visitando esta grandiosa Escola — e o faço amavelmente conduzido pelo seu nobre Comandante, general Ciro do Espírito Santo Cardoso — sinto revigorada a minha confiança no Brasil. É digna do Exército. É a Escola Militar de que necessitava a Pátria, alto baluarte de patriotismo, sobre cujas ameias inexpugnáveis flutua o pendão do heroísmo nacional, guardado pela fidelidade

dos Cadetes de Caxias!

Em Rezende, e na sua Academia das Agulhas Negras, a 8 de junho de 1949. Pedro Calmon".

A segunda vez em que esteve na AMAN foi em 14 de junho de 1954 para proferir a aula inaugural no Cinema Acadêmico com o tema:

"O Exército na Formação Histórica do Brasil"

Foi uma belíssima palestra em que os Cadetes permaneceram muito atentos e, ao final, aplaudiram de pé o conferencista.

Recordo do meu entusiasmo então. Eu era Cadete a iniciar o 39 e último ano da AMAN e da Arma de Engenharia.

Ano que passamos a tomar um contato muito estreito e entusiasmado pela História Militar do Brasil, através do então Major Otávio Tosta, professor do assunto, tendo como livros-textos dois volumes de História Militar de autoria 4! o professor General Pedro Cordolino de Azevedo. 0 primeiro relativo à História Militar Geral e o segundo â História Militar do Brasil.

Recordo que o entusiasmo do Major Otávio Tosta pela História Militar era contagiante.

Ao falar de Napoleão, chegou certa feita a usar uma vitrola, tendo como fundo musical a Mar- selhesa, e um ventilador colocado de modo discreto, para fazer o pavilhão francês drapejar como se estivesse ao vento.

Talvez dessa coincidência de circunstâncias tenha se definido em meu íntimo o gosto pela História Militar e em especial pela do Exército Brasileiro.

Finalmente, em 7 maio de 1980, foi feita a última visita de Pedro Calmon à AMAN.

Participou emocionado, durante toda a manhã, da cerimônia oficial no Brasil, presidida pelo Exmo. Sr. Presidente da República João Baptista Figueiredo, evocativa do Centenário do Duque de Caxias, cuja espada de Campanha Pedro Calmon permitiu se deslocasse do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-para a Academia, com Guarda de Honra sob minha chefia, na dupla condição de sócio do Instituto e instrutor da AMAN.

Coube-me a honra de acompa nhar todos os passos de Pedro Calmon como uma espécie de assistente. Vez por outra eu era alertado para controlar os excessos de emoção, de esforços físicos e alimentação do mestre, para preveni-lo de um possível acidente na sua preciosa saúde. Fiquei preo- cupadíssimo, mas tudo correu bem!

A tarde no Cinema Acadêmico, agora como Instrutor de História Militar da AMAN, eu assistiría, 26 anos depois da primeira conferência assistida como Cadete, a mais uma conferência do mestre.

Confesso que temi que a reação do Corpo de Cadetes não fosse a mesma. Mas enganei-me! Ele mantinha intacta a sua grande oratória aos 78 anos.

Ao término da palestra, focalizando o Duque de Caxias, o mestre Pedro Calmon foi aplaudido de pé, pelo auditório repleto de Cadetes e oficiais da AMAN. Penso que os aplausos foram mais prolongados e entusiásticos do que os que recebera há 26 anos no mesmo local.

Nesse dia, Pedro Calmon deixou registradas ainda na página 22 do Livro de Visitantes Ilustres as seguintes impressões:

"Voltando quase trinta anos depois à Admirável Academia Militar das Agulhas Negras, revejo-a mais bela, mais brilhante, mais pomposa, no dia em que comemora o centenário da morte de Caxias. Dou graças a Deus de o Exército, pelo brasileiro milagre, ter tomado sob sua evidente proteção este imenso instituto, fazendo com que sua organização impecável encha de alegria e oti-mismo o coração leal dos que amam e se unem à Pátria. No esplendor desta

manhã de luz e homenagem, sentimos maior a nação, na moldura primorosa da Escola de Cadetes. A mocidade que aqui se educa sai todos os anos revigorada no culto dos seus deveres — pela sabedoria dos mestres, pela autoridade do ambiente, pela grandeza dos exemplos, e por tudo que se respira no ar bendito oas Agulhas Negras — áureas agulhas a que se prende a alma do Brasil!

Na Academia, 7 de maio de 1980

Pedro Calmon"

Por todos estes motivos é que por ocasião do seu falecimento fiz registrar esta nota no Boletim nº 112 de 8 junho de 1985 do Arquivo do Exército.

FALECIMENTO DO PROFESSOR PEDRO CALMON

"Este Arquivo do Exército — A Casa da Memória Histórica do Exército Brasileiro, registra com pesar o passamento ocorrido ontem do Professor PEDRO CALMON MONIZ DE BITENCOURT, orador, escritor e historiador de raros méritos, grande amigo do Exército Brasileiro, intérprete, cultor e divulgador inspirado e privilegiado das tradições e glórias das Armas Brasileiras, na terra, no mar e no ar, além de uma das grandes personalidades brasileiras do seu tempo."

Palavras semelhantes serão colocadas em Armário para o Pavilhão Nacional recebido de presente da extinta Pagadoria Central de Inativos e Pensionistas do Exército no dia 18 de junho. Armário este que aquela repartição recebeu em 20 fev 1960, 159 aniversário da vitória brasileira em Monte Castelo, do Marechal Mascarenhas de Moraes em nome da Associação de Ex-Combatentes do Brasil, conforme placa aposta no referido armário.

Curioso! No dia 20 de junho o Noticiário do Exército publicou, dentro de sua programação normal, comentário do mestre Pedro Calmon sobre as Memórias do Mal Mascarenhas, personalidade cuja vida e obra coube-me evocar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no centenário de seu nascimento, em dezembro de 1984, por honrosa designação, ainda, do inesquecível mestre Pedro Calmon. Mestre de "todos nós", expressão comum no Exército na voz abalizada de muitos de seus chefes, e sobretudo reconhecida.

SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO NO BRASIL:
sua implementação através do 1.° Sorteio Militar

Pesquisa Histórica Básica

Cláudio Moreira Bento*

Em 10 de dezembro de 1916, no antigo Quartel-General do Exército, na presença do Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz, e do Ministro da Guerra, General Caetano de Faria, teve lugar a cerimônia principal do 1° Sorteio Militar no Brasil.

O 1° Sorteio Militar constitui um dos mais significativos eventos da história contemporânea do Exército. Fruto de uma longa e intensa campanha cívica, alimentada por patriotas civis e militares, ele constitui o marco inicial do serviço

militar obrigatório entre nós, ponto de inflexão para o surgimento de um Exército com caráter nacional e provido de reservas suficientes e bem adestradas, para atenderem à eventualidade de uma guerra.

Já transcorridos 70 anos da implantação do serviço militar obrigatório, evocar a cerimônia do 1º Sorteio Militar, interpretar sua significação histórica e apontar os pioneiros militares e civis que se assinalaram na vitoriosa campanha para concretizá-lo são os objetivos do presente trabalho.

Não obstante, acreditamos possa ele servir, também, de subsídio, em face das discussões que possam surgir, no âmbito da Constituinte recém-empossada, sobre a obrigatoriedade da prestação do serviço militar no Brasil.

A CERIMÔNIA DO 1º SORTEIO MILITAR, NO RIO DE JANEIRO

O 1° Sorteio Militar foi realizado em todo o Brasil, mas a cerimônia principal ocorreu no Rio de Janeiro, nas dependências do Batalhão do Tiro 7, a partir do meio-dia de 10 de dezembro de 1916.

O Batalhão do Tiro 7, ex-Clube de Tiro Federal, fundado em 13 de maio de 1906, no local hoje ocupado pelo Palácio Guanabara, tinha suas dependências instaladas no pavilhão dos fundos do Quartel-General do Exército, atual Palácio Duque de Caxias, desde 1937.

Ao ato compareceu o Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz. Ele chegou de automóvel ao quartel- general, acompanhado do Ministro da Guerra, general José Caetano de Faria, e do seu Chefe da Casa Civil, Coronel Augusto Tasso Fragoso, inspirado historiador militar, crítico e grande expoente da Reforma Militar (1898-1945), desde o seu início até 1932, particularmente no período em que foi chefe do Estado-Maior do Exército.

O Presidente foi saudado por enorme representação de oficiais- generais do Exército, em serviço no então Distrito Federal, e comandantes de unidades, tendo à frente o general Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, descendente direto dos generais Bento Manoel Ribeiro e Victo- rino Carneiro Monteiro, o barão de São Borja.

Participaram da recepção o Ministro da Fazenda, Lino de Matos, o Prefeito e o Chefe de Polícia do Distrito Federal e representantes do Ministro da Marinha, da Brigada Policial e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e da Guarda Nacional.

O Presidente atravessou o pátio do Quartel-General a pé, entre duas alas do Batalhão do Tiro 7, comandado pelo 1° Tenente Ildefonso Escobar.

A junta do Sorteio Militar, sob a presidência do Coronel Fredolino José da Costa e secretariada pelo Major João Veloso Ramos, tinha, como membros, o Coronel da Guardá Nacional Alfredo Fausto Sampaio Ribeiro, o Capitão Médico Francisco P. da Silva Reis e o Dr. Álvaro Lima Pereira, 2° Procurador da República.

Figura 1. Antigo Quartel-General do Exército onde teve lugar, em 10 de dezembro de 1916, na sua parte dos fundos, o 1º Sorteio Militar no Brasil. A entrada do quartel ficava na altura do Panteon de Caxias, local onde, em 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca proclamou a República. (Fonte: Arquivo Histérico do Exército.)

A primeira célula das correspondentes a 152 alistados foi retirada "conforme sorte", pelo 2[9] Procurador da República. O primeiro sorteado foi Alberto Garcia de Matos, alistado do município de Santa Rita. O anúncio do seu nome foi saudado pelos presentes, com prolongada salva de palmas, seguida de repetidos "vivas" à República e ao Exército.

Foram sorteados 114 alistados para preencher os claros existentes nas unidades do Exértito sediadas no entãp Distrito Federal. Após o anúncio do último sorteado, o Ministro da Guerra proferiu breve oração, na qual salientou que "a cerimônia que acabava de ser realizada era das mais importantes para a vida do Exército; não sendo possível incorporar todos os cidadãos com 21 anos, a sorte decidiu quais seriam os que prestariam serviços à instituição." Prosseguiu dizendo que "a Lei que o Presidente Wenceslau Braz assistira ser ali executada estava em cogitação no Exército desde 1874, ou seja, havia mais de 40 anos." Congratulou-se com o Presidente pela materialização do contido na lei, expressa na cerimônia a que o mesmo Presidente fizera questão de prestigiar com a sua presença. Referiu-se aos diretores da Liga de Defesa Nacional presentes que, "com o auxílio de seus amigos da Imprensa", mobilizava a Sociedade Civil em prol daquela medida inadiável. E conclui, dizendo que, dali por diante, "ser soldado deixava de ser profissão, para ser cumprimento de um dever cívico."

As células sorteadas foram colocadas em uma urna, a qual foi lacrada em suas quatro faces, com as assinaturas de todos os membros da Junta do Sorteio Militar. Foi lavrado um Termo do Sorteio Militar, igualmente assinado, com uma histórica caneta de ouro.

A caneta foi trazida pelo Coronel da Guarda Nacional, Alfredo Fausto

Sampaio Ribeiro. Ela pertencia a seu sogro, Marciano Augusto Botelho de Magalhães que, como Capitão, Diretor do Arsenal de Guerra, a recebera de presente dos seus funcionários. Marciano, como Capitão, e seu irmão Benjamim Constant, como Major, integraram a diretoria do Clube Militar (fundado em 26 de junho de 1887), respectivamente como 2º Secretário e Tesoureiro. A caneta serviría, mais tarde, para Benjamim Constant firmar seus primeiros atos como Ministro da Guerra.

O Presidente Wenceslau Braz retirou-se do local do 1º Sorteio Militar, atravessando novamente o pátio central, a pé, rumo ao Portão das Armas, entre duas alas do Batalhão do Tiro 7, que lhe prestou as honras de estilo, ao som da Marcha Batida, seguida do Hino Nacional.

No Portão das Armas, aguardava-o seu automóvel.

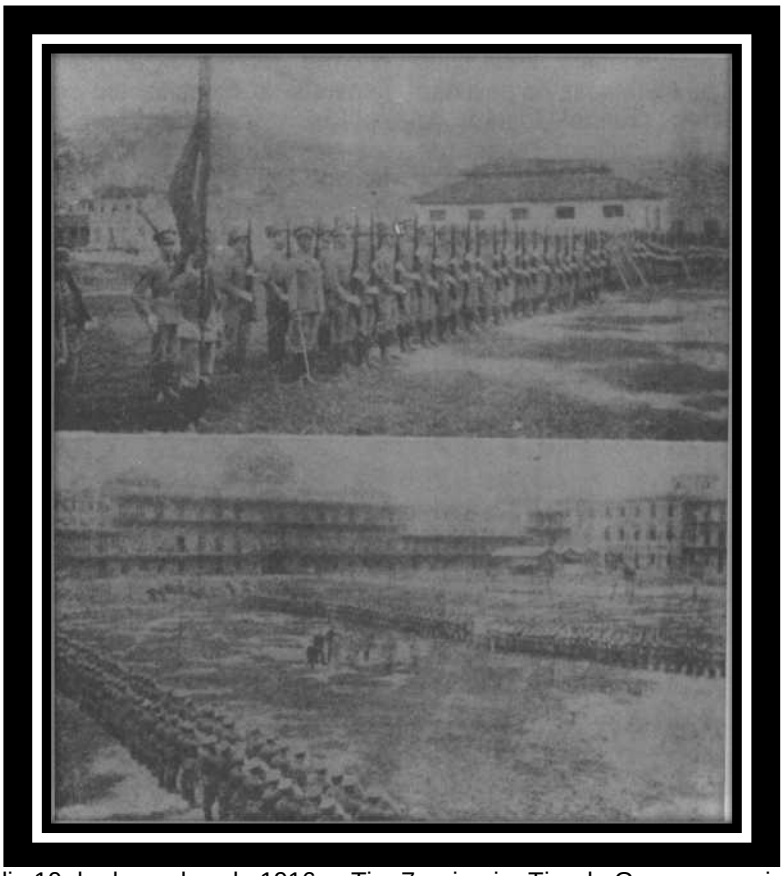


Figura 2. No dia 10 de dezembro de 1916, o Tiro 7, primeiro Tiro de Guerra organizado no Brasil, presta continência, no pátio do antigo Quartel-General do Exército, ao Presidente de República, Dr. Wenceslau Braz. Poucos minutos depois, ocorreu a cerimônia do 1º Sorteio Militar. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO, UMA ÁRDUA CRUZADA CÍVICA

Terminada a guerra do Paraguai, a operacionalidade do Exército, por razões alheias à Forças, caíra a níveis críticos, não só para a defesa externa, como para a defesa interna do País. A ausência de poder dissuasório para assegurar a paz e a tranquilidade da sociedade era um estímulo a frequentes ameaças à segurança interna. Seu pálido desempenho na Revolução Federalista e Revolta

da Armada (1893-1895) e na Revolta de Canudos (1896-1897) fora eloquente.

Era imperativo modificar esse quadro adverso, dar ao Exército condições para assimilar as modificações impostas pelos avanços da arte e ciência da guerra.

A Revolução Industrial produzira a máquina a vapor que, movimentando trens e navios, levara a guerra, antes circunscrita aos campos de batalha, a amplas faixas terrestres e marítimas e permitira a produção, em série, de munições e armamentos que permitiram uma densidade de fogos de superfície jamais imaginada. De sua parte, a Guerra Franco-Prussiana demonstrara que as futuras guerras seriam travadas por cidadãos comuns, convocados obrigatoriamente e submetidos a um treinamento prévio, e que os exércitos em confronto deveríam dispor de reservas de cidadãos já adestrados para o serviço militar.

No Brasil, a última manobra do Exército havia sido realizada em Santa Cruz, em 1885, sob o comando do Conde D'Eu. Os soldados eram profissionais, recrutados voluntariamente. Eles faziam, do serviço militar, um meio de vida. Seu nível de cultura era baixo e possuíam mais variadas idades, o que torríava impossível aumentar a operacionali- dade da Força ao nível da doutrina militar aspirada. Não existiam reservas no padrão exigido por essa mesma doutrina, ou seja, previamente adestrada, para o serviço militar.

O serviço militar obrigatório no Brasil foi, assim, uma imposição da expressiva evolução da Doutrina Militar, conseqüente da Revolução industrial, e destinava-se a viabilizar a existência de uma compatível e bem adestrada reserva ao Exército, nos moldes das disponíveis pelos exércitos capacitados^ enfrentar as exigências da guerra em suas novas dimensões.

A idéia data de 1874, e os constituintes de 1891 demostraram tê-la absorvido, ao criarem a figura do "cidadão soldado" e ao introduzirem, na constituição que elaboraram, que "todo brasileiro é obrigado a prestar o Serviço Militar" (Artigo 86).

A regulamentação desse artigo, porém, demoraria 17 anos, percorrendo uma longa caminhada, cujos passos principais merecem ser evocados.

Ao término da Revolta da Armada, o Capitão Tasso Fragoso, um dos seus heróis, gravemente ferido, foi enviado à Alemanha, em missão militar. Ele aproveitaria a estada em solo germânico para submeter-se à correção cirúrgica de uma sequela conseqüente de ferimento recebido. Observador perspicaz, ficou chocado com o grande fosso percebido entre a doutrina militar vigente na Europa e a praticada no Brasil. Sobre o as- -strató, produziu alguns artigos para a "Revista do Brasil". E um deles acabou concorrendo para a criação do Estado-Maior do Exército, em 24 de outubro de 1896 - pouco menos de um mês antes, convém lembrar, da trágica participação do Exército em Canudos, quando uma companhia, sob o comando do Tenente Pires

Ferreira, foi destruída em Uauá (21 de novembro).

O estado-maior do Exército teve seu regulamento assinado em 6 de janeiro de 1899 e foi instalado em 29 de janeiro desse mesmo ano. Essa data assinala o

marco inicial da chamada “Reforma Militar (1899- 1945), que transformou os baixos índices de operacionalidade do Exército de Canudos nos altos índices de sua honrosa participação na Segunda Guerra Mundial, em campos da Itália, através da Força Expedicionária Brasileira.

De 1899 a 1910, a “Revista Militar”, editada pelo Estado-Maior do Exército, defendeu a idéia do serviço militar obrigatório como fundamento do “Plano de Reforma do Exército”, elaborado, em 1900, pelo Ministro da Guerra, Marechal João Nepomu- ceno Medeiros Mallet, visando a “dar ao Exército uma feição com todas as características do povo brasileiro", conforme nele expresso.

Em 7 de maio de 1901, em “O País", o 1º Tenente Raimundo Pinto Seidl, que mais tarde comandou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, demonstrou a necessidade do Serviço Militar através do Sorteio Militar, como melhor forma de assegurar a “Defesa Nacional”.

Nesse mesmo ano sobressai, também, como paladino, em defesa do serviço militar obrigatório na reorganização do Exército, Armando Duval Sérgio Ferreira. De certa forma, foi ele porta-voz autorizado dos marechais Mallet e Cantuária e tinha grande afinidade com Tasso Fragoso. Duval vivera na Alemanha, de 1902 a 1907, em comissão para compra de armamento, e mais tarde, de 1912 a 1914. Os primeiros canhões Krupp do nosso Exército resultaram das negociações que promoveu.

Sua concepção era a dos “Exércitos Regionais”, da forma como hoje se constata - os quadros se movimentando por todo o país e os conscritos servindo próximo de suas moradias e constituindo reserva das unidades onde prestam o serviço militar obrigatório. Preconizava, ainda, “os políticos deixando o Exército livre de interferência e este deixando de imiscuir-se em política”, pensamento de que participava o Marechal José Caetano de Faria, Ministro da Guerra que implantou o serviço militar obrigatório no Brasil.

Em 1904, o General-de-Brigada Luiz Mendes de Morais, em “Reforma do Exército”, fez um apelo aos seus companheiros, no sentido de que fosse reformulado o ensino no Exército, que considerava “questão de vida e morte para os destinos do Brasil e do próprio Exército”. Seu trabalho foi secundado pelo de Augusto Sá, que fez uma análise contundente do Exército e dos seus quadros, propondo como reorganizá-lo.

Esses dois trabalhos sacudiram o Exército, na época, e contribuíram, em função, particularmente, das revoltas nas escolas da Praia Vermelha e do Realengo (comandada por Hermes da Fonseca), para a adoção do Regulamento do Ensino do Exército, de 1905. Ele marcou o ponto de inflexão do “bacharelismo” para o “profissionalismo”, cuja encruzilhada, na prática, materializou-se no ensino da Escola de Guerra de Porto Alegre (1906-1911), que produziu os oficiais que iriam dinamizar e consolidar a “Reforma Militar".

Foi, também, em 1905, na gestão do Ministro Argolo, que o General Hermes da Fonseca assumiu o comando do 4° Distrito Militar (atual 1ª Região Militar) e deu início às históricas manobras do Curato de Santa Cruz, no Campo dos Cajueiros, cedido ao Exército pelo suíço naturalizado Ernest Durish, grande amigo do Exército e do Brasil e um dos grandes nomes da construção da

“Defesa Nacional”.

Figura 3. O General Hermes da Fonseca, comandante do 4º Distrito Militar (atual 1ª RM), realizou, em 1905, no Campo dos Cajueiros, em Santa Cruz, RJ, as primeiras manobras no Exército desde 1875. (Alegoria contida em História do Exército Brasileiro. Vol 3.)

Figura 4. Aspecto das Manobras de Santa Cruz do 4º Distrito Militar. Na foto, os comandantes dos Corpos da Divisão de Manobras. À esquerda, o consagrado cientista, companheiro de Osvaldo Cruz, Cel. Méd. Dr. Ismael da Rocha, Chefe do Serviço de Saúde. (Fonte; Arquivo Histórico do Exército.)

Essas manobras despertariam e evidenciariam grandes vocações de soldados entre os que delas participaram, como instrutores dos Tiros dé Guerra, criados, a partir de 1906, como solução inicial para prover o Exército de reservas organizadas. Muitos deles foram, mais tarde, frequentar cursos na Alemanha e, de retorno, fundaram a nossa revista, A Defesa Nacional (1913), a cujo esforço patriótico viria juntar-se a sociedade civil, através da “Liga de Defesa Nacional”, criada em 7 de setembro de 1916.

A ação de “A Defesa Nacional” em favor do serviço militar obrigatório foi decisiva, principalmente através dos editoriais corajosos elaborados pelos

“jovens turcos” Basílio Ta- borda, Maciel da Costa e Porga Rodrigues, de agosto a dezembro de 1916.

Figura 5. Fundação da Liga de Defesa Nacional, em 7 de setembro de 1916, na Biblioteca Nacional. A mesa está constituída, da esquerda para a direita, pelo Dr. Pedro Lessa, presidente da mesa, Marechal Caetano de Faria, Ministro da Guerra, Dr. Olavo Bilac, Secretário da Liga,e Dr. Miguel Calmon, Vice-Presidente. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

Foi na cidade gaúcha de Rio Grande que o patriota Antonio Carlos Lopes, farmacêutico, entusiasta da “Defesa Nacional” e da idéia do “cidadão-soldado”, organizou a primeira “Sociedade de Tiro”, com fuzil de guerra, e publicou o livro O Tiro Brasileiro. Inspirado nessa iniciativa pioneira, o General Hermes da Fonseca idealizou a “Confederação do Tiro Brasileiro”, transformada em lei em 5 de setembro de 1906. Antonio Carlos Lopes foi seu primeiro diretor e a tornou uma realidade.

Cinco meses antes da criação da Confederação, foi fundado, no local onde hoje se situa o Palácio Guanabara, o “Clube do Tiro Federal”, usando fuzis de guerra. Ele foi inspirado no modelo de “Defesa Nacional” da Suíça, trazido pelo Dr. Furquim Werneck, antigo prefeito do Rio de Janeiro, e por Ernest Durish, respectivamente primeiro e segundo presidente da entidade, que seria transformada em “Tiro 7”, ao comando do Tenente lldefonso Escobar.

Sob a presidência de Ernest Durish, o “Tiro 7” atingiu grande desenvolvimento e seu exemplo foi seguido em todo o Brasil. Com ele, pela primeira vez, passou a ser solucionado o crucial problema para a reserva do Exército profissional, embora de forma romântica.

Por essa época, foi também criada a figura do “Voluntário de Manobras”, destinado a aumentar o efetivo do Exército profissional, por ocasião de manobras. A prática nelas adquirida o credenciava a ser liberado do serviço militar e a integrar a reserva.

Figura 6. O 1º Tenente Ildefonso Escobar aparece na foto (uniforme escuro) cursando a Escola de St. Cyr, onde se destacou entre 1.100 oficiais de várias nações. Ele está sendo apresentado, ao Marechal Petain, pelo comandante da escola. (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

Muitos cariocas, estudantes de diversos níveis, participaram dessa modalidade de prestação do serviço militar. Entre eles, o filho do Barão do Rio Branco, nosso grande estadista, historiador e diplomata. Rio Branco acreditava que "a neutralidade de um país não subsiste sem força armada que a sustente" e que, "na ordem internacional, a maior prova de sensatez e inteligência é sustentar as boas intenções (inclusive pacifistas) com as melhores forças armadas possíveis", e mais, que "o primeiro direito de um povo na paz é ser livre", e que, "na ordem internacional, ser livre é condição que exige alto preço e sacrifícios na manutenção de forças armadas à altura de assegurar a liberdade de um país considerado."

Em 10 de outubro de 1906, o patriota Alcindo Guanabara, jornalista e deputado federal pelo então Distrito Federal, apresentou o projeto da Lei do Sorteio Militar. Coadjuvaram-no, na defesa do projeto, os senadores Soares dos Santos, do Rio Grande do Sul, e Fernando Mendes, do então Distrito Federal, e os deputados federais Jayme Darcy, do Rio Grande do Sul, Carlos Peixoto Filho, do Maranhão, e Fernandes Mendes, do Rio de Janeiro. O apoio parlamentar da bancada do Rio Grande do Sul, a histórica "fronteira do vaivém", recém-talado pela sangrenta Revolução de 93, foi eloquente. Urgia reformular a "Defesa Nacional", para poupar a sociedade civil de revoluções sangrentas, como a Federalista, que envolvera os estados sulinos.

Figura 7. “Voluntários de Manobras” foram incorporados ao Exército em 1908. Entre eles figuravam os jovens Afonso Pena Júnior, filho do Presidente da República, Raul do Rio Branco, filho do grande chanceler, e Salgado Filho, mais tarde Primeiro- Ministro da Aeronáutica. (Fonte: História do Exército Brasileiro.)

A Lei do Serviço Militar Obrigatório, através do Sorteio Militar, foi promulgada em 4 de janeiro de 1908, graças ao apoio decisivo do Presidente Afonso Pena e do Senador Pinheiro Machado, do Rio Grande do Sul.

Figura 8. O Marechal Hermes posa, na porta do Palácio do Catete, ao lado de seu filho e ajudante-de-ordens, 2º Tenente Mário Hermes, tendo na mão esquerda o decreto nº 1860 da Lei do Serviço Militar Obrigatório, que acabava de ser assinado pelo Presidente Afonso Pena. (Fónte: Arquivo Histórico do Exército.)

Nessa época surgiu, em Pernambuco, onde o espírito da nacionalidade brasileira floresceu e, com ele, o espírito do Exército Brasileiro, nas memoráveis batalhas dos Guararapes e na Insurreição Pernambucana (1645-1654), a atuação em prol do serviço militar obrigatório, através do grande patriota, jornalista e historiador Mario Mello. Foi ele, no Nordeste, o grande apóstolo da organização da "Defesa Nacional", a qual reconhecia extremamente débil e incompatível com a posição do Brasil no cenário internacional ou, como hoje se diria, "sem condições de propiciar soberania necessária ao governo, para estabelecer acordos e enfrentar antagonismos".

Em 25 de novembro de 1908, foi organizada a primeira "Reserva de Exército", na Exposição Nacional da Praia Vermelha. Ela foi constituída pelo Batalhão de Atiradores do Tiro Nacional, que recebeu o Pavilhão Nacional das mãos do Ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca, e o incorporou.

Os Tiros de Guerra tiveram grande desenvolvimento, de molde a possuir, em 1910, cerca de 10.000 atiradores - uma apreciável reserva para a época.

Foi por essa época que o Marechal Hermes da Fonseca veio a candidatar-se à Presidência da República.

Figura 9. 1908, 29 de novembro, bar da Exposição Nacional da Praia Vermelha. O Mal. Hermes conversa com o Cel. Ernest Durish, presidente do Tiro Federal. Nesse dia o Ministro da Guerra, em cerimônia de rara beleza e civismo, entregou o Pavilhão Nacional ao "Batalhão de Atiradores". (Fonte: Arquivo Histórico do Exército.)

O maior alvo da oposição contra sua candidatura foi o projeto de organização da Defesa Nacional, apoiada no Sorteio Militar. Muitos investiram contra ele, das tribunas, pela imprensa e até no seio do Exército, onde a inovação não era bem vista em certas áreas, por romper tradição quase secular. E tudo foi feito para retardar, burlar e, até, inquinar de inconstitucional a nova lei. Por suas políticas de salvação nacional, o confronto de Hermes com as

oligarquias estaduais acabou por inviabilizar a implantação da Lei do Serviço Militar Obrigatório durante seu período de governo.

A lei, cuja execução foi retardada durante 8 anos, até 10 de dezembro de 1916, foi implantada pelo Presidente Wenceslau Braz, vice- presidente de Hermes da Fonseca, e pelo General Caetano de Faria, seu Ministro da Guerra e que tinha sido chefe do Estado-Maior do Exército, no período presidencial de Hermes.

À implantação da Lei do Sorteio Militar para a prestação do serviço militar obrigatório, seguiram-se dois atos de grande repercussão na "Reforma Militar", de molde a concentrar, sob o controle do Exército, através do seu estado-maior, para fins de adestramento uniforme e organização de uma reserva, toda a força militar terrestre.

O primeiro refere-se à guarda nacional, existente desde 1831, que passava a subordinar-se ao Exército, como tropa de 2ª linha, até ser extinto, em 1918, com aproveitamento, na reserva, de oficiais que satisfi zessem certos parâmetros. O segundo foi a incorporação das polícias militares como forças auxiliares do Exército.

O problema da formação de oficiais da reserva foi solucionado, pouco mais tarde, com a criação dos Centros de Formação de Oficiais da Reserva (CPOR) e dos Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR).

Por ocasião do centenário da Independência, decorridos quase cinco anos do 1º Sorteio Militar, a feição do Exército pode ser avaliada pelo texto abaixo, extraído do livro histórico do 4º Batalhão de Engenharia de Combate, que fora transferido para Itajubá, fazia três anos, atendendo à indicação do Presidente Wenceslau Braz. Assim escreveu o comandante da unidade, em grafia aqui conservada:

> A situação (do Exército - adendo nosso) no ponto de vista de eficiência é florescente. Ahi estão: a sua organização, à moderna, para a paz e para a guerra; a sua instrução talhada em novos moldes gue vem dos ensinamentos da convulsão mundial; o seu aparelhamento, oriundo do que de melhor produzem os centros da bellotechnica; o seu aquartelamento em casernas hygienicas e ricas de conforto, distribuídas pelas regiões militares; os arsenais para o reparo e o fabrico de armas, as fábricas de munições, os carros de assalto, as esquadrinhas aéreas, as escolas de Estado- Maior e de Aperfeiçoamento de Oficiais, a de Sargentos instructores, os exercícios de quadros, as manobras da 3- Região, a concentração rápida que teve lugar por ocasião da alteração da ordem num dos estados do norte,, a convocação fructuosa de várias classes de reservistas para a parada do Centenário.
>
> Tudo isto, material, pessoal, instituições, causas e effeitos, denotam que o Exército está em bom pé e se prepara, graças à patriótica orientação do actual governo da República, para o desempenho de sua elevada e sacrossanta missão - a segurança da Pátria.
>
> E vós meus camaradas mineiros, filhos destas imponentes montanhas da Suissa Brasileira, berço do promartyr da República, o Tiradentes, vós mesmos sois um atestado do aperfeiçoamento de nossas instituições, com o vosso aspecto uniforme, sobretudo pelos característicos da idade, imprimis um cunho do Exército moderno que se recruta nos seios da Sociedade, grupando em classes os seus jovens

concidadãos, fazendo desaparecer das fileiras o velho soldado profissional ou mercenário.

O 1º SORTEIO MILITAR, SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA

Em 10 de dezembro de 1916, quando ia acesa, na Europa, a 1ª Guerra Mundial (1914-1918) e fazia cerca de 50 dias que o Presidente Wenceslau Braz solucionara a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, motivadora da "Revolta do Contestado" (1912-191 oj, teve lugar, em todo o Brasil, o 1[9] Sorteio Militar.

Foi ele, como já se disse, o marco inicial do serviço militar obrigatório, há 70 anos em vigor no Brasil, e ponto de inflexão para o moderno Exército Brasileiro (ativo e da reserva), com caráter nacional e de autêntica representação do "povo em armas", no qual ser soldado deixou de ser profissão, mal vista pela sociedade civil, para se constituir em sagrado dever cfvico, relacionado com a Defesa Nacional. Foi, sem dúvida, o mais importante evento da "Reforma Militar" (1899-1945), por suas benéficas projeções.

O Brasil foi das últimas nações a adotar o serviço militar obrigatório, decorrência, como foi ressaltado, da Revolução Industrial. Esta provocou uma grande sofisticação na arte e ciência da guerra. Sofisticação que impôs, aos exércitos modernos, uma poderosa, bem treinada e articulada reserva nos seus efetivos de paz. Sofistificação que tornou a organização militar de um país um problema complexo, envolvendo todas as suas forças vivas, ao lado de longa e cuidadosa preparação, no tocante à estruturação, equipamento, instrução e motivação do seu Exército - seja visando ao seu emprego na eventualidade de um conflito, seja, em particular, como penhor da paz, como elemento dissuasório no quadro internacional, para, como preconizou o Barão do Rio Branco, poder o país "desempenhar, com prestígio e segurança, o papel que lhe cabe no convívio das nações."

A sofisticação em apreço tornou inviável, para o Brasil, recorrer à Guarda Nacional, às polícias estaduais e aos heróicos Batalhões de Voluntários da Pátria que, engrossando as fileiras do Exército Imperial, tiveram participação heróica e memorável no esforço de guerra que culminou com a vitória aliada na guerra da Tríplice Aliança contra Q Paraguai.

Por outro lado, tornou-se inviável também, do ponto de vista do nível de operacionalidade desejável e pelos altíssimos custos decorrentes, recorrer-se a soldados profissionais para integrarem um Exército volumoso, mantido sempre, como necessário, em seu efetivo de guerra.

Não existe nação, por mais poderosa que seja, que consiga manter um exército profissional nas dimensões que atendam a todas as suas necessidades. Tal solução tem sido ainda evitada, politicamente, pelo perigo de uma força assim constituída tornar-se casta, sem caráter nacional e raízes na sociedade civil, divorciada das aspirações populares. A História, a mestra das mestras, está cheia de exemplos de exércitos profissionais, destinados à defesa da sociedade civil, que se transformaram, por alguns dos seus chefes, em instrumento para subjugá-la.

De resto, o sistema do soldado profissional experimentado pelo Brasil, de 1870 a 1916, não resistiu ao advento da Revolução Industrial. Mesmo os pequenos efetivos fixados pelo Exército deixaram de ser atendidos, pela inexistência de voluntários em número suficiente. O estágio do desenvolvimento da economia do país já oferecia opções profissionais mais vantajosas que a profissão militar. A solução brasileira adota um sistema misto.

Uma parte do Exército é profissional, constituída de oficiais e sargentos recrutados por meio de concursos de seleção, rigorosos e democráticos, a que podem concorrer todos os segmentos da sociedade civil. Eles percorrem uma carreira normal, ao término da qual passam a integrar a reserva, até uma idade-limite que os incompatibilize para operações bélicas.

A outra parte é de conscritos. Eles são recrutados para prestar um ano de Serviço Militar, ao fim do qual integrarão a reserva, como soldados, cabos ou sargentos egressos das unidades militares, soldados egressos dos Tiros de Guerra e oficiais egressos dos CPOR e NPOR.

Essa imensa massa que integra a Reserva do Exército é realimenta- da anualmente, pelos que concluíram seu tempo de serviço na ativa, como profissionais, ou pelos que terminaram o serviço militar obrigatório, como conscritos.

O sorteio militar, inaugurado em 10 de dezembro de 1916, propiciou, dessa forma, ao Brasil, um Exército de paz compatível e um enorme Exército em reserva, capazes de atuar como elemento de dissuasão ou de alimentar um esforço de guerra prolongado, na eventualidade indesejável da ocorrência desse fenômeno sempre presente e vivo na História da Humanidade.

Sendo o Brasil, por tradição, um país que não alimentou, nem alimenta, sonhos de conquista, os integrantes do seu Exército (ativa e reserva), como parcela armada do povo brasileiro, não desejam a guerra. Aspiram que ela nunca aconteça. Mas cabe-lhe o dever cívico, e disso estão conscientes, de não perderem um só minuto no seu preparo, da melhor forma possível, para a defesa do Brasil na eventualidade de um conflito bélico.

Pode ser que alguns entendam que a realização de um soldado seja participar dè uma guerra. No caso do soldado brasileiro, sua realização é a conquista e manutenção da paz, fiel ao pensamento: “Se queres a paz, prepara-te para a guerra”. E disso deu exemplos eloqüentes o Duque de Caxias, o Patrono do Exército Brasileiro.

Ao lado da função de preparar brasileiros para a defesa do Brasil, o serviço militar obrigatório continua, hoje, a ter a função definida nas palavras de Olavo Bilac, 70 anos atrás:

Que é o Serviço Militar Obrigatório? É o trunfo da Democracia. É o nivelamento das classes sociais. É a escola da Ordem, da Disciplina, da Coe-são. É o laboratório da dignidade e do patriotismo. É a instrução primária, a educação cívica e a higiene obrigatória. A caserna é um filtro admirável em que os homens se depuram e se apuram.

Para confirmá-lo, basta consultar o imenso contingente de brasileiros que,

desde 1916, tem cumprido o sagrado dever cívico do serviço militar.

Quando nada, é uma forma justa de imposto social, em benefício da segurança do país. O cidadão paga-o durante um ano e desfruta, por todo o resto da vida, do benefício que os conscritos que o precederam e daqueles que o sucederão no serviço militar lhe proporcionam.

Hoje o serviço militar obrigatório, com as correções nele introduzidas desde sua adoção, mobiliza um contingente de cerca de um milhão e meio de jovens alistados anualmente. Destes, somente cerca de cem mil são incorporados às fileiras do Exército. E o Exército tem sabido ser flexível em seu processo de seleção dos conscritos, de modo a conjugar os interesses seus com os da sociedade civil a que serve.

Figura 10. Dr. Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, Secretário da Liga de Defesa Nacional, de ação decisiva na arregimentação da sociedade civil brasileira, pró-implantação de serviço militar obrigatório, razão por que foi consagrado “Patrono do Serviço Militar". (Fonte: História do Exército Brasileiro, vol. 2.)

Em decorrência da revolução tecnológica, ele terá agora, como os demais exércitos do mundo, de recrutar, seguramente, expressiva parcela de soldados com alto nível de escolaridade, para operarem os equipamentos de alta tecnologia que, a cada instante, estão sendo postos nas mãos do combatente militar. E, mais uma vez, o Exército e a sociedade deverão saber encontrar o ponto de equilíbrio que atenda às aspirações e necessidades mútuas, sem modificar o serviço militar obrigatório em vigor - não por capricho ou teimosia, mas por imposição da soberania e seguranças nacionais.

É possível que, algum dia, o 1º Tenente Ildefonso Escobar seja consagrado “Patrono dos Tiros de Guerra do Brasil”, por sua atuação decisiva e marcante na implantação desse tipo de instituição, inspirada em modelo suiço, no Brasil.

De igual forma, é possível que o Presidente Wenceslau Braz e o general José Caetano" de Faria, responsáveis diretos pela implantação do serviço militar obrigatório, venham a receber, do Exército, homenagem consagradora merecida.

De longa data, a comunidade civil de Itajubá pleiteia que seja dado, ao 4º Batalhão de Engenharia de Combate, o nome histórico de.“Batalhão Wenceslau Braz”, considerado “a menina dos meus olhos” pelo presidente ilustre, em razão de ele o haver pleitado para ali aquartelar-se.

Caetano de Faria é hoje o nome do edifício onde está aquartelada a Polícia de Choque do Rio de Janeiro. Existem intenções de homenageá-lo dando seu nome ao Campo de Instrução de Gericinó ou, ainda, tornando-o Patrono da Aviação do Exército. Foi durante sua gestão como Ministro da Guerra que, pela primeira vez na América do Sul, na “Campanha do Contestado”, o avião foi usado em operações militares, bem como foram lançados os fundamentos que tornaram possível a criação da Escola de Aviação do Exército, em 1919.

De igual forma, é possível que, um dia, o Exército venha a adotar, como “Patrono do Serviço Militar do Exército”, o patriota Miguel Calmon Du Pin e Almeida, por sua ação decisiva e exemplar, memorável e inesquecível, na “Liga de Defesa Nacional”, durante a campanha nacional de convencimento da sociedade civil em apoio à adoção do serviço militar obrigatório. É o que nos confirma a leitura de sua biografia, escrita por seu afilhado, professor Pedro Calmon, outro grande amigo do Exército.

Figura 11. *O Dr. Miguel Calmon Du Pin Almeida ocupa local de relevo na vitoriosa campanha pró-instituição do serviço militar obrigatório, para a qual concorreu com o seu imenso patriotismo e parte de seu patrimônio. (Fonte: CALMON. Miguel Calmon e FONSECA et ESCOBAR. Primórdios da Organização da Defesa Nacional.)*

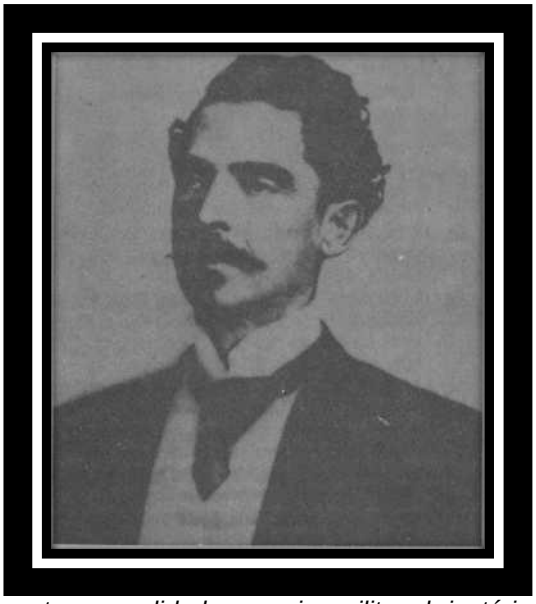


Figura 12. *Na difícil luta para tornar realidade o serviço militar obrigatório, não podem deixar de ser ressaltadas as ações decisivas do senador, pelo Rio Grande do Sul, José Gomes Pinheiro Machado, veterano da guerra do Paraguai e comandante de forças no combate à "Revolução Federalista" de 1893. (Fonte: História do Exército Brasileiro.)*

O SORTEIO MILITAR, ALGUNS DOS SEUS GRANDES BENEMÉRITOS E ALGUMAS SUGESTÕES DE RECONHECIMENTO A SALDAR.

Na cruzada em defesa do serviço militar obrigatório, poder-se-ia destacar, como grandes beneméritos - muitos já citados no corpo do presente trabalho:

-na Imprensa, Osmundo Pimentel, Jarbas de Carvalho, Castelar de Carvalho, Mario Cardoso e Ernani Figueira;

-na sociedade civil brasileira, Fur- kim Werneck, Afonso Viseu, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Ernest Durish, Pedro Lessa e Olavo Bilac;

- no Congresso Nacional, deputados Alcindo Guanabara, Jaime Darcy, Carlos Peixoto Filho e Elísio de Araújo e senadores José Gomes Pinheiro Machado, Soares dos Santos e Fernando Mendes.

Nota: O presente artigo foi composto com base em trabalho realizado pela "Comissão de Pesquisa Histórica Básica" de A Defesa Nacional, em seu terceiro ano de atividade, assinado por seu presidente, Coronel Cláudio Moreira Bento. A interpretação por ele traduzida valeu-se das seguintes fontes, que poderão fornecer maiores detalhes sobre o assunto.

BIBLIOGRAFIA

1. AMAN, História da Doutrina Militar. Barra Mansa, Curso de História, 1979. pp. 69-77.
2. ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, Memórias do Gen. Francisco Paula Cidade - Ârquivo Seletivo.
3. ___ , Dossiê da Confederação de Tiro e do Tiro Nacional. Arquivo Acervos OM.
4. AYRES, Miguel de Castro. A Guarda Nacional. A Defesa Nacional, dez. 1918, pp. 106-109.
5. BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE - 4«. Síntese Histórica. - 1912-83. Itajubá, 1983.
6. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. A Defesa Nacional:
   - Paula Cidade um soldado a serviço do Exército, nº 705, 1983, pp. 13-32..

- *Centenário do Gen. Bertoldo Klinger, n9 711, 1984, jan./fev. pp. 5-16.*
- *Reunião do Clube Militar para a fundação de A Defesa Nacional n9 715,1984, set./out. pp. 168-169.*
- *O Poder Nacional e o estudo crítico da História Militar n9 717, 1985, jan./fev. pp. 75-81-.*
- *Mal José Caetano de Farias - Projeção como Chefe do EME e Ministro do Exército, n9 725, 1986, mai./jun.*

7.---------- *Integração Quartel - Pais - Conscritos. Revista Cultura Militar, EME, 1973.*

8. *CANN, Frank D.M. A Nação Armada. Recife. Ed. Guararapes, 1982.*

9.---------- *O período de elaboração do Pensamento Militar Brasileiro. A Revista Histórica Hispânico-Americana, 1985, pp. 737-765, segundo tradução do Cel R/1 As- drubal Esteves, no acervo do Arquivo Histórico do Exército.*

10. ---------- *Influências estrangeiras no Exér cito Brasileiro. A Defesa Nacional, 1985.*

11. *CARVALHO, Estevão Leitão. O Voluntário no Exército. A Defesa Nacional n- 10, nov. 1913, pp. 42-43.*

12. *COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: O Exército na Política e na Sociedade Brasileira. Rio, Ed. Forense, 1976.*

13. *A DEFESA NACIONAL. Editorial. A Organização Nacional. 1916, pp. 177-179.*

14. *Editorial. Recuar é covardia. set/1916, pp. 369-371.*

15. *Editorial. Avante, Custe o que Custar. out./1916, pp. 1-3.*

16. _____ *.. Editorial. A Grandeza Nacional e o Momento Militar, nov. 1915, pp. 49-51.*

17. *Editorial. Plantar para o Inimigo, jul. 1916, p. 312.*

18. *Editorial. Indústria Nacional, mar. 1917. p. 250.*

19. *Estado-Maior do Exército. História do Exército Brasileiro. Brasília, SERGRAF, 1972, v.2, pp. 801-804.*

20. *'História do Estado-Maior do Exército. Rio, BIBLIEX, 1984, pp. 12-15.*

21. *FERREIRA, Armando Duval Sérgio. 19Ten. Reorganização do Exército. Rio, 1901.*

22. *FONSECA, Mário Hermes et ESCOBAR. Primórdios da Defesa Nacional. Rio, Tip. Glória, 1943.*

23. *GONÇALVES, Leônidas Pires, Gen Ex-Ministro do Exército. Ordem do Dia e Entrevista no Dia do Soldado. Noticiário do Exército, n2 7.683, de 25 ago. 1986.*

24. *MINISTÉRIO DE EXÉRCITO. Relatórios dos Ministros da Guerra, 1900-1922: Mallet, Argolo, Hermes da Éonseca, Caetano de Farias, Souza Aguiar e Calógeras, na Sala de Ministros da Guerra e Patronos do Exército, no Arquivo Histórico do Exército.*

25. *NUNN, Frederich. Soldados de ontem: Profissionalismo militar Europeu na América do SuL Luculus, 1983.*

26. *REVISTA DO CLUBE MILITAR. O Arquivo Histórico do Exército e a Memória da Força Terrestre. Rumo, n2276, 1986, pp. 17-20.*

27. *SÁ, Augusto da Silva e 12 Ten. Exércitos Regionais ou Problemas de uma Organização para o nosso Exército. Porto Alegre, 1905 (Era AjO do Cmt da Região).*

28. *SECRETARIA-GERAL DO EXÉRCITO. Anais do Exército Brasileiro. Rio, BIBLIEX, 1938/39/40. 3 vols.*

29. *SANTOS, Francisco Ruas. Coleção Bibliográfica Militar. Rio, BIBLIEX, 1961.*

30. ----------*índice de A Defesa Nacional, 1913-57, no Arquivo Histórico do Exército.*

31. *SENA, Davis Ribeiro de, Cel. Serviço Militar Obrigatório e Exército Profissional. A Defesa Nacional n2 715, set/out/84, pp. 29-39.*

MARECHAL ODYLIO DENYS - UMA VIDA INIMITÁVEL. - BRITTO, Chermont de. Livraria Francisco Alves, 1986.

Trata-se de valioso e oportuno lançamento que complementa as memórias do biografado em O Ciclo Revolucionário (1922-64) (Rio, Nova Fronteira, 1980) e as amplia, à luz de depoimentos do Marechal, no Projeto Memória do Clube Militar e de outros documentos e testemunhos, a que Chermont de Britto deu tratamento especial, abordando, de maneira feliz, História com estilo romancista. O autor, em seu esclarecedor livro, confirma, com os dados que apresenta, o que havíamos interpretado: seu biografado, o Mar Denys, foi, a um só tempo, um dos maiores expoentes da profissionalização do Exército a partir de 1916, ano da adoção entre nós do Serviço Militar Obrigatório, como do emprego oportuno, eficaz, correto e incruento do mesmo nas crises político-militares que abalaram o Brasil de 1930 a 64 e, ainda, um dos mais inspirados artífices da progressiva construção da expressão política que o Exército começou a edificar a partir de 1930.

Por outro lado, evidencia haver sido o Marechal Denys uma das mais precoces e das maiores, senão a maior, vocação de soldado de sua geração. Vocação despertada forte aos 6 anos, quando da leitura da Guerra dos Bôeres, em 1899, e que se manteve acesa e viva, por cerca de 87 anos, conforme pudemos testemunhar em diálogos e correspondências trocadas sobre História Militar, confirmando assim o marechal a sentença - "uma vez soldado, soldado até morrer".

De Napoleão, que ele conhecia por estudos profundos, iniciados ainda menino, na Fazenda São Germano, em Santo Antonio de Pádua-RJ, onde nasceu e viveu a infância, ao ser presenteado com o livro de Desiré La Croix - A vida de Napoleão Bonaparte, absorveu valiosas lições de História e Geoarafia Militar relacionadas com a Tática, a Estratégia, a Arte de Comandar e outros itens que conformam a Arte da Guerra - a Arte do Soldado.

Nutria grande admiração pelo gênio estratégico de Napoleão, do qual absorveu muito desse conceito fundamental:

"Na batalha há sempre um Momento Crítico. Percebê-lo, saber aproveitá-lo e colocar os meios disponíveis em situação vantajosa, em relação aos do adversário, eis o segredo da vitória."

E, ao longo de nossas crises político-militares, a vida do Marechal Denys é rica em exemplos de como soube perceber o Momento Crítico de cada uma e aproveitá-lo. Constatar nossa observação é obra de leitura crítica e atenta, sob este aspecto, da obra em tela.

O Marechal foi um estudioso e, por vezes, professor de História, como sobrevivência, em tempos difíceis de sua vida. E assim foi fiel a outro ensinamento de Napoleão, que expressou: "Leiam e re- leiam as campanhas de Alexandre, Anibal, Cezar, Gustavo Adolfo, Turenne e Frederico II. Tomem-nos como seus modelos, pois este é o único meio de se tornarem grandes chefes e descobrirem os segredos da Arte da Guerra. "

De Napoleão absorveu, também, a noção do grande valor da Geografia Militar, a Geografia do Soldado, no planejamento e condução das operações táticas e estratégicas. Costumava enfatizar que Napoleão, em seu Serviço de Geografia Militar, colecionava todas as cartas geográficas publicadas na Europa. E es sa lição valeu ao então Capitão Denys seu grande feito na Revolução de 32,

com auxílio de uma carta para excursionistas, elaborada em São Paulo, focall zando a Serra da Bocaina e antiga rodovia Rio-São Paulo.

Com apoio no estudo do terreno nela focalizado, ele comandou um desborda- mento pela Serra da Bocaina, com o 2° RI, o qual provocou, numa frente destinada a estabilização, um retraimento paulista de cerca de 31km ao longo da citada rodovia, até próximo de Silveiras, manobra essa descrita em detalhes por Chermont de Britto que, a certa altura de seu belo estudo, interpreta com propriedade:

"Se é extraordinário o tino militar do Ma/or Odylio Denys, não é menos notável o seu tino político e diplomático. Sua perspicácia e sua sutileza de espírito permitem-lhe penetrar nas questóes mais complexas e intrincadas. As aparências não o enganam, as reticências não o iludem, sabe ver além dum sorriso, ou compreender um gesto incontido, ou mal-escondido. E hábil, prudente, calmo. Nada o perturba, nem o faz desanimar. E sabe escolher o momento exato para atacar ou a ocasião necessária para recuar, ou transigir." É a percepção do Momentq Crítico aplicada às questões que enfrentou em sua vida e que Napoleão foi mestre em percebê-lo nas batalhas.

O Marechal Denys nutria grande admiração pelo Duque de Caxias, fluminen- se, bom cavaleiro, infante e ex-comandante admirável, como ele, da Polícia Mi- litar do Rio de Janeiro (Corte e Capital Federal) e estudiosos de Napoleão, con- forme tivemos oportunidade de demonstrar em Fontes da Cultura em Arte da Guerra do Duque de Caxias fRevista do Exército nº 16 e reeditado no n° 20), e com base em ensaio do Marechal Castello Branco que afirmou ter Caxias, como Napoleão, adquirido o senso do praticável no Campo de Batalha. Do Duque de Caxias, o Mar Denys absorveu aquele senso patriótico e fraterno de solucionar as crises político-militares de maneira incruenta, pela negociação e pela atuação segura no Momento Crítico, como convinha a um cidadão e soldado do Brasil.

Por tudo isto, o presente lançamen to, escrito com competência, senslbillda de e de modo simples e leve, mas sen perda da substância, por Chermont dt Britto, um tratado de História Militar dc Brasil, cuia leitura e reflexão madura d aconselhável, particularmente aos profissionais militares do Brasil, em coerência com este pensamento do Mar Fernando Foch, comandante da vitória aliada na 1ª Guerra Mundial, depois de haver sido professor de História Militar da Escola Superior de Guerra da França:

"Para alimentar o cérebro de um Exército na paz e prepará-lo para a eventualidade de uma guerra não existe livro mais fecundo em meditações do que o da História Militar. "

E o presente livro, focalizando a vida e obra triunfante de um ilustre, exponencial, bem sucedido e exemplar profissional militar brasileiro, constitui alimento para o cérebro, particularmente do Exército Brasileiro, ao qual ele dedicou todo o seu amor e o melhor de suas energias. E mais, contribuiu de forma expressiva junto com os Generais Dutra e Góes Monteiro para proteger o Exército da Política de Erradicação de que foi alvo de 1833-1930 de parte de certos segmentos da elite brasileira, interessados em mantê-lo fraco ou dividido para reinarem e priorizarem os seus interesses que não coincidiam com o nacional, conforme se conclui do norte-americano S. Huntington citado por Edmundo Coelho de Campos - Em busca de Identidade - O Exército e a Política na Sociedade Brasileira (Rio, Forense, 1980).

Estão de parabéns, pois, o escritor Chermont de Britto e a Livraria Francisco Alves pelo presente lançamento que enriquece a História Militar do Brasil, hoje

tão pouco editada por escritores nacionais, por razões conjunturais adversas que, talvez, a Lei Sarney minimize.

CLÁUDIO MOREIRA BENTO

160º ANIVERSÁRIO DO MARECHAL DEODORO DA FONSECA

Homenagem do Clube Militar, em 5 de agosto de 1987, ao seu fundador e primeiro Presidente, realizada junto ao monumento-túmulo, seu e de sua esposa. Palavras proferidas pelo Coronel Cláudio Moreira Bento, Diretor Cultural e da Revista do Clube Militar.

Serviços que avultam tornam-se melhor compreendidos em suas circunstâncias castrenses, e adquirem novas dimensões e contornos com o correr dos tempos, que já beira um centenário.

Nesta reunião, que o Clube Militar, hoje e aqui, em Praça Pública, promove, junto ao túmulo do Mar Deodoro e de sua virtuosa esposa, visa a homenagear, no heróico marechal, o seu líder fundador e 1º Presidente, através da evocação de lances memoráveis e basilares de sua trajetória de soldado e cidadão, no transcurso do centésimo sexagésimo aniversário de seu nascimento, e como parte de relevo das comemorações do próprio Centenário de fundação.

O Clube Militar, surgido no cenário nacional em circunstâncias históricas críticas, talvez tivesse sucumbido, em seus primeiros passos, às pressões políticas, não tivesse nascido sob a sombra e agasalho da indiscutível autoridade moral, carisma e liderança inconteste do Marechal Deodoro, sobre os seus irmãos de armas da Marinha e do Exército. Essas condições providenciais se alicerçam solidamente, no dia-a-dia, ao longo de uma sofrida, penosa e por vezes dolorosa vida de soldado, a serviço do Brasil. Vida toda consagrada, sem esmorecimentos e como religião, aos seus irmãos de armas, ao Exército e à Pátria Brasileira, na paz e na guerra, segundo interpretou o ilustre historiador General Lyra Tavares. Vida assinalada pela conquista, em lances memoráveis de audácia, coragem e bravura militares de suas três promoções de oficial superior, por atos de bravura, durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, além da Medalha do Mérito Militar pela prática reiterada na citada guerra de atos de bravura em combate.

Foi recorde singular entre seus irmãos de armas, e de grande repercussão positiva na Sociedade Civil do seu tempo, de molde a comovê-la. Pois eram tempos nos quais o Brasil travava batalhas decisivas para firmar a Unidade, Integridade e Soberania ameaçadas interna e externamente. O corpo do velho Marechal era marcado de cicatrizes de combate. Dentre elas avultava a do ferimento recebido no encontro da Soledade, na Revolução Praieira, em Pernambuco, e mais o ferimento grave, a bala, recebido no baixo ventre, no quadro dos três tiros de fuzil que o atingiram em Ito- roró, quando, num rasgo de bravura, tentava ajudar abrir caminho para o Exército sobre aquela histórica ponte.

Em Itororó, mesmo ferido, assistiu eletrizado, o então Marquês de Caxias, depois de perceber o momento crítico de Ito- roró, despir-se de sua condição de líder da batalha e assumir condição de líder de combate. Isto ao desembainhar sua já invencível espada de 5 campanhas, brandi-la ao vento, voltar- se firme para o Exército detido e gritar-lhe com energia:

“Sigam-me os que forem Brasileiros!”

E, ato contínuo, lançou-se veloz com seu cavalo de guerra, sobre a conte, arrastando eletrizado, em sua retaguarda, todo o Exército, indiferente ao perigo.

Hoje sabe-se que, mais pela capacidade de praticar atos de inaudita bravura e desprendimento, da forma descrita, como a praticada em Itororó, por Caxias, do que por habilidade ou vocação política, é que Deodoro foi escolhido gara liderar a Proclamação e Fundação da República. Esse fato é demonstrado na conquista pessoal que ele fez do velho Quartel-General, atual Palácio Duque de Caxias, defendido por bravos chefes e valorosas tropas do Exército e da Marinha, leais ao Império: Deodoro postou-se na frente do Quartel-General, manhã de 15 de novembro de 1889, no comando da 2ª Bda de Infantaria, vinda de São Cristóvão.

Pessoalmente e praticamente sozinho e com o boné na mão direita, montado em seu cavalo de guerra, o baio nº 6, e ao trote, dirigiu-se para o seu grande encontro com a História, para o Portão Principal do Quartel-General que encontrou fechado.

Em alto brado ordenou, com voz enérgica, que a guarda o abrisse. Obedecido, mas surdo a uma reação defensiva da tropa formada no seu interior, avançou em direção a ela. Ao defrontar o 7º BI ordenou que a banda abrisse o toque que lhe cabia de direito.

Nesse exato momento, um capitão do 7º BI deu um brado: “Viva ao Marechal Manoel Deodoro da Fonseca!” Toda a tropa defensora do Império respondeu: “Viva! Viva! Viva!" Estava, pois, reunificado o Exército, proclamada de fato a República do Brasil, tudo em razão da autoridade moral, legenda de bravo e carisma do marechal. Fora contornado o mais sério obstáculo à implantação da República - a possível reação das defesas do Quartel-General e, como sentenciou o mestre Pedro Calmon - “Deodoro então apoderou-se da situação, conquistou o governo e presidiu o futuro”.

A República Brasileira, pois, se fez no Quartel-General do Exército, no Campo de Santana, desde então da República, com a espada gloriosa de Deodoro e com o seu prestígio no Exército Brasileiro.

Sobre esse fato interpretou, pouco depois, Quintino Bocayu- va:

“Sem a ação decisiva de Deodoro, ainda hoje estaríamos em propaganda republicana, dentro das muralhas do 3º Reinado?’,

Segundo o acadêmico Lyra Tavares, “Deodoro nascera para o comando e ignorava os manejos e acomodações políticas.” Mas não se entenda isto como por falta de inteligência, sobre a qual falou Ruy Barbosa:

“Deodoro era uma inteligência clara, lúcida e penetrante, jamais lhe expliquei problema algum que logo não o compreendesse.".

Aliado a sua bravura e inteligência, era humano. Recusou aceitar um entendimento com D. Pedro II, na madrugada de 15 de novembro, pelo qual ele e toda a família Fonseca nutriam apreço, admiração e, alguns mesmo, veneração e sob o argumento humano:

“Eu não posso ir. Eu não devo ir. Pois, se eu for, o velho Imperador chora. Aí eu também choro. E nesta altura tudo estará perdido! Não vou!”

Era o homem que ali se revelava sentimental como quando perdeu a mãe aos 49 anos, que, no dizer de seu biógrafo historiador militar Roberto Piragibe da Fonseca, sentiu-se dias e dias como um órfão criança.

Sobre a Disciplina Militar, em defesa da Classe Militar, ele expediu o seguinte conceito em resposta ao Governo:

“A disciplina militar exige o brio e a dignidade da farda do soldado. Sem o brio e a dignidade, o soldado não cumprirá o dever que lhe é imposto - o dever de sangue!” E prossegue:

“Sabe perfeitamente o que é disciplina militar, somente aquele que no horrível momento do combate tem a responsabilidade, a mais elevada, a mais difícil e incompreensível, que é a do soldado. E se ao soldado faltar o brio, a dignidade e o amor próprio, o que restará?”

Admirador de gestos de hombridade e de coragem moral, quando do embarque para o exílio do Visconde de Ouro Preto, que ele depusera do Governo para implantar a República, mandou-lhe dizer pelo seu irmão, João Severiano, que era testemunha do seu comportamento digno e altivo quando da Proclamação e que, por isso, o admirava, apesar de estarem em campos opostos.

Em carta ao Imperador, em 5 Fev 1888, procurando defender de perseguições que continuavam a ser vítimas alguns militares, escreveu:

"Senhor! A obediência do soldado não é cega. Ela não vai até ao próprio aviltamento. O soldado é obediente, mas não é servil. E aquele que não repugnar atos de baixeza e servilismo não é digno da classe militar a que pertence, não é digno da farda que veste, a qual V.M. Imperial honra, vestindo-a."

Tudo que acabamos de narrar e interpretar sobre o grande soldado e cidadão Deodoro da Fonseca demonstra, por amostragem, quão vigorosas e profundas foram as raízes espirituais, morais e cívicas que alicerçaram o Clube Militar, em seu nascimento. Clube Militar que há um século, sem esmorecimento, dia após dia, vencendo desafios, superando grandes borrascas, soube se manter fiel e vigilante na defesa dos interesses da grande família militar e da Pátria Brasileira.

E o passado de nosso Clube responde por esta afirmação. Seja na Abolição, seja na República, seja nas inúmeras lutas para a construção de um Brasil digno de seu destino de grandeza, como, por exemplo, nas campanhas pro-implantação do Serviço Militar Obrigatório e pela modernização de nossas Forças Armadas, a altura dos compromissos internacionais do Brasil na luta pela racionalização da implantação de nossas indústrias de base, hoje uma realidade pujante e, pela campanha do petróleo, entre outras tantas.

Bravo e legendário Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, receba aqui, neste momento de gratidão, a reverência das gerações do Centenário do Clube Militar e sua obra imortal em nosso Clube, como fundador líder e seu Presidente e alicerce moral.

Antes de finalizar queremos deixar claro, com apoio no mestre Gen Jonas Correia, que Deodoro foi antes de tudo um soldado. Nasceu soldado, viveu exemplarmente como soldado e morreu como soldado. E como soldado, um dos nossos maiores soldados, deve ser julgado pelo Tribunal da História do Brasil.

Ele faleceu em 23 de agosto de 1892, aos 65 anos. Levou para o túmulo somente a modesta Medalha da Confederação Abolicionista, recebida por sua ação à frente do Clube Militar, quando assinou petição antológica à Princesa Isabel, relativa à liberação das Forças Armadas do encargo de prender escravos fugidos.

Ao morrer, seu testamento foi avaliado em 11 contos, constante de uma casinha num arrabalde de Niterói, avaliada em 8 contos, um par de abotoaduras de punho, um botão de peito de camisa e o mobiliário da modes ta casa de aluguel, onde faleceu, em Botafogo.

Sobre ele versejou Tobias Barreto:

"Deixai que eu pague o atributo. Que mais fala ao coração.

Deodoro, águia sem rapacidade! Grande herói sem ambição"!

Bravo e legendário Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, receba aqui, neste momento, através desta cerimônia singela, as justas homenagens que hoje foram prestadas, como gratidão e reverência, pela geração do Centenário do Clube Militar, à sua obra imortal em defesa da sua Classe e do Brasil.

Homenagem e reverência, ao pé deste monumento-túmulo, erguido pelo Povo Brasileiro em sua memória, e nas dos heróis da pena, da palavra e da espada, que o ajudaram a proclamar e a fundar a nossa República.

Em memória da ação sempre digna e patriótica das Forças Armadas irmanadas ao Povo Brasileiro e ao pé deste monumento que representa, também, a expressão fraterna da união dos civis e dos militares na implantação da República, quase Centenária, da qual a fundação do nosso Clube Militar, "a Casa Grande da Família Militar Brasileira", na expressão antológica do acadêmico Lyra Tavares, foi, indiscutivelmente, o glorioso Prefácio.

Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO - Possui os cursos da AMAN, da EsAO, da ECEME, de Analista da EsNI e de Pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras pelo EME. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres de diversas cidades brasileiras. Adjunto do Estado-Maior do IV Exército, do II Exército, do Estado-Maior do Exército e Assessor do DEC. Instrutor de História Militar da AMAN e ex-Comandante do 4º BE de Combate em Itajubá, MG. É membro da Academia Brasileira de História e da Academia Sul-Rio- grandense de Letras e sócio efetivo da Associação dos Velhos Jornalistas do Rio de Janeiro. É o atual Diretor do Arquivo do Exército.

O EXERCITO E A ABOLIÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO)

Cláudio Moreira Bento

Extraída de palestra proferida, pelo autor, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (20 de abril de 1988) e no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (24 de maio de 1988), a matéria fixa, no registro de fatos históricos e de testemunhos, a posição do Exército - seu pensamento e ação - no contexto abolicionista. Ela preenche, dessa forma, uma lacuna sentida no trato do assunto, por quantos dele se têm ocupado, dentro das comemorações do Centenário da Abolição.

INTRODUÇÃO

Dentro do conjunto de reflexões que se impõem acerca do negro e descendentes no Brasil, na oportunidade do Centenário da Abolição, não podería faltar um estudo sobre o Exército Brasileiro e a Abolição.

Para tal impunha-se um estudo retrospectivo - o que realizamos, como preparação - da evolução histórica do relacionamento do negro e descendentes com o Exército, este entendido como as Forças Terrestres Brasileiras que o antecederam do Descobrimento à. Independência, e o Exército propriamente dito desde a Independência, quandb foi criado, até a Abolição e, mais além, até os dias atuais.

Desse estudo retrospectivo, que realizamos e do qual apresentamos cerca de uma sexta parte, concluímos entre outras coisas:

1º - Que a contribuição do negro e seus descendentes foi maciça, marcante e efetiva no campo militar, para ajudar a legar aos brasileiros um país de dimensões continentais, cristão e, talvez, a maior democracia racial, em que pese detectar-se vez por outra, sem justificação científica, pequenas manchas de preconceito e de discriminação racial e até de racismo.

2º - Que apesar das manchas mencionadas, a situação do Brasil é invejável, a concluir- se de Arnold Toynbee, que foi considerado o maior historiador ocidental. Ele escreveu, em a Sociedade do Futuro:

"A meu ver, o sentimento racial é uma ameaça à paz mundial e um obstáculo à unidade da humanidade. No entanto, espero que o resto do mundo siga o exemplo do Brasil, México, Paquistão e Havaí e venha abandonar este preconceito em relação às diferenças físicas raciais. Já se referiu ao fato das diferenças culturais terem um papel mais importante no sentimento racial que as diferenças de cor de pele ou outras variedades no aspecto físico".

Em torno do mesmo assunto, Toynbee emitiu este pensamento relevante:

"Os antropólogos afirmam não existir nenhuma raça pura. Mesmo nas regiões mais segre- gadas há mistura de raças. No entanto o sentimento racial existe e nos toca a todos. É um perigo, para o mundo e a maioria dos homens, envergonhar-se desse sentimento. Os cães não têm nenhum preconceito racial em relação aos outros. Um cão branco confraterniza normalmente com um cão preto".

3º - Que, se Toynbee apontou uma situação privilegiada para o Brasil, no tocante à integração racial, o Exército, historicamente, tem desfrutado situação, acreditamos, ainda mais privilegiada, de solidariedade e convivência harmônica entre homens de diversas raças, e do branco e do negro e descendentes em especial. Constatar essa singularidade é obra de simples raciocínio e verificação.

4º - Que a redenção social gradual do negro dos grilhões da escravidão para a liberdade, no Brasil, foi sendo conquistada por ele como combatente nos campos de batalha do Brasil de 1500 a 1988, em lutas internas e externas, particularmente, como excelente e valoroso soldado de Infantaria.

Isto com apoio, principalmente, em J.B. Magalhães, em A Evolução Militar do Brasil, onde escreveu:

"As Forças Terrestres Brasileiras engajavam no Serviço Militar, através do recrutamento forçado, grande contingente de negros e índios e seus descen- dentes, por constituírem a massa da população. Os brancos fugiam com mais facilidade do Serviço Militar, pois aqui vinham em busca de riquezas e aventuras e a Colônia oferecia melhores oportunidades do que o Serviço Militar aos mais habilitados socialmente. Assim escapavam do Serviço Militar de 10 anos, sujeito a castigos corporais e a crônicos atrasos de vencimentos. Na Colônia eram impraticáveis as leis de Portugal e era fácil fugir-se à justiça real.

"Assim, o Serviço Militar atingia os mais humildes e deserdados da sorte, os negros e os índios que, no Império, vão compor a grande massa de soldados, recrutados nas camadas mais humildes da população brasileira."

5º - Que o Duque de Caxias, atual Patrono do Exército, é um destacado pioneiro abolicionista. Isto por haver assegurado a liberdade, ao final da Revolução Farroupilha, por sua conta e risco, contrariando instruções superiores, a 120 lanceiros negros que haviam lutado pela causa republicana farroupilha. Ato abolicionista que praticou 43 anos antes da Lei Áurea. Para melhor protegê-los como excepcionais soldados que eram, os incorporou aos três regimentos de Cavalaria Ligeira, um dos quais sob o comando do Tenente-Coronel Manoel Luiz Osório, mais tarde General Osório, atual patrono da Cavalaria Brasileira, que os recebeu em Ponche Verde, em 1º de março de 1845, para incorporá-los, como livres, ao Exército Brasileiro.

6º - Que foi dos campos do Paraguai que sopraram, definitivamente, os

ventos da liberdade para os escravos do Brasil. Ventos soprados pela bravura, pelo heroísmo, pelo patriotismo, pela dedicação, pelo sangue vertido e pelas vidas imoladas de negros e descendentes livres, muitos ex-escravos, lado a lado, ombro a ombro com os brancos e pardos, numa longa, penosa e sofrida guerra em defesa da soberania e integridade da Pátria comum.

7º - Que no Exército, como nos demais segmentos da sociedade, a presença do negro brasileiro em posições de mando e destaque ainda continua exceção. No Exército registra-se o Marechal João Baptista de Mattos, neto de escravos, que foi respeitável e respeitado chefe militar, além de destacado historiador.

Alguns fatos históricos e testemunhos, que passaremos a enfocar, caracterizam a sensibilidade e as reações do Exército, dentro do contexto abolicionista.

Sociedade Libertadora de Escravos de Porto Alegre

Um fato marcante e pioneiro dentro da campanha abolicionista ocorreu em Porto Alegre, quando o General Manoel Marques de Souza (III) e Conde de Porto Alegre, herói de nossas lutas externas, sugeriu em 25 de agosto de 1865, quase ao final da Guerra do Paraguai, a criação da Sociedade Libertadora de Escravos, cuja presidência lhe coube, no âmbito do Parthe- non Literário, entidade cultural pioneira da Província do Rio Grande do Sul, fundada por 70 intelectuais gaúchos.

A sociedade, presidida pelo Conde de Porto Alegre, destinava-se a libertar crianças escravas. Ela foi a primeira sociedade no gênero, acreditamos, na fase do abolicionismo brasileiro.

Portanto, iniciativa de um heróico oficial general do Exército Imperial do Brasil, natural de Rio Grande - RS.

Sua atitude deve ter provocado reações como esta em Canguçu-RS. Quando do retorno das tropas desta então vila, do comando do Tenente-Coronel Theophilo de Souza Mattos, que fora comandado do Conde de Porto Alegre no 2º Corpo do Exército, um grupo abolicionista local promoveu cerimônia pública, ocorrida no desde então cerro da Liberdade, onde deram liberdade a duas escravas menores. O orador da cerimônia foi Antônio Joaquim Bento, orador de Maçonaria local e professor régio, que assinalou que “as tropas locais vindas da longa guerra não poderiam receber melhor acolhida do que com aquele gesto libertário de duas escravas menores”.

Reunião da Loja Maçônica Fé

Sabe-se que, em 1870, depois do término da Guerra do Paraguai, por ocasião de visita a Assunção do Visconde do Rio Branco, na qualidade de representante do Governo do Brasil junto a suas forças em operações no Paraguai, a Loja Maçônica Fé local, integrada por oficiais do Exército, se reuniu em sessão magna em honra ao ilustre visitante que havia sido eleito Grão-Mestre da Maçonaria no Brasil.

Nessa sessão, falou o orador da loja, o Major de Infantaria do Exército Felipe Neri Monteiro, que então apelou ao Visconde, detentor de altíssimas funções no Governo do Brasil e na Maçonaria Brasileira:

“Libertamos um povo, mas em nossa pátria geme ainda na escravidão um sem-número de homens que nasceram no mesmo solo abençoado em que nós

nascemos e que são tão brasileiros como qualquer de nós é brasileiro.

Vossa posição social, preclaríssimo Grão-Mestre, vossas luzes e vosso extremado patriotismo podem fazer com que, para esses infelizes, raie também o sol da liberdade.

É uma empresa digna de vossas virtudes patrióticas de vossos sentimentos generosos."

O apelo da Loja Maçônica Fé, ao Visconde do Rio Branco, frutificou em 28 de setembro de 1871, quando foi sancionada a Lei do Ventre Livre, por ele apresentada e defendida, com veemência, em cumprimento à promessa feita a oficiais do Exército, em Assunção.

Abolição - Conseqüência da Guerra do Paraguai

Segundo a História do Exército Brasileiro, editada pelo Estado-Maior do Exército, através de Comissão de História presidida pelo Coronel Francisco Ruas Santos, da qual fizemos parte como seu adjunto:

"Pode-se alinhar entre as consequências da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (ou Guerra do Paraguai), a decisiva contribuição para a emancipação dos escravos do Brasil. Além da motivação apontada, havia na tropa brasileira em campanha a presença de inúmeros negros alforriados, combatendo, ombro a ombro, com a elite do Exército. Isso proporcionara a seus oficiais inúmeros ensinamentos. Deu- lhes oportunidade de se inteirar e melhor conhecer os problemas, as dificuldades e as injustiças contra os negros. Esses homens lutavam tão bravamente quanto os soldados recrutados, os guarda-nacionais e os voluntários da pátria, que correram pressurosos a se alistarem nos quartéis, às primeiras notícias dos ataques das forças de Lopes."

Antecedentes imediatos à Petição do Clube Militar à Princesa Isabel pedindo para liberar o Exército da captura de escravos

Segundo se conclui de R. Magalhães Junior, em Deodoro, a Espada contra o Império, o abolicionismo entrara nos quartéis e lá fizera morada. O próprio Marechal Deodoro da Fonseca, já Presidente do Clube Militar, foi candidato a cargo eletivo com apoio da Confederação Abolicionista. Não sendo eleito, declarou à manifestação popular que recebeu:

"Estou profundamente convencido de que a Pátria não poderá atingir os gloriosos destinos a que está fadada, enquanto tiver em seu seio a escravidão."

Em setembro de 1887, alunos da Escola Naval e da Escola Militar se solidarizaram ao tribuno da Abolição, Joaquim Nabuco, por sua eleição a deputado por Pernambuco.

Os alunos da Escola Militar foram punidos por ordem do Ministro da Guerra, Conselheiro Delfino Ribeiro da Luz. Deodoro saiu em defesa dos mesmos, tendo declarado na ocasião:

"Somente espírito partidário muito feroz ou, o que é mais triste, o baixo desejo de agradar e chamar a atenção, podiam enxergar crime nesse ato que é permitido a todo o cidadão e não foi ainda proibido ao soldado."

Joaquim Nabuco então saiu em defesa do Exército contra sua utilização pelo governo na captura de escravos.

"A escravidão ainda se reflete sobre o modo pelo qual o governo trata o Exército Brasileiro. O governo está empregando o nosso Exército em um fim completamente estranho a tudo o que há de mais nobre para o soldado. O

Governo quer empregar os soldados brasileiros como capitão-do-mato na pega de negros fugidos! Existe profissão mais honrosa do que a do soldado? Existe profissão mais degradante do que a de capitão- do-mato?"

A partir da Lei do Ventre Livre, segundo ainda Magalhães Junior, "a participação do Exército Brasileiro foi constante e firme, transformando-se em fator decisivo para o término da escravidão em nosso país".

Ilustram, como amostragem à conclusão acima, os seguintes fatos, entre outros:

O sentimento abolicionista que soprou dos campos de batalha do Paraguai foi ganhando corpo. Em Fortaleza, o heróico Gen Tibúrcio Ferreira de Souza se engajou no processo. O Ten Cel Antonio Sena Madureira recebeu, na Escola de Tiro de Campo Grande, jangadeiros que tiveram ação destacada no Ceará, na libertação antecipada dos escravos. Benjamin Constant foi o maior adversário do trabalho servil. Posições semelhantes se observaram em outros membros da 1? Diretoria e Corpo Social do Clube Militar, em 1887-88 integrada por oficiais das Forças Armadas (Exército e Marinha).

Podemos afirmar que a escravidão feria o corpo discente e docente da Escola Militar da Praia Vermelha, e profundamente o Exército Imperial, integrado por expressiva massa de negros e descendentes livres.

Tornou-se um dos maiores abolicionistas o ex-1º Tenente de Engenheiros do Exército André Pinto Rebouças.

O Clube Militar e a Abolição

Todos os antecedentes aqui apresentados como amostragem criaram o clima e o momento ideais para que o Clube Militar, em 26 de Out 1887, quando completava quatró meses de existência, enviasse a seguinte petição à Princesa Isabel, petição eloqüente por si só e que dispensa comentários. Dela, transcrevemos, com grafia atualizada, os seguintes trechos:

"Senhora!

"Os oficiais, membros do Clube Militar, pedem a Vossa Alteza Imperial vênia para dirigir ao Governo Imperial um pedido,que é antes uma súplica...

. .Esperam que o Governo Imperial não consinta que nos destacamentos do Exército, que seguem para o interior, com o fim, sem dúvida, de manter a ordem, tranquilizar a população e garantir a inviolabilidade das famílias, os soldados sejam encarregados da captura de pobres negros, que fogem à escravidão, ou porque vivam já cansados de sofrer os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma.

"Senhora! A liberdade é o maior bem que possuímos sobre a terra; uma vez violado o direito que tem a personalidade de agir, o homem, para reconquistá-lo, é capaz de tudo: de um momento, um covarde torna-se um herói; ele, que dantes era a inércia, se multiplica e se subdivide, e, ainda mesmo esmagado pelo peso da dor e das perseguições, ainda mesmo reduzido a morrer, de suas cinzas renasce sempre mais bela e mais pura a liberdade. ..

"...Impossível, pois, Senhora, esmagar a alma humana que quer ser livre.

"Por isso, os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios da humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dores de Sua Majestade, o Imperador, vosso augusto Pai, cujos sentimentos julgam interpretar e sobre cuja ausência choram lágrimas de saudades, em nome do vosso futuro e do futuro de vosso filho, esperam que o Governo Imperial não consinta que os oficiais e as praças do Exército sejam desviados da sua nobre missão. Eles não desejam o

esmagamento do preto pelo branco e não consentiriam também que o preto, embrutecido pelos horrores da escravidão, conseguisse garantir a sua liberdade esmagando o branco.

"O Exército havia de manter a ordem. Mas, diante de homens que fogem calmos, sem ruído, mas traqüilamente, evitando, tanto a escravidão como a luta, e dando, ao atravessar cidades, enormes exemplos de moralidade, cujo esquecimento tem feito muitas vezes a desonra do Exército mais civilizado, o Exército Brasileiro espera que o Governo Imperial conceder-lhe-á o que respeitosamente pede em nome da humanidade e da honra da própria bandeira que defende."

O Marechal Deodoro, signatário da petição desde 1883 junto com seus irmãos, filhos da espartana Rosa da Fonseca, haviam, em conjunto, dado liberdade a todos os escravos da família.

Meses antes, o Tenente-Coronel Antônio Sena Madureira, em função militar em Porto Alegre, ligada à estruturação da futura Escola de Preparação e Tática do Rio Pardo, escreveu um artigo abolicionista em A Federação.

Em consequência, foi atacado pessoalmente pelo deputado escravocrata Franco de Sá, da tribuna da Câmara. Sena Madureira, usando o direito de resposta, revidou ao ataque pela Imprensa, pelo que foi punido.

Em sua defesa saiu a guarnição do Rio Grande do Sul, chefiada pelo Marechal Deodoro da Fonseca e mais o Senador, Marechal de Exército, Correia de Câmara e o Jornal A Federação.

Esse incidente de fundo abolicionista foi a principal vertente da chamada Questão Militar. Ela evoluiu para a permissão aos militares, cidadãos com plenos direitos dos demais, recorrerem à Imprensa, para expressarem seus pensamentos, independentes da censura, salvo em se tratando de debates entre militares sobre questões de serviço; para o cancelamento das punições impostas a Sena Ma- dureira e Cunha Mattos, por haverem se defendido pela Imprensa de ataques recebidos dos parlamentares Francisco de Sã e Simplício de Resende; para a criação do Clube Militar em 26 de Jun 1887; para a Petição à Princesa Isabel em 26 Out 1887, pela liberação do Exército dos encargos de cooperar na prisão de escravos fugidos; para a Lei Áurea de 13 Mai 1888 e, finalmente, para a Proclamação da República, em 15 Nov 1889.

Um testemunho do Marechal Rondon

O Marechal Rondon, como aluno da Escola Militar da Praia Vermelha (1884-90), e também empenhado profundamente na abolição da escravatura, assim viu as consequências da petição firmada pelo líder da classe militar de terra, ou do Exército - Marechal Deodoro da Fonseca, ao depor para a escritora Esther Viveiros na obra Rondon Conta a sua Vida:

"Tive a honra de participar de dois movimentos cívicos que, logicamente, se encandeiam: a Lei Aurea e a Proclamação da República...

"Já era antigo o anseio de libertar os escravos...

"...A questão militar viria agravar a efervescência política, questão esta, em parte, consequência do erro político da Monarquia de manter a escravidão, deixando que o movimento abolicionista se fizesse à revelia do governo.

"Enviou o General Deodoro da Fonseca uma representação à Princesa para que não obrigasse o Exército a colaborar na captura de escravos. Estava assim feita de fato a abolição, certos os fugitivos de que ficariam impunes, uma vez que o Exército não mais colaboraria nas batidas para os capturar."

Um caso de omissão do Exército na captura de escravo

Ilustra a omissão do Exército na captura de escravos o seguinte incidente registrado pela História do Exército Brasileiro:

"O alferes Gasparino Carneiro Leão foi mandado à frente de um contingente para interceptar a coluna de escravos fugitivos que passava pelo desfiladeiro de Santo Amaro, com destino a Santos, local de refúgio seguro. Chegando ao alto da ladeira avistou a turba descendo para o fundo do vale. Destacando um anspeçada (antiga graduação entre o soldado e o cabo) conhecido pelos seus sentimentos abolicionistas, a fim de aconselhar os extenuados perseguidos a debandarem para a mata adjacente, foi recebido com desconfiança, pelo chefe do grupo de escravos, o preto Pio que, ignorando os generosos intuitos do alferes Gasparino, foi ao encontro do anspeçada mensageiro e matou-o com uma foice. De imediato os soldados atiraram sobre o preto Pio, que caiu morto.

"O alferes Gasparino não consentiu na chacina dos demais escravos, que se dispersaram apavorados. Voltou com seu contingente para São Paulo. Submetido a Conselho de Guerra, foi absolvido.

"Desta forma, agiu na forma que agiria mais tarde o citado Marechal Rondon em relação aos índios:

"Morrer se preciso for! Matar, nunca!"

Ruy Barbosa reconhece contribuição do Exército À Abolição

Ruy Barbosa, em artigo insuspeito sob o título O Dia Máximo, alusivo ao dia da Abolição, no dia 14 de maio de 1888, assim viu a petição do Clube Militar à Princesa Isabel, de 26 de outubro de 1887, acompanhada da recusa do Exército de participar da caçada de escravos foragidos:

"Foi o trono que convocou a postos o Exército, para abrir nas serranias de S. Paulo a caçada aos cativos foragidos no seio protetor das matas, restituindo-os à opressão das senzalas.

"Mas os soldados brasileiros não se prestaram a descer abaixo de escravos, resignando-se a instrumento do cativeiro sacudido por eles; e, com a firmeza dos heroísmos tranqüilos da consciência, interpuseram gloriosamente, na mais peremptória recusa, uma barreira insuperável entre a coroa e a liberdade proclamada naquela insurreição incruenta.

"Essa desobediência bendita, essa indisciplina salvadora selou a emancipação do povo negro, firmada no granito das montanhas do sul pela ponta, indócil a vilanias, da espada do nosso Exército.

"Espada redentora, tu cresceste no horizonte da pátria, grande, luminosa, serenadora entre as ameaças de tempestade, como a curva do arco-íris, o sinal de aliança entre a nação, o escravo e o soldado. Desde enentão, incorreste na desconfiança e nas perseguições; mas nos corações das classes populares, que te viram cintilar ao lado do direito, teceste laços de fraternidade, que te hão de associar para sempre às conquistas civis do nosso progresso, à transformação liberal das nossas instituições."

Foi comum a imprensa abolicionista então tratar o Exército Imperial de Libertador e a Princesa Isabel de Redentora.

Síntese Conclusiva

Esta é parte da verdade histórica que pouco tem sido ressaltada no Centenário da Abolição pelos variados segmentos da sociedade que têm tratado do assunto.

Como conclusão final, podemos afirmar que a contribuição das Forças Armadas foi decisiva para apressar a Lei Áurea e que a Abolição da Escravatura se fez, de fato, em 26 de outubro de 1887, como consequência da Petição do Clube Militar à Princesa Isabel, no sentido de liberar o Exército do encargo de capturar negros fugidos. Essa petição redundou na recusa do Exército em desempenhar missões de captura de escravos. E, como disse o Marechal Rondon, depois disso a abolição se fez.

SESQUICENTENÁRIO DO COMBATE DO RIO PARDO

Cláudio Moreira Bento

A República Rio-Grandense constitui a única experiência republicana concreta do País precursora da efetiva Proclamação da República Brasileira. O Combate do Rio Pardo representa sua maior vitória militar.

Neste estudo, o autor propõe-se a reconstitui-lo e analisá-lo à luz das principais fontes de pesquisa histórico-militar disponíveis.

Com ele, A Defesa Nacional reverencia o 15 de Novembro, incluso no bimestre desta edição.

Introdução

Em 30 de abril de 1988, transcorreu o sesquicente- nário do Combate do Rio Pardo, por certo, ponto culminante da História Militar da "República Riograndense" (1836-45).

Serviu-lhe de cenário a Coxilha do Barro Vermelho, hoje dentro dos limites urbanos da cidade de Rio Pardo. AH, republicanos, ao comando do General Bento Manoel Ribeiro, atacaram forças imperiais em posição defensiva, ao comando do Marechal Sebastião Barreto, filho de Rio Pardo, antigo Comandante-das-Armas da Província, destituído do cargo em 20 de setembro de 1835.

Segundo Ferdinando Foch, "o livro da História Militar é rico em reflexões para alimentar o cérebro de um Exército na paz e melhor prepará-lo para a guerra". O Combate do Rio Pardo, que, pela primeira vez, procuraremos reconstituir e analisar, à luz de alguns elementos que enformam a Arte Militar (a Arte do Soldado), é rico em lições e reflexões profissionais sob esse enfoque.

Até o presente, as fontes disponíveis, primárias e secundárias, têm sido conflitantes e discordantes, contendo, por vezes, até disparates. O presente ensaio baseou-se no estudo, e interpretação consequente, das principais fontes disponíveis.

O combate em apreço é a maior vitória militar da única experiência republicana concreta que precedeu a efetiva Proclamação da República Brasileira, em cujos alicerces se insere.

Os ideais dos farrapos, depois de dormirem de 1845 a 1870, rea- cenderam-se e crepitaram forte, até sua concretização, em 15 de novembro de 1889, pela espada do Marechal Deodoro, o que contou com o forte estímulo do jornal A Federação que refletia os ideais e o simbolismo da "República Rio- -Grandense", consagrados pela Constituinte do Rio Grande de 1891. Recorde-se que recebera

o nome "Clube 20 de Setembro", entidade fundada em São Paulo por estudantes gaúchos, entre os quais Assis Brasil, que então escrevera a segunda História da Revolução Farroupilha, do ponto de vista dos farrapos, glorificando-os e exaltando seu republicanismo.

Situação Geral

Em 20 de setembro de 1835, estorou a Revolução Farroupilha. A ela aderiram, maciçamente, a Guarda Nacional e a Guarnição do Exército Imperial da Província do Rio Grande do Sul. A Revolução conseguiu, em curto espaço de tempo, seus objetivos: a deposição do Presidente Fernandes Braga e do seu Comandante-das-Armas, Marechal Francisco Sebastião Barreto, comandante imperial do combate aqui focalizado.

A nomeação de novo Presidente, Araújo Ribeiro, trouxe para o lado da legalidade o Coronel Bento Manoel Ribeiro. Isso alterou os rumos da Revolução.

Tendo Araújo Ribeiro assumido a Presidência na cidade de Rio Grande e passado a dominar, de modo incruento, essa posição estratégica, vital para ambos os contendores, os revolucionários concentraram seu esforço a partir de Pelotas, visando a reconquistá-la, enquanto Bento Gonçalves da Silva, líder da revolução, tentava bater Bento Manoel, atuando na Campanha.

Essas manobras desguarneceram Porto Alegre, que voltou para as mãos dos imperiais, em 15 de junho de 1836, em consequência de ousado golpe de mão liderado pelo Major Manoel Marques de Souza, futuro Conde de Porto Alegre. O governo revolucionário civil foi preso e enviado para a fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Os imperiais se fortificaram em Porto Alegre, a qual foi sitiada de 27 de junho a 18 de setembro de 1836. Em 23 de agosto, foi levan tado o sítio naval, em Itapoam, e, em 4 de outubro, Bento Gonçalves foi aprisionado na ilha do Fanfae enviado para o Rio de Janeiro, quando, depois de levantar o 1º sí-tio de Porto Alegre, marchava para a Campanha.

Nesse quadro adverso, os revolucionários bateram as tropas im periais, no Seival, berço da República Brasileira, em 10 de outubro de 1836, proclamando a "República Rio-Grandense" no dia seguinte, no campo do Menezes, e instalando a, em 6 de novembro, em Piratini. Nessa ocasião, Bento Gon çalves foi eleito Presidente da Re pública, mesmo preso no Rio de Janeiro.

Pressionados, os agora republi canos, em 4 de dezembro de 1836, abandonam o Rio Grande do Sul e internam-se no Uruguai, até Bento Manoel prender o Presidente da Província, Marechal Antero Brito, em 28 de março de 1834, no Passo do Itavi, em Alegrete.

Em 8 de abril, os republicanos sitiaram e conquistaram Caçapava e, de 11 de março de 1837 a 13 de fevereiro de 1838, submeteram Porto Alegre ao 2º sítio, que incluiu bombardeios de Artilharia, a partir dos Moinhos de Ventos.

Em 25 de janeiro de 1838, o Presidente da Província e Comandante-das-Armas Marechal Eliziário Miranda Brito empreendeu, a partir de Porto Alegre, uma manobra disbordante, na direção Porto Alegre Caí Portão São Leopoldo-Gravataí, durante 18 dias, obrigan do os republ icanos, ao comando do Coronel José Mariano de Mattos, a levantarem o sítio terrestre e se re tirarem para Lajes,

SC, que conquistaram, então, para os republicanos riograndenses.

Entusiasmado com o sucesso, o Marechal Eliziário atuou sobre Rio Pardo.

Situação Particular

Em 3 de novembro de 1837, o General Antônio Eliziário Miranda Brito assumiu o Comando-das Ar mas e da Província do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, sob o 2º sítio republicano. Em 31 de janei ro de 1838, tentou disbordaro sí tio republicano, em Viamão, e atacá-lo pela retaguarda. Não conse guiu o ataque, mas obrigou os sitiantes a se retirarem para Lajes. En tusiasmado com essa vitória, inves tiu Rio Pardo, que era defendida pelo General Bento Manoel Ribei ro. À aproximação de Eliziário, Bento Manoel evacuou Rio Pardo e retraiu para os lados do passo Pe derneiras, do rio Jacuí. Isso ocor reu em 17 de março de 1838. Ben to Manoel só foi perseguido até Cachoeira do Sul, em razão do mau estado da cavalhada imperial Eliziário dirigiu-se para Porto Ale gre e deixou a praça ao comando do Marechal Sebastião Barreto, coadjuvado pelo bravo Brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, como comandante da Infantaria (1º e 2º BC Batalhão de Caçadores), e o oriental Brigadeiro Izaias Bonifácio Calderón, como comandante da Cavalaria (2º e 3º BCGN - Batalhão de Cavalaria da Guarda Nacional) e da Artilharia (8 peças). A disposição de Barreto, ficou o 8º BI (Batalhão de Infantaria) em Taquari,,e ao longo do Jacuí, abarca a vapor A Liberal, ao comando de Greenfel, e uma esquadrilha de canhoneiras, no Rio Pardo. O Mar Sebastião Barreto ficou ocupando Rio Pardo, que foi atacada pelos republicanos.

A penetração republicana no Quadrilátero do Rio Pardo

O General Bento Manoel, comandante do Exército Republicano, e Netto idealizaram penetrar na área onde se encontrava o Exército Imperial.

David Canabarro foi encarregado da manobra de penetração. Ele transpôs com sucesso o Rio Pardo, abriu picadas na mata e atingiu o Rincão del-Rey, onde passou a dar cobertura para a travessia do restante do Exército Republicano, (ver esboço no fim do artigo).

Segundo Neto, "O Rio Pardo, em ambas as margens, era circundado de pântanos. O terreno atolava excessivamente. Só com extrema dificuldade os animais conseguiram vencê-lo. Além disso, no centro de um mato cerrado, havia um forte arroio com uma barranca bastante alta e profunda. No curto espaço de 10 horas, foi sobre ele construída uma ponte espaçosa, pela qual passou todo o Exército Republicano".

Andrade Neves, que vigiava o Ricão del-Rey, foi investido por uma guerrilha republicana, e passou a retardá-la, na direção da Coxilha do Barro Vermelho, onde foi acolhido pelo Brigadeiro Xavier da Cunha, à frente do 1º BC e de duas peças de Artilharia. Do Rincão del-Rey, Netto enviou uma força na direção da ponte do Couto, sobre a única comunicação por terra, entre Rio Pardo e Santo Amaro, que foi então cortada.

O Marechal Barreto soubera, certo, da ocupação republicana do Passo do

Couto ainda em 27, através de reconhecimeto insatisfatório que fizera o Brigadeiro Xavier da Cunha. Possuindo forças superiores para manter a posse da estratégica e vital ponte do Couto, o Brigadeiro Cunha retraiu e tomou a posição na Coxilha do Barro Vermelho, aceitando o fechamento da única via de retirada terrestre, em caso de eventualidade. Os republicanos gradativamente foram interpondo reforços entre os republicanos e a ponte do Couto, e transformando essa área em base de partida para um ataque geral. Ao mesmo tempo, se preveniam para a hipótese de retirada por essa direção, caso a situação no interior do Quadrilátero viesse a se tornar insustentável.

No dia 29, à noite, todo o Exército Republicano, sob armas, estava reunido na baixada entre a Coxilha do Barro Vermelho e a Ponte do Couto, havendo, atrás dele, uma linha de possível retrai- mento, livre de interferência imperial.

Na margem direita do rio Jacuí, ficou o Coronel Leão, para dar o sinal, se os imperiais tentassem repassar o Jacuí sem oferecer combate, e bloquear, com tiros de atiradores de escol, o porto do Rio Pardo.

Forças em Presença

Republicanos — Estima-se as tropas republicanas, vindas de diversos lugares da Campanha, em cerca de 2.800 (segundo Caldeira).

Segundo o cronista Caldeira, que participou do combate como porta-estandarte do 19 Corpo de Lanceiros Negros, "o plano do ataque do R io Pardo foi tão bem combinado que, três dias antes dele, todas as forças republicanas já se haviam reunido para atacar o inimigo, que estava a espera, em posição muito vantajosa", na Coxilha do Barro Vermelho, hoje parte da cidade do Rio Pardo e distante meia légua de seu centro.

Imperiais — O efetivo imperial no Rio Pardo, 14 dias antes do combate, era de 1.546, dos quais 886 infantes, 552 cavalarianos da Guarda Nacional e 99 artilheiros. Barreto dá como cerca de 1.000 os que participaram no combate e Araripe como 1.200 os combatentes imperiais.

Dispositivo para o combate

(Acompanhar pelo esçobo, no fim do artigo)

Imperiais — Tomaram posição dominante na Coxilha do Barro Vermelho, à frente da confluência das estradas que demandavam a Vila do Rio Pardo. Tendo a Artilharia ao meio, em posição mais dominante, dispuseram a Infantaria desde a Charqueada do Porto até o Açougue. A posição da Infantaria aproveitava dois capões de mato, com um intervalo entre eles de 500m onde foi colocada a Artilharia, com um fosso escavado e com sua frente protegida por 50 infantes. À esquerda dessa posição, ficou o 2º BC (—) ao comando do Coronel Guilherme Lisboa. À direita dessa posição, ficaram duas companhias do 1º BC. As cinco restantes ficaram em reserva, muito próximo da linha de defesa, junto à Artilharia. A partir do Açougue, começava a ala Direita, toda de Cavalaria, ao

comando de Calderón, com os 3º e 4º Corpos da Guarda Nacional e o Esquadrão Independente de Ourives. Aí atuou Andrade Neves.

Republicanos — Eles tomaram posição na baixada, entre a ponte do Passo do Couto e a Coxilha do Barro Vermelho, e adotaram original dispositivo, sob o comando geral do General Bento Manoel. Foi o seguinte o dispositivo republicano para o ataque:

Ala Direita — A Divisão de Cavaiaria, ao comando do Coronel João Antônio da Silveira, flanqueando o reforço de Infantaria dos 1º e 3º Batalhões desta Arma.

Centro — Artilharia republicana, contando com o apoio de alguns pelotões de Caçadores.

A/a Esquerda — 2º Divisão de Cavalaria, ao comando do Coronel Crescêncio.

Reserva — Ao comando de Netto, integrada por duas brigadas de Cavalaria, dispostas atrás do centro do dispositivo e, em especial, da Artilharia.

Assim, os republicanos lançariam sua direita e centro, à base de Cavalaria, reforçada com Infantaria e Artilharia, contra a esquerda e centro imperial, à base de Infantaria com apoio de Artilharia e tirando partido do terreno dominante.

Contra a Cavalaria imperial, na ala direita, eles lançariam sua maior e mais vantajosa tropa de Cavalaria.

Desenvolvimento do Combate

O Combate teve início por volta das 5,40 horas da manhã e durou cerca de uma hora e vinte minutos, "entre grandes alaridos e toques de clarim", quando 2.800 republicanos das três armas, a partir de posições numa várzea, investiram cerca de 1.000 imperiais das três armas, dispostos em posição elevada na Coxilha do Barro Vermelho, da qual tiraram o máximo partido defensivo.

O combate se resumiu em um ataque geral às alas e o centro imperiais. Houve primeiro o rompimento do Centro, depois de uma inexpressiva reação defensiva em toda a frente.

A iniciativa foi tomada pela ala direita republicana, ao comando do Coronel Silveira, que rompeu fogo sobre a ala esquerda imperial, defendida pelo 2º BC ao comando do valoroso Coronel Guilherme José Lisboa. Este foi atacado pelo 1º BI (Batalhão de Infantaria) republicano, apoiado por dois esquadrões de Cavalaria. A Infantaria Republicana fixou a Infantaria Imperial, fato aproveitado pela Cavalaria Republicana para envolver a Ala Imperial e penetrar até a retaguarda do Centro, depois que este foi rompido por Netto, com a reserva.

Face a essa realidade, alguns integrantes do 2º BC começaram a debandar desordenadamente. Seu comandante, o Coronel Lisboa, formou o quadrado e bateu-se com valor e coragem inauditos. Os republicanos, impressionados, gritavam-lhe: "Rende-te, coronel valente!" E ele respondia várias vezes: "Minha espada não se entrega a rebeldes!" E tombou morto, lutando como um bravo, até o último alento.

No Centro, o General Antônio Netto carregou contra a Artilharia e o 1º BC

(reserva) imperial. A Artilharia, protegida por um fosso, conseguiu fazer cerca de quatro a cinco disparos, sendo logo ultrapassada, envolvida e silenciada por três esquadrões da reserva de Netto. A Artilharia republicana só fez um disparo pois, se insistisse, iria atingir republicanos combatendo no alto da Coxilha do Barro Vermelho.

Neste ponto, o 1º BC se desorganizou e se pôs em fuga, em direção à Vila do Rio Pardo.

Segundo o comandante Cunha, da Infantaria imperial, "o ataque republicano foi iniciado no flanco esquerdo, o qual cedeu e possibilitou a entrada da Cavalaria por sua retaguarda".

No flanco direito imperial, a luta entre as cavalarias imperial e republicana foi mais difícil e demorada. O ataque republicano sofreu um atraso de uns 6 ou 7 minutos, por ter que desfilar ao longo de uma sanga, cuja travessia devia ser feita quase a nado. Enquanto a Divisão Crescêncio desviava a sanga, Canabarro mandou dois meios-esquadrões de "gente muito boa para aguerra". Eles deram uma descarga de clavinote nos imperiais de Calderón. Foi nessa ocasião que o 1º Esquadrão do Corpo de Lanceiros, de Teixeira Nunes, os atacou de flanco. E deu-se disputado entrevero. A Cavalaria foi atacada a espada pela retaguarda, pelo Major Ribeiro e sua gente e pelo Ten Cel Teixeira Nunes, a lança, com seus lanceiros pelo flanco.

O Brigadeiro Calderón resistiu o quanto pôde. Fez três ataques, sendo que o último para desaferrar. Ao deixar o campo-de-combate, teve que abrir caminho combatendo. Entrincheirou-se atrás de uma porteira, entre o sobrado e a olaria de Joaquim Bento. O acesso à porteira possuía valas de ambos os lados. Assim, cerca de 400 lanceiros negros bem montados, armados de pistola e lança, investiram os 60 imperiais fazendo fogo e os neutralizaram.

O Corpo de Lanceiros Negros avançou até Rio Pardo, onde entrou pela rua da igreja Senhor dos Passos. Dali, depois de reunir-se ao seu comandante, Teixeira Nunes, ferido a bala no ombro esquerdo, foi até o porto do Rio Pardo, onde não pôde impedir a fuga de Barreto. Do porto marcharam para a ponte, que conquistaram, e onde duas companhias imperiais do 29 BC resistiam bravamente. Teixeira Nunes recebeu ordem de Crescêncio de investir aquela tropa e o fez.

O Marechal Sebastião, vendo o combate perdido, procurou salvar- se. Atravessou um grande fachinal e foi ter à margem do rio Jacuí, onde penetrou num lanchão que, com outros barcos, fugiam do Rio Pardo. Calderón, ao reconhecer-se derrotado por Barreto, procurou salvar-se, abrindo caminho combatendo entre os republicanos. Foi até o porto e apanhou uma lancha, na qual Barreto embarcou logo após. *O* Brigadeiro Cunha, percebendo a derrota, foi até o porto, onde fez largar, rio abaixo, três lanchões de guerra, duas balsas para cavalos e canoas. Conseguiu recolher cerca de 100 extraviados. Próximo à foz do arroio do Couto, foi bombardeado por duas peças republicanas. Antes, Barreto e Cunha buscaram proteção com Calderón.

Os três Generais, Barreto, Cunha e Calderón,viajaram até Triunfo. Dali, a bordo do barco de guerra, o Leopoldina, ao comando do Cap Guilherme Parker,

chegaram constrangidos a Porto Alegre onde, mais tarde, seriam submetidos a Conselho de Guerra e absolvidos.

Perdas Imperiais

Segundo Alfredo Varela, o General Antônio Netto mencionou que os imperiais tiveram 370 mortos e 800 presos, inclusive feridos, o que dá um total de 1.170 baixas imperiais, para um efetivo de 1.546 em Rio Pardo. É provável que a realidade se aproxime desta cifra e que somente 376 conseguiram evadir-se do Quadrilátero do Rio Pardo, poucos nos navios de guerra ancorados no porto do Rio Pardo.

Tristão de Araripe, por seu turno, em 1881, mencionou como mortos dois coronéis, cinco alferes e 60 praças e, como prisioneiros, 300 oficiais e mais 100 praças.

Netto referiu-se, também, às baixas, especificando que morreram em combate 370 imperiais, dos quais um coronel (Lisboa), três majores e vinte subalternos, e que se apresentaram presos um coronel, um tenente-coronel, dois majores, 58 oficiais subalternos e mais de 800 soldados.

Embora conflitantes, pelas circunstâncias de o combate vitorioso ter sido travado numa região onde a única possibilidade de retirada era embarcada, as perdas imperiais se explicam em número elevado (cerca de 75%).

Caíram em poder dos republicanos 8 peças de Artilharia, 1.000 armas de Infantaria, 8.000 cartuchos carregados e uma banda de música, chefiada pelo maestro negro Mendanha, futuro autor do Hino Farroupilha.

Os republicanos sofreram 200 baixas, sendo 17 mortes, entre as quais um capitão e dois soldados.

Essa vitória deu um grande alento moral aos republicanos, que submeteram Porto Alegre ao 39 e último sítio, de 15 de junho de 1858 a 8 de dezembro de 1840.

O Marechal Barreto, antigo comandante da 2º Dl, em Passo do Rosário, teve aí o seu Waterloo. O brayo defensor de Porto Alegre, Brigadeiro Cunha, irá encontrar a morte no combate de Santa Vitória, ano seguinte, bem como o Brigadeiro Calderón, em um ataque apoplético, em reconhecimento das margens do Jacuí.

Brilharia a estrela do Major José Joaquim Andrade Neves em nossas lutas externas contra Oribe e Rosas (1851-52) e contra o Paraguai, quando se consagrou como um dos grandes vultos de todos os tempos da Cavalaria Brasileira.

Os soldados imperiais presos no Rio Pardo eram, em sua maioria, paulistas. Libertados pela República, voltaram para São Paulo, via terrestre (Vacaria-Lajes-Soroca- ba). Mais tarde, paulistas integraram divisões, ao comando do Brigadeiro Xavier da Cunha e, depois, de Labatut, contra a República Riograndense.

A Arte Militar republicana no combate do Rio Pardo

No combate do Rio Pardo os republicanos assim observaram os Princípios de Guerra:

— Objetivo-. Junto com o objetivo, foram definidos ataques simultâneos das alas imperiais, com envolvimento respectivo, acompanhados de uma penetração no centro. Esta foi conseguida de modo pioneiro, rápido e eficaz, com o emprego de reserva.

— Surpresa-. Não foi caracterizada significativamente, a não ser antes do combate, quando os republicanos se infiltraram no Rincão del-Rey sem serem percebidos e, na primeira oportunidade, cortaram a retirada terrestre imperial para Santo Amaro, via Ponte do Couto. Não houve a surpresa que Alencar Araripe assim referiu em 1881: "Atacaram inesperadamente o Rio Pardo, do qual se apoderaram, após mortífero combate".

— Ofensiva-, Pode ser caracteri zada pela conquista e manutenção da iniciativa das ações pelos republicanos, até imporem, de modo relâmpago, sua vontade ao adversário. Atacaram em toda a frente, e sempre. Foram ao encontro dos imperiais, Coxilha do Barro Ver melho acima, sendo que, contra a Infantaria e a Artilharia, lançaram a Infantaria mais a Cavalaria. Ata caram sempre a clavinote, a espada e a lança. O número de 370 imperiais mortos atesta o espírito ofensivo dos republicanos, bem como a desorganização geral que promove ram no dispositivo imperial, o qual ruiu logo ao primeiro combate.

— Manobra-. Através de movi mentos rápidos, seguros e coorde nados, os republicanos colocaram seus meios em posição vantajosa em relação aos imperiais. Para apoio ao movimento de penetração no Quadrilátero, construíram até uma ponte. Conseguiram, em pouco tempo, inverter a situação privilegiada imperial, que se pos tou em terreno dominante e favorável à Infantaria, a primeira vista inexpugnável. O que caracterizou a manobra foi a simultaneidade dos ataques de desbordamento das alas com a ruptura inicial do cen tro, a cargo da reserva, a base de Cavalaria. Outro momento foi quando Canabarro lançou a tropa de Encruzilhada sobre a Cavalaria Imperial, assegurando, ao Corpo de Lanceiros, ganhos de tempo para desviar-se de uma Sanga, a nado, para, em seguida, lançar-se sobre o flanco adversário.

Caracteriza também a manobra a judiciosa combinação de Armas Cavalaria-Infantaria, na ala direita e centro republicano.

— Massa: Os republicanos foram mais fortes nos pontos decisivos (a Ala Direita Imperial, à base de Cavalaria) e no Centro,contando com apoio da Reserva. Sobre a ala foi lançada a Divisão de Crescêncio integrada por unidades de escol, afeitas as ações de choque. A 1º Divisão, integrada pelos legendários e experimentados Crescêncio, Canabarro, Teixeira Nunes e Amaral, por si, caracteriza o princípio da Massa.

— Economia de Meios: Consistiu na distribuição judiciosa e compatível dos meios disponíveis entre a ação principal (ala esquerda) e as ações secundárias (Centro e Ala Direita) e a reserva, que foi decisiva para apressar a vitória. A ação Principal foram dados meios suficientes, sob a liderança de chefes de grande

valor e experimentados (Canabarro, Crescêncio, Teixeira Nunes e Amaral). As ações secundárias receberam meios compatíveis, com dosagem adequada de Cavalaria mais Infantaria.

— Segurança: Caracterizada pelos ataques da esquerda e centro imperiais terem sido executados com apoio de Infantaria, por terem de enfrentar Infantaria em posição defensiva e em terreno dominante.

Outra preocupação de Segurança foi o atacar na direção contrária à da única possibilidade de retraimento terrestre, em caso de insucesso, ou seja, pela ponte do Couto.

A maior caracterização da Segurança foi constituir-se reserva compatível, à base de Cavalaria que, lançada em morrfènto propício, acelerou a vitória. Constituiu Segurança as informações e o reconhecimento que os republicanos fizeram do dispositivo imperial, no Barro Vermelho.

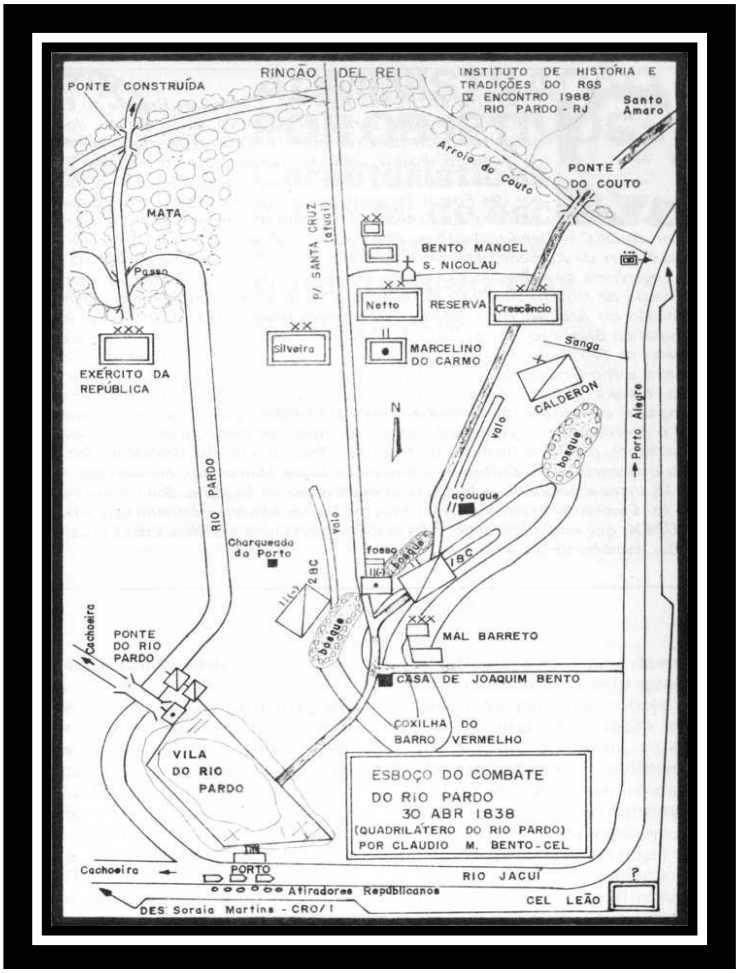
— Simplicidade: Conclui-se que a manobra foi simples e transmitida aos executantes com clareza. Cada divisão fez a sua parte com eficiência e eficácia. Foi um ataque em cada ala, concomitante com um ataque decisivo no centro imperial, usando a reserva republicana.

Conclui-se que os executantes entenderam bem as ordens. Viu-se, com freqüência, o uso do clarim para ordenar ataques.

— Unidade de Comando: Toda a operação subordinou-se a Bento Manoel. A execução da mesma foi descentralizada.

— Caracterização da Manobra republicana: A Manobra que culminou com a estrondosa vitória do Rio Pardo foi uma manobra ofensiva do tipo central, na modalidade penetração, seguido de duplo desbordamento das alas.

As direções do ataque foram divergentes. Sua amplitude foi tática.



Ensino Militar: Cultura Geral e Cultural Profissional

O Ensino no Exército, desde 1793 (data da criação, na Casa do Trem, da Academia Real de Artilharia, Fortificação e Desenho, destinada a formar oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros - em realidade, raiz histórica da AMAN) até 1905, foi predominantemente bacharelesco, ao invés de profissionalizante. O caráter bacharelesco, que se Justificou até o advento da Revolução Industrial, de grande influência na sofisticação da Doutrina Militar, foi acentuado no período de 1874 a 1905, com grande prejuízo à Doutrina do Exército, conforme se referiram consensualmente ilustres chefes e historiadores do Exército do passado, tais como Tasso Fragoso, Estevão Leitão de Carvalho, Tristão de Alencar Araripe, Bertoldo Klin- ger, Euclides Figueiredo, Mascarenhas de Morais, Odylio Denys, J.B. Magalhães, Castelo Branco.

A partir de 1905, com o Regulamento de Ensino que começou a ser aplicado na Escola de Guerra em Porto Alegre (1906- 11), o ensino passou a priorizar o profissionalismo. No entanto, houve excessos, segundo assinalou, há meio século atrás, o Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, que procurou equilibrar a cultura geral com a profissional, na formação do oficial do Exército.

Em histórico e cinquentenário discurso na AMAN, em 29 de setembro de 1939, ele emitiu os seguintes conceitos, que iriam se traduzir no Regulamento de Ensino de 1944, amparado, inclusive, nas competentes assessorias dos futuros marechais José Pessoa, idealizador da AMAN, com apoio em ensinamentos colhidos durante a 1ª Guerra Mundial na França, e do Intimo colaborador deste Mário Travassos, primeiro comandante da AMAN, além de festejado geopolftico.

"Os cursos da Escola Militar foram ampliados com o duplo objetivo de de-

senvolver os conhecimentos gerais e profissionais dos jovens que seguem a carreira das armas, facilitando, ao mesmo tempo, uma seleção mais completa, e, de separar, de maneira mais racional, o ensino fundamental e o ensino propriamente militar, de modo a não acarretar prejuízo para nenhum deles...

"O ensino militar entre nós, bem o sabeis, tem variado entre extremos: ou o excesso das matérias teóricas e a superabundância da cultura científica, como o foi na velha Escola da Praia Vermelha, ou a reação violenta no sentido da instrução meramente profissional, com caráter prático, como, principalmente, vem se acentuando a partir de 1920.

"É ocioso salientar aqui a inconveniência ou o perigo de recorrer se a qualquer dessas soluções extremas. A sabedoria aconselha a moderação e o virtuoso meio termo. Mas, na impossibilidade de conseguir-se o equilíbrio dos ensinamentos teóricos e práticos a serem ministrados aos futuros oficiais, não se esqueçam os que têm a missão de instruí-los que ê ainda sob o imperativo daquele ensino e da cultura geral que se deve orientar a sua formação. Estamos num século eminentemente técnico, e só se tornaram poderosas as instituições e as nações que têm solicitado à inteligência e às ciências, os conselhos e os recursos a serem seguidos no sentido de melhor se armarem e se tornarem fortes."

E se outros argumentos faltassem para que seja dado o devido apreço a uma conveniente formação mental dos jovens cadetes, a palavra do Marechal Fo- ch vem a propósito, com sua indiscutível autoridade. Nas suas "Memórias", após uma experiência de mais de cinquenta anos, desde o alto magistério militar até o comando da maior massa humana que já esteve em armas, o imortal guerreiro deixou escrito, como preciosa advertência, que "o futuro demonstrará a necessidade da cultura geral ao lado do saber profissional, e que o militar, vivendo, como vive, em presença de sucessivos fenômenos sociais, que exigem, para sua compreensão, um certo saber político e mora, não pode, sob pena de viver num mundo à parte, contentar-se apenas com os conhecimentos profissionais relativos ao manejo das armas e ao emprego da tropa".

O alerta dado pelo Marechal Dutra, cinqüenta anos passados com o apoio em categorizadas e abalizadas autoridades é atual para se prevenir desequilíbrios entre a cultura geral e a cultura profissional no Ensino Militar. E, desta forma, prevenir-se a ocorrência de outro grande equívoco no Ensino Militar no Exército, como o ocorrido de 1673 a 1905, de tantas e tão negativas repercussões na Segurança do Brasil, que o Marechal Dutra denunciou, com apoio, inclusive, em analistas categorizados de nosso processo histórico, entre os quais alguns antigos membros da Casa da Memória Nacional.

Cláudio Moreira Bento

Cinqüentenário da visita do General George Marshall

De 25 de maio a 7 de abril deste ano, transcorreu o cinqüentenário da visita, ao Brasil, da Missão Militar Americana sob a chefia do General George Marshall, na qualidade de Chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos na 2ª Guerra Mundial, na qual teve atuação decisiva. Mais tarde, como Secretário do Departamento de Estado dos Estados Unidos (1947-48), emprestou seu nome ao célebre plano de ajuda Marshall, responsável pela recuperação econômica da Europa. Ele nasceu em Uniontown, Pensilvãnia, em 1880, e faleceu em Washington, em 1959, depois de haver conquistado o Prêmio Nobel da Paz, em 1953.

O General Marshall chegou ao Brasil a bordo do cruzador Nashvilie e sua

visita abrangeu o Rio de Janeiro e os estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A visita prendeu-se particularmente às nossas escolas de oficiais, à indústria bélica do Exército e às instalações de Artilharia de Costa do Brasil - esta já sob a orientação da Missão Militar Americana de Instrução, sob a direção do General Kimberly.

Dia 26 de maio, o general Marshall visitou, pela manhã, o Centro de Instrução de Artilharia de Costa, Fortaleza S. João e Escola de Educação Física do Exército, todos na área da Fundação do Rio de Janeiro, por Estácio de Sá. À tarde visitou as fábricas do Exército em Bonsucesso e Andaraí, sendo recepcionado, à noite, no Clube Militar.

No dia 28 de maio, visitou o Forte de Itaipu, em Santos; dia 29, a fábrica de viaturas do Exército em Curitiba; dia 30, Porto Alegre; dia 31 retornou ao Rio, com sobrevõos de Florianópolis, Paranaguá e Ilha Grande; dia 1[3],de abril, visitou a Escola Militar do Realengo, pela manhã, e a Fábrica de Munições do Realengo, ao lado, á tarde; dia 2, o Arsenal de Guerra do Caju e o Regimento Dragões da Independência e Batalhão de Guardas, pela manhã e à tarde, a Escola Naval e ao Arsenal de Marinha; dia 3 a fábrica do Exército em Juiz de Fora; dia 4, pela manhã, o 1[B] Batalhão de Caçadores, em Petrópo- lis; dia 5, os fortes de Copacabana e Duque de Caxias e as escolas de Estado- Maior e Técnica do Exército; dia 6, as instalações da Aviação do Exército, no Campo dos Afonsos; dia 7, retornou aos Estados Unidos, levando a bordo Delegação Militar Brasileira, sob a chefia do General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, centenário este ano, e Chefe do Estado- Maior do Exército Brasileiro que lá permaneceu de 7 de abril a 14 junho de 1939.

A Missão Militar Americana, do General Marshall, era constituída, além dele, por um coronel, um tenente-coronel, um capitão e dois majores, entre estes o mais tarde famoso comandante americano na Guerra da Coréia, Matthew B. Ridway.

A Missão Militar Americana de Instrução de Artilharia de Costa seguiu-se a Missão Militar Americana no Exército do Brasil, que atuaria entre nós por cerca de 32 anos.

Resgatar sua memória histórica, retirar os ensinamentos, que ela encerra e suas contribuições à Doutrina do Exército Brasileiro é tarefa que se impõe, à semelhança da Missão Militar Francesa (1920-39), cuja memória acaba de ser resgatada na obra Missão Militar Francesa no Exército Brasileiro, de autoria do falecido General Alfredo Souto Malan, editada pela Biblioteca do Exército.

Cláudio Moreira Bento

Diretor do Arquivo Histórico do Exército

GENERAL-DE-DIVISÃO
AUGUSTO TASSO FRAGOSO (1867-1945)

Cláudio Moreira Bento

O autor deste artigo é o atual ocupante da cadeira nº 12 da Academia Brasileira de História. Seu discurso de posse, ocorrido em 1976, baseou-se na interpretação aqui apresentada de aspectos da biografia de um dos mais atuantes personagens da reforma militar, base de toda a concepção doutrinária atual do nosso Exército.

SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA

O autor do clássico da Literatura Militar Terrestre Brasileira, A Batalha do Passo do Rosário, é considerado um dos grandes brasileiros do período (1889-1945). Segundo Gilberto Freyre, ele “animou os meios mais cultos com sua palavra amena e atraente”.

Foi chefe, pensador, cientista e historiador militar dos mais brilhantes, fecundos, atuantes e influentes da Primeira República, ou República Velha (1889-1930). Participou com relevo dos debates e decisões no Clube Militar que desaguariam na Proclamação da República, regime que viu nascer, em 15 de novembro de 1889, ao lado do seu mestre, Benjamim Constant, de quem foi aluno dileto.

Pela consolidação da República, foi ferido gravemente, a bala, no Combate da Armação e, em decorrência, promovido a capitão por ato de bravura.

Coube-lhe presidir o final da Primeira República, na qualidade de presidente da Junta Pacificadora, que transferiu o poder à vitoriosa Revolução de 1930.

No Exército, com os célebres artigos “O Estado-Maior do Exército” e “Como se Faz um Oficial Alemão”, poublicados na Revista Brasileira, em 1897 e 1898, ajudou a desencadear o histórico e relevante processo da Reforma Militar (1898-1945) que se seguiu à Revolta de Canudos (1897-1898).

Esse processo, do qual foi um dos maiores dínamos, artífices e líderes, arrancou o Exército dos ultrapassados padrões operacionais revelados em Canudos, e levou-o aos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que, na Itália, representou de modo condigno o soldado brasileiro, ao lutar contra, ou em aliança, com frações expressivas dos melhores exércitos do mundo que se fizeram representar na Europa Ocidental, na 2ª Guerra Mundial.

Por seu concurso na propaganda, proclamação e consolidação da República, chegou a ser chamado de “Enamorado da República”. Por sua atuação benemérita e relevante no Estado-Maior do Exército (EME), por quinze anos, dos quais dez como seu chefe, tem sido chamado de “Patrono Espiritual do EME”. E, finalmente, por sua marcante e importante contribuição, prestígio e valorização do estudo crítico de nosso passado militar, com vistas a dele extrair subsídios para a progressiva nacionalização da doutrina militar terrestre brasileira, foi chamado, em 1965, pelo então chefe do EME, de “Pai da História do Exército Brasileiro”.[1]

Em 21 de outubro de 1945, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Pedro Calmon, seu orador oficial, assinalou “que nenhum dos nossos historiadores militares ultrapassou Tasso Fragoso nesse proficiente de restaurar as condições de guerra, os seus elementos, o seu potencial, as suas diretivas, os seus erros, o conteúdo humano de seus paradoxos e sua beleza externa”.

Sobre ele, em seu tempo, concluiu o acadêmico Humberto de Campos, seu coestaduano: “Primeira cabeça do Exército e uma das mais notáveis do Brasil contemporâneo e orgulho de qualquer país em que houvesse o culto das Armas.”

E ainda Pedro Calmon na ocasião acima citada, ao fazer o elogio do sócio do IHGB, Augusto Tasso Fragoso, recém-falecido:

“O General Tasso Fragoso conta- -se entre esses homens superiores que podendo tudo ser na continuidade da vida triunfante, se contentam em obedecer

à linha modesta de profissão e desinteresse. Às solicitações da política e do poder preferiu a fidelidade ao Exército, donde nunca saiu. Foi essencialmente um homem de sua classe."

O seu amigo e biógrafo, Marechal Tristão Alencar Araripe, assim o sintetizou, em 1965, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), sob a Presidência do General Jonas Correia: "Grande vulto nacional e valoroso soldado."

E noutra ocasião: "O entrosamento de suas atividades profissionais e culturais, voltadas para o progresso profissional do Exército foi uma constante."

Ao falecer, recebeu do Exército esta consagradora referência através de seu Ministro: "O Exército foi a linha mestra da vida do General Tasso Fragoso."

Por tudo é oportuno evocar, aos leitores do clássico A Batalha do Passo do Rosário, traços da vida e obra de seu autor, e a parte culminante dos seus escritos, relacionados com o final da obra, bem como as relevantes reflexões do histórico prefácio.

Todos eles são ricos em ensinamentos e inspirações aos soldados do Exército do Brasil, do presente e do futuro, de todas as graduações e idades, que se empenham patrioticamente em construí-lo à altura do destino de grandeza que o povo brasileiro vem lutando para construir.

NATURALIDADE — FORMAÇÃO — FERIMENTO EM COMBATE

Augusto Tasso Fragoso nasceu em 28 de agosto de 1867, em São Luiz, Maranhão, e não em 1865, como assinala Tristão Alencar Araripe. Foi pouco depois de a Esquadra Brasileira haver forçado, com êxito, a fortaleza de Curupaiti durante a Guerra do Paraguai, conflito que ele viria descrever, em 1934, de forma monumental, sob o título História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai (5 v.).2

Tasso Fragoso era filho do comerciante português de ferragens, Joaquim Coelho Fragoso, muito conhecido na chamada Atenas Brasileira, denominação popular dada a São Luiz, pelo grande surto cultural humanístico que atravessava, infra-estruturado por um notável surto econômico.

Nesse meio adiantado de estudos humanísticos, em que era dada grande importância à beleza e à pureza da linguagem, Tasso Fragoso alicerçou estilo literário ''sóbrio, claro, puro e elegante", que ajudaram a torná-lo notável e festejado escritor militar.

Depois de passar a infância, a meninice e a juventude no Maranhão, de lá foi trazido para o Rio de Janeiro por seu tio e futuro sogro, o jornalista Temístocles Aranha (pai de Graça Aranha), para que construísse, na Capital Federal, um futuro compatível com o enorme talento que revelara, fugindo, assim, ao destino de comerciante de ferragens projetado por seu pai.

Quando chegou ao Rio, a campanha abolicionista, a propaganda republicana, a questão militar e a doutrinação positivista atingiam seus pontos máximos, em especial, na Escola Militar da Praia Vermelha, que era uma das mais renomadas irradiadoras de cultura no Brasil, a par das faculdades de Direito de São Paulo e Recife, da de Medicina da Bahia e das escolas Central do Exército e Naval da Marinha.

Tasso Fragoso, talvez por influência de oficiais do Exército que lecionavam Matemática e Física em São Luiz, havia se inclinado para a Escola Militar da Praia Vermelha. Assim, para freqüentá-la, como adido, assentou praça voluntária, em 21 de março de 1885, no heróico Batalhão de Engenheiros, sediado no mesmo edifício da Escola e de tão gloriosas tradições na Guerra do Paraguai, ao comando de João Carlos Vilagran Cabrita e, depois, de Conrado da Silva Bittencourt.

De 1885 a 1887, cursou, com brilho, a Escola Militar onde graduou-se em Cavalaria, Infantaria e Artilharia. Às vésperas da República e durante sua proclamação, freqüentava o Curso de Engenharia e de Estado-Maior em São Cristóvão. Como Alferes-Aluno esteve ao lado de Benjamim Constant, em 15 de novembro de 1889, no ato da Proclamação da República. Ficou assim em posição privilegiada entre os novos detentores do poder. Mas recusou a cadeira de deputado pelo Maranhão e ser Ministro da Viação. O Exército era o seu objetivo e deste nunca se afastou, até morrer.

Sua primeira missão de oficial foi integrar a Comissão de Demarcação da Nova Capital.

Durante a Revolta da Esquadra, no Rio de Janeiro, foi ferido a bala no abdômen, no Combate da Armação, em 9 de fevereiro de 1894, quando comandava um contra-ataque de uma fração composta de acadêmicos voluntários e guardas nacionais. Foi dado até como morto. Recuperado parcialjnente, foi promovido a capitão por bravura. À procura de solução cirúrgica para suas sequelas, que se agravavam, foi mandado em missão à Europa, de onde trouxe a saúde e contribuições relevantes e oportunas, de grande projeção no futuro do Exército, ao contato com os exércitos alemão, francês e inglês.

Em 11 de fevereiro de 1944, data inaugural oficial da atual Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), ele destinou, à guarda de seu Museu Acadêmico, sua túnica branca perfurada a bala, acompanhada de foto do canhão Krupp e da guarnição que comandava no combate da Ármação, e da carta do Presidente Floriano Peixoto, exaltando sua heroicidade e promovendo-o a capitão por bravura.[3]

ESTÁGIOS MILITARES NA EUROPA - REPERCUSSÕES NA REFORMA MILITAR

De 1894 a 1896, integrou, na Europa, a Comissão de Compras de Armamento e Material para o Exército, tendo como missão relatar a organi zação dos serviços geodésicos da França e Prússia, nos quais aperfeiçoou o curso de Geografia e Geodé- sia que tirara no Observatório Nacional do Rio de Janeiro, antes de integrar a Comissão Demarcadora da Nova Capital. Desse estágio resultou, mais tarde, a contratação da Missão Cartográfica Austríaca (MCA) (1920-52) destinada a organizar o Serviço Geográfico do Exército, formar engenheiros geógrafos militares e a apoiar a Carta Geral da República.

Durante os últimos meses de 1895, Tasso Fragoso estagiou na Fábrica Krupp. Nesse tempo, aprendeu alemão, assenhoreou-se da técnica de

fabricação de material bélico e conseguiu uma correção cirúrgica parcial das seqüelas conseqüentes do grave ferimento recebido no combate da Armação. Durante os dois anos providenciais e oportunos de estágio na Europa, além de alemão, aprendeu francês e inglês, e inteirou-se do grande estágio atingido pela doutrina militar terrestre, comparada com a do Brasil, estagnada desde a Guerra do Paraguai, assinalando até involuções em muitos pontos, como ficou evidente em Canudos.

Ao retomar da Europa, em 1896, foi mandado servir na Comissão de Fortificações e Defesa do Litoral do Brasil, tendo feito o projeto de fortificação das praias de Copacabana à Gávea.

Por essa época, 1896-97, lavrava no sertão da Bahia a Revolta de Canudos, que evidenciou o despreparo operacional do Exército e motivou a Reforma Militar (1898-95) iniciada pelo Ministro da Guerra, João Nepo- muceno Medeiros Mallet, traduzida pela instalação do EME, em 1899, sob a chefia do Marechal Cantuária. Foram eventos para os quais muito influíram os seguintes artigos publicados na Revista Brasileira e assinados pelo capitão Tasso Fragoso, possuidor de sólido prestígio, como prócer e herói da República, de vasta e sólida cultura geral e profissional, recém-egresso da Europa que era, em contato com os mais modernos Exércitos do seu tempo.

O primeiro “O Estado-Maior do Exército” (Abr/Jun 1897) tinha, como idéia central, a seguinte afirmação: “Nenhuma instituição atual reclama e merece mais uma reforma quanto o nosso Exército.”

O segundo, “Como se Faz um Oficial Alemão” (Jan/Mar 1898), criticava e apresentava sugestões para corrigir o que apontou como “um dos grandes males do Exército — o bacharelismo de dolmã e o bacharelismo da espada”.

O bacharelismo do dolmã era uma alusão aos oficiais formados bacharéis em Ciências Física e Matemática pela Escola Militar da Praia Vermelha, divorciados do aprendizado e prática, de fato, da profissão das armas, sob a influência de um positivismo mal interpretado no campo militar.

O bacharelismo da espada era o dos “tarimbeiros”, oficiais que fizeram carreira de modo prático nas lides da caserna e sem conhecimentos e prática doutrinária militar compatível com os avanços da Arte e Ciência Militar decorrentes da Revolução Industrial.

Dentre os bacharéis em Ciências Físicas e Matemáticas formados pela Escola da Praia Vermelha, Tasso Fragoso e Cândido Mariano Rondon são exemplos de coerência e equilíbrio na conciliação dos interesses da profissão das armas que abraçaram, do ideal positivista de ter como religião a Humanidade.

Já não se pode dizer o mesmo de muitos egressos daquela Escola, que a usaram como escada social, não se prepararam militarmente à altura, e se voltaram para atividades científicas e matemáticas, concorrendo, assim, indiretamente, talvez por omissão, para os acontecimentos de Canudos, ao custo de tantas vidas e inútil sangue derramado de irmãos brasileiros, um grande desserviço à Religião da Humanidade que muitos se diziam praticantes fervorosos.

Rondon conciliou a Religião da Humanidade com a profissão das armas, ao realizar a obra de projeção internacional em prol do índio brasileiro, ao mesmo

tempo que foi aluno brilhante da Missão Militar Francesa (MMF) e não se recusou a chefiar combate à Revolução de 24, no Paraná.

Tasso Fragoso conciliou a Religião da Humanidade (atuando sempre no sentido pacificador de conflitos intestinos e de defesa da Unidade) com a profissão das^armas que escolheu, e na qual atuou mais ou menos assim, segundo interpreto: o cidadão de um país pacifista, que repudia a guerra de conquista e a luta entre irmãos, deseja, para o bem da Humanidade, que o Exército Brasileiro nunca se envolva num conflito. Mas, por outro lado, dentro da responsabilidade social de soldado desse Exército, fará tudo a seu alcance, para que ele não perca um só momento em preparar- -se o melhor possível para esta triste eventualidade, tão presente e viva na História da Humanidade, a guerra.

Instalado o EME, Tasso Fragoso, com apoio na experiência que colhera do grande Estado-Maior do Exército Alemão, cuja história estudou desde a Guerra Franco-Prussiana de 1870, foi servir na 1º Seção encarregada de editar a Revista Militar com o seguinte objetivo geral: “Tratar de assuntos visando ao preparo do Exército para a guerra ou para a defesa da Pátria.”. Vem daí sua grande influência na conquista desse alevantado objetivo.

O HISTORIADOR MILITAR TASSO FRAGOSO

Quando Presidente, o Marechal Floriano Peixoto mandou editar a História da Guerra do Paraguai, do Coronel Honorário Carlos Jourdan, que, como tenente do Corpo de Pontonei- ros, projetara e dirigira a construção de algumas pontes da célebre Estrada Estratégica do Chaco, que permitiu, a Caxias, envolver a posição fortificada do Piquiciri e abreviar a guerra. A edição visava, segundo o Presidente citado, “a servir para os alunos de nossas escolas militares desenvolverem táticas e estratégias compatíveis com as realidades da América do Sul”.

Instalado o EME, em 1899, seu chefe, tendo em mente a cultura e a vocação do Capitão Tasso Fragoso para a História, Geografia, Tática, Estratégia e Literatura, deu-lhe a missão de acompanhar a edição da obra citada na Imprensa Nacional.

A par disso, Tasso Fragoso escreveu, na Revista Militar, diversos artigos de alto valor, dentre eles ensaios sobre os históricos dos serviços, no Brasil, de Estado-Maior e Geofísico. Sobre o primeiro, teceu considerações ainda muito atuais, como a que “depois da Guerra Franco-Prussiana (1870), o Serviço de Estado-Maior propagou-se como elemento essencial ao exercício do comando de grandes massas militares”. Ao tentar historiar a evolução do problema no Brasil, assim concluiu sua memória, que leu para a Comissão de Reforma Militar: “Quase nada, para não se dizer nada, existe publicado entre nós, sobre a História do Exército Brasileiro.”

No exercício das funções de Adido Militar na Argentina (1909-11), em período tenso nas relações Brasil -Argentina, em razão da Questão d Palmas, Tasso Fragoso foi obrigad a estudar as histórias militares do Bra sil e da Argentina, pelas razões qu assinalou no histórico prefácio de 1ª Batalha do

Passo do Rosário, sobr o qual peço que o leitor medite, po conter muitas lições permanentes atuais e, particularmente, esta su reflexão-contrição: “Logo aos pri meiros passos da minha vida comt oficial, senti com mágoa a defíciência de minha preparação histórica Reconheci, sem demora, não só que me falecia em geral o conhecimento dos fastos da Pátria, mas, sobretudo os seus grandes feitos militares.”

De retorno da Argentina, foi en carregado de saudar o Barão do Rio Branco, no Clube Militar. Em su; oração revelou notável perfectível histórica. Enfatizou a ação do grande brasileiro na estabilização de nosso; limites, sem o recurso da luta armada e, por sustentar seus pontos de vista com o recurso de profundos e sólidos conhecimentos de História dc Brasil, que acumulou por estudos.

Em 1911-14, como comandante de 8º Regimento de Cavalaria, em Uruguaiana, mandou levantar um esboçc da Batalha do Passo do Rosário, cujos estudos iniciou a desenvolver.

Com a vinda da Missão Militar Francesa, Tasso Fragoso dela recebeu esta importante lição, reafirmação do que o Marechal Floriano Peixoto enunciara ao mandar editar a Guerra do Paraguai, de Carlos Jourdan: “As estratégias e as táticas sul-americanas devem ser estabelecidas aqui. Muitas de suas bases devem ser buscadas nas campanhas militares da América do Sul. Por esta razão, a pesquisa, a elaboração e o estudo da História Militar, particularmente a do Brasil, deve ser estimulada entre nós.”

E isto se impunha para o EME dar desempenho realístico às suas funções de elaborar planos operacionais e de defesa territorial. Como não havia ainda quase nada, para não dizer nada, escrito sobre a História do Exército Brasileiro, com o então Capitão Tasso Fragoso teve ele de dar o exemplo, no sentido de pesquisar e analisar criticamente a História Militar do Brasil, com vistas a buscar, no passado militar sul-americano e brasileiro, ensinamentos operacionais e as bases das táticas e estratégias que deviam também enformar o desenvolvimento da doutrina militar terrestre brasileira, emoldurada por fatores de política interna e externa.

Foi dentro desse espírito que Tasso Fragoso lançou, em 1922, este clássico, A Batalha do Passo do Rosário, a maior batalha campal travada no território brasileiro, obra que marcou sua estréia como historiador militar, e que dedicou nestes termos, ao grande animador civil da Reforma Militar: “À memória do Barão do Rio Branco, cuja ação e cujos escritos são exemplos de invejável e entranhado amor ao Brasil e de intensa fé nos seus gloriosos destinos. Como testemunho de admiração e saudade.”

Daí em diante e até falecer, produziu uma série de valiosos trabalhos, inventariados ao final deste artigo.

O outro clássico, A História da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, ele dedicou: ‘“À memória do Marechal Floriano Peixoto, soldado glorioso da Guerra da Tríplice Aliança e meu inolvidável e generoso amigo.” Era o reconhecimento que prestava à autoridade que, 40 anos atrás, mandara^editar a História da Guerra do Paraguai, de Jourdan, visando a “desenvolver estratégias e táticas” com apoio em nossa experiência naquele conflito.

Em 1938, Tasso Fragoso lançou a Revolução Farroupilha, cujo sesquicentenário de início teve lugar este ano, em 20 de setembro, e cujo caráter

separatista ele negou. Ele dedicou este trabalho: “À memória de todos os brasileiros que formaram no extremo meridional de nossa Pátria a frente humana indispensável para lhe assegurar a posse definitiva, cujas linhas eles balizaram com seu próprio sangue, e a todos os rio-grandense-do-sul que, num arroubo invejável de idealismo, se bateram pela liberdade na República Federativa, e baquearam para dormir o sonho eterno, na selva verde- jante da planície ou da coxilha.”

Embora apóstolo da unidade e da integridade nacional, assim homenageou os farrapos: “Muitos deles caíram heroicamente na luta, sem que possamos saber-lhes os nomes e glorificá-los como merecem. Foram propagadores de grandes idéias, notadamente da organização republicana e da emancipação de escravos.”

Muitos oficiais seguiram o exemplo de Tasso Fragoso, no sentido de cobrir a lacuna que ele assinalou em 1898, acerca de que “nada havia sido escrito sobre a História do Exército”. A maioria se voltou para as diversas dimensões da História de natureza descritiva. Poucos foram os que se voltaram para a dimensão da História Militar Crítica, que é “o sustento do cérebro de um exército na paz para prepará-lo para a guerra” (segundo Foch); “a fonte do conhecimento superior da Arte da Guerra” (segundo Napoleão); “História cuja leitura objetiva é condição de êxito para o militar” (segundo Patton); e “a que domina inteiramente a conduta prática da guerra” (segundo Molke). Enfim, a dimensão exaltada pelos grandes capitães da História e ainda pouco explorada no Brasil.

O esforço iniciado por Tasso Fragoso, em 1922, tomou possível ao próprio EME, que ele chefiara por 10 anos, concretizar, em 1971, no sesquicentenário da Independência a edição da História do Exército Brasileiro Perfil Militar de um Povo, fruto da consolidação da bibliografia e hemerografia produzida sobre História do Exército e realizada por uma grande equipe de alunos e instrutores da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, e historiadores convidados, sob a coordenação da Comissão de História do Exército Brasileiro do EME (1971-74). Essa publicação, considerada passo importante para escrever-se a História da Doutrina do Exército Brasileiro, é calcada em nossa experiência militar, de quase cinco séculos de lutas externas e internas, predominantemente vitoriosas, que contribuíram para configurar um Brasil de dimensões continentais, que não é obra de um milagre. É a história da doutrina de caráter crítico, que subsidiará táticas e estratégias terrestres brasileiras e outros importantes elementos do poder militar, visando ao desenvolvimento de nossa doutrina terrestre com progressivos índices de nacionalização. É a concretização do sonho visualizado e sonhado, em 1861, pelo Marquês de Caxias, atual Patrono do Exército, ao ser obrigado a adotar, com adaptações que introduziu, as Ordenanças do Exército de Portugal, até que o Brasil “desenvolvesse táticas e estratégias genuínas calcadas em sua experiência histórico-militar”. É o ponto de passagem obrigatória no objetivo de o Brasil conquistar o status de grande nação ou potência.

OUTRAS VIVÊNCIAS COM REFLEXOS NA REFORMA MILITAR

Especialista em armamentos e munições, foi Diretor do Material Bélico. Atribui-se a ele a introdução no Brasil, do jogo da guerra e do trote elevado. Oficial de Cavalaria, por opção, comandou o 8ª Regimento de Cavalaria e as 2ª e 4ª Brigadas de Cavalaria, em Uruguaiana e no Rio de Janeiro. Chefiou a Casa Militar do Presidente Wenceslau Braz (1914-18), considerado o "consolidador da estrutura militar do Exército, com a execução do Sorteio Militar e a extinção da Guarda Nacional, grandes passos da Reforma Militar. Deixou o EME durante a Revolução de 1932, por sustentar que a população civil devia ser preservada dos efeitos da luta. Foi Ministro do Superior Tribunal Militar, de 1938 a 1945, do qual foi Vice-Presidente cinco anos. Combatente de idéias e princípios, homem de ação e uma espécie de enciclopédia militar, influiu nas grandes reorganizações de 1901, 1914 e na ação da Missão Militar Francesa, circunscrita ao preparo do Exército, sem interferir nos seus problemas concretos. Foi um defensor da importância de cultura geral, como moldura indispensável ao chefe militar, tendo-a introduzido na Escola de Estado-Maior do Exército, que veio dar o seu nome a sua biblioteca, a qual abriga o que ele acumulou e usou em vida para seus estudos e pesquisas.

Como historiador foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Viveu para ver a FEB retornar da Itália, vitoriosa, na primeira participação militar extracontinental do Brasil, fechando com selo de ouro o ciclo da Reforma Militar, em grande parte deflagrado com seu histórico artigo "Como se Faz um Oficial Alemão".

O grande soldado, que soube aju dar a construir o Exército da FEB, alternando a espada e a pena, faleceu aos 78 anos incompletos, em 20 de setembro de 1945, data coincidente com o 110º aniversário do início e ano do centenário do término da Revolução Farroupilha, movimento cujo sesquicentenário de início se comemora este anof como atrás referido, e que ele soube estudar com isenção e respeito pelos que foram às campinas e coxilhas gaúchas para lutar por suas verdades.

Tasso Fragoso é estudado com maiores detalhes por seu biógrafo e grande amigo, General Tristão de Alencar Araripe na obra Tasso Fragoso (Bibliex 1960).

Por ocasião de seu falecimento o Exército assim se manifestou pela palavra de seu Ministro:

"Uma das personalidades mais incisivas na evolução de nossa atividade militar, verdadeira relíquia, intimamente entrosado nos fatos mais interessantes decorridos no último século de vida nacional. Foi ele verdadeiro expoente da cultura de sua classe e exuberante espírito que transbordou do meio militar, se refletiu no ambiente nacional, onde se firmou com excepcional relevo. "O EXÉRCITO FOI A LINHA MESTRA DE SUA VIDA."

BIBLIOGRAFIA E HEMEROGRAFIA DO GENERAL TASSO FRAGOSO

BIBLIOGRAFIA

1. A Batalha do Passo do Rosário, Rio, Imprensa Militar, 1927,1ª ed. A Bibliex a republicou em 1951 e ora lança a 3ª edição.
2. A Batalha do Passo do Rosário e a crítica do Dr. MaxFleiuss, Rio, Imprensa Militar, 1923 (acerca da polêmica travada com aquele ilustre historiador secretário do IHGB).
3. Sofismas e Contradições do Dr. Max Fleiuss, Rio, Imprensa Militar, 1924 (ainda sobre a célebre polêmica sobre a batalha).
4. A História da Guerra da Tríplice A liança contra o Paraguai, Rio, Imprensa Militar, 1934, 50 (a Bibliex a republicou de 1956-61).
5. A Revolução Farroupilha, Rio, Bibliex, 1938.
6. Franceses no Rio de Janeiro, Rio, Bibliex, 1965 (2ª edição revista e comentada pelo Gen Souza Júnior).

HEMEROGRAFIA

A — Na Revista Brasileira

1. "O Estado-Maior do Exército" — abr/jun 1897, págs. 352-361.
2. "Como se faz um oficial alemão" — jan/mai 1898, págs. 50-65.
3. "Que é a Arte" — jul/set 1898, págs. 72-96 (crítica de uma tradução de Qu'est ce 1'art de Tolstoi).

Os artigos 1 e 2 tiveram grande influência na Reforma Militar (1898-1945) do Exército. Suas redescobertas devo-as aos sócios do IHGB — Valmireth Chacon e Camarinha.

B — Preservadain: ARARIPE, Tasso Fragoso, Rio, Bibliex, 1960

1. "Os meus travesseiros", 1887, pág. 79.
2. "O presente de Arabela", 1888, pág. 81.
3. "Na Província", 1888, págs. 83-87.
4. Ter um ideal guardado (poesia), págs. 87
5. Uma excursão à Fábrica de Ferro de Ipancn 1899, pág. 88.
6. Correspondência com Malan d'Angrone, pá; 363-389 e 477-482.
7. Discurso na Casa do Estudante — sobre s ação na República, págs. 289-292.

C — Na Revista Militar do EME (atual Revi; do Exército)

1. Serviço Geográfico do Brasil, 1899.
2. Fabrico de pólvora sem fumaça nos EUA (tradução), 1899.
3. Tentativas de grupamentos racional do Exército, 1899.
4. Cartucho de Manobra (manejo), 1899.
5. Instruções para repulsa de tentativas de desen barque de expedições dos EUA nas costas t Cuba (tradução espanhola), 1899.
6. Operações nos arredores de Santiago de Cut e assédio à cidade (tradução espanhola), 1891
7. Pólvora e explosivos — Explosivos altos r guerra naval — composição, uso e valor (tradução), 1899.
8. As primeiras experiências da guerra anglo-boc (tradução inglesa), 1900.
9. Batalha de Colenro (tradução), 1900.
10. O combate de Majerstentcin-Transval, 11 dc 1899 (tradução), 1900.
11. O novo reparo Krupp para canhões de mar: nha e costa, 1900.
12. O Serviço de Estado-Maior, 1900.
13. Os mestres da guerra (tradução francesa) 1900/1901.
14. Cálculo das coordenadas dos vértices dc um poligonal, 1901.
15. Revista de Esquadrão (tradução alemã), 1902
16. Instituição das equações diferenciais do movi mento de projéteis no ar, 1901/1902.
17. Do método nos altos estudos militares na França e Alemanha (tradução do general Bonnal), 1903.
18. Enxertos de Balística Externa, 1903.
19. Instrução mediante exercícios de quadros (tradução), 1907.

20. Levantamento expeditos nº 4: Bda Cav — Rio.
21. Sofismas e contradições do Dr. Max Fleiuss, 1922.
22. Palavras sobre o Mal. Bevilaqua, 1930.
23. General Alfredo Malan d'Angrone, 1931.
24. O combate de Santa Luzia (1842), 1935.
25. A Paz com o Paraguai, nº 174, 1941.

D — No Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército
1. Pequenos exercícios de dupla ação na 4? Bda Cav-Rio, mai/jun 1913, págs. 273-296.
2. Levantamentos expeditos na 4º Bda Cav — Rio, em 1918 jan/abr 1913, págs. 7-17.
3. A instrução de tiro na 4º Bda Cav em 1918, mai/jun 1919, págs. 297-302.
4. Instrumentos para facilitar a pontaria indireta, 1917, págs. 3-29 (amplamente ilustrada).
5. Tiro de verificação, 1920, págs. 1-42.

E — Na Revista A Defesa Nacional
1. "Exercícios no 8º RC — Uruguaiana 1913", nº 16, jan 1915, págs. 109-111; nº 17, fev 1915, págs. 136/138; nº 18, mar 1915, págs. 172-176; nº 19, abr 1915, págs. 199-203 e 239.
2. "O tiro coletivo", nº 10, jul 1914, págs. 315-319.
3. "O Serviço Militar Obrigatório", nº 12, set 1914, págs. 375-379.
4. "A propósito do milésimo", nº 35, ago 1916, págs. 354/357 e nº 36, set 1916, págs. 310/383.
5. "Nova Lei de promoções no Exército Argentino", nº 37, out 1916, págs. 3-11.
6. Um caso interessante de redução ao centro de estação, nº 43, abr 1917, págs. 214-223.
7. "Guia para o ensino da tática nas Escolas Reais Prussianas" (sobre trabalho traduzido por Klinger-Leitão de Carvalho), nº 44, mai 1917, págs. 251-254.
8. "Na seara alheia — Para rebater um golpe", nº 48, set 1917, págs. 405-409.
9. "A Guerra Científica" (Tradução de artigo da Ilustration de 21 jul 1917), nº 49, out 1917, págs. 14-17.
10. "A nova Infantaria" (Tradução de artigo de Gustavo Baben de Ilustration n? 2, fev 1918), nº 56, mai 1918, págs. 234-238.
11. "A missão das Classes Armadas", jan 1931, págs. 87-88.
12. Encerramento da EEM (atual ECEME), nº 217, jan 1932, págs. 5-9.
13. O combate do Rio Pardo (30 abr 1838), nº 265, jun 1936, págs. 583-603.
14. Trecho de carta sua publicada em 1914 pela revista nº 396, mai 1947, págs. 1011-1012.

F — Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
1. A Paz com o Paraguai depois da Guerra da Tríplice Aliança, v. 174,1939, págs. 5-334.
2. Palavras sobre o General Agustin Justo, v. 177, 1942, págs. 625/626.
3. A Revolução de 30 (memórias), abr/jun 1951, v. 211.

A Revista contém referências a sua vida e obra por Pedro Calmon, Estevão Leitão de Carvalho e outros. Além desses artigos contém referências a sua vida e obra: De Pedro Calmon (Ano 1945, v. 189, pág. 75); Do Gen Valentim Benício (Anos 1952, v. 216, pág. 160 e 1956, v. 232, p. 180); Do Gen Estevão Leitão de Carvalho (Ano 1952, v. 214, págs. 142 e 180); e do Gen Francisco de Azevedo Pondé (Ano 1970, v. 286, pág. 24).

Notas

1. História em sua relevante dimensão: História crítica, estudada à luz dos fundamentos da Arte do Soldado ou dos Grandes Capitães da História.
2. Obra reeditada pela BIBLIEX, em 6 volumes, entre 1956 e 1960, com melhoramentos a cargo do entilo Major Francisco Ruas Santos, para torná-la instrumento de trabalho no pesquisador futuro do conflito.
3. Segundo Pedro Calmon, Tasso Fragoso engastou a bala que o feriu em um alfinete de gravata, que passou a usar com imenso orgulho cívico.

4. A Curta Geral da República, criada em 1903, foi instalada e dirigida por Tasso Fragoso, com a missão de mapear, para uso reservado do Exército, as regiões mais estratégicas do Rio Grande do Sul, missão de grande alcance e repercussão na Defesa Nacional.
5. Foi de sua autoria o projeto do Forte Copa cabana, que mereceu, da Fábrica Krupp, os maiores elogios.

Nota do autor

Os artigos constantes destes livro digital foram por mim escritos e há mais de 30 anos e foi um prazer relê-los e lembrar de assuntos importantes que neles abordei. E de forma de eu hoje estar sendo o meu professor de História Militar. Artigos digitalizados, cuja digitalização carrega alguns erros difíceis de perceber reparar na idade de 90 anos. Mas creio que sua transformação em livro digital é muito valiosa. E que o Fundo dos artigos foram preservados, embora a Forma apresente alguns erros. Cel Bento Resende 22 fev 2022